

ISSN: 1809-3507

PALIMPSESTO

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS DA UERJ
VOLUME 23, NÚMERO 46 – SET/DEZ 2024 – RIO DE JANEIRO - RJ

A relação “língua e sentido” em diferentes abordagens



Instituto de
Letras
da UERJ





Catálogo na fonte: UERJ/REDE SIRIUS/CEH-B

P162 PALIMPSESTO / Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras - Vol. 23, n. 46 (2024) – Rio de Janeiro: Instituto de Letras, 1999-2024.

Anual: 1999-2008

Semestral: 2009-2017

Quadrimestral: 2018-

ISSN 1809-3507 (online)

1. Literatura – Periódicos. 2. Linguística – Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CDU 82(05)

Bibliotecária: Cristina da Cruz de Oliveira
CRB/74342

CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Reitor Gulnar Azevedo e Silva
Pró-reitor de Graduação PR1 Antonio Soares da Silva
Pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa PR2 Elizabeth Fernandes de Macedo
Pró-reitora de Extensão e Cultura PR3 Ana Maria de Almeida Santiago
Diretor do CEH Roberto Rodriguez Dória
Diretora do Instituto de Letras Janaina da Silva Cardoso
Vice-Diretor do Instituto de Letras Rodrigo Campos
Coord. da Pós-graduação em Letras Carlos Eduardo Soares da Cruz
Vice-Coord. da Pós-graduação em Letras Vanessa Cianconi Vianna Nogueira
Coord. de Estudos de Língua Alexandre do Amaral Ribeiro
Subcoord. de Estudos de Língua Sandra Pereira Bernardo
Coord. de Estudos Literatura Nabil Araújo de Souza
Subcoord. de Literatura Éverton Barbosa Correia

PALIMPSESTO É UMA INICIATIVA DO CORPO DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS COM O APOIO DA COORDENAÇÃO GERAL

CORPO EDITORIAL

Editores gerais Carla dos Santos e Silva Oliveira | Marcela Ansaloni de Azevedo

Editores assistentes Bruna de Oliveira Sales | Leonardo Freitas de Carvalho

Editores de seção Adriene Ferreira de Mello | Danielle Meireles de Andrade | Elisa da Silva Santana
Guilherme Rezende Machado | Marina Otero Lemos Silva | Pâmera Ferreira Santos
Paulo Cesar da Silva Lopes Junior

Editores convidados para a organização do Dossiê Wellton da Silva de Fatima (doutorando UNICAMP) | Thiago Wallace Rodrigues dos Santos Lopes (doutorando UERJ)

REVISORES TEXTUAIS

Língua Portuguesa Adriene Ferreira de Mello | Ana Carolina Azevedo Guedes | Carla dos Santos e Silva Oliveira | Cecilia Athias | Danielle da Silva Leal | Fabiana Julião de Souza Lapa
Guilherme Rezende Machado | Isabela Nunes de Abreu | Juliane Ramalho Barbosa
Luana da Silva Marques | Marcela Ansaloni de Azevedo | Maria Bárbara Branco de Assis de Oliveira
Nathalie Gonçalves de Menezes | Marianna Pais | Marina Otero Lemos Silva
Nathalie Gonçalves de Menezes | Pâmera Ferreira Santos
Paula Pope Ramos | Paulo Cesar da Silva Lopes Junior | Rebeca Emerich Alvarez
Rodolpho Pereira do Amaral | Tiago José dos Santos

Língua Inglesa Catarina Lara Resende Ribeiro | Cecilia Athias | Fabiana Julião de Souza Lapa
Isabela Nunes de Abreu | Juliane Ramalho Barbosa | Marianna Pais
Marina Otero Lemos Silva | Paula Pope Ramos | Paulo Cesar da Silva Lopes Junior

Língua Espanhola Juliane Ramalho Barbosa

Língua Francesa Paulo Cesar da Silva Lopes Junior

DIAGRAMAÇÃO

Bruna de Oliveira Sales | Carla dos Santos e Silva Oliveira
Leonardo Freitas de Carvalho | Marcela Ansaloni de Azevedo

CONSELHO CONSULTIVO

MEMBROS INTERNOS (UERJ)

Ana Cristina Chiara | Ana Lúcia Oliveira | André Crim Valente
Angela Correa Ferreira Baalbaki | Carmem Lúcia Negreiros | Davi Ferreira de Pinho
Deise Quintiliano Pereira | Éverton Barbosa Correia | Gustavo Bernardo Krause
João Cezar de Castro Rocha | José Carlos Azeredo | Leila Assumpção Harris
Leonardo Davino de Oliveira | Maria Aparecida F. De Andrade Salgueiro | Maria Conceição Monteiro
Maria Cristina Batalha | Maria Teresa Gonçalves Pereira | Nadiá Paulo Ferreira
Nabil Araújo de Souza | Roberto Acízelo | Sérgio Nazar David
Tânia Maria Granja Shepherd | Tania Maria Nunes de Lima Camara

MEMBROS EXTERNOS NACIONAIS

Adriana Nobrega (PUC-RJ) | Alena Ciulla (UFRGS) | Ana Cristina Santos Peixoto (UFSB)
Ana Elisa Ferreira Ribeiro (CEFET-MG) | Ana Lúcia Monteiro Ramalho Poltronieri Martins
(IFF) | André Luiz Rauber (UFMT) | Annita Gullo (UFRJ) | Anne Caroline de Moraes Santos
(UVA e FACHA) | Berta Waldman (USP) | Bethania Mariani (UFF) | Carmem Pimentel
(UFRRJ) | Claudio Manoel de Carvalho Correia (UFS) | Demerval da Hora (UFPB) | Denílson
Lopes (UNB) | Désirée Motta Roth (UFSM) | Diana Irene Klinger (UFF) | Eliane Marquez da
Fonseca Fernandes (UFG) | Emílio Carlos Roscoe Maciel (UFOP) | Fabíola Aparecida Sartin
Dutra Parreira Almeida (UFG) | Germana Sales (UFPA) | Gilson Costa Freire (UFRRJ)
Gisele Batista da Silva (UFRJ) | Helena Maria Ferreira (UFLA) | José Luiz Fiorin (USP)
José Ribamar Lopes Batista Júnior (UFPI) | Luiz Costa Lima (PUC-RJ)
Kleber Aparecido da Silva (UnB) | Márcia Antônia Guedes Molina (UFMA) | Maria Cristina
Parreira (UNESP) | Maria Del Carmen F. Gonzalez Daher (UFF)
Maria Medianeira Souza (UFPE) | Maria Rosa Petroni (UFMT) | Maria Suelí De Aguiar (UFG)
Patrícia Gissoni Santiago Lavelle (PUC-RJ) | Paulo Jorge Martins Nunes (UNAMA)
Paulo Motta Oliveira (USP) | Raúl Antelo (UFSC) | Raul de Souza Püschel (IFSP)
Sandra Goulart de Almeida (UFMG) | Sandra Regina Franciscatto Bertoldo (UFR)
Simone de Jesus Padilha (UFMT) | Suzana Célia Leandro Scramim (UFSC)
Thiago Soares de Oliveira (IFF) | Vanda Maria Elias (UNIFESP)
Viviane Dantas Moraes (UFMA) | Walnice Nogueira Galvão (USP)
Wander Melo Miranda (UFMG) | Wilbert Clayton Ferreira Salgueiro (UFES)

MEMBROS EXTERNOS INTERNACIONAIS

Alfredo Tenoch Cid Jurado (Universidad Autónoma Metropolitana Xochimilco – México)
Ana Luísa Liberato Vieira Vilela Anileiro Onofre (Universidade de Évora – Portugal) | Antónia Estrela (Politécnico de Lisboa – Portugal) | Carla Valeria de Souza Faria (Università Ca' Foscari Venezia – Itália) | Catarina Isabel Sousa Gaspar (Universidade de Lisboa – Portugal) | Cesar Augusto Braga Pinto (Northwestern University – EUA) | Federico Navarro (Universidad de Buenos Aires – Argentina) | Gabriel Alejandro Giorgi (New York University – EUA) | Gema Ortega (Dominican University – EUA) | Gilmer Cook (Dominican University – EUA) | Gonzalo Leiva Quijada (PUC – Chile) | Imani D. Owens (University of Pittsburgh – EUA) | Isabel Sebastião (Politécnico de Lisboa – Portugal) | João Paulo Silvestre (King's College London – Inglaterra) | Leonardo Peluso Crespi (Universidad de la República – Uruguai) | Liliane Moreira Santos (Université de Lille – França) | Livia Assunção Cecilio (Università di Bologna – Itália) | Luis Ernesto Behares (Universidad de la República – Uruguai) | Maria Adelina de Figueiredo Batista Amorim (Universidade Nova de Lisboa – Portugal) | Maria da Graça Lisboa Castro Pinto (Universidade do Porto – Portugal) | Maria Laura Bettencourt Pires (Universidade Católica Portuguesa – Portugal) | Maria José Grosso (Universidade de Macau – China) | Marino Forlino (Scripps College – EUA) | Paulo Osório (Universidade da Beira Interior – Portugal) | Pedro Balaus Custódio (Politécnico de Coimbra – Portugal) | Rui Manoel Sousa Silva (Universidade do Porto – Portugal) | Sarah Juliet Lauro (University of Tampa – EUA) | Sérgio Paulo Guimarães de Sousa (Universidade do Minho – Portugal) | Thomas Johnen (Westsächsische Hochschule Zwickau – Alemanha)

SUMÁRIO

NOTA EDITORIAL

Nota editorial	09
<i>Carla dos Santos e Silva Oliveira, Marcela Ansaloni de Azevedo</i>	

APRESENTAÇÃO

Ainda sobre a relação entre língua e sentido	10
<i>Wellton da Silva de Fatima, Thiago Wallace Rodrigues dos Santos Lopes</i>	

ENTREVISTA

Visées et effets du discours néolibéral dans les médias : une interview avec Thierry Guilbert.....	20
<i>Thierry Guilbert, Guilherme Adorno, Wellton da Silva de Fatima</i>	

Aplicações potenciais da Linguística Cognitiva para áreas da Linguagem, do Discurso e da Gramática.....	53
<i>Antônio Suárez Abreu, Thiago Wallace Rodrigues dos Santos Lopes, Débora Leão</i>	

DOSSIÊ (ESTUDOS DE LÍNGUA)

Intertextuality and recontextualization in music: an analysis of songs	72
<i>Fabielle Rocha Cruz</i>	

A desigualdade de gêneros nas músicas infantis: repetir até tornar-se natural	86
<i>Kamilla Tratsch Gula, Célia Bassuma Fernandes</i>	

A linguagem inclusiva de gênero nos dizeres de sujeitos não binários: reflexões à luz da Análise do Discurso e da História das Ideias Linguísticas	105
<i>Laís Virginia Alves Medeiros, Luana Cristina Santos Marques</i>	

A polêmica em Vargas e Bolsonaro: uma análise de pronunciamentos em 1930 e 2020	126
<i>Bruno de Azevedo Santana Guimarães, Ibiraci de Alencar Chagas</i>	

Chinaredo, chinas e chinocas no conto “Divertidos”, de Roque Callage: uma análise histórico-enunciativa	148
<i>Felipe Rodrigues Echevarria</i>	

Como montar uma rede construcional: uma abordagem por Escalonamento Multidimensional em 2D e 3D para os adjetivos adverbiais do português brasileiro	170
<i>Sara Martins Adelino, Diogo Pinheiro</i>	
Efeitos de sentido no discurso jornalístico: a semântica global em notícias de um jornal popular	199
<i>Gustavo Estef Lino da Silveira</i>	
Entre o dito e o não dito: modos de significar as vítimas de feminicídio na página de Facebook do G1	221
<i>Ariane Silva da Costa Sampaio, Washington Silva de Farias</i>	
Estratégias de implicatura em ameaças veladas: uma possível contribuição à determinação de significados em Linguística Forense	246
<i>Welton Pereira e Silva</i>	
Estudo do fluxo migratório no Brasil: a redução da desigualdade por meio dos termos	273
<i>Flávia de Oliveira Maia-Pires</i>	
Língua e Sentido: uma perspectiva ecocognitiva	294
<i>Paulo Henrique Duque</i>	
Lula ou Cachaça? A construção do sentido de cachaça como referência ao Lula na Folha de São Paulo e na rede social X	321
<i>Frederico Guimarães</i>	
“Medicina não é curso pra filho de doméstica não”: (im)pactos da/para branquitude	343
<i>Alécia Lucélia Gomes Pereira, Melissa Raposo Costa , Maria Angélica Oliveira</i>	
Mestiçagens do processo ibérico e brasileiro: Al-Andalus, (im)permeabilidade linguística como paradigma geopolítico e colonialidade	368
<i>Gabriel D. Gruber</i>	
Mudanças de enquadre e <i>footing</i> em respectivas falas-em-interação social de abusador e vítima	388
<i>Jean Ignacio Lima</i>	
O corpo em avulsão – análise léxico-estilística do narrador de “O amor dos homens avulsos”, de Victor Heringer (2016)	403
<i>Isadora Lemos Gomes de Plato</i>	

Os engajamentos discursivos desencadeados pela fotomontagem do jornal <i>Folha de São Paulo</i>	426
<i>Bianca Dorothea Batista</i>	

Os significados submersos das orcas residentes: revisitando o conceito sistêmico-funcional de protolíngua na relação língua e sentido	444
<i>Gabriel Gomes Botelho Freitas</i>	

Perdoo, mas nunca esqueço: os efeitos de memória na música Latinoamerica	478
<i>Geicilayne Tavares Pelayes, Kelly Christhyne Lins Tavares, Sheyla Jayane Tavares Lins</i>	

Semântica Formal e Semântica Cognitiva: uma proposta de interface com a Psicolinguística Experimental	491
<i>Gitanna Bezerra, Andressa D'Ávila</i>	

ESTUDOS DE LÍNGUA

Os caminhos sócio-históricos da comunidade quilombola Mussuca (Laranjeiras/Sergipe) ...	531
<i>Jacson Baldoino Silva, Norma Fernandes, Silvana Silva de Farias Araújo</i>	

OUTRAS CONTRIBUIÇÕES

Tradução do artigo "O mito urbano: um questionamento crítico do imaginário sociolinguístico das cidades como espaços de diversidade"	558
<i>Anderson Lucas da Silva Macedo</i>	

SOBRE ESTA EDIÇÃO

Expediente	01

Nota Editorial

Prezados leitores e colaboradores,

Para o dossiê “A relação ‘língua e sentido’ em diferentes abordagens”, tivemos a honra de contar com a colaboração de dois discentes que se destacam por suas brilhantes trajetórias acadêmicas e pelo profundo compromisso com a pesquisa científica. Wellton da Silva de Fátima, doutorando da UNICAMP, e Thiago Wallace Rodrigues dos Santos Lopes, doutorando pela UERJ/CAPES, assumiram com entusiasmo e maestria a organização do número 46 de nossa revista. Suas contribuições trouxeram novas ideias e abordagens que enriqueceram ainda mais o nosso conteúdo.

Além disso, é com grande apreço que anunciamos a transição na gestão editorial da *Palimpsesto*. Gerir um periódico acadêmico é um desafio, mas cada número publicado e cada objetivo alcançado nos encheram de orgulho. Trabalhamos arduamente para fortalecer nosso compromisso com a excelência acadêmica, buscando sempre trazer discussões relevantes e pesquisas de qualidade elevada em nossa área. Nosso esforço constante foi direcionado para manter e honrar o trabalho realizado pelas gestões anteriores, ao mesmo tempo em que buscamos continuamente melhorar nosso periódico e contribuir para seu crescimento e reputação na comunidade acadêmica.

Agora, temos o prazer de apresentar os novos editores que assumirão a nossa edição geral, Bruna de Oliveira Sales e Leonardo Freitas de Carvalho, ambos discentes do PPGLetras. Eles estão comprometidos em manter o rigor científico e a qualidade que sempre nos caracterizaram, além de trazer novas perspectivas e ideias para o futuro da revista. Estamos confiantes de que eles manterão e até elevarão o alto nível que conquistamos desde a criação do nosso periódico.

Sejam todos bem-vindos a essa nova fase!

Marcela Ansaloni de Azevedo e Carla dos Santos e Silva Oliveira.

Ainda sobre a relação entre língua e sentido

Wellton da Silva de Fatima
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp/IFAL)
wellton.fatima@ifal.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-0526-5396>

Thiago Wallace Rodrigues dos Santos Lopes¹
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/CAPES)
thiagodossantos16@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7921-4631>

Ao propormos fazer trabalhar a relação entre língua e sentido em diferentes abordagens teóricas e/ou metodológicas nos estudos da linguagem para o dossiê de número 46 da revista *Palimpsesto*, estávamos cientes, desde o início, de que esta não era uma proposta inovadora, dado o percurso que essa relação faz desde a filosofia, passando pelas ciências humanas e sociais, até a linguística e suas ramificações. Sabemos, no entanto, que essa é uma relação que não se esgota, que se renova ao longo do tempo, em si mesma e pelas novas perspectivas que vão surgindo e dando novo fôlego à questão. Foi exatamente com esse espírito que conduzimos a produção deste dossiê: tratou-se, fundamentalmente, da convocação de pesquisadoras e pesquisadores de diferentes sub-áreas dentro da linguística de diferentes instituições e filiações teóricas por todo o país para rediscutir essa relação, a partir de novos modos de refletir, de novos fatos de linguagem ou, mesmo, para reinterpretar antigas abordagens e antigos fatos de linguagem a partir de novos olhares.

É verdade que o próprio tema do dossiê recorta as possibilidades de investigação, no interior dos estudos da linguagem, pela questão da significação. Assim, apesar das diferentes perspectivas, as pesquisas que constituem o dossiê têm uma visada semântica – no sentido bastante alargado do termo. É também verdade que, ao partirmos de um olhar sobre a significação, alguns aspectos são incontornáveis, como a relação entre a linguagem e o mundo, a questão da referência, a conceptualização e a categorização do mundo, as imagens que se projetam no/pelo dizer e seus sentidos, as memórias construídas na/pela linguagem, a própria concepção de falante e de sujeito, entre outros aspectos. Assim como são também

¹O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

incontornáveis alguns autores, pela contribuição que fazem no campo da linguística para a investigação da relação entre língua e sentido. Um desses autores é Oswald Ducrot, que faleceu em junho deste ano, a quem não poderíamos deixar de fazer uma singela homenagem.

Oswald Ducrot (1930-2024) foi um importante linguista francês, que se dedicou vastamente à compreensão da argumentação enquanto produzida estruturalmente na língua. Em famoso trabalho publicado juntamente com Jean-Claude Anscombre (Anscombre & Ducrot, 1976), é proposta a teoria da argumentação na língua – *L'argumentation dans la langue* –, por meio da qual a questão da argumentação deixa de ser pensada exclusivamente pela retórica e passa a ter lugar no interior de uma abordagem linguística estruturalista, corrente teórica que vigorava na França na conjuntura dos anos 1970.

A teorização de O. Ducrot se divide em três fases. Apesar das fortes transformações que o autor propõe em cada uma delas, permanece o pressuposto teórico central de que a argumentação é um fato produzido na estrutura da língua.

Na primeira fase, a partir da década de 1970, Ducrot apresenta certos princípios que, tanto no aspecto teórico quanto operacionalmente, dão sustentação à sua proposta. O autor preconiza que a própria estrutura da língua contém elementos que orientam e condicionam a argumentação, independentemente das intenções do falante – e é isso que diferencia sua proposta de certas abordagens que vigoravam até então, como certas pragmáticas. Assim, a partir de elementos como a negação, a ironia, os operadores argumentativos, entre outros, o autor demonstra como a presença desses elementos orienta argumentativamente as conclusões a que se pode chegar a partir de um enunciado.

Um dos pontos altos da teoria de O. Ducrot é sua teoria polifônica da enunciação. Essa teoria é baseada na ideia de que um único enunciado pode conter múltiplas vozes ou, mais propriamente, pontos de vista, o que cria um efeito polifônico, semelhante a uma encenação teatral, como explicam Barbisan & Teixeira (2002). A potencialidade teórica e prática dessa perspectiva de polifonia reside, principalmente, no ganho de se poder considerar o funcionamento da língua como fato primeiro, resgatando o olhar sobre a enunciação e sobre a argumentação do psicologismo inerente a certas teorias das intenções.

Avançando em sua proposição teórica, a partir dos *topoi* argumentativos, inaugura-se a segunda fase da teoria da argumentação da língua. Os *topoi*, compreendidos como lugares-comuns da argumentação, são estruturas argumentativas compartilhadas culturalmente que orientam a interpretação e a construção dos enunciados. Elas são, portanto, saberes ou princípios socialmente partilhados e amplamente aceitos e que orientam a direção da argumentação em dizeres que podem ser enunciados em sentidos diferentes.

Os principais críticos e comentadores de O. Ducrot consideram que, ao recorrer aos *topoi* para explicar a natureza do seu objeto, Ducrot teria, ao menos parcialmente, abandonado seu princípio de que a argumentação é fato estrutural da língua, já que, em última instância, os *topoi* seriam um princípio filosófico. Reconhecendo essa crítica e sendo muito consequente com seu pensamento, O. Ducrot defende, então, um retorno ao estrutural, propondo a teoria dos blocos semânticos.

Na terceira fase da teoria da argumentação na língua, a teoria dos blocos semânticos, Ducrot reformula sua concepção acerca dos *topoi*, em uma tentativa de integrar as estruturas argumentativas dos enunciados dentro de uma noção mais detalhada e linguística do discurso. Trata-se, grosso modo, de uma síntese entre os *topoi* e as estruturas semânticas, em que se mantém a argumentação como um fenômeno estrutural, mas reconhecendo a influência dos valores culturais e das práticas discursivas.

Ducrot esteve no Brasil em diversas ocasiões, nas décadas de 1980 e 1990, momento em que influenciou muito fortemente a produção acadêmica da linguística brasileira. Suas contribuições foram lidas, discutidas e apropriadas por diferentes campos na linguística e na análise de discurso. É possível encontrar referências diretas a O. Ducrot nos trabalhos de grandes nomes dos estudos linguísticos no Brasil, como José Luiz Fiorin, Ingedore Villaça Koch, Eduardo Guimarães, Eni Orlandi e Leci Borges Barbisan. Cada um, a seu modo, uns mais fiéis outros mais indisciplinados em relação à teoria de Ducrot, esses – e outros – autores integram o ponto de vista da argumentação como fato estrutural e inerente à língua nos mais diferentes campos, como a semântica da enunciação, a linguística textual, a semântica do acontecimento, a análise do discurso e a própria semântica estrutural.

Inspirados no legado de O. Ducrot e na repercussão de seu trabalho na linguística brasileira, apresentamos este dossiê, cientes de que a singela homenagem que aqui prestamos não é suficiente para fazer justiça ao tamanho da sua contribuição. Sabemos, no entanto, que, de uma forma ou de outra, às vezes mais explicitamente, às vezes mais implicitamente, o conjunto dos trabalhos que compõem este dossiê passam pelos saberes colocados em circulação inicialmente naquela década de 1970 na França e são afetados pelos deslocamentos que se deram ao longo do tempo.

Passamos, agora, para os comentários dos trabalhos que compõem o dossiê “Língua e sentido em diferentes abordagens”.

Em “A linguagem inclusiva de gênero nos dizeres de sujeitos não binários: reflexões à luz da análise do discurso e da história das ideias linguísticas”, Laís Virginia Alves Medeiros e Luana Cristina Santos Marques investigam o modo como sujeitos não binários quanto ao

gênero mobilizam determinados saberes linguísticos e imaginários sobre a língua para defender seus pontos de vista. Na ancoragem teórica em que se circunscreve, o artigo contribui para a discussão acerca dos saberes linguísticos cotidianos, para a compreensão da relação entre língua e sentido, e para a reflexão sobre a metalinguagem. As autoras provocam, ainda, pesquisadores das ciências da linguagem, mais amplamente, e da análise de discurso, mais especificamente, a olharem para esses fatos de linguagem (e de discurso) de forma desarmada, crítica e curiosa.

Em “A polêmica em Vargas e Bolsonaro: uma análise de pronunciamentos em 1930 e 2020”, Bruno de Azevedo Santana Guimarães e Ibiraci de Alencar Chagas analisam, a partir do conceito de “polêmica”, os pronunciamentos de dois ex-presidentes do Brasil, em abordagem argumentativa e discursiva. Focalizando a maneira como funcionam a dicotomização, a polarização e a desqualificação em seu corpus de análise, os autores apontam sobretudo semelhanças entre esses dois discursos, sem deixar de pontuar, no entanto, diferenças como a utilização de adjetivos difamatórios, que são mais presentes em Vargas, e os implícitos, que funcionam mais em Bolsonaro.

Em “Chinaredo, chinas e chinocas no conto ‘Divertidos’, de Roque Callage: uma análise histórico-enunciativa”, Felipe Rodrigues Echevarria analisa o modo como três palavras se significam e são reescrituradas na materialidade linguística e literária no contexto sócio-histórico e cultural em que se dá a produção de Roque Callage. Além de mobilizar um aparato linguístico, o autor traz também um olhar aguçado com relação às questões de gênero e as coloca em jogo tendo em vista a historicidade dos processos de significação, demonstrando os efeitos dessa divisão social – a de gênero, especialmente no contexto sul rio-grandense – no modo como as três palavras analisadas produzem sentido.

Em “Entre o dito e o não dito: modos de significar as vítimas de feminicídio na página de Facebook do G1”, Ariane Silva da Costa Sampaio e Washington Silva de Farias analisam postagens e comentários feitos na página de um portal de notícias no Facebook em que foram noticiados casos de feminicídio. Operando analiticamente na relação entre o dito e o não dito e trabalhando as formas do silêncio nos processos de significação, a autora e o autor mostram o efeito de desqualificação que se produz sobre as vítimas de feminicídio nesse discurso, com especial atenção ao modo como a enunciação participa nesse processo.

Em “Lula ou Cachaça? A construção do sentido de cachaça como referência ao Lula na *Folha de São Paulo* e na rede social X”, Frederico Guimarães faz um mapeamento discursivo de posicionamentos ideológicos de sujeitos que se referem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo termo “cachaça”. Analisando uma notícia jornalística e postagens de redes sociais,

o autor enfatiza a autonomia relativa da língua em relação aos processos discursivos na produção dos sentidos. Ele aponta, ainda, no corpus que analisa, uma afinidade ideológica entre o dizer do jornalismo e os dizeres das forças políticas de extrema direita na corrida eleitoral de 2022.

Em “‘Medicina não é curso pra filho de doméstica não’: (im)pactos da/para branquitude”, Alécia Lucélia Gomes Pereira, Melissa Raposo Costa e Maria Angélica Oliveira, com olhar atento ao modo como as questões raciais produzem efeito na relação entre a língua e o sentido, analisam um relato retirado do livro “Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada doméstica”, publicado em 2019. Apesar da ênfase em explicar como a branquitude se impõe enquanto condição de produção do discurso na sociedade brasileira, as autoras demonstram como fatos de linguagem como a ironia são mobilizados como forma de resistência em um contexto de múltiplas formas de dominação.

Em “Mestiçagens do processo ibérico e brasileiro: Al-Andalus, (im)permeabilidade linguística como paradigma geopolítico e colonialidade”, Gabriel D. Gruber também contribui para compreensão de questões étnico-raciais na relação entre língua e sentido. Buscando uma alternativa ao eurocentrismo científico e cultural, o autor discute conceitos como geopolítica, estados-nação, contato linguístico e criouliização. O autor conclui, em suas próprias palavras que “a língua brasileira culta é inventada para se auto-justificar, assim como a ideologia de quem a descreve influi na descrição de como o processo de sua formação se deu, pensando numa distinção de língua pura que é mestiçada por dialetos e de dialetos que se purificam em prol de uma ‘organização’”. Trata-se de uma contribuição importante para pensar os novos desafios assumidos nas ciências humanas e sociais, de modo geral, e na linguística, de modo mais particular, no que se refere à forma de produzir conhecimento.

Em “Língua e sentido: uma perspectiva ecocognitiva”, Paulo Henrique Duque busca, a partir da ecocognição, observar de que maneira linguagem e construção de sentidos interagem, levando a linguagem a transcender em funções comunicativas e influenciar a percepção e o comportamento humano. O autor, então, propõe-se a explorar a dinâmica que se estabelece entre organismos e ambiente que, de acordo com a sua hipótese, atua para moldar a linguagem em decorrência das condições ambientais que cercam os mais diversos usos da língua. Para tal, Duque recorre a conceitos ligados à psicologia ecológica, às ciências cognitivas, à linguística cognitiva e a *insights* da filosofia da linguagem, destacando a contribuição da abordagem ecocognitiva para observação do fenômeno linguístico permeado pela cognição e pelo ambiente.

Em “A desigualdade de gêneros nas músicas infantis: repetir até tornar-se natural”, Kamilla Tratsch Gula e Célia Bassuma Fernandes, partindo das abordagens discursivas

estabelecidas por Michel Pêcheux, na França, e Eni Orlandi, no Brasil, discutem como a submissão da mulher é transformada em discurso e naturalizada por meio de músicas infantis, reforçando a desigualdade de gênero desde a mais tenra idade. Assim, Gula e Fernandes trazem para discussão as canções *Sapo Cururu*, *A Galinha Pintadinha (A Galinha e o Galo Carijó)* e *O cravo brigou com a rosa*, discutindo a questão da submissão feminina, desde os textos bíblicos até a forma como ela é repercutida nas canções infantis. Por fim, as autoras fecham o texto apontando as possibilidades de sentido que estão em funcionamento nas letras estudadas e de que maneira elas repercutem a desigualdade de gênero por diferentes gerações.

No artigo “Os significados submersos das orcas residentes: revisitando o conceito sistêmico-funcional de protolíngua na relação língua e sentido”, Gabriel Gomes Botelho Freitas recorre aos conceitos da linguística sistêmico-funcional para defender a ideia de que animais, para além do ser humano, possuem uma protolíngua. Partindo dessa ideia, Freitas se dedica ao estudo do sistema comunicativo das orcas e aos estudos acerca da complexidade sociossemiótica da comunicação desses animais, apoiando-se nas teorias de criptossemiose e de tradução interespecífica, além dos estudos de Halliday. Em suas conclusões, o autor retoma a discussão proposta para apontar de que maneira o sistema comunicativo das orcas pode ser mais complexo quanto a semiótica, podendo contribuir para o conceito de protolíngua.

Em “*Intertextuality and recontextualization in music: an analysis of songs*”, Fabielle Rocha Cruz, por meio da análise crítica do discurso, busca trabalhar de que maneira a intertextualidade e a recontextualização contribuem para a construção de sentido em letras de canções, uma vez que o entendimento de um texto é permeado e fundamentado por outros textos. Aliando a esses conceitos o de multimodalidade, Cruz destaca os modos como as letras de canção são constituídas de modos diferentes a partir da convergência de textos distintos para a construção de um novo significado. Após a análise de três letras de canção, a autora ressalta a maneira como a análise crítica do discurso, por meio dos conceitos discutidos, colabora para a melhor compreensão das canções estudadas.

Em “Perdoo, mas nunca esqueço: os efeitos de memória na música Latinoamerica”, Geicilayne Tavares Pelayes, Sheyla Jayane Tavares Lins e Kelly Christhyne Lins Tavares, a partir da análise do discurso e, mais especificamente, do conceito de formação discursiva, discutem como o antagonismo da luta de classes é estruturado a partir dos efeitos de memória. As autoras defendem a existência de uma união entre língua, história e ideologia – e que esta última é inseparável do processo de construção de sentidos e da materialização discursiva por intermédio da memória –, buscando entender como os países da América Latina repetiram processos discursivos estruturados por uma formação ideológica. Por fim, elas sublinham como

as sequências discursivas tratadas ao longo do artigo apontam para uma liberdade pautada no conhecimento e na resistência.

No texto “Semântica formal e semântica cognitiva: uma proposta de interface com a psicolinguística experimental”, Gitanna Bezerra e Andressa D’Ávila colocam a semântica formal em paralelo à semântica cognitiva, em busca de estabelecer uma discussão acerca da construção de sentidos. Bezerra e D’Ávila constroem a discussão proposta em torno dos verbos leves que são analisados em ambas as teorias, propondo uma interface com a psicolinguística. Após o estabelecimento das questões teóricas, as autoras elaboram uma testagem de processamentos semânticos dos verbos leves, sugerindo uma atualização de algumas discussões teóricas. Em suma, elas concluem sua reflexão reafirmando a maneira como a interface entre as ciências da significação e a psicolinguística experimental contribuem para as discussões teóricas abordadas ao longo do artigo.

Em “Como montar uma rede construcional: uma abordagem por escalonamento multidimensional em 2D e 3D para os adjetivos adverbiais do português brasileiro”, Sara Martins Adelino e Diogo Pinheiro tratam dos adjetivos adverbiais do português brasileiro a partir da perspectiva de um escalonamento multidimensional, montando *clusters* em duas e três dimensões. A análise dos dados aponta para diferentes distribuições dos elementos estudados, focalizando os conteúdos semânticos dos elementos em avaliação, tomando por base a gramática das construções. Os autores concluem o texto apontando para uma organização da rede construcional aliada aos parâmetros teóricos abordados ao longo da discussão e das análises elaboradas.

No artigo “Mudanças de enquadre e footing em respectivas falas-em-interação social de abusador e vítima”, Jean Ignacio Lima busca entender como se organiza a interação com o abusador e com a vítima a partir das discussões teóricas da sociolinguística interacional. Lima elege os casos cometidos pelo líder religioso João de Deus e analisa entrevistas concedidas por ele e pelas vítimas, elaborando uma investigação interacional das conversas selecionadas. Para tal, o conceito de “fala-em-interação” se faz muito importante para as análises desenvolvidas. O autor conclui elaborando um panorama geral dos resultados apresentados, apontando para a importância da sociolinguística para o estudo das interações humanas.

Em “Estratégias de implicatura em ameaças veladas: uma possível contribuição à determinação de significados em Linguística Forense”, Welton Pereira e Silva vale-se de conceitos ligados à Semântica, à Pragmática e às Teorias do Discurso para construir um estudo sobre os implícitos presentes em textos de ameaças. Guiado pela Linguística Forense e pelo modo como se dá a prática profissional do linguista forense, Silva busca elaborar uma estratégia

metodológica que guie a atuação desse profissional na identificação de tais fenômenos. Ao longo do texto, faz-se uma apresentação dos conceitos teóricos e uma aplicação desses aos excertos analisados. Por fim, o autor demonstra como busca contribuir para a o exercício efetivo da análise pericial.

Em “Efeitos de sentido no discurso jornalístico: a semântica global em notícias de um jornal popular”, Gustavo Estef Lino da Silveira busca estabelecer uma análise de notícias de jornal a partir de uma perspectiva discursiva. Silveira busca demonstrar a maneira como os textos de um determinado veículo de notícias interagem e constroem uma Semântica Global, nos textos e no próprio suporte. Para tal propósito, o autor lança mãos das teorias ligadas à Análise do Discurso, principalmente da linha encabeçada por Dominique Maingueneau; assim, mobiliza tais conceitos em relação ao corpus elegido para demonstrar sua hipótese. Silveira demonstra como é feita tal construção e destaca o papel do jornal dentro da sociedade.

Em “Estudo do fluxo migratório no Brasil: a redução da desigualdade por meio dos termos”, Flávia de Oliveira Maia-Pires lança mão de conceitos da Lexicografia, da Lexicologia e da Terminologia para demonstrar de que maneira um estudo mais apurado e o conhecimento de certo termo pode contribuir para redução da desigualdade social. Para tal, Maia-Pires focaliza o estudo de termos científicos com vistas a preencher lacunas e, assim, promover uma maior acessibilidade linguística na comunidade estudada. Após discussão teórica, avaliação e análise de certos termos, a autora elabora verbetes que comporão um Glossário Terminológico. Assim, o artigo é um convite para conhecer mais a fundo a pesquisa que está em desenvolvimento.

Em “O corpo em avulsão – análise léxico-estilística do narrador de ‘O amor dos homens avulsos’, de Victor Heringer (2016)”, Isadora Lemos Gomes de Plato elabora uma análise das construções textuais e do estilo no romance em estudo. Para tal propósito, Plato utiliza-se dos conceitos estruturados pela Lexicologia e pela Estilística, aliando-os para demonstrar como interagem na construção do sentido global do texto e como podem estruturar caminhos de interpretação de acordo com o uso de recursos lexicais e morfossintáticos. Após debate teórico e análise de trechos do romance, a autora busca demonstrar como Victor Heringer utilizou-se dos recursos abordados ao longo do artigo para a construção de sentidos dentro de seu romance.

Em “Os engajamentos discursivos desencadeados pela fotomontagem do jornal *Folha de São Paulo*”, Bianca Dorothea Batista se propõe a construir uma análise discursiva dos sentidos provocados por uma fotomontagem relacionada a uma notícia. Para tal, Batista lança mão dos conceitos teóricos da Análise do Discurso, dando maior destaque às contribuições de Bakhtin e de Charaudeau. A autora aborda a construção de sentidos, a partir das teorias tratadas, na notícia e na fotomontagem elegida mobilizando nelas os conceitos da Análise do Discurso.

Caminhando para o final de nossa apresentação, na seção de estudos de língua, ainda encontramos o texto “Os caminhos sócio-históricos da comunidade quilombola Mussuca

(Laranjeiras/Sergipe)”, no qual Jacson Balduino Silva, Norma Fernandes e Silvana Silva de Farias Araújo apresentam o percurso sócio-histórico de uma comunidade quilombola a partir do estudo das documentações linguísticas. A contribuição dos autores é trazer à tona a presença africana na formação do Brasil e do Português Brasileiro.

Para além dos supracitados, há ainda outros textos que integram o presente dossiê, complementando as discussões aqui propostas em torno das questões ligadas à relação língua e sentido, dentre eles uma entrevista com o professor doutor Antonio Suarez Abreu, focalizando a linguística cognitiva, e outra com o professor doutor Thierry Guilbert, tratando de questões relacionadas à análise do discurso. Ambas as entrevistas se relacionam com o tema central aqui trabalhado. Há também, em “outras contribuições” a tradução “O mito urbano: um questionamento crítico do imaginário sociolinguístico das cidades como espaços de diversidade”, produzida por Anderson Lucas da Silva Macedo, do texto original de Britta Schneider, cujo título é “The Urban Myth: A critical interrogation of the sociolinguistic imagining of cities as spaces of diversity”.

Esperamos, por fim, que desfrutem da leitura destes textos e que os estudos aqui apresentados contribuam para ampliar as discussões e novas pesquisas em torno da relação língua e sentido, produzindo debates frutíferos para a área.

Boa leitura!

REFERÊNCIAS

- ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue*. *Langages* 42, 1976, p. 5-27
- BARBISAN, Leci; TEIXEIRA, Marlene. Polifonia: origem e evolução do conceito em Oswald Ducrot. *Organon*, Porto Alegre, v. 16, n. 32-33, 2002. DOI: 10.22456/2238-8915.29792. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29792>. Acesso em: 14 ago. 2024.
- DUCROT, Oswald. *La pragmatique et l'étude sémantique de la langue*. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 32, n.1, 1997, p. 9-21
- DUCROT, Oswald et al. *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- DUCROT, Oswald.; CAREL, Marion. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. *Letras Hoje*, Porto Alegre, v. 43, n.1, jan./mar. 2008, p. 7-18

Wellton da Silva de Fatima: Doutorando em Linguística, com ênfase em Análise de Discurso, pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, é também professor da área de Letras/Português do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas. Atualmente vice-líder do grupo LER – Leitura, Educação e suas ressonâncias – (CNPq/IFAL), também participa do grupo MulherDis (CNPq/Unicamp). É mestre em Estudos da Linguagem pela UFF, especialista em Mídias na Educação pelas UFSJ e licenciado em Letras/Português pela UFRRJ. Interessa-se pelos estudos do discurso, da enunciação e da argumentação.

Thiago Wallace Rodrigues dos Santos: Doutorando em Letras: Língua Portuguesa (UERJ), com bolsa CAPES; Mestre em Letras: Língua Portuguesa (UERJ); Licenciado em Letras: Português-Literaturas (UFRRJ); membro dos grupos de pesquisas Estudos Linguísticos, Multiletramentos e Ensino de Língua Portuguesa (ELMEP/CNPq), Descrição e Ensino de Língua: pressupostos e práticas (CNPq) e Laboratório de Pesquisa em Língua e Discurso (LINDIS/CNPq); compôs o corpo de editores do periódico Palimpsesto – Revista discente do Programa de Pós-graduação em Letras da UERJ (04/2018-01/2020 e 05/2023-03/2024) e é professor de Língua Portuguesa e Produção Textual da rede municipal de Saquarema.

Visées et effets du discours néolibéral dans les médias : une interview avec Thierry Guilbert

Thierry Guilbert (UPJV)

Intervieweurs :

Guilherme Adorno (UFF/Faperj)

Wellton da Silva de Fatima (IFAL/Unicamp)

Dans ce dossier qui traite des relations entre langue et sens à partir de différentes approches théoriques et méthodologiques en études du langage, *Palimpsesto* – revue étudiante du Programme de Master et Doctorat en Lettres de l’UERJ – interviewe le professeur et chercheur français Thierry Guilbert, de l’Université de Picardie Jules Verne (UPJV). Son expérience dans le domaine de l’analyse du discours et les travaux qu’il développe contribuent à l’ensemble des réflexions qui composent le dossier. Thierry Guilbert est enseignant-chercheur émérite au centre de recherche en action publique et politique – épistémologie et sciences sociales (CURAPP-ESS), où il était co-responsable de l’axe « normes et réflexivités ». Avec un parcours universitaire dédié à l’étude des discours économiques, politiques et idéologiques, Guilbert se démarque notamment par son analyse du discours néolibéral.

Son livre le plus marquant au Brésil, *L’« évidence » du discours néolibéral dans les médias*, publié par Editora da Unicamp en 2020 sous le titre *Evidências do discurso neoliberal na mídia*, étudie comment les médias français, entre 1995 et 2010, ont contribué à une sorte de naturalisation des politiques économiques néolibérales. L’ouvrage est reconnu pour sa démarche théorique robuste et sa documentation pertinente, mettant en avant la construction d’une mémoire collective qui légitime l’exploitation du travail et la priorisation du profit du capital financier.

En plus de ses contributions en France, Guilbert entretient d’étroites relations de recherche avec le Brésil. Son travail a une résonance significative dans le contexte brésilien, où les mécanismes discursifs du néolibéralisme sont également largement débattus. Ses analyses sont fréquemment utilisées pour comprendre comment les médias

brésiliens adoptent et diffusent des discours économiques similaires, renforçant ainsi l'importance d'une approche constante et fondée des processus de naturalisation du discours néolibéral.

Dans cet entretien exclusif, mené par Guilherme Adorno de Oliveira et Wellton da Silva de Fatima, chercheurs invités représentant *Palimpsesto*, Thierry Guilbert évoque ses recherches et ses autres activités, en France et au Brésil, et réfléchit aux implications sociales et politiques de son enquête.

PALIMPSESTO

1) Lors de votre formation en France, avez-vous toujours eu en tête de travailler sur les problématiques pour lesquelles vous êtes connu aujourd'hui ? L'analyse du discours a-t-elle toujours été un intérêt ? Pourriez-vous nous raconter un peu de votre parcours formatif ?

THIERRY GUILBERT

Ma formation universitaire a été inhabituelle puisque j'ai décidé de reprendre des études en licence alors que j'exerçais la fonction de professeur des écoles depuis plus de 15 ans déjà. En Maîtrise (Master 1 actuel), la découverte des sciences du langage a été une révélation. Lorsque je me suis inscrit en DEA (Diplôme d'études approfondies, Master 2) en 2000, j'ai choisi de travailler sur une question qui me travaillait depuis novembre-décembre 1995 quand j'avais participé aux grèves et manifestations contre le « plan Juppé », lequel attaquait les retraites et la Sécurité sociale. La question était la suivante : comment les médias « pro-réforme » – c'est-à-dire la plupart des journaux et magazines français, comme je l'ai établi plus tard dans mon doctorat – qui critiquaient les revendications des manifestants pouvaient-ils travestir la réalité tout en donnant l'impression de dire la vérité ? Ce qui me laissait perplexe, c'est que je savais que le discours médiatique était faux, mais que je me sentais incapable de répondre. « Il arrive quelquefois qu'on ne peut rien répondre, et qu'on n'est pas persuadé. », écrit Voltaire dans *L'homme aux quarante écus*. J'ai cité cette phrase en exergue de mon premier livre en 2007, parce qu'elle correspond parfaitement à ce que je ressentais. Ce questionnement a été le point de départ de mon mémoire de DEA et le fil conducteur de mes recherches futures.

En me documentant, en lisant beaucoup, j'ai découvert l'idéologie *néolibérale* : on n'en parlait pas à l'époque, le mot et la chose étaient totalement absents à la fois du discours politico-médiatique et du discours universitaire. Comme je l'ai appris plus tard à mes dépens – car j'ai dû m'en expliquer souvent et justifier mon travail, voire me défendre, lors de mes premières communications à des colloques –, l'idéologie était un mot qu'on n'employait pas et qu'on *ne devait plus* employer même dans les sciences humaines et sociales. Il faut dire qu'on avait répété constamment dans les médias depuis le début des années 1990, à la suite de Fukuyama, qu'il n'y avait plus d'idéologies, que la chute du « mur de Berlin » avait mis fin aux idéologies. Or, j'ai découvert peu à peu que le néolibéralisme est une idéologie capable de se rendre évidente, donc invisible. Peu à peu : c'est-à-dire sans aucune stratégie, une lecture en appelant une nouvelle... Je débroussais un champ totalement en friche, inexploré par l'analyse du discours en France. Peu à peu donc, le sujet du discours néolibéral, comme je l'ai nommé, et surtout son fonctionnement « à l'évidence » a commencé à se dessiner. J'ai poursuivi cette thématique dans ma thèse de doctorat, puis dans les recherches que j'ai menées ensuite, comme on tire un fil de laine qui dépasse : on commence par détricoter le poignet, puis la manche et enfin le pull tout entier. Cette question, simple au départ, est devenue une question complexe sur le discours néolibéral, puis une question de plus en plus large et profonde sur le fonctionnement de l'évidence discursive. Alors oui, pour répondre à votre question, j'ai toujours eu en tête de travailler sur les problématiques que je cherche encore à approfondir aujourd'hui.

PALIMPSESTO

2) Au Brésil, vous avez été largement lu par les chercheurs dans le domaine de l'analyse du discours. Cependant, vos références sont plus larges au sein de la linguistique et des études du langage. Pourriez-vous commenter un peu vos principales références théoriques ?

THIERRY GUILBERT

Effectivement, je suis identifié en tant qu'analyste du discours et j'assume totalement le fait que ma recherche soit ancrée dans ce domaine. Toutefois, il est vrai que mes références théoriques ne proviennent pas exclusivement de ce champ. J'estime

d'ailleurs, comme d'autres analystes du discours, que la particularité de ce champ – et sa grande qualité – est de ne pas être cloisonné. Selon moi, les analystes du discours doivent être capables d'aller chercher dans d'autres domaines, d'autres disciplines, ce dont ils ont besoin pour réaliser leurs analyses, selon les problématiques et les thématiques qu'ils traitent. Et à condition toutefois, de vérifier que les épistémologies sont compatibles et que leur articulation avec l'analyse du discours est cohérente et productive.

Mes références principales ne sont ni des linguistes, ni des analystes du discours au départ : il s'agit des philosophes Mikhail Bakhtine et son élève Volochinov et de Louis Althusser, et du sociologue Pierre Bourdieu. Je les ai étudiés pour essayer de comprendre ce qu'est une idéologie et ils m'ont beaucoup apporté. Les lectures de Pierre Bourdieu m'ont accompagné tout au long de ces années. Et elles continuent à m'apporter beaucoup. Un autre philosophe m'a bien permis de comprendre le fonctionnement du discours idéologique, c'est Olivier Reboul et son ouvrage paru en 1980 : *Langage et idéologie*. C'est à partir de ses travaux notamment que j'ai pu élaborer le concept de « double dissimulation » des discours idéologiques. Enfin, Michel Foucault a été essentiel, notamment la lecture de son cours sur le néolibéralisme donné en 1978, et publié en 2004.

Mais je tiens à ajouter que des grands noms de la linguistique et leurs travaux m'ont aussi beaucoup apporté, je pense à Émile Benveniste et à la profondeur de sa pensée sur la subjectivité dans le langage, à Oswald Ducrot et Catherine Kerbrat-Orecchioni pour leur travail sur l'implicite ; à Dominique Maingueneau et Frédéric Cossutta pour leur travail sur les discours constitutifs ; à Georges Élia-Sarfati, pour son travail sur la doxa et le sens commun. Pour la réflexion sur l'argumentation et la manipulation, c'est à un non-linguiste, Philippe Breton, que je dois beaucoup. Sur les mythes, c'est Roland Barthes, un auteur que j'apprécie particulièrement. Désolé, je lance des références comme elles me reviennent, cela peut paraître un peu hétéroclite et j'en oublie certainement... Ne serait-ce que Michel Pêcheux, bien sûr.

J'ai lu aussi un peu les auteurs de la *Critical Discourse Analysis* : Norman Fairclough, Teun A. van Dijk, Ruth Wodak... en plus des outils qu'ils développent, j'aime leur engagement dans la société, ils donnent un sens éthique à la recherche. Au sujet de l'engagement éthique-critique, Edgar Morin est aussi une grande source d'inspiration.

Enfin, il y a deux ans, j'ai enfin pu trouver le temps de m'attaquer à l'œuvre de Jean-Pierre Faye et, notamment, à son énorme ouvrage *Langages totalitaires. Critique de la raison/l'économie narrative* paru en... 1972. Bien qu'ancien, cet ouvrage est toujours d'actualité car il traite en profondeur d'un sujet historique : celui de la montée du nazisme hitlérien à travers le récit qu'on faisait de ce qui se passait à l'époque. Son approche des effets de la narration sur l'histoire réelle s'articule parfaitement à l'analyse du discours. Par certains côtés, il va encore plus loin que nous dans l'efficacité du langage. Le thème de l'*acceptabilité* est l'un des thèmes essentiels dans sa pensée : comment les discours modifient-ils la perception de la réalité, comment, en faisant cela, permettent-ils de faire accepter l'inacceptable et donc, enfin de compte, de modifier l'histoire. Il faut préciser qu'il a travaillé avec une très grande minutie et une très grande rigueur historique sur la période de la montée de nazisme en replaçant les discours (lettres, concepts, articles, ouvrages, formules, etc.) dans leur contexte historique. C'est passionnant et très instructif même si sa méthodologie ressemble peu à celle d'un linguiste, il y a la volonté de replacer les discours dans leur contexte et ne pas s'intéresser seulement à ce qui est dit mais aux effets de ce qui est dit. C'est là l'essentiel pour une bonne articulation avec l'analyse du discours.

J'ai découvert par la suite que Bourdieu lui aussi prend en compte l'acceptabilité que produisent certains discours qu'il nomme « discours d'importance ». Ces travaux ont forcément à voir avec l'évidence des discours idéologiques ou, plus précisément, avec la recherche de l'effet d'évidence des discours idéologiques, comme le discours néolibéral.

PALIMPSESTO

3) Le dossier que nous organisons dans la revue *Palimpsesto* publiera des articles de différents domaines de la connaissance sur la relation entre langage et sens. Il ne s'agit pas d'un sujet nouveau, bien au contraire, mais c'est une question toujours très actuelle et très productive sur le plan scientifique. C'est une question qui ne s'arrête pas et qui se renouvelle de temps en temps. Êtes-vous d'accord avec ça? Pourriez-vous commenter la façon dont la relation entre langage et sens apparaît dans vos recherches les plus récentes ?

THIERRY GUILBERT

En avril 2024, j'ai été invité par l'École Normale Supérieure (ENS) de Lyon à m'exprimer sur le sujet suivant : « Écologie du sens, sens de l'écologie ». Même si ce sujet ne concerne pas que le langage verbal, oui, la relation entre langage et sens est une question d'actualité, et oui, c'est aussi une question sans fin qui se renouvelle constamment parce que l'histoire continue, parce que les évolutions du monde posent de nouvelles questions ou bien rebattent les cartes.

Pour ne donner qu'un tout petit exemple, j'ai chez moi un dictionnaire « Classique universel » de 1882 : à l'entrée « libéral », il indique « généreux ». En 1938 lors du Colloque Lippmann sur lequel je travaille en ce moment, le « nouveau libéralisme » disait s'opposer à la fois au « laisser faire », au « socialisme » et au fascisme : il se donnait lui-même comme synonyme de liberté. Aujourd'hui, ces mots « libéral » et « libéralisme », ainsi que le mot « néolibéral » né lors du colloque, sont associés pour beaucoup d'entre nous à l'austérité budgétaire, à la régression des droits sociaux, à la violence sociale, économique et politique... et à la croissance économique qui détruit la biodiversité et produit des gaz à effet de serre. On voit comment le sens d'un mot change au long de l'histoire, mais aussi selon le lieu où il est utilisé, par qui il est utilisé et selon le discours dans lequel il s'insère. Comme l'écrivait Michel Pêcheux, le sens d'un discours n'est jamais épuisé. En effet, dès l'instant où on s'intéresse à l'interdiscursivité du langage, aux reprises, paraphrases, allusions, résonnances sémantiques, etc., la recherche n'a pas de fin.

Pour revenir rapidement sur ma recherche actuelle, je dirige un ouvrage collectif qui paraîtra en novembre 2024 : *Discours et austérité. Argumentations, injonctions, vulnérabilisations* (Lille, Presses Universitaires du Septentrion). Nous y traitons le rôle et la fonction des discours dans la mise en place et/ou la contestation des politiques austéritaires. Dans l'introduction et la postface que j'ai écrites, je défends l'idée que les discours ne font pas qu'accompagner les politiques mais qu'au contraire, ils les précèdent dans le but de préparer les opinions publiques. Ils ont pour rôle et fonction de préparer l'acceptabilité de ces politiques d'austérité. La relation entre langage et sens a ici pour effet de sens de modifier les représentations du monde des citoyennes et des citoyens pour qu'ils et elles considèrent les mesures proposées comme du bon sens. Dans ma postface, je questionne à

nouveau l'importance que les médias *mainstream* jouent dans un processus que l'on pourrait nommer « la néolibéralisation du monde ».

Par ailleurs, quand on parle de langage – qui, selon Saussure, est la capacité à communiquer –, il faudrait aussi s'intéresser au langage des animaux. Il y a de plus en plus de travaux sur ce sujet et c'est très prometteur. Car cela rebat les cartes quand l'intelligence et le langage – longtemps considérés comme uniquement humains – et à la place de l'humain dans le monde animal et végétal. J'ai entendu récemment une émission reprenant une étude très sérieuse montrant que les éléphants d'un même groupe se nomment les uns les autres via un barrissement inaudible pour les humains mais reconnaissable par les membres du groupe eux-mêmes. Chacun serait donc défini par un son unique et arbitraire, ce qui est le début du langage symbolique... Tout cela est très prometteur.

PALIMPSESTO

4) Une notion importante pour traiter de la relation entre langage et sens dans l'analyse du discours affiliée à Michel Pêcheux et pratiquée au Brésil est celle d'« idéologie ». Quelle est votre position actuelle sur ce concept ? Quelles différences mettriez-vous en avant entre l'utilisation de ce concept dans les années 1960/1970 et aujourd'hui ?

THIERRY GUILBERT

La notion d'idéologie est centrale dans ma recherche en effet. Comme je l'ai dit plus haut, j'ai commencé par lire Bakhtine/Volochinov et Althusser. Les trois auteurs n'ont pas la même approche et se situent à des époques et dans des lieux très différents. Pourtant, il y a des points communs entre ces approches, outre le fait qu'ils se réclament tous du marxisme. Dans les deux cas, l'idéologie est une construction sociale, totalement indépendante des individus. Ce qui est très fort chez Bakhtine/Volochinov, c'est leur démonstration que le langage est rempli d'idéologie et que la conscience individuelle se construit dans l'interaction et notamment par l'interaction verbale. Autrement dit, l'idéologie précède la conscience et la conscience est « toute idéologie », pour reprendre une de leurs expressions. Selon eux, la conscience individuelle n'est qu'un locataire de l'édifice social. Chez Althusser, qui a tant inspiré Pêcheux, ce qui m'a beaucoup intéressé

c'est l'évidence de l'idéologie : la position de sujet de l'Idéologie est une évidence pour le sujet. Au plus profond de sa conscience, il s'exclame « Bien sûr, c'est évident, c'est bien cela ! ». Je cite de mémoire. L'idéologie dominante ne se donne jamais comme telle et elle est invisible pour le sujet. Je trouve que ces deux approches sont complémentaires, mais elles ne sont jamais rapprochées.

Ce qui a changé aujourd'hui, c'est l'approche épistémologique et même éthique de l'idéologie. On ne peut plus commencer un travail de recherche en écrivant qu'on se réclame du marxisme (ou d'une autre « école » de pensée). Et c'est tant mieux. C'était un problème éthique et surtout épistémologique. Parce que c'est comme si on fixait les résultats de la recherche avant même de commencer la recherche. On retrouve ce travers chez Pêcheux d'ailleurs. Pourtant, ce n'est pas une raison de jeter tous ces travaux si riches et si profonds car même si leur cadre de pensée était idéologique, leurs travaux étaient très sérieux, très argumentés et on ne trouve pas de traces de parti-pris idéologique dans leurs longues et riches démonstrations – sauf comme je l'ai dit dans les tout premiers paragraphes de certains travaux. On pourrait même dire qu'au moins, ils énonçaient clairement leur point de départ, leurs pétitions de principe, ce que d'autres, qui se présentent comme tout à fait objectifs alors qu'ils ne le sont pas, ne font pas. Peut-être que leur place de sujet de l'idéologie néolibérale est une évidence pour eux.

Les mécanismes généraux de l'idéologie, selon moi, n'ont pas changé. Et moins encore ce qui m'intéresse dans ma recherche, c'est-à-dire le fonctionnement à l'évidence des idéologies. Il suffit pour s'en rendre compte d'écouter aujourd'hui ce que disent les dirigeants et dirigeantes des pays, qu'il s'agisse des « populistes » – ceux qui utilisent les craintes des peuples et la démagogie – ou ceux qu'on appelle « démocrates », toutes et tous utilisent ce que j'ai nommé « la double dissimulation » pour se faire élire. Bien sûr, je ne veux pas dire que tous les gouvernements quels qu'ils soient se valent. Je veux seulement dire que pour se faire élire, il n'y a pas d'autre solution, en démocratie, que de produire des discours et de chercher des effets de sens, et l'effet d'évidence est le plus efficient, selon moi.

PALIMPSESTO

5) Récemment, plus précisément en 2020, votre livre *L'« évidence » du discours néolibéral* a été traduit et publié au Brésil. Vous apportez des analyses sur la manière dont la presse a rendu compte des contestations autour de certaines réformes politico-économiques françaises entre 1995 et 2010. Cependant, nombre de ces analyses restent pertinentes pour réfléchir aux différentes réformes qui continuent de se dérouler en France et ailleurs, comme au Brésil. Dans le monde postpandémique, comment analysez-vous les répétitions et/ou les différences dans le discours néolibéral ?

THIERRY GUILBERT

Je viens un peu d'anticiper sur cette question. En 2023, la « réforme des retraites » proposée par Emmanuel Macron a utilisé quasiment les mêmes ressorts discursifs et argumentatifs que j'ai analysés pour les périodes précédentes : la dramatisation, la *doxa*, la « pédagogie », le peuple irrationnel et inconstant, la rationalité des dirigeants... Dans l'introduction de l'ouvrage collectif à paraître que j'ai mentionné, je reviens sur les mesures pendant la pandémie en montrant qu'il n'y a pas eu de changement de paradigme – malgré ce qu'ont affirmé les médias *mainstream*. Michel Foucault a montré dans ces cours au Collège de France que ce néolibéralisme ne consiste pas à *laisser faire* le marché, comme on le croit encore souvent, mais à *mettre l'État au service* des marchés et des entreprises. Mettre les moyens de l'État au service des entreprises et sans contrepartie, c'est exactement ce qu'Emmanuel Macron a fait lors de la pandémie avec son « Quoi qu'il en coûte » – formule qui est la reprise du « *Whatever it takes* » de Mario Draghi lorsqu'il a pris la tête de la Banque Centrale Européenne (BCE) après la crise financière de 2007-2008 et la crise des dettes souveraines de 2012-2015. Les discours de Macron à la nation qui ont préparé la population à ces mesures ont utilisé les ressorts discursifs et argumentatifs habituels de l'évidence : double dissimulation, dramatisation (« Nous sommes en guerre ! »), utilisation/constitution de la *doxa*, rationalité des dirigeants, comparaison au voisin...

Toutefois, quelque chose de relativement nouveau est arrivé : c'est le « *nudge* », que je définirais comme l'incitation invisible à agir de façon ciblée. Bien sûr, la manipulation et le « gouvernement des comportements » existent depuis bien longtemps (comme l'a montré

Foucault dans son cours de 1977-1978), mais cette nouvelle forme apparue dans les « nouveaux médias » et les GAFAM (Shoshana Zuboff, *L'Âge du capitalisme de surveillance*) semble très bien s'adapter à la politique néolibérale. Si on a placé une fonction « partager » dans telle application, vous aurez tendance à l'utiliser alors que cette idée ne vous serait pas venue si cette fonction n'était pas présente. C'est là qu'est l'incitation : celle-ci est invisible parce qu'elle est évidente et elle est évidente puisqu'elle est présentée comme faisant naturellement partie de la page d'écran. Si vous n'êtes pas rétif aux réseaux dits sociaux – ce que je suis –, vous avez toutes les chances d'être « nudgé » et donc de « partager ». De la même façon, si votre discours politique présente son propre « décor », sa page d'écran politique, d'une façon qui paraît évidente – par exemple, en nommant « extrêmes », les options politiques concurrentes –, vous pouvez orienter les choix, donc les comportements électoraux. Vous pouvez « nudger » ou inciter les électrices et électeurs à voter de façon ciblée. C'est exactement ce qui s'est passé aux élections présidentielles et législatives de 2022 en France : le discours du Président, pour sa propre réélection, a présenté la page d'écran suivante : un choix binaire, cliquez sur « extrêmes » ou sur « raisonnable ». Ce président néolibéral a été réélu sans véritable campagne. Il a tenté la même chose en juin 2024, avec le résultat que l'on sait. C'est un vrai problème démocratique.

PALIMPSESTO

6) Vous avez réfléchi à la relation entre les analogies argumentatives et la construction des évidences dans le discours journalistique sur la crise financière de 2008. Plus particulièrement sur les analogies, vous montrez que ces faits de langage, dans la manière dont ils sont utilisés dans les grands médias français, y contribuent à une sorte de naturalisation de points de vue qui sont en fait économiques et idéologiques. Pourriez-vous commenter un peu ce sujet en nous donnant quelques exemples de vos analyses ?

THIERRY GUILBERT

L'analogie est une catégorisation du monde par similarité, elle a à voir avec la métaphore. L'autre catégorisation du monde, selon Jakobson, est la contiguïté qui conduit à

la métonymie. L'analogie m'intéresse car elle joue sur la sélection des traits communs, c'est l'un des moyens que nous avons à notre disposition pour comprendre les faits qui se produisent dans le monde qui nous entoure. Les journalistes utilisent constamment ce moyen pour communiquer avec leur public, ils en font un moyen argumentatif pour persuader le public, c'est ce que j'appelle l'analogie argumentative ou la métaphore argumentative.

Par exemple, nommer « tempête des subprimes » la crise financière de 2008 – laquelle a commencé en 2007 en réalité – produit un effet de sens, comme je l'ai montré dans plusieurs articles. Les journaux français – presque tous, mais j'ai étudié surtout *Le Monde* et *Libération* – qui ont utilisé de façon répétitive cette métaphore argumentative signifiaient à leurs lecteurs que cette crise était à replacer et à comprendre dans un « cadre naturel » et non dans un « cadre piloté », pour reprendre les « cadres primaires » de Goffman. Autrement dit, face à la question goffmanienne « que se passe-t-il ici ? », question que tout le monde pouvait se poser en septembre 2008, ils rapprochaient *analogiquement* la crise financière en extension rapide à une tempête balayant tout sur son passage – on trouvait également la métaphore de la contagion et celle de l'inondation. Ils comblaient ainsi l'absence de sens, ce qui est le fonctionnement même de l'évidence, par une réponse simple. Mais, par cette métaphore, ils donnaient *également* à comprendre à leurs lecteurs qu'il n'y avait pas d'« agents » à l'origine de cette crise, que personne n'en était responsable et que rien n'était à remettre en question. La métaphore de la tempête permettait ainsi à la fois, dans un même geste discursif, de donner sens à l'événement et d'orienter sa perception tout en conférant à ces explications une forme d'évidence. C'est en cela que c'était une métaphore argumentative. Elle se présente comme une métaphore mais elle cache sa visée argumentative. Cette métaphore n'est pas anodine, elle sert cette visée. Une fois que le cadre naturel fixé, les journaux et des sites comme *lafinancepourtous.fr* ont pu aller plus loin : ils ont pu présenter les banquiers et les financiers comme les premières victimes de cette crise. Et les « emprunteurs modestes » (je cite) comme les responsables de la crise. Ce qui est totalement contrefactuel. Il faut lire le livre d'Adam Tooze à ce sujet.

La métaphore argumentative est très puissante d'un point de vue pragmatico-argumentatif. Elle fait partie de la boîte à outils de l'évidence discursive – qu'on peut appeler « naturalisation » – dont se servent les idéologies pour prospérer.

PALIMPSESTO

7) Toujours en matière d'analogies, la métaphore semble être un mécanisme privilégié pour la matérialisation de certains fonctionnements discursifs. Pour ceux qui souhaitent faire des recherches en analyse du discours, est-il indispensable de s'intéresser aux métaphores ? Pourquoi ?

THIERRY GUILBERT

Oui, parce que le langage de tous les jours – je crois que c'est un trait anthropologique commun à toutes les langues et civilisations – est presque entièrement métaphorique : les expressions toutes faites, la façon de nommer les choses, de porter un jugement, de donner un avis, etc. Dire que « la crise financière en extension rapide » est déjà une métaphore, si vous optez pour « effondrement de système financier », c'en est une également. A tel point qu'il est souvent difficile de s'exprimer sans aucune métaphore.

Mais c'est encore plus le cas dans le discours politico-médiatique car, dès qu'il s'agit d'expliquer, de convaincre ou de persuader son auditoire (ce qui n'est pas la même chose), il semble nécessaire de trouver des raccourcis car le temps est mesuré tant dans les médias que dans la sphère politique et la capacité d'attention de l'auditoire est restreinte également. Mais, ces raccourcis doivent être efficaces, c'est-à-dire que les raccourcis argumentatifs, par exemple, doivent être à la fois clairs et « évidents » – au sens où on ne songera pas à les mettre en doute. Si vous parlez de « l'échiquier politique » par exemple, c'est beaucoup plus rapide que d'expliquer, comme le ferait Bourdieu, ce qu'est le « champ politique » – ce qui est d'ailleurs également métaphorique au départ. Et puis comme « l'échiquier politique » est une expression « lexicalisée », comme le dirait Kerbrat-Orecchioni, c'est-à-dire une expression entrée dans les usages, elle sera comprise immédiatement et il y aura encore moins de risque qu'elle soit remise en question. Le «

Nous sommes en guerre ! » de Macron est aussi une métaphore argumentative très efficiente car elle résonne dans la mémoire discursive du peuple français.

Toutefois, dire que les métaphores sont omniprésentes dans le langage ne signifie pas qu'elles n'ont aucun effet de sens ou qu'elles sont anodines. En effet, le locuteur fait forcément un choix conscient ou inconscient, peu importe, parmi toutes les métaphores possibles ou existantes à sa disposition. Le choix des métaphores est donc à prendre en compte et à prendre au sérieux par tout analyste du discours car ce choix en dit beaucoup sur le locuteur et la *place* d'où il parle, c'est-à-dire la formation discursive à laquelle il appartient – même sans le savoir.

PALIMPSESTO

8) Dans le vaste domaine des sciences du langage, vos travaux portent principalement sur l'analyse du discours. D'après votre expérience, quels sont les principaux enjeux pour l'avenir de cette discipline ?

THIERRY GUILBERT

L'analyse du discours reste trop peu connue du grand public et surtout des médias et des autres disciplines. Pour traiter de questions de discours, ce sont souvent des littéraires, des politistes et des chercheurs en sciences de la communication qui sont invités dans les médias et ils ne répondent pas aux questions comme nous le ferions. Donc l'un des enjeux est de se faire connaître l'analyse du discours et de montrer que nous pouvons éclairer utilement des enjeux publics.

De même, l'analyse du discours est peu connue des sciences sociales, des sciences politiques et de la philosophie. Trois ensembles avec lesquels nous avons pourtant matière à dialoguer.

Une autre piste : il me semble que l'analyse du discours, contrairement à la sociolinguistique, n'a pas encore su faire des études de terrain. Certaines et certains commencent à le faire mais il faudrait que cela se développe. C'est un enjeu aussi de crédibilité et de dialogue tant avec les autres disciplines qu'avec les médias. Cet enjeu rejoint donc les deux autres.

Et puis, le plus important selon moi est que l'analyse du discours doit rester une analyse critique. Le danger – que je vois en France – est de faire de l'analyse du discours une boîte à outils totalement dépolitisée. Beaucoup de jeunes chercheurs et chercheuses – peut-être par peur de ne pas réussir à trouver de poste – édulcorent leur recherche. Ils/elles prennent en compte le contexte immédiat certes, mais ignorent volontairement ou non le contexte idéologique dans lequel les données relevées ont été produites. Contrairement à ce qu'ils/elles pensent, ce n'est pas plus objectif de s'y prendre de cette façon. Car ils/elles confondent neutralité et objectivité. Aucune recherche ne devrait être neutre car la neutralité est le symptôme d'un manque de réflexion et d'éthique.

PALIMPSESTO

9) Enfin, en 2022, vous avez enseigné le cours « Discours : langage, histoire et idéologie », en partenariat avec Mme Mónica Zoppi Fontana, à l'école doctorale (l'Institut d'Études du Langage) de Linguistique de l'Unicamp. Pourriez-vous nous raconter un peu comment s'est déroulée cette expérience ? Comment voyez-vous la relation de recherche entre le Brésil et la France dans le domaine de l'analyse du discours ?

THIERRY GUILBERT

L'école d'hiver organisée par mon amie et collègue Mónica Zoppi Fontana a réuni entre vingt et trente participantes et participants. Il y avait aussi bien des doctorantes et des doctorants, des docteurs et des docteurs que des collègues d'autres universités brésiliennes. J'exposais en français avec un PowerPoint que j'avais en partie traduit en portugais. J'exposais quelques minutes puis je faisais une pause et Mónica leur demandait si tout était bien compris. Au besoin, elle reprenait en portugais certaines de mes explications. Je reprenais 5 à 10 minutes puis faisais une nouvelle pause et ainsi de suite.

J'ai adoré donner ce séminaire ! L'expérience a été très enrichissante pour moi. J'ai aimé le format mais c'est surtout l'attitude des participants et participantes brésiliens et brésiliennes qui m'a plu. C'était à la fois très détendu et sérieux, ils/elles étaient très intéressées et posaient beaucoup de questions en faisant des liens entre la situation politique et économique brésilienne de 2022 et les analyses que j'exposais à propos du discours

néolibéral. En France, même en Master, les questions des étudiants restent rares et je le regrette. Pourtant, je sollicite beaucoup mes étudiants et étudiantes en France. Mais en plus, ils/elles se raidissent quand on aborde un sujet politique/idéologique – même au sens large du terme –, comme si le professeur sortait de son rôle. Au Brésil, au contraire, j’ai compris que questionner l’orateur et faire des liens avec l’actualité est dans la logique des choses. Et c’est très bien, car cela instaure un dialogue, permet à l’enseignant de comprendre le niveau de compréhension et l’oblige à prendre en compte les besoins et les attentes de son public.

Pour en venir à la relation de recherche entre le Brésil et la France, je peux dire que celle-ci existe mais qu’elle est encore trop peu développée. En analyse du discours, les liens pourraient être encore plus resserrés puisque nous partageons un même domaine de recherche. Il est possible que le principal frein à l’intensification de cette relation soit surtout, et je le regrette, une forme d’asymétrie dans cette relation. Les cotutelles, par exemple, j’en ai eu une expérience en tant qu’encadrant et j’ai beaucoup aimé. Mais à ma connaissance, c’est toujours un Brésilien ou une Brésilienne qui vient faire un stage doctoral en France, je ne connais pas d’exemple où un Français ou une Française est venu faire un stage en cotutelle au Brésil. Ils et elles auraient pourtant beaucoup à apprendre.

Il en va de même pour des bibliographies dans les articles de recherche : quel auteur français ou autrice française cite des chercheurs ou chercheuses brésiliennes ? Je n’en connais que très peu. Beaucoup d’analystes du discours en France ne connaissent même pas Eni Orlandi, alors que tous les chercheurs et toutes les chercheuses au Brésil connaissent, lisent et critiquent nombre de chercheurs et de chercheuses françaises. C’est dire le déséquilibre de cette asymétrie. L’euphémisme et le « mythe fondateur » que décrit Eni Orlandi va jusque-là, et c’est dommage.

L’ouvrage que je dirige et qui paraîtra en France en novembre comprendra trois chapitres écrits par des chercheuses du Brésil : Mônica Zoppi Fontana, Sheila Elias de Oliveira et mon ancienne doctorante, aujourd’hui docteure, Sheilla Resende. C’est déjà une contribution à cet échange et un moyen de faire connaître leurs travaux en France, mais c’est encore trop peu.

RÉFÉRENCES

GUILBERT, Thierry. *As evidências do discurso neoliberal na mídia*. Tradução de Guilherme Adorno, Luciana Nogueira, Luís Fernando Bulhões Figueira e Mônica G. Zoppi Fontana. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2020.

Thierry Guilbert: Il est professeur émérite à l'Université de Picardie Jules Verne, en France, où il a été professeur de linguistique et de sciences du langage dans les cursus de licence et de master. Affilié au CURAPP-ESS (Centre universitaire de recherches sur l'action publique et le politique - Épistémologie et sciences sociales), il a mené de nombreuses recherches sur les mécanismes discursifs des médias français dans leur fonctionnement idéologique. Il est l'auteur du livre *L'évidence du discours néolibéral* (2011), dont la traduction a été publiée en 2020 au Brésil par les éditions de l'Unicamp. <https://orcid.org/0000-0001-6806-4500> | th.guilbert@wanadoo.fr.

Guilherme Adorno: Post-doctorant au programme d'Études du Langage à l'Université Fédérale Fluminense (UFF) avec une bourse Faperj. Docteur en linguistique. Vice-responsable du groupe de recherche "O discurso nas fronteiras do social" et membre du Contradit (Coletivo de Trabalho Discurso e Transformação). Il travaille principalement dans les domaines de l'Analyse du Discours et de l'Histoire des Idées Linguistiques, en abordant des thématiques telles que les technologies du langage, l'intelligence artificielle, la production de savoirs, le savoir linguistique, l'auteur dans différentes pratiques sociales, le matérialisme et le fonctionnement juridique. <https://orcid.org/0000-0002-5999-4906> | guiadorno1@gmail.com.

Wellton da Silva de Fatima: Doctorant en linguistique, avec une spécialisation en Analyse du Discours, à l'Institut d'Études de la Langue (IEL) de l'Université de Campinas (Unicamp), il est également professeur dans le domaine des Lettres/Portugais à l'Institut Fédéral d'Alagoas. Entre 2023 et 2024, il a réalisé un séjour de doctorat à l'Université de Picardie Jules Verne, en France, dans le cadre du programme Capes/Print. Il est titulaire d'un master en Études du Langage de l'UFF, d'une spécialisation en Médias dans

l'Éducation de l'UFSJ et d'une licence en Lettres/Portugais de l'UFRRJ. Actuellement, il est vice-responsable du groupe LER/IFAL/CNPq. <https://orcid.org/0000-0002-0526-5396> | wellton.fatima@ifal.edu.br.

Os propósitos e os efeitos do discurso neoliberal na mídia, uma entrevista com Thierry Guilbert

Thierry Guilbert (UPJV)

Entrevistadores:

Guilherme Adorno (UFF/Faperj)

Wellton da Silva de Fatima (IFAL/Unicamp)

Neste dossiê, que trata da relação entre língua e sentido a partir de diferentes abordagens teóricas e metodológicas nos estudos da linguagem, a *Palimpsesto* – revista discente do Programa de Pós-graduação em Letras da UERJ – entrevista o professor e pesquisador francês Thierry Guilbert, da Université de Picardie Jules Verne (UPJV). Sua experiência na área de análise do discurso e os trabalhos que ele vem desenvolvendo contribuem para o conjunto das reflexões que integram o dossiê. Thierry Guilbert é professor emérito e pesquisador do Centro de Pesquisa em Ação Pública e Política – Epistemologia e Ciências Sociais, onde foi corresponsável pelo eixo “Reflexividade e Normativas”. Com uma trajetória acadêmica dedicada ao estudo dos discursos econômicos, políticos e ideológicos, Guilbert se destaca especialmente pela sua análise do discurso neoliberal.

Seu livro mais notável no Brasil, “As evidências do discurso neoliberal na mídia”, publicado pela Editora da Unicamp em 2020, investiga como os meios de comunicação franceses, entre 1995 e 2010, contribuíram para uma espécie de naturalização das políticas econômicas neoliberais. A obra é reconhecida por sua abordagem teórica robusta e sua documentação abrangente, evidenciando a construção de uma memória coletiva que legitima a exploração do trabalho e a priorização do lucro do capital financeiro.

Além de suas contribuições na França, Guilbert mantém uma relação de pesquisa estreita com o Brasil. Sua obra tem ressonância significativa no contexto brasileiro, onde os mecanismos discursivos do neoliberalismo também são amplamente debatidos. Suas análises são frequentemente utilizadas para entender como a mídia brasileira adota e difunde discursos econômicos similares, reforçando a importância de

uma abordagem constante e bem fundamentada dos processos de naturalização do discurso neoliberal.

Nesta entrevista exclusiva, conduzida por Guilherme Adorno de Oliveira e Wellton da Silva de Fatima, pesquisadores convidados que representam a *Palimpsesto*, Thierry Guilbert discute suas pesquisas e demais atividades, tanto na França quanto no Brasil, e reflete sobre as implicações sociais e políticas de sua investigação.

PALIMPSESTO

1) No decorrer de sua formação, na França, você sempre teve em mente trabalhar as questões pelas quais você é conhecido hoje? A análise de discurso sempre foi um interesse? Você poderia nos contar um pouco sobre seu percurso formativo?

THIERRY GUILBERT

A minha formação universitária foi incomum, pois eu decidi retomar meus estudos de licenciatura (graduação) depois de já estar exercendo a função de professor em educação básica há mais de 15 anos. No mestrado (atual “mestrado 1”), eu descobri as ciências da linguagem, o que foi uma revelação. Quando me matriculei no DEA (Diploma de Estudos Avançados, “mestrado 2”) em 2000, optei por trabalhar uma questão que me chamava atenção desde novembro-dezembro de 1995, quando eu participava de greves e manifestações contra o “plano Juppé”, que atacava as aposentadorias e a previdência social. A questão era a seguinte: como os meios de comunicação “pró-reforma” – ou seja, a maioria dos jornais e revistas franceses, como mais tarde estabeleci no meu doutoramento – que criticavam as reivindicações dos manifestantes dissimulavam a realidade ao mesmo tempo que davam a impressão de dizerem a verdade? E o que me deixava perplexo era saber que o discurso midiático era falso, sem que eu me sentisse capaz de demonstrar. “Às vezes acontece que se pode responder nada, e que não se esteja persuadido”, escreve Voltaire em “O Homem das Quarenta Escudos”. Citei essa frase na abertura do meu primeiro livro de 2007, porque ela corresponde perfeitamente ao que eu sentia. Esse questionamento foi o ponto de partida do meu memorial DEA e o fio condutor das minhas pesquisas futuras. Ao me informar e ao ler muito, descobri a ideologia neoliberal: não se falava sobre isso na época, a palavra e a coisa estavam totalmente ausentes tanto do discurso político-

mediático quanto do discurso universitário. Como aprendi mais tarde, às minhas custas – porque muitas vezes tive que me explicar e justificar o meu trabalho, até mesmo me defender, durante as minhas primeiras comunicações em colóquios –, a ideologia era uma palavra que não se empregava e não deveria mais ser empregada nem mesmo nas ciências humanas e sociais. É preciso dizer que se repetiu constantemente nos meios de comunicação desde o início da década de 1990, depois de Fukuyama, que não havia mais ideologias, que a queda do “Muro de Berlim” tinha posto fim às ideologias. No entanto, eu descobri aos poucos que o neoliberalismo é uma ideologia capaz de se tornar evidente e, portanto, invisível. Aos poucos: ou seja, sem qualquer estratégia, uma leitura demandando algo novo.... Eu estava diante de um campo completamente em aberto, inexplorado pela análise do discurso na França. Aos poucos, então, o tema do discurso neoliberal, como o nomeei, e especialmente o seu funcionamento “evidente” começou a se desenhar. Eu segui essa temática na minha tese de doutorado, depois nas pesquisas que conduzi posteriormente, como se tivesse puxado um fio de lã que sobressai: começa-se desfazendo o tricô pelo pulso, depois a manga e por fim todo o suéter. Esta questão, inicialmente simples, tornou-se uma questão complexa sobre o discurso neoliberal, depois uma questão cada vez mais ampla e profunda sobre o funcionamento da evidência discursiva. Então sim, para responder à pergunta, sempre tive em mente trabalhar nas questões que ainda hoje procuro explorar em profundidade.

PALIMPSESTO

2) No Brasil, você tem sido lido mais amplamente por pesquisadores da área de análise do discurso. No entanto, suas referências são mais amplas na linguística e nos estudos da linguagem. Você poderia comentar um pouco sobre suas principais referências teóricas?

THIERRY GUILBERT

Efetivamente, eu me identifico como analista do discurso e assumo plenamente o fato de que a minha investigação está ancorada neste domínio. Contudo, é verdade que as minhas referências teóricas não provêm exclusivamente deste campo. Eu estimo, além disso, tal como outros analistas do discurso, que a particularidade deste campo – e a sua grande qualidade – é de não ser compartimentado. Na minha opinião, os analistas

do discurso devem ser capazes de procurar em outros domínios, em outras disciplinas, aquilo que necessitam para realizar as suas análises, de acordo com as questões e temas de que tratam. Com a condição, porém, de verificar se as epistemologias são compatíveis e se a sua articulação com a análise do discurso é coerente e produtiva.

Minhas principais referências não são, inicialmente, nem linguistas nem analistas do discurso: trata-se dos filósofos Mikhail Bakhtin e seu aluno Volochinov, e do também filósofo Louis Althusser, além do sociólogo Pierre Bourdieu. Eu os estudei para tentar entender o que é uma ideologia e eles me ensinaram muito. As leituras de Pierre Bourdieu me acompanharam ao longo destes anos. E elas continuam me trazendo muitas contribuições. Outro filósofo me ajudou a compreender o funcionamento do discurso ideológico, Olivier Reboul e a sua obra publicada em 1980: “Linguagem e ideologia”. Foi a partir do seu trabalho notadamente que pude desenvolver o conceito de “dupla dissimulação” dos discursos ideológicos. Por fim, Michel Foucault foi essencial, em particular a leitura do seu curso sobre o neoliberalismo ministrado em 1978, e publicado em 2004.

Gostaria, no entanto, de acrescentar que grandes nomes da linguística e seus trabalhos também me trouxeram muitas contribuições. Eu penso em Émile Benveniste e na profundidade do seu pensamento sobre a subjetividade na linguagem; em Oswald Ducrot e Catherine Kerbrat-Orecchioni pelo seu trabalho sobre o implícito; em Dominique Maingueneau e Frédéric Cossutta pelo seu trabalho sobre discursos constituintes; em Georges Élia-Sarfati, pelo seu trabalho sobre doxa e senso comum. Pela reflexão sobre argumentação e manipulação, é a um não-linguista, Philippe Breton, a quem devo muito. Sobre os mitos, é Roland Barthes, um autor que aprecio particularmente. Desculpe, estou lançando referências à medida que elas me vêm, pode parecer um pouco heteróclito e certamente estou esquecendo algumas... Não seria somente Michel Pêcheux, claro.

Também li um pouco dos autores da Análise Crítica do Discurso: Norman Fairclough, Teun Van Dijk, Ruth Wodak... além das ferramentas que desenvolvem, gosto do seu compromisso com a sociedade, dão um sentido ético à investigação. No tema do engajamento ético-crítico, Edgar Morin também é uma grande fonte de inspiração.

Enfim, há dois anos, consegui finalmente encontrar tempo para abordar o trabalho de Jean-Pierre Faye e, em particular, a sua enorme obra “Linguagens totalitárias: crítica da razão/economia narrativa” publicada em... 1972. Embora antiga, esta obra ainda é relevante hoje porque trata em profundidade de um tema histórico: o da ascensão do nazismo de Hitler através do relato que se fazia daquilo que se passava na época. Sua abordagem dos efeitos da narração sobre a história real se ajusta perfeitamente à análise do discurso. De certa forma, ele vai ainda mais longe do que nós na eficiência da linguagem. O tema da aceitabilidade é um dos temas essenciais do seu pensamento: como os discursos modificam a percepção da realidade, como, ao fazê-lo, permitem fazer aceitar o inaceitável e, portanto, no final das contas, modificar a história. É necessário precisar que ele trabalhou com grande detalhamento e grande rigor histórico o período de ascensão do nazismo, situando os discursos (cartas, conceitos, artigos, obras, fórmulas, etc.) em seu contexto histórico. É fascinante e muito instrutivo, embora a sua metodologia tenha pouca semelhança com a de um linguista, há a vontade de situar os discursos no seu contexto e não se interessar apenas pelo que é dito, mas pelos efeitos do que é dito. Isto é o essencial para uma boa articulação com a análise do discurso.

Posteriormente descobri que Bourdieu também leva em conta a aceitabilidade produzida por certos discursos que ele chama de “discursos de importância”. Esses trabalhos têm necessariamente a ver com a evidência de discursos ideológicos ou, mais precisamente, com a procura do efeito de evidência de discursos ideológicos, como o discurso neoliberal.

PALIMPSESTO

3) O dossiê que estamos organizando na revista Palimpsesto publicará artigos de diversas áreas do conhecimento sobre a relação entre língua e sentido. Este não é um assunto novo, muito pelo contrário, mas ainda é uma problemática muito atual e muito produtiva no nível científico. É mesmo uma questão que nunca se esgota e ressurge de vez em quando. Você concorda com isso? Você poderia comentar como a relação entre língua e sentido aparece em suas pesquisas mais recentes?

THIERRY GUILBERT

Em abril de 2024, fui convidado pela École Normale Supérieure (ENS) de Lyon para falar sobre o seguinte tema: “Ecologia do sentido, sentido da ecologia”. Mesmo que este assunto não diga respeito apenas à linguagem verbal, sim, a relação entre língua e sentido é uma questão atual, e sim, é também uma questão sem fim que se renova constantemente porque a história continua, porque os desenvolvimentos no mundo levantam novas questões ou mesmo reembaralham as cartas.

Para dar apenas um pequeno exemplo, tenho em casa um dicionário “Clássico Universal” de 1882: para a entrada da palavra “liberal”, ele indica o sentido de “generoso”. Em 1938, durante o Colóquio Lippmann no qual estou trabalhando atualmente, o “novo liberalismo” disse que se opor ao “laissez faire (deixar fazer)”, ao “socialismo” e ao fascismo: apresentava-se como sinônimo de liberdade. Hoje, estas palavras “liberal” e “liberalismo”, bem como a palavra “neoliberal” nascida durante o colóquio, estão associadas para muitos de nós à austeridade orçamentária, ao retrocesso dos direitos sociais, à violência social, econômica e política... e ao crescimento econômico que destrói a biodiversidade e produz gases com efeito de estufa. Vemos como o significado de uma palavra muda ao longo da história, mas também dependendo de onde é usada, por quem é usada e de acordo com o discurso em que está inserida. Como escreveu Michel Pêcheux, o sentido de um discurso nunca se esgota. Com efeito, a partir do momento em que nos interessamos pela interdiscursividade da linguagem, pelas repetições, pelas paráfrases, pelas alusões, pelas ressonâncias semânticas, etc., a investigação não tem fim.

Para retornar rapidamente à minha pesquisa atual, estou dirigindo uma obra coletiva que será lançada em novembro de 2024 “Discurso e austeridade: argumentações, injunções, vulnerabilidade”, a ser lançado pela Presses Universitaires du Septentrion (Lille, França). Nela, nós abordamos o papel e a função dos discursos na implementação e/ou contestação de políticas de austeridade. Na introdução e no posfácio que escrevi, defendo a ideia de que os discursos não só acompanham as políticas, mas, pelo contrário, as precedem com o objetivo de preparar as opiniões públicas. Eles têm o papel e a função de preparar a aceitabilidade dessas políticas de austeridade. A relação entre língua e sentido aqui tem o efeito de modificar as representações de mundo das cidadãs e dos cidadãos, para que considerem as medidas

propostas como de bom senso. No meu posfácio, questiono mais uma vez a importância que a grande mídia desempenha em um processo que poderíamos chamar de “neoliberalização do mundo”.

Além disso, quando falamos de linguagem – que, segundo Saussure, é a capacidade de comunicar – também deveríamos estar interessados na linguagem dos animais. Há cada vez mais trabalhos sobre esse assunto e eles são muito promissores. Porque embaralha as cartas quando a inteligência e a linguagem – há muito consideradas apenas humanas – tomam o lugar dos humanos no mundo animal e vegetal. Recentemente ouvi um programa que cobria um estudo muito sério que mostrava que os elefantes do mesmo grupo nomeiam uns aos outros através de um som de trombeta inaudível para os humanos, mas reconhecível pelos próprios membros do grupo. Cada um seria, portanto, definido por um som único e arbitrário, que é o início da linguagem simbólica... Tudo isso é muito promissor.

PALIMPSESTO

4) Uma noção importante para tratar da relação entre linguagem e sentido na análise do discurso afiliada a Michel Pêcheux e praticada no Brasil é a de “ideologia”. Qual é sua posição atual sobre esse conceito? Quais diferenças você destacaria entre o uso desse conceito nos anos 1960/1970 e hoje?

THIERRY GUILBERT

A noção de ideologia é central em minha pesquisa. Como mencionei anteriormente, comecei lendo Bakhtin/Volochinov e Althusser. Os três autores não têm a mesma abordagem e situam-se em épocas e lugares muito diferentes. No entanto, há pontos comuns entre essas abordagens, além do fato de todos se declararem marxistas. Em ambos os casos, a ideologia é uma construção social, totalmente independente dos indivíduos. O que é muito forte em Bakhtin/Volochinov é a demonstração de que a linguagem é repleta de ideologia e que a consciência individual se constrói na interação, especialmente na interação verbal. Em outras palavras, a ideologia precede a consciência e a consciência é “toda ideologia”, para usar uma de suas expressões. Segundo eles, a consciência individual é apenas um locatário do edifício social. Em Althusser, que tanto inspirou Pêcheux, o que me interessou muito foi a evidência da

ideologia: a posição de sujeito da Ideologia é evidente para o sujeito. No âmago de sua consciência, ele exclama “Claro, é evidente, é isso mesmo!”. Estou citando de memória. A ideologia dominante nunca se apresenta como tal e é invisível para o sujeito. Acho que essas duas abordagens são complementares, mas nunca são aproximadas.

O que mudou hoje é a abordagem epistemológica e até ética da ideologia. Não se pode mais começar um trabalho de pesquisa afirmando que se reivindica o marxismo (ou outra “escola” de pensamento). E isso é algo positivo. Era um problema ético e, sobretudo, epistemológico. Porque é como se os resultados da pesquisa fossem fixados antes mesmo de começar a pesquisa. Esse viés também é encontrado em Pêcheux. No entanto, isso não é motivo para descartar esses trabalhos tão ricos e profundos, pois, mesmo que seu quadro de pensamento fosse ideológico, seus trabalhos eram muito sérios, muito argumentados e não encontramos traços de tomada de posição ideológica em suas longas e ricas demonstrações - exceto, como mencionei, nos primeiros parágrafos de alguns trabalhos. Poderíamos até dizer que, ao menos, eles declaravam claramente seu ponto de partida, suas petições de princípio, algo que outros, que se apresentam como completamente objetivos, quando não são, não fazem. Talvez seu lugar de sujeito da ideologia neoliberal seja uma evidência para eles.

Os mecanismos gerais da ideologia, a meu ver, não mudaram. E menos ainda o que me interessa em minha pesquisa, ou seja, o funcionamento pela evidência das ideologias. Basta ouvir hoje o que dizem os dirigentes e as dirigentes dos países, sejam eles “populistas” - aqueles que utilizam os medos dos povos e a demagogia - ou aqueles chamados “democratas”, todos e todas usam o que chamei de “dupla dissimulação” para se eleger. Claro, não quero dizer que todos os governos são iguais. Quero apenas dizer que, para se eleger, não há outra solução, na democracia, senão produzir discursos e buscar efeitos de sentido, e o efeito de evidência é o mais eficiente, a meu ver.

PALIMPSESTO

5) Recentemente, mais precisamente em 2020, seu livro “L'« évidence » du discours neoliberal” foi traduzido e publicado no Brasil. Nele, você traz análises sobre como a imprensa relatou as contestações em torno de certas reformas político-econômicas francesas entre 1995 e 2010. No entanto, muitas dessas análises permanecem relevantes para refletir sobre as diferentes reformas que continuam ocorrendo na França e em

outros lugares, como no Brasil. No mundo pós-pandêmico, como você analisa as repetições e/ou diferenças no discurso neoliberal?

THIERRY GUILBERT

Eu acabo de antecipar um pouco essa questão. Em 2023, a “reforma das aposentadorias” proposta por Emmanuel Macron utilizou praticamente os mesmos recursos discursivos e argumentativos que analisei para os períodos anteriores: a dramatização, a doxa, a “pedagogia”, o povo irracional e inconstante, a racionalidade dos dirigentes... Na introdução do livro coletivo que será publicado, e já mencionei, retorno às medidas durante a pandemia, mostrando que não houve mudança de paradigma - apesar do que afirmaram os meios de comunicação de massa. Michel Foucault mostrou em suas aulas no Collège de France que esse neoliberalismo não consiste em *deixar agir* o mercado, como ainda se acredita muitas vezes, mas em *colocar o Estado a serviço* dos mercados e das empresas. Colocar os meios do Estado a serviço das empresas e sem contrapartida é exatamente o que Emmanuel Macron fez durante a pandemia com seu “Custe o que custar” - fórmula que é uma retomada do “*Whatever it takes*” de Mario Draghi quando assumiu a presidência do Banco Central Europeu (BCE) após a crise financeira de 2007-2008 e a crise das dívidas soberanas de 2012-2015. Os discursos de Macron à nação, que prepararam a população para essas medidas, utilizaram os recursos discursivos e argumentativos habituais da evidência: dupla dissimulação, dramatização (“Estamos em guerra!”), uso/constituição da doxa, racionalidade dos dirigentes, comparação com o vizinho...

No entanto, algo relativamente novo aconteceu: o “*nudge*”, que eu definiria como a incitação invisível para agir de maneira direcionada. Claro, a manipulação e o “governo dos comportamentos” existem há muito tempo (como mostrou Foucault em seu curso de 1977-1978), mas essa nova forma, surgida nos “novos meios de comunicação” e nos GAFAM (Soshana Zuboff, “*A Era do Capitalismo de Vigilância*”), parece se adaptar muito bem à política neoliberal. Se uma função de “compartilhar” é colocada em um aplicativo, você tende a usá-la, mesmo que a ideia de fazer isso não lhe viesse à mente por essa função não estar ali presente. É aí que está a incitação: ela é invisível porque é evidente, e é evidente porque é apresentada como uma parte natural da página na tela. Se você não é resistente às chamadas redes sociais - o que eu sou -, é

provável que seja “nudged” e, portanto, “compartilhe”. Da mesma forma, se seu discurso político apresenta seu próprio “cenário”, sua página de tela política, de uma maneira que parece evidente - por exemplo, ao nomear “extremos”, as opções políticas concorrentes -, você pode orientar as escolhas, portanto, os comportamentos eleitorais. Você pode “nudging” ou incitar os eleitores e eleitoras a votar de maneira direcionada. Foi exatamente o que aconteceu nas eleições presidenciais e legislativas de 2022 na França: o discurso do Presidente, para sua própria reeleição, apresentou a seguinte página de tela: uma escolha binária, clique em “extremos” ou em “razoável”. Esse presidente neoliberal foi reeleito sem uma verdadeira campanha. Ele tentou o mesmo em junho de 2024, com o resultado que conhecemos. Isso é um verdadeiro problema democrático.

PALIMPSESTO

6) Você refletiu sobre a relação entre as analogias argumentativas e a construção de evidências no discurso jornalístico sobre a crise financeira de 2008. Mais precisamente sobre as analogias, você mostra que esses fatos de linguagem, na forma como são utilizados nos principais meios de comunicação franceses, contribuem para uma espécie de naturalização de pontos de vista que são, na verdade, econômicos e ideológicos. Você poderia comentar um pouco sobre esse assunto, dando-nos alguns exemplos de suas análises?

THIERRY GUILBERT

A analogia é uma categorização do mundo por similaridade, tem a ver com metáfora. A outra categorização do mundo, segundo Jakobson, é a contiguidade, que leva à metonímia. A analogia me interessa porque joga sobre a seleção de traços comuns, é um dos meios que temos à nossa disposição para compreender os fatos que se produzem no mundo que nos rodeia. Os jornalistas utilizam constantemente esse meio para se comunicar com o seu público, utilizando-se dele como meio argumentativo para persuadir o público, isso é o que chamo de analogia argumentativa ou metáfora argumentativa.

Por exemplo, nomear de “tempestade das subprimes¹” a crise financeira de 2008 – que na verdade começou em 2007 – produz um efeito de sentido, como demonstrei em vários artigos. Os jornais franceses – quase todos, mas estudei sobretudo o *Le Monde* e o *Libération* – que usaram repetidamente esta metáfora argumentativa significaram para seus leitores que esta crise tinha de ser colocada e compreendida num “quadro natural” e não num “quadro direcionado”, para usar os “quadros primários” de Goffman. Em outras palavras, diante da questão goffmaniana “o que está acontecendo aqui?”, uma pergunta que todos poderiam fazer a si próprios em setembro de 2008, comparava-se analogicamente a crise financeira em rápida expansão a uma tempestade que varre tudo no seu caminho – encontra-se também a metáfora do contágio e a da inundação. Assim, eles preenchiam a ausência de sentido, que é funcionamento próprio da evidência, com uma resposta simples. No entanto, através desta metáfora, eles também deixaram claro aos seus leitores que não havia “agentes” na origem da crise, que ninguém era responsável por ela e que nada deveria ser recolocado em questão. A metáfora da tempestade permitiu, assim, num mesmo gesto discursivo, dar sentido ao acontecimento e orientar a sua percepção ao mesmo tempo que deu a essas explicações uma forma de evidência. É por isso que era uma metáfora argumentativa. Ela se apresenta como uma metáfora, mas esconde o seu objetivo argumentativo. Esta metáfora não é inofensiva, ela serve a esse propósito. Uma vez estabelecido o quadro natural, jornais e sites como *lafinancepour tous.fr* puderam ir mais longe: eles apresentaram os banqueiros e os financiadores como as primeiras vítimas desta crise. E os “devedores modestos” (faço citação) como os responsáveis pela crise. O que é completamente contrafactual. É preciso ler o livro de Adam Tooze sobre esse assunto.

A metáfora argumentativa é muito poderosa do ponto de vista pragmático-argumentativo. Ela faz parte da caixa de ferramentas de evidências discursivas – que podemos chamar de “naturalização” – que as ideologias usam para prosperar.

PALIMPSESTO

7) Ainda a respeito das analogias, a metáfora parece ser um mecanismo privilegiado para a materialização de determinados funcionamentos discursivos. Para quem deseja

¹ NT: trata-se de um tipo de hipoteca, de financiamento para habitação.

fazer pesquisa em análise do discurso, é fundamental se interessar pelas metáforas? Por quê?

THIERRY GUILBERT

Sim, porque a linguagem cotidiana – creio que este é um traço antropológico comum a todas as línguas e civilizações – é quase inteiramente metafórica: as expressões prontas, a forma de nomear as coisas, de julgar, de opinar, etc. Dizer que “a crise financeira em rápida expansão” já é uma metáfora, se você optar por “colapso do sistema financeiro”, também o é. Tanto que muitas vezes é difícil expressar-se sem nenhuma metáfora.

Mas isso é ainda mais o caso do discurso político-midiático porque, desde que se trate de explicar, convencer ou persuadir o seu público (o que não é a mesma coisa), parece necessário encontrar atalhos porque o tempo é medido tanto nos meios de comunicação quanto na esfera política e a capacidade de atenção do público é igualmente restrita. Mas, estes atalhos devem ser eficientes, ou seja, os atalhos argumentativos, por exemplo, devem ser ao mesmo tempo claros e “evidentes” – no sentido de que não pensaremos em duvidar deles. Se falarmos do “tabuleiro de xadrez político”, por exemplo, é muito mais rápido do que explicar, como faria Bourdieu, o que é o “campo político” – o que também é inicialmente metafórico. E então, como “tabuleiro de xadrez político” é uma expressão “lexicalizada”, como diria Kerbrat-Orecchioni, ou seja, uma expressão que entrou em uso, ela será compreendida imediatamente e haverá ainda menos risco de ser posta em questão. O “nós estamos em guerra!” » de Macron é também uma metáfora argumentativa muito eficaz porque ressoa na memória discursiva do povo francês.

No entanto, dizer que as metáforas são onipresentes na linguagem não significa que elas não tenham nenhum efeito de sentido ou que sejam inofensivas. Com efeito, o locutor faz necessariamente uma escolha consciente ou inconsciente, não importa, entre todas as metáforas possíveis ou existentes à sua disposição. A escolha das metáforas deve, portanto, ser tida em conta e levada a sério por todo analista do discurso porque esta escolha diz muito sobre o locutor e o lugar de onde fala, ou seja, a formação discursiva a que pertence – mesmo sem saber disso.

PALIMPSESTO

8) No vasto campo das ciências da linguagem, seus trabalhos focam principalmente na análise do discurso. Segundo sua experiência, quais são os principais desafios para o futuro dessa disciplina?

THIERRY GUILBERT

A análise do discurso ainda é pouco conhecida do grande público e, especialmente, dos meios de comunicação e de outras disciplinas. Para tratar de questões de discurso, muitas vezes são literatos, cientistas políticos e pesquisadores em ciências da comunicação que são convidados pelos meios de comunicação, e eles não respondem às perguntas como nós o faríamos. Portanto, um dos desafios é tornar a análise do discurso mais conhecida e mostrar que podemos esclarecer de maneira útil as questões públicas.

Da mesma forma, a análise do discurso é pouco conhecida das ciências sociais, das ciências políticas e da filosofia. Três áreas com as quais temos, no entanto, matéria para dialogar.

Outra pista: parece que a análise do discurso, ao contrário da sociolinguística, ainda não conseguiu realizar pesquisas de campo. Algumas pessoas começaram a fazê-lo, mas isso precisa se desenvolver. É também uma questão de credibilidade e de diálogo, tanto com outras disciplinas quanto com os meios de comunicação. Esse desafio, portanto, se relaciona aos dois outros.

E, para mim, o mais importante é que a análise do discurso deve continuar sendo uma análise crítica. O perigo - que vejo na França - é tornar a análise do discurso uma caixa de ferramentas totalmente despolitizada. Muitos jovens pesquisadores e pesquisadoras - talvez por medo de não conseguir um emprego - amenizam o tom de suas pesquisas. Eles/elas levam em conta o contexto imediato, é claro, mas ignoram voluntária ou involuntariamente o contexto ideológico em que os dados coletados foram produzidos. Ao contrário do que eles/elas pensam, isso não é ser mais objetivo. Pois eles/elas confundem neutralidade com objetividade. Nenhuma pesquisa deve ser neutra, pois a neutralidade é um sintoma de falta de reflexão e de ética.

PALIMPSESTO

9) Por fim, em 2022, você ministrou o curso “Discurso: linguagem, história e ideologia”, em parceria com a professora Mónica Zoppi Fontana, no Programa de Pós-graduação em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Você poderia nos contar um pouco como foi essa experiência? Como você vê a relação de pesquisa entre Brasil e França no campo da análise do discurso?

THIERRY GUILBERT

A escola de inverno organizada pela minha amiga e colega Mónica Zoppi Fontana reuniu entre vinte e trinta participantes. Estiveram presentes tanto doutorandos, quanto doutoras e doutores, além de colegas de outras universidades brasileiras. Eu fiz uma apresentação em francês com um powerpoint que traduzi parcialmente para o português. Eu falava alguns minutos, depois fazia uma pausa e a Mónica perguntava-lhes se estava tudo entendido. Se necessário, ela repetia algumas das minhas explicações em português. Eu retomava por 5 a 10 minutos, depois fazia outra pausa e assim por diante.

Eu adorei dar esse seminário! A experiência foi muito enriquecedora para mim. Gostei do formato, mas foi principalmente da atitude dos participantes brasileiros e das participantes brasileiras que gostei. Foi muito descontraído e sério, eles e elas se mostraram muito interessados e interessadas e fizeram muitas perguntas, fazendo ligações entre a situação política e econômica brasileira de 2022 e as análises que apresentei sobre o discurso neoliberal. Na França, mesmo no mestrado, as perguntas dos alunos são raras e eu lamento por isso. Apesar de eu solicitar muito os meus alunos na França. Além do mais, eles se enrijecem quando abordamos um tema político/ideológico - mesmo no sentido amplo do termo -, como se o professor estivesse saindo do seu papel. No Brasil, ao contrário, entendi que questionar o orador e fazer conexões com a atualidade está na lógica das coisas. E isso é muito bom, porque estabelece um diálogo, permite ao professor perceber o nível de compreensão e obriga-o a ter em conta as necessidades e expectativas do seu público.

Quanto à relação de pesquisa entre Brasil e França, posso dizer que ela existe, mas ainda é muito pouco desenvolvida. Na análise do discurso, os vínculos poderiam ser ainda mais próximos, já que compartilhamos o mesmo campo de pesquisa. É

possível que o principal obstáculo à intensificação desta relação seja sobretudo, e lamentoso, uma forma de assimetria nesta relação. As cotutelas, por exemplo: eu tive experiência como supervisor e gostei muito. Mas, que eu saiba, é sempre um brasileiro ou uma brasileira que vem fazer estágio de doutorado na França. Não conheço nenhum exemplo de onde um francês ou uma francesa tenha vindo fazer um estágio cotutela no Brasil. Eles e elas teriam, no entanto, muito que aprender.

O mesmo vale para bibliografias em artigos de pesquisa: qual autor francês cita pesquisadores e pesquisadoras do Brasil? Conheço apenas muito poucos deles. Muitos analistas do discurso na França nem conhecem Eni Orlandi, enquanto todos os pesquisadores no Brasil conhecem, leem e criticam muitos pesquisadores franceses. Isso mostra o desequilíbrio dessa assimetria. O europeísmo e o “mito fundador” que Eni Orlandi descreve tocam nesse ponto, e é uma pena.

O trabalho que estou dirigindo e que será lançado na França em novembro incluirá três capítulos escritos por pesquisadoras do Brasil: Mônica Zoppi Fontana, Sheila Elias de Oliveira e minha ex-aluna de doutorado, hoje doutora, Sheilla Resende. Já é uma contribuição para este intercâmbio e um meio de dar a conhecer os seus trabalhos na França, mas ainda é muito pouco.

REFERÊNCIAS

GUILBERT, Thierry. *As evidências do discurso neoliberal na mídia*. Tradução Guilherme Adorno, Luciana Nogueira, Luís Fernando Bulhões Figueira, Mônica G. Zoppi Fontana. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2020.

Thierry Guilbert: É professor emérito da Université de Picardie Jules Verne, na França, onde foi professor de linguística e ciências da linguagem nos cursos de licenciatura e mestrado. Vinculado ao CURAPP-ESS (Centre universitaire de recherches sur l'action publique et le politique- Epistémologie et sciences sociales), desenvolveu vasta pesquisa sobre os mecanismos discursivos da mídia francesa em seu funcionamento ideológico. É autor do livro “As evidências do discurso neoliberal na mídia”, cuja tradução foi publicada em 2020 no Brasil, pela editora da Unicamp. <https://orcid.org/0000-0001-6806-4500> | th.guilbert@wanadoo.fr.

Guilherme Adorno: Pós-doutorando pelo programa de Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF) com bolsa Faperj. Doutor em Linguística. Vice-líder do grupo de

pesquisa "O discurso nas fronteiras do social" e membro do Contradit (Coletivo de Trabalho Discurso e Transformação). Atuo principalmente nas áreas de Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas, em temáticas em torno das tecnologias de linguagem, inteligência artificial, produção do conhecimento, saber linguístico, autoria em diferentes práticas sociais, materialismo e funcionamento jurídico. <https://orcid.org/0000-0002-5999-4906> | guiadorno1@gmail.com.

Wellton da Silva de Fatima: Doutorando em Linguística, com concentração em Análise de Discurso, pelo IEL da Unicamp, é também professor da área de Letras/Português do Instituto Federal de Alagoas. Entre 2023 e 2024, realizou período de doutorado sanduíche na Université de Picardie Jules Verne, na França, pelo programa Capes/Print. Mestre em Estudos da Linguagem pela UFF, especialista em Mídias na Educação pela UFSJ e graduado em Letras/Português pela UFRRJ. Atualmente é vice-líder do grupo LER/IFAL/CNPq. <https://orcid.org/0000-0002-0526-5396> | wellton.fatima@ifal.edu.br.

Aplicações potenciais da Linguística Cognitiva para áreas da Linguagem, do Discurso e da Gramática

Prof. Dr. Antônio Suárez Abreu (UNESP)

Entrevistadores:

Thiago Wallace Rodrigues dos Santos Lopes (UERJ)

Débora Leão (UERJ)

O *lócus* da Linguística Cognitiva encontra-se hoje em um momento dicotômico: nunca tão firme, nunca tão pouco definido. Nesse caso, por “pouco definido”, podemos também compreender “com potenciais diversos”. Transitando do ensino à teoria, da gramática à literatura, do digital aos Estudos Clássicos, o viés de uma teoria mentalista, relativista e com foco na intercambialidade com as demais ciências da cognição pode ser visto como amplo, de caráter conexcionista, e está sendo explorado de formas diversas e criativas.

Para verificar os argumentos acima, é de grande ajuda observar que seus estudiosos também refletem tais características da área de Linguística Cognitiva (LC). O entrevistado desta edição da *Palimpsesto*, o prof. Dr. Antônio Suárez Abreu, transita da Gramática à Semântica, e, nesses caminhos, não carece de ser um profícuo pensador dedicado a compreender melhor as próprias estruturas que facultam o sentido que extraímos da linguagem. Há cerca de duas décadas ele se dedica ao tema, estabelecendo-se, então, como vanguarda brasileira nos estudos de LC.

Ser um dos integrantes dessa vanguarda, contudo, não parece assustar o professor Abreu. Retornando continuamente às origens de nossa espécie, ele busca entender não apenas *como* a nossa linguagem e os nossos discursos operam, mas também os seus porquês. Ao discorrer neste texto (assim como o faz em seus livros) sobre as imagens que construímos ou acessamos em nossas mentes durante o discurso, o prof. Abreu retorna nosso foco para um homem não (apenas) científico, mas *ancestral* e *corporificado*. É na maneira na qual nossa espécie se constituiu como um ser colaborativo e sociável que devemos investigar as *razões* da nossa maneira de pensar, sugere Abreu.

E mesmo ao acessar essa visão pré-histórica, não precisamos abandonar nossas instituições. O próprio professor Abreu dedica parte considerável de sua produção acadêmica para que o ensino de gramática se torne mais produtivo precisamente em contexto formal, escolar. Conforme ele mesmo destaca, aprender a(s) normatividade(s) a partir dos princípios imagéticos gerais desde jovens pode permitir um acesso mais rico e integrado aos saberes de nossa espécie.

O uso de imagens mentais sobre o qual discorre Abreu provê mais uma das funções mais caras à Linguística Cognitiva: o seu aspecto semântico. Partindo das cenas elaboradas com base em nossa experiência no mundo, mais poderosas cognitivamente, podemos acionar valores morais construídos cultural e discursivamente, integrando a língua e a linguagem às nossas mentes.

Todos esses atributos tornam a criatividade humana (uma das cifras resultantes da soma das partes abordadas na LC) um campo privilegiado para pensarmos a argumentação. Colocando-a no patamar de recurso de manutenção da vida social, visto que estabelecemos relações a partir da troca entre pares, verificamos que a argumentação e a escrita criativa fazem parte não de um único setor aplicado, voltado para o mercado, mas também da nossa potência humana.

Para exercer a conexão entre todos os temas citados e outros ainda que ficaram de fora, mas são trabalhados em sua longa carreira, é necessário ser um profissional igualmente capacitado para exercer diálogo. No caso do professor Antônio Suárez Abreu, isso verifica-se em sua formação, que se realiza com graduação, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado em São Paulo e contou com experiências fora do Brasil, notadamente em Portugal e nos Estados Unidos – local onde pôde conhecer o ainda incipiente campo de Estudos Linguístico-Cognitivos e iniciar suas reflexões, somando-as ao seu trabalho já existente com Fonologia, Ensino de Gramática e Pragmática. Atualmente, é integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguística Cognitiva (GEPELIC). Além disso, é um autor acadêmico profícuo, tendo publicado mais de 30 artigos, orientado mais de 80 alunos de pós-graduação em nível *stricto sensu* e escrito mais de 10 livros, notadamente nos temas de Linguística Cognitiva e Ensino de Gramática, como *Gramática mínima para o domínio da língua padrão* (2003) e *Linguística Cognitiva: uma visão geral e aplicada* (2010).

Rompendo em parte com a tradição acadêmica da Linguística (na qual ainda vê valor) ao olhar para o futuro enquanto interfere nas práticas do presente, o estimado professor Dr. Antônio Suárez Abreu nos honra com o aceite do convite para esta entrevista. Antes de prosseguir ao conteúdo da conversa, encontrado a seguir, não podemos eximir-nos de agradecer profundamente ao professor Abreu pela sua disponibilidade e pelo tempo despendido na elaboração das respostas.

PALIMPSESTO

1) Ao longo da sua trajetória como pesquisador das ciências da linguagem, o senhor contribuiu de diversas maneiras para os estudos linguísticos no Brasil, tendo suas principais contribuições nos estudos sobre Cognição e Linguagem, Gramática e Retórica e nos estudos acerca do ensino de Língua Portuguesa. Assim sendo, poderia narrar um pouco sobre como se deu o seu encontro com os estudos linguísticos? E como descreve a sua trajetória até o presente momento?

ANTÔNIO SUÁREZ ABREU

Meus estudos de linguagem se iniciaram quando fiz graduação em Letras, na PUC de Campinas. Terminado o curso, fui para Portugal, onde estudei um ano na Universidade Clássica de Lisboa, fazendo aquilo que hoje chamaríamos de pós-graduação *lato sensu*. Voltando, fiz mestrado e doutorado na USP e, mais à frente, comecei a lecionar linguística nessa Universidade, tanto em graduação quanto em pós-graduação. Fiz, então, meu concurso de Livre-Docência. Anos depois, passei a lecionar língua portuguesa na graduação e pós-graduação da UNESP, campus de Araraquara. Fiz meu pós-doutorado na UNICAMP, já em linguagem e cognição, e concurso para Titular na UNESP. Minha área de ensino e pesquisa, há uns 20 anos, é cognição e linguagem, dentro do modelo da Linguística Cognitiva. Já orientei e levei à defesa mais de 40 mestrados e 40 doutorados e supervisionei 8 pós-doutorados. Escrevi numerosos artigos científicos em português e inglês e publiquei 13 livros. Atualmente, estou escrevendo um outro, didático, intitulado: *Lições de gramática para o Ensino Médio e vestibulares*.

PALIMPSESTO

2) Parte significativa da sua pesquisa é voltada para o ensino de Línguas, Leitura e de Produção Textual (em línguas portuguesa e inglesa), muito ligadas à argumentação e à escrita criativa. Assim, o senhor aponta que “saber argumentar é, em primeiro lugar, saber integrar-se ao universo do outro. É também obter aquilo que queremos, mas de modo cooperativo e construtivo, traduzindo nossa verdade dentro da verdade do outro” (Abreu, 2009, s/p). Partindo dessas percepções e da sua atuação, de que maneira o ensino da argumentação contribui para a construção de sentidos na escrita – criativa e não criativa?

ANTÔNIO SUÁREZ ABREU

Bem, do ponto de vista da evolução da espécie, o ser humano somente conseguiu sobreviver no vale do Rift, na África, há 3 milhões de anos, por ter sido capaz de se unir em grupos, para defender-se e caçar. A todo momento, tinha de argumentar (por mimetismo, naquela época) para conseguir o apoio de uma segunda pessoa. Um *Australopithecus afarensis*, sozinho, atirando pedras em um tigre, viraria almoço do tigre, mas 15 *Australopithecus* atirando pedras, ao mesmo tempo, fariam o tigre fugir. Desde que nascemos, também tentamos, continuamente, convencer nossas mães a nos alimentar e dar afeto, por meio de choro, gestos e gracinhas. Quando aprendemos a falar, a linguagem já surge, portanto, dentro de um nicho em que argumentar é importante. Aprender argumentação, quando adultos, é sistematizar, apenas, aquilo que sempre fizemos em termos filogenéticos e ontogenéticos. E quanto mais estudamos maneiras de convencer e persuadir, mais criativos ficamos, não apenas na escrita, mas em tudo o que nos propomos fazer tanto na vida profissional, quanto na pessoal.

PALIMPSESTO

3) Em artigo de 2020, o senhor afirma, com a sua coautora, que “os marcadores pragmáticos são de suma importância tanto no discurso escrito como no oral. As interações interpessoais são marcadas no cotidiano pela sua alta frequência [...]” (Abreu; Lyrio, 2020, p. 76), retomando a ideia de que nossos discursos não são apenas construídos por itens lexicais complexos. Desse ponto de vista, como os marcadores pragmáticos estão ligados à construção de discursos?

ANTÔNIO SUÁREZ ABREU

Os marcadores pragmáticos de que tratamos nesse artigo são os chamados marcadores pragmáticos conversacionais, que estão ligados à sociabilidade. Exemplos bastante conhecidos são as fórmulas de cortesia, como *bom-dia, por favor, obrigado*. Ligados ao discurso, temos os marcadores pragmáticos de atenuação, que vamos intercalando em nossos textos como *felizmente* em *Felizmente, você conseguiu superar o problema!*

PALIMPSESTO

4) Ainda tratando do uso dos marcadores pragmáticos e dos seus usos no discurso e nas interações sociais, de que forma o uso – adequado ou inadequado – deles pode contribuir e/ou prejudicar a transmissão de sentidos de um dado enunciado discursivo?

ANTÔNIO SUÁREZ ABREU

Quase todos, inconscientemente, usamos os marcadores de atenuação. O segredo está em usar na medida certa em cada situação de fala. Não usar, usar de maneira deficiente ou de maneira exagerada é inadequado e prejudica a transmissão de sentidos.

PALIMPSESTO

5) O senhor atuou em diferentes frentes dos estudos linguísticos, apresentando contribuições muito valiosas para a teoria e para a prática. Parte significativa da sua produção bibliográfica, contudo, vem caminhando pelo campo da Linguística Cognitiva, com destaque para os estudos da Metáfora e da Metonímia, propiciando uma maior e importante fonte de consulta nesse campo de estudo em português. Como se deu o seu contato com a Linguística Cognitiva e como foi o processo de introdução dessa teoria às suas pesquisas e aos seus trabalhos?

ANTÔNIO SUÁREZ ABREU

Meu primeiro contato com a Linguística Cognitiva aconteceu nos Estados Unidos, em um curso que fiz em Santa Barbara, Califórnia, em 1973. Na verdade, era

uma linguística ainda com sólidas raízes funcionalistas. Mais à frente, estive também em Cleveland, estado de Ohio, na Case Western Reserve University, por duas vezes. Lá, pude conhecer pesquisadores da área como o Mark Turner e o Gilles Fauconnier, que era de Berkeley. Foi a partir dessas experiências que comecei minhas pesquisas em Linguística Cognitiva.

PALIMPSESTO

6) Em seu livro introdutório à Linguística Cognitiva, enquanto trata da metáfora, o senhor afirma que “juntamente com a transferência do(s) traço(s) selecionado(s) do domínio de origem, são transferidos *valores*” (Abreu, 2010, p. 50, grifo nosso). Ao abordar os fatores emocionais e culturais que estão presentes na utilização de metáforas como elementos além do plano discursivo, situando-as como mediadoras da cognição humana, o senhor acredita dialogar com a questão da perspectivação, tão cara à Linguística Cognitiva, e vê diálogo com o relativismo ou determinismo linguístico?

ANTÔNIO SUÁREZ ABREU

Sempre que nos comunicamos, preferimos usar imagens. Em vez de dizer, por exemplo, que *o Banco Central prejudicou o ânimo da economia, com a manutenção da taxa de juros*, preferimos dizer que *o Banco Central jogou um balde de água fria na economia, com a manutenção da taxa de juros*. São as chamadas metáforas conceituais. É claro que cada cultura e momento histórico têm suas imagens preferidas. Antigamente, quem tinha muito dinheiro era uma pessoa **amoedada**, por exemplo. O que é importante, no uso das imagens, é respeitar a pragmática conversacional, a sociabilidade entre as pessoas.

PALIMPSESTO

7) Cada vez mais, no contexto acadêmico, há o direcionamento dos interesses da pesquisa em sociocognição para o ensino. Especificamente sobre a metáfora e a metonímia, iniciativas estão sendo feitas na tentativa de adaptar os materiais didáticos para oferecer aos alunos uma visão diferente da retórica tradicional desde as suas primeiras manipulações desse conteúdo em contexto formal. Como o senhor vê essas iniciativas e como julga ser adequada essa apresentação a alunos em idade escolar,

notadamente os do segundo ciclo do Ensino Fundamental? Quais princípios aplicáveis a exercícios de fixação, por exemplo, podem estar de encontro à visão da Semântica Cognitiva nesses tópicos?

ANTÔNIO SUÁREZ ABREU

O livro que estou escrevendo, neste momento, em parceria com a Beatriz Quirino Arruda Doná, que está fazendo os exercícios, tem esse objetivo. O ensino tradicional de gramática é puramente analítico e descontextualizado. É como se você desse algumas aulas sobre chifres, orelhas e tetas, e o aluno tivesse, a partir daí, de entender o que é uma vaca. Eu procuro trabalhar com princípios gerais e não fazer os alunos decorarem regrinhas. Para continuar a falar de imagens, ou iconicidade, podemos ver que muitas exceções têm origem nesse princípio. Quando escolho um sujeito como *As tortas de chocolate* e vou concordar com o verbo *chegar*, vou dizer que *as tortas de chocolate chegaram* e não **as tortas de chocolate chegou*, pois o verbo concorda com o núcleo do sintagma mais alto do sujeito. Mas, estranhamente, se essa mesma frase tivesse como sujeito *trinta por cento do chocolate*, as pessoas, em vez de dizer: *Trinta por cento do chocolate chegaram*, prefeririam dizer *Trinta por cento do chocolate chegou*. E essa frase também está correta, normativamente! Por que fazemos isso? Porque, em termos cognitivos, o núcleo do sujeito (*trinta por cento*) não forma imagem na minha cabeça, e *chocolate* forma. No caso anterior, tanto *tortas* quanto *chocolate* formam imagem, então, eu tenho de concordar com o núcleo *tortas*, que forma imagem.

PALIMPSESTO

8) Conforme George Lakoff postula, um dos compromissos fundamentais para a Linguística Cognitiva é precisamente o compromisso cognitivo, ou seja, de viés interdisciplinar com a neurociência mais atualizada. Na sua visão, os conceitos e teorias desenvolvidos nas décadas de 1960, 70, 80 e 90 ainda correspondem e dialogam com os avanços e as descobertas atuais, na segunda década do século 21? Quais adaptações e principais ressalvas podem ou devem ser feitas nesse sentido?

ANTÔNIO SUÁREZ ABREU

Muitos dos princípios originais continuam válidos. O que se tem feito recentemente, é refinar a análise. Veja a metáfora, por exemplo. Até pouco tempo, dizia-se que ela é o resultado de você escolher uma ou duas propriedades de um domínio de origem e projetar em um domínio alvo. Ou seja, você faz um *blending* entre esses dois domínios. Nos dias de hoje, falamos em simetria. Metáfora é buscar simetria entre duas coisas assimétricas. Eu posso dizer, por exemplo, que *um smartphone é um canivete suíço digital*. O que eu quero dizer é que, assim como, em um canivete suíço, eu posso dispor de várias utilidades, como cortar, usar uma tesoura, um abridor de garrafas, um abridor de latas etc., em um *smartphone*, eu posso, igualmente, dispor de várias utilidades, como telefonar, enviar e-mails, *whatsApps*, movimentar contas bancárias, usar calculadora, lanterna etc.

PALIMPSESTO

9) O mundo digital e suas respectivas implicações têm penetrado em diversas áreas de estudo, da Literatura à Linguística, das Letras ao Direito. Considerando que os estudos sobre Cognição em Linguística versam essencialmente sobre o pensamento humano, o senhor enxerga algum tipo de influência dos parâmetros, discursos e gramáticas digitais, tais quais o tempo real (cf. Lévy, 2010), a velocidade e a quantidade dos estímulos, o incentivo à leitura dinâmica, a necessidade de adaptação textual para outros elementos do discurso, a utilização de recursos audiovisuais para construção de narrativas etc., no próprio *pensamento* dos sujeitos do século 21?

ANTÔNIO SUÁREZ ABREU

Não necessariamente. Nosso cérebro não funciona por algoritmos. Funciona por analogia e *blending*. Os algoritmos consistem em um modo artificial de criar raciocínios programados. É como comparar a física clássica (os algoritmos) e a física quântica (a movimentação dos quanta nos orbitais atômicos). As máquinas funcionam segundo princípios diferentes daqueles que são utilizados pelo nosso cérebro, quando estamos pensando.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suárez. *Gramática mínima para o domínio da língua padrão*. 1. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2003.

ABREU, Antônio Suárez. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. 13. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009 (e-book).

ABREU, Antônio Suárez. *Linguística cognitiva: uma visão geral e aplicada*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2010.

ABREU, Antônio Suárez. *Texto e Gramática - uma visão integrada e funcional para a leitura e a escrita*. 1. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

ABREU, Antônio Suárez; LYRIO, Aurélia Leal Lima. Marcadores pragmáticos, livros didáticos e ensino. *Percursos Linguísticos* (UFES), v. 10, p. 72-94, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/issue/view/1264>. Acesso em: 10 de abril de 2024.

LAKOFF, George. A hipótese da invariância: o pensamento abstrato está baseado em esquemas de imagem? *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, n. 31, jul-dez, 2012.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

Antônio Suárez Abreu: Graduado em Letras Neolatinas pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Campinas), Mestre e Doutor em Linguística pela Universidade de São Paulo (USP). Concluiu Pós-Doutorado na Universidade Estadual de Campinas. Foi professor-associado da USP e, atualmente, é professor titular de Língua Portuguesa da Universidade Estadual Paulista (UNESP). <http://lattes.cnpq.br/9757262963534648>.

Thiago Wallace Rodrigues dos Santos Lopes: Doutorando em Letras: Língua Portuguesa (UERJ), com bolsa CAPES; Mestre em Letras: Língua Portuguesa (UERJ); Licenciado em Letras: Português-Literaturas (UFRRJ); membro dos grupos de pesquisas Estudos Linguísticos, Multiletramentos e Ensino de Língua Portuguesa (ELMEP/CNPq), Descrição e Ensino de Língua: pressupostos e práticas (CNPq) e Laboratório de Pesquisa em Língua e Discurso (LINDIS/CNPq); compôs o corpo de editores do periódico Palimpsesto – Revista discente do Programa de Pós-graduação em Letras da UERJ (04/2018-01/2020 e 05/2023-03/2024) e é professor de Língua

Portuguesa e Produção Textual da rede municipal de Saquarema. <https://orcid.org/0000-0001-7921-463> | thiagodossantos16@gmail.com.

Débora Leão: Bacharel em Publicidade e Propaganda pelas Faculdades Integradas Hélio Alonso e Mestre em Letras/Linguística pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. <https://orcid.org/0000-0002-3267-9148> | profissional.deboraleao@gmail.com.

Potential applications of Cognitive Linguistics to Language, Discourse and Grammar

Prof. Dr. Antônio Suárez Abreu (UNESP)

Interviewers:

Thiago Wallace Rodrigues dos Santos Lopes (UERJ)

Débora Leão (UERJ)

The *locus* of Cognitive Linguistics today is at an ambiguous juncture: never so solid, yet never so unclear. In this context, “unclear” can also be understood as “full of potentials”. Moving from teaching to theory, from grammar to literature, from the digital to Classical Studies, the approach of a mentalist, relativist theory focused on dialoguing with other cognitive sciences can be seen as broad and connectionist in nature, and it is being explored in various, creative ways.

To verify such arguments, it is helpful to observe that its scholars also reflect these characteristics of Cognitive Linguistics (CL). The interviewee of this edition of *Palimpsesto*, Prof. Dr. Antônio Suárez Abreu, proceeds from Grammar to Semantics and, along these tours, proves to be a prolific thinker dedicated to better understanding the very structures that enable the meaning we extract from language. For about two decades, he has been dedicated to the topic, establishing himself as a leading figure in Brazilian CL studies.

Being part of this vanguard, however, does not seem to intimidate Professor Abreu. Continuously returning to the origins of our species, he seeks to understand not only how our language and discourse operate but also why they do so. As he discusses in this text (as well as in his books) the images we construct or access in our minds during discourse, Prof. Abreu shifts our focus to a man who is not just scientific but also *ancestral* and *embodied*. It is in the way our species has evolved into a collaborative and sociable being that we should investigate the reasons behind our way of thinking, Abreu suggests.

And even when accessing this prehistoric vision, we do not need to abandon our long-established institutions. Professor Abreu himself dedicates an extensive part of his

academic work to making grammar instruction more productive, particularly in a formal school context. As he himself emphasizes, learning normativity from general imagistic principles from a young age can provide richer and more integrated access to the knowledge of our species.

The use of mental imagery, which Abreu discusses, provides another of the most valued functions of Cognitive Linguistics: its semantic aspect. Starting from scenes based on our experience in the world, which are more powerful cognitively, we can activate morally constructed cultural and discursive values, integrating language with our minds.

These attributes make human creativity (one of the key outcomes of the areas covered in CL) a privileged field for investigating argumentation. By placing it on the level of a resource for maintaining social life, since we establish relationships through exchanges among peers, we see that argumentation and creative writing are part not just of a market-driven sector, but also of our human potential.

To connect all mentioned topics and others that were left out but are addressed in his long career, it is necessary to be an equally skilled professional capable of engaging in dialogue. In the case of Professor Antônio Suárez Abreu, this is evident in his academic background, which includes Bachelor, Master, Doctorate and Post-Doctorate Degrees in São Paulo, as well as international experiences, notably in Portugal and the United States — place where he had the opportunity to become acquainted with the embryonic field of Cognitive-Linguistic Studies and began his reflections, adding them to his existing work in Phonology, Grammar Teaching and Pragmatics. Currently, he is a member of the Research Group on Cognitive Linguistics (GEPELIC). Additionally, he is a prolific academic author, having published over 30 articles, supervised more than 80 postgraduate students and written over 10 books, notably on Cognitive Linguistics and Grammar Teaching, such as *Linguística Cognitiva: uma visão geral e aplicada* [Cognitive Linguistics: An Overview and Applied Perspective] and *Gramática mínima para o domínio da língua padrão* [Minimal Grammar for Mastering Normative Language].

Somewhat distant from the tradition of Linguistics (which he still values), aiming for the future and also influencing present practices, the esteemed Professor Dr. Antônio Suárez Abreu honors us with his acceptance of the invitation for this interview. Before proceeding to the content of the conversation, which you shall find below, we must

express our deep gratitude to Professor Abreu for his availability and the time he spent elaborating his responses.

PALIMPSESTO

1) Throughout your career as a researcher in language studies, you have made various contributions to linguistics in Brazil, particularly in the areas of Cognition and Language, Grammar, Rhetoric and Language Teaching. Could you share a bit about how you first met linguistic studies? And how would you describe your academic journey up to the present moment?

ANTÔNIO SUÁREZ ABREU

My studies in language began when I pursued a degree in Letters at PUC Campinas. After completing the course, I went to Portugal, where I studied for a year at the University of Lisbon, engaging in what we would now call a postgraduate course *lato sensu* style. When returning, I completed my Master's and Doctorate Degrees at USP [São Paulo University], and later, I began teaching linguistics at this University, both at the graduate and postgraduate levels. I then achieved my tenure. Years later, I started teaching Portuguese at the graduate and postgraduate levels at UNESP, Araraquara campus. I also completed my postdoctoral research at UNICAMP, focusing on language and cognition, and I obtained my professorship at UNESP. For the past 20 years, my area of teaching and research has been cognition and language within the cognitive linguistics model. I have supervised over 40 master's dissertations and 40 doctoral thesis, as well as 8 postdoctoral researchers. I have written numerous scientific articles in both Portuguese and English and published 13 books. Currently, I am writing another scholar book entitled *Lições de Gramática para o Ensino Médio e Vestibulares* [Grammar Lessons for High School and Entrance Exams].

PALIMPSESTO

2) A significant part of your research focuses on language teaching, reading and textual production (in both Portuguese and English), areas closely related to argumentation and creative writing. You state that “knowing how to argue is, first of all, knowing how to integrate into the other person’s universe. It is also obtaining what we want, but in a

cooperative and constructive manner, translating our truth into the truth of the other” (Abreu, 2009, n/p). Based on these perceptions and your work, how does teaching argumentation contribute to the construction of meaning in writing — both creative and non-creative?

ANTÔNIO SUÁREZ ABREU

Well, from the point of view of the evolution of the species, humans only managed to survive in the Rift Valley in Africa, 3 million years ago, by being able to unite in groups to defend themselves and hunt. At all times, they had to argue (through mimicry, in those days) to gain the support of a second person. An *Australopithecus afarensis* alone, throwing stones at a tiger, would become its lunch, but 15 *Australopithecus* throwing stones at the same time would make the tiger flee. From the moment we are born, we also continually try to convince our mothers to feed us and give us affection through crying, gestures and buffoonery. When we learn to speak, language already emerges, therefore, within a niche where argumentation is important. Learning argumentation as adults is merely systematizing what we have always done in phylogenetic and ontogenetic terms. And the more we study ways to convince and persuade, the more creative we become, not just in writing, but in everything we set out to do, both in our professional and personal lives.

PALIMPSESTO

3) In a 2020 article, you and your co-author state that “pragmatic markers are of utmost importance both in written and oral discourse. Interpersonal interactions are marked in everyday life by their high frequency [...]” (Abreu; Lyrio, 2020, p. 76), reinforcing the idea that our discourses are not solely constructed by complex lexical items. From this perspective, how are pragmatic markers connected to the construction of discourse?

ANTÔNIO SUÁREZ ABREU

The pragmatic markers we discuss in that article are what we refer to as conversational pragmatic markers, which are related to sociability. Well-known examples include politeness formulas, such as “good morning”, “please”, and “thank you”.

Connected to discourse, we have attenuation pragmatic markers, which we intersperse in our texts, such as “*fortunately*” in “*Fortunately, you managed to overcome the problem!*”.

PALIMPSESTO

4) Continuing on the topic of pragmatic markers and their use in discourse and social interactions, how can their appropriate or inappropriate use contribute to or infer in the transmission of meaning in discourse?

ANTÔNIO SUÁREZ ABREU

Almost everyone uses attenuation markers unconsciously. The key is to use them in the right measure for each discursive situation. Not using them, using them insufficiently, or using them excessively is inappropriate and hinders the transmission of meaning.

PALIMPSESTO

5) You have worked on various fronts of linguistic studies, offering valuable contributions to both theory and practice. A significant part of your bibliographic production, however, has been in the field of Cognitive Linguistics, particularly in studies of Metaphor and Metonymy, providing a major and important reference source in this field of study in Portuguese. How did your contact with Cognitive Linguistics begin, and how did you integrate this theory into your research and work?

ANTÔNIO SUÁREZ ABREU

My first contact with Cognitive Linguistics took place in the United States, during a course I took in Santa Barbara, California, back in 1973. Honestly, it was still linguistics with solid functionalist roots. A while later, I also spent time in Cleveland, Ohio, at Case Western Reserve University, on two separate occasions. There, I met researchers in the field such as Mark Turner and Gilles Fauconnier, from Berkeley. From these experiences I began my research in Cognitive Linguistics.

PALIMPSESTO

6) In your introductory book on Cognitive Linguistics, while discussing metaphor, you state that “along with the transfer of the selected feature(s) from the source domain, *values* are also transferred” (Abreu, 2010, p. 50, emphasis added). By addressing the emotional and cultural factors present in the use of metaphors as elements beyond the discursive plane, situating them as mediators of human cognition, do you believe you are engaging with the issue of perspectivation, so relevant in Cognitive Linguistics, and do you see a dialogue with linguistic relativism or determinism?

ANTÔNIO SUÁREZ ABREU

Whenever we communicate, we prefer to use images. For example, instead of saying that *The Central Bank harmed the economy by maintaining the interest rate*, we prefer to say that *The Central Bank threw an ice bucket on the economy by maintaining the interest rate*. These are the so-called conceptual metaphors. Of course, each culture and historical moment has its preferred images. In the past, for instance, a wealthy person was described as “*amoedada*” [full of coin]. What is important in using images is respecting conversational pragmatics, the sociability between people.

PALIMPSESTO

7) Increasingly, in academic context, research interests in social cognition are being directed towards teaching. Specifically, regarding metaphor and metonymy, initiatives are being made to adapt teaching materials to offer students a different perspective on traditional rhetoric from their earliest encounters with this content in formal contexts. How do you view these initiatives, and how do you believe this content should be appropriately presented to school-age students, particularly those in the second cycle of Primary Education? What principles applicable to reinforcement exercises, for example, align with the Cognitive Semantics perspective on these topics?

ANTÔNIO SUÁREZ ABREU

The book I am currently writing in collaboration with Beatriz Quirino Arruda Doná, who is creating the exercises, has this very goal. Traditional grammar teaching is purely analytical and decontextualized. It's as if you were to give a few lessons on horns,

ears, and udders, and the student was then expected to understand what a cow is. I try to work with general principles rather than make students memorize rules. To continue speaking in terms of images, or iconicity, we can see that many exceptions originate from this principle. For example, when I choose a subject like *Chocolate cakes* and I need to match the verb with the subject, I would say *The chocolate cakes arrive* and not **The chocolate cakes arrives*, because the verb agrees with the head noun of the highest phrase in the subject. But, oddly enough, if that same sentence had *thirty percent of the chocolate* as its subject, people would prefer to say *Thirty percent of the chocolate arrive* instead of *Thirty percent of the chocolate arrives*. And that sentence is also correct! Why do we do this? Because, cognitively, the core of the subject (*thirty percent*) does not form an image in my mind, but *chocolate* does. In the previous case, both *cakes* and *chocolate* form images, so I must agree with the core *cakes*, which forms an image.

PALIMPSESTO

8) According to George Lakoff, one of the fundamental commitments of Cognitive Linguistics is precisely the cognitive commitment, that is, an interdisciplinary orientation towards the most up-to-date neuroscience. In your view, do the concepts and theories developed in the 1960s, 70s, 80s and 90s still correspond and interact with current advancements and discoveries in the second decade of the 21st century? What remarks should be made in this regard?

ANTÔNIO SUÁREZ ABREU

Many of the original principles remain valid. What has been done recently is clarifying the analysis. Take metaphor, for example. Until recently, it was said that a metaphor is the result of choosing one or two properties from a source domain and projecting them onto a target domain. In other words, you create a blending between these two domains. Nowadays, we talk about symmetry. A metaphor is about finding symmetry between two asymmetrical things. For instance, I can say that *A smartphone is a digital Swiss Army knife*. What I mean is that just as a Swiss Army knife provides various utilities, such as cutting, using scissors, a bottle opener, a can opener etc., a smartphone likewise offers various utilities, such as making phone calls, sending emails, WhatsApp, managing bank accounts, using a calculator, flashlight, etc.

PALIMPSESTO

9) The digital world and its implications have spread through various fields, from Literature to Linguistics, from Letters to Law. Considering that studies on Cognition in Linguistics essentially deal with human thought, do you see any influence from digital parameters, discourses and grammars, such as real-time (as in Lévy, 2010), the speed and quantity of stimuli, the encouragement of dynamic reading, the need for textual adaptation to other elements of discourse, the use of audiovisual resources for narrative construction, etc., on the way of thinking of 21st-century individuals?

ANTÔNIO SUÁREZ ABREU

Not necessarily. Our brain does not work algorithmically. It operates through analogy and blending. Algorithms consist of an artificial way of creating programmed reasoning. It's like comparing classical physics (the algorithms) and quantum physics (the movement of quanta in atomic orbitals). Machines operate according to principles different from those our brain uses when we are thinking.

BIBLIOGRAPHY

ABREU, Antônio Suárez. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. 13^a ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009 (e-book).

ABREU, Antônio Suárez. *Gramática mínima para o domínio da língua padrão*. 1^a. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2003.

ABREU, Antônio Suárez. *Linguística cognitiva: uma visão geral e aplicada*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2010.

ABREU, Antônio Suárez. *Texto e Gramática - uma visão integrada e funcional para a leitura e a escrita*. 1^a. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

ABREU, Antônio Suárez; LYRIO, Aurélia Leal Lima. Marcadores pragmáticos, livros didáticos e ensino. *Percursos Linguísticos* (UFES), v. 10, p. 72-94, 2020. Available at: <https://periodicos.ufes.br/percursos/issue/view/1264>. Accessed on: April 10th, 2024.

LAKOFF, George. The Invariance Hypothesis: is abstract reason based on image-schemas? *Cognitive Linguistics*. 2009. Available at: <https://doi.org/10.1515/cogl.1990.1.1.39>. Accessed on: August 14th, 2024.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Editora 34, 2010. 2ª edição.

Antônio Suárez Abreu: Graduated in Neo Latin Languages from the Pontifical Catholic University of Campinas (PUC-Campinas), with Master and Doctorate Degrees in Linguistics from the University of São Paulo (USP). Post-Doctorate at Campinas State University. He was an associate professor at USP and is currently a tenure professor of Portuguese Language at São Paulo State University (UNESP). <http://lattes.cnpq.br/9757262963534648>.

Thiago Wallace Rodrigues dos Santos Lopes: Doctorate student in Portuguese Language (UERJ) with CAPES scholarship; Master in Portuguese Language (UERJ); Bachelor in Portuguese and Literature (UFRRJ); member of the research groups Linguistic Studies, Multiliteracies and Portuguese Language Teaching (ELMEP/CNPq), Language Description and Teaching: assumptions and practices (CNPq) and Research Laboratory in Language and Discourse (LINDIS/CNPq); has been an editor of *Palimpsesto* – the student journal of the Postgraduate Program in Letters at UERJ (04/2018-01/2020 and 05/2023-03/2024); and currently is a Portuguese Teacher in Saquarema district's school system. <https://orcid.org/0000-0001-7921-4631> | thiagodossantos16@gmail.com.

Débora Leão: Bachelor in Communication Studies from Faculdades Integradas Hélio Alonso and Master in Linguistics from the State University of Rio de Janeiro (UERJ). <https://orcid.org/0000-0002-3267-9148> | profissional.deboraleao@gmail.com.

Intertextuality and recontextualization in music: an analysis of songs

*Intertextualidade e recontextualização na música:
uma análise em canções*

Fabielle Rocha Cruz

University of Calgary

fabielle.rochacruz@ucalgary.ca

<https://orcid.org/0000-0001-6364-8603>

ABSTRACT

Critical Discourse Analysis is an area in constant development, especially with the relevance of multimodal texts, which are becoming increasingly frequent due to the presence of technology. Considering the significance of CDA in applied linguistics and other areas, this article aims to present the concepts of intertextuality and recontextualization through the lens of music, highlighting how many texts draw from and build upon existing works. With the conceptualization of these two essential elements in the area of Critical Discourse Analysis, as well as the understanding of multimodality as texts that use different modes to convey their meanings, the article presents the analysis of excerpts from three songs to demonstrate the applicability in a context diverse and non-academic, as CDA is commonly attributed to research. The results indicate that some songs create meaning by merging lyrics with literary, historical, cultural, and journalistic references inserted into the lyrics through recontextualization and intertextuality.

Keywords: Applied Linguistics; Critical Discourse Analysis; Multimodality; Lyrics analysis.

RESUMO

A Análise Crítica do Discurso é uma área em constante desenvolvimento, sobretudo com a relevância dos textos multimodais, que se tornam cada vez mais frequentes por conta da presença da tecnologia. Levando em consideração a relevância da ACD, não somente na área de linguística aplicada, mas em outras áreas, o presente artigo busca apresentar os conceitos de intertextualidade e recontextualização com base no uso de música, tendo em vista que muitos textos são fundamentados por outros textos. A partir da conceitualização destes dois elementos importantes na área de Análise Crítica do Discurso, bem como do entendimento de multimodalidade como textos que usam diferentes modos para convergirem seus significados, o artigo apresenta a análise de trecho de três músicas para demonstrar a aplicabilidade em um contexto diversificado e não acadêmico, uma vez que a ACD é comumente atribuída à pesquisa. Os resultados indicam que algumas músicas criam sentido e significados por meio da construção de letras com referências literárias,

históricas, culturais e jornalísticas, que são inseridas nas letras por meio de recontextualização e intertextualidade.

Palavras-chave: Linguística Aplicada; Análise Crítica do Discurso; Multimodalidade; Análise de letra.

INTRODUCTION

Among the various fields in applied linguistics, Critical Discourse Analysis (CDA) has been an area in constant development, study, and research. Names like Fairclough, Wodak, and Gee have impacted and continue to change the area, primarily due to the increasing importance of understanding what is said and implied within a technological world in which texts, images, and sounds collide.

The idea of multimodal texts—texts composed of different means and forms of expression—implies new forms of communication and the use of resources to transmit and implement the message. In music, for example, the message or meaning lies in the collaboration of melody, lyrics, and even other resources (such as music videos or lyrics videos).

For example, many songs are inspired by (as well as they inspire) films, folklore, comics, and books. Regardless of whether they are fictional inspirations, the main message is given through intertextuality – references from other texts – and recontextualization – the use of one or more themes in another context. That is, the meaning and intention of the singer or band reside in the listener's understanding and the inferences they must make.

Thus, through the lenses of Critical Discourse Analysis, this article proposes to analyze three songs and the use of recontextualization and intertextuality resources, also from CDA, to achieve the desired meaning. As it is an analysis of song lyrics, this article uses qualitative research methods, applying CDA to exemplify the concepts.

The first section will present the methodology and literature that supported this article, conceptualizing intertextuality and recontextualization, which will be essential for the analysis.

CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS

Within the broad area of Critical Discourse Analysis (CDA), several authors researched the development and application of this study in different contexts. One of these names within the CDA is Ruth Wodak, a researcher who works with critical discourse and is the author of books and articles on the topic.

Wodak (2021) argues that critical discourse studies began in 1990 and became more established at the beginning of the 21st century. Thus, the term “discourse” encompasses the idea of meaning-making, considering communicative resources used in different spaces. Studying it does not only imply research in sociology or linguistics, as is commonly used, but it has implications that can be analyzed in diverse contexts.

On the other hand, another name in the area is James Paul Gee, who, like Wodak, proposes to study and publish CDA focusing on discourse and Discourse. For the author (2011), the difference is that discourse (with a lower-case D) relates to texts, whether written or not. Discourse, with a capital letter, is based on communication, what is beyond the text, and understanding that language is just a part of the whole.

Considering the propositions of the two authors, although they present significant distinctions regarding the application of CDA and specific terminology for some concepts, their studies have many intersections. For example, the idea of what Gee (2011, p. 39) calls “situated meaning” is shared by Wodak (2021) regarding the understanding of those who read or hear concerning what is known. In other words, both authors observe that values, beliefs, and experiences affect the understanding of the text.

According to Gee (2011, p. 39),

when speakers speak, they assume that listeners share enough knowledge, beliefs, values, and experiences with them to situate their words' meanings. Listeners situate the meanings of words by consulting what the speaker has said, the context in which it has been said, and (if they actually have it) the wealth of shared background the speaker assumes they have.

Similarly, Wodak (2021, p. 40) suggests that it is essential “to focus on the latent meanings produced through pragmatic devices, such as implicatures, hidden causalities, presuppositions, insinuations, and certain syntactic embeddings.” Contrasting the two authors, it is inferred that the context of production is essential for understanding the

Discourse and the appropriate context for its reception. If the author and the reader or listener do not share the message space, it is possible that some meanings will not be understood.

Another connection between Gee's and Wodak's studies is the idea that words are not used solely based on their definitions in the dictionary. Both authors seem to agree that word choice is made based on other references, such as models, contexts, and stories, so that "the way the world should be" (Gee, 2011, p. 41) defines what is acceptable or "normal".

For Gee (2011), these are called "figured worlds", and, in Wodak's view (2021), they are *topoi*. Although *topoi* are related to the idea of "content-related warrants or 'conclusion rules' which connect the argument or arguments with the conclusion or the central claim" (Wodak, 2021, p. 43), it is observed that there is a reference to the space that comprises the author and the reader.

Within CDA, one way to establish meaning in content is through the use of different resources, which allow the author and reader, for example, to share meanings and understandings. Two of these resources are intertextuality and recontextualization.

INTERTEXTUALITY, RECONTEXTUALIZATION, AND MULTIMODALITY

Ruth Wodak, in her work with the CDA, proposes that several factors impact the process of critical discourse studies. Among them, the author (2021) highlights intertextuality and recontextualization to create a connection between the text and the world based on knowledge. According to Wodak (2021, p. 43),

'Intertextuality' refers to the linkage of all texts to other texts, both in the past and in the present. Such links can be established in different ways: through continued reference to a topic or to its main actors; through reference to the same events as the other texts or through the reappearance of a text's main arguments in another text. The latter process is also labeled 'recontextualization'.

This excerpt from the author reflects on how texts connect with other texts, building knowledge and inferences in Discourses, which results in intertextuality.

Likewise, recontextualization constantly uses these texts (or topics), transposing them to different contexts and creating new knowledge through their reuse.

Within this perspective, Greenall and Løfaldli (2019, p. 244) explain recontextualization as “the implication that something is being carried over from the old context to the new”. Therefore, it is possible to infer that the recontextualization process comprises the movement of a theme or work, for example, from one location to another, given that the location can be physical or symbolic, such as a text or an image in virtual spaces.

Within CDA, recontextualization allows for the analysis and verification of the coexisting contexts while enabling inferences and the creation of new knowledge within the delimitation. This idea indicates that, in CDA, recontextualization allows the reflection that “the study of meaning shifts of discourse when the original meaning travels from one context to another” (Wu *et al.*, 2016, p. 442) is necessary to understand the meaning.

Focusing on what is presented by Maclean *et al.* (2018, p. 1734), intertextuality “is an interdisciplinary term borrowed from modern linguistics and literary theory that acknowledges the fundamental interdependence of texts, highlighting that texts draw their substantial meaning from previous texts”.

For Wu *et al.* (2016, p. 442), “recontextualization and transformation can be considered two important processes involved in the productive mechanism of intertextuality”. In other words, to be able to identify intertextuality, recontextualization must be applied equally. Recontextualization is a step within intertextuality so that the context of use, as previously presented by Gee (2011) and Wodak (2021), determines the understanding and inference that must be made by the reader or, in this case, the listener.

Maclean *et al.* (2018) point out that intertextuality comprises several ways texts appropriate and recontextualize other works. Considering this argument, it is fair to agree with the authors when they mention that “texts derive much of their sense from their precursors, which authors recontextualize to create something similar yet different, attentive to new situations” (Maclean *et al.*, 2018, p. 1734).

Considering these aspects, one final concept that is important to mention is the idea of multimodality. Multimodality is essential within this context because once recontextualization presupposes the transposition of one context to another, and

intertextuality refers to texts in different media, the presence of various texts is observed, whether they are verbal, nonverbal, imagery, audio, or other modes.

Thus, multimodality or multimodal texts encompass texts produced by combining different texts. For example, films construct meaning using appropriate visual and verbal elements, such as lines, settings, camera framing, and time. A multimodal text can contain two or more different modes.

As Xing and Feng (2023, p. 615) indicate, “theories of intertextuality (and interdiscursivity) were developed for analyzing linguistic discourse, but recent studies have applied the notions to multimodal discourse”. Therefore, it is appropriate to say that there is space within the CDA for discussing and analyzing various materials in addition to interviews, conversations, and political texts.

The following section will present the analysis based on the authors' postulations about intertextuality and recontextualization, using the lyrics or part of the lyrics of three songs that use other fictional and non-fiction texts to produce meaning.

APPLYING CDA: ANALYSIS AND FINDINGS

As music is a form of expression and communication like other modes, intertextuality and recontextualization are also present. According to Matson (2016), intertextuality within music is not a new or rare theme, mainly because it is quite common for one song to reference another. For the author, for example, the origin of many progressive rock songs released between 1960 and 1980 is classical music, and “the source is Johann Sebastian Bach, whose music is one of the major nexus points for musical intertextuality in many styles” (Matson, 2016, p. 4).

However, as presented in the previous section of this article, intertextuality uses recontextualization to move meaning from one space to another. This means that, as this article aims to present, intertextuality does not need to be restricted only to music; it can also resort to other modes (multimodality) for meaning-making.

Before the analysis, it is essential to emphasize that not all songs have references based on recontextualization and intertextuality, considering that some are written based on the singer's experience, which listeners do not share. It is believed that, in a way, many

songs are written following what is established by cultural references, which can vary according to the musical genre and the lyricist's own choice.

With this in mind, three songs will be presented and analyzed, focusing on how the lyrics were constructed from intertextuality and recontextualization. The songs chosen were “We Didn't Start the Fire,” “Call Me Little Sunshine,” and “Run to the Hills” to explore intertextuality with literary, historical, cultural, and journalistic productions.

WE DIDN'T START THE FIRE: HEADLINES AND NEWS PIECES

Initially released in 1989 by the singer and songwriter Billy Joel, with 118 references to political, scientific, and cultural events, this song exemplifies how music uses intertextuality to build situated meanings (Gee, 2011) according to the singer's intention. In this case, the songwriter chose to mention, throughout the lyrics, events ranging from 1948 to 1989, the year the song was released. The events cited influenced the world as it was back then and how every single event shaped people's lives somehow.

The first verse, for example, reads “Harry Truman, Doris Day, Red China, Johnnie Ray, South Pacific, Walter Winchell, Joe DiMaggio” (Joel, 1989). Some names and places indicated in this excerpt refer to the political context of the time – Harry Truman was the 33rd president of the United States, and Red China marks Mao Zedong's rise to power, as well as communism. Others, such as Joe DiMaggio and South Pacific, are cultural examples. In 1949, Joe DiMaggio became the first baseball player to sign a \$100,000 contract, while South Pacific opened on Broadway in the same year, based on a 1947 Pulitzer Prize-winning book of the same name.

In this first excerpt and the verses in the song, it is possible to observe what Gee (2011) calls “situated meaning”. If a person has heard the term but is not familiar with the context, they will not recover the meaning presented in the song's lyrics. However, those who know the people or have read/heard about the references can reach conclusions based on their knowledge.

A possible example is the choice to use Joe DiMaggio's name in this excerpt, considering that Joel wrote the song in chronological order, starting in 1949. It is impossible to be sure without talking to the lyrics' author. Still, many references are possible about its inclusion – an application of intertextuality, in which the reference

comes from other texts. A tabloid reader might interpret that DiMaggio's inclusion was due to his marriage to Marilyn Monroe, the famous actress. At the same time, sports fans would claim the reference is due to his unique contract in baseball history.

If the lyrics of “We didn't start the fire” were not enough to draw several conclusions based on the resources of intertextuality and recontextualization, several versions were released. In this article, Fall Out Boy's interpretation stands out. The American band re-released the song with references to events from 1989 to 2023.

The update made by the band is what Gee (2011) indicates as a “figured world”. According to the researcher (2011, p. 36), “Figured worlds are narratives and images different social and cultural groups of people use to make sense of the world. They function as simplified models of how things work when they are ‘normal’ and ‘natural’ from the perspective of a particular social and cultural group.” In other words, the figured world is particular to a group or community, and, considering that the band Fall Out Boy started in 2001, its most current version of the song is related to the context of its listeners, for example.

While Joel's original song began with “Harry Truman, Doris Day”, the reimaged lyrics from the 2023 version featured the following opening line: “Captain Planet, Arab Spring, L.A. riots, Rodney King.” Again, there is the use of recontextualization and intertextuality since the words chosen are explicit references to recent events, taken from the journalistic context, for example, and inserted into the song. In the same way as in the first version of the song, the words and names chosen are directly related to the “situated meaning” that Gee (2011) presents, mainly because it is necessary to have lived or known it to make the required inference and understand why a particular event was mentioned in the lyrics.

Two excerpts from the Fall Out Boy's version can be used as examples. The first is “More war in Afghanistan”, in the verse right after the first chorus. This excerpt refers to the War in Afghanistan, a conflict between 2001 and 2021, and the use of the word “more” emphasizes a long and repetitive war, which is often brought up again on the international scene.

The second example is “Prince and The Queen die”, a section that appears in the last verse of the song and which plays with the words “prince” and “queen” as royalty figures but also depends on the inference of the listener or reader to understand that they

are Prince, the singer who passed away in 2016, and Queen Elizabeth II, regent of the United Kingdom who passed away in 2022.

This song (and its versions) is an excellent example of applying intertextuality and recontextualization resources within music as used in Critical Discourse Analysis. Through the lens of CDA, it is observed that these lyrics have potential for exploration based on the premises of Gee (2011) and Wodak (2021).

CALL ME LITTLE SUNSHINE: DRAWING REFERENCES FROM LITERATURE

While the song “We Didn't Start the Fire” brings inferences and situated meanings of politics and culture, which often arrive through journalistic broadcasting, other pieces use varied resources to be elaborated, as is the case of “Call Me Little Sunshine”, by the Swedish band Ghost.

In this song, the narrator is Mephistopheles, a demon famous in German folklore and known mainly in the legend of “Faust”. According to legend, Faust, a scholar, sought satisfaction in all areas of his life, although he was already successful academically (Von Goethe, 2014). Thus, he decides to make a deal with the devil’s representative, Mephistopheles, which guarantees access to knowledge and the world’s pleasures.

The work is already a recontextualization of many myths and religious narratives, which opposes human and divine knowledge and divine knowledge, as presented in Goethe’s creation of the same name. However, the song, narrated by Mephistopheles himself, draws on folklore to ensure that it sounds like an appeal to Faust, a role that falls to the song’s listener.

According to legend, Mephistopheles would serve Faust for several years until his death, when his soul would be handed over. The song portrays this intention in several parts, such as “You will never walk alone, you can always reach me” and “Call me when you feel all alone.” Here, the idea is that loneliness can be resolved by Mephistopheles's actions and subservient company until the end of Faust’s life.

Another verse, in the demon's voice, indicates “Fall out in the cold starlight, I can save you if you do”. Thinking analytically about this excerpt through recontextualization and intertextuality, even from Von Goethe’s (2014) work and the original folklore, there

is a reference to the need to be saved from the life of sadness and dissatisfaction that Faust lived with only academic knowledge and yearning for more.

Interestingly, the folklore is harsh at this point, and Faust is punished for his choices, losing his mistress forever. However, in Goethe's work, Faust longs for more than just eating and drinking, and even though he has made a deal with Mephistopheles and given up his soul, he is saved by God.

These counterpoints are not presented in the song. However, for those who know these references – whether from traditional folklore or Von Goethe's (2014) version – the song contains excerpts that can be observed in both contexts. Another point is the recontextualization used to give voice to the demon, who sings and narrates Ghost's song to win Faust, as well as the intertextuality between folklore and Goethe's play, which helps to infer the lyrics' content.

RUN TO THE HILLS: HISTORICAL REFERENCES

The last song to be used for this analysis is “Run to the Hills”, written by the English band Iron Maiden. The song, released in 1982, presents references consistent with the colonization of North America from the perspective of an indigenous person, a member of one of Canada's First Nations, and a soldier who participated in wars against members of native communities.

This initial reference is necessary to understand the song's lyrics properly. Through recontextualization and intertextuality, Steve Harris, the song's composer and bassist for the band, created a narrative that describes both sides of the same event, focusing on comparing and contrasting the events.

When analyzing the initial section of the song, it is possible to observe the perspective of an indigenous person: “White man came across the sea / He brought us pain and misery / He killed our tribes, he killed our creed / He took our game for his own need” (Iron Maiden, 1982). There is the identification of the white man who came from the other side of the ocean, decimating the indigenous populations in Newfoundland and taking advantage of the resources.

To understand the song's theme, the listener must know the history of the colonization of the Americas, which was taken over by Europeans who, in turn,

exterminated the original owners of the land. However, this excerpt does not make references or help identify which community it refers to, which can be inferred from the quote, “But many came, too much for Cree.”

With historical and geographical knowledge, it is possible to infer that the Cree are a people originally from the lands of Canada, considered one of the largest communities. This reference to the Cree people helps the listener understand the lyrics, showing them questioning whether they will be free one day. This reference, for example, is relatively current, considering that the Canadian Prime Minister defined the Recognition and Implementation of Indigenous Rights Framework in 2018 (Canada, 2018), although the song was written in 1982.

The construction of the second stanza is due to the change in perspective, now that of the soldier, as presented in the phrase “Chasing the redskins back to their holes.” In this sentence in question, for example, the expression “redskins” is a reference to the color of the indigenous people's skin, as well as an expression that became common in Western films in the United States. Another detail contained in this same expression is the counterpoint between redskins and white men, so this detail emphasizes the conflict between them.

In this same stanza, the phrase, “Fighting them at their own game” suggests another reflection. It is interesting to point out the duplicity in the meaning of the word “game”, which, in this context, indicates that the indigenous people's action was seen as just a game. However, at the beginning of the song, the word “game” is used in another sense, as the indigenous man indicates that his “game” was stolen for the benefit of the colonizer. Thus, the word “game”, due to the context, refers to the meat of animals such as geese, elk, deer, and moose, which are common in Canadian territories. Understanding this double meaning and the use of the same word in two contexts also depends on the “figured worlds”, as established by Gee (2011), as it is necessary to know this type of food to understand the choice of words.

Finally, the song's title and main chorus, “Run to the Hills” is also a reference. Although its origin is much discussed, many historians indicate that its first use was at the end of the 19th century, but there are no confirmations. The phrase became famous and is used at other times through recontextualization.

CONCLUSION

Critical Discourse Analysis is an essential tool for analyzing multimodal texts. A better understanding of the concepts of intertextuality and recontextualization can help understand and apply this area of linguistics in other contexts.

Thus, the article sought to conceptualize the two terms based on studies by Wodak (2021) and Gee (2011), with support from authors such as Maclean *et al.* (2018), Wu *et al.* (2016), and Xing and Feng (2023). It was observed that intertextuality is a resource in which a text makes an inference or is constructed from another. At the same time, recontextualization uses the transposition of a text from one space to another, physical or symbolic. Furthermore, according to the authors' postulations, recontextualization is part of intertextuality.

For the analysis, the three chosen songs presented intertextuality and recontextualization of other spaces, such as cultural, historical, journalistic, and literary knowledge. This indicates that to understand the lyrics of the chosen songs better, the listener must know how (and where) to draw conclusions about them.

Although intertextuality within music has existed for a long time, as the article demonstrates, it is not restricted only within the musical field. As the article demonstrated, other areas can influence its composition, such as a country's folklore—presented in the example of “Call Me Little Sunshine”—or notable news from a period—as in “We didn't start the fire”.

The article presented the possibility of applying CDA in other areas besides applied linguistics. It may serve as an example and inspiration for further research, which uses not only CDA but linguistics for other spaces as an excellent example of recontextualizing this knowledge.

REFERENCES

CANADA. *Overview of a Recognition and Implementation of Indigenous Rights Framework*. Ottawa, 10/09/2018. Disponível em <https://www.rcaanc-cirnac.gc.ca/eng/1536350959665/1539959903708>. Acesso em 18/10/2023.

FALL OUT BOY. *We Didn't Start the Fire*. No álbum So Much (for) Stardust. Fueled by Ramen, 2023.

GEE, James P. Discourse analysis: What makes it critical? In: Rebecca Rogers (Ed.). *Critical Discourse Analysis in Education*. New York: Routledge, 2011, p. 23-45.

GHOST. *Call Me Little Sunshine*. No álbum Impera. Loma Vista Recordings, 2022.

GREENALL, Annjo K. LOFALDLI, Eli. Translation and adaptation as recontextualization: the case of The Snowman. *Adaptation*, United States of America, v. 12, n. 3, p. 240-256, março, 2019.

IRON MAIDEN. *Run to the Hills*. No álbum The Number of the Beast. EMI Records, 1982.

JOEL, Billy. *We Didn't Start the Fire*. No álbum Storm Front. Columbia Records, 1989.

MACLEAN, Mairi *et al.* Intertextuality, Rhetorical History and the Uses of the Past in Organizational Transition. *Organization Studies*, United States of America, v. 39, n. 12, p. 1663-1843, dezembro, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/0170840618789206>

MATSON, Joseph R. *Intertextuality in Popular Music after 1965*. Minneapolis: dissertação (doutorado), University of Minnesota, 2016.

VON GOETHE, Johann Wolfgang. *Faust*. United States: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2014.

WODAK, Ruth. Critical discourse studies. In: Ken Hyland, Brian Paltridge, and Lillian Wong (Ed.). *The Bloomsbury Handbook of Discourse Analysis*. New York: Bloomsbury Publishing, 2021, p. 35-49.

WU, Jianguo. HUANG, Shanshan. ZHENG, Rong. Recontextualization and transformation in media discourse: an analysis of the First Instance Judgement of the Peng Yu Case. *Discourse & Society*, United States of America, v. 27, n. 4, p. 365-478, julho, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/0957926516634547>

XING, Chunyan. FENG, Dezheng (William). Multimodal intertextuality and persuasion in advertising discourse. *Discourse & Communication*, United States of America, v. 17, n. 5, p. 553-697, outubro, 2023. DOI: <https://doi-org.ezproxy.lib.ucalgary.ca/10.1177/17504813231170579>

Recebido em: 17/01/2024

Aceito em: 10/05/2024

Fabielle Rocha Cruz: Graduada em Letras Português e Inglês pela PUC-PR, onde foi bolsista do Programa de Iniciação Científica da CAPES e pesquisou o uso de video-games na aquisição de segunda língua. Durante os anos de graduação, foi representante brasileira no programa Summer Ambassador da Kake-Junsei Educational Insitute no Japão, em 2012, e aluna do Canadian English Experience da Queen's University, no Canadá, em 2014. Em 2018, concluiu a pós-graduação em Educação Bilíngue, onde pesquisou sobre Letramento Digital e video-games em contextos interdisciplinares. No período de 2018 à 2019, foi bolsista do Departamento de Estado dos Estados Unidos e atuou como professora assistente de língua portuguesa na University of Notre Dame. Atualmente, é mestranda em educação da Universidade Federal do Paraná.

A desigualdade de gêneros nas músicas infantis: repetir até tornar-se natural

*Gender inequality in children's songs: repeat it until it
becomes natural*

Kamilla Tratsch Gula

Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

kamillagula25@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0005-3356-8481>

Célia Bassuma Fernandes

Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

bacelfer@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-7016-5351>

RESUMO

Este estudo constitui um gesto de interpretação dos discursos que são repetidos na sociedade por meio das músicas infantis *Sapo Cururu*, *A Galinha Pintadinha* (*A Galinha e o Galo Carijó*) e *O cravo brigou com a rosa*. Pautados na Análise de Discurso inaugurada por Michel Pêcheux, na França, e ampliada por Eni Orlandi, no Brasil, pretendemos compreender como a repetição colabora para sedimentar discursos que são naturalizados em músicas destinadas às crianças desde a mais tenra idade e que sinalizam para a submissão da mulher e para a desigualdade de gênero. Pretendemos colaborar, portanto, para desmitificar o imaginário de que essas músicas fazem circular discursos “inocentes”, uma vez que, assim como todo discurso, são marcadas ideologicamente.

Palavras-chave: mulher; repetição; regularização de sentidos.

ABSTRACT

This study consists in an interpretation gesture of certain discourses repeated in society through the children's songs “Sapo Cururu”, “A Galinha Pintadinha” (“A Galinha e o Galo Carijó”) and “O cravo brigou com a rosa”. Guided by the Discourse Analysis theory, pioneered by Michel Pêcheux, in France, and expanded by Eni Orlandi, in Brazil, we aim to understand how repetition contributes to the sedimentation of discourses naturalized in songs aimed at children, from a very young age, and that allude to female submission and gender inequality. We therefore intend to help demystify the notion that these songs circulate “innocent” discourses, given that, like all discourses, they are ideologically marked.

Keywords: woman; repetition; regularization of meanings.

INTRODUÇÃO

“Senta como uma moça!”, “Menina não faz isso!”, “Parece um menino!”. Esses são alguns dizeres que as mulheres ouvem enquanto crescem. Que nós ouvimos. Você, mulher, também ouviu e que muitas meninas ainda ouvem. São discursos que moldam um padrão de comportamento repetidos à exaustão e que tenta(va)m delimitar como uma mulher deve se comportar, desde sempre, estabelecendo diferenças entre os sexos. O famoso “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”¹ ainda hoje marca lugares na nossa formação social e se perpetuou, inclusive, em chás revelações do sexo dos bebês. Portanto, eles nos acompanham desde a infância e se inscrevem numa formação discursiva machista e patriarcal.

Ao longo de muito tempo, a mulher foi significada como submissa ao homem. Isso talvez seja herança do discurso religioso, pois já na Bíblia Sagrada pode ser lido:

- 22 Vós, mulheres, sujeitai-vos a vosso próprio marido, como ao Senhor;
23 Porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo, a cabeça da igreja; e ele é o salvador do corpo.
24 De sorte que, assim como a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres *estejam* em tudo sujeitas a seu próprio marido (Bíblia, Ef, 5, 22-24).

São, portanto, diversos os discursos que fazem circular o sentido de dominação masculina e submissão feminina, que impõem a maneira de criar e de educar a mulher, fazendo com que supostas diferenças entre ela e o homem sejam perpetuadas. De acordo com esses dizeres, ao homem é permitido tudo, inclusive “castigá-la” e à mulher (quase) nada, apesar dos movimentos feministas, que fez com que ela ganhasse mais espaço, ainda que de maneira lenta.

Por incrível que pareça (ou não), essa submissão é discursivizada até mesmo em músicas que fazem parte da nossa tradição oral e que são transmitidas para as crianças, pois desde quando nascem já ouvem canções de ninar. Ao iniciar na escola, essas músicas são também utilizadas junto às crianças, para que tenham um aprendizado mais lúdico. De acordo com Silva (2016, p. 243), as músicas são usadas de maneira aleatória,

¹ No início de 2019, Damare Alves, advogada e pastora evangélica, assumiu o cargo de ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos e logo um vídeo dela acentuando a desigualdade de gênero viralizou nas redes sociais. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damare-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>. Acesso em: 22 jul. 2023.

na escola “como sinais para iniciar ou anteceder novas atividades, como mecanismo de ordem na sala, aviso da hora do lanche, da hora do descanso, e por final, hora da saída”. No entanto, do nosso ponto de vista, elas constituem discursos que não são “inocentes” e deve-se ter o cuidado de analisar que tipo de dizeres elas colocam em circulação.

Fora do ambiente escolar, as crianças também têm contato com músicas que chegam por meio de algumas personalidades, como as da Xuxa, na década de 80, ou da Galinha Pintadinha, mais recentemente, que não funcionam apenas como uma forma de distraí-las, mas também como fonte de legitimação de certos sentidos e apagamento de outros.

É por meio da repetição desses discursos que a submissão da mulher e a desigualdade de gêneros pode ser naturalizada. De acordo com Silva (2016, p. 244), essas melodias são “[...] aparentemente inofensivas, poéticas e ingênuas, cheias de simbolismos e através da ludicidade disseminam os conteúdos historicamente organizados” (Silva, 2016 p. 244). Isto é, ainda que de modo velado, essas músicas fazem irromper discursos que significam a mulher como inferior e submissa ao homem e até mesmo suscitam a violência contra ela.

Para entender como a repetição engendra a regularização, observamos o que é dito e o que não é dito, mas ressoa no fio do discurso que se materializa em três músicas infantis. Para tanto, tomamos como base a teoria da Análise de Discurso (doravante, AD) franco-brasileira, que foi, inicialmente, proposta por Michel Pêcheux, na França, e expandida por Eni Orlandi, no Brasil. Como a AD estuda a língua, sua relação com o sujeito, história e ideologia, ela não vê a língua como um sistema fechado de signos, mas como algo que está sempre em movimento. Desse modo, para a AD, o sentido sempre pode ser outro, visto que a língua é heterogênea e incompleta, sempre com falhas (Leandro-Ferreira, 2003). Ademais, “uma palavra, uma expressão não tem *um* sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado a sua literalidade” (Pêcheux 1995, p. 161), mas depende do lugar ocupado pelo sujeito que produz o dizer.

Orlandi (2015, p. 7) aponta que “não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. Saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente”. Ou seja, não há discurso neutro, somos levados a interpretar e a cada uso

inconsciente da linguagem, inscrevemos o dizer em uma formação ideológica e que, no discurso, se materializa por meio das formações discursivas.

Dito isso, no presente estudo, objetivamos apontar possíveis sentidos sobre a dominação masculina e a submissão feminina, em três músicas infantis: *Sapo Cururu*², *A Galinha Pintadinha (A Galinha e o Galo Carijó)*³ e *O cravo brigou com a rosa*, a partir do aporte teórico da AD, pensando como a memória discursiva ressoa e é atualizada, no fio do discurso, fazendo movimentar os sentidos e produzindo seus efeitos.

MÚSICA, MULHER E SUBMISSÃO

As músicas infantis, de acordo com Silva (2016, p. 246), estão muito presentes nos espaços educacionais e fazem circular, em suas letras, “conhecimentos do senso comum impregnados de ideologias, que são usadas como instrumentos de dominação, de conteúdos, de valores morais”. Isto é, as músicas infantis configuram modos de manutenção de certos discursos que se repetem e são atualizados, no eixo da formulação, reforçando/(re)produzindo discursos machistas, sexistas e discriminatórios.

Discursivamente, a repetição dos dizeres gera a regularização, que como aponta Achard (2015, p. 16), “[...] se apoia necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido”. Isto é, os discursos se cristalizam, são naturalizados de tanto se repetirem. Pêcheux (2015, p. 46), utilizando a definição de regularização proposta por Achard (2015), ensina que a repetição assegura a regularização e se dá sob a “forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrases”.

A paráfrase é uma das fontes da produção de sentidos. Orlandi (2015, p. 34) afirma que os “processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre

² Composição de Heitor Villa-Lobos (1887-1959), que na década de 30, dedicou parte de sua obra à criação de músicas infantis, dentre elas *O cravo brigou com a rosa*. Essas canções fazem parte de uma coletânea da época com 137 arranjos. Disponível em <https://vejasp.abril.com.br/cidades/villa-lobos-das-criancas-faz-uma-homenagem-ao-compositor-carioca#:~:text=Espet%C3%A1culo%20re%C3%BAne%20cantigas%20conhecidas%20como,%22%20e%20%22Terezinha%20de%20Jesus%22&text=Na%20d%C3%A9cada%20de%2030%2C%20o,obra%20%C3%A0%20educa%C3%A7%C3%A3o%20musical%20infantil>. Acesso em: 23 jul. 2023.

³ Essa canção faz parte de um projeto infantil criado pelos produtores Juliano Prado e Marcos Luporini, em 2006. Disponível em <https://www.galinhapintadinha.com.br/sobre/quem-somos/#:~:text=Em%202006%2C%20Juliano%20Prado%20e,eles%20n%C3%A3o%20podiam%20estar%20presentes>. Acesso em: 23 jul. 2023.

algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”. São os efeitos parafrásticos que funcionam nas músicas infantis, permitindo a regularização/cristalização dos sentidos sobre a submissão da mulher e, logo, sobre a desigualdade de gêneros, que ainda regem/balizam nossa formação social. Contudo, os sentidos podem deslizar para outros sítios de significação, porque a polissemia é “a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer” (Orlandi, 2015, p. 36).

De acordo com a autora, o jogo entre esses dois modos de produção dos discursos atesta a diferença entre a produtividade (a variedade do mesmo) e a criatividade (ruptura nos processos de significação), “produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e com a língua. Irrompem assim sentidos diferentes” (Orlandi, 2015, p. 35). Isso significa que a tarefa da AD é compreender como o político e o linguístico se articulam na constituição dos sujeitos e dos sentidos, ou, em outras palavras, como a ideologia se materializa na língua.

O conceito de ideologia é muito caro à AD e, na atualidade, ele parece ser compreendido de diferentes modos, a depender de qual ponto de vista teórico estamos partindo. Dentro do Materialismo Histórico, esse conceito foi explorado por Marx e, posteriormente por Althusser, de quem Michel Pêcheux foi aluno. Pêcheux busca, em Althusser, fundamentos para desenvolver sua teoria da leitura, pensando em como a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, por meio de práticas (Pêcheux, 1995). Assim, quando essa noção é usada na AD, está relacionada à forma como o sujeito mobiliza a língua para produzir sentidos, ainda que afetado pelos esquecimentos⁴ que lhes são constitutivos. Para o autor, sentido e sujeitos têm uma relação de interdependência e um não se constitui sem o outro. Pêcheux (1995, p. 152-153) assevera que

o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como *ideologia* e *inconsciente* é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento. Produzindo um tecido de *evidências ‘subjetivas’*, devendo entender-se este último adjetivo não como ‘que afetam o sujeito’, mas ‘nas quais se constitui o sujeito’ Pêcheux (1995, p. 152-153).

⁴ “Esquecimentos” é o termo usado por Pêcheux para designar as ilusões que afetam o sujeito no momento da formulação dos discursos. O esquecimento nº 2 é de ordem enunciativa e faz com que o sujeito creia que o que diz só pode ser dito com aquelas palavras. O esquecimento nº1 é de ordem ideológica e resulta do modo como somos afetados pela ideologia (Orlandi, 2015).

Isto é, o sujeito é interpelado pela ideologia, ela faz parte dele, mesmo que ele esqueça que ela o determina (Pêcheux, 1995, p. 163). Orlandi (2015, p. 44), por sua vez, corrobora que a ideologia tem como trabalho “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência”. Em outras palavras, o sujeito é interpelado pela ideologia e “não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia” (Orlandi, 2015, p. 45).

Isso significa que nenhum discurso é neutro, imparcial e que as palavras não têm um sentido literal, mas adquirem um sentido ou outro de acordo com as formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (Pêcheux, 2015, p. 160). De acordo com o autor, “a instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado), que, ao mesmo tempo, possuem um caráter ‘regional’ e comportam posições de classe” (Pêcheux, 1995, p. 146). Desta maneira, por meio da inscrição do sujeito em FIs (Formações Ideológicas) é possível identificar a qual FD (Formações Discursivas), ou FDs, o sujeito se inscreve quando produz o dizer. Conforme Pêcheux (1995, p. 160), grifos do autor), a formação discursiva é “[...] aquilo que em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*”.

A música infantil *Sapo Cururu* inscreve o dizer em uma FD conservadora/machista, que estipula os espaços para o “sapo” e para a “a mulher do sapo”:

Sapo Cururu⁵
Sapo cururu
Na beira do rio
Quando o sapo canta, ô maninha, é porque tem frio
A mulher do sapo
Deve estar lá dentro
Fazendo rendinha, ô maninha, para o casamento.

Desde que a música surgiu, na década de 30, sem autoria definida, ela foi cantada por diferentes gerações e se tornou parte do acervo cultural brasileiro, sendo,

⁵ Disponível em <https://www.vagalume.com.br/galinha-pintadinha/sapo-cururu.html>. Acesso em: 24 jul. 2023.

constantemente, reinterpretada. No entanto, ela está longe de ser uma simples cantiga para crianças, pois colabora para cristalizar sentidos sobre os diferentes lugares sociais ocupados por homens e mulheres.

A música narra, metaforicamente, a história de um sapo e da mulher do sapo. Apesar de ele ser um “sapo cururu”, um dos mais comuns na fauna brasileira, ela é apenas a “mulher do sapo”. Esse efeito de sentido de posse deriva do uso da contração da preposição “de” + artigo definido “o”, ou seja, é como se a mulher fosse apenas um objeto do homem, uma propriedade.

O fato de o sapo estar na beira do rio aponta para sentidos de que ao homem é permitido ficar “na beira do rio”, enquanto o espaço destinado para a mulher é restrito ao ambiente doméstico. O que ressoa, pelo funcionamento da memória discursiva, são sentidos sobre o lugar ocupado pela mulher do sapo, que está “lá dentro” enquanto o homem está na “beira do rio”, isto é, reforça discursos, segundo os quais, o homem tem liberdade para frequentar a rua enquanto a mulher está em casa, fazendo “rendinha para o casamento”.

Essa oposição entre os espaços habitados pelo sapo cururu (“beira do rio”: rua) e pela mulher do sapo (“lá dentro”: casa) atualiza discursos sobre os lugares ocupados pelo homem e pela mulher na nossa formação social, pois a rua é o lugar da liberdade, onde tudo pode ser feito e a casa, que deveria ser o lugar da proteção e do aconchego, se torna lugar de espera, de falta de independência e de submissão.

O sapo “canta”, porque está “com “frio”. Em termos específicos, o coaxar dos anfíbios anuros (sapos, rãs e pererecas) é designada de vocalização, própria dos machos, que a utilizam como forma de marcar território e de atrair fêmeas. Na música, esse cantar/coaxar na beira do rio pode encaminhar para sentidos relacionados ao desgaste da relação amorosa e a busca por outras parceiras, uma vez que o sapo chama a companheira de “maninha”, modo carinhoso de se referir a uma irmã.

Ademais, além do desgaste de uma relação, esse tratamento de “maninha” pode ser associado à diferença de criação entre meninos e meninas. Enquanto a educação das mulheres acontece no ambiente interno, sendo destinado a elas os afazeres domésticos e a criação do enxoval - tradição que vem desde a Antiguidade -, aos meninos é reservado o ambiente externo. A confecção de peças para o casamento corrobora com os discursos de que o feminino pertence ao lar, pois ele se inscreve em “num mundo em que o

privado é o lugar da felicidade e as mulheres suas testemunhas e cronistas” (Pinto; Barbosa; Mota, 2001, p. 6). Isso começa com os gregos e romanos, quando as mulheres ficavam reclusas em quartos (*Gineceu*) e preparavam-se para cumprir o seu papel como reprodutoras, que viria com o casamento. O costume perpetuou-se com o Cristianismo, durante a Idade Média, em que as mulheres além de rezar e aprender as atividades de casa, no “quarto das damas” (versão cristã do *Gineceu*), também aprendiam a costurar e bordar para não ter pensamentos que desviasse o seu caráter, já que a mulher era considerada o perigo do pecado carnal (Pinto; Barbosa; Mota, 2001).

Originalmente, os itens eram feitos à mão pelas moças, antes do casamento, o que demonstrava a passagem de menina para mulher, donas de suas próprias casas, e trazia consigo um legado das outras mulheres da família, sendo parte integrante (e em alguns casos, obrigatória) do dote da noiva, até 1930. Caso o noivo e a sua família não aceitassem o fato dela não ter as peças para o casamento, ele poderia ser cancelado e para ela restariam as opções de ficar solteira, o resto da sua vida, ou seguir a vida religiosa. Com o estilo de vida atual, a montagem dos enxovais também começou a ser feito em lojas especializadas, o que possibilitou a compra dele completo – sem a necessidade de confeccioná-lo inteiramente-, reduzindo, assim, a participação da família no processo, gerando, em alguns casos, apenas uma forma de obter lucro. Apesar da mudança, a montagem dele ainda é responsabilidade feminina (Pinto; Barbosa; Mota, 2001).

Além disso, como mencionamos, o coaxar do sapo também serve para marcar território. Ao produzir barulho fora de casa, ele demonstra que a mulher pertence a ele e que outros não devem aproximar-se, conduzindo para relações possessivas. Outrossim, recai sobre a criação de meninas e como elas acabam por serem constantemente vigiadas pelas figuras masculinas, de quem são responsabilidade, novamente, como propriedade. Em algumas situações, por exemplo, logo que as meninas entram na fase da adolescência, começam as “brincadeiras” de pessoas internas e externas ao núcleo familiar, de que o patriarca deve comprar uma arma de fogo para manter afastado os homens da sua casa.

Desta forma, os discursos sobre a reclusão da mulher ao ambiente interno são mantidos. Todavia, desde pequeno, o homem é incentivado a sair de casa e atrair o sexo oposto, para ser considerado “homem de verdade”. Inclusive, sendo incentivada a

infidelidade, pois as mulheres, para uma parte do sexo oposto, são descartáveis, servindo apenas como reprodutoras, e é colocado o adultério com um peso muito maior para ela.

Ressoam, então, no intradiscurso, dizeres relacionados à infidelidade masculina e que consiste na violação de regras e limites mutuamente acordados em um relacionamento, de modo que ao homem é permitido, nas sociedades machistas e patriarcais, buscar por relações sexuais fora de casa enquanto a mulher, se o fizer, ainda hoje é julgada e considerada “adúltera”.

Conta a história que, no Império Bizantino, a punição para as adúlteras era a venda em praça pública e, na Europa Medieval, as mulheres flagradas em relações extraconjugais tinham o rosto desfigurado, com parte do nariz, orelhas e lábios arrancados. Atualmente, a infidelidade feminina ainda é tratada como um tabu e o esgarçar do contrato conjugal, por parte da mulher, é ainda condenado, tanto que em algumas regiões da África, as mulheres que quebram esse contrato são submetidas à castração e/ou a retirada do útero, órgão reprodutor essencialmente feminino⁶.

Nessa FD, que designamos de machista, a mulher está circunscrita ao espaço doméstico, arrumando o enxoval e esperando o casamento, ressoando discursos sobre como ser “bela, recatada e do lar”⁷, enquanto o sapo, conforme já mencionamos, é livre para estar onde quiser. Esse sentido deriva do funcionamento da noção de memória discursiva, fundamental para a teoria da interpretação e que não é compreendida por Pêcheux (2015, p. 50), como

[...] uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização.... Um espaço de desdobramentos, réplicas polêmicas e contra -discursos (Pêcheux, 2015, p. 50).

Dessa forma, para a teoria materialista do discurso, a memória não é apenas uma lembrança que é arquivada, visto que não é imóvel e não fica estanque. Os discursos são constituídos e atravessados pela história e pela memória e retornam atualizados no fio

⁶ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/comportamento/como-as-mulheres-estao-tirando-das-sombras-o-delicado-tema-da-traicao>. Acesso em: 15 fev.2024.

⁷ Frase usada pela revista Veja, em uma reportagem de 2016, sobre Marcela Temer, esposa do então presidente Michel Temer. Disponível em <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar>. Acesso em: 24 jul. 2023.

do discurso. A música em análise coloca em circulação discursos que colocam a mulher como submissa – dócil, que aceita ordens – e os homens tem uma liberdade maior.

Essa divisão de lugares ocupados pelo homem e pela mulher, bem como as diferenças entre os sexos, também ressoa na música *A Galinha Pintadinha*, pois a galinha pintadinha usa saia enquanto o galo carijó usa paletó. Esses versos reverberam o modo de vestir do homem/mulher, em uma sociedade machista e patriarcal, que dita como cada um deles deve se vestir, como se as roupas fossem capazes de delimitar a macheza de um em detrimento da feminilidade e delicadeza do outro.

A Galinha Pintadinha⁸
A Galinha Pintadinha
E o Galo Carijó
A galinha usa saia
E o galo, paletó
A galinha ficou doente
E o galo nem ligou.

Essa discussão em torno do que homens e mulheres deveriam vestir ganhou espaço, novamente, quando Damares Alves, então Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em 22/03/2022, ao oficializar sua ida para o Partido Republicanos, disse que no seu partido “menino veste azul e menina veste rosa”. Esse discurso já havia sido formulado por ela, em outra ocasião, mais especificamente em 2019, no início do governo de Jair Bolsonaro, quando um vídeo gravado por ela viralizou no espaço digital e no qual afirmava que o Brasil estava vivendo uma “nova era” e havia cores distintas para o sexo masculino e feminino.

A declaração causou polêmica e gerou grande repercussão nas redes sociais e até celebridades se posicionaram a favor ou contra o dito por Damares, que se defendeu dizendo que havia se utilizado de uma metáfora, mas que não se arrependia por ter dito o que disse. Essa movimentação na rede de sentidos comprova que os discursos retornam no eixo horizontal, do intradiscurso, e que a memória discursiva, como afirma Pêcheux (2015, p. 50), “[...] é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização”.

“A galinha ficou doente/ e o galo nem ligou” produz o efeito de sentido de indiferença do homem em relação às dores da mulher. O que ressoa, nesses versos da

⁸ Disponível em <https://www.lettras.mus.br/galinha-pintadinha/1693248/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

música infantil, é que as mulheres sempre estão ao lado dos homens, ainda que doentes, para apoiá-los, mas quando elas precisam, podem não ter a mesma atenção e cuidado. Essa formulação inscreve o dizer em uma FD que mostra bem, mais uma vez, as diferenças de lugares ocupados pelos homens e mulheres: elas cuidam, são do lar e devem estar ao lado dos homens, independentemente da situação em que se encontram. Mas quem as apoia quando elas precisam?

Basta lembrar o caso da artista brasileira Preta Gil, que relatou, no início de 2023, durante o programa *Mais Você*, apresentado por Ana Maria Braga, a sua luta contra um câncer no intestino⁹. É consenso, para a grande maioria, que quando uma pessoa está com essa doença, é um momento difícil, tanto para quem passa por ela, quanto para quem acompanha e que é necessário todo o apoio possível para superá-la.

No entanto, não foi isso que aconteceu com a cantora, pois o seu então marido, a teria traído durante o período crítico da doença, dificultando ainda mais a recuperação dela. No mês de abril de 2023, Preta Gil, por meio de suas redes sociais, confirmou que o seu casamento chegava ao fim devido à traição do marido:

Sim ainda estou em estado de choque e extremamente abalada, sim eu faço um trabalho diário com terapeutas, psiquiatra, psicanálise, família, amigos e espiritualidade pra superar tudo isso que estou passando junto com um tratamento oncológico, mas tem horas que não consigo!!! (Gil, 2023, s.p.).¹⁰

Essa sequência discursiva é um recorte do depoimento da cantora, nas redes sociais, no qual relata o abandono por parte de seu companheiro, quando estava em tratamento contra o câncer. Assim, “a galinha ficou doente/ e o galo nem ligou” produz o efeito de sentido de abandono, de descaso, de pouca importância.

Segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), de 2022, divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em agosto de 2023¹¹, as mulheres dedicaram 9,6 horas semanais a mais aos afazeres domésticos e

⁹ Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/ciencia-e-saude/2023/06/5100706-pret-a-gil-alerta-para-sinais-de-cancer-no-intestino-entenda-a-doenca.html#:~:text=Durante%20a%20participa%C3%A7%C3%A3o%20no%20programa,in%C3%ADcio%20do%20ano%20de%202023>. Acesso em: 25 jul. 2023.

¹⁰ Declaração de Preta Gil, em suas redes sociais, que foi republicada pelo site “Quem Notícias”, afiliada rede Globo. Disponível em <https://revistaquem.globo.com/noticias/noticia/2023/06/pret-a-gil-desabafa-sobre-traicao-do-ex-marido-ainda-estou-em-estado-de-choque.ghtml>. Acesso em: 25 jul. 2023.

¹¹ Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/08/11/tarefas-domesticas.htm#:~:text=As%20mulheres%20dedicam%20por%20semana,foram%20divulgados%20hoje%20pelo%20IBGE>. Acesso em: 16 mar. 2024.

ao cuidado com outras pessoas do que os homens. Apesar da redução (lenta), quando comparado com o ano de 2019, que eram 10,6 horas, ainda temos uma grande diferença de tempo. Esse número também pode variar conforme região (a diferença maior é no Nordeste), raça (mulheres negras são as que mais se dedicam aos cuidados do lar) e escolaridade (quanto maior o nível de escolaridade dos homens, mais eles atuam em casa).

No que tange, especificamente, ao cuidado com outras pessoas (sejam filhos ou parentes), o percentual é de 35% de mulheres que dedicam tempo para essa atividade, enquanto homens possuem uma taxa de 23%. Ou seja, como percebemos com os dados coletados, o feminino acaba por ser quem acolhe e auxilia, quem faz a grande maioria dos trabalhos domésticos. E, muitas vezes, na divisão da atividade doméstica, a mulher acaba por ficar com a faxina/limpeza, enquanto ele fica responsável por pequenos consertos em casa. Isto é, a maior parte recai sobre a figura feminina.

Esse discurso, de tanto ser repetido, passou a ser regularizado: a mulher é aquela que não cumpre apenas o papel de esposa, mas o de “cuidadora”, de “mãe”. É a mulher que, na maioria das vezes, prepara a comida, acorda no meio da noite para dar remédios ou que encontra a roupa que aquele sujeito dependente dela deve vestir. Ela não espera um grande retorno do homem e o cobre de elogios quando ele lava a louça, por exemplo, como se os afazeres domésticos fossem “obrigação” da mulher e como se ele não fosse um sujeito independente, capaz de fazer as tarefas domésticas, mas uma criança que depende de todos os cuidados maternos.

É como se a mulher também fosse uma clínica de reabilitação para todos os homens que não amadureceram, já que circula que “quando ele encontrar uma boa mulher, ele muda”, sendo um discurso recorrente, como se a mulher fosse responsável por mudar “um conjunto complexo de atitudes e de representações” (Pêcheux, 1997, p. 166) que ainda circulam na nossa sociedade. Além disso, a culpa do possível fracasso de um casamento, na maioria das vezes, é atribuída à mulher.

Esse é o imaginário que, de tanto se repetir, se torna naturalizado na nossa formação social, tornando os sentidos homogêneos. O discurso, conforme Lachovski (2021, p. 57-58),

se produz e se reproduz pela repetição dos modos de dominação, os quais inscritos pelo simbólico, fazem-na funcionar como um instrumento ao mesmo tempo de convencimento e de manutenção do poder dominante,

reforçando a imposição dos sentidos considerados legítimos e por isso, naturalizando as relações de poder, homogeneizando-as. Lachovski (2021, p. 57-58).

A consequência dessa naturalização é a violência, pois quando o homem percebe que a mulher está submissa a ele, passa a se sentir “dono” dela, como se ela não tivesse escolhas: “como ela ousa trabalhar fora?”, “mulher minha não faz isso”, “mulher minha não bebe, não dança, não vai para festa” e se ela resolve se “rebelar” contra essa submissão, ela é ameaçada, agredida e, em alguns casos, perde a vida.

Mas o que a música infantil tem a ver com a violência contra a mulher? Uma música jamais faria isso. E a canção *O Cravo brigou com a Rosa*¹²?

O cravo brigou com a rosa
Debaixo de uma sacada
O cravo ficou ferido
E a rosa despedaçada
O cravo ficou doente
A rosa foi visitar
O cravo teve um desmaio
E a rosa pôs-se a chorar.

Nessa música, as duas flores, o cravo e a rosa discursivizam os lugares ocupados pelo homem e pela mulher na nossa formação social, respectivamente. Ele “briga” com ela e ela, submissa, e mesmo após ter sido vítima de violência, tenta selar a paz entre o casal, pois quando o cravo fica doente, ela vai visitá-lo. Aliás, a escolha da rosa para discursivizar a mulher ressoa a forma como a mulher ainda é significada pela sociedade: o sexo frágil. Aquela que é delicada e, mesmo “despedaçada”, cuida do homem e ainda sofre por ele.

Com isso, nota-se que reverberam, na música, sentidos relacionados à violência contra a mulher e, embora tenha havido grandes avanços em diferentes frentes e ela venha ocupando diversos lugares de liderança, ainda tem sido vítima de violência, em especial, no ambiente doméstico, local que deve proporcionar sentimentos de aconchego e proteção, se torna um ambiente hostil e onde acontecem abusos físicos e psicológicos.

Em uma pesquisa do Instituto Patrícia Galvão¹³, no ano de 2021, a cada hora 26 mulheres sofreram agressão física no país. De acordo com o Instituto Maria da Penha,

¹² Disponível em <https://www.letras.mus.br/temas-infantis/525936/>. Acesso em: 02 ago. 2023.

¹³ Disponível em <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/a-cada-hora-26-mulheres-sofrem-agressao-fisica-no-pais/>. Acesso em: 13 ago. 2023.

“a violência física é entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher”, tais como “espancamento, atirar objetos, sacudir e apertar os braços, estrangulamento ou sufocamento, lesões com objetos cortantes ou perfurantes, ferimentos causados por queimaduras ou armas de fogo e tortura”.¹⁴

Já a violência psicológica é “qualquer conduta que: cause dano emocional e diminuição de autoestima; prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da mulher; ou vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões”. Nesse tipo de violência são citadas: ameaças, constrangimento, humilhação, manipulação, entre outras.¹⁵

Na 10ª Pesquisa Nacional da Violência Contra a Mulher¹⁶, feita pelo Instituto DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher Contra a Violência (OMV), foram entrevistadas mais de 21 mil mulheres, o que levou a conclusão de que 3 a cada 10 mulheres já forma vítimas de violência doméstica. Desde a tipificação da lei de Feminicídio, em 2015, foram registrados mais de 10 mil casos de feminicídios, sendo que 2023 teve o maior número, com 1463 vítimas¹⁷. Lembrando que essa lei caracteriza como crime hediondo, com pena de 12 a 30 anos, o assassinato advindo de violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher¹⁸.

No caso da música em análise, o cravo ficou “ferido”. De acordo com o Caldas Aulete (s. d.), o adjetivo “ferido” é significado como:

1. Que se feriu. 2. Diz-se de que ou quem sofreu um ferimento (um animal ferido): O rapaz ferido foi levado para o hospital. 3. Fig. Que traz em si forte sentimento de tristeza, mágoa, decepção, perda, ou amargura etc., em virtude, ger., de desilusão (esp. a amorosa), traição, ou de acontecimento ruim, traumático; MAGOADO. 4. Fig. Que sofreu insulto, ofensa, injúria (ferido na sua honra); OFENDIDO; INSULTADO. 5. Fig. Diz-se de peleja difícil, de embate disputado com ardor; RENHIDO; PORFIADO. sm.

¹⁴ Disponível em <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>. Acesso em: 20 fev.2024.

¹⁵ Disponível em <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>. Acesso em: 20 fev.2024.

¹⁶ Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/21/datasenado-aponta-que-3-a-cada-10-brasileiras-ja-sofreram-violencia-domestica>. Acesso em: 16 mar. 2024.

¹⁷ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/03/brasil-registra-mais-de-10-mil-casos-de-feminicidio-em-9-anos-aponta-levantamento.shtml#:~:text=Segundo%20o%20F%C3%B3rum%2C%20no%20ano,desde%20a%20tipificac%C3%A7%C3%A3o%20da%20lei..> Acesso em: 16 mar. 2024.

¹⁸ Disponível em <https://www.saopaulo.sp.leg.br/mulheres/legislacao/lei-do-feminicidio/#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2013.104%2F2015,condi%C3%A7%C3%A3o%20de%20mulher%20da%20v%C3%ADtima..> Acesso em: 16 mar. 2024.

6. Aquele que se feriu, acidental ou propositadamente; aquele que apresenta ferimento(s) ou trauma(s) no corpo: O furacão deixou centenas de feridos. [F.: Part. de *ferir*.] (Ferido, 2024).

Como se pode observar, “ferido” tanto pode significar um ferimento/trauma no corpo como “magoado” em virtude de sentimentos diversos como “tristeza, mágoa, decepção, perda, ou amargura etc., em virtude, ger., de desilusão (esp. a amorosa), traição, ou de acontecimento ruim, traumático”. Note-se, nessa acepção, a referência à “desilusão, especialmente a amorosa”.

No mesmo dicionário citado anteriormente, o adjetivo masculino “despedaçado” é significado como:

1. Que se despedaçou, se fez em pedaços (O móvel despedaçado, casaco despedaçado); DILACERADO”; “2. Fig. Que é vítima de grande aflição ou desespero (coração despedaçado); AFLITO; ATORMENTADO. 3. Fig. Que se dispersou, que perdeu a unidade. 4. Fig. Que se interrompeu ou perdeu a continuidade. [F.: Part. de *despedaçar*. Sin. ger.: *espedaçado*.] (Despedaçado, 2024).

Na música infantil, os sentidos de “ferido” e “despedaçada” sinalizam tanto para as dores do corpo como da alma. No entanto, o “despedaçar-se” é, certamente, mais drástico do que “ferir-se”, ressoando, pelo funcionamento da memória discursiva, a violência contra a condição de ser mulher. Como apontam Garcia (2018, p. 13) e demais autoras, a “violência contra a mulher faz parte da e sustenta a organização social de gênero vigente na sociedade brasileira”.

Isto é, a dominância masculina e a submissão feminina são mantidas por meio da violência, que se manifesta de diversas formas, como a física e/ou psicológica, como citamos aqui, além da sexual (qualquer conduta que provoque constrangimento a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força); moral (qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria) e patrimonial (qualquer conduta que configure retenção, subtração ou destruição parcial de bens materiais, tais como objetos e instrumentos de trabalho, valores e/ou recursos econômicos incluindo aqueles para a satisfação as necessidades básicas).

EFEITO DE FECHAMENTO

Para a Análise de Discurso, não há um único sentido para um texto, pois a busca por uma possibilidade de significação na AD dependerá do modo como o analista mobilizará o dispositivo teórico que sustentará as análises. Por isso, falamos em efeito de fechamento, pois não há um único sentido para um texto. O que há, são possibilidades, versões.

Dito isso, nosso estudo se concentrou na busca de possíveis sentidos para três músicas infantis que são passadas de geração para geração e que atestam o funcionamento da memória discursiva, uma vez que os discursos sobre a desigualdade de gênero são repetidos e atualizados, constantemente, sendo assim, naturalizados e legitimados.

Falar sobre o ser mulher na nossa formação social é sempre tocar em feridas que carregamos e que teimam em não cicatrizar. Quem melhor entende uma mulher do que outra? Mulheres lutam por seus direitos há tempos, mas ainda assim não obtivemos a tão utópica igualdade. Precisamos constantemente prestar mais atenção nos discursos postos em circulação por meio de “inocentes” músicas infantis, por exemplo, e que se repetem desde tempos imemoriais, colaborando para cristalizar sentidos sobre a submissão feminina, reforçando a desigualdade de gênero.

Assim, a violência contra a mulher e a submissão dela ao sexo oposto é reafirmada nos dizeres que são repetidos nas materialidades aqui recortadas e que circulam antes mesmo de a criança adentrar no ambiente escolar, pois são usadas até mesmo como canções de ninar. Esse modo de significar as relações de gênero repetem e reafirmam os lugares ocupados por homens e mulheres numa formação social que ainda define os brinquedos e normatiza (ou normaliza?) que o rosa deve ser usado por meninas e o azul por meninos.

Dizendo de outro modo, as três materialidades analisadas neste estudo reforçam sentidos sobre a submissão da mulher e que por serem tão repetidos se tornam naturais, ditam que a mulher deve esperar pelo casamento, ser o apoio do homem em todo momento (mesmo que ele seja violento), a cor que ela deve usar, a roupa, o corpo que deve ter.

Quando se tem a notícia de que uma mulher sofreu violência física, visto que dos outros tipos de violência pouco se fala, muitos dizem: “é só terminar”. Como uma mulher em uma posição vulnerável, de submissão, vai conseguir se libertar se o discurso repetido à exaustão e, por isso, naturalizado é o de que ela deve aceitar passivamente o lugar de submissão que lhe foi atribuído ao longo dos tempos, isto é, que ela deve ser sempre dócil e gentil, sempre pronta para cuidar do seu outro?

Por fim, encerramos este estudo com mais perguntas do que respostas e com o desejo de mudar a realidade, ou seja, de derrubar as barreiras que nos foram impostas e que nos colocam no lugar de obedientes/submissas. Esperamos que esta análise, assim como tantas outras, colabore para engrossar ainda mais as discussões sobre o ser mulher na sociedade e para que músicas pretensamente “inocentes” deixem de ser usadas para reforçar a desigualdade de gênero da qual, de um modo ou de outro, ainda todas nós somos vítimas.

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ORLANDI, Eni (Org.). *Papel da Memória*. 4ª Ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2015, p. 11-18.

BÍBLIA. Efésios. *Bíblia Sagrada*. Tradução dos originais grego, hebraico e aramaico mediante a versão dos Monges Beneditinos de Maredsous (Bélgica). Edição 206ª. São Paulo-SP: Editora Ave-Maria, 2015.

“Despedaçado”. AULETE, Caldas. *Dicionário Digital*. s. d. Disponível em: <<https://aulete.com.br/despeda%C3%A7ado>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

“Ferido”. AULETE, Caldas. *Dicionário Digital*. s. d. Disponível em: <<https://aulete.com.br/ferido#:~:text=adj.,vir%20aonde%20se%20esconda>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

GARCIA, Dantielli Assumpção. DARÓZ, Elaine Pereira. DENARDIN, Jaqueline. SILVA, Maria Eduarda Alves da. SOUSA, Lucília Maria Abrahão e. Música e Mulher: efeitos de violência patriarcal de gênero. *Raído*. v. 12, n. 31. Dourados-MS: Universidade Federal da Grande Dourados, p. 9-23, 2018.

LACHOVSKI, Marilda Aparecida. *Violência e dominação: o Estado, a mídia e a (re)produção dos “despossuídos”*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS). Santa Maria-RS: Universidade Federal de Santa Maria, 2021.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. *Letras*. Santa Maria, Rio Grande do Sul: Universidade Federal de Santa Maria, nº 27. p. 39-46, 2003.

LOBOS, Heitor Villa. O cravo brigou com a rosa. s.d. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/cantigas-populares/631308/>>. Acesso em: 22 ago. 2024.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: Princípios e procedimentos*. 12ª Ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 5ª Ed. Campinas: Ponte Editores, 2022.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. 2ª Ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tom. *Por uma Análise Automática do Discurso: Uma Introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ORLANDI, Eni (Org.). *Papel da Memória*. Org. ORLANDI, Eni. 4ª Ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2015. p. 43-50.

PINTO, Débora Fontes; BARBOSA, Rita Cláudia Aguiar; MOTA, Maria Dolores de Brito. *Enxoval de Casamento – cultura e mercado na (re) significação de uma tradição*. Fortaleza-CE: Universidade Federal do Ceará (UFC), 2001. Disponível em http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/gt1/gt1_20.pdf. Acesso em: 16 mar. 2024.

SAPO CURURU. s.d. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/cantigas-populares/984008/>>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SILVA, Juliana Pereira; URT, Sonia da Cunha. Músicas infantis e representações sociais: Um Descompasso Social. *Revista Teias*, [S. l.], v. 17, n. 45, p. 243–259, 2016. DOI: 10.12957/teias.2016.24606. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24606>>. Acesso em: 24.jul.2023.

Recebido em: 11/04/2024

Aceito em: 14/06/2024

Kamilla Tratsch Gula: Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

Célia Bassuma Fernandes: Docente na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Pós-Doutoramento em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Guarapuava/PR, Brasil.

A linguagem inclusiva de gênero nos dizeres de sujeitos não binários: reflexões à luz da Análise do Discurso e da História das Ideias Linguísticas

Gender-inclusive language in the words of non-binary subjects: reflections in the light of Discourse Analysis and the History of Linguistic Ideas

Laís Virginia Alves Medeiros
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
lais.v.medeiros@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-3467-8066>

Luana Cristina Santos Marques
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
luana.csm@hotmail.com
<https://orcid.org/0009-0005-6942-0446>

RESUMO

Neste artigo, analisamos alguns dos saberes linguísticos produzidos por sujeitos não binários sobre a linguagem inclusiva de gênero. O texto inicia com uma revisão teórica sobre língua e sujeito sob uma perspectiva discursiva; na sequência, articulamos essa reflexão ao campo da História das Ideias Linguísticas, em especial com a noção de saberes linguísticos cotidianos (Ferreira, 2020). Por fim, apresentamos nossas análises, desenvolvidas a partir de respostas a um formulário sobre linguagem inclusiva de gênero, identificando diferentes reflexões metalinguísticas e imaginários sobre a língua. As considerações finais apontam para a importância de atentar para os saberes linguísticos cotidianos produzidos por não especialistas a respeito da linguagem inclusiva de gênero.

Palavras-chave: linguagem inclusiva de gênero; análise do discurso; história das ideias linguísticas; saberes linguísticos cotidianos; língua e sujeito.

ABSTRACT

In this article, we analyze some of the linguistic knowledge produced by non-binary subjects about gender-inclusive language. The text begins with a theoretical review of language and subject from a discursive perspective; Next, we articulate this reflection within the field of History of Linguistic Ideas, particularly focusing on the notion of everyday linguistic knowledge (Ferreira, 2020). Finally, we present our analyses,

developed from responses to a form on gender-inclusive language, identifying different metalinguistic reflections and imaginaries about language. Final considerations point to the importance of paying attention to everyday linguistic knowledge produced by non-specialists regarding gender-inclusive language.

Keywords: gender-inclusive language; discourse analysis; history of linguistic ideas; everyday language knowledge; language and subject

INTRODUÇÃO

Ainda que utilizada pelo menos desde os anos 2000 em ambientes informais, a linguagem inclusiva de gênero, linguagem não binária ou linguagem neutra¹ tem ensejado, mais do que nunca, debates acalorados sobre sua pertinência e circulação. Destacamos, a esse respeito, projetos de leis (PL) e normativas que visam a proibir sua circulação em ambientes educacionais – como o PL 198/2023² e PL 5198/2020³ –, em defesa de uma suposta pureza da língua e em respeito às regras gramaticais normativas. Ao mesmo tempo, a mobilização de palavras como “todes” em comunicações orais e escritas tem consolidado seu espaço dentre aqueles que sinalizam prezar pelo respeito à diversidade de gênero. Esses dois movimentos opostos dão indícios de que o debate não se limita à língua e às suas possíveis formas, mas toca em questões delicadas de nossa Formação Social⁴.

Em trabalhos anteriores, foi analisado como a linguagem inclusiva de gênero delineava diferentes posições numa Formação Discursiva Feminista (Medeiros, 2016) e como ela era compreendida e utilizada (ou não) em ambiente institucional (Marques, 2022). Embora separadas por programas e tempos distintos – 2016 e 2022 –, as autoras

¹ Embora seja bem conhecida nas mídias como “linguagem neutra”, optamos pela nomenclatura “linguagem inclusiva de gênero”, pois não reconhecemos qualquer “neutralidade” dessa linguagem e priorizamos essa nomenclatura por destacar a questão que a motiva: incluir gêneros que não sejam o masculino, compreendido como neutro, nas diferentes formas linguísticas.

² Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2346944>>. Acesso em: 03 jul. 2023.

³ Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2346944>>. Acesso em: 03 jul. 2023.

⁴ Articulando Haroche *et al.* (2020 [1971]) a Maria Cristina Leandro Ferreira (2001), podemos definir Formação Social como um estado determinado pelo modo de produção dominante em um momento determinado da sua história, estado este que permite prever alguns dos efeitos de sentido possíveis. Seu funcionamento é determinado pela ideologia e pela luta de classes.

se interessaram pela linguagem inclusiva de gêneros pela motivação de entender quais são as relações possíveis entre língua e gênero. A reivindicação pela linguagem inclusiva de gênero conquistou visibilidade e espaço atendendo à demanda de mulheres que não eram nomeadas em seus referidos cargos profissionais e, atualmente, a população trans protagoniza esse movimento reivindicatório ao salientar a importância de pensar não apenas em formas de representar o feminino, mas também de representar a diversidade de gêneros possível, quando se pensa além da perspectiva cis-normativa e binária⁵ que divide os gêneros e os sexos biológicos em um único par: masculino e feminino.

Diante de dúvidas sobre a linguagem inclusiva de gênero e, principalmente, sobre quais pronomes usar para se referir a alguém, a convenção amplamente adotada nos ambientes LGBTQIA+ tem sido: pergunte à pessoa como ela quer ser tratada – essa ainda é a indicação majoritária quanto ao assunto. A partir disso, uma das autoras decidiu entender o que as pessoas não binárias⁶ estavam dizendo sobre o assunto; para tanto, organizou e fez circular um questionário dissertativo, cujas questões serão apresentadas no decorrer deste artigo. O questionário integrou a pesquisa de Iniciação Científica intitulada “Representatividade das pessoas de gênero não binário no português brasileiro: invisibilidade social e não existência na língua”, desenvolvida na Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do professor doutor Angel Humberto Corbera Mori, e foi registrado no Conselho de Ética em Pesquisa sob o processo CAAE: 18869719.4.0000.8142. Nas respostas, foi possível identificar uma discussão permeada por uma ampla produção de reflexão metalinguística, em consonância com o que Ferreira (2020) discorre a respeito dos saberes linguísticos cotidianos.

O debate sobre a linguagem inclusiva de gênero costuma estar atrelado a questões de identidade de gênero: há sujeitos que não têm seus gêneros representados em signos linguísticos, portanto, propõem mudanças nas estruturas linguísticas para que estas passem a representá-los. Essa é uma síntese de um dos pensamentos que domina as discussões favoráveis à adoção da linguagem inclusiva de gênero e, nele, muitos sujeitos

⁵ Compreendemos cisnormatividade, na esteira de Vergueiro (2015, p. 61), como uma construção discursiva de "gêneros naturais, normais, verdadeiros e ideais", da qual faz parte a noção de binariedade - definida pela mesma autora (Vergueiro, 2015, p. 64) como a "ideia de que estes corpos, se 'normais', terão estes gêneros definidos a partir de duas, e somente duas, alternativas: macho/homem e fêmea/mulher".

⁶ Neste artigo, adotamos a compreensão de identidade de gênero não binária conforme sintetizada por Reis e Pinho (2016, p. 14): “indivíduos que não serão exclusiva e totalmente mulher ou exclusiva e totalmente homem, mas que irão permear em diferentes formas de neutralidade, ambiguidade, multiplicidade, parcialidade, agenericidade, outrogenericidade, fluidez em suas identificações”.

militantes demonstram conhecimentos linguísticos elaborados, embora não sejam linguistas de formação. Da mesma forma, quando analisamos os movimentos contrários à linguagem inclusiva de gênero, eles também recuperam saberes linguísticos, sobretudo aqueles legitimados pela gramática normativa, ou seja, revisitam regras e definições gramaticais para contestar aquilo que defendem não ser previsto em gramáticas: a inclusão de outro gênero que não seja feminino ou masculino.

No presente artigo, nossa proposta é discutir como o debate sobre a linguagem inclusiva de gênero mobiliza conhecimentos linguísticos de pessoas não linguistas que defendem a representatividade de gêneros na língua e quais são os conhecimentos linguísticos legitimados e aceitos nesse cenário. Para tanto, trabalhamos no entremeio da Análise do Discurso de linha materialista, da qual mobilizamos noções como língua e sujeito para embasar nossa reflexão, e da História das Ideias Linguísticas, a partir da qual refletimos sobre os saberes linguísticos cotidianos (Ferreira, 2020) e a instrumentalização de diferentes formas linguísticas.

Nesse sentido, este artigo está dividido da seguinte forma: após esta introdução, apresentamos as noções de língua e de sujeito, conforme compreendidas pelos estudos discursivos e enunciativos. Essa reflexão é articulada às relações entre alguns pressupostos da Linguística e as propostas de linguagem inclusiva de gênero. Na sequência, discutimos a questão da linguagem inclusiva de gênero em relação com a língua portuguesa e com as reflexões teóricas da História das Ideias Linguísticas. Após isso, apresentamos recortes de reflexões sobre linguagem inclusiva produzidas por sujeitos não binários, obtidas através de formulário de pesquisa com respostas abertas/dissertativas, procurando observar como diferentes conhecimentos linguísticos e imaginários sobre língua atravessam os discursos produzidos a respeito do assunto por não especialistas. Por fim, elaboramos algumas considerações à guisa de uma provisória conclusão.

LÍNGUA E SUJEITO: REFLEXÕES A PARTIR DA ANÁLISE DO DISCURSO FRENTE À LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO

Desde Benveniste (2005, p. 285), compreendemos que a língua não é um instrumento do qual a humanidade tem a opção de fazer uso, mas, pelo contrário, é a

própria definição de humanidade: “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem”. Ao analisar as formas pronominais nas línguas, Benveniste constata que a expressão da subjetividade está prevista no sistema da língua.

Diferentemente dos estudos enunciativos filiados ao autor, os estudos discursivos de linha materialista, filiados a Pêcheux, Orlandi e demais pesquisadores dessa linha teórica, trabalham com uma perspectiva de sujeito cuja relação com a língua (e com os sentidos) é necessariamente determinada pela ideologia e pelo inconsciente. A esse respeito, Pêcheux (2009, p. 161-162) teoriza sobre os esquecimentos nº 1 e nº 2:

Concordamos em chamar esquecimento nº 2 ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada. Por outro lado, apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o esquecimento nº 1, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina.

Nesse sentido, a relação com a língua e os sentidos é mediada pela identificação do sujeito com uma dada formação discursiva, que determina “o que pode e deve ser dito”. Cada formação discursiva, desse modo, organiza um conjunto de saberes possíveis e interditados, dentre os quais o sujeito pode “selecionar” os elementos de seu discurso. Tal identificação não é voluntarista e não depende da escolha do sujeito, mas se dá pelo funcionamento constitutivo da Ideologia. Ainda que haja possibilidade de maior ou menor identificação do sujeito com os saberes de dada formação discursiva, podendo chegar mesmo a uma desidentificação, não há como estar *fora* de uma formação discursiva: a desidentificação com uma implica necessariamente a identificação com outra. Esse funcionamento, no entanto, escapa à consciência do sujeito, produzindo o efeito de evidência tanto do sujeito quanto dos sentidos.

Se não cabe ao sujeito a escolha da identificação com uma formação discursiva nem o controle dos seus sentidos, é pelo funcionamento do esquecimento nº 2 que vislumbramos alguma margem de escolha diante dos diferentes enunciados e formas linguísticas. Voltando nosso olhar sobre o objeto que investigamos aqui, a linguagem inclusiva de gênero, sugerimos que suas possibilidades linguísticas estão inscritas naquilo que “pode e deve ser dito” de dada formação discursiva, na qual há espaço para a

compreensão e o questionamento de diferentes identidades de gênero. No entanto, para além das identidades de gênero, é também sobre língua e conhecimento linguístico que se fala quando o assunto é linguagem inclusiva.

Uma vez que parte da linguagem inclusiva propõe a utilização de novas formas (é o caso dos neopronomes⁷), ou mesmo a utilização diferente de formas já existentes (como as propostas de mudanças sintáticas, enfatizando as formas femininas sobre as masculinas/neutras, ou mesmo utilizando substantivos cuja marcação de gênero não faz menção direta ao referente), recorremos a Pêcheux (2009) para refletir sobre a língua, por uma perspectiva discursiva, em sua relação com a linguagem inclusiva. O autor explica que:

o sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses dados personagens tenham o mesmo discurso: a língua se apresenta, assim como a base de processos discursivos diferenciados (Pêcheux, 2009, p. 81).

Nesse sentido, identificamos em algumas das propostas de linguagem inclusiva de gênero uma perspectiva de língua que se volta contra esse sistema, propondo alterações que marquem, para além dos processos discursivos diferenciados, uma língua revolucionária, tanto no campo do léxico quanto no campo da sintaxe. Uma das questões que a linguagem inclusiva coloca para quem pesquisa em análise do discurso é se as reflexões metalinguísticas produzidas por sujeitos que não se identificam com o binarismo do gênero gramatical ensejam um novo modo de compreender a língua. Até que ponto a base comum continua suficiente para o desenvolvimento de processos discursivos diferenciados? Sendo a língua constitutiva da subjetividade, cabe ao sujeito alterá-la de modo voluntarista? Compreendendo que, de acordo com o já mencionado esquecimento nº 1, não é possível ao sujeito escolher as palavras e os sentidos, sendo essa “escolha” desde sempre determinada pela interpelação ideológica, de que forma podemos compreender, discursivamente, as propostas de linguagem inclusiva, baseadas

⁷ Apesar de esta nomenclatura não se filiar diretamente a um referencial teórico específico, tendo sido utilizada amplamente em diferentes discussões teóricas sobre as diversas formas de linguagem inclusiva de gênero, podemos compreender os neopronomes como “uma proposta de pronome pessoal que transcenda o ‘ele’ ou ‘ela’” (Brevilheri *et al.*, 2022, p. 06), adotando formas como “ile” e “elu”, que passam a compor um novo sistema pronominal.

majoritariamente na escolha de formas ditas inclusivas em detrimento de formas ditas excludentes?

Uma vez que parte dessas propostas se desvia dos pressupostos consolidados pela gramática normativa, identificamos nessas alterações uma relação com a definição de resistência apresentada por Pêcheux, cuja materialidade pode estar marcada nas seguintes formas:

Não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras. (Pêcheux, 1990, p.17)

As propostas de linguagem inclusiva de gênero devem ser compreendidas como formas de “mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases” e de “deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras”. Quanto à primeira possibilidade, destacamos, de antemão, que, para a análise do discurso, o sentido sempre pode ser outro, desde que ancorado na materialidade linguística e nas condições sócio-históricas de produção. “Alterar o sentido das palavras e das frases”, desse modo, seria próprio do funcionamento da língua em uma perspectiva discursiva, visto que as palavras significam diferentemente para diferentes formações discursivas. Assim, palavras como “gênero”, “masculino”, “neutro”, “feminino”, para uma formação discursiva identificada com os feminismos e os direitos da população LGBTQIA+, assumem sentidos que não se restringem ao conhecimento gramatical, mas passam a dizer respeito também, de forma concomitante, às identidades de gênero dos referentes.

Quanto ao deslocamento das regras da sintaxe e à desestruturação do léxico, estes podem sintetizar o modo como, no Brasil, a linguagem inclusiva de gênero tem sido orientada e sistematizada. A título ilustrativo, apresentamos dois recortes do guia *Comunicação para todes, todas e todos*, publicado na Revista *AzMina*⁸.

⁸ A publicação na revista (disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/manual-para-comunicacao-neutra>. Acesso em: 3 jul. 2023) é um resumo do manual completo, organizado por estudantes de Comunicação da Universidade de Brasília (UNB) e disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1rzjgGNEoX2T0reV41unKCgD38ES8rDkU/view>. Acesso em: 03 jul. 2023.

R1: 4 – Substitua os pronomes pessoais “ela(s)” ou “ele(s)” pelo pronome neutro “elu(s)”:

Exemplos:

Ela bebeu muita água. → Elu bebeu muita água.

Os olhos dele são castanhos. → Os olhos delu são castanhos.

Aquela menina é linda. → Aquelu menino é linde.

Outras opções: elu, elus, delu, delus, nelu, nelus, aquele e aquelus.

R2: 8 – Use voz passiva, gerúndio e faça outras mudanças na estrutura das frases.

Exemplos:

Eu estou cansada disto. → Eu cansei disto.

Estou preocupado com isto. → Isto está me preocupando.

As orientações apresentadas nos recortes R1 e R2 recomendam alterações tanto dos aspectos lexicais, como o emprego de neopronomes, quanto dos aspectos sintáticos, como a utilização de diferentes vozes e modos verbais. Num primeiro movimento analítico, compreendemos as diferentes estratégias linguísticas propostas na construção da linguagem inclusiva de gênero como uma forma de jogar com as palavras, o que permite relacioná-las, inicialmente, ao já citado movimento de resistência definido por Pêcheux (1990). Ainda que o formato de manual que configura os recortes R1 e R2 sugira uma espécie de domínio sobre a língua, é importante compreender que os movimentos de resistência não são voluntaristas, funcionamento que analisaremos junto a Modesto (2016).

Ao elaborar a noção de resistência possível, Modesto (2016) descreve como esta não é uma resistência voluntarista, resultado da vontade individual de um sujeito consciente que decide resistir, mas um movimento que se dá na possibilidade de “resistir ao já-posto pelo próprio já-posto” (Modesto, 2016, p. 1091). Tal elaboração vem ao encontro da reflexão de Pêcheux (1990) sobre as ideologias dominadas não se desenvolverem à parte das ideologias dominantes, mas sob e contra elas. Aproximando essas reflexões ao nosso objeto de análise, compreendemos que questionar as estruturas binárias da língua não posiciona o sujeito num espaço isento dos efeitos produzidos pelos conhecimentos linguísticos legitimados e pela gramática normativa, nem altera voluntariamente sua relação constitutiva com a língua e com a ideologia.

A esse respeito, Glozman (2021) identifica que algumas das reflexões metalinguísticas em defesa da linguagem inclusiva de gênero, por mais que estejam filiadas a discursos progressistas, em defesa da diversidade sexual e de gênero, acabam reproduzindo prescrições que podem ser identificadas a uma filiação normativista, bem

como a uma concepção de língua idealista e tradicionalista. Para a autora, é importante que essa reflexão considere a materialidade da língua, e, assim, não perca de vista as noções de historicidade e de condições de produção diante desse importante debate.

Tais reflexões metalinguísticas podem ser compreendidas em articulação à História das Ideias Linguísticas, conforme procederemos na seção seguinte.

HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS E SABERES LINGUÍSTICOS COTIDIANOS

O campo da História das Ideias Linguísticas, tal como desenvolvido no Brasil, articula-se à Análise do Discurso ao pensar a historicidade do conhecimento linguístico, bem como suas relações com os aparelhos institucionais e seu atravessamento na constituição dos sujeitos. Para a análise que propomos aqui, interessa-nos especialmente a reflexão de Ferreira (2020, p. 324) sobre os saberes linguísticos cotidianos, compreendidos como “discursos sobre as línguas produzidos no contato/confronto com a alteridade linguística que fazem parte de nosso cotidiano”. A autora explica como esses saberes não têm um lugar próprio e podem ser produzidos por qualquer um, diferentemente dos saberes produzidos por especialistas, o que dialoga com a proposta de nossa análise, qual seja, a de analisar os saberes linguísticos sobre linguagem inclusiva de gênero produzidos por sujeitos autoidentificados como não binários e que não necessariamente têm formação teórica em ciências da linguagem.

Com vistas a elaborar nossa compreensão, filiada à Ferreira (2020), sobre saberes linguísticos cotidianos, recorreremos à teorização de Aurox (1992, p. 16) sobre o saber linguístico, definido como um saber que “é múltiplo e principia naturalmente na consciência do homem falante”, partindo do epilinguístico antes de se tornar metalinguístico. Por conhecimento epilinguístico, Aurox (1992) adota a definição de Culioli (1968): a de uma atividade metalinguística não consciente – saber sem saber que se sabe. É em situações de autocorreção, jogos de palavras, trocadilhos, entre outras, que se percebe esse conhecimento.

Aurox (1992) propõe que se pense a relação entre o epilinguístico e o metalinguístico como um *continuum*, já que o conhecimento inconsciente não se desfaz com o desenvolvimento do conhecimento consciente, sendo inclusive este último

relacionado, quando os fins didáticos necessitam, àquele primeiro: é pela menção às experiências epilinguísticas que se explicam aspectos gramaticais metalinguísticos. A escolarização formal tem relação com a apropriação de algumas nomenclaturas que permitam a passagem do conhecimento epilinguístico para o conhecimento metalinguístico - desenvolvendo assim uma reflexão que mobilize uma terminologia específica e uma maior consciência sobre o que se sabe – ,bem como com os lugares que determinadas reflexões linguísticas podem ocupar.

Nesse sentido, os saberes linguísticos cotidianos, quando produzidos por grupos politicamente marginalizados (ou seja, a quem o poder político, a representatividade e a sobrevivência têm sido tradicionalmente renegados), podem apresentar aos Estudos da Linguagem um material profícuo para a análise de como os saberes epilinguístico e metalinguístico se articulam às diferentes reflexões e demandas de cunho social. Dados objetivos como os altos índices de violência contra as mulheres e contra a população LGBTQIA+ vítimas de homens⁹, a diferença salarial entre homens e mulheres que ocupam os mesmos cargos, as oportunidades de emprego (in)acessíveis a certos grupos¹⁰, entre outras violências físicas e simbólicas que atravessam as vidas dos sujeitos politicamente minoritários, apontam para o funcionamento de uma ideologia dominante que perpetua desigualdades pautadas nas identidades de gênero¹¹.

O conhecimento científico, por sua vez, não está imune às condições de produção e à distribuição desigual de poder social, visto que é produzido por sujeitos também atravessados por e constituídos nas estruturas de poder. A título ilustrativo, até muito recentemente cientistas defendiam a superioridade de uma raça usando dados

⁹ Destacamos que a população trans tem expectativa de vida de 35 anos, enquanto a população cis tem 74,5 anos, segundo dados do Dossiê: Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2312-a-transfobia-adoece-e-mata-temos-que-nos-comprometer-com-a-vida-diz-conselheiro-de-saude-no-dia-nacional-da-visibilidade-trans>>. Acesso em: 03 jul. 2023.

¹⁰ Salientamos que 90% da população trans tem ou já teve a prostituição como fonte de renda, segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra). A problemática é sabermos que nesse ambiente de trabalho majoritariamente não há condições dignas que garantam saúde, segurança e direitos trabalhistas às trabalhadoras. Disponível em: <<https://edicaodobrasil.com.br/2021/05/28/90-da-populacao-trans-no-brasil-tem-prostituicao-como-fonte-de-renda/#:~:text=Estima%2Dse%20que%2090%25%20da,no%20mercado%20formal%20de%20trabalho>>. Acesso em: 03 jul. 2023.

¹¹ O conceito de interseccionalidade, conforme definido por Crenshaw (2002), considera que a discriminação se estrutura em diferentes eixos (como classe, raça e gênero) que se interseccionam na produção da opressão. Para os limites e foco deste trabalho, enfatizamos a opressão de gênero, destacando que os efeitos dos demais eixos, embora pertinentes, ultrapassam nosso objetivo pontual.

“científicos”¹². Nesse sentido, compreendemos que toda produção de conhecimento é influenciada pelos grupos de poder e, em muitos momentos da história, esse saber foi reproduzido para justificar interesses hegemônicos.

Desse modo, voltamos nosso olhar para saberes sobre a língua em sua tensão com a ideologia dominante. De um ponto de vista estritamente gramatical, compreendemos que o uso do masculino como genérico pode ser explicado a partir das mudanças do latim para o português. De um outro ponto de vista, e considerando que a língua não se limita à gramática, compreendemos que essa regra pode produzir o efeito de sentido do masculino como padrão, silenciando ou subordinando as demais identidades de gênero.

Alguns instrumentos linguísticos, como o Manual para o uso não sexista da linguagem (Rio Grande do Sul, 2014) e o Dicionário Aurélia (Vip, Libi, 2006), são exemplos da elaboração de instrumentos linguísticos por grupos majoritariamente excluídos da produção desses saberes para reivindicar suas representações, definições e legitimidades nos usos da língua. Construir esses instrumentos exige e mobiliza muitos saberes linguísticos. No caso do Dicionário Aurélia, por exemplo, vemos a organização de saberes linguísticos cotidianos articulados por não linguistas na produção de um instrumento de gramatização do Pajubá.

Quanto à circulação da linguagem inclusiva de gênero, mencionamos a exposição de uma faixa de boas-vindas aos ingressantes da Universidade Estadual de Campinas, em 2019, que dizia: “sejam bem-vindes!”. O uso da linguagem inclusiva de gênero numa instituição de ensino renomada, considerando que tal uso não conta com o registro e a legitimação dos instrumentos linguísticos, motivou uma das pesquisadoras a se aprofundar nesse tema. Para isso, ela buscou conversar com pessoas não binárias sobre o uso da linguagem inclusiva e, para tanto, divulgou um formulário com sete questões acerca da relação e percepção sobre o fenômeno.

Nas respostas coletadas, é possível identificar como os sujeitos produzem saberes linguísticos cotidianos desde uma posição de não especialistas, apresentando inclusive gestos de didatização em diálogo com a pesquisadora (conforme os recortes R9 e R10, que apresentaremos posteriormente). Na próxima seção, analisaremos algumas das

¹² A esse respeito, consultar Munanga (2020), que explica, a partir da negritude, como discursos apoiados na biologia e na ecologia, com respaldo de teorizações científicas, serviram para legitimar a escravidão e a colonização, fundamentando a inferiorização dos negros a partir de “justificativas científicas”.

respostas, considerando a reflexão metalinguística sob a perspectiva da Análise do Discurso em seu entrelaçamento com a História das Ideias Linguísticas.

REFLETINDO SOBRE A LÍNGUA: UM MOVIMENTO DE ANÁLISE

Os recortes que apresentaremos nesta seção são oriundos de respostas dadas ao formulário sobre linguagem inclusiva de gênero vinculado ao já mencionado projeto de Iniciação Científica “Representatividade das pessoas de gênero não binário no português brasileiro: invisibilidade social e não existência na língua”. Após aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade, o formulário foi compartilhado num grupo do Facebook que tem o mesmo nome da Universidade, Unicamp¹³, cujo intuito é reunir as pessoas que fazem parte da universidade, seja a comunidade interna, com vínculo acadêmico e/ou profissional, ou a comunidade externa, que convive com e na universidade. O questionário era aberto para todas as pessoas que se identificassem como não binárias e composto por sete perguntas e um espaço aberto para comentários livres, conforme segue:

1. Se você fosse explicar o que é o gênero não-binário, como o faria?
2. Ao se identificar como gênero não-binário, você vê a língua como um fator que impõe a escolha de um gênero binário?
3. Você acha que a língua lhe oferece maneiras de se expressar que respeite seu gênero?
4. Percebe-se muitas manifestações e tentativas de retirar o sexismo e binarismo na língua portuguesa, principalmente em redes sociais, com alternativas como uso do "e", "u", etc. No cotidiano e na língua oral, você percebe essas mudanças?
5. Como você se identifica na língua oral: aderindo a uma alternativa de uso não binário ou opta por um dos gêneros binários?
6. Quando você opta pela linguagem não-binária, como as pessoas reagem?
7. Você acha que a língua te reprime, enquanto pessoa do gênero não-binário? Gostaria de adicionar algum comentário sobre esse questionário (sugestões, críticas, tudo é bem-vinde)?

Dado nosso objetivo de observar a produção de reflexão metalinguística, apresentamos os recortes abaixo, selecionados a partir das respostas à terceira pergunta

¹³ Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/2216190445>. Acesso em: 17 jul. 2024.

do formulário (“Você acha que a língua lhe oferece maneiras de se expressar que respeite seu gênero?”):

R3: Oferece médio, mas muito limitadas e "não naturais" haha É necessário que todos **driblem** a língua pra poder usar um gênero neutro.

R4: Até que tem. Eu evito usar palavras com artigos de gênero ou, na maioria dos casos, substituo o sujeito ou objeto das frases pela palavra "pessoa". Assim o uso do feminino no diálogo é pela palavra pessoa. Não é uma alternativa perfeita. Inclusive, **é uma que exige muitas vezes que se dê várias voltas e rodopios pra se expressar**. Mas é a melhor alternativa que eu encontrei (que se encaixe nas normas da língua portuguesa).

R5: Não, mas parte da comunidade falante e movimentos LGBTQ+ **têm trabalhado para a modificação constante** visando maior inclusão na língua e seus devidos **reconhecimentos oficiais**.

No R3, destacamos a menção a “driblar” a língua. Identificamos nessa menção o funcionamento de um imaginário sobre a língua como algo do qual seja possível escapar, o que remete concomitantemente aos já mencionados esquecimentos nº 1 e nº 2, conforme elaborados por Pêcheux (2009). Se, por um lado, é possível que o sujeito se movimente entre as formulações parafrásticas de sua Formação Discursiva, por outro, não é possível se movimentar no exterior da Formação Discursiva que o domina. Nesse sentido, o “drible” à língua se dá nos limites da Formação Discursiva, que determina, no caso em análise, a própria relação do sujeito com a língua.

Quando da produção de saberes linguísticos cotidianos, a relação com a língua, ainda que constitutiva, pode ser determinada por diferentes compreensões a seu respeito. Nas respostas em geral, foram identificadas diversas compreensões e definições distintas sobre a língua. No R3, além da compreensão de língua como driblável, há também uma menção à percepção de gradação de naturalidade das formas linguísticas, o que remete a uma noção mobilizada teoricamente nas Ciências da Linguagem, dando pistas de articulação elaborada entre os conhecimentos epilinguístico e metalinguístico.

No R4, por sua vez, é possível identificar um conhecimento teórico de diferentes classes gramaticais, que passa por suas nomenclaturas e formas de uso. Assim como no R3, vem à tona uma compreensão de língua driblável, a partir de “várias voltas e rodopios”, necessários para dar conta das “normas da língua portuguesa”. Retomamos a reflexão de Glozman (2021) sobre o retorno de concepções normativas de língua nos discursos que defendem a linguagem inclusiva de gênero: diante da demanda de inclusão

linguística de gêneros não binários, a manutenção das normas da língua portuguesa é indispensável? E quais normas são essas? Uma vez que são necessárias “várias voltas e rodopios”, não haveria um desvio às normas sintáticas e pragmáticas?

Se no R3 identificamos uma gradação de naturalidade, o R4 indica uma gradação de mudanças possíveis: a produção desses saberes linguísticos cotidianos aponta para uma percepção do sujeito de que a sintaxe e a pragmática (implicadas nas paráfrases que alteram sujeito e objeto oracionais a fim de incluir a palavra “pessoa”) seriam mais maleáveis do que a morfologia (implicada quando da utilização de neopronomes, conforme os exemplos apresentados em R1). Nesse sentido, compreendemos que o R4 indica que a reflexão metalinguística é necessária não apenas para reivindicar a legitimidade da linguagem inclusiva de gêneros, mas também para utilizá-la e avaliar intuitivamente quais normas são modificáveis e quais não são.

Finalmente, destacamos do R5 a busca pelos “devidos reconhecimentos oficiais”. Diferentemente dos recortes anteriores, aqui não se trata de adaptar as formas linguísticas já existentes, mas de trabalhar na “modificação constante”, juntamente à demanda por reconhecimentos oficiais. Tal recorte nos remete às disputas, amplamente discutidas nas produções em História das Ideias Linguísticas, referentes à legitimação de conhecimentos e formas linguísticas, produção de instrumentos linguísticos e sua relação com a Formação Social e a ideologia dominante¹⁴. A demanda pelo reconhecimento oficial como uma possível “solução” remete a um imaginário de língua normatizada, que confunde língua e gramática.

A esse respeito, destacamos a distinção proposta por Orlandi (2009) entre língua fluida e língua imaginária. Nas palavras da autora, a língua imaginária seria “estável, com unidade, regrada, sobre a qual, através do conhecimento de especialistas, podemos aprender, termos controle” (Orlandi, 2009, p. 18), cuja estabilidade está arraigada em regras, fórmulas e sistematizações. Já a língua fluida diz respeito a uma língua em movimento, que desconhece limites e que tem como traço principal a mudança contínua, aquela “que podemos observar quando focalizamos os processos discursivos, através da história de constituição das formas e sentidos, nas condições de sua produção, na sociedade e na história, afetada pela ideologia e pelo inconsciente” (Orlandi, 2009, p. 18).

¹⁴ A esse respeito, consultar Nunes (2006, 2002).

Nesse sentido, identificamos no R5 um imaginário de língua arraigado à língua imaginária, que preza pela normatização de formas linguísticas não binárias, e remete novamente à reflexão de Glozman (2021) sobre a reprodução de saberes normativistas nas reflexões sobre linguagem inclusiva de gênero. A esse respeito, questionamos: esse reconhecimento, seja ele dado pelo uso institucional de determinadas formas ou pelo registro nos instrumentos linguísticos, seria suficiente para dar conta das demandas de representatividade linguística pleiteadas pela linguagem inclusiva de gênero?¹⁵

Além dos recortes das respostas à pergunta 3, trazemos para análise alguns recortes selecionados das respostas à pergunta 7 (“Você acha que a língua te reprime, enquanto pessoa do gênero não-binário?”), como seguem:

R6: Não necessariamente. Sim porque me força a criar estratégias para me expressar e que em geral não são aceitas fora de um círculo de amizade pequeno, e são atacadas por serem "erradas", me força a ter de escolher um pronome de tratamento quando em ambientes como médicos, bancos etc. Mas ao mesmo tempo não, porque a língua, ao meu ver, não tem culpa, não é a língua que me reprime. Ela foi construída por milhares de anos e milhares de seres humanos, já foi extremamente modificada de sua "forma original" se é que podemos chamar assim, então tenho pra mim que continuar insistindo em estratégias novas e novos pronomes eventualmente vai modificar a língua. A língua é maleável e mutável ainda que as pessoas que a falam sejam menos.

R7: Sim. Se houvessem alternativas não binárias na língua, talvez fôssemos pessoas melhores representadas publicamente. O neutro numa língua expressa a pluralidade de gêneros com os quais uma pessoa pode se identificar, acabando com parte da expectativa de se encaixar num papel pré-definido.

R8: Sim, minha existência não é reconhecida, pois ela sequer é existente na língua. É uma questão bem complexa, pois para que o gênero não-binário seja reconhecido na língua é preciso ter uma grande reformulação da língua portuguesa e não há interesse nisso. Como podemos mudar essa realidade? Acho que para começar a transforma-la é preciso reconhecer e aceitar que as pessoas trans existem, que elas também são humanas e que tem direito a vida como todas as pessoas cis. **É preciso TRANSformar o CISTema.**

Enquanto no R6 há uma recusa a uma possível repressão por parte da língua, contemporizada por uma repressão que se dá pelas pessoas, no R7 e no R8 identificamos o funcionamento de um imaginário de língua que retoma um dos mitos que, de acordo com Fiorin (2013, p. 33), “tentam explicar as origens da linguagem e a diversidade das línguas”. Trata-se do mito adâmico, relacionado a uma explicação criacionista do ser

¹⁵ Em Medeiros e Faria (2022), discute-se como a dicionarização da palavra “presidenta” não silencia a discussão a respeito da flexão de gênero, que traz à tona questões políticas e ideológicas de gênero que não se restringem à legitimidade gramatical.

humano e do Universo. Nessa perspectiva, as denominações dos referentes são atribuídas ao primeiro ser humano, Adão: “À proporção que Adão descobre o mundo, denomina os seres, pois uma coisa só existe na medida em que tem um nome, ou seja, entra no universo da linguagem.” (Fiorin, 2013, p. 35). Ainda que a proposta de linguagem inclusiva de gênero não tenha identificação com o discurso religioso criacionista, os mitos a respeito da linguagem ultrapassam os saberes religiosos e constituem imaginários sobre língua que persistem em algumas reflexões metalinguísticas.

Diante da persistência desse imaginário sobre língua nos saberes linguísticos cotidianos, voltamos nosso olhar para a relação entre palavra e referente a partir das Ciências da Linguagem. É da obra considerada fundadora da Linguística Moderna, o Curso de Linguística Geral, que trazemos a seguinte definição: “O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica” (Saussure, 2012, p. 106). Essa definição vai no sentido contrário a uma concepção de língua como uma nomenclatura, uma lista de palavras correspondendo a referentes determinados. Além disso, a partir dessa definição de signo, Saussure permite compreender que a língua não é uma representação unívoca do mundo, na qual cada item de uma lista de palavras encontraria um referente, mas é ela mesma uma forma de recortar o mundo e viabilizar pensamentos (que, sem a língua, não passariam de uma massa amorfa) que não necessariamente dependem de referentes reais.

Nesse sentido, mencionamos os seguintes excertos dos recortes R7 e R8: “Se houvessem alternativas não binárias na língua, talvez fôssemos pessoas melhores representadas publicamente”; “minha existência não é reconhecida, pois ela sequer é existente na língua”. Ao mesmo tempo em que esses excertos podem retomar um imaginário sobre língua que retoma o mito adâmico, eles podem também ser compreendidos em relação às elaborações de Saussure, especialmente no que se refere à língua como um modo de recortar e organizar o mundo. Diante disso, questionamos: poderíamos esperar uma diferente compreensão das identidades de gênero em línguas cuja marcação gramatical de gênero diferem do binarismo da língua portuguesa? A inclusão em língua portuguesa de formas linguísticas não binárias, conforme pleiteada por parte dos sujeitos não binários, seria suficiente para garantir a representatividade na língua?

Sob a perspectiva teórica da Análise do Discurso, compreendemos que a língua não é transparente, e que os sentidos das formas linguísticas são produzidos e modificados a depender das Formações Discursivas, o que coloca ainda outra questão: a criação de novas formas para marcação linguística de novos sentidos é uma necessidade ou os novos sentidos podem ser associados a formas linguísticas já existentes? Diante dos recortes analisados até o momento, podemos afirmar que as respostas a essas questões não encontram consenso nas reflexões sobre linguagem inclusiva de gênero produzidas por sujeitos não binários, visto que encontramos tanto “voltas e rodopios” que permitam um “encaixe nas normas” quanto a demanda por “uma grande reformulação da língua portuguesa”. Nesse sentido, compreendemos que, assim como acontece nos debates especializados em Ciências da Linguagem, também nos saberes linguísticos cotidianos há espaço para posicionamentos múltiplos e não deterministas, que têm em comum o questionamento sobre as possibilidades de equiparar, de alguma forma, as identidades de gênero às formas linguísticas de marcação de gênero gramatical.

Por fim, apresentamos dois recortes selecionados em resposta ao penúltimo espaço do questionário, no qual havia uma pergunta sobre contribuições espontâneas: “Gostaria de adicionar algum comentário sobre esse questionário (sugestões, críticas, tudo é bem-vinde)?”. Destacamos duas respostas a esse convite que abrem para a reflexão de dois pontos pertinentes para a reflexão aqui desenvolvida: 1) os saberes linguísticos cotidianos produzidos por falantes não especialistas pode trazer diferentes e profícuas perspectivas para as Ciências da Linguagem; e 2) quando se busca construir uma prática científica democrática, atenta e inclusiva, é importante um posicionamento autocrítico para reconhecer como as próprias práticas são atravessadas por estruturas de poder. São os recortes que seguem:

R9: não sei se isso apareceu em algum ponto da sua pesquisa já, mas eu notei uma certa preferência pelo uso do "e" em não do "u" no emprego na neolinguagem por conta do som do "u" lembrar muito o som do "o". e me desculpa por ser essa pessoa chata, de verdade, eu odeio fazer isso, mas nessa última questão você colocou "tudo é bem-vinde", e como não existe "tudo é bem-vinda", não há necessidade do emprego da neolinguagem aqui, embora seja razoavelmente comum ler coisas do tipo. obrigada por fazer essa pesquisa! é realmente muito importante ter esse reconhecimento, essa concessão de legitimidade pela academia para a forma de comunicação que tentamos estabelecer.

R10: Na pergunta 7 eu fiquei confuso com o uso da palavra "du". Tipo, eu sei que não existem normas oficiais pro uso de "e" e "u" na língua, mas se o objeto

é "pessoa" não deveria ser "pessoa de gênero não binário"? Não acho que tem necessidade de mudar ali. O mesmo vale pra "tudo é bem-vinde". O sujeito é tudo, então pode-se dizer "bem vindo". Eu, pessoalmente, acho que só é necessário adaptar quando na frase se refere a uma pessoa não binária. Ex.: Você é bem-vinde. Substituímos por e ou u somente quando a palavra possui flexões nominais. (Mas não sou expert em língua portuguesa então só quis levantar um questionamento) Queria agradecer a pesquisa. É algo muito importante que contribui pra nossa representatividade <3

Enfatizamos, neste ponto, como é fundamental, desde o lugar de pesquisadora, se posicionar como sujeito em aprendizado, evitando assumir uma posição de “dona das respostas corretas”. Pelo contrário: entendemos que o lugar de pesquisadora, especialmente em pesquisas que demandam a participação ativa de sujeitos, deva ser o de propositora de perguntas instigadoras que possam contribuir para esse fazer. Os recortes R9 e R10 apresentam reflexões metalinguísticas que contrariam o conhecimento linguístico da pesquisadora sobre a linguagem inclusiva de gênero, ou, como referida no R9, neolinguagem. A ocorrência dessas correções aponta para um diálogo necessário entre os saberes linguísticos cotidianos e as Ciências da Linguagem, visto que as reflexões metalinguísticas produzidas por não especialistas, a depender do objeto que se analise, podem ser enriquecidas pela experiência pessoal de sujeitos que são muito mais atravessados e afetados por determinadas questões linguísticas do que a própria pesquisadora e articulam esses atravessamento às suas reflexões metalinguísticas, oportunizando diferentes perspectivas para as pesquisas em Ciências da Linguagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos analisar, desde a perspectiva teórica da Análise do Discurso de linha materialista, articulada à História das Ideias Linguísticas, alguns saberes linguísticos cotidianos produzidos de forma estimulada a respeito de um assunto específico, a linguagem inclusiva de gênero. Da análise dos recortes, compreendemos como a defesa do uso da linguagem inclusiva de gênero mobiliza diferentes saberes linguísticos e imaginários sobre língua, constituindo um amplo arquivo para pesquisas que se voltem à reflexão metalinguística e às relações entre língua e sujeito. Destacamos também que, de modo semelhante às discussões sobre linguagem inclusiva de gênero que

se desenvolvem nas Ciências da Linguagem¹⁶, não há consenso sobre quais saberes linguísticos são aceitos e legitimados, visto que diferentes modos de marcação de gênero não binário (por via da morfologia e da sintaxe, por exemplo) foram elencados nas respostas ao formulário. O que parece delinear uma posição comum é a demanda para que especialistas das Ciências da Linguagem também voltem seu olhar, cada vez mais, para esse assunto que não cessa de produzir efeitos entre ativistas e movimentos sociais.

No Brasil, os estudos discursivos têm progressivamente avançado nesse diálogo, e uma ciência como a Análise do Discurso de linha materialista, que investiga as relações de poder e os atravessamentos ideológicos inscritos em diferentes materialidades, não pode deixar de olhar, de forma desarmada, crítica e curiosa, para as diferentes discussões a respeito da linguagem inclusiva de gêneros. Foi a esse movimento que este artigo procurou se somar como contribuição.

REFERÊNCIAS

AUROUX, Sylvain. *Revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; OTHERO, Gabriel de Ávila. *Linguagem “neutra”*: língua e gênero em debate. Parábola Editorial, 2022.

BENVENISTE, Emile. *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes Editores, 2005, 5ª edição.

BREVILHERI, Ursula Boreal Lopes; LANZA, Fabio; SARTORELLI, May Romeiro. Neolanguage and “neutral language”: inclusive potentialities and/or conservative reactions. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 11, p. e523111133741, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i11.33741. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/33741>. Acesso em: 20 jul. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*. Ano 10, vol. 1, 2002. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2024.

CULIOLI, Antoine. La formalisation en linguistique. *The Cahiers pour l'Analyse and Contemporary French Thought*. Names/ Antoine Culioli, 1968.

¹⁶ A esse respeito, consultar Barbosa Filho e Othero (2022), livro que compila análises de diferentes vertentes da Linguística sobre o assunto.

FERREIRA, Ana Claudia Fernandes. *Saberes linguísticos cotidianos*. Porto das Letras, [S.l.], v. 6, n. 5, p. 324–351, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/10399>. Acesso em: 19 mar. 2024.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Glossário de termos do discurso*. Porto Alegre: Instituto de Letras, UFRGS, 2001.

FIORIN, José Luiz. A linguagem humana: do mito à ciência. In: FIORIN, José Luiz. (org.). *Linguística? Que é isso?* São Paulo: Contexto, 2013, p. 13-43.

GLOZMAN, Mara. La ilusión del todo. Lengua(je), discurso y política de géneros en perspectiva materialista. *Revista Latinoamericana del Colegio Internacional de Filosofía*, n. 8, p. 111-138, 2021. Disponível em: http://www.revistalatinoamericana-ciph.org/wp-content/uploads/2021/03/La-ilusio%CC%81n-del-todo_Mara-Glozman.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A Semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser. (org.). *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. Araraquara: Letraria, 2020, p. 17-39.

MARQUES, Luana Cristina Santos. *Análise de tentativas de (des)legitimidade da linguagem inclusiva de gêneros*. Orientação de Lauro José Siqueira Baldini. Campinas, SP: [s.n.], 2022. TCC. (1 recurso online (60 p.)), il., digital, arquivo PDF. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/8128>. Acesso em: 17 jul. 2024.

MEDEIROS, Laís Virginia Alves. *Essa língua não me representa: discursos sobre língua e gênero*. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/149540>. Acesso em: 02 fev. 2022.

MODESTO, Rogério. Uma outra cidade? A resistência possível e o efeito de resistência: uma proposta. *Fórum linguístico*, v.13, n. 1, p. 1083-1093, jan./mar. 2016.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 4. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil: Análise e História do Século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes/ Fapesp/Faperp, 2006.

NUNES, José Horta. Dicionarização no Brasil: condições e processos. In: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida. (org.) *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Pontes, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Língua brasileira e outras histórias*. Discurso sobre a língua e a escola no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Ed. Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 19. IEL, Unicamp, 1990.

REIS, Neilton dos; PINHO, Raquel. Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7-25, jan./abr. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. *Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende*. Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2014.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. BALLY, C.; SECHEHAYE, A. (Orgs.). 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2015. 224fs. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685>. Acesso em: 20 jul. 2024.

VIP, Angelo; LIBI, Fred. *Aurélia – A Dicionária da Língua Afiada*. São Paulo: Editora da Bispa, 2006.

Recebido em: 29/05/2024

Aceito em: 24/07/2024

Laís Virginia Alves Medeiros: Doutora em Linguística (Unicamp), mestra em Estudos da Linguagem (UFRGS), bacharela em Letras-Francês (UFRGS), licenciada em Letras-Português (Claretiano). Integrante do grupo de pesquisa Mulheres em Discurso e do grupo de trabalho Alhures - Análise de Discurso, Linguagem, História, Urbano e Resistência. Bolsista do Programa de Pesquisador de Pós-Doutorado da Unicamp, desenvolvendo pesquisa em História das Ideias Linguísticas e atuando como docente credenciada no Instituto de Estudos da Linguagem.

Luana Cristina Santos Marques: Mestranda em Linguística (Unicamp), licenciada em Letras (Unicamp) e professora de Língua Portuguesa na rede estadual de São Paulo. Pesquisadora do grupo de pesquisa Mulheres em Discurso (Unicamp).

A polêmica em Vargas e Bolsonaro: uma análise de pronunciamentos em 1930 e 2020

The polemic in Vargas and Bolsonaro: polemic in Vargas and Bolsonaro: an analysis of speeches in 1930 and 2020

Bruno de Azevedo Santana Guimarães
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
bruno.azevedo1985@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-9445-182X>

Ibiraci de Alencar Chagas
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
svogradiliev@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1693-2465>

RESUMO

O presente trabalho se inscreve na articulação teórica da Análise do Discurso, que é vista como heterogênea, com a Teoria da Argumentação no Discurso, e pretende analisar os pronunciamentos de Getúlio Vargas, em 1930, e de Jair Messias Bolsonaro, em 2020. Desta forma, pretendemos analisar como a Polêmica, como modalidade argumentativa, se constitui nos discursos dos referidos presidentes e quais os efeitos de sentidos que emergem a partir de tais discursos. Assim, esperamos mostrar não só como Vargas e Bolsonaro possuem discursos polêmicos frente a discursos antagônicos como, também, reatualizam aspectos discursivos e argumentativos quando os mesmos ocupam a presidência da república.

Palavras-Chave: análise do discurso; argumentação; polêmica; Bolsonaro; Vargas.

ABSTRACT

The present work fits within the theoretical framework of Discourse Analysis and Argumentation Theory in Discourse, aiming to analyze the speeches of Getúlio Vargas in 1930 and Jair Messias Bolsonaro in 2020. Thus, we intend to examine how Controversy, as an argumentative modality, is constituted in the speeches of these presidents and the meanings that emerge from such discourses. Therefore, we aim to demonstrate not only how Vargas and Bolsonaro present controversial discourses in the face of antagonistic discourses, but also how their discourse and argumentation strategies shift when they hold presidential power.

Keywords: Discourse Analysis; argumentation; controversy; Bolsonaro; Vargas

INTRODUÇÃO

A longínqua origem da retórica, ao longo da tradição helênica, situa-a entre dois polos antagônicos da interação no diálogo: o consenso e o dissenso. Dos tempos imemoriais aos dias de hoje, as práticas retóricas objetivavam, por intermédio do fenômeno subjetivo/cognitivo da persuasão, dirimir os pontos de vista conflituosos e inaugurar a adesão dos espíritos a certa tese defendida pelo orador. Todavia, não obstante, o objetivo de convencimento, reiteradas vezes, demonstra que os desacordos insistem em se fazer presentes e alcançam níveis variados de intensidade. Eis a condição discursiva para a ocorrência do fenômeno que será abordado neste texto, a polêmica. A análise que se segue se vincula à abordagem teórica proposta por Ruth Amossy, contando com algumas complementações teóricas de certos autores da área sobre o assunto.

Acerca de Vargas, o foco estará no pronunciamento proferido em Porto Alegre, no dia 4 de outubro de 1930, ainda no contexto da pugna eleitoral verificada no dia 1º de março desse mesmo ano, intitulado *Rio Grande, de pé, pelo Brasil!* Esse texto foi escolhido pela sua relevância histórica, uma vez que foi proferido, exatamente, no dia seguinte à irrupção do levante militar que culminou com o golpe de Estado o qual, por seu turno, levou Vargas ao poder – pondo fim à república oligárquica – e, similarmente, pela relevância polêmica, uma vez que se pode observar, com nitidez, todos os aspectos típicos que caracterizam essa modalidade argumentativa. Seu contexto específico o torna espécime sem paralelo dentro da vasta produção discursiva varguista, motivo pelo qual foi tomado, exclusivamente, para análise. Em Bolsonaro, analisaremos o pronunciamento feito no dia 24 de março de 2020 (Pronunciamento [...], 2020), em que, o atual presidente, elege pontos antagônicos de sua estratégia de gestão para a Covid-19, a saber: imprensa e gestores estaduais e municipais; além de defender a volta à “normalidade”, ao ignorar as normas de isolamento social, amplamente recomendadas por cientistas do Brasil e do mundo. Além disso, Bolsonaro chama a pandemia de “gripezinha” e “resfriadinho”, minimizando o perigo da doença e, mais uma vez, indo contra as autoridades médicas.

Não obstante as significativas diferenças no que concerne aos contextos históricos de enunciação dos dois pronunciamentos, nota-se que ambos foram proferidos em circunstâncias de importante crise social. A fala de Vargas, num momento de crise política, quando da irrupção de um movimento armado que se seguiu às tensões

desencadeadas pelos processos eleitorais atrelados à eleição de primeiro de março de 1930; a fala de Bolsonaro, num momento de crise sanitária (Lima, Buss, Paes-Sousa, 2020), quando do registro dos primeiros casos de Covid-19 no Brasil. Ao observarmos as estratégias de enunciação de ambas as personalidades políticas diante de um horizonte de perturbação no funcionamento da sociedade brasileira, podemos notar as urgências mobilizadas pelo princípio da polêmica diante de cenários nos quais a ordem convencional da sociedade é parcialmente suspensa e questões pressurosas são seriamente colocadas, sobretudo para aqueles que possuem, nas mãos, as rédeas do destino coletivo do país.

A partir de agora, portanto, analisaremos os discursos de dois presidentes que possuem trajetórias políticas e contextos históricos distintos, mas que se assemelham em questões teóricas embasados na polêmica como modalidade argumentativa. Desta forma, estudar tais modalidades na seara política tem a possibilidade de contribuir para as noções dos discursos antagônicos e, como esses atores (Vargas e Bolsonaro) reatualizam aspectos discursivos e argumentativos, quando os mesmos ocupam uma cadeira política tão importante: a presidência da república.

UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO DE *POLÊMICA*

A autora romena Ruth Amossy, em seu texto capital sobre o assunto, *Apologia da polêmica*, define polêmica enquanto “um debate em torno de uma questão de atualidade, de interesse público, que comporta os anseios das [sic] sociedade mais ou menos importantes numa dada cultura.” (Amossy, 2017a, p. 49). A seguir, Amossy observa que “a primeira marca da polêmica como debate da atualidade é uma oposição de discurso. [...] [Isto é,] trazer argumentos em favor de sua tese e contra a tese adversa [...]” (Idem, ibidem). Valendo-se de sua formulação de *modalidades argumentativas*, Amossy complementa essa conceptualização categorizando a polêmica como “interação fortemente agonística que atravessa os gêneros [...] assim como os discursos [...] [,

figurando como] uma modalidade argumentativa situada em um dos polos [sic] do *continuum*, até o limite extremo de suas possibilidades¹.” (Idem, p. 52).

Uma vez situada a polêmica, intrinsecamente, no plano argumentativo, a autora delimita a sua especificidade dentro da tipologia retórica² das modalidades argumentativas: para ela, a peculiaridade da polêmica está em sua “ancoragem conflitual, que se traduz pela dicotomização, pela polarização e pela desqualificação do outro – e, apenas de forma secundária, pela violência verbal e pelo *pathos*.” (idem, ibidem). Assim, para Amossy, “o conflitual não está apenas dentro da polêmica: ele se situa fora dela e constitui sua fonte. A polêmica seria, então, a manifestação discursiva sob forma de embate, de afrontamento brutal, de opiniões contraditórias que circulam no espaço público” (Idem, p. 53). Daí a propriedade em se afirmar a dicotomização – entendida enquanto o estabelecimento de “pares de noções excludentes uma da outra” (Idem, p. 54) – como indício primacial, condição *sine qua non* da polêmica. Tais noções excludentes configuram, no plano da enunciação, uma relação antitética entre pontos de vista, por princípio, inconciliáveis entre si. Essa *gestão verbal do conflitual* que define a polêmica enquanto modalidade discursivo-argumentativa, pressupõe, do mesmo modo, uma “divisão actancial entre adversários tomados numa relação antitética de tipo conflitual [...] [o que] instaura uma operação de polarização [...]” (idem, p. 56) Tal “estrutura actancial [...] envolve um Proponente e um Oponente em face de um Terceiro. Não se trata aqui de pessoas, mas de papéis: defensor da posição proposta, opositor dessa posição, ouvinte-espectador da confrontação.”³ (idem, ibidem). Essa “retórica da polarização consiste em estabelecer campos inimigos e é, portanto, um fenômeno social”

¹ Num texto mais recente, Amossy assim desenvolve essa sua representação geométrica/dimensional da argumentação: “pode-se dizer que a argumentação é um *continuum*, em cujo centro se encontra o debate racional de duas teses divergentes, e que, em suas duas extremidades, tem-se: de um lado, o discurso que não menciona a opção que está atacando, para se concentrar naquela que quer valorizar, e do outro lado, o choque das posições antagonistas.” (Amossy, 2017b, p. 233)

² Na esteira das concepções formuladas por Chaïm Perelman, Amossy não distingue *retórica* de *argumentação*.

³ A semiótica greimasiana usa o termo *ator* para se referir a um indivíduo, a um agente coletivo tomado individualmente (uma multidão, por exemplo) ou a uma entidade abstrata (o destino, por exemplo) percebido no nível discursivo de um enunciado e que desempenha uma função numa narrativa. Seu uso vem a substituir o de outros termos menos precisos, como *personagem* ou *protagonista*. Já por *actante*, Greimas entende alguém que desempenha ou é objeto de um ato (ação). Seu espaço é o nível da sintaxe narrativa, referindo-se, portanto, a uma função narrativa, tal como a de sujeito ou a de objeto. Martin e Ringham assim exemplificam a função do actante: “in the fairy-tale Sleeping Beauty, the prince functions as actant/subject in his own quest to marry the beautiful princess and as actant/helper in the quest to break the spell of the nasty fairy godmother.” (Martin, Ringham, 2000, p. 18).

(Idem, p. 56-57). Para além dessa dinâmica social de estruturação da identidade grupal em si mesma, a polarização também reforça a sintonia coletiva, supondo a existência de um inimigo em comum ao grupo – às estratégias de afirmação positiva do eu coletivo vem se reunir uma estratégia de subversão do outro, de depreciação do adversário.

Chega-se, portanto, à clara compreensão das etapas do processo tríplice de instauração da polêmica: “a exacerbação de oposições (dicotomia) se concretiza, *in loco*, numa divisão em grupos antagônicos, em que cada um afirma sua identidade social opondo-se e fazendo do outro o símbolo do erro e do mal.” (Idem, p. 58). Assim, para além da dinâmica discursivo-argumentativa associada à ideia preliminar de *gestão de conflito*, a polêmica – recorde-se, nesse ponto, as origens etimológicas do termo –, afinal, visa a desautorizar a fala do opositor, condenando-o ao silêncio simbólico por impropriedade argumentativa. Desqualificação da tese, no fim de contas, comumente, faz-se seguir pela desqualificação do indivíduo – ou grupo – que a sustenta. Em casos extremos, chega-se ao nível da diabolização do outro, nível esse no qual lhe é imputado o próprio arquétipo do mal.

Uma vez enumerados os elementos constituintes da modalidade argumentativa polêmica, Amossy situa numa esfera secundária dois outros elementos comumente associados à ocorrência da polêmica: a violência e a paixão. Para ela, de fato, a emoção parece ser uma consequência natural do engajamento do orador no seu discurso. Porém, “a predominância da paixão não é uma dimensão obrigatória do discurso polêmico, mesmo que ela seja frequente [...]” (Idem, p. 62-63). Em suma, pode existir polêmica sem paixão, o que a torna, em verdade, um aspecto acessório nesse evento argumentativo: “uma grande implicação da polêmica pode acontecer sem um recurso marcado pela emoção” (Idem, p. 63). As mesmas considerações são extensíveis à ideia de *violência verbal*: nem toda manifestação desse fenômeno corresponderia a um evento polêmico, bem como nem toda polêmica, necessariamente, deve apresentar violência verbal (muito embora a própria precisão conceitual da expressão *violência verbal* possa ser contestada). Num texto de 2016⁴, Amossy reitera sua concepção: “a hostilidade entre grupos antagonistas se presta a isso, mas o tratamento emocional não é obrigatório e em caso

⁴ Foi localizada essa data de publicação original para esse texto de Amossy diretamente em seu perfil, no site da própria Universidade de Tel Aviv.

algum, suficiente para definir a polêmica como tal. O mesmo acontece com a violência verbal.” (Idem, 2017b, p. 233).

Passemos, agora, ao outro autor que selecionamos para operacionalizar um diálogo teórico com Ruth Amossy. Lucas Nascimento Silva adota um percurso próprio, diferenciado, ao formular a sua concepção de polêmica. Para ele, “*a polêmica é um ódio velado aos valores amados do outro*, manifestando-se argumentativamente, sobretudo, pela polarização, cujas características particulares vão se delineando no processo argumentativo concreto” (Silva, 2018, p. 153). Assim, para Silva, a polêmica se localiza, original e propriamente, num plano subjetivo/anímico, a partir do qual poderá vir a se manifestar no plano argumentativo (ou não). Silva assume, pois, um itinerário teórico em sentido oposto ao adotado por Amossy: enquanto a autora romena atribui à polêmica um caráter argumentativo inerente e um caráter passional fortuito⁵, Silva classifica a polêmica como um evento afetivo que vem a se manifestar na esfera discursivo-argumentativa. Sua preocupação, no que respeita à polêmica, “é não impor uma lógica da ‘razão’ alheia, mas a do sentimento gerador” (Idem, ibidem).

Do ponto de vista do estatuto e da relação entre as características do evento polêmico, note-se que, para Silva, a *desqualificação* do outro – que Amossy situa no estágio subsequente do processo tríptico que se inicia com a *dicotomização* e se desenvolve na *polarização* – seria, antes, uma propriedade, um atributo peculiar dessa última: entenda-se a “polarização, cujas características particulares vão se delineando no processo argumentativo concreto, como a desqualificação do outro, a violência verbal e elementos patêmicos manifestos” (Idem, p. 162). A desqualificação do outro, a violência verbal e os elementos patêmicos estariam todos, dessa forma, no mesmo nível; contariam, todos esses, com o mesmo estatuto fenomênico junto ao acontecimento polêmico. Por outro lado, tanto Amossy quanto Silva notam a polarização como seguimento da dicotomização: “a dicotomização tem um efeito sociodiscursivo. Ela produz uma polarização – não como operação quase-lógica, mas como agrupamento em dois campos antagonistas que desenvolvem uma hostilidade mútua” (Amossy, 2017b, p. 232). “Chamo

⁵ Amossy assim resume seu pensamento, no sentido da centralização do logos, ao longo da dinâmica da argumentação: “invocando a retórica no sentido de arte de persuadir tal como ela se desenvolveu de Aristóteles a Perelman, ela concede um lugar central ao logos em sua relação com o ethos e com o pathos. Ela mantém, portanto, no centro do dispositivo comunicacional a força conferida à fala pelo raciocínio e a faculdade de exercer uma influência fazendo com que ele seja compartilhado.” (Amossy, 2007, p. 126).

atenção para o fato de a própria polarização já pressupor uma dicotomização.” (Silva, 2018, p. 162).

Independentemente das nuances teóricas de cada autor (indispensáveis, em si mesmas, lembremo-nos, para correta e adequadamente calibrar o instrumental analítico), procederemos, agora, à utilização das categorias fundamentais do evento polêmico – dicotomização, polarização e desqualificação de outrem – para abordar um muito breve *corpus* discursivo, selecionado dentre as falas de Getúlio Vargas e de Jair Bolsonaro.

Vale ressaltar que este estudo da Teoria da Argumentação no Discurso, em especial, abordado pelas questões teóricas da polêmica como modalidade argumentativa, estará ancorado à noção da Análise do Discurso, postulada por Dominique Maingueneau; fundamentalmente, à noção de “primado do interdiscurso”. A escolha específica sobre tratar do interdiscurso se deu por entender que tanto Vargas, quanto Bolsonaro, evocam saberes interdiscursivos em seus pronunciamentos para que seus discursos e argumentos fizessem sentido e conseguissem, de imediato, atingir seu auditório de forma mais eficiente. Além disso, há uma aproximação teórica entre a Teoria da Argumentação no Discurso e a Análise do Discurso, por parte dos autores referidos.

Para Maingueneau (2008, p. 15), a noção de discurso surge como “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”. Isso posto, compreendermos que há um entendimento a partir da frequente repetição discursiva que faz com que o analista, a partir dessas regularidades, consiga entender o *modus operandi* discursivo a partir de sua enunciação. Ao se fazer um paralelo com o discurso político, por exemplo, poderíamos identificar e analisar o discurso de determinado político a partir da consistência regular de sua fala. Isso, claro, levando-se em conta o momento histórico ao qual esse discurso foi enunciado. Entretanto, essa fala regular não compreende apenas uma forma de dizer, mas pode trazer à superfície discursiva uma heterogeneidade enunciativa, afinal, diferentes momentos históricos requerem distintas necessidades enunciativas.

É nessa seara que Maingueneau identifica o primado do interdiscurso, uma vez que é através dele que o indivíduo compõe essa heterogeneidade. Segundo o autor, “nossa própria hipótese do primado do interdiscurso inscreve-se nessa perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva, que amarra, numa relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro”. É importante destacar que o autor não se refere ao *Outro* da

psicanálise, mas àquele das teorias da enunciação, que é a base da sua teoria sobre discursividade. Além disso, ainda se tratando sobre interdiscurso, compreendemos que essa relação da regularidade discursiva, em paralelo com outros discursos que circulam em sociedade, pode fazer emergir sentidos interessantes à análise do discurso. Em suma, o interdiscurso se constitui a partir de regulares enunciativas que se correlacionam com discursos outros.

A POLÊMICA EM VARGAS

O ponto de partida para a identificação de posições antitéticas que acusam a gênese do evento polêmico se assenta sobre a natureza e o significado do prélio eleitoral, ocorrido em primeiro de março de 1930, bem como, numa perspectiva mais ampla, acerca do próprio caráter da plataforma e das práticas políticas exercidas pelo presidente Washington Luís, em posição de proeminência frente ao Partido Republicano Paulista (PRP). Para Vargas e seus correligionários, associados à Aliança Liberal (AL), a eleição se dera de modo inequivocamente fraudulento, comportando um sem número de atitudes políticas transgressoras das leis e que visavam a alterar o resultado original do escrutínio em favor da situação. Apenas no Rio Grande do Sul, o desfecho denotado pelas urnas corresponderia, em verdade, de acordo com o parecer dos aliancistas, à legítima vontade popular. Para o PRP, todo o processo eleitoral transcorreria dentro dos critérios de normalidade que costumavam regular esses episódios políticos na democracia brasileira à época, não apresentando qualquer irregularidade em si mesmo.

As atitudes políticas subsequentes ao pleito, por parte do governo federal, da mesma forma, foram motivo de desentendimentos: Vargas faz o diagnóstico de uma série de anomalias na ação gestora do executivo nacional pós-sufrágio, fazendo notar, inclusive, que “o Rio Grande e os outros estados aliancistas foram, pelo governo federal, tratados como veros inimigos, negando-lhes até a solução de problemas administrativos de imediato interesse público, olvidado o dever elementar de colaboração do regime federativo” (Vargas, 1938, p. 60-61). O discurso de abandono, por parte de Vargas, denota, por um lado, a falta de apoio das instâncias federais frente à denúncia do problema, como também, o favorecimento através da omissão, uma vez que houve a negativa de apoio do poder público, à época. Entretanto, o discurso oficial contemporâneo

do executivo federal, todavia, não acusa qualquer anormalidade de conduta ou tratamento discriminatório contra os derrotados na disputa eleitoral.

O interdiscurso, neste caso, funciona através de “campos discursivos” que, segundo Maingueneau (2008, p. 34), “são um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência”. Há, portanto, discursos que competem pela identificação do auditório a partir de posições políticas antitéticas. Um *nós* (aliados ao governo, de forma implícita) e um *eles* (“meros inimigos”, de forma explícita) que põem em jogo, nas palavras de Vargas, questões administrativas importantes às resoluções de problemas do Rio Grande. Com isso, de forma implícita, Vargas se utiliza do jogo político para não só dar uma resposta ao seu auditório (os problemas não podem ser solucionados porque fomos abandonados pelo governo federal), como também, alimentar a rixa entre governo estadual e federativo, através de sua fala.

Deve-se apontar aqui, ademais, para tocar num assunto demasiadamente controverso, o entendimento antagônico acerca da Revolta de Princesa (Calicchio, s.d.), conflito militar com objetivos separatistas que envolveu o outrora vice-candidato da chapa liberal, João Pessoa, o qual, à época, ocupava o governo da Paraíba. Esse movimento bélico resultou no embate entre, de uma parte, os interesses de severa centralização tributária do governo estadual e, de outra, os privilégios e a autoridade local de poderosas e tradicionais famílias do interior paraibano. Para Getúlio, “foi ainda amparada e, criminosamente, estimulada pelos poderes públicos a rebelião do cangaço” (Vargas, 1938, p. 61); passagem na qual o político gaúcho sugere a conivência ou, quiçá, a cumplicidade, entre a União e os rebelados. O discurso oficial do governo de Washington Luís, ao contrário, é no sentido de oposição aguerrida ao movimento cismático e de sustentação de óbvia desconexão entre ambos. (Mello, 1994, p. 172). Além disso, ainda sobre esse incidente, Vargas atrela o assassinio de João Pessoa ao curso de colisão de forças políticas na esfera federal, atribuindo-o ao caráter atroz do conflito, ao passo que a explicação oficial dava conta – em acordo com o próprio depoimento do acusado pelo crime – de motivos baseados em critérios de *honra pessoal*, conforme divulgado largamente pela imprensa de então (Foi assassinado [...], 1930) (Guimarães, s.d.).⁶

⁶ Posteriormente, será divulgada a versão que associa o crime a um contexto passional, narrativa que envolveu a jovem professora Anayde Beiriz, então amante de João Duarte Dantas, autor do homicídio.

Novamente, vemos o interdiscurso funcionando como um aliado às falas de Vargas uma vez que há uma regularidade em *atacar* seus adversários utilizando-se de aparatos linguísticos que associam o governo vigente com ações, segundo ele, *criminosas*. O fato destas ações serem amplamente divulgadas pela imprensa da época, retrata que os meios de comunicação poderiam intensificar a disputa narrativa entre Vargas e a União, uma vez que, a depender das manchetes divulgadas, os discursos entre Vargas e Washington Luís poderiam ocupar campos discursivos antagônicos frente às ações ocorridas àquela época.

Por fim, ressaltam-se os julgamentos díspares acerca da índole mesma do movimento rebelatório encabeçado pelos aliancistas. Para Vargas e seus aliados, trata-se de uma inquestionável iniciativa popular:

entreguei ao povo a decisão da contenda, e êste, cansado de sofrer, rebela-se contra os seus opressores. [...] Estamos ante uma contra-revolução para readquirir a liberdade, para restaurar a pureza do regime republicano, para a reconstrução nacional. Trata-se dum movimento generalizado, do povo fraternizando com a tropa, desde o Norte valoroso e esquecido dos governos até ao extremo Sul (Vargas, 1938, p. 63).

O político gaúcho chega a classificar o movimento de *contrarrevolução*, aludindo ao alegado caráter ordeiro e legalista do movimento – pleiteando “a volta do país à normalidade” (Vargas, 1938, p. 63). Para Vargas, a revolução – no sentido de subversão da ordem civil – fora feita, antes, pela própria União, por intermédio das atitudes assim julgadas como descabidas e subversivas à ordem pública, tomadas por Washington Luís. Já para o chefe do executivo nacional, como não poderia deixar de ser, tudo não passava de um golpe de Estado arquitetado por seus opositores mineiros e gaúchos. Em sua lógica de avaliação política, haveria, até mesmo, elementos anarquistas e comunistas por detrás do movimento, chegando a lhe atribuir um traço *bolchevique*. (Lira Neto, 2012, p. 486).

Neste caso, há uma oposição interdiscursiva entre *contrarrevolução* e *golpe de Estado* que fomenta a postura entre Vargas e seu adversário político, o presidente Washington Luís. Enquanto um, em suas palavras, pregava a união do povo oprimido

Depois da Revolta de Princesa, Dantas, envolvido pelos interesses de família no conflito paraibano, foge para Recife. Pessoa manda forças policiais revistarem o seu escritório e se apropria de cartas enviadas pela jovem. Nos dias seguintes, o jornal governista *A União* – entre outros órgãos da imprensa estadual ligados à situação – publicou o conteúdo das cartas, a fim de, ao expor assuntos de foro íntimo de Dantas, aviltar a sua dignidade pessoal.

para combater as forças adversárias e promover uma reconstrução nacional, o outro classificava os atos de Vargas como um golpe que, segundo ele, estava sendo arquitetado por adversários políticos comuns. À vista disso, percebemos que os campos discursivos antagônicos disputavam a narrativa brasileira, operando a partir de pontos de vistas que concorriam entre si.

Passando para o plano que Amossy identifica como *polarização* ou divisão social, pode-se notar que, desde o início, Vargas releva a nítida distinção entre ele e seus partidários, formando uma coalizão, e as forças políticas que contra eles concorreram na campanha eleitoral, então recente, formando outra. Os marcos fronteiros que distinguem ambas as facções são estabelecidos desde um critério corporativo comum, a partir do qual se sobressaem múltiplas matizes. Particularmente, isso ocorre através da vinculação política e partidária: a Aliança Liberal, de Vargas e seus correligionários – que agregava várias entidades políticas, a exemplo do Partido Republicano Mineiro e do Partido Republicano Rio-Grandense –, de um lado e, de outro, o Partido Republicano Paulista. Inclusive, tal discrepância política passa a caracterizar as próprias unidades da federação que se posicionaram diante do embate: estados liberais versus estados fiéis ao Catete (ocupado por Washington Luís, representante do PRP que se encontrava à frente do Executivo nacional). Tal distinção partidária se estende ao nível das configurações políticas subjacentes a ambas as legendas: o PRP é a sigla que aglomera as oligarquias nacionais – atendo-se a uma declarada agenda conservadora –, ao passo que a AL reúne, em seu seio, os favoráveis à “democracia”, uma vez que estavam esses em concordância com as aspirações liberais e com certos anseios de cunho populista (inclusive, medidas de proteção aos trabalhadores, a anistia a presos políticos e o voto secreto). Eis, assim, o clássico antagonismo entre liberais e conservadores – antagonismo sectário cujas raízes remontam à aurora política da era contemporânea na Europa e seus movimentos insurretos e que vigorou, no Brasil, ao longo de todo o período imperial, sendo, apenas, formalmente suprimido graças à promulgação do regime republicano – situado na esfera política de fins da primeira república⁷. Dado o contexto mencionado, pode-se também

⁷ Como observa Chacon (1998, p. 50), eis o lema do PRP: “federalismo e democracia, esta prudentemente após aquele”. O PRP era visto como sendo liderado por elites “na realidade tradicionais ou inclusive tradicionalistas” (Idem, p. 100). Em verdade, era a legenda política que, por sua autoridade e tradição – fora fundada em 1870 – representava os interesses da elite agrária paulistana.

apontar a bipartição entre o lado vencedor do prélio eleitoral de 1930 (PRP) e o lado perdedor (AL), o que gera a clássica tensão política entre situação e oposição.

Passaremos, por fim, à dimensão da desqualificação do outro. Avultam, aqui, os adjetivos qualificativos que destacam toda a sorte de atributos difamatórios associados aos representantes do PRP. Inicialmente, Vargas denuncia que

a hipertrofia do Executivo, inteiramente descomedido, absorvendo os outros poderes, aniquilava o regime e assumia, de maneira ostensiva, a direção da pugna eleitoral, em favor da candidatura do meu opositor. As violências e perseguições prévias, como atos preparatórios da fraude, deixavam evidente que, após o pleito eleitoral, viria (...) o ajuste de contas pelo sacrifício dos direitos líquidos de todos os elementos incorporados à corrente liberal (Vargas, 1938, p. 59).

Os apoiadores da candidatura do representante do PRP são, assim, classificados como antidemocráticos, potencialmente totalitários e transgressores das regras mais elementares que deveriam nortear o processo eleitoral, bem como implantadores da desonestidade, da fraude, do abuso de poder, da intolerância social e da violência política. O interdiscurso funciona, neste caso, com o objetivo de associação da União com atos de corrupção e violência. Esta associação é natural da disputa política brasileira que, através da disputa narrativa entre pares antagônicos, utiliza dessa estratégia para ganhar voto (ou a confiança do eleitorado), desqualificando a idoneidade do adversário e cooptando votos a seu favor. Nas palavras de Vargas, portanto, seus adversários eram destruidores da ordem política que deveria espelhar as mais genuínas e elevadas aspirações populares, apelam para uma conduta autoritária, intransigente:

pretenderam subjugar a própria liberdade de consciência, a dignidade do cidadão brasileiro e o direito de pensar e agir dentro da lei. [...] Passamos todos a assistir, constrangidos e humilhados, ao tripúdio mais desenfreado e impudente, ante as vítimas da sanha de um poder que entrava, francamente, na fase final do delírio (Idem, p. 62).

Deve-se notar que a origem das práticas políticas censuráveis do lado dos partidários do PRP é atribuída não mais a uma mera falha moral – devido a questões de caráter –, porém, antes, a um fator psicopatológico, de ordem clínica. O descompasso diante das regras jurídicas esconde, em seu seio, uma enfermidade psíquica. Não há qualquer intenção de se apiedar, aqui, do estado mental dos situacionistas: o diagnóstico é feito com vistas a ressaltar a flagrante impossibilidade do grupo se preservar no poder,

uma vez que privados estão da própria sanidade. Vícios morais e condição psicótica se dão as mãos e confundem as suas instâncias para realçar o mal político absoluto e insustentável a afligir a nação. O interdiscurso, portanto, evoca a simbologia médica que poderia, por exemplo, interditar uma pessoa caso esta não possuísse total domínio de suas faculdades mentais. É como se ele (Vargas) afirmasse: “Já que este governo está em delírio, não pode governar com as devidas atenções necessárias”.

Arrematando a sua visão sombria e acusatória das coisas, naquele momento, Vargas observa:

a brutalidade, a violência, o suborno, o malbarato dos dinheiros públicos, o relaxamento dos costumes e, coroando este cenário desolador, a advocacia administrativa a campear em todos os ramos da governação pública. Daí, como consequência lógica, a desordem moral, a desorganização econômica, a anarquia financeira, o marasmo, a estagnação, o favoritismo, a falência da justiça (Idem, *ibidem*).

Desgoverno financeiro, inoperância do Estado, apatia da jurisprudência: além do descabro das virtudes cívicas maculadas pela perversão dos princípios de idoneidade política perante a máquina pública, tem-se o aspecto da falência governamental das instituições estatais em função de absoluta incapacidade governamental e completa negligência pela coisa pública. Desvario e delinquência em primeiro plano, indiferença e incompetência tácitas, pressupostas – eis as categorias utilizadas por Vargas para enquadrar e desqualificar seus opositores políticos, condenando-os enquanto absolutamente indignos de permanecerem à frente do governo.

Em paralelo, Vargas é sempre o elemento preservador da ordem e da lei – a contraparte indispensável à arquetipização do mal político feita acerca dos situacionistas:

apelei para os sentimentos de cordialidade e para as inspirações do patriotismo [...] tentei uma solução conciliatória. [...] Esforcei-me também para que a campanha prosseguisse num regime de garantias e respeito integrais de todos os direitos consagrados pelo sufrágio eleitoral [...] julguei possível um entendimento, leal e franco, que tivesse por base a própria reconciliação dos brasileiros, pondo de parte quaisquer considerações de ordem pessoal (Idem, *passim*).

A confrontação, aqui, define o político gaúcho, já não é mais entre o PRP e a AL: é entre um governo corrupto e tirânico, de um lado, e a vontade popular, de outro (novamente o interdiscurso do *nós x eles* que classifica os atos como

contrarrevolucionário e golpista). Vargas entrega a questão ao povo e ele e seus seguidores se limitam a “acompanhá-lo (...) amparados no apoio da opinião pública” (Idem, p. 63). Honesto, ordeiro, legalista e democrático – eis a imagem etóica do orador que se assume enquanto a contraparte indispensável dos males que definem Washington Luís e seus partidários.

A POLÊMICA EM BOLSONARO

No dia 24 de março de 2020, Jair Bolsonaro (JB) se utiliza do pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, para falar aos brasileiros sobre aspectos pontuais de seu governo no que diz respeito à gestão de enfrentamento para a Covid-19, pandemia que vitimou milhares de pessoas no mundo e que, àquela época, no Brasil, acumulava 47 mortos. Entretanto, após informar que o país se preparava para enfrentar o Coronavírus, inclusive, elogiando o empenho do então Ministro da Saúde, Henrique Mandetta, Bolsonaro acentua o conflito com a imprensa brasileira, os governadores e os prefeitos sobre a divulgação e medidas de combate à pandemia:

mas, o que tínhamos que conter naquele momento era o pânico, a histeria e, ao mesmo tempo, traçar a estratégia para salvar vidas e evitar o desemprego em massa. Assim fizemos, quase contra tudo e contra todos. Grande parte dos meios de comunicação foram na contramão. Espalharam exatamente a sensação de pavor, tendo como carro-chefe o anúncio do grande número de vítimas na Itália. Um país com grande número de idosos e com um clima totalmente diferente do nosso. O cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhasse pelo nosso País (Pronunciamento [...], 2020, 0 min 50 s).

Num primeiro momento, o presidente se refere a uma gestão que tinha como objetivo salvar vidas e empregos da população, contudo, tais atitudes, seriam contrárias àqueles que se opunham a tais medidas: no plano do discurso, essa atitude se expressa na frase *quase contra tudo e contra todos*, uma polarização que classifica um *nós* em oposição a *eles* (Amossy, 2017). Desta forma, há uma eleição de um *inimigo*, ou vários inimigos, que entram em desacordo com o presidente. Assim, nota-se uma dicotomização no plano interdiscursivo que tem como argumento a seguinte premissa implícita: *aquele que não concorda comigo, está contra mim*. Há, portanto, um conflito polêmico que é proposto pelo presidente como dicotômico, entretanto, incoerente. Fica o seguinte

questionamento: os *inimigos*, ao se oporem à vida e ao emprego, querem a morte e o desemprego para a população? Tal inferência será construída pelo povo brasileiro a partir de posições político-ideológicas específicas, a saber, identificação (ou não) com o então presidente.

O interdiscurso, portanto, opera na disputa de campos discursivos que não se relacionam entre si e que coloca os cidadãos brasileiros para decidir qual narrativa é a mais viável àquele período histórico. A prioridade, neste caso, era ter políticas públicas que preservassem a vida (como requisitavam os adversários políticos que cobravam atitudes através das recomendações das autoridades sanitárias internacionais) ou o emprego (conforme as palavras do presidente e seus apoiadores que pregavam uma volta à normalidade).

A expressão *contra tudo e contra todos* funciona, neste caso, como um operador discursivo (elementos linguísticos que possuem a função de evidenciar uma estratégia discursiva e argumentativa) de combate, em que JB constroi uma imagem (*ethos*) que faz sentido no interdiscurso, ou seja, ele, enquanto um ex-militar continua sua trajetória *heroica* de lutar pelos valores do Brasil. Deve-se perceber que esta é uma tática que pretende demonstrar uma imagem positiva do presidente, que reforçaria os laços dele com seu auditório, bem como fomentar pautas também positivas frente à opinião pública. Afinal, em suas próprias palavras, o mesmo estava trabalhando para salvar vidas e o emprego da população brasileira (atitudes inclusive esperadas de todos os que ocupavam as presidências dos países durante a pandemia).

Em seguida, JB aponta as atitudes da grande mídia como contrárias às medidas tomadas pelo presidente: ao afirmar que os meios de comunicação espalharam a *sensação de pavor*, que alimentaria o pânico e a histeria. Desta forma, JB não só ratifica sua posição contrária às instituições, demarcando claramente a polarização entre ambas, como também, ataca a grande mídia, ao incitar uma *má-intenção* do trabalho jornalístico, que teve como fonte as inúmeras mortes ocorridas na Itália. Assim, o presidente desqualifica o *ethos* dos meios de comunicação que, segundo ele, deveria seguir suas estratégias e omitir os acontecimentos internacionais, como também, atuar como forma de negar o perigo da doença que já tinha vitimado centenas de pessoas à época. Em sua estratégia, portanto, a grande mídia só estava alimentando a fogueira com situações que não

ocorreriam no país pela faixa etária da população italiana, como também, pelo clima distinto entre os países.

O interdiscurso funciona, neste caso, através de três aspectos importantes: primeiro, o caráter austero que quer colocar as instituições de comunicação à serviço da presidência, ao não divulgar dados internacionais importantes da doença; segundo, afirmar a *má-conduta* da grande mídia em um pronunciamento presidencial foi a centelha que atizou a pólvora de seu eleitorado contra os meios de comunicação que, como vimos mais tarde, gerou expressões corriqueiras como *Globolixo* (Pereira, 2021), e, posteriormente, ataques a repórteres e cinegrafistas à frente do Palácio da Alvorada, residência do presidente (Apoiadores [...], 2020); por fim, uma fala desprovida de análise científica ao afirmar que o vírus só iria vitimar idosos, como também, não se propagava no Brasil por ter um clima mais quente que o da Itália.

Ao não recorrer às medidas científicas, o presidente continua, em seu pronunciamento, criticando governadores e prefeitos que seguiram os protocolos dos órgãos de saúde e decretaram, assim como vários países, o chamado *lockdown*, ou seja, o fechamento de estabelecimentos considerados não essenciais, para conter a circulação de pessoas nas ruas e comércios, assim, diminuindo o contato e a posterior contaminação da população: “algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércio e o confinamento em massa.” (Pronunciamento [...], 2020, 2 min 13 s).

Vemos, portanto, o segundo conflito do presidente personificado na gestão da pandemia com as autoridades estaduais e municipais. A polêmica se dá, portanto, no caráter autoritário de JB que acusa governadores e prefeitos de adotarem medidas que ele classifica como *terra arrasada* (em que o oponente queima e destrói qualquer coisa que seja proveitosa ao inimigo). O interdiscurso, desta forma, faz referência ao campo discursivo militar para gerar um sentido de violência extrema em ambiente de guerra. Novamente, retomamos a Amossy (2017, p. 53), que explica que o conflitual “não está apenas dentro da polêmica: ele se situa fora dela e constitui sua fonte”. Assim, entendemos que o conflito instaurado por JB em relação aos governantes, pode ser entendido como: 1) anterior à pandemia (através dos embates políticos partidários recorrente dos meios democráticos; 2) a recusa em seguir as ordens do presidente, mas sim, as normas da Organização Mundial de Saúde (OMS), o que geraria uma *afronta* ao

poder do presidente; 3) uma estratégia dos governadores de destruir os planos do presidente ao adotar medidas de *terra arrasada* (funcionamento do interdiscurso).

Em seguida, o presidente continua seu discurso utilizando argumentos fora das bases científicas, além de atacar a Rede Globo de Televisão:

no meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão (Pronunciamento [...], 2020, 3 min 5 s).

O *histórico de atleta* foi utilizado para balizar um argumento ainda não comprovado da ciência que livraria o paciente acometido pelo Covid-19 das sequências graves da doença. Tal argumento serve para ratificar o que o próprio presidente afirmou sobre a faixa etária dos idosos que preocupa os trabalhadores da área da saúde em relação ao desenvolvimento da doença. Ao se colocar enquanto um atleta livre das condições graves da doença, JB: 1) demonstra um *ethos* narcisístico e que tem em si um modelo ideal para a população brasileira (perceba que ele não cita outro atleta, mas a si mesmo); 2) corrobora com a ideia pré-concebida de que somente as pessoas idosas estariam em perigo, livrando, assim, a população jovem, que poderia continuar sua vida normalmente, sem haver a necessidade de aderir ao regime de *lockdown*, imposto pelos prefeitos e governadores (afinal, o próprio interdiscurso baliza a ideia de idosos como pessoas que precisam ser cuidadas). Os adjetivos *gripezinha ou resfriadinho*, denota uma diminuição das consequências da ação do coronavírus no organismo humano. O sufixo *inho* (em gripe e resfriado) tem sentido irônico e reflete a depreciação do presidente para com a doença. Desta forma, a população não levaria tão a sério os sintomas da Covid-19, o que possibilitaria a infração das regras dos órgãos de saúde.

Além disso, o presidente faz uma referência irônica ao trazer para o discurso o médico Dráuzio Varela, que trabalha como comunicador na TV Globo. A ironia pode ser identificada através dos pronomes demonstrativos *aquele* e *daquela*, na frase *aquele conhecido médico daquela conhecida televisão*. Com a escolha de não citar os nomes dos sujeitos em questão, JB suscita, através da memória interdiscursiva, que há um saber compartilhado em sociedade e que a plateia (os que acompanham o pronunciamento) irão fazer as devidas conexões entre Varela e a Globo. Ou seja, o implícito faz sentido através do interdiscurso, uma vez que as ligações entre o sujeito (médico) e a instituição (Globo),

propostas pelo presidente, seriam entendidas pela população por saberes partilhados. Esta é uma estratégia que: 1) ratifica seu posicionamento antagônico à Rede Globo de Televisão (polarização *nós* e *eles* (Amossy, 2017); 2) evita uma ação judicial, já que nenhum nome foi citado explicitamente, logo, ninguém envolvido poderia se sentir lesado já que a referência foi totalmente indireta (mas que faz sentido ao evocar uma memória interdiscursiva que liga a pessoa indiretamente citada à Globo); 3) afirma que tais informações partiram da emissora indiretamente citada, logo, é como se ele dissesse: *como vocês mesmos afirmaram, a minha condição me livra das consequências graves da doença*. Percebam que, neste último tópico, há dois pontos que teríamos que levantar: 1) JB diz que o médico afirmou sobre isso (pode não ser verídico) na televisão; b) já que um profissional de saúde, segundo ele, afirmou tal premissa, ganha um efeito verídico e, desta forma, é como se o presidente estivesse seguindo a norma de um médico.

Por fim, a polêmica envolvendo o uso da cloroquina no tratamento da Covid-19:

enquanto estou falando, o mundo busca um tratamento para a doença. O FDA americano e o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscam a comprovação da eficácia da Cloroquina no tratamento do Covid-19. Nosso governo tem recebido notícias positivas sobre esse remédio fabricado no Brasil, largamente utilizado no combate à malária, ao lupus e à artrite (Pronunciamento [...], 2020, 3 min 26 s).

Esta foi a primeira vez que o presidente falou em um pronunciamento oficial sobre o uso do medicamento para o tratamento da Covid-19. Até então, a cloroquina, como JB mesmo informou, era utilizada com eficácia somente para o tratamento em algumas doenças (malária, lupus e artrite). Entretanto, tal comprovação nunca foi obtida e, em muitos casos, levou pacientes à morte (Rocha, 2021). Bolsonaro, no entanto, tratou da fabricação do medicamento, mesmo sem eficiência comprovada, como pauta política, inclusive, como propaganda para os animais no Palácio da Alvorada. (Bolsonaro [...], 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito político, é comum encontrarmos dissidências e pólos antagônicos na disputa pelo poder. Nessas circunstâncias, o campo discursivo/argumentativo baliza posicionamentos, aprofunda diferenças e acentua conflitos. Neste trabalho, analisamos de

forma teórica a polêmica enquanto modalidade argumentativa, através do discurso de dois presidentes do Brasil: Vargas e Bolsonaro. Para tanto, nos detivemos em três pontos específicos: a dicotomização, a polarização e a desqualificação, do ponto de vista argumentativo; e de interdiscurso, do ponto de vista discursivo. O estudo, conforme constatamos, nos deu uma visão de como tais sujeitos, mesmo em épocas distintas, se assemelham nas questões supracitadas.

No campo da gestão conflitual, ambos os presidentes acentuaram os aspectos antagônicos com os opositores. Desta forma, percebemos uma clara dicotomia discursiva entre os presidentes com aqueles que possuíam posições contrárias a eles. Essas posições antitéticas geram um *contra* e *a favor*, ou seja, se excluem mutuamente. Os inimigos políticos de Vargas e Bolsonaro são eleitos discursivamente, entretanto, notamos que Vargas possui uma postura muito mais direta e assertiva que Bolsonaro: enquanto Vargas nomeia seus adversários como *coalizão* e emprega a desqualificação através de adjetivos difamatórios, Bolsonaro é mais sutil e, até mesmo, deixa implícito sua discordância.

Podemos perceber que Vargas possui uma postura mais enérgica, um *ethos* mais incisivo no momento do discurso. Ele acentua os conflitos e polariza suas posições em relação a seus opositores de forma mais direta. No jogo político, Vargas ataca seus adversários de forma clara. Já Bolsonaro, utiliza a estratégia de culpar a mídia por questões que são próprias da comunicação, ou seja, a mídia por fazer o papel da mídia. Em relação aos governadores e prefeitos, sua crítica se volta contra as ações tomadas por estes que diferem com as nuances de seu governo. A desqualificação em ambos, é feita de forma velada, diferentemente de Vargas, que utiliza de adjetivos difamatórios.

Em Vargas, o evento polêmico acontece no pleito eleitoral a partir de posições antagônicas com seus adversários. Para ele, as eleições aconteceram a partir de fraudes a fim de alterar o resultado final. Há, desta forma, uma polarização que difere as posições políticas resultando numa desqualificação do outro através de adjetivos difamatórios, inclusive, em suas palavras, antidemocráticos. A omissão das instâncias federais, frente às suas denúncias, inflama essas discussões pois, naquele caso, poderia favorecer a eleição de um pleito que fugia da norma democrática.

Já em Bolsonaro, a polêmica acontece quando o mesmo já ocupa a cadeira de presidente da República, por meio de um pronunciamento. Neste caso, a polarização se dá através do discurso do então presidente frente às críticas que o próprio recebeu durante

sua gestão no período da pandemia da Covid-19. Ou seja, o presidente não aceita atitudes e críticas que sejam diferentes do seu modelo de gestão de crise. Há um *nós x eles* que é construído na superfície discursiva que é elencado pelo próprio presidente durante seu pronunciamento.

Desta forma, entendemos que as dimensões polêmicas que envolvem Vargas e Bolsonaro são distintas. O próprio contexto histórico/político também o é. Entretanto, há similaridades e diferenças na postura dos políticos que nos fazem refletir em como os sujeitos que ocupam a presidência da república atuam em situações de conflito. A polêmica – tomada como modalidade argumentativa teorizada por Amossy e Silva – nos ajuda a entender a forma como cada um lida com polos discursivos discordantes.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. O que é a polêmica? Questões de definição. In: AMOSSY, Ruth. *Apologia da polêmica*. São Paulo: Contexto, 2017a [2014]. Pp.: 43-67.

AMOSSY, Ruth. Por uma análise discursiva e argumentativa da polêmica. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 13, p. 227-244, jan/jun. 2017b [2016].

AMOSSY, Ruth. O lugar da argumentação na Análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. *Filologia e Linguística Portuguesa*, [S. l.], n. 9, p. 121-146, 2007. DOI: 10.11606/issn.2176-9419.v0i9p121-146. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59776>. Acesso em: 3 jun. 2021.

APOIADORES de Bolsonaro hostilizam jornalistas em frente ao Alvorada: gritos e xingamentos começaram pouco depois de o presidente afirmar que não falaria com os jornalistas. *Correio Braziliense*. 25 mai. 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/25/interna_politica,858160/apoiadores-de-bolsonaro-hostilizam-jornalistas-em-frente-ao-alvorada.shtml#google_vignette. Acesso em: 20 set. 2023.

BOLSONARO exhibe caixa de cloroquina para emas no Palácio da Alvorada. *Uol*. 23 jul. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/07/23/bolsonaro-exibe-caixa-de-cloroquina-para-emas-no-palacio-da-alvorada.htm>. Acesso em: 06 out. 2023.

CALICCHIO, Vera. *Revolta de Princesa*. [s.d.]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PRINCESA,%20Revolta%20de.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. Brasília: Editora da UNB, 1998.

FOI ASSASSINADO O DR. JOÃO PESSÔA. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 27 de julho de 1930. Capa. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1930_10919.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

GUIMARÃES, Arthur Silveira. *Os caminhos de uma “Revolução”*: o movimento de 1930 na Paraíba. [s.d.]. Disponível em: http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%202%20-%20Arthur%20Silveira%20Guimar%C3%A3es%20TC.PDF. Acesso em: 21 jun. 2021.

LIMA, Nísia Trindade, BUSS, Paulo Marchiori, PAES-SOUSA, Rômulo. A pandemia de COVID-19: uma crise sanitária e humanitária. In: *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 7, p. 1-4, Julho, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/42406>. Acesso em: 24 dez. 2023.

LIRA NETO, João. *Getúlio: dos anos de formação a conquista do poder (1882-1930)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos Discursos*. Tradução de Sírío Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTIN, Bronwen, RINGHAM, Felizitas. *Dictionary of semiotics*. London: Cassell, 2000.

MELLO, Jose Octavio de Arruda. *Historia da Paraíba: lutas e resistências*. João Pessoa: Editora A União, 1994.

PEREIRA, Kesley. Bolsonaro exhibe a apoiaadores cartaz com a frase “Globo lixo”, no Paraná. *Poder 360*. 4 fev. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-exibe-a-apoiaadores-cartaz-com-a-frase-globo-lixo-no-parana/>. Acesso em: 4 out. 2023.

PRONUNCIAMENTO Oficial do Presidente da República, Jair Bolsonaro. [S. l.: s. n.], 24 mar. 2020. 1 vídeo (5 min.). Publicado pelo canal CanalGov. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VWsDcYK4STw>. Acesso: 12 dez. 2023.

ROCHA, Camilo. As mortes associadas à nebulização de cloroquina. *Nexo*. 17 abr. 2021. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2021/04/17/As-mortes-associadas-%C3%A0-nebuliza%C3%A7%C3%A3o-de-cloroquina>. Acesso em: 4 out. 2023.

SILVA, Lucas Nascimento. Análise dialógica da argumentação polêmica: uma hipótese geral. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 151-169, jan-abr/2018.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil: da Aliança Liberal às realizações do primeiro ano de Governo (1930-1931)*. Vol. 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

Recebido em: 26/03/2024

Aceito em: 29/05/2024

Bruno de Azevedo Santana Guimarães: Graduação em Comunicação Social com Jornalismo pela União Metropolitana de Educação e Cultura (2009) e Letras - Língua Portuguesa na Universidade Estácio de Sá (2022). Mestre em Letras: Linguagens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL - UEFS).

Ibiraci de Alencar Chagas: Possui graduação em Licenciatura em História (2002), especialização em História Social (2005) e mestrado em Literatura e Diversidade Cultural (2011) pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL - UEFS).

Chinaredo, chinas e chinocas no conto “Divertidos”, de Roque Callage: uma análise histórico-enunciativa

Chinaredo, chinas y chinocas en el cuento “Divertidos”, de Roque Callage: un análisis histórico-enunciativo

Felipe Rodrigues Echevarria

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

felipe230285@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4076-7404>

RESUMO

O presente artigo apresenta uma análise histórico-enunciativa sobre as palavras *chinaredo*, *chinas* e *chinocas* e a relação que essas palavras estabelecem com outras no conto “Divertidos”, extraído da obra *Terra Gaúcha* (2000 [1914]) escrita por Roque Callage. Na realização desse gesto analítico, mobilizo pressupostos teórico-metodológicos da História das Ideias Linguísticas (HIL) e o conceito de *reescrituração* proposto por Guimarães (2009, 2018), a fim de compreender como *chinaredo*, *chinas* e *chinocas* são reescrituradas por meio de outras palavras. A partir dessa análise, estabeleço um diálogo entre Linguística, História e Estudos de gênero, considerando o modo como as relações entre esses três campos do saber se significam nas definições de palavras.

Palavras-chave: Estudos de gênero; História das Ideias Linguísticas; Regionalismo; Roque Callage.

RESUMEN

El presente artículo presenta un análisis histórico-enunciativo sobre las palabras *chinaredo*, *chinas* y *chinocas* y la relación que esas palabras establecen con otras en el cuento “Divertidos”, extraído de la obra *Terra Gaúcha* (2000 [1914]), escrita por Roque Callage. En la realización de ese gesto analítico, movilizo presupuestos teórico-metodológicos de la Historia de las Ideas Lingüísticas (HIL) y del concepto de *reescrituración* propuesto por Guimarães (2009, 2018), a fin de comprender cómo *chinaredo*, *chinas* y *chinocas* son reescritas por medio de otras palabras. A partir de ese análisis, establezco un diálogo entre Lingüística, Historia y Estudios de género, considerando el modo como las relaciones entre esos tres campos del saber se significan en las definiciones de las palabras.

Palabras-clave: Estudios de género; Historia de las Ideas Lingüísticas; Regionalismo; Roque Callage.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Palavras que nomeiam sujeitos estabelecem uma relação direta com a História. Quando um sujeito recebe um nome, ele passa a significar de forma única na sociedade em que vive. Alguns nomes, como *china*, podem significar de forma depreciativa, seja em canções, na Literatura e/ou em instrumentos linguísticos como vocabulários e dicionários. Nessa perspectiva, o presente artigo propõe uma análise histórico-enunciativa das palavras *chinaredo*, *chinas* e *chinocas* e do modo como elas funcionam no conto “Divertidos”, que consta na obra literária *Terra gaúcha*, publicada pela primeira vez em 1914 pelo autor santa-mariense Roque Callage. Os significados dessas palavras foram consultados em *Vocabulário gaúcho*¹, lançado originalmente em 1926 pelo mesmo autor.

A escolha das duas obras analisadas neste trabalho se deve à minha familiaridade com as produções de Callage. *Vocabulário gaúcho* foi objeto de estudo de minha dissertação de mestrado, intitulada *Designações de sujeitos na obra Vocabulário Gaúcho de Roque Callage* (2016)². Nessa direção, em um primeiro momento do artigo, apresento alguns breves apontamentos sobre a vida e a obra do autor, com ênfase nas publicações já mencionadas.

Na sequência, faço uma síntese do conto “Divertidos”, a fim de refletir sobre as estruturas hierárquicas presentes nessa produção literária. Objetivo compreender o modo como personagens homens e mulheres interagem e a hierarquia social estabelecida entre eles nesse conto. Nessas relações de poder, as *chinas* e *chinocas* aparecem como mulheres sem pudor, submetidas aos desejos dos sujeitos homens.

Em seguida, discuto os elementos que compõem a *identidade gaúcha*, tais como a linguagem, a literatura, a música, dentre outras produções culturais e artísticas. O *gaúcho* como tipo social é resultado de uma construção social e histórica ao longo de séculos, desde a colonização do Rio Grande do Sul até o presente. Mais especificamente, a linguagem como elemento de identidade do sujeito gaúcho tem sido registrada em

¹ Optei por manter as ortografias originais.

² Disponível em:

https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/12312/DIS_PPGLETRAS_2016_ECHEVARRIA_FELIPE.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 11 fev. 2023.

produções literárias e em instrumentos linguísticos. Vale ressaltar que muitas manifestações culturais, artísticas e linguísticas ganharam força no século XIX e fizeram o resgate de um passado glorioso, bem como buscaram a manutenção de uma identidade gaúcha baseada em valores como coragem e bravura, silenciando os efeitos de sentido depreciativos aos quais a palavra *gaúcho* era associada no passado (Petri, 2008; Sturza, 2006).

Os estudos propostos pela História das Ideias Linguísticas (HIL) – doravante identificada apenas pela sigla HIL – configuram a quarta seção do presente trabalho, visto que, sob os pressupostos teóricos desse campo, o vocabulário escrito por Callage é considerado um instrumento linguístico de cunho regionalista, no qual é possível constatar e analisar como questões sociais, históricas e culturais se significam na definição de verbetes. Nos verbetes de dicionários, sejam eles nacionais ou regionalistas, é possível analisar o modo como a sociedade rotula e hierarquiza os sujeitos. Por meio das definições, posso investigar qual a posição hierárquica de um determinado sujeito em uma determinada esfera social. Esse gesto proporciona àqueles que analisam cientificamente instrumentos linguísticos uma série de estudos que se articulam à Linguística, à História, às Ciências Sociais e aos Estudos de gênero.

O procedimento de análise que desenvolvo neste trabalho é norteado pelo conceito de *reescrituração* proposto por Guimarães (2009, 2018), a fim de refletir sobre a relação semântica estabelecida pelas palavras *chinaredo*, *quinas* e *chinocas* com outras palavras no conto. Nesse processo, uma palavra reescritura a outra.

Amparado teoricamente pelos pressupostos da HIL, concebo *Terra gaúcha* como uma materialidade literária e *Vocabulário gaúcho* como uma materialidade linguística. Em ambas as materialidades, observo o modo como as palavras *chinaredo*, *quinas* e *chinocas* estão atravessadas pela História e, mais especificamente, pela história das mulheres indígenas, que, por séculos, foram associadas à prostituição, tanto em âmbito nacional quanto regional, conforme discutirei no gesto de análise. Os estudos enunciativos baseados nas teorias de Benveniste (2005, 2006) me permitem analisar o modo como o ato de enunciar configura um gesto de estigmatizar sujeitos *na* e *pela* linguagem.

ROQUE CALLAGE: VIDA E OBRA DO AUTOR

Roque Callage é um autor santa-mariense nascido no ano de 1886. De acordo com Marchiori (2000), Callage viveu de forma humilde junto à sua família durante sua infância na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Passou a trabalhar no comércio aos 14 anos e, nos momentos de folga, praticava o hábito da leitura. Posteriormente, atuou na redação de jornais e escreveu livros de temática regionalista: “Roque Callage entregou-se vivamente ao estudo das coisas do Rio Grande do Sul – sua história, suas tradições, suas lendas, usos e costumes” (Marchiori, 2000, p. 12). O autor não ingressou em nenhum curso superior, de maneira que sua busca por conhecimento e o gosto pela Literatura ocorreram de forma autodidata (Perin, 2019).

A produção intelectual de Callage, conforme Murari (2009), transita entre o rural – expressão da tradição –, e o urbano – expressão da modernidade. A obra *Terra gaúcha* reúne contos e faz parte das produções literárias de Callage. Nela, o autor não exerceu a função de cronista urbano, como o fez na coluna “A cidade”, que era publicada no jornal *Diário de Notícias*. Em *Terra gaúcha*, Callage priorizou

[...] o tradicional e decadente universo social da Campanha gaúcha. Espaço simbólico da fixação da identidade social sul-rio-grandense, a Campanha foi a terra de origem dos principais emblemas da cultura gauchesca, do tipo humano e dos elementos de sua vida material às paisagens típicas e narrativas exemplares que, ainda hoje, constituem o acervo dos movimentos tradicionalistas devotados ao culto das origens regionais (Murari, 2009, p. 132).

Ainda para a autora, nessa obra, a campanha é um elemento significativo, funcionando não somente como paisagem, mas também como um símbolo do Rio Grande do Sul. *Terra gaúcha* é uma coletânea de contos na qual há “uma narrativa literária de fundo histórico” (Murari, 2009, p. 134), bem como menções à Revolução Farroupilha e a outros elementos culturais e históricos referentes ao estado.

Já *Vocabulário gaúcho* é um instrumento linguístico produzido por Callage no qual constam verbetes característicos da linguagem gauchesca. Conforme explicado na introdução, esse vocabulário foi tema de minha dissertação de mestrado e, devido à riqueza linguística que registra, segue me proporcionando estudos e reflexões acerca do modo de falar dos gaúchos. Nele, o leitor encontra uma grande quantidade de palavras e de expressões características do linguajar gauchesco. Echevarria (2016), ao analisar o

referido vocabulário, concluí que

As observações feitas por Callage pelas fazendas e charqueadas do Rio Grande do Sul deram origem a *Vocabulário Gaúcho*, obra que acreditamos ter uma relação direta com a História do Rio Grande do Sul, na medida em que as designações trazidas pelos verbetes trazem definições que têm determinados papéis e funções nesse ambiente rural descrito por Callage (Echevarria, 2016, p. 105).

Em minha dissertação, propus um recorte de verbetes que designavam sujeitos, tais como *china*, *guri*, *gaúcho*, *morocha*, dentre outros, o que totalizou uma recolha de 132 verbetes. No gesto de selecionar e de analisar esses verbetes, constatei que a maioria deles está no masculino, definindo os homens gaúchos e a posição que eles ocupam na sociedade sul-rio-grandense. As definições do verbete *gaúcho*, por exemplo, dão ênfase a características como a bravura e a coragem. Em relação às mulheres, constam apenas 15 verbetes, caso de *china* e *chinoca*, cujas definições serão apresentadas no gesto de análise. Como resultado da seleção e da análise dos verbetes, foi possível observar que os verbetes referentes às mulheres continham sentidos depreciativos.

A maneira como foram registrados os verbetes que definem os homens e os que definem as mulheres é significativa para compreender quais eram as noções de gênero que a sociedade gaúcha apresentava no início do século XX, levando em conta que o vocabulário escrito por Callage foi lançado no final da segunda década desse século.

SÍNTESE DO CONTO “DIVERTIDOS”: APONTAMENTOS E ARTICULAÇÕES

De *Terra gaúcha*, seleciono o conto “Divertidos”, *corpus* principal de nosso trabalho. Nesse conto, a personagem Tia Chica é descrita como uma “velhusca paraguaia, repimpona³ e viúva” (Callage, 2000 [1914], p. 53). Depois de economizar algum dinheiro, Tia Chica montou a sua “venda”, a qual era frequentada por peões que viviam nas redondezas. Uma vez reunida a “peonada”, o ambiente se tornava suscetível a brigas e discussões. Em algumas delas, certos peões usavam o facão, utensílio que faz parte da

³ *Pimpona*, segundo o *Dicionário Aulete*, é o feminino de *pimpão*, que significa *vaidoso*, *gabola*, *fanfarrão*. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/pimp%C3%A3o>. Acesso em: 11 fev. 2024. Callage, ao inserir o prefixo *re-* na palavra *pimpona*, possivelmente o faz por influência da língua espanhola, na qual *re-* funciona como prefixo que dá a ideia de *muito* ou de *ênfase/intensificação*.

indumentária gaúcha. Conforme Brum (2010), o facão representa a pré-disposição do sujeito gaúcho para a guerra. Nessa perspectiva, para Nolasco (1993), os homens são educados sob a lógica da guerra, de modo que estão sempre em estado de alerta, prontos para a defesa ou para o ataque. Demonstrar qualquer vulnerabilidade perante o inimigo é considerado um sinal de fraqueza.

Outro aspecto relacionado aos desentendimentos entre os peões frequentadores da venda da Tia Chica é a questão da *violência*. De acordo com Trevisan (1998), a prática da violência está diretamente ligada à construção social do que é ser homem. Nessa direção, os peões não devem temer o envolvimento em “peleias”, pois correm o risco de serem vistos como homens menos viris. Ao contrário: não estão autorizados a demonstrar medo e devem defender a sua honra a qualquer custo.

Enquanto alguns peões chegavam a pé na venda, outros chegavam a cavalo. Segundo Oliven (1996, p. 18), a presença do cavalo faz parte da construção social da identidade do sujeito gaúcho, junto a outros elementos, tais como “a fronteira cisplatina, a virilidade e a bravura do homem ao enfrentar o inimigo ou as forças da natureza, a lealdade, a honra, etc.”. O autor aponta, ainda, o modo como a representação sobre o gaúcho foi reforçada por meio de relatos de viajantes estrangeiros que passavam pelo Rio Grande do Sul, a exemplo do botânico francês Auguste de Saint-Hilaire. Já na literatura, em 1870, José de Alencar, mesmo sem ter conhecido o estado e sendo nascido no Ceará, em seu livro *O gaúcho*, idealizou o tipo social sul-rio-grandense como *centauro dos pampas*.

Aos sábados, eram comuns os bailes na venda da Tia Chica, nos quais, além dos peões, estava presente o *chinaredo*, ou seja, um grupo de *chinas*. É pertinente apontar algumas questões sobre essas mulheres nomeadas *chinas*, para, depois, no gesto de análise, trazer as definições de *chinaredo*, *chinas* e *chinocas*. De acordo com Brum (2010), *chinas* eram as mulheres que se envolviam com gaúchos errantes durante o período de colonização do Rio Grande do Sul. Servir a esses homens e com eles ter relações efêmeras eram táticas de sobrevivência adotadas por elas. Após o término dessas relações, eram abandonadas pelos gaúchos.

No conto, as *chinas* parecem exercer um papel de amantes passageiras dos peões, com os quais dançavam de forma sensualizada ao som de gaitas e de violões. As fitas que adornavam suas blusas eram de “cores vivas e berrantes” (Callage, 2000 [1914], p. 55).

As *chinas* representavam o oposto das *prendas*. Estas, diferentemente das *chinas*, simbolizavam o decoro e o recato das mulheres gaúchas, na condição de esposas e/ou de filhas. Tais qualidades estavam presentes nas vestimentas das *prendas*, cujos vestidos, sem decotes e com muita discrição, marcavam a diferença entre elas e as *chinas* (Brum, 2010).

É possível constatar que, no conto, os atos violentos não ocorrem apenas entre os peões: em uma determinada passagem, a personagem Antonia é agarrada pelo braço por Zeferino, após ele se ofender por ela tê-lo recusado. O homem chama Antonia de “china reiúna, que dormia com os baianos na cidade” (Callage, 2000 [1914], p. 58). Ela, por sua vez, defende-se do ataque físico e verbal efetuado por Zeferino dando-lhe um tapa no rosto. Na sequência, é aplaudida por suas companheiras que também haviam sido importunadas pelo mesmo homem. Para Connel (2016, p. 31), a violência de gênero tem um papel significativo na formação das sociedades coloniais e pós-coloniais, nas quais a “brutalidade era algo constituinte”, o que levava muitos homens a cometerem atos de violência e/ou de estupro contra as mulheres.

No que tange à linguagem que predomina no conto, além do emprego de *chinas* e de *chinocas*, é recorrente o uso de palavras e de expressões em língua espanhola, tais como “arreglos” (Callage, 2000 [1914], p. 53) e “guapa” (Callage, 2000 [1914], p. 54). A esse propósito, o próprio Callage (1928 [1926]) observa que a linguagem gauchesca tem influências do espanhol platino, do português açoriano e do aborígene. Entretanto, conforme o escritor, a influência hispano-platina tem um maior impacto na linguagem gauchesca devido às fronteiras com a Argentina e com o Uruguai. Tamanho é esse impacto que “60% dos vocábulos rio-grandenses são de origem hispano-platina ou puramente platinos” (Callage, 1928 [1926], p. 6-7). Nessa perspectiva, entendo a linguagem como um elemento primordial na construção da identidade de um sujeito, pois por meio dela reforça-se o sentimento de pertencimento a um determinado lugar/região/país. Posteriormente, aprofundarei a questão da importância da linguagem na constituição da identidade do sujeito gaúcho.

Em suma, destaco três pontos importantes do conto: a) posições hierárquicas entre os peões e as *chinas*; b) a atuação dos homens gaúchos de forma viril e destemida, estabelecendo relações sem vínculos afetivos com as *chinas* e envolvendo-se em agressões físicas para demonstrarem virilidade; c) o uso de palavras de língua espanhola

e de outras expressões características do linguajar gauchesco, o que reforça a importância da linguagem como elemento de identidade do sujeito gaúcho.

Terra gaúcha é, então, uma obra na qual se encontra a idealização de um sujeito gaúcho guerreiro e valente. No conto “Divertidos”, o protagonismo é essencialmente masculino, ao passo que as mulheres, quando aparecem, desempenham apenas papéis coadjuvantes. O ambiente telúrico, juntamente com palavras, expressões e dizeres que constituem a *linguagem gauchesca*, configura um gesto de apego ao passado; passado esse afastado de modernidades e de elementos que possam, de alguma forma, anular ou modificar a imagem de “gaúcho herói”. Essa imagem encontra um modo de manutenção na literatura e em outras esferas, tais como publicidade, música, festivais etc., conforme a discussão a seguir.

LINGUAGEM, LITERATURA E OUTROS ELEMENTOS QUE COMPÕEM A IDENTIDADE GAÚCHA

O que faz um gaúcho ser gaúcho? Muitas são as respostas possíveis e inúmeras são as respostas já apresentadas para explicar a nossa “diferença” em relação aos demais brasileiros.
(Silva, 2008, p. 11).

A citação em epígrafe introduz a discussão sobre o gaúcho enquanto tipo social e regional que surgiu no Rio Grande do Sul, estado situado no extremo sul do Brasil. O estado, com suas características geográficas, sociais e históricas peculiares, já foi um espaço de guerras e de batalhas, no qual esse sujeito nomeado *gaúcho* formou sua identidade, que o distingue de outras identidades nacionais. A esse respeito, Oliven (1995) afirma que

Quando se pretende comparar o Rio Grande do Sul ao resto do País, apontando diferenças e construindo uma identidade social, é quase inevitável que este processo lance mão do passado rural do estado e da figura do gaúcho, por serem estes os elementos emblemáticos que permitem ser utilizados como sinais distintivos (Oliven, 1995, p. 80).

Por *identidade* compreendo, de acordo com Leenhardt (2002), uma construção simbólica marcada pela diferença. Nessa direção, segundo Maciel (2002),

[a] identidade como construção social baseada em diferenças relaciona-se com as representações sociais e com o imaginário. Mas a criação de uma identidade, implicando uma demarcação de territórios, envolve um sentimento em particular: o pertencimento (Maciel, 2002, p. 192).

Sendo o estado alvo de disputas entre Portugal e Espanha, os gaúchos sentiram a necessidade de buscar a própria “identidade, em meio a um contexto macropolítico e geográfico adverso” (Hohlfedlt, 2008, p. 101). A partir do século XIX, criou-se, segundo Gutfreind (1995, p. 149), a “figura mitologizada do gaúcho” ou a “imagem de um gaúcho idealizado”. Essa imagem foi reforçada pela literatura e, conforme a autora, ao gaúcho são associados valores como liberdade e coragem. A relação com o campo, com o cavalo e com a natureza também faz parte dessa construção social acerca do sujeito gaúcho. É importante ressaltar que tal construção não engendra somente o gaúcho habitante do extremo sul do Brasil, visto que o gaúcho é um “tipo característico nacional na Argentina e [no] Uruguai” (Brum, 2010, p. 68).

A palavra *gaúcho* passou a nomear o sujeito nascido no Rio Grande do Sul e, ao longo de séculos, percorreu uma trajetória semântica, como explica Teixeira (1988):

O termo gaúcho, de origem imprecisa, teve uma trajetória semântica notável. De início significava contrabandista, vagabundo, antigrregário, incivilizado, antissocial, e se referia a numerosos indivíduos que circulavam pelas áreas de criação nas regiões limítrofes da Argentina, Uruguai e Brasil. Depois passou a designar o tipo social símbolo daqueles países, bem como do Rio Grande do Sul, inclusive nominando seu gentílico [...] Hoje, no contexto rio-grandense, o termo gaúcho passou a significar altivez, orgulho, dignidade, bravura, honradez, desassombro, lealdade, simplicidade, autenticidade (Teixeira, 1988, p. 53).

Vários são os elementos que constituem e efetuam a manutenção da identidade gaúcha. Dentre tais elementos, figuram a literatura, a música, a indumentária, a culinária e a linguagem, conforme discutido anteriormente. Sujeitos que habitam uma determinada região enunciam entre si e colocam uma linguagem regional em funcionamento, de modo que há um entendimento entre eles e, assim, passam a produzir efeitos de sentido.

Para referir-se ao modo de falar dos habitantes do Rio Grande do Sul, Laytano (1981, p. 21; p. 61; p. 50, respectivamente) utiliza algumas expressões, tais como “falar do gaúcho brasileiro”, “linguagem gaúcha”, “português falado no Rio Grande”, dentre outras. Conforme o autor, o sujeito gaúcho, ao transitar pela Argentina e pelo Uruguai, trouxe desses países uma série de palavras e expressões que foram incorporadas ao seu

vocabulário. Laytano (1981) coaduna-se com Callage quanto às influências do português de Portugal, do espanhol platino e do guarani na linguagem gaúcha. A essas línguas acrescentam-se, ainda, as de origem africana.

Zeno Cardoso Nunes e Rui Cardoso Nunes (1984), no *Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul*, assim definem a *linguagem gauchesca*:

LINGUAGEM GAUCHESCA, s. Português falado pelos gaúchos da zona pastoril do Rio Grande do Sul, ao qual se agregaram elementos uruguaio, argentinos, paraguaios, guaranis, tupis, quíchuas, araucanos, áfricos e de várias procedências (Nunes, Z.; Nunes, R.; 1984, p. 266).

Nessa mesma perspectiva, acrescenta Tatsch (2014):

A linguagem gauchesca traduz as marcas da identidade regional como construção simbólica de pertencimento. A formação identitária do gaúcho se vê representada na língua, nos seus mecanismos linguísticos e discursivos. A linguagem conta a própria história do gaúcho e define a sua identidade (Tatsch, 2014, p. 249).

Ademais, a linguagem gauchesca é registrada em dicionários regionalistas, como o *Coleção de Vocábulos na província do Rio Grande do Sul* (1852), de Antônio Álvares Pereira Coruja; o *Vocabulario sul rio-grandense* (1898), de Romaguera Corrêa; o *Vocabulário gaúcho* (1928), de Roque Callage; o *Vocabulário sul-rio-grandense* (1935), de Luiz Carlos de Moraes; o *Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul* (1984), de Zeno Cardoso Nunes e Rui Cardoso Nunes, dentre outros. Esses instrumentos linguísticos passaram a ser referência aos estudos sobre a linguagem gauchesca, além de auxiliarem na manutenção dessa linguagem e da identidade gaúcha, registrando palavras e expressões características do povo sul-rio-grandense.

Para Sturza (2006), no século XIX, houve uma significativa produção intelectual e cultural no Rio Grande do Sul, incluindo a publicação de trabalhos na área do folclore e da Literatura. Essas manifestações efetuavam a manutenção de uma identidade regional, bem como traçavam “o perfil do gaúcho a partir de estudos sobre o seu comportamento social, suas posições políticas, suas tradições e seu modo de falar” (Sturza, 2006, p. 101). Callage faz parte dessa produção intelectual tanto no âmbito literário quanto no âmbito linguístico.

PRODUZINDO SABERES SOBRE INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS À LUZ DA PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA DA HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGÜÍSTICAS (HIL)

No que concerne à minha posição enquanto pesquisador, considero-me *estudioso de dicionários*⁴. Segundo Nunes (2010a), aqueles que estudam os dicionários como objetos discursivos têm um olhar diferenciado sobre esses instrumentos linguísticos⁵. Isso porque os estudiosos de dicionários consultam tais instrumentos com um olhar e com propósitos distintos daqueles de um “leitor comum”. Enquanto este consulta os dicionários com o propósito de sanar dúvidas acerca da significação e da ortografia das palavras, aquele concebe os dicionários como instrumentos linguísticos que estabelecem uma relação direta com a História. É inegável que os dicionários cumprem funções pedagógicas e, portanto, podem servir como objetos de consulta. No entanto, o estudioso de dicionários é capaz de realizar uma análise mais criteriosa e aprofundada deles, visto que os verbetes⁶ que neles constam apresentam sentidos constituídos de historicidade.

A análise científica de instrumentos linguísticos ganhou força com o advento da História das Ideias Linguísticas (HIL), domínio do conhecimento surgido na década de 1980, resultado de parcerias intelectuais entre pesquisadores brasileiros e franceses. Desde então, a HIL tem promovido estudos nos quais os instrumentos linguísticos são analisados a partir de sua relação com o histórico e com o político, bem como objetiva “difundir estudos sistemáticos que [toquem] a questão da história do conhecimento linguístico e da história da língua, articuladamente, explorando novas tecnologias de pesquisas” (Orlandi, 2001, p. 9). No que tange à produção nacional de gramáticas e de

⁴ Nunes (2010a, p. 6, grifo próprio) usa a expressão “estudioso *do* dicionário”. Opto, no entanto, em substituir a preposição *do* pela preposição *de*. A primeira preposição pode causar um efeito de sentido capaz de dar a entender que *do* se refere a um dicionário específico. Já a preposição *de* remete a mais de um dicionário e a mais de um tipo de dicionário, considerando-se que existem diferentes especificidades de dicionários: nacionais, regionalistas, de uso, de sinônimos, bilíngues etc.

⁵ Gramáticas e dicionários, de acordo com Auroux (2014, p. 65), são instrumentos linguísticos resultantes do processo de *gramatização*, “que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua”. Para o autor, gramáticas e dicionários são tecnologias da língua que compõem o saber metalinguístico. Desde o surgimento dessas tecnologias até os presentes dias, elas funcionam como pilares dos saberes produzidos acerca das línguas. Assim como a escrita, o advento da *gramatização* afetou significativamente a comunicação humana.

⁶ Por *verbetes*, entendo o registro de uma palavra em um dicionário. O verbete é composto por definições. Quando o verbete trata de um sujeito, as definições aclaram quem é esse sujeito e quais são os valores que se lhe são agregados. As definições podem ser em forma de enunciados que descrevem o sujeito em si e em forma de adjetivos. Em meu gesto de análise, refletirei sobre o ato de definir.

dicionários,

Observar a constituição destes instrumentos tecnológicos é tratar do modo como a sociedade brasileira constrói elementos de sua identidade. A produção de tecnologias é parte do modo como qualquer sociedade se constitui historicamente. E a produção tecnológica relacionada com a linguagem é, não há dúvida, lugar privilegiado de observação do modo como uma sociedade produz seu conhecimento relativamente à sua realidade (Guimarães; Orlandi, 1996, p. 9).

Já os dicionários regionalistas registram o modo de falar de habitantes de uma região específica. No caso dos *dicionários regionalistas* ou *dicionários de regionalismos* do Rio Grande do Sul, conforme refleti anteriormente, eles registram o falar coloquial dos gaúchos; falar esse que difere dos falares de outras regiões do Brasil e que é engendrado por palavras e por expressões características do estado. Nas palavras de Petri (2008, p. 229): “No caso específico de um dicionário de regionalismos, encontramos o ‘levantamento’ do que é próprio do popular, do domínio de um falante do ‘interior’ de um estado brasileiro”. Nessa perspectiva, Echevarria (2022) complementa:

São dicionários que marcam as distinções entre o regional e o nacional e fortalecem a diversidade linguística do país, que, por vezes, é excluída dos dicionários nacionais. Funcionam também como um lugar de manutenção das linguagens regionais, no qual esse sujeito “rústico” e “menos letrado” pode encontrar um registro de seu falar cotidiano, podendo, assim, reforçar seu sentimento de pertença a determinados lugares e sociedades (Echevarria, 2022, p. 44).

Nos dicionários regionalistas do Rio Grande do Sul, constam palavras que definem sujeitos característicos da sociedade sul-rio-grandense. Analisando essas definições, é possível saber qual posição um determinado sujeito ocupa na hierarquia social gaúcha. Poderia citar, aqui, muitos exemplos de palavras que nomeiam esses sujeitos. *Gaúcho*, *china*, *guri*, *morocha*, dentre outras palavras, por meio de suas definições em dicionários regionalistas, agregam valores morais aos sujeitos assim nomeados e evidenciam o modo como são vistos na sociedade do Rio Grande do Sul. *Vocabulário gaúcho*, ainda que seja um vocabulário e não um dicionário⁷, é estruturado de forma similar aos dicionários regionalistas do Rio Grande do Sul, pois apresenta

⁷ Echevarria (2016, p. 38-39) reflete sobre a diferença entre vocabulários e dicionários: “os vocabulários parecem ser uma lista descompromissada de palavras”, enquanto os dicionários são objetos discursivos e, ao mesmo tempo, objetos de consulta. No imaginário de muitos sujeitos, os dicionários seriam capazes de sanar todas as dúvidas acerca da língua.

definições de sujeitos que fazem parte da sociedade gaúcha.

Norteador teoricamente pela HIL, em minhas pesquisas desenvolvi uma metodologia que estabelece diálogos e articulações não somente com a História, mas também com a Antropologia, com os Estudos de gênero e com os Estudos de raça. Assim como a História está presente nas definições de verbetes, as questões de gênero e o modo como diferentes sociedades concebem o que é ser *homem* e/ou ser *mulher* atravessam os sentidos das palavras.

A REESCRITURAÇÃO DE *CHINAREDO*, *CHINAS* E *CHINOCAS*

Antes de apresentar os sentidos das palavras *chinaredo*, *chinas* e *chinocas*, convém refletir sobre três aspectos:

- a) **O conceito de linguagem e de enunciação:** para Benveniste (2005, p. 26), a “linguagem reproduz o mundo”, de modo que, por meio da linguagem, a sociedade se torna possível e os sujeitos que dela fazem parte se entendem como tais. Já a enunciação, “é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (Benveniste, 2006, p. 82). Nesse ato, estão presentes o *locutor*, que designa a si mesmo como *eu*, enuncia para um *tu* e fala sobre uma *terceira pessoa*, o *ele* ou *não pessoa*. O ato de enunciar também pode ser um ato de estigmatizar sujeitos, pois, como é *na* e *pela* linguagem que o sujeito se reconhece como tal, ele é igualmente capaz de, por intermédio dela, depreciar outros sujeitos, agregando-lhes valores negativos. De acordo com Goffman (2019, p. 12), *estigma* é uma qualidade negativa agregada a um sujeito ou a um grupo de sujeitos, tornando-os “uma espécie menos desejável”. Os sujeitos estigmatizados são considerados maus, inferiores e anormais, de maneira que esse julgamento se materializa na linguagem.
- b) **O ato de definir sujeitos em dicionários:** definir sujeitos via verbetes é atribuir-lhes significações que podem ser positivas ou não. Por um lado, os valores agregados a um determinado sujeito podem ser positivos, sendo constituídos por adjetivos que exaltam suas qualidades e que o colocam acima de outros sujeitos em uma determinada hierarquia social. Por outro lado, as definições compostas por adjetivos negativos indicam o modo depreciativo

como certos sujeitos são vistos na sociedade. A esse respeito, Nunes (2010b, p. 47) afirma que as definições nas quais constam valores negativos funcionam como “índice[s] de uma visão moral ou de uma discursividade crítica”. Nesse contexto, é importante observar como as palavras são *generificadas*⁸, isto é, como são atravessadas não somente pela História, mas também por questões de *gênero*, o qual, para Butler (2003, p. 24), é algo “culturalmente construído”. Portanto, as construções culturais e sociais acerca do que é ser *homem* ou da condição de ser *mulher* são processos nunca totalmente finalizados ou estáticos, uma vez que estão passíveis de mudanças de acordo com a época e com a sociedade em que se encontram.

- c) **O conceito de reescrituração:** trata-se de um processo que, conforme Guimarães (2018, p. 90), “liga pontos de um texto com outros do mesmo texto, e mesmo pontos de um texto com pontos de outro texto”. Dentro de um mesmo texto ou enunciado, uma palavra vai sendo reescriturada por outra(s), de forma que “podemos dizer que o sistema de *reescrituração* consiste em se redizer o que já foi dito. Ou seja, uma expressão linguística se reporta a uma outra por algum procedimento que as relaciona no texto integrado pelos enunciados em que ambas estão” (Guimarães, 2009, p. 53). Com base nos apontamentos do autor, quando uma palavra é reescriturada por outras, estabelecem-se relações semânticas entre elas. Uma palavra como *homem*, por exemplo, pode ser reescriturada pelo pronome pessoal *ele* ou por sua profissão: *professor* ou *advogado*, *administrador* ou *jornalista* etc. É o que acontece com as palavras *chinaredo*, *chinas* e *chinocas* no conto “Divertidos”, como buscarei mostrar a seguir, no gesto de análise.

A ênfase desse gesto reside nas palavras *chinaredo*, *chinas* e *chinocas* e no modo como essas palavras vão sendo reescrituradas de outras formas no conto. A seguir, apresento uma sequência enunciativa recortada de “Divertidos”, no qual a palavra *chinaredo* aparece pela primeira vez:

⁸ Segundo Moschkovich (2016), *generificado(a)* é uma tradução da palavra inglesa *gendered*. Embora ainda não registrada em dicionários de língua portuguesa, o termo *generificado(a)* tem sido usado com frequência por autores brasileiros que traduzem textos sobre gênero.

Tabela 1 – Ocorrência da palavra *chinaredo*:

SE1: Àquela tarde, o fandango ia tomar um caráter de grande festa, não faltando o <i>chinaredo</i> vizinho, muchachas experimentadas nos balaíos do sul [...] (Callage, 2000 [1914], p. 53, grifo próprio).

Fonte: Elaboração própria.

É importante destacar que *chinaredo* funciona como coletivo da palavra *china*, e *chinas* e *chinocas* funcionam como plural dessa mesma palavra, contendo *chin* como radical em comum. As definições de *china*, *chinaredo* e *chinocas* recortadas do *Vocabulário gaúcho* são as seguintes:

Tabela 2 – Definições de *china*, *chinaredo* e *chinocas*:

China , s. mulher de índio; mulher de côr morena carregada; mulher publica ⁹ . (Callage, 1928 [1926], p. 42).
Chinaredo , s. o mesmo que <i>chinarada</i> ¹⁰ . (Callage, 1928 [1926], p. 42).
Chinóca , s. o mesmo que <i>chininha</i> ¹¹ . (Callage, 1928 [1926], p. 42).

Fonte: Elaboração própria.

Essas definições evidenciam que *china* e suas variações no coletivo *chinaredo* e na variação *chinoca* remetem às mulheres indígenas e de vida pública, ou seja, sua etnia e um certo valor moral constam nos significados atribuídos a esses verbetes. Por sua vez, *chinaredo* funciona como coletivo de *china*: grande número de *chinas*. Já *chinoca*, sinônimo de *chininha*, é a *china* ainda menina.

Quanto à questão da etnia, em diálogo com os trabalhos de alguns historiadores, cabe recordar certos estereótipos relacionados às mulheres indígenas. Tais estereótipos provêm do período de colonização do Brasil, no qual, para Del Priore (2014), europeus, ao chegarem às terras brasileiras, chocaram-se com a nudez das indígenas. Houve, nesse caso, um contraste de valores: de um lado, os colonizadores com suas crenças e com seus preconceitos oriundos da Europa; de outro lado, essas mulheres que andavam nuas e vivenciavam sua sexualidade de um outro modo, que destoava das práticas sociais europeias. Não tardou muito para que as mulheres indígenas brasileiras fossem associadas à prostituição e a valores depreciativos.

No Rio Grande do Sul, como apontam os relatos de Saint-Hilaire (1987) durante sua passagem pelo estado no século XIX, as mulheres da etnia guarani envolviam-se com

⁹ Opto por manter a ortografia que consta na obra consultada.

¹⁰ “**Chinarada**, subs. grande número de *chinas*” (Callage, 1928, p. 42).

¹¹ “**Chininha**, subs. filha da *china* caboclinha, *china* ainda menina – *chinóquinha*” (Callage, 1928, p. 42).

homens que estavam de passagem pelo território gaúcho. Transitavam nuas por determinados espaços e eram frequentemente prostituídas por seus maridos, de forma que, conforme o autor, a prostituição era o principal destino dessas mulheres. A palavra *china*, segundo Brum (2010), é oriunda da língua espanhola, na qual significa *chinesa*. No século XIX, considerava-se que as mulheres indígenas eram semelhantes às chinesas nas feições e na cor do cabelo. Daí originou-se a palavra *china*, que passou a designar de forma depreciativa as mulheres associadas à prostituição no Rio Grande do Sul.

A seguir, apresento os outros dois recortes onde aparecem as palavras *chinás* e *chinocas*:

Tabela 3 – Ocorrência da palavra *chinás*:

SE2: Formavam todos uma mescla compacta de brancos, caboclos e <i>chinás</i> [...] (Callage, 2000 [1914], p. 54, grifo próprio).

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 4 – Ocorrência da palavra *chinocas*:

SE3: <i>Chinocas</i> , de risos à flor dos lábios, avançavam nos guascas quebras, aos abraços e pulos, agoniadas pelos primeiros vapores eróticos das bebidas (Callage, 2000 [1914], p. 55, grifo próprio).

Fonte: Elaboração própria.

Nas três sequências enunciativas recortadas de “Divertidos”, é perceptível que o *chinaredo* e as *chinás/chinocas* aparecem na condição de amantes passageiras, estando à disposição dos peões para danças ou envolvimento. Quanto à *china*, conforme Leal (2021, p. 64), “quando o termo é usado pelos gaúchos, *china* significa prostituta, e *chinaredo* são áreas de casas de prostituição em pequenas cidades ou povoados”. No conto, as *chinás* aparentam ter uma “vida pública”, de maneira que o seu comportamento destoa do das prendas e as coloca em uma posição diferenciada.

Acerca do processo de *reescrituração*, ao longo do conto, as palavras *chinaredo*, *chinás* e *chinocas* vão sendo reescrituradas de outros modos, conforme mostra a Tabela 5:

Tabela 5 – Reescrituras de *chinaredo*, *chinas* e *chinocas* no conto “Divertidos”:

Muchachas experimentadas nos balaíos do sul (Callage, 2000 [1914], p. 53)
Mulheres (Callage, 2000 [1914], p. 55; p. 57)
Morochas altaneiras (Callage, 2000 [1914], p. 56)
Mulherio (Callage, 2000 [1914], p. 56)
Eguada linda (Callage, 2000 [1914], p. 56)
Morenas (Callage, 2000 [1914], p. 56)
Chinoquinhas (Callage, 2000 [1914], p. 57)
Companheiras (Callage, 2000 [1914], p. 58)

Fonte: Elaboração própria.

Por meio das análises realizadas neste trabalho, é possível observar que *chinaredo* é rescriturado, inicialmente, por *chinas*; na sequência, por *chinocas*; em seguida, pelas palavras apresentadas no quadro 1. Nota-se, assim, o modo como “a reescrituração apresenta uma palavra ou expressão como tendo o mesmo sentido que a outra à qual se liga” (Guimarães, 2009, p. 55). *Chinaredo*, coletivo de *chinas*, vai sendo rescriturado por outras palavras que também estão no plural e dão a ideia de um grupo de mulheres. Formou-se, dessa maneira, um campo semântico de valor depreciativo em relação a essas mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda materialidade linguística e/ou literária é produzida em um determinado contexto sócio-histórico e cultural. No caso de *Terra gaúcha*, o contexto é o Rio Grande do Sul, com sua geografia particular, com sua história e com todos os elementos que moldam a identidade gaúcha. Cabe ressaltar que essa obra foi realizada em um período produtivo no que se refere aos estudos e às produções intelectuais que buscavam resgatar e resguardar a identidade sul-rio-grandense. Além disso, *Terra gaúcha* foi produzida por um autor que se dedicou aos estudos da cultura e do léxico gaúchos. Em *Vocabulário gaúcho*, Callage registrou palavras e expressões características do falar dos habitantes do interior do Rio Grande do Sul. No conto “Divertidos”, observei algumas dessas palavras, tais como *chinaredo*, *chinas* e *chinocas*, funcionando na produção literária do escritor e jornalista.

“Divertidos” é um conto que se passa em um espaço essencialmente masculino;

consequentemente, o protagonismo também o é. As mulheres nomeadas *chinas* e/ou *chinocas* aparecem como personagens secundárias. São sujeitos subalternos e ocupam uma posição hierárquica inferior à do homem gaúcho. Elas se encontram em um espaço dominado por homens, com os quais estabelecem relações que demonstram apenas uma atração sexual, sem nenhum vínculo afetivo. Tal descrição dá indícios da estrutura social gaúcha do início do século XX, na qual, como em todas as sociedades, existem hierarquias e hegemonias, em que, muitas vezes, homens ocupam uma posição privilegiada em comparação às mulheres.

Muitos são os aspectos que podem ser observados e analisados no conto. Palavras e expressões tanto da língua espanhola quanto da linguagem gauchesca se fazem presentes em “Divertidos”, com vistas à manutenção da identidade gaúcha. A virilidade e a bravura, características associadas aos homens gaúchos, aparecem no comportamento dos peões, que não demonstram medo perante uma “peleia”. No gesto analítico, além da análise das palavras *chinaredo*, *chinas* e *chinocas*, refleti sobre a linguagem enquanto ferramenta de exclusão e de estigmatização de sujeitos. A *reescrituração*, como dispositivo analítico, permitiu-me analisar a relação semântica de valor negativo que as palavras podem estabelecer entre elas no interior de um mesmo enunciado ou de uma obra literária, como é o caso do conto “Divertidos”.

Para finalizar, afirmo, com Nunes (2010c, p. 165), que, “enquanto houver sociedade e história, sempre haverá outras palavras a identificar, descrever e dicionarizar”. A citação do autor vai ao encontro da proposta deste estudo e se ajusta ao gesto de conclusão. Uma vez que as palavras são constituídas de historicidade, analisá-las demanda um trabalho interdisciplinar. Para tanto, como já discuti, o estudioso de dicionários articula-se a outros campos do saber, tais como a História e os Estudos de gênero. Além dessa articulação, no presente trabalho, a Linguística e a Literatura estabeleceram um profícuo diálogo, no qual refleti sobre como as palavras que fazem parte de uma linguagem dita gauchesca são elementos constituintes da identidade sul-riograndense e, por consequência, circulam em obras literárias e em dicionários regionalistas do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José. *O gaúcho*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006.
- CALLAGE, Roque. *Terra gaúcha: cenas da vida rio-grandense*. Santa Maria: UFSM, 2000.
- CALLAGE, Roque. *Vocabulario gaúcho*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1928.
- CONNEL, Raewyn. *Gênero em termos reais*. São Paulo: nVersos, 2016.
- BRUM, Ceres Karam. Indumentária gaúcha: uma análise etnográfica da pedagogia tradicionalista das pilchas. In: OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; BRUM, Ceres Karam (ed.). *Expressões da cultura gaúcha*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010, p. 65-96.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismos e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2014.
- ECHEVARRIA, Felipe Rodrigues. *As palavras e a enunciação: a china, a machorra e a morocha no Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul*. 2022. 222f. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Artes e Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2022.
- ECHEVARRIA, Felipe Rodrigues. *Designações de sujeitos na obra Vocabulario gaúcho de Roque Callage*. 2013. 113f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Artes e Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2016.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019.
- GUIMARÃES, Eduardo. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, v. 51, n. 1, p. 49-68, jan./jun. 2009.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli. *Língua e Cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.

GUTFREIND, Ieda. A historiografia sul-rio-grandense e o mito do gaúcho brasileiro. In: GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto (ed.). *Nós, os gaúchos*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995, p. 148-152.

HOHLFEDLT, Antonio. Rio Grande do Sul: a fronteira como debate. In: BOEIRA, Nelson (ed.). *Rio Grande em debate: conservadorismo e mudança*. Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 101-108.

LAYTANO, Dante. *O linguajar do gaúcho brasileiro*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brades, 1981.

LEAL, Ondina Fachel. *Os gaúchos: cultura e identidades masculinas no pampa*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2021.

LEENHARDT, Jacques. Fronteiras, fronteiras culturais e globalização. In: MARTINS, Maria Helena (ed.). *Fronteiras Culturais – Brasil – Uruguai – Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MACIEL, Maria Eunice de Souza. Memória, tradição e tradicionalismo no Rio Grande do Sul. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (ed.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 239-267.

MARCHIORI, José Newton Cardoso. Roque Callage: autor e obra. In: CALLAGE, Roque (ed.). *Terra gaúcha: cenas da vida rio-grandense*. Santa Maria: UFSM, 2000, p. 9-15.

MOSCHKOVICH, Marília. Traduzir Raewyn Connel. In: RAEWYN, Connel (ed.). *Gênero em termos reais*. São Paulo: nVersos, 2016, p. 11-15.

MURARI, Luciana. “O gênio tumultuário da raça”: guerra e política no discurso histórico-literário de Roque Callage. *Letras*, Santa Maria, v. 19, n. 1, p. 131-52, jan./jul. 2009.

NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

NUNES, José Horta. Dicionários: história, leitura e produção. *Revista de Letras*, Taguatinga, v. 3, n. 1/2, p. 06-21, set. 2010a.

NUNES, José Horta. Espaço urbano, sujeito e dicionário: definição e formas do silêncio. *Fragmentum*, Santa Maria, Laboratório Corpus, n. 26, p. 45-54, jul./set. 2010b.

NUNES, José Horta. Lexicologia e Lexicografia. In: GUIMARÃES, E; ZOPPI-FONTANA, M. (ed.). *Introdução às Ciências da Linguagem: a palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2010c, p. 147-172.

NUNES, Zeno Cardoso; NUNES, Rui Cardoso. *Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins livreiro, 1984.

OLIVEN, Ruben George. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (ed.). *Negros no sul: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 1996, p. 13-32.

OLIVEN, Ruben George. O renascimento do gauchismo. In: GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto (ed.). *Nós, os gaúchos*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995, p. 77-80.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. São Paulo: Pontes, 2001.

PERIN, Henrique. Porto Alegre e suas representações sociais na coluna A Cidade de Roque Callage. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 1-15, jul./dez. 2019.

PETRI, Verli. A produção de efeitos de sentidos nas relações entre língua e sujeito: um estudo discursivo da dicionarização do “gaúcho”. *Letras*, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 227-243, jul./dez. 2008.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

SILVA, Juremir Machado. Mínimo denominador comum gaúcho. In: BOEIRA, Nelson (ed.). *Rio Grande em debate: conservadorismo e mudança*. Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 7-10.

STURZA, Eliana Rosa. Vocabulário sul-rio-grandense: De Instrumento Linguístico à Constituição de um Discurso Fundador. *Letras e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, v. 9, n. 18, p. 101- 121, jul./dez. 2006.

TATSCH, Juliane. O discurso regional na constituição da identidade do Gaúcho. *Revista Escrita*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 243-253, 2014.

TEIXEIRA, Sérgio Alves. *Os recados das festas: representações e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Funarte, 1988.

TREVISAN, João Silvério. *Seis balas num buraco só: a crise do masculino*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

Recebido em: 26/05/2024

Aceito em: 28/06/2024

Felipe Rodrigues Echevarria: Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ). Doutor e mestre em estudos Linguísticos pela UFSM - Universidade Federal de Santa Maria. Graduado em Comunicação Social - Habilitação Publicidade e Propaganda pela UNICRUZ - Universidade de Cruz Alta (2011) e graduando do curso de Letras - Licenciatura - Habilitação Espanhol e Literaturas da Língua Espanhola da UFSM. No ano de 2015, durante um semestre, participou de um programa de intercâmbio na Colômbia, na Universidade Uniminuto - Corporación Universitaria Minuto de Dios, onde era graduando do curso de Licenciatura en Educación Basica con Enfasis en Humanidades y Lengua Castellana e ministrava um curso básico de Português para falantes de espanhol. Em sua trajetória como pós-graduando, vem realizando trabalhos e pesquisas vinculados aos Estudos Enunciativos e à História das Ideias Linguísticas.

Como montar uma rede construcional: uma abordagem por Escalonamento Multidimensional em 2D e 3D para os adjetivos adverbiais do português brasileiro

How to build a constructional network: A 2D and 3D Multidimensional Scaling approach to Brazilian Portuguese adverbial adjectives

Sara Martins Adelino

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

sara.adelino@ufms.br

<https://orcid.org/0000-0002-0810-0343>

Diogo Pinheiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

diogopinheiro@letras.ufrj.br

<https://orcid.org/0000-0003-2403-5040>

RESUMO

Adelino e Diogo (no prelo) propõem que os adjetivos adverbiais (AAs) do português brasileiro podem ser agrupados em oito classes semânticas, que correspondem a construções gramaticais de nível intermediário. Neste estudo, verificamos a realidade psicológica dessa proposta por meio de experimento de julgamento de proximidade semântica. Os dados foram analisados por meio de Escalonamento Multidimensional, técnica que permite gerar representações de clusters de exemplares em duas e três dimensões. A representação em 2D revelou a existência de cinco (meso)construções de adjetivo adverbial, ao passo que a representação em 3D indica a postulações de sete (meso)construções. As representações geradas revelaram a distribuição de diferentes microconstruções de adjetivos adverbiais e fornecem evidências a favor da existência de classes semânticas específicas para a Construção de Adjetivo Adverbial mais geral.

Palavras-chave: adjetivo adverbial; semântica; gramática de construções.

ABSTRACT

Based on a qualitative and introspective interpretation of actual usage data, Adelino and Pinheiro (in press) argue that Brazilian Portuguese adverbial adjectives can be grouped into semantic classes, each corresponding to a different intermediate-level construction. In this study, we report a semantic similarity experiment that aimed at assessing the psychological reality of such proposal. The acquired data was submitted to Multidimensional Scaling, which allows for the generation of two-dimensional and three-dimensional cluster representations. The 2D representation revealed the existence of five (meso-)constructions of adverbial adjectives, whereas the 3D representation indicates postulations of seven (meso-)constructions. The representations reveal the semantic distribution of several adverbial adjective microconstructions and provide evidence in favor of the existence of semantic classes specific to the more general Adverbial Adjective Construction.

Keywords: adverbial adjective; semantics; construction grammar.

INTRODUÇÃO

No português brasileiro (PB), a modificação verbal pode ser realizada por meio de diferentes estratégias, incluindo formas adjetivais (“fala rápido”), formas com sufixo -mente (“fala rapidamente”), sintagmas preposicionados (“fala com rapidez”) e gerúndio (“fala correndo”). Diversos pesquisadores têm se dedicado a entender o funcionamento formal e semântico-funcional desses modificadores (Cintra, 1983; Barbosa, 2006; Lobato, 2008; Foltran, 2010; Adelino; Pinheiro, no prelo; Tiradentes, 2021), principalmente no que tange à eventual intercambialidade de algumas estratégias (Hummel, 2013; Campos, 2019; Virgínio, 2018; Moraes Pinto; Gonçalves, 2022).

Esses modificadores têm chamado a atenção em grande medida pelo seu comportamento aparentemente imprevisível. Por exemplo, se cotejarmos, especificamente, o adjetivo adverbial (AA) e o advérbio com sufixo -mente, é possível observar as seguintes possibilidades: (i) casos em que há exclusividade do adjetivo adverbial (jogar feio x *jogar feiamente); (ii) casos em que há exclusividade do advérbio com sufixo -mente (analisar diacronicamente x *analisar diacrônico); (iii) casos em que a substituição de uma estratégia por outra acarreta mudança semântica (enviar direto x enviar diretamente, em que o primeiro indica tanto continuidade temporal quanto ausência de mediador/obstáculo, ao passo que o segundo indica apenas ausência de

mediador/obstáculo); e (iv) casos em que não há mudança de significado quando há substituição (ganhar fácil x ganhar facilmente).

Em relação, especificamente, aos adjetivos adverbiais, alguns estudiosos têm apontado para a existência de aspectos semânticos específicos aos diferentes itens. Por exemplo, Campos (2019) aponta que os adjetivos adverbiais se relacionam com verbos com os quais compartilham alguma característica de sentido, como verbos perceptivos para “claro” ou verbos corpóreos para “forte”. Algo semelhante é apresentado por Barbosa (2006) e Tiradentes (2021), cujas análises resultam na identificação de verbos materiais e corporais como os principais itens preenchedores do slot verbal. De forma complementar, Tiradentes constata uma predominância de adjetivos de grau dimensivo e avaliativo. Em contrapartida, o autor propõe que, ainda que as composições e os itens não sejam ilimitadamente variados entre si, não há uma correspondência significativa entre a semântica dos AAs e a semântica dos verbos.

Buscando aproximar-se de uma representação semântica completa, Adelino e Pinheiro (no prelo) hipotetizaram que não há apenas aspectos semânticos específicos aos diferentes itens adverbiais, mas também que essa relação se representa no conhecimento linguístico como sequências abstratas de nível intermediário, especificadas quanto à semântica e abstraídas de sequências mais concretas (como GANHAR + FÁCIL e FALAR + DIFÍCIL). Essa configuração justificaria o licenciamento ou não de determinados itens em sequências com o adjetivo adverbial.

A partir de uma análise qualitativa-interpretativa minuciosa de 280 dados com AAs extraídos de corpora eletrônicos, eles propuseram que os AAs do português brasileiro podem ser categorizados em oito classes semânticas, quais sejam: (i) um evento ocorre com a duração denotada pelo adjetivo adverbial (exemplo, “Ela fala rápido demais”); (ii) evento se encontra em relação de identidade ou ausência de identidade relativamente a outra instância do mesmo evento (exemplo, “Lá na hora eu agi diferente”); (iii) ação envolve algum tipo de avaliação (juízo de valor; exemplo, “O time jogou bonito e mesmo assim perdeu de 4x0”); (iv) evento ocorre com auxílio de elementos e/ou técnicas que impõem ou não obstáculos para a sua execução (exemplo, “O acabamento do prédio deteriorou fácil”); (v) situação envolve um cenário relacionado à compatibilidade entre dois elementos (exemplo, “O moço só passou na prova porque respondeu direito”); (vi) situação ocorre com continuidade temporal e sem interrupção

(exemplo, “A operadora me liga direto. Eu não aguento mais”); (vii) evento envolve mudança espacial de uma entidade determinada que apresenta uma dada localização/trajetória no espaço (exemplo, “O zagueiro chutou cruzado e fez o gol”); e (viii) evento ocorre em um tipo de escala ou grau especificado pelo adjetivo adverbial (exemplo, “Desculpa! Eu estava pensando alto”). Além disso, assumindo uma perspectiva construcionista, eles argumentaram que esses resultados permitem postular a existência de oito (meso)construções de AAs (a saber, [VERBO + AA duração], [VERBO + AA identidade], [VERBO + AA juízo de valor], [VERBO + AA grau de esforço/talento requerido para obtenção de um resultado], [VERBO + AA conformidade], [VERBO + DIRETO], [VERBO mud espacial + AA trajetória] e [VERBO + AA grau/escala]), as quais estariam subordinadas, por meio de um link taxonômico (Diessel, 2019) a uma construção mais geral com a forma [VERBO + AA].

Embora represente um avanço significativo, na medida em que oferece uma visão ampla e pretensamente exaustiva da porção da rede construcional do PB que abriga os adjetivos adverbiais, esse estudo, conforme os próprios autores admitem, tem natureza apenas exploratória, e não confirmatória. Isto é, como se trata de um estudo estritamente qualitativo, seu papel é o de proceder a uma sondagem dos dados, com o objetivo de gerar hipóteses a serem posteriormente investigadas por meio de metodologia quantitativa.

Diante desse cenário, o presente estudo busca testar empiricamente a proposta apresentada em Adelino e Pinheiro (no prelo). Especificamente, buscamos avaliar se (i) os adjetivos adverbiais de fato podem se organizar em classes semânticas e (ii) em caso positivo, se as classes semânticas correspondem àquelas identificadas anteriormente. Para isso, recorreremos a um experimento de julgamento de similaridade semântica e analisamos os dados obtidos por meio da técnica de Análise de Escalonamento Multidimensional, que permite gerar representações de *clusters* de exemplares. Neste artigo, comparamos dois tipos de representações que podem ser geradas por essa técnica: em duas dimensões (2D) e em três dimensões (3D).

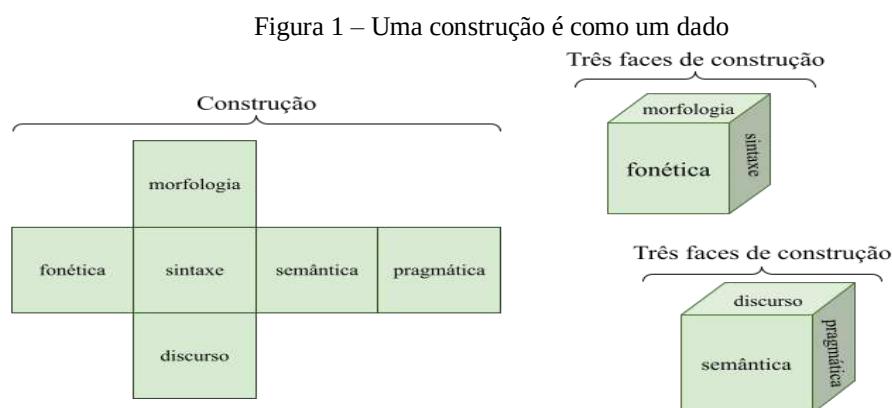
O artigo está organizado da seguinte maneira: na seção “Abordagem teórica”, apresentamos os modelos teóricos mobilizados nesse estudo, quais sejam, a Gramática de Construções Baseada no Uso (GCBU) e a Teoria dos Exemplares (TE). Na sequência, detalhamos a metodologia empregada na seção “A abordagem experimental”. Em seguida, em “Resultados e discussão”, analisamos e interpretamos os resultados obtidos.

Por fim, nas “Considerações finais”, sintetizamos os principais achados e implicações da pesquisa, e apontamos possíveis encaminhamentos futuros.

ABORDAGEM TEÓRICA

Seguindo as premissas teóricas que norteiam a pesquisa anterior (Adelino; Pinheiro, no prelo), adotamos a vertente funcional-cognitiva baseada no uso da Gramática de Construções. Para complementar, também empregaremos a Teoria dos Exemplos, que terá papel fundamental para a análise apresentada.

A Gramática de Construções é uma abordagem teórica que descreve a totalidade do conhecimento linguístico como composto por *construções gramaticais*, isto é, unidades simbólicas que pareiam forma e função. Para exemplificar a constituição dessa perspectiva conceptual, Adelino e Pinheiro (no prelo) propõem a analogia entre a construção gramatical e um dado, como na Figura 1:



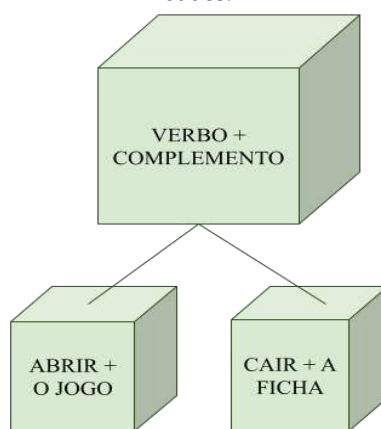
Fonte: Elaboração própria.

Na Figura 1, propriedades formais (morfológicas, fonéticas e sintáticas) e funcionais (semânticas, pragmáticas e discursivas) particulares se conectam compondo um elemento linguístico particular (uma construção). Sendo assim, um verbo como [REBATER] tem particularidades de forma e sentido/discurso específicas que o distinguem de outros como [RETRUCAR]. Logo a alteração de uma face (propriedade linguística) ocasiona em um dado (elemento linguístico/construção gramatical) distinto.

Para além da organização interna de cada construção, o conhecimento linguístico estrutura as construções em uma rede com diferentes graus de abstração e especificidade,

organizadas hierarquicamente sem uma distinção entre itens lexicais e regras computacionais. Sendo assim, as construções menos abstratas, como expressões idiomáticas (como “cair a ficha”), e as mais abstratas, como padrões sintáticos gerais (como [VERBO + COMPLEMENTO]), coexistem em uma relação dinâmica de categoria-membro (isto é, uma construção mais específica é um membro da categoria definida pela construção mais geral à qual ela está subordinada). A Figura 2 ilustra essa perspectiva, seguindo a metáfora de dado, mas agora para a rede.

Figura 2 – Representação taxonômica parcial da Construção Verbo + Complemento através de dados.



Fonte: Elaboração própria.

Na Figura 2, ABRIR O JOGO e CAIR A FICHA ilustram o fato de que as construções que compartilham o mesmo grau de abstração são representadas no mesmo nível na rede construcional. Já o par ABRIR O JOGO e VERBO + COMPLEMENTO ilustra o fato de que construções que se diferenciam quanto ao grau de abstração são representadas em níveis taxonômicos distintos.

O conceito de *construção* e a estruturação taxonomia são as premissas da Gramática de Construções (aqui referida meramente como GC). No entanto, esse modelo representacional pode-se apresentar em outras versões mais formalistas, como a GC de Berkeley e a GC Baseada em Signos, ou mais funcional-cognitivistas, como a GC Cognitiva, a GC Radical e a Gramática Cognitiva (Pinheiro, 2016). Dentro dessa seara construcionista, esse trabalho adota uma vertente específica, que enfatiza tanto o papel da experiência linguística do falante quanto a relevância dos processos cognitivos de domínio geral, como a categorização, o *chunking*, a memória rica, a analogia e a

associação transmodal (Bybee, 2010). A essa vertente, referimo-nos como Gramática de Construções Baseada no Uso (GCBU).

Conforme antecipado na introdução, este estudo alia, à GCBU, a perspectiva da Teoria dos Exemplos, modelo de representação do conhecimento que emergiu originalmente no campo da psicologia cognitiva e foi introduzido aos estudos linguísticos por meio de pesquisas sobre a estrutura sonora (Johnson, 1996). Aqui, a ideia fundamental é a de que o conhecimento linguístico é composto por agrupamentos de exemplos (*clusters*) formados com base na identificação de traços comuns, sejam eles formais ou funcionais. Esses agrupamentos se estruturam em diferentes níveis de abstração, nas quais construções mais abstratas surgem das similaridades entre os itens mais concretos. A teoria também prevê que itens recorrentes tendem a ser mais acessíveis devido ao reforço da experiência linguística sobre o conhecimento subjacente. (Johnson, 1996; Pierrehumbert, 2001; Bybee, 2005; Bybee; Eddington, 2006).

Como se vê, tanto a GCBU quanto a TE propõem que a arquitetura do conhecimento linguístico é um repositório de elementos cuja organização (i) é dependente da experiência e gerida pelas habilidades cognitivas gerais, (ii) tem natureza taxonômica, e (iii) é influenciada pelo grau de similaridade entre os elementos armazenados. Essas afinidades justificam a adoção de versão *orientada a exemplos* da Gramática de Construções Baseada no Uso. Essa ideia, aliás, não é nenhuma novidade, e tem sido advogada por outros autores – é o caso, por exemplo, de Joan Bybee, cujo capítulo no livro *The Oxford Handbook of Construction Grammar* (2013) se intitula “*Usage-based theory and exemplar representation of constructions*” (Teoria baseada no uso e representação de construções por exemplos, em nossa tradução).

A ABORDAGEM EXPERIMENTAL

Com o objetivo de verificar a realidade psicológica das classes semânticas propostas em Adelino e Pinheiro (no prelo), desenvolvemos um desenho experimental no qual os participantes deveriam avaliar a proximidade/distância semântica entre dois AAs. Para isso, eles liam sempre pares de frases que continham, necessariamente, uma sequência formada por verbo + AA. Os participantes eram instruídos a comparar, especificamente, a similaridade entre os AAs dentro do contexto sentencial. Para fornecer

a própria avaliação, eles deveriam selecionar um grau em uma escala Likert de 5 pontos (sendo 1 para pares com itens nada semelhantes e 5 para pares com itens muito semelhantes). Abaixo, apresentamos um estímulo a título de exemplo. Nota-se que as sequências de verbo + AA apareciam sublinhadas, ao passo que os AAs, cuja semântica deveria ser o alvo da comparação e julgamento, apareciam em negrito.

Figura 3 – Exemplo de estímulo do experimento

- * - Promotores analisaram **diferente** o processo.
- O celular travou **legal**.
- ☐ 1 – palavras com sentidos nada parecidos
- ☐ 2 – palavras com sentidos pouco parecidos
- ☐ 3 – palavras com sentidos medianamente parecidos
- ☐ 4 – palavras com sentidos bastante parecidos
- ☐ 5 – palavras com sentidos muitíssimo parecidos

Fonte: Elaboração própria.

Como já ficou dito, o presente estudo buscou colocar à prova a proposta de organização dos AAs feita por Adelino e Pinheiro (no prelo). Essa proposta, por sua vez, partiu da análise de dados linguísticos reais, extraídos de diferentes *corpora* integrantes do projeto Linguatca (www.linguatca.pt). Assim, para a confecção dos estímulos, utilizamos os adjetivos adverbiais obtidos nos *corpora*, a saber: “alto”, “baixo”, “bonito”, “certo”, “claro”, “correto”, “cruzado”, “curto”, “devagar”, “diferente”, “difícil”, “direito”, “direto_{CONT}¹”, “direto_{RET}²”, “direto_{CONT/RET}³”, “duro”, “errado”, “fácil”, “feio”, “firme”, “forte”, “fundo”, “gostoso”, “grande”, “igual”, “legal”, “ligeiro”, “normal”, “pequeno”, “rápido”, “rasteiro”, “ruim”, “sério”, “simples”. Em seguida, foram criadas sentenças para todos os adjetivos adverbiais. Como pretendíamos que todos os itens

¹ Direto_{CONT} se refere ao uso do adjetivo adverbial “direto” com ideia de *continuidade temporal*, como em “Eu trabalhei direto durante o Natal. Não tive um dia de folga!”.

² Direto_{RET} se refere ao uso do adjetivo adverbial “direto” com ideia de *ausência de intermediários*, como em “Nem precisa ligar para o diretor; é melhor falar direto com o presidente.” Evidentemente, este uso é o de continuidade temporal estão relacionados metaforicamente.

³ Direto_{CONT/RET} se refere a usos ambíguos entre *continuidade temporal* e *ausência de intermediários*, como em “A nossa empresa trabalha direto com o Governo em prol da população.”

fossem comparados entre si, e tínhamos 34 itens, foram criados ao todo 561 pares de sentenças (isto é, 561 estímulos experimentais).

Naturalmente, não seria possível que cada sujeito experimental avaliasse 561 estímulos: isso tornaria a participação excessivamente cansativa, reduzindo significativamente tanto a probabilidade de adesão de possíveis participantes quanto à disposição dos participantes que aderissem para completar a tarefa e fazê-la de forma cooperativa. Por isso, foi definido que cada sujeito seria exposto a 37 estímulos. Desse modo, participantes diferentes teriam acesso a conjuntos de estímulos inteira ou parcialmente distintos, e o mapeamento final, considerando todos os 561 pares de AAs, resultaria da contribuição coletiva de todos os participantes.

Essa estratégia tem a desvantagem de impedir que se comparem os julgamentos de um mesmo par de itens feitos por diferentes participantes, mas tem a grande vantagem de viabilizar a inclusão de uma enorme variedade de itens. Com efeito, graças a essa opção, *todos* os AAs encontrados na coleta de dados relatada em Adelino e Pinheiro (no prelo) foram incluídos no experimento. O tempo médio de realização foi 20 minutos e 4 segundos por participante, o que não exige dos voluntários um dispêndio de tempo e esforço grande a ponto de afetar sua disposição para cooperar.

Para a produção dos estímulos, foram adotados três princípios a fim de evitar vieses indesejados no julgamento dos participantes. São eles:

1. Os pares não poderiam conter sentenças com o mesmo tema, a fim de evitar qualquer impressão falsa de semelhança. Por exemplo, não poderia haver, em um dado par, ambas as sentenças sobre o tema esporte.
2. As duas sentenças do par não poderiam conter o mesmo verbo ou verbos semanticamente próximos. Por exemplo, não poderia haver, em um dado par, duas sentenças com o verbo “falar” ou uma com “falar” e outra com “dizer”.
3. A fim de evitar que o experimento se tornasse excessivamente longo e cansativo, cada par contrastivo aparecia em um único estímulo. Por exemplo, o termo “baixo” é contrastado com “certo” apenas no par de sentenças “O avião sobrevoou baixo no mar aberto” e “O policial reagiu certo na situação”.

O experimento foi aplicado de forma remota, por meio da plataforma Survey Monkey. Essa plataforma foi escolhida devido à sua ferramenta de seleção aleatória dos estímulos a serem apresentados para cada participante (vale lembrar que cada participante era exposto a apenas 37 estímulos do conjunto total de 561). Entretanto, enfrentamos uma limitação imposta pela plataforma, qual seja, o fato de que a ferramenta de seleção aleatória dos estímulos exige que estes sejam organizados em grupos de, no máximo, 20 unidades. Diante dessa restrição, organizamos os estímulos em 37 subconjuntos, cada um contendo 15 ou 16 estímulos. Dessa forma, a plataforma poderia selecionar aleatoriamente, para cada participante, um estímulo de cada um desses 37 grupos.

A distribuição dos 561 estímulos pelos 37 grupos não se deu de forma aleatória. Como a escolha dos estímulos pela plataforma segue sempre uma sequência predeterminada de grupos (primeiro, sempre o grupo de estímulos 1; em seguida, sempre o grupo 2; e assim sucessivamente), os estímulos foram distribuídos de modo tal que nenhum AA aparecia em dois grupos consecutivos (por exemplo, no grupo 1 e no grupo 2, ou no grupo 2 e no grupo 3, etc.) Isso impediu que, para um dado participante, um mesmo AA aparecesse em dois estímulos consecutivos.

O experimento iniciava-se com uma tela onde o participante deveria ler as instruções para a sua realização, conforme se vê na Figura 4.

Figura 4 – Instrução do experimento

Olá, obrigada pela sua disposição em participar do nosso experimento! Ele faz parte da nossa pesquisa cujo objetivo é compreender características do português brasileiro. No entanto, para participar, você não precisa entender a fundo o tópico. Basta seguir a sua intuição. Para realizá-lo corretamente, leia atentamente as instruções.

INSTRUÇÕES

Sua tarefa é bem simples: julgar o nível de semelhança entre elementos das frases considerando os contextos apresentados.

Como fazer isso? Você lerá duas frases distintas e, considerando o contexto delas e, principalmente, dos elementos sublinhados, precisará indicar o nível de semelhança entre as palavras em **negrito**, através dos números da nossa escala

1 2 3 4 5

- 1 – palavras com sentidos nada parecidos
- 2 – palavras com sentidos pouco parecidos
- 3 – palavras com sentidos medianamente parecidos
- 4 – palavras com sentidos bastante parecidos
- 5 – palavras com sentidos muitíssimo parecidos

Lembre-se: você não precisa analisar minuciosamente as duas frases para decidir qual número marcar. Sua intuição é suficiente e te dará rapidamente a resposta.

Entendido? Bora treinar!



Fonte: Elaboração própria

Posteriormente, na segunda tela do experimento, os participantes eram conduzidos a um treinamento e recebiam instruções adicionais, como pode ser observado na figura abaixo. Nesse estágio, os participantes tinham a oportunidade de esclarecer dúvidas e confirmar se haviam compreendido a tarefa experimental.

Figura 5 – Treino instruído do experimento

Experimento Linguístico

Treino

Vamos testar se você entendeu bem o que deve ser feito? Antes de começar o experimento de verdade, realize essas duas questões de treinamento abaixo.

- a) João **acordou** atrasado hoje.
 b) Eu **durmo** tarde sempre.
 |_____|
 1 2 3 4 5
- c) Seu filho não **respeita** os professores.
 d) O cachorro **latiu** para o carteiro.
 |_____|
 1 2 3 4 5

Em relação ao par A e B, eu daria uma resposta entre 3 e 5 porque embora os sentidos sejam contrários ("acordar" e "dormir"), a semelhança dos eventos é próxima. Já para C e D, eu daria 1 ou 2 porque os sentidos das palavras ("respeitar" e "latir") não são próximos de modo algum.

Não tem dúvidas? Então leia a observação abaixo e siga para as próximas etapas!

Obs.: Pedimos que você não volte para alterar nenhuma resposta dada. O experimento foi montado de modo que as questões sejam realizadas especificamente na ordem apresentada.



Fonte: Elaboração própria

Como já dito, cada participante foi exposto a 37 pares de estímulos críticos. Não foram incluídos estímulos distratores devido ao grande número total de estímulos e à necessidade de que o experimento fosse respondido por um elevado número de sujeitos (a inclusão de distratores tornaria o experimento mais longo e cansativo, reduzindo tanto a adesão de voluntários quanto a probabilidade de cooperação daqueles que viessem a aderir). Após cada frase, os participantes dispunham do tempo que julgassem necessário para selecionar as alternativas, porém não podiam retroceder para modificar qualquer resposta. É possível visualizar o experimento na prática através do seguinte link: <https://pt.surveymonkey.com/r/minhapesquisa>.

Ao todo, 136 sujeitos, de 18 a 70 anos, participaram voluntariamente do experimento. Todos os participantes eram falantes nativos do PB e tinham ensino médio

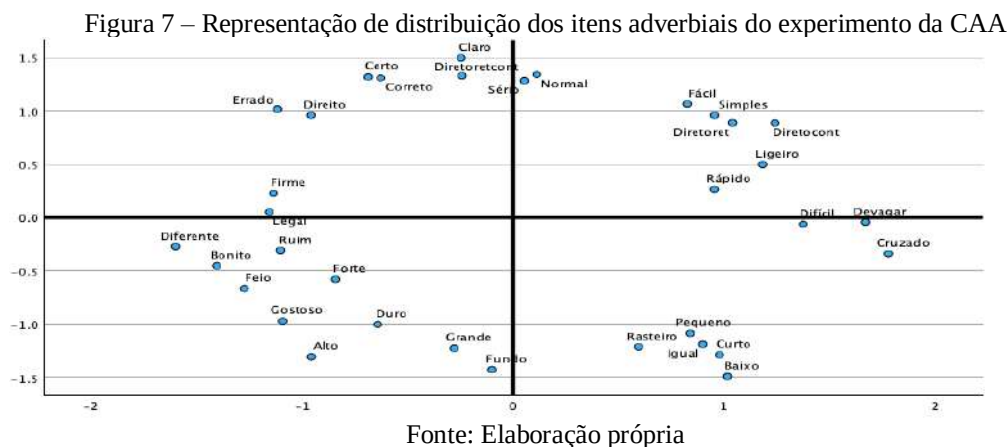
completo. No entanto, consideramos válidos apenas os participantes que responderam até o final do formulário, o que foi o caso de 100 dentre os 136 que iniciaram o processo.

Para os nossos propósitos, a vantagem dessa abordagem experimental reside no fato de que ela permite gerar números que subsidiam a constituição de uma representação visual do grau de distância semântica entre os itens avaliados. Para produzir essa representação, recorreremos à técnica conhecida como Escalonamento Multidimensional (EMD). Em termos simples, o EMD “converte uma matriz numérica de distâncias (perceptuais/conceituais) em um mapa que revela, em termos espaciais, as relações entre os itens investigados” (Pinheiro; Ximenes, 2022). Esse mapa representa visualmente o grau de semelhança ou dessemelhança entre os elementos em questão; especificamente, maior proximidade espacial corresponde à maior semelhança, e maior distância espacial corresponde à maior dessemelhança. Para o presente estudo, a representação gráfica foi gerada por meio do *software* SPSS Statistics.

Apesar da ampla aplicabilidade em estudos no campo das ciências cognitivas, o potencial representacional do EMD tem sido restringido a duas dimensões em virtude de fatores estatísticos (Hout; Papesh; Goldinger, 2013). No entanto, como veremos na seção de análise, gráficos em 2D podem ser limitantes para o entendimento do conhecimento linguístico, principalmente em uma perspectiva construcionista. Coerentemente à abordagem teórica que adotamos, cuja arquitetura é altamente inter e intrarelacional (Diessel, 2019), nos valeremos também de gráficos em três dimensões para compreender a distribuição por *clusters* semânticos dos itens adverbiais.

Embora pouco comum, a adoção da técnica de EMD em estudos construcionistas alinhados à Teoria dos Exemplares não é inédita. No âmbito da GCBU, essa parece ter sido usada pioneiramente no estudo de Bybee e Eddington (2006) sobre verbos de mudança de estado no espanhol. No que tange ao português brasileiro, um antecedente da presente pesquisa é o experimento de Pinheiro e Ximenes (2022) sobre construções de complementação sentencial. Esses dois estudos, contudo, representam o espaço semântico relevante em gráficos de apenas duas dimensões. Aqui, no entanto, mostraremos que representações bidimensionais podem gerar distorções significativas relativamente aos índices numéricos indicados pelos sujeitos experimentais. Como se verá na próxima seção, no que concerne aos AAs do português brasileiro, gráficos bidimensionais gerados por EMD parecem deixar de capturar certos agrupamentos

Como informado anteriormente, essa matriz de resultado foi analisada sob a função de Escalonamento Multidimensional no *software* SPSS Statistics. A representação gráfica gerada foi a seguinte:



Considerando apenas uma inspeção inicial da distribuição visual dos elementos, é possível identificar pelo menos cinco grandes grupos de adjetivos adverbiais:

- (a) Errado, Direito, Certo, Correto, Claro, Direto_{RETCONT}, Sério, Normal
- (b) Fácil, Simples, Direto_{RET}, Direto_{CONT}, Ligeiro, Rápido
- (c) Difícil, Devagar, Cruzado
- (d) Pequeno, Rasteiro, Curto, Baixo, Igual
- (e) Firme, Legal, Ruim, Forte, Duro, Grande, Fundo, Diferente, Bonito, Feio, Gostoso, Alto.

Esse panorama inicial sugere a existência de classes semânticas na Construção de Adjetivo Adverbial, embora alguns grupos pareçam formar *clusters* mais coesos do que outros, como os grupos (a) e (d) em comparação com os grupos (b), (c) e (e). No entanto, a composição desses grupos não se alinha perfeitamente com a proposta representacional.

Embora alguns itens se organizem conforme o esperado na análise introspectiva-qualitativa – como “rápido” e “ligeiro”, de um lado, e “gostoso” e “legal”, de outro –, alguns itens apresentam proximidade semântica inesperada, como o par “difícil” e “devagar” e o par “alto” e “legal”. Isso sugere que, a partir dos estímulos, os participantes

perceberam sentidos que não foram antecipados durante a análise introspectiva dos dados obtidos nos *corpora*. Ao mesmo tempo, é possível que o oposto também tenha ocorrido devido à limitação numérica e contextual dos estímulos. Nos exemplos 1 e 2, é possível identificar até que ponto a representação introspectiva-qualitativa avançou com base nos dados, em comparação com os estímulos experimentais limitados pela formulação das questões e pelo desenho experimental.

- (1) a. Profissional iniciante traduz devagar.
b. O povo trabalha difícil sem direitos.

- (2) a. Ela riu alto com o vídeo que eu mostrei.
b. Fechei legal com o novo cliente.

Os estímulos (1), devido aos contextos específicos de cada sentença, evocam cenários que implicam obstáculos para a entidade realizadora nos eventos de “traduzir” e “trabalhar”. Esse sentido não foi antecipado em nossa análise, uma vez que não consideramos intrínseca a relação entre a realização dessas ações em determinada velocidade e a ausência das competências necessárias para executá-las. Embora reconheçamos que o nível de experiência do “profissional iniciante” possa influenciar a velocidade da realização de suas tarefas, não previmos a associação direta entre essa velocidade e a competência. A existência de sentenças como “Profissional experiente traduz devagar” contradiz essa previsão, uma vez que a experiência poderia sugerir uma realização mais rápida das ações.

Por outro lado, os estímulos em (2) abordam os eventos de “rir” e “fechar” em termos de volume ou intensidade da entidade que os produz, seja em termos sonoros ou de intensidade emocional. Na categorização prévia, o adjetivo adverbial “alto” foi classificado na categoria de grau/escala, enquanto “legal” foi classificado como juízo de valor, sugerindo que não eram semanticamente próximos. Entretanto, os participantes do experimento identificaram uma proximidade semântica entre eles, como evidenciado na Figura 7. Essa interpretação pode ser explicada pelo fato de que “alto” estava associado ao verbo “rir”, e a expressão “rir alto” implica uma situação particularmente agradável. Assim, a prevalência de “rir alto” em comparação com outras expressões semelhantes

pode ter distorcido a interpretação semântica de “alto”, resultando em uma associação inesperada com “legal”.

Embora “legal” possa ser interpretado como um juízo de valor, também pode denotar o grau de intensidade da ação, como no caso de “fechar”. No entanto, a falta de diversidade nas sequências comparativas nos estímulos e em outros contextos impediu uma investigação detalhada e abrangente dos diversos sentidos evocados pelos adjetivos adverbiais. Portanto, a comparação de sentenças individuais para cada par de itens adverbiais, sem a presença de múltiplos contextos sentenciais para os itens X e Y em comparação, pode ter levado a distorções semânticas na interpretação desses itens comparativamente.

É de se esperar, naturalmente, que em um experimento no qual todos os itens são comparados entre si, essa distorção não tenha um impacto numérico significativo na representação geral, devido à presença de múltiplas distorções entre todos os itens comparados. Isso sugere um equilíbrio coletivo dos adjetivos adverbiais. No entanto, não observamos um número homogeneamente consistente de respostas para todos os pares apresentados. Devido ao mecanismo de aleatoriedade da plataforma, alguns pares foram exibidos mais vezes do que outros, resultando em uma amostragem desigual quanto aos julgamentos dos participantes. Em alguns casos, o resultado refletido na matriz é baseado no julgamento de um único indivíduo, enquanto em outros casos, a interpretação na matriz é uma média de 30 indivíduos ou mais.

Ainda assim, é possível identificar algumas classes semânticas a partir da análise proposta, observando os agrupamentos mais distintos no experimento. No conglomerado (a), os itens “errado”, “direito”, “certo”, “correto”, “claro”, “sério” e “normal” compartilham características semânticas, indicando situações que envolvem compatibilidade entre dois elementos ou ações realizadas com sobriedade. No entanto, o item “direto_{RETCONT}” não parece compartilhar esses sentidos, mesmo quando comparado aos estímulos experimentais mais próximos, como “claro”.

- (3) a. O galo canta claro de manhã.
- b. Elas jogam direto na quadra.

Nos estímulos que envolvem a comparação entre “direto_{RET}” e “claro”, os eventos representados pelos verbos “cantar” e “jogar” delineiam contextos distintos: na sentença (3a), a ação de “cantar” é executada com recursos e/ou técnicas familiares e/ou de fácil realização, resultando em um produto sonoro que, por sua singularidade não convencional, não apresenta barreiras perceptivas para o interlocutor; enquanto, na sentença (3b), a ação de “jogar” descreve uma situação na qual múltiplas ocorrências de um evento se sucedem repetidamente ao longo do tempo e/ou ocorrem sem interrupção externa.

Uma hipótese possível para a proximidade semântica percebida pelos participantes pode ser atribuída ao contexto específico da sentença (3a). Apesar de “claro” denotar a presença ou ausência de elementos e/ou técnicas convencionais, o conhecimento cultural relacionado ao canto de galos pode induzir uma associação mais forte do que o esperado com o significado do modificador em (3b). Assim, a proximidade entre “claro” e “direto” é estabelecida pela ideia de que os galos cantam com uma frequência constante (independentemente do canto ser realizado de forma clara, alta, baixa, forte, etc.) e pela sugestão de continuidade temporal evocada pelo modificador “direto”.

O conjunto (b), composto por “fácil”, “simples”, “direto_{RET}”, “direto_{CONT}”, “ligeiro” e “rápido”, pode ser dividido em duas categorias semânticas correspondentes à nossa análise qualitativa anteriormente apresentada. Segundo a proposta, “fácil” e “simples” pertencem à classe semântica que envolve o grau de esforço ou talento necessários para alcançar um resultado, enquanto “direto_{RET}” e “direto_{CONT}” representam a continuidade temporal e “ligeiro” e “rápido” denotam a duração.

Observamos que a interpretação dos participantes para os quatro primeiros itens está relacionada à ideia de falta de obstáculos ou interrupções na realização de um evento, podendo resultar ou não em um resultado convencional ou familiar. Já para os dois últimos itens, que parecem estar mais próximos entre si, os adjetivos adverbiais indicam a velocidade com que o evento ocorre. Portanto, é possível inferir que os falantes organizam esses exemplos não exatamente como proposto anteriormente, mas considerando que os advérbios desse grupo compartilham a ausência de obstáculos e interrupções na realização do evento, o que pode resultar em um processo convencional ou familiar, contínuo temporalmente ou de alta velocidade.

No conjunto (c), encontramos os adjetivos adverbiais “difícil”, “devagar” e “cruzado”, que, segundo a proposta de representação, estariam associados, respectivamente, às classes semânticas de grau de esforço ou talento necessário para alcançar um resultado, duração e tipo de trajetória. No entanto, a representação experimental sugere que “difícil”, “devagar” e “cruzado” compartilham a ideia de presença de obstáculos e interrupções na realização do evento evocado pelo verbo, resultando em um processo não convencional ou não familiar, de baixa velocidade ou direcionado iterativamente em uma trajetória.

Uma situação semelhante parece ocorrer com os adjetivos adverbiais do agrupamento (d). Na análise introspectiva-qualitativa, “pequeno” e “baixo” compõem a classe semântica de grau ou escala, enquanto “curto” se relaciona à duração e “igual” à identidade. No entanto, a interpretação dos falantes parece considerar principalmente o grau ou escala de distância entre entidades, podendo estas ser relacionadas à altura, como em “Avestruz não voa pequeno como galinha”, ou à identidade, como em “Construíram a torre igual ao desenho”.

Por fim, o grupo (e) é pouco coeso, visto que os itens “firme”, “legal”, “ruim”, “forte”, “duro”, “grande”, “fundo”, “diferente”, “bonito”, “feio”, “gostoso” e “alto” estão amplamente espaçados na representação resultante do experimento e, fortuitamente, exibem pouca semelhança com nossa proposta representacional. Na análise anterior, classificamos “firme”, “forte”, “grande”, “alto” e “duro” como pertencentes à categoria baseada na ideia de grau ou escala, “legal”, “ruim”, “gostoso”, “bonito” e “feio” como juízo de valor, “fundo” como trajetória e “diferente” como identidade. No entanto, no experimento, os participantes parecem agrupar alguns desses itens (“diferente”, “bonito”, “feio”, “gostoso”, “ruim” e “legal”) devido a alguma forma de avaliação perceptual, enquanto outros (“alto”, “duro”, “forte”, “grande” e “fundo”) são agrupados por indicarem um ponto específico em uma graduação ou escala.

Apesar disso, observa-se um *continuum* de relações semânticas bem definido, uma vez que alguns desses itens podem pertencer tanto à categoria de avaliação perceptual quanto à de grau ou escala, dependendo do contexto. Por exemplo, “Flamengo jogou bonito demais” e “Flamengo jogou forte ontem” apresentam semelhanças, considerando que afirmar que o time jogou com intensidade equivale a um juízo de valor positivo em relação à sua performance. De maneira similar, “Flamengo jogou feio demais” e

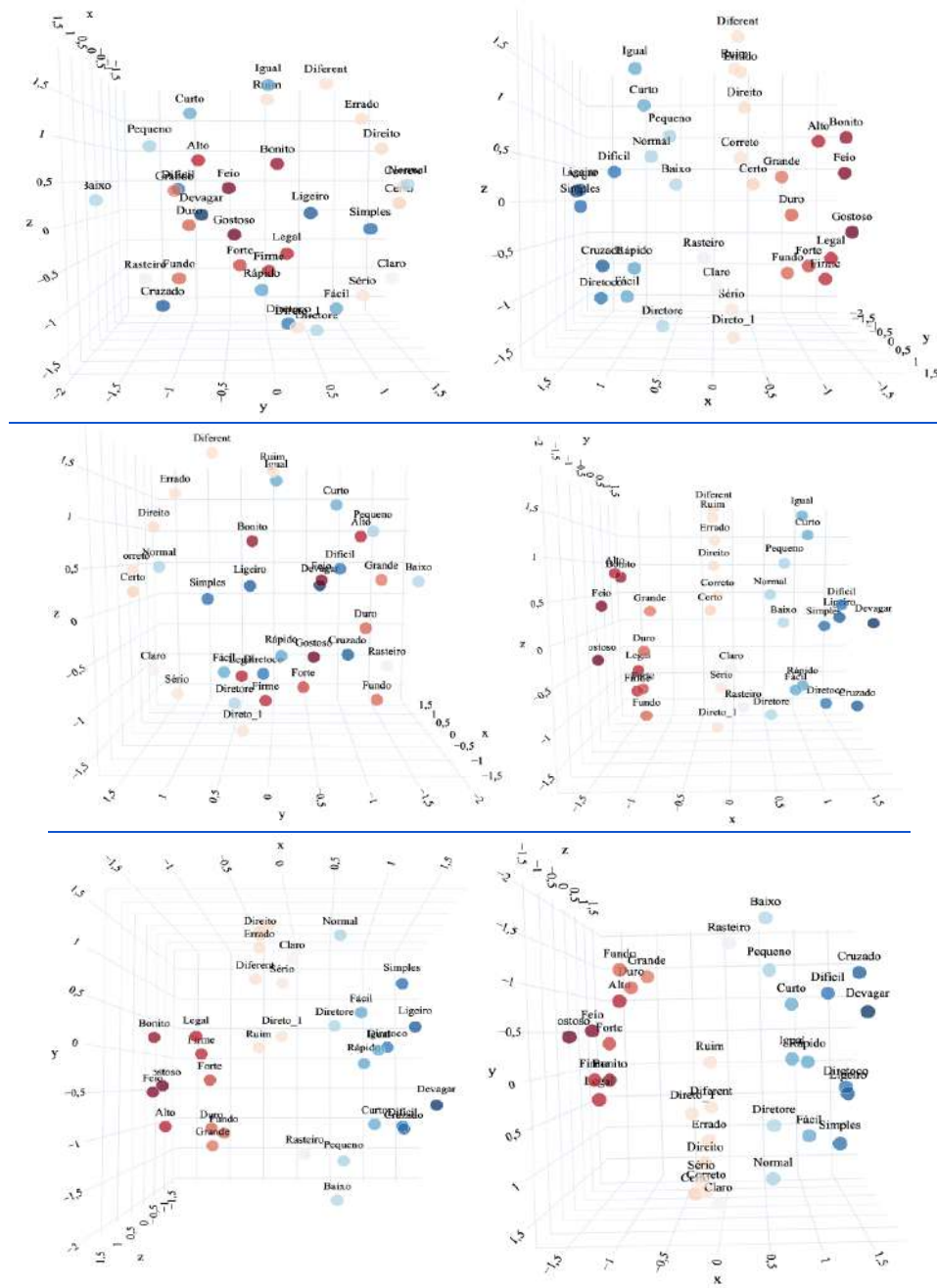
“Flamengo jogou fraco ontem” (mesmo que “fraco” não esteja incluído na coleção de itens analisados) se assemelham, pois afirmar que um time jogou com baixa intensidade equivale a um juízo de valor negativo em relação ao desempenho. Esses itens evocam um grau ou escala referente à avaliação do locutor, distinguindo-se do agrupamento (a) por não evocarem um critério de compatibilidade entre entidades e do agrupamento (d) por não evocarem um critério relacional de distância.

Podemos concluir que o experimento resultou em cinco agrupamentos de adjetivos adverbiais investigados com base em suas semânticas: identidade/compatibilidade; ausência de obstáculos/interrupções; presença de obstáculos/interrupções; grau de distância; e grau/escala de avaliação. No entanto, permanecem incertezas sobre a proximidade entre itens aparentemente distintos, como “claro” e “direto_{RETCONT}”, ou a distância entre itens aparentemente semelhantes, como “firme” e “forte”.

Duas possíveis explicações para as semelhanças e diferenças semânticas percebidas pelos participantes podem residir na limitação da representação das relações entre os itens. A primeira é quanto à análise introspectiva-qualitativa proposta: é válido considerar que Adelino e Pinheiro não consideraram o efeito organizacional causado por relações indiretas. Por exemplo, por mais que “forte” e “firme” sejam itens semanticamente próximos por evocar o sentido de gradação/escalaridade em sequências como “chutar forte” ou “bater firme”, há uma semelhança, principalmente, entre “forte” e “legal”, e também entre “legal” e “ruim”. Em sequências como “correr forte” e “quebrar legal”, tanto “forte” quanto “legal” indicam o grau de intensidade do evento denotado; mas em sequências como “cantar legal” e “jogar ruim”, tanto “legal” quanto “ruim” indicam uma avaliação quanto ao evento denotado. Em suma, dentro do arcabouço de sentenças acessadas pelos participantes, é necessário considerar que “forte” é aproximado a “ruim” porque “ruim” é semelhante a “legal”, que é similar a “firme”.

O segundo ponto é quanto aos limites ilustrativos: ao serem representados em dois planos, é provável que outros tipos de proximidade e distanciamento entre os itens tenham sido perdidos. Como o conhecimento linguístico é uma rede taxonômica interconectada, é improvável que as classes semânticas da Construção de Adjetivo Adverbial se distribuam espacialmente de forma tão ordenada como em um jogo de xadrez. Portanto, essa representação pode não captar completamente a organização do conhecimento linguístico do falante.

Figura 9 – Representação face a face de distribuição dos itens adverbiais do experimento em 3D



Fonte: Elaboração própria

Primeiramente, é importante ressaltar que as cores atribuídas a cada item não refletem uma organização por classe semântica dos elementos da rede, mas sim uma disposição definida pelo próprio *software* em relação à proximidade dos itens ao ponto zero do gráfico. Em seguida, essa nova representação revela nuances adicionais nas relações organizacionais entre os itens adverbiais. Notavelmente, observamos que “direto_{RETCONT}” está mais próximo de “direto_{RETCONT}” e “direto_{CONT}”, conforme esperado

e antecipado pela representação proposta em Adelino e Pinheiro (no prelo), do que de “claro”; entretanto, “firme” está tão próximo de “forte” quanto de “legal”, mas não de “ruim”.

Com esse novo gráfico, os agrupamentos podem ser delimitados como:

- (A) Certo, correto, direito, errado, diferente, normal, ruim
- (B) Claro, sério
- (C) Direto_{RETCONT}, direto_{RET}, direto_{CONT}, fácil, rápido, cruzado, rasteiro
- (D) Simples, ligeiro, devagar, difícil
- (E) Igual, ruim, curto, pequeno, baixo
- (F) Bonito, alto, feio
- (G) Grande, duro, alto,
- (H) Legal, firme, forte, gostoso, fundo

Alguns desses grupos demonstram uma maior coesão semântica, como (A) e (H), enquanto outros, como (C) e (D), parecem menos definidos nesse aspecto. No entanto, ao considerarmos a possibilidade de sobreposição de itens em múltiplos grupos, percebemos que a representação tridimensional revela aproximadamente oito conjuntos distintos, uma vez que esses itens compartilham semânticas específicas. É importante destacar que a representação em três dimensões não resolve duas das questões mencionadas anteriormente: a influência da modificação contextual do significado na avaliação da proximidade semântica; e a disparidade numérica de respostas para cada par de frases, pois esses desafios estão intrinsecamente relacionados ao desenho experimental em si.

Em relação aos grupos (A), (B) e (C), o que inicialmente foi proposto como um único conjunto de adjetivos adverbiais, incluindo “errado”, “direito”, “certo”, “correto”, “claro”, “direto_{RETCONT}”, “sério” e “normal”, revela-se, na verdade, como três grupos distintos: (A) Um grupo constituído por “certo”, “correto”, “direito”, “errado”, “diferente”, “normal” e “ruim”, que compartilham o sentido de compatibilidade ou identidade; (B) um grupo composto por “claro” e “sério”, nos quais se evoca a avaliação de um evento quanto ao uso de elementos e/ou técnicas comunicacionais/interpretativas em sua realização, gerando um produto que reflete o domínio e o comprometimento da entidade que o realiza; (C) um grupo formado por “direto_{RETCONT}”, “direto_{RET}”,

“direto_{CONT}”, “fácil”, “rápido”, “cruzado” e “rasteiro”, que especifica a ocorrência do evento denotado pelo verbo quanto à sua relação com o espaço e o tempo, seja pelo tipo de trajetória ou pela velocidade.

No caso do grupo (D), que inclui “simples”, “ligeiro”, “devagar” e “difícil”, observa-se a evocação da ausência de obstáculos, tanto em termos de domínio de instrumentos quanto de velocidade na execução da ação denotada pelo verbo. Por sua vez, o grupo (E), composto por “igual”, “ruim”, “curto”, “pequeno” e “baixo”, indica uma relação breve em uma escala entre duas entidades na realização do evento denotado pelo verbo. Essa relação pode se manifestar em uma escala de compatibilidade, em que as semelhanças entre duas ou mais instâncias de um evento são próximas, ou em uma escala de qualidade, em que a afinidade entre duas ou mais instâncias de um evento em termos de qualidade de sua ocorrência é reduzida, ou ainda em uma escala de dimensão, em que a correspondência quanto à proporção entre duas ou mais instâncias de um evento é diminuída.

No grupo (F), formado por “bonito”, “alto” e “feio”, observa-se um cenário de avaliação ou juízo de valor em relação ao evento denotado pelo verbo, além da noção de gradualidade ou escalonamento. Por exemplo, em “Ele sonha alto quando pensa no próprio futuro”, “alto” pode indicar um juízo de valor positivo, semelhante a “Ele sonha bonito quando pensa no próprio futuro”. Nesse caso, “alto” também sugere uma intensidade ou beleza no resultado do evento de sonhar. No entanto, em casos como “Ele sonha feio quando pensa no próprio futuro”, “alto” pode indicar uma intensidade excessiva ou falta de racionalidade na realização do evento de sonhar.

Por fim, os itens do grupo (G), como “alto”, “grande” e “duro”, evocam um cenário em que há uma escala de intensidade ou dimensão e um produto posicionado em um ponto elevado dessa escala. Similarmente, o grupo (H), composto por “legal”, “firme”, “forte”, “gostoso” e “fundo”, sugere um cenário com uma escala de intensidade e uma avaliação, como visto principalmente em “legal” (intensidade ou juízo de valor). Devido à semelhança entre esses dois grupos, é possível inferir que, a partir de (G) e (H), há um agrupamento semântico mais abstrato que categoriza esses elementos apenas em relação à evocação do grau ou escala de intensidade ou dimensão relativa ao evento denotado pelo verbo. Esse entendimento sugere que a quantidade total de classes semânticas mais

abstratas apresentadas na representação em três dimensões seja sete, não mais oito, como inicialmente proposto na análise qualitativa dos dados.

Sendo assim, o experimento possibilita dois tipos de interpretação quanto à realidade psicológica da organização por proximidade semântica dos itens adverbiais aqui analisados. A primeira, em relação à representação em dois planos, é a de que existem cinco agrupamentos dos AAs, entendidos como cinco classes semânticas, sendo elas: *identidade/compatibilidade*, *ausência de obstáculos/interrupções*, *presença de obstáculos/interrupções*, *grau de distância* e *grau/escala avaliativa*. A segunda, em relação à representação em três planos, é a de que existem sete agrupamentos dos AAs, entendidos como sete classes semânticas, sendo elas: *compatibilidade/identidade*, *avaliação de técnicas interpretativas*, *interação com espaço/tempo*, *ausência de obstáculos*, *breve distância relacional*, *avaliação/juízo de valor* e *grau/escala de intensidade/dimensão*.

Em suma, com apresentado na Tabela 1, é possível inferir que tanto uma análise introspectiva-qualitativa dos dados coletados em corpora quanto uma análise introspectiva-qualitativa fundamentada em dados quantitativos provenientes de experimentos demonstram a presença de agrupamentos de itens adverbiais na Construção de Adjetivo Adverbial. Esses agrupamentos são organizados semanticamente, permitindo a abstração de classes semânticas que potencialmente influenciam ou restringem certos usos da construção. A quantidade e especificidade dessas classes variam dependendo dos dados analisados, podendo variar de cinco a oito classes semânticas.

Tabela 1 – Classes semânticas das três representações da organização dos AAs

REPRESENTAÇÃO INTROSPECTIVA- QUALITATIVAS BASEADA NOS DADOS DOS CORPORA	REPRESENTAÇÃO INTROSPECTIVA- QUALITATIVAS DO EXPERIMENTO EM DUAS DIMENSÕES	REPRESENTAÇÃO INTROSPECTIVA- QUALITATIVAS DO EXPERIMENTO EM TRÊS DIMENSÕES
Escala ou grau específico AAs: cruzado, rasteiro, fundo, baixo, alto, sério, feio/bonito, forte, firme, duro, pequeno/grande	Ausência de obstáculos/interrupções AAs: fácil, simples, direto _{RET} , direto _{CONT} , ligeiro, rápido	Interação com espaço/tempo AAs: direto _{RETCONT} , direto _{CONT} , direto _{RET} , fácil, rápido, cruzado, rasteiro
Duração AAs: rápido, ligeiro, devagar, curto	Presença de obstáculos/interrupções AAs: difícil, devagar, cruzado	Ausência de obstáculos AAs: simples, ligeiro, devagar, difícil

Familiaridade/ convencionalidade AAs: claro, difícil, simples	Grau/escala de distância AAs: pequeno, rasteiro, curto, baixo, igual	Brevidade em escala relacional AAs: igual, ruim, curto, pequeno, baixo
Grau de esforço/talento AAs: fácil, claro, difícil	Avaliação/Juízo de valor quanto à compatibilidade AAs: errado, direito, certo, correto, claro, sério, normal, direto _{RET}	Avaliação de técnicas interpretativas AAs: claro, sério
Repetição/ prolongamento temporal AA: direto	Avaliação/Juízo de valor quanto a um grau/escala AAs: firme, legal, ruim, forte, duro, grande, fundo, diferente, bonito, feio, gostoso, alto	Grau/escala de intensidade/dimensão AAs: alto, grande, duro, legal, firme, forte, gostoso e fundo
Compatibilidade AAs: direito, certo, errado, normal		Compatibilidade/ Identidade AAs: certo, correto, direito, errado, diferente, normal, ruim
Identidade AAs: igual, diferente		Avaliação/juízo de valor AAs: bonito, alto, feio
Avaliação/Juízo de valor AAs: gostoso, legal, bonito, feio, ruim, sério		

Fonte: Elaboração própria.

Essas classes podem ser mais ou menos especificadas também conforme os dados subjacentes à análise. Por exemplo, a categoria “Avaliação/Juízo de valor” é observada em todas as representações, enquanto os exemplos incluídos nas classes “Presença de obstáculos” e “Ausência de obstáculos”, que emergiram nas representações baseadas em experimento, estão agrupados em classes semânticas bastante distintas na representação derivada de análise introspectiva dos dados do corpora (tais como “Duração”, “Familiaridade/Convencionalidade” e “Escala/grau específico”). A presença desses sentidos (juízo de valor e obstáculos) sugere a existência de aspectos semânticos restritivos e licenciadores em um nível mais abstrato da CAA, embora análises comparativas com outras construções sejam necessárias para confirmar essa tendência semântica.

A representação derivada de análise introspectiva qualitativa dos dados do corpora apresenta classes semânticas mais amplas, englobando tanto semelhanças por proximidade, como “rápido” e “ligeiro”, quanto por oposição, como “rápido” e “devagar”, considerando que essa distinção semântica constitui uma subespecificação de um sentido mais amplo. Em contrapartida, as classes semânticas oriundas da análise introspectiva qualitativa das representações experimentais parecem distinguir espacialmente os itens que se aproximam por semelhança de significado daqueles que se aproximam por oposição semântica.

Isso é evidenciado pelo resultado obtido, que separa “curto”, “pequeno” e “baixo” em uma categoria e “alto”, “grande” e “duro” em outra, sem uma categoria abrangente que inclua todos esses termos juntos. No entanto, essa distinção nem sempre é clara. Em alguns casos, como “bonito” e “feio”, esses termos se mostram próximos o suficiente no experimento para estarem agrupados na mesma classe semântica, apesar de serem semelhantes por oposição.

Esses e outros apontamentos em relação a níveis mais abstratos da CAA não foram englobados pelo escopo da análise deste trabalho e de Adelino e Pinheiro (no prelo). Do mesmo modo, visto que este trabalho não abarcou uma análise comparativa com outra construção, não é possível afirmar categoricamente uma tendência semântica quanto aos licenciamentos e restrições da CAA. Esses caminhos não percorridos deverão ser investigados em estudos posteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo os pilares teóricos da Gramática de Construções Baseada no Uso e da Teoria dos Exemplares, este trabalho testou experimentalmente as propostas feitas por Adelino e Pinheiro (no prelo) para a organização da rede construcional que inclui a Construção de Adjetivo Adverbial. Um experimento off-line de julgamento de proximidade semântica permitiu gerar duas representações possíveis em gráficos de dispersão, que diferiam quanto ao número de dimensões utilizadas para organizar os exemplares. A primeira representação obtida foi em duas dimensões e indicou a existência de cinco agrupamentos por semelhança semântica, quais sejam: identidade/compatibilidade, ausência de obstáculos/interrupções, presença de

obstáculos/interrupções, grau de distância e grau/escala avaliativa. Já a segunda representação obtida foi um gráfico de três dimensões, que indicou a existência de sete agrupamentos de AAs por sentido, a saber: compatibilidade/identidade, avaliação de técnicas interpretativas, interação com espaço/tempo, ausência de obstáculos, breve distância relacional, avaliação/juízo de valor e grau/escala de intensidade/dimensão.

A despeito da diferença entre as duas representações, esses resultados parecem, antes de mais nada, confirmar empiricamente a proposta de Adelino e Pinheiro (no prelo) segundo a qual a rede construcional dos adjetivos adverbiais inclui níveis intermediários definidos a partir de classes semânticas – isto é, análogo ao que Croft (2012) se refere como “verb-class specific constructions” (construções específicas quanto a classe semântica do verbo, em nossa tradução), mas no nosso caso, sendo construções específicas quanto a classe semântica de advérbios. Um segundo ponto é quanto aos gráficos obtidos pelos experimentos, que indicaram categorizações distintas quanto a elementos semelhantes por contiguidade e oposição, e quanto ao impacto organizacional de relações de similitude indiretas. Além disso, e talvez mais interessante, o presente estudo mostra, na prática, que pesquisas que recorrem à técnica de Escalonamento Multidimensional para investigar a organização de exemplares podem se beneficiar de priorizar gráficos tridimensionais, dadas as distorções apresentadas por gráficos que incluem apenas duas dimensões.

REFERÊNCIAS

ADELINO, Sara; PINHEIRO, Diogo. *Uma representação construcionista dos adjetivos adverbiais e as suas semânticas no português brasileiro*. No prelo.

BARBOSA, Mariana. *Gramaticalização de advérbios a partir de adjetivos: um estudo sobre os adjetivos adverbializados*. 2006. 104f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2006.

BYBEE, Joan. From usage to grammar: The mind’s response to repetition. *Language* 82, no. 4, p.: 711-733. 2005.

BYBEE, Joan. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BYBEE, Joan. Usage-based theory and exemplar representation. In: HOFFMANN, Thomas; TROUSDALE, Graeme. (eds.) *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. New York: Oxford University Press, 2013. p. 49-69.

BYBEE, Joan; EDDINGTON, David. A usage-based approach to Spanish verbs of 'becoming'. *Language* 82. p. 323-355. 2006.

CAMPOS, Júlia Langer de. *A competição entre [verbo ADJETIVO ADVERBIAL] e [verbo X-MENTE] na rede construcional qualitativa do português brasileiro: uma análise centrada no uso*. 2019. 148f. Tese de Doutorado – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CINTRA, Geraldo. Mente: sufixo adverbial?. *Cadernos de estudos linguísticos*, p. 73-83, 1983.

CROFT, William. *Verbs: Aspect and causal structure*. Oxford: OUP, 2012.

DIESSEL, Holger. Usage-based construction grammar. In: DABROWSKA, Ewa; DIVJAKI, Dagmar. (eds.). *Handbook of Cognitive Linguistics*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2015, p. 296-322.

DIESSEL, Holger. *The grammar network*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

FOLTRAN, Maria José Gnatta Dalcuche. A alternância entre adjetivos e advérbios como modificadores de indivíduos e de eventos. *Revista Letras*, Curitiba, n. 81, p. 157-176, 2010.

HOUT, Michael; PAPESH, Megan; GOLDINGER, Stephen. Multidimensional scaling. *Cognitive Science*, v.4, n.1, p. 93-103, 2013.

HUMMEL, Martin. Sincronía y diacronía de los llamados adjetivos adverbializados y de los advérbios en -mente. *Anuario de Letras. Lingüística y Filología* (Universidad Nacional Autónoma de México) I, 2, p. 215-281, 2013.

JOHNSON, Keith. Speech perception without speaker normalization. In: JOHNSON, Keith; MULLENNIX, John (eds.) *Talker Variability in Speech Processing*. San Diego: Academic Press, 1996.

KRUSKAL, Joseph Bernard. Multidimensional scaling by optimizing goodness of fit to a nonmetric hypothesis. *Psychometrika* 29(1), p. 1-27, 1964.

LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. Sobre o suposto uso adverbial de adjetivo: a questão categorial e as questões de variação e da mudança linguística. In: VOTRE, Sebastião; RONCARATI, Claudia. (Orgs.). *Anthony Julius Naro e a Linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p. 219-241.

MORAES PINTO, Deise Cristina de; GONÇALVES, Ester Moraes. Usos das construções adverbiais qualitativas com –mente e com PREP+SN. In: ROSÁRIO, Ivo da Costa do; OLIVEIRA, Taísa Peres de. (Org.). *Descrição Funcional do Português: Teoria e ensino*. 1ed. Campo Grande: UFMS, 2022, v. 1, p. 161-188.

PIERREHUMBERT, Janet Breckenridge. Exemplar dynamics: Word frequency, lenition and contrast. In: BYBEE, Joan; HOPPER, Paul. *Frequency effects and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001, p. 137–157.

PINHEIRO, Diogo; XIMENES, Dayanne. Como montar uma rede construcional? Uma proposta metodológica aplicada às construções de complementação sentencial do português brasileiro. *Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 55, p. 77–93, 2022.

PINHEIRO, Diogo. Um modelo gramatical para a linguística funcional-cognitiva: da Gramática de Construções para a Gramática de Construções Baseada no Uso. In: ALVARO, Patrícia Teles; FERRARI, Lilian. (Orgs.). *Linguística Cognitiva: dos bastidores da cognição à linguagem*. Campos: Brasil Multicultural, 2016., p. 20-40.

TIRADENTES, Rodrigo Pinto. *Adjetivos adverbiais na rede construcional do português brasileiro: uma proposta de categorização bottom-up do padrão [V AA] com sentido qualitativo*. 2021. 197 f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

VIRGÍNIO, Victor Tadeu Antas. *A pragmática inerente das construções gramaticais: comparando adjetivos adverbiais e advérbios em -MENTE do português brasileiro*. 2018 134f. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Recebido em: 31/05/2024

Aceito em: 07/08/2024

Sara Martins Adelino: Estudante de especialização em Linguística Aplicada e Ensino de Idiomas pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Mestre em Linguística e bacharel em Letras - Português e Italiano pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro do Laboratório de Pesquisas em Linguística Cognitiva (LinC - UFRJ).

Diogo Pinheiro: Professor Adjunto da UFRJ, membro titular do Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ e um dos coordenadores do LinC (Laboratório de Linguística Cognitiva).

Efeitos de sentido no discurso jornalístico: a semântica global em notícias de um jornal popular

*Effects of meaning in journalistic discourse:
global semantics in news from a popular newspaper*

Gustavo Estef Lino da Silveira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
gustavolinosilveira@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5591-7690>

RESUMO

O estudo tem por objetivo analisar notícias de jornal sob uma perspectiva discursiva. Apresentaremos de que maneira os textos produzidos pelo veículo cooperam para a construção de uma semântica global dos textos conforme definição de Maingueneau (2008). Para esta discussão, foram selecionadas doze notícias do jornal *Extra* escritas com base em denúncias enviadas por leitores através do aplicativo de celular *Whatsapp*. Podemos ressaltar que, entre os vários elementos que corroboram para a criação de uma semântica global dos textos, aqueles que estão presentes são: o código linguageiro, o estatuto do enunciador e do coenunciador, o vocabulário. Dentre os efeitos de sentido criados podemos destacar que as notícias funcionam como uma espécie de entretenimento ao leitor através de alguns dos elementos que formam a semântica global dos textos.

Palavras-chave: análise do discurso; semântica global; jornal.

ABSTRACT

The study aims at analyzing newspaper news from a discursive perspective. We will be presenting how the texts produced by the medium cooperates for the construction of a global semantics of the texts as defined by Maingueneau (2008). For this discussion, twelve pieces of news from the *Extra* newspaper, written based on complaints sent by their readers through the *Whatsapp* mobile app, were selected. We can point out that among various elements that corroborate the creation of a global semantics of the texts, those that are present are: the language code, the status of the enunciator and co-enunciator, the vocabulary. Among the effects of meaning created, we can highlight that the news work as a kind of entertainment for the reader through some of the elements that form the global semantics of the texts.

Keywords: discourse analysis; global semantics; newspaper.

INTRODUÇÃO

O discurso jornalístico e sua pesquisa no Brasil intensificaram-se a partir da década de 1950 (Strelow, 2011, p. 67). No entanto, pesquisas que tenham como base a Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD), também chamada de enunciativa ou discursiva, são poucas no país, haja vista que os primeiros estudos em AD por aqui tiveram início com a pesquisadora Eni Orlandi na década de 1970. Além disso, as primeiras obras de Dominique Maingueneau começaram a ser publicadas no Brasil muitos anos depois. A AD que utilizaremos neste artigo se atrela à definição de Maingueneau, o qual afirma que esta seria “um conjunto de abordagens que pretende elaborar os conceitos e os métodos fundados sobre as propriedades empíricas das atividades discursivas” (Maingueneau, 2006, p. 2).

Acreditamos nesse empirismo como forma de se utilizar a AD não como um método estanque (até porque explicaremos a metodologia de pesquisa utilizada neste artigo na seção 3), mas sim como um arcabouço teórico que nos permite analisar a materialidade linguística produzida dentro de uma formação discursiva. Para Silva (2007, p. 114), “estudar a linguagem implica considerar sua materialidade, que é linguística, mas também reconhecer as condições de produção as quais é submetida”. Podemos, além disso, afirmar que a língua é um fenômeno social e que diferentes sujeitos produzem textos que os identificam no mundo.

O presente trabalho tem como tema central analisar a importância de uma semântica global dos textos para sua construção de sentido. O *corpus* selecionado é composto de notícias de um jornal popular da Baixada Fluminense que foram produzidas a partir de denúncias enviadas pelo aplicativo de celular *WhatsApp*. Os moradores fotografaram os fatos ocorridos e enviaram seus relatos ao jornal, através de mensagens de texto e/ou áudio; o jornalista e o editor do jornal produziram as matérias com base na denúncia recebida. Utilizaremos o método da cartografia para esta pesquisa e tentaremos responder as seguintes perguntas-chave, que são: que efeito de sentido é produzido nesses discursos? Quem está legitimado a falar e sobre o que se fala? Que vocabulário é utilizado?

Sendo assim, este artigo está dividido em seis partes. Além desta introdução, traremos a fundamentação teórica acerca do que vem a ser uma semântica global dos textos. A seguir, apresentaremos a metodologia de pesquisa; em seguida, faremos a descrição dos procedimentos de produção do *corpus*; e, por fim, traremos nossas considerações finais.

OS MÚLTIPLOS PLANOS DE UMA SEMÂNTICA GLOBAL

Faremos aqui uma revisitação de alguns conceitos que serão importantes ao analisarmos nosso *corpus* de pesquisa. As notícias (neste caso as publicadas no suporte jornal) trazem em si discursos múltiplos de diferentes atores sociais que a compõem, como, por exemplo: o denunciante, o jornalista, o entrevistado, o editor, entre outros. Por isso, entendemos que precisamos olhar as notícias como carregadas de um significado múltiplo que agregam diferentes formações discursivas que se manifestam nos textos. Para isso, buscaremos em Maingueneau (2008) o que vem a ser uma semântica global dos textos. O autor afirma que esta compreende-se como sendo um conjunto de regras que se manifesta na superfície textual pelas quais podemos identificar as possibilidades de dizer. Logo, é preciso que se pense globalmente no funcionamento discursivo através de todas as dimensões do discurso, como, por exemplo: vocabulário, etos, intertextualidade, tema, dêixis enunciativa, o estatuto do enunciador e do coenunciador, os modos de enunciação e coesão (Maingueneau, 2008, p. 75-97).

Para o autor, é preciso “alcançar a ‘compreensão de todo unificado que uma língua forma’, seu ‘esquema construto’” (Maingueneau, 2008, p. 77). Há uma ampla camada de dimensões que a semântica global pode abarcar. Embora haja uma menção direta apenas aos fatores mencionados anteriormente, como sendo estes os que são mais visíveis e latentes em um *corpus*, podemos compreender que todos esses recursos atuam juntos levando a termos o entendimento de que o discurso é um evento onde múltiplos planos discursivos se imbricam formando assim a semântica global.

Há uma prática discursiva que envolve a produção dessas notícias através de uma denúncia enviada pelo *WhatsApp*. Essa prática faz trabalharem juntas duas realidades: grupos que produzem textos e textos que dão materialidade aos grupos. Os textos produzidos dão forma e visibilidade aos grupos que os produziram.

Passemos agora a definir brevemente os pontos de uma semântica global que serão tratados neste artigo: falaremos, em primeiro lugar, do código linguageiro, em seguida do estatuto do enunciador e do coenunciador e, por fim, do vocabulário.

O código linguageiro é, grosso modo, o texto em um determinado contexto. Maingueneau atrela o código linguageiro aos discursos constituintes. Por exemplo: a alternância de línguas ou de registros (entre formal e informal). Este é um dos tópicos que menos foi explorado pelo autor ao definir o que vêm a ser os elementos que formam a semântica global. O código linguageiro é todo um modo de construção textual que legitima o dito. Podemos afirmar também que é o trabalho que é feito com a linguagem que confere singularidade ao texto e/ou discurso. Podemos destacar ainda que constituem o código linguageiro:

dialetos de maior ou de menor prestígio; enunciados que, pelas escolhas do código linguageiro, conferem uma posição mais ou menos alta aos interlocutores; textos que se produzem com maior ou menor grau de inteligibilidade pelo leigo; escolhas que conduzem a relações mais ou menos simétricas entre os participantes (Freixo; Rocha, 2020, p. 66).

Passemos aqui a definir o que vem a ser outro ponto que faz parte da semântica global: o estatuto de enunciador e do coenunciador. Os discursos são legitimados por quem o diz em determinada posição e pode dizer o que diz. “Cada discurso define o estatuto que o enunciador deve se atribuir e o que deve atribuir a seu destinatário para legitimar seu dizer” (Maingueneau, 2008, p. 87). Tomemos como exemplo folhetos litúrgicos de uma missa, sabemos que o enunciador, embora apagado, é alguma autoridade eclesiástica que exerce influência e conhecimento teórico acerca do seu discurso. Seu discurso legitima seu dizer pelo vocabulário, pelo gênero, pelo modo, pelo tema, entre outras características que estão dentro da semântica global. Por sua vez, já seus destinatários, sabemos serem cristãos, conhecedores ou não das Escrituras, mas que o enunciador tenta trazê-los para mais próximo de Deus.

Em Silva (2007, p. 114) encontramos fundamento para afirmar que não apenas os textos literários, mas também o discurso jornalístico faz bastante uso de metáforas. O vocabulário se manifesta no *corpus* de maneira a criar figuras de linguagem; em particular: a metáfora e a metonímia.

Metáfora e metonímia são duas das principais figuras de linguagem (ou do discurso), que “desde a Antiguidade Grega [...] jogam com a combinatória dos termos no

interior dos enunciados”. (Charadeau; Maingueneau, 2016, p. 331). Desse interior dos discursos e dos textos proferidos por outrem que carregam marcas alheias, nasce o interdiscurso, que é uma forma de ação no mundo: é o discurso visto como uma prática discursiva, a produção de textos somada a uma comunidade de apoio.

RIZOMA, CARTOGRAFIA E A PESQUISA

Esta é uma pesquisa que partiu do *corpus*, com isso queremos dizer que o próprio material de pesquisa foi nos direcionando para qual percurso seguir. Não tínhamos uma pergunta de pesquisa inicial que pretendíamos responder, mas o material selecionado nos mostrou algumas pistas que nos apontavam para alguns elementos que corroboravam para um significado global que os textos produzidos tinham em comum. Por esta razão, justificamos nossa escolha metodológica pela cartografia.

A cartografia enquanto método de pesquisa foi originada com base no conceito de rizoma (tema da botânica) de Deleuze e Guattari (2017), os quais definem que há uma multiplicidade em um método de pesquisa, ou seja, este pode crescer para diversos lados como o caule de uma árvore que cresce horizontalmente ou uma grama que se espalha por onde ela puder. Este não é um método estanque, pré-definido, mas pode ir crescendo conforme os processos e percursos da pesquisa vão sendo acompanhados, pois há uma conexão em rede. Tomemos por exemplo um *hyperlink* da internet: começamos a navegar em uma determinada página, clicamos em uma imagem, que nos remete a outros textos e, daqui alguns instantes, aquela rede de conexão cresceu de tal maneira que se expandiu de inúmeras formas. A cartografia também pode ser comparada a um mapa tridimensional, das formações, que é preciso cortar platôs para se visualizar seus contornos geográficos.

A cartografia vai além da dicotomia quantitativa e qualitativa, ela propõe a subversão da ordem das pesquisas, sem com isso abrir mão do rigor metodológico. Para Passos e Barros (2014, p. 17) “a cartografia como método de pesquisa-intervenção pressupõe uma orientação do trabalho do pesquisador que não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas, nem com objetivos previamente estabelecidos”.

AS NOTÍCIAS DE UM JORNAL POPULAR

O *corpus*¹ deste artigo foi selecionado a partir de notícias de bairro do caderno “Baixada” do jornal popular *Extra*. Foram selecionadas doze notícias que foram escritas a partir de denúncias locais de moradores da Baixada Fluminense que enviaram suas queixas ao jornal através de foto, texto e áudio pelo aplicativo de celular *Whatsapp*. A partir dos textos recebidos, o jornal cria sua notícia e cobra o poder público utilizando a chancela de seu mascote² denominado “Zé Lador”, que faz a ponte entre a comunidade local e o poder público exigindo deste último melhorias nas demandas apresentadas pela população. As notícias retratam denúncias enviadas por moradores dos seguintes municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri e Nova Iguaçu. Embora a Baixada Fluminense seja composta de 13 cidades, apenas 4 delas foram retratadas nas 12 notícias encontradas e que formam o *corpus*. Por questões de tempo e espaço, reproduzimos apenas a primeira delas no Anexo como em seu original, as demais foram apenas transcritas.

Trazemos a seguir a Tabela 1 com as onze manchetes do *corpus* deste artigo com suas respectivas datas de publicação.

Tabela 1: Manchetes do *corpus*.

Número da notícia	Manchetes	Data de publicação
1	Só o Zé Lador se lembra deles	30 de abril de 2015.
2	Asfalto fica só na promessa	4 de maio de 2015.
3	Um piscinão no meio da avenida	6 de maio de 2015.
4	Obra está parada há cinco anos	8 de maio de 2015.
5	Algo não cheira bem em Caxias	11 de maio de 2015.
6	Sem asfalto, rua vira um lixão em Meriti	12 de maio de 2015.
7	Falta manutenção, sobram os buracos	13 de maio de 2015.
8	O ‘lama jato’ do Transmontano	18 de maio de 2015.
9	Praça mais para lá do que para cá	20 de maio de 2015.
10	Sete meses com os pés na lama	25 de maio de 2015.
11	Muitos buracos e nada de obra	28 de maio de 2015.

Fonte: Elaboração própria, 2020.

¹ Por questões de tempos e espaço reproduziremos originalmente a notícia 1 do *corpus* de pesquisa e faremos a transcrição de todos os doze exemplares em seguida conforme podem ser vistos em Anexo.

² Embora em Língua Portuguesa a concordância seja “a mascote, por se tratar de um boneco do gênero masculino e por ser de amplo uso utilizaremos a forma “o mascote” neste artigo.

Chamaremos aqui o leitor de coautor da notícia, não por ele escrevê-la junto ao jornalista, mas damos a ele esse *status* por ter o papel de selecionar a pauta, trazer suas marcas discursivas ao texto através do discurso direto. Além disso, ele exerce grande importância e papel na constituição da notícia em si.

A NOTÍCIA DO JORNAL POPULAR COMO ENTRETENIMENTO

A materialidade dos textos é a porta de entrada para o social que desejamos construir. Os textos não são palavras isoladas; eles são artefatos. E através do material de análise, pudemos detalhar um pouco mais a fundo alguns detalhes: o código linguageiro, o estatuto do enunciador e do coenunciador, as figuras de linguagem (a ver, a metáfora e a metonímia) e o vocabulário, aspectos esses que Maingueneau salienta como sendo alguns dos elementos importantes para a criação de uma semântica global.

Sabemos que, no gênero notícia, o enunciador costuma ser o jornalista. No entanto, temos outros enunciadores que foram autorizados a participar desse discurso. Como por exemplo, o leitor. Este leu a chamada do jornal, pedindo que seus leitores enviassem denúncias ao veículo através do *WhatsApp*, pois teriam suas reclamações publicadas em forma de matéria. Outro enunciador seria a mascote Zé Lador, que atua como intermediador entre a população e o poder público. Esta população parece, de certa forma, não se mobilizar a fim de lutar por seus direitos de forma coletiva, necessitando do poder da imprensa para intervir por uma solução. Por último, os governantes, que são sempre convidados a anunciar uma promessa para resolver os problemas apresentados. Tivemos no *corpus* de estudo marcas visíveis em forma de discurso direto nas quais vemos os diferentes discursos sendo atravessados na narrativa do jornalista construindo o texto e autorizando os diferentes enunciadores em seus dizeres.

Dentro do código linguageiro que as notícias constituem, chama-nos atenção o fato de que a narrativa construída é carregada de características muito semelhantes à de uma história em quadrinhos (HQ). Temos uma linguagem informal (que é característica de um jornal popular), mas, além disso, há o acréscimo de comparações irônicas entre um “lama-jato” e um “lava-jato”, por exemplo (fazendo uma comparação entre a rua cheia de lama e a operação lava-jato). O jornalista constantemente faz um contraste entre a mazela do povo e elementos jocosos, que podem ser interpretados até mesmo como uma

forma de escárnio com a população. A mascote também é um símbolo que tem superpoderes e fala de super-herói, corroborando, assim, a construção desse código linguageiro de HQ.

Tomemos a seguir a discussão do vocabulário na forma das figuras de linguagem. Analisemos o exemplo a seguir, retirado da notícia 1 (Anexo):

Ex.: “Em dias de chuva a via se transforma num mar de sujeira.”

Há a presença de uma metáfora facilmente identificada, quando a rua é comparada a um mar de detritos. As metáforas encontradas no *corpus* podem ter sido utilizadas em uma tentativa do autor de criar empatia com seu leitor, pois estas “criam uma relação de proximidade com o [...] leitor [...], pois ao ‘entender’ a metáfora, o leitor passa a ser cúmplice do falante” (Berber-Sardinha, 2007, p. 14). Além disso, a metáfora produz um efeito de sentido através do que se enuncia.

Já o buraco, enquanto falta de asfalto, pode ser interpretado como algo maior, que falta na vida das pessoas. Como se a vida das pessoas estivesse de fato no buraco. Assim como no exemplo retirado da notícia 11 (Anexo):

Ex.: “– Continuamos na lama. E ainda surgiram vários buracos que não existiam antes das obras”.

Vemos a vida dessas pessoas inseridas em um abismo com a falta de todos os recursos mínimos a que um cidadão tem direito assegurado por lei, como saúde, educação, moradia, lazer, entre outros. Os buracos e a lama são literais, mas a contextualização dos enunciados permite-nos ir além e entender que a vida na lama e cheia de buracos é também uma metáfora para toda a situação de caos que esses bairros e pessoas enfrentam.

O buraco também pode ser interpretado através do uso da metonímia. A presença de um buraco revela que não falta apenas asfalto para a população. Essa parte, que define o todo, pode ser explicada por tantas outras coisas que faltam na vida das pessoas. As vidas que estão dilaceradas, sujas, com mau cheiro e atoladas na lama.

Há também uma cena enunciativa que se repete no *corpus* ao longo de cinco notícias nos exemplos listados adiante, que é a questão de estar com “lama nos pés”, conforme pode ser visto na Tabela 2 a seguir.

Tabela 2: Enunciados que carregam a denúncia de andar com lama nos pés.

Notícia	Enunciado
1	Ou ficamos em casa ou colocamos sacos plásticos nos pés.
2	Precisamos usar sacos plásticos nos pés para conseguir caminhar pela via.
4	É horrível! Temos que enfiar o pé na lama para poder ir trabalhar.
8	Para sair de casa, só com saco plástico nos pés.
8	O resto ficou na terra mesmo. E nós, com o pé na lama.
10	E, em dias de chuva, só dá para passar com um saco plástico nos pés.

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Há um efeito de sentido em pedir socorro utilizando os pés como uma parte do corpo dos cidadãos que nos remete à ideia de movimento, ou à falta dele; a comunidade não se move porque está atolada. Como consequência, pode-se depreender um sentido maior de imobilidade urbana e socioeconômica que os enunciados carregam. Os cidadãos querem denunciar algo através de seus próprios corpos e afirmam que não conseguem se locomover devido à lama.

Os enunciadores falam repetidamente acerca de lama e buracos que estão em sobra, e saneamento e asfalto que estão em falta (entre outros itens). Logo, cremos ser importante categorizar em uma Tabela (3, a seguir) o que sobra e o que falta.

As coisas que sobram e faltam na comunidade são todas nomeações, ou seja, sintagmas nominais. Tentar nos ater somente à classificação formal quanto a substantivos (asfalto, buracos), adjetivos (podre, suja) ou sintagmas nominais (água podre, água suja), por exemplo, seria reduzir a magnitude de sentido do que está sendo produzido. Somente a análise da enunciação apropria-se desses enunciados e consegue analisá-los sem atrelá-los a categorias pré-estabelecidas.

Pretendemos reafirmar que na discursividade tudo é construído, nada é dado *a priori*, inclusive essas questões que muitos consideram já como muito firmadas e pré-estabelecidas por aqueles que veem a língua de uma perspectiva não discursiva. Não conseguir nomear e classificar os sintagmas parece ser um sintoma da questão discursiva. Há sim palavras que estabelecem uma relação de antonímia; no entanto, não aquela da semântica, mas uma antonímia produzida na enunciação. Há uma impossibilidade da gramática tradicional de dar conta dos fenômenos enunciativos.

Portanto, criamos a Tabela 3 a seguir (listando aquilo que nos é mostrado pela materialidade linguística do *corpus*), relacionando o que a população enuncia como desejo e o que declara como objeção.

Tabela 3: Elementos que faltam e sobram nas notícias.

O que falta (o que a população deseja)	Número da notícia	O que sobra (o que a população não deseja)
Asfalto	6, 7, 12	água podre
Manilhas	5	água suja
Manutenção	7	buracos
Obras	5	cavalo solto
Pavimentação	6, 12	cheiro forte de esgoto
saneamento básico	1, 12	detritos
		esgoto
		isopor, garrafas pet e sacolas plásticas
		lama
		lixo
		mato
		mau cheiro
		problemas
		sujeira
		sujeira do valão
		vala

Fonte: Elaboração própria, 2020.

O que chama a atenção é a alteridade entre o que falta e o que sobra, resultando em dois polos opostos entre si. Ou seja, “faltar” tem uma denotação negativa, mas tudo o que falta são coisas boas, com significação positiva. O oposto acontece com os itens que sobram, palavra com sentido positivo, mas atrelada a coisas negativas.

Tabela 4: Definição dos elementos positivos e negativos.

Falta (negativo) –	Coisas positivas +
Sobra (positivo) +	Coisas negativas –

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Se compararmos quantitativamente os itens que sobram e o que as comunidades têm e precisam, as Tabelas 3 e 4 nos possibilitam visualizar essa materialidade linguística de uma forma mais nítida e perceber que temos mais elementos negativos sendo descritos pelos enunciadores do que positivos. Ou seja, a visão de mundo que a comunidade tem do seu redor é uma visão negativa, da falta e da escassez. É uma espécie de olhar para outras áreas da cidade desejando aquilo de bom que elas possuem para dentro do seu bairro também.

É perceptível nas notícias a construção do sentimento coletivo de abandono das comunidades retratadas. Esse fato está no nível do linguístico através de verbos que demonstram como os enunciadores se sentem. Há um sentimento de esquecimento que paira no imaginário coletivo dos enunciadores e é materializado através dos verbos esquecer, lembrar e abandonar. Como podem ser vistos na Tabela 5 a seguir:

Tabela 5: Verbos que expressam o sentimento coletivo de abandono.

Notícias	Verbos que expressam abandono
1, 2	(não) lembrar
6, 9, 11, 12	Abandonar
8	Esquecer

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Esses enunciados demonstram um vazio, uma espécie de (in)existência sem sentido nessas populações, um esquecimento daqueles que só são lembrados quando se interessa voltar o olhar para as áreas carentes em busca de votos. Os enunciadores questionam que apenas recebem visitas dos governantes quando as eleições se aproximam (notícias 3 e 4, em Anexo).

Não se sabe, explicitamente, quem enviou a mensagem em forma de denúncia ao jornal, pois a notícia não menciona tal informação. No entanto, o fato pode ser recuperado através do discurso direto relatado, quando o jornalista dá voz a um leitor do jornal que pediu ajuda ao Zé Lador através do *WhatsApp*. Tendo sido a única pessoa que representa a comunidade retratada a quem é dada voz, fica clara a associação entre esse discurso e a figura do leitor que denuncia e escreve ao jornal (também chamado aqui de leitor-autor). Sendo assim, os leitores-autores das notícias podem ser organizados de acordo com profissão, idade e gênero conforme demonstrado na Tabela 6 a seguir.

Tabela 6: Os leitores-autores das notícias do *corpus*.

Número da notícia	Profissão	Idade	Gênero
1	Motorista	40	Masculino
2	Pedreiro	72	Masculino
3	Montador	42	Masculino
4	Acompanhante de idosos	53	Feminino
5	Vigilante	34	Masculino
6	Funcionário público	45	Masculino
7	Não identificado	–	–
8	Estudante	19	Masculino
9	Corretora de imóveis	34	Feminino
10	Estudante	28	Masculino
11	Professora	39	Feminino
12	Motorista	45	Masculino

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Das doze notícias analisadas, foram identificados onze leitores que enviaram as denúncias ao jornal. O leitor-autor da notícia 5 (Tabela 6) preferiu não se identificar (mesmo sendo uma notícia relacionada à manutenção do bairro e que parece não comprometer o denunciante), sendo tratada aqui como uma denúncia anônima. Esse caso se assemelha ao serviço do disque-denúncia, número de telefone e aplicativo de celular no qual qualquer pessoa pode denunciar crimes com a garantia de seu anonimato preservado.

As profissões dos denunciadores são, em sua maioria, relacionadas a profissionais de baixa escolaridade e renda, ou seja, são em sua maioria a mão de obra pesada da população. São os mais pobres que moram na periferia e ajudam a movimentar os centros das cidades, mas que moram em áreas malcuidadas, as chamadas cidades-dormitórios.

A idade dos participantes foi bem heterogênea, variando de 19 a 72 anos. Chamamos a atenção o fato de a maioria ser do sexo masculino. Parece que com isso houve uma preferência dos editores do jornal a dar voz aos leitores homens, tornando a proporção de gênero desigual. As mulheres foram pouco representadas e não tiveram voz ativa nessas comunidades aqui descritas. Isso pode transpassar um efeito de que os homens leem mais o jornal que as mulheres ou que são mais atentos às demandas do bairro como tendo a

função de zeladores da comunidade (profissão essa na maioria das vezes exercida por profissionais do sexo masculino).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornal atua como um suporte de uma comunidade sem voz. Podemos constatar a força do vocabulário na construção da semântica global dos textos. O gênero notícia é formado e transformado através de sua formação discursiva que, por sua vez, se manifesta através de múltiplos elementos enunciativos, em diferentes planos com ênfase aqui no léxico para formar uma semântica global dos textos. Esta pode ser lida em diferentes planos, tanto no dito quanto no não dito (os implícitos). É mister ressaltar que quem profere um discurso o faz de um local de fala dentro de um determinado contexto social.

Tentaremos responder agora as três perguntas norteadoras deste artigo que apresentamos na introdução da pesquisa: que efeitos de sentido são produzidos nesses discursos? Quem está legitimado a falar e sobre o que falam? Que vocabulário utilizam?

A população tem um papel central na construção dessas notícias, mas sempre permeado pela figura do Zé Lador que costura a narrativa de forma lúdica. A semântica global dos textos parece criar uma notícia de entretenimento. Na população que denuncia, podemos ver que, das doze notícias, sua grande maioria foram homens que enviaram suas reclamações, cujas profissões são a de mão de obra barata. Isso parece nos mostrar que os denunciante têm baixo poder aquisitivo e pouca escolaridade. O poder público entra em cena como um mero coadjuvante, pois o que chama a atenção não é a solução do problema, mas a precariedade da cena retratada em si. Tal efeito aponta para um retrato de uma população que se encontra agoniada e sofrendo por auxílio básico de necessidades que deveriam ser rapidamente sanadas pelo poder público.

O dizer é legitimado pelo vocábulo através de substantivos que denotam falta, escassez, miséria. A quantidade de coisas que eles reclamam e que veem ao redor é muito maior do que aquelas que pedem. Com isso há uma construção de um sentimento coletivo de abandono e descaso da população pelo poder público.

REFERÊNCIAS

- BERBER-SARDINHA, Tony. *Metáfora*. São Paulo: Parábola, 2007.
- BERBER-SARDINHA, Tony. Algo não cheira bem em Caxias. *Extra*, Rio de Janeiro, 11 mai. 2015, Mais Baixada, p. 2.
- BERBER-SARDINHA, Tony. Asfalto fica só na promessa. *Extra*, Rio de Janeiro, 4 maio 2015, Mais Baixada, p. 2.
- BERBER-SARDINHA, Tony. Falta manutenção, sobram os buracos. *Extra*, Rio de Janeiro, 13 maio 2015, Mais Baixada, p. 2.
- BERBER-SARDINHA, Tony. Muitos buracos e nada de obra. *Extra*, Rio de Janeiro, 28 maio 2015, Mais Baixada, p. 2.
- BERBER-SARDINHA, Tony. Obra está parada há cinco anos. *Extra*, Rio de Janeiro, 8 maio, 2015, Mais Baixada, p. 2.
- BERBER-SARDINHA, Tony. Praça mais para lá do que para cá. *Extra*, Rio de Janeiro, 20 maio 2015, Mais Baixada, p. 2.
- BERBER-SARDINHA, Tony. Rua é formosa apenas no nome. *Extra*, Rio de Janeiro, 3 jun. 2015, Mais Baixada, p. 2.
- BERBER-SARDINHA, Tony. Sete meses com os pés na lama. *Extra*, Rio de Janeiro, 25 maio 2015, Mais Baixada, p. 2.
- BERBER-SARDINHA, Tony. Só o Zé Lador se lembra deles. *Extra*, Rio de Janeiro, 30 abr. 2015, Mais Baixada, p. 2.
- BERBER-SARDINHA, Tony. Um piscinão no meio da avenida. *Extra*, Rio de Janeiro, 6 maio 2015, Mais Baixada, p. 2.
- BITTENCOURT, Clara. Muitos buracos e nada de obra. *Extra*, Rio de Janeiro, 28 mai. 2015. Mais Baixada, p. 2.
- BITTENCOURT, Clara. O ‘lama jato’ do Transmontano. *Extra*, Rio de Janeiro, 18 mai. 2015. Mais Baixada, p. 2.
- BITTENCOURT, Clara. Sem asfalto, rua vira lixão em Meriti. *Extra*, Rio de Janeiro, 12 mai. 2015. Mais Baixada, p. 2.
- CHARADEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2016.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs*. São Paulo: Editora 34, 2017.

FREIXO, Estêvão de Carvalho; ROCHA, Décio. Considerações de ordem enunciativa sobre a formação dos códigos linguageiros. *Revista (Com)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 14, n. 27, p. 62-77. 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. Análise do Discurso: uma entrevista com Dominique Maingueneau. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL*. Vol. 4, n. 6, março de 2006. Tradução de Gabriel de Ávila Othero. Disponível em: www.revel.inf.br. Acesso em: 05 mar. 2024.

MAINGUENEAU, Dominique. 2006. *Cenas da Enunciação*. Organizado por Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, diversos tradutores. Curitiba: Criar Edições. P. 181.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar Edições, 2008.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. “A cartografia como método de intervenção”. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. (org). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SILVA, Luciana Soares da. A presença da metáfora no discurso jornalístico. *Revista Investigações*, v. 20, n. 2, p. 113-127, 2007.

STRELOW, Aline. O estado da arte da pesquisa em jornalismo no Brasil: 2000 a 2010. *Intexto*, Porto Alegre, UFRGS, v.02, n. 25, p. 67-90, dez. 2011.

ANEXO

Figura 1: Reprodução da Notícia 1 do corpus.

30/04/2015

Extra Digital - Só o Zé Lador se lembra deles - 30 abr 2015 - Page #44

Só o Zé Lador se lembra deles

Moradores da Rua Viriato Correa, em Japeri, reclamam do abandono da via, que tem esgoto a céu aberto e buracos

Clara Bittencourt
falabaixada@extra.inf.br

Os buracos, a lama e o cheiro forte de esgoto denunciam o abandono da Rua Viriato Correa, no bairro Santa Amélia, em Engenheiro Pedreira, Japeri. E as reclamações dos moradores são muitas.

— A rua está totalmente abandonada e ninguém atende nossos pedidos de socorro — reclama o motorista Jorge Gouvêa, de 40 anos.



A vala negra na rua: as crianças costumam brincar no local

Os moradores constantemente reclamam com a prefeitura, mas nada é feito para melhorar, nem paliativos, de acordo com ele:

— Quando passa funcionário por aqui sempre perguntamos se não vão fazer obras. A resposta é sempre negativa.

E, para piorar, na via tem uma enorme vala.

— Precisamos de saneamento básico. Muitas crianças moram aqui e brincam no esgoto — alerta Jorge.

Em dias de chuva, transitar no local é uma tarefa praticamente impossível:

— Ou ficamos em casa ou colocamos sacos plásticos nos pés. A lista de problemas é imensa...

A Secretaria de Obras de Japeri informou ao nosso herói que enviará uma equipe de técnicos até a Rua Viriato Correa para avaliar a situação do local e tomar as providências necessárias. ▮

Fonte: Jornal Extra, Rio de Janeiro, 30 abr. 2015. Mais Baixada, p. 2.

Notícia 1: Só o Zé Lador se lembra deles.

Só o Zé Lador se lembra deles – 30 de abril de 2015.
Moradores da rua Viriato Correa, em Japeri, reclamam do abandono da via, que tem esgoto a céu aberto e buracos.
Os buracos, a lama e o cheiro forte de esgoto denunciam o abandono da Rua Viriato Correa, no bairro Santa Amélia, em Engenheiro Pedreira, Japeri. E as reclamações dos moradores são muitas. – A rua está totalmente abandonada e ninguém atende nossos pedidos de socorro – reclama o motorista Jorge Gouvêa, de 40 anos. Os moradores constantemente reclamam com a prefeitura, mas nada é feito para melhorar, nem paliativos, de acordo com ele: – Quando passa funcionário por aqui sempre perguntamos se não vão

fazer obras. A resposta é sempre negativa. E, para piorar, na via tem uma enorme vala. – Precisamos de saneamento básico. Muitas crianças moram aqui e brincam no esgoto – alerta Jorge. Em dias de chuva, transitar no local é uma tarefa praticamente impossível: – Ou ficamos em casa ou colocamos sacos plásticos nos pés. A lista de problemas é imensa... A Secretaria de Obras de Japeri informou ao nosso herói que enviará uma equipe de técnicos até a Rua Viriato Correa para avaliar a situação do local e tomar as providências necessárias.

Fonte: *Extra*, Rio de Janeiro, 30 abr., 2015. Mais Baixada, p. 2.

Notícia 2: Asfalto fica só na promessa.

Asfalto fica só na promessa – 4 de maio de 2015.

Moradores da rua Jequitaiá reclamam que autoridades só aparecem na época da eleição. Depois, esquecem a região.

Os moradores da Rua Jequitaiá, no bairro de Campos Elíseos, em Duque de Caxias, dizem que só são lembrados mesmo durante o período de eleição. Atualmente, a situação da via não é nem um pouco animadora. – Só prometem e não recebemos nenhum benefício. Até ensaiaram uma obra, trocaram as manilhas e colocaram pó de pedra. Mas na primeira chuva foi tudo embora e só ficou a lama de lembrança – conta o pedreiro Hilton Cordeiro, de 72 anos. O nosso herói Zé Lador quis saber como a rua fica em dias de chuva. – Temos muitas dificuldades para andar. Mesmo com pouca chuva, as condições são horríveis. Precisamos usar sacos plásticos nos pés para conseguir caminhar pela via – comenta o morador. Nosso incansável super-herói foi em busca de uma resposta da prefeitura. De acordo com a Secretaria de Obras de Duque de Caxias, a Rua Jequitaiá está incluída na programação desta semana da operação tapa buracos do município. O Zé Lador vai continuar de olho no problema e aguarda uma solução.

Fonte: *Extra*, Rio de Janeiro, 4 maio, 2015, Mais Baixada, p. 2.

Notícia 3: Um piscinão no meio da avenida

Um piscinão no meio da avenida – 6 de maio de 2015.

Buracos e sujeiras ocupam valão em via de Saracuruna e incomodam moradores. Prefeitura promete resolver problema.

Um piscinão em Saracuruna, Duque de Caxias, chamou a atenção do Zé Lador. Com calor, ele desceu para se refrescar, mas, encontrou um buracão cheio de lama na Avenida do Canal. – É desse jeito que a via toda se encontra. A pavimentação feita há anos já quase não existe mais. No lugar, estão muitos buracos – diz o montador Carlos Eduardo Silva, de 42 anos, revoltado. Ele lembra que os moradores convivem com um outro problema: a sujeira do valão que passa pelo local. – Tem tanto mato que a gente já nem vê mais a água. E a prefeitura não manda nenhuma equipe para capinar e fazer limpeza – reclama. O Zé Lador logo imaginou o que acontece nos dias de chuva... – Fica tudo alagado. Estamos abandonados! – desabafa Carlos Eduardo. A Secretaria de Obras de Duque de Caxias informou que a Avenida do Canal está incluída na programação desta semana da operação Tapa Buracos. Além disso, o

órgão disse que fará a limpeza do valão que passa pela via. O nosso herói Zé Lador ficará de olho e pede que os moradores entrem em contato caso os problemas não sejam solucionados.

Fonte: *Extra*, Rio de Janeiro, 6 maio 2015, Mais Baixada, p. 2.

Notícia 4: Obra está parada há cinco anos.

Obra está parada há cinco anos – 8 de maio de 2015.

Moradores da Rua Impala, em Belford Roxo, dizem que só o meio-fio foi feito. Além disso, há mato e fio espalhado.

Uma rua sem pavimentação, com lixo, mato e até um cavalo solto. Esse foi o cenário encontrado pelo Zé Lador na Rua Impala, no bairro Boa Ventura, em Belford Roxo. Há cinco anos, segundo os moradores, uma obra foi iniciada: a rua foi quebrada, o meio-fio foi feito. E só. – Parou no meio. Abandonaram. E infelizmente é assim que está até hoje – conta a acompanhante de idosos Aldilea da Silva, de 53 anos. Ela lembra ainda que em dias de chuva a via se transforma num mar de sujeira. – É horrível! Temos que enfiar o pé na lama para poder ir trabalhar – reclama Aldilea. Outra denúncia feita pela moradora deixou o super-herói do *EXTRA* mais chateado ainda: – A atual gestão da prefeitura não diz nada quando questionamos o estado da rua. Só fazem promessas. Mas, na época da eleição, veio um monte de gente apertar a nossa mão dizendo que iriam asfaltar. A prefeitura informou que o governo do estado contratou uma empresa, que iniciou as obras, mas parou. E que por isso não pode intervir. Já o estado disse que o trecho da via de responsabilidade da Secretaria estadual de Obras é o do Vale do Ipê, e que Boa Ventura não está incluído no cronograma.

Fonte: *Extra*, Rio de Janeiro, 8 maio, 2015, Mais Baixada, p. 2.

Notícia 5: Algo não cheira bem em Caxias.

Algo não cheira bem em Caxias – 11 de maio de 2015.

Córrego que passa por rua no bairro Parque Vila Nova tem muitos detritos e incomoda moradores há sete anos.

O mau cheiro e a quantidade de lixo na vala da Rua São José, no Parque Vila Nova, em Duque de Caxias, impressionam quem passa no local. Na água, é possível encontrar de tudo: isopor, garrafas pet e sacolas plásticas... – Os moradores estão cansados de entrar em contato com a prefeitura, mas infelizmente nada é feito – reclama o vigilante Ronaldo Teixeira de 34 anos. De acordo com ele, que foi morar no bairro há sete anos, a vala existe desde então: – De lá para cá, nada mudou. Só retiram o lixo. Não trocam as manilhas, não fazem obra. O problema é ainda maior em dias de chuva. – Como a vala está no mesmo nível da rua, quando chove transborda. Alaga tudo, e a água suja entra nas casas. Nós ficamos muito expostos – alerta Ronaldo: – Precisamos da ajuda do herói Zé Lador. A Secretaria municipal de Obras informou que faz regularmente a limpeza da vala, e que irá enviar novamente uma equipe ao local. O órgão solicitou ainda que os moradores da região colaborem, não jogando no local móveis e objetos.

Fonte: *Extra*, Rio de Janeiro, 11 mai. 2015, Mais Baixada, p. 2.

Notícia 6: Sem asfalto, rua vira um lixão em Meriti.

Sem asfalto, rua vira um lixão em Meriti – 12 de maio de 2015.
Moradores de Vila São João dizem que detritos no chão não são recolhidos e reclamam da falta de pavimentação.
O Zé Lador encontrou na Rua Mauá, no bairro Vila São João, em São João de Meriti, um lixão bem no meio da via. E o mau cheiro chama a atenção de quem passa pelo local. – A coleta é feita normalmente, mas esse lixo que fica no chão o caminhão não leva. Os garis só pegam o que fica nas portas das casas – explica o funcionário público Almir Gonçalves, de 45 anos: – Gostaria de saber o motivo disso acontecer. Porque não faz o menor sentido não coletar o que está na rua. Outra reclamação do leitor é a de que pessoas de outras ruas costumam despejar os detritos no local: – É um absurdo! Quem mora aqui coloca o lixo nos dias certos de coleta. E, para piorar, a rua não tem pavimentação. – O prefeito não fez nada no nosso bairro, estamos abandonados – destaca ele. O nosso herói foi atrás de uma resposta da prefeitura. A Secretaria municipal de Serviços Públicos informou que em 48 horas uma equipe irá até o local para buscar uma solução para o problema dos moradores.

Fonte: *Extra*, Rio de Janeiro, 12 mai. 2015. Mais Baixada, p. 2.

Notícia 7: Falta manutenção, sobram os buracos.

Falta manutenção, sobram os buracos – 13 de maio de 2015.
Moradores de Belford Roxo reclamam das péssimas condições do asfalto em diversas ruas de Heliópolis.
A quantidade de buracos na Rua Santa Helena, no bairro Heliópolis, em Belford Roxo, assustou o Zé Lador. Através do WhatsApp, um morador que preferiu não se identificar, disse ao super-herói que várias vias estão na mesma situação, como a Dona Vitalina, as avenidas Heliópolis e do Canal, entre outras. Ele foi ao local conferir. – A pavimentação é antiga. Com a quantidade de carros que passa pelas vias, o asfalto acaba cedendo – explica ao Zé Lador. De acordo com o morador, a Prefeitura de Belford Roxo não faz a manutenção. – A população já fez abaixo-assinado, foi pessoalmente até o órgão, mas não adianta. Ninguém toma uma providência – reclama ele, que pede socorro: – Precisamos de ajuda. Não dá mais para viver nessas condições. É difícil se locomover aqui pelo bairro. A Secretaria de Obras de Belford Roxo informou que está fazendo a Operação Tapa Buraco em diversos pontos da cidade e que vai incluir na programação as ruas citadas pelo Zé Lador. O órgão afirmou ainda que o serviço deve ser executado nas próximas semanas, após a conclusão de outras demandas solicitadas pelos moradores da cidade.

Fonte: *Extra*, Rio de Janeiro, 13 maio 2015, Mais Baixada, p. 2.

Notícia 8: O ‘lama jato’ do Transmontano.

O ‘lama jato’ do Transmontano – 18 de maio de 2015.
Moradores de Japeri contam que não adianta lavar o carro. Prefeitura diz que enviará equipe.
“Nem adianta lavar o carro, porque a gente já sabe que vai sujar de lama de novo”. O desabafo é do estudante Diego Sousa, de 19 anos. De acordo com ele, a Rua Gago Coutinho, no Jardim Transmontano, em Japeri, não tem asfalto e está numa situação de dar pena. – Para sair de casa, só com saco plástico

nos pés. A gente corre até risco de escorregar e se machucar – comenta Diego com o super-herói do *EXTRA*: – E ainda tem os buracos. É uma aventura. Outro problema da rua é a falta de calçadas. – No lugar da passagem, o que os moradores têm é matagal – reclama o estudante: – A Prefeitura de Japeri não faz limpeza há muito tempo. Segundo Diego, no ano passado começaram uma obra no bairro, mas a Gago Coutinho ficou esquecida: – Colocaram pavimentação só nos primeiros 50 metros, mais ou menos. O resto ficou na terra mesmo. E nós, com o pé na lama. Ele espera que, com a ajuda do Zé Lador, a situação, pelo menos, seja amenizada: – Precisamos de ajuda! A Secretaria municipal de Obras informou que enviará ao local, esta semana, uma equipe de técnicos para avaliar a situação da rua e tomar as providências necessárias para resolver os problemas dos moradores.

Fonte: *Extra*, Rio de Janeiro, 18 mai. 2015. Mais Baixada, p. 2.

Notícia 9: Praça mais para lá do que para cá.

Praça mais para lá do que para cá – 20 de maio de 2015.

Área de lazer na Rua do Vinho, no Marapicu, em Nova Iguaçu, tem brinquedos quebrados e muito mato. Grades caídas e enferrujadas, matagal, brinquedos quebrados, buracos...É assim que se encontra a Praça Dom Bosco, na Rua Vinho, em Marapicu, Nova Iguaçu. – Na verdade, este é o esqueleto do que sobrou do único espaço de lazer da região. Está tudo abandonado – lamenta a corretora de imóveis Christiane dos Santos, de 34 anos. Na opinião da moradora, o local deveria ser interditado. – As pessoas continuam usando desse jeito e acabam correndo riscos – diz a corretora de imóveis, lembrando que a praça está em péssimas condições há seis meses: – Desde dezembro, depois de uma ventania, não fizeram mais nada aqui. Ela acredita que, só se acontecer algo grave, as autoridades tomarão alguma providência: – A população conta com a ajuda do Zé Lador para que seja feita uma reforma urgente na praça. E destaca mais um problema: a falta de iluminação. – À noite, a situação fica ainda pior, um breu – comenta Christiane. A Secretaria de Obras e Serviços Públicos de Nova Iguaçu informou que uma equipe irá ao local nesta semana para avaliar quais os procedimentos necessários para a recuperação da Praça Dom Bosco.

Fonte: *Extra*, Rio de Janeiro, 20 maio 2015, Mais Baixada, p. 2.

Notícia 10: Sete meses com os pés na lama.

Sete meses com os pés na lama – 25 de maio de 2015.

Moradores de rua no Jardim Jurema esperam desde outubro por asfalto. Prefeitura dá novo prazo, agora de 72h.

Após sete meses de espera e nenhuma solução, o estudante Vinícius da Silva, de 28 anos, voltou a entrar em contato com o Zé Lador para avisar que os problemas da Rua Ana Menezes dos Santos, no bairro Jardim Jurema, em Meriti, não foram resolvidos: – Em outubro, a prefeitura havia prometido enviar equipes para resolver nossas demandas, mas continua tudo do mesmo jeito. A via, de acordo com Vinícius, piorou. – Por causa da falta de pavimentação, agora a rua tem mais buracos – conta o estudante: – Até para veículo passar é complicado. Vinícius lembra ainda de outros problemas: – O esgoto continua passando a céu aberto e os bueiros estão sem tampa. Um perigo para os moradores! E, em dias de chuva,

só dá para passar com um saco plástico nos pés: – Se não for assim, a gente não consegue sair de casa. A Prefeitura de São João de Meriti enviou uma resposta para o nosso super-herói e disse que a Secretaria de Serviços Públicos enviará técnicos à Rua Ana Menezes dos Santos dentro de 72 horas para solucionar os problemas dos moradores. O Zé Lador vai continuar de olho.

Fonte: *Extra*, Rio de Janeiro, 25 maio 2015, Mais Baixada, p. 2.

Notícia 11: Muitos buracos e nada de obra.

Muitos buracos e nada de obra – 28 de maio de 2015.

Moradores de rua em Belford Roxo denunciam abandono de reforma da via: ‘Os funcionários desapareceram’.

Crateras e montes de terra estão por toda a parte na Rua Karla, no bairro Vale do Ipê, em Belford Roxo. A via não tem pavimentação e quem precisa passar por ali tem que encarar um verdadeiro rali. – Em novembro do ano passado começou uma obra do Bairro Novo, mas só as manilhas foram trocadas e nada mais foi feito – reclama ela a professora Karla Farias, de 39 anos: – Os funcionários desapareceram. O nosso super-herói Zé Lador foi conferir a denúncia e viu que o tão sonhado asfalto não chegou: – Continuamos na lama. E ainda surgiram vários buracos que não existiam antes das obras – diz Karla. Quando chove, a via fica num estado crítico, segundo a professora. – Os moradores que têm carros estão evitando sair motorizados porque atola. Há 15 dias um caminhão ficou preso e outro teve que vir para fazer o resgate. Precisamos que o resgate continue – pede Karla. Segundo a Secretaria estadual de Obras, a rua Karla recebeu drenagem e está pronta para ser pavimentada. O asfalto não foi aplicado em função do aumento médio de 50% no custo dos insumos usados para pavimentação, o que fez o governo do estado rever contratos do programa Bairro Novo.

Fonte: *Extra*, Rio de Janeiro, 28 maio 2015, Mais Baixada, p. 2.

Notícia 12: Rua é formosa apenas no nome.

Rua é formosa apenas no nome – 3 de junho de 2015.

Via de Belford Roxo não tem asfalto nem saneamento básico. A prefeitura diz que providenciará melhorias.

Cansado de atravessar tantos problemas pela Rua Formosa, no bairro Vila Pauline, em Belford Roxo, o motorista Luiz da Silva, de 45 anos, pediu a ajuda do Zé Lador através do WhatsApp. – Aqui não tem saneamento básico, o esgoto passa a céu aberto e as pessoas ficam expostas à água podre. Não tem pavimentação nem calçadas – reclama Luiz: – Temos que andar pela rua, com os carros. Sem saída, o motorista foi até a prefeitura com outros moradores da região: – Já avisamos às autoridades várias vezes, mas não adiantou, infelizmente. Em dias de chuva, o cenário de abandono piora. – É muita lama. Corremos risco de escorregar. Crianças e idosos têm muita dificuldade para caminhar – relata Luiz: – Temos que deixar o carro em outras ruas porque, se passar por aqui, atola. Precisamos de ajuda. A Secretaria de Obras de Belford Roxo informou que uma equipe será enviada ao local, nos próximos dias, para verificar os problemas relatados pelos moradores e providenciar os reparos necessários para a via.

Fonte: *Extra*, Rio de Janeiro, 3 jun. 2015, Mais Baixada, p. 2.

Recebido em: 25/06/2023

Aceito em: 31/01/2024

Gustavo Estef Lino da Silveira: Professor adjunto do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira / CAp-UERJ. Com pesquisas nas áreas de: Ensino de Inglês como Língua Estrangeira, Aquisição de Segunda Língua, Análise do Discurso, Práticas docentes de professores de Inglês e Linguística de Corpus.

Entre o dito e o não dito: modos de significar as vítimas de feminicídio na página de Facebook do G1

*Between the Said and the Unsaid:
Ways of Signifying Femicide Victims on the G1 Facebook Page*

Ariane Silva da Costa Sampaio
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
ariane.scsampaio@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-9415-622X>

Washington Silva de Farias
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
washfarias@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0749-2469>

RESUMO

Neste trabalho analisamos os discursos sobre o feminicídio postos em circulação pelo G1 na sua rede social Facebook, buscando compreender como aquilo que não é dito (Pêcheux, 2015) significa e como esse silêncio, entendido aqui como constitutivo, ou seja, como o não dito necessariamente excluído (Orlandi, 2007), produz sentidos para mulheres vítimas de feminicídio. Sob o aparato teórico e metodológico da Análise do Discurso pecheutiana, analisaremos postagens e comentários sobre casos de feminicídio feitos entre os anos de 2015 e 2023. Nossa análise evidenciou um efeito de desqualificação da vítima que ocorre através de variados modos de enunciação: pela nomeação pejorativa, pela enunciação adversativa e pelo foco narrativo do crime. Como consequência desses modos de significar a vítima, notamos o silenciamento do caráter de gênero do feminicídio¹.

Palavras-Chave: Silêncio; Feminicídio; Mídia; Análise do Discurso.

ABSTRACT

In this study, we analyze the discourses on femicide shared by G1 on its Facebook social network, aiming to understand how what is left unsaid (Pêcheux, 2015) signifies and how this silence, understood here as constitutive, that is, as the necessarily excluded unsaid (Orlandi, 2007), produces meanings for women victims of femicide. Under the

¹ Este trabalho é um recorte de pesquisa de doutorado em andamento e teve financiamento da FAPESQ - Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba.

theoretical and methodological framework of Pecheutian Discourse Analysis, we will analyze posts and comments about femicide cases from 2015 to 2023. Our analysis revealed a victim disqualification effect occurring through modes of enunciation: through pejorative naming, adversative enunciation, and the narrative focus of the crime. As a consequence of this way of signifying the victim, we noticed the silencing of the gendered nature of femicide.

Keywords: Silence; Femicide; Media; Discourse Analysis.

INTRODUÇÃO

O termo feminicídio surgiu na década de 1970, a partir da tradução do termo femicídio por Lagarde (2004). Contudo, sua circulação nas mídias brasileiras se dá após a implementação da Lei 13.104/2015. Apesar disso, as notícias sobre as mortes de mulheres em razão de gênero sempre foram uma constante na grande mídia, muito antes dessas mortes serem categorizadas pelo Código Penal brasileiro como crime hediondo.

Tão antigas quanto a presença desse tipo de violência nas mídias são as críticas aos modos de significar as vítimas de feminicídio nos mais diversos campos da epistemologia e do movimento feminista (Lucena, 2020; Prado; Sanematsu, 2017). Alguns casos tornaram-se famosos pela disputa de sentidos acerca desses crimes e o modo de representação das mulheres, como é o caso de Ângela Diniz, assassinada por seu então companheiro, Doca Street, em 1976. Inocentado a partir da teoria de defesa da honra, o julgamento do assassino de Diniz tornou-se um marco na luta contra a morte de mulheres em razão de gênero. Nesse sentido, esse movimento se coloca como um modo de enfrentamento ao senso comum que atribuía às mulheres a responsabilidade por sua morte, uma vez que tais violências eram tratadas como formas de limpar a honra de seus assassinos (Lucena, 2020).

Tendo isso em vista, buscamos em nossa pesquisa analisar como o G1, por meio do seu perfil no Facebook, mobiliza sentidos para mulheres vítimas de feminicídio a partir dos lugares discursivos da Grande Mídia (GM) e dos sujeitos comentadores (SC). Em vista disso, procuramos compreender como aquilo que não é dito (Pêcheux, 2006) significa nas postagens e comentários em circulação na página e como o silêncio, entendido aqui como constitutivo, como “o não-dito necessariamente excluído” (Orlandi, 2007), produz modos de significar o sujeito mulheres vítimas de feminicídio.

Para isso, nos embasamos teórica e metodologicamente na Análise do Discurso de vertente pecheutiana no que concerne aos conceitos de *discurso*, *sujeito* e *silêncio* (Pêcheux, 2006; 2014; Orlandi, 2007) e, ainda, o de *lugar discursivo* (Grigoletto, 2007) e grande mídia (Dela Silva, 2008). Temos, assim, como espaços de observação as postagens e comentários das notícias sobre feminicídio feitas no Facebook do G1 entre os anos de 2015 e 2023. Nosso arquivo foi montado a partir do recorte de *sequências discursivas* (SD) de cada um desses espaços, representando os modos de significar o sujeito mulheres vítimas² mobilizados pelas construções discursivas nos títulos das reportagens/notícias e nas descrições das postagens dos textos compartilhados no site oficial, bem como nos comentários feitos pelos sujeitos leitores sobre as postagens recortadas.

Entender como a mídia mobiliza aquilo que é dito e o que não é dito, mas que significa em cada uma das reportagens e/ou notícias sobre o feminicídio, é importante para compreendermos como a memória patriarcal atravessa esses dizeres. Esse movimento nos permite perceber como o funcionamento discursivo pode irromper em dizeres que buscam denunciar as mortes violentas de mulheres em razão de gênero e como podem produzir efeitos de revitimização para as vítimas.

A partir da análise de materialidades produzidas do lugar discursivo de GM e de SC, em nossa pesquisa identificamos o *efeito de sentido de desqualificação da mulher vítima de feminicídio*. Esse efeito é produzido a partir de três modos de enunciação que implicam no silenciamento do caráter de gênero do feminicídio, como veremos. Para iniciarmos nosso texto, faremos um breve apanhado teórico dos conceitos que norteiam nossa análise.

A MÍDIA, O DISCURSO E O SILÊNCIO

Em uma sociedade interpelada pelo capitalismo e atravessada por diversas outras ideologias dominantes, as mídias se configuram como importantes campos de práticas de informação e de (re)produção da memória. Nelas observamos o trabalho da língua, da

² Optamos pelo uso do termo no plural para contemplar todas as subjetividades da categoria mulheres, tomando a importância da não universalização que pode ser atribuída ao termo no singular, e destacando a importância da interseccionalidade nos estudos sobre mulheres.

história e dos sentidos em face das questões que irrompem em nossas vidas e que são materializadas a partir das diversas práticas discursivas.

Essas mídias podem ser entendidas como suportes organizacionais que tomam posse das noções de informação e comunicação para integrá-las econômica, tecnológica ou simbolicamente (Charaudeau, 2013, p. 16). Objeto de interesse dos mais diversos setores sociais, as diversas mídias trabalham na ordem do simbólico, “criando e manipulando signos, e por conseguinte, produzindo sentido” (Charaudeau, 2013, p. 16). Dessa forma, as mídias regulam e constroem representações sociais para e pelos sujeitos, uma vez que são espaços em que as relações de poder são (ex)postas, podendo ser usadas como espaço de manipulação ou de resistência, a partir do lugar social e discursivo que ocupa.

Em nosso trabalho compreendemos o G1, site de notícias das organizações Globo, como parte daquilo que denominaremos de Grande Mídia (GM), conforme Dela Silva (2008). A autora aborda em seu estudo a televisão como nova tecnologia que atribui novos e outros sentidos à relação do sujeito com a informação. Desse modo, compreendemos que, mesmo fora do ambiente televisivo, o portal se configura como essa virada tecnológica em que percebemos mudanças nos modos de interação dos sujeitos com a informação.

Se pensarmos esse portal através do espaço das redes sociais, mais precisamente do Facebook, teremos ainda outras características que são determinantes no relacionamento entre as práticas discursivas e seus sujeitos. Não se trata apenas de um novo suporte, mas de um novo modo de constituição, formulação e circulação dos discursos, caracterizado também pelo formato de interação entre os sujeitos leitores e as páginas de mídia.

Desse modo, há não só uma mudança no modo como essas notícias são apresentadas ao seu público. Conforme Dias (2016, p. 10), há um processo de digitalização do mundo, tendo em vista que as práticas de linguagem tendem “à metaforização das relações sociais e das práticas do sujeito”. A autora aborda, assim, o deslocamento das lutas para o espaço digital, destacando o processo de historicização dos sentidos, que produz “uma forma material outra, porque inscreve o dizer, o fazer, as práticas dos sujeitos, em outras condições de produção, afetada por outras instituições” (2016, p. 10-11).

Nessas práticas, as corporações, em nosso caso a empresa Meta, responsável pelo Facebook e outras redes sociais, garantem o funcionamento ideológico e das relações de poder que (re)organizam as relações de produção e reprodução do trabalho (Dias, 2016). No caso das redes sociais como Facebook e Instagram, o espaço dos comentários é um recurso que expõe a produção e reprodução das ideologias de modo diferente, já que permite que todo usuário possa comentar sobre qualquer assunto, desde que não descumpra alguma das chamadas regras da comunidade. O que antes se restringia ao espaço privado ou a um público mais restrito, passa a circular de modo público e ilimitado através do funcionamento específico dessas redes.

É importante ressaltarmos que ao compreendermos o discurso, como nos diz Pêcheux (2014), como efeitos de sentido entre locutores, estamos dizendo também que o que é dito na mídia é também efeito das relações sociais e de poder que constituem os sujeitos envolvidos nas práticas de linguagem, que se materializam nas reportagens e notícias e ganham nova dimensão no ambiente virtual do Facebook. Desse modo, é importante percebermos que a produção do discurso sobre o feminicídio na mídia televisiva e no Facebook se constituem tendo por base a formação ideológica dominante, ou seja, a formação capitalista e patriarcal, porém, no espaço discursivo do Facebook, a sua formulação e a sua circulação são diferenciadas.

A formulação do discurso na mídia televisiva e na rede social Facebook passa por diversas adaptações, uma vez que não se coloca com o mesmo perfil de audiência. Esse momento da produção discursiva, como nos diz Orlandi (2012, p. 9), está diretamente ligado às “condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas”. Logo, a formulação do discurso sobre o feminicídio é atravessado pelas redes de sentidos que constituem o espaço digital da rede social e no modo como esses dizeres serão compartilhados, a partir do site de notícias do G1, por meio das marcas textuais da legenda e de outros recursos que retomam os dizeres presentes nos outros lugares em que o G1 se faz presente na internet

Já a circulação, conforme Orlandi (2012), refere-se à determinadas conjunturas e condições de produção de um discurso. Sabemos, que a circulação da informação na rede não ocorre da mesma forma que fora dela, tendo em vista que nela a capacidade de alcance é aumentada em relação aos outros suportes, assim como a interação entre os sujeitos acontece de forma diferenciada. No Facebook, temos, então, a presença dos gestos de

interpretação também dos leitores dessas notícias, o que nos possibilita perceber como as posições assumidas pela página de mídia atravessam a produção de sentidos dos seus leitores.

Em consonância com Orlandi (2012, 2015), sustentamos que tanto os gestos de interpretação da própria mídia, no caso G1, que faz uma leitura do fato narrado em suas postagens, como a leitura produzida por seus comentaristas são fruto das condições de produção do discurso sobre o feminicídio. Ou seja, são produzidos a partir da relação discurso, sujeito e memória. Esses gestos não buscam delimitar um sentido único, mas a constituição dos sujeitos e dos sentidos pelos processos de identificação, em relação à memória, produzindo efeitos de sentidos pelo discurso, no trabalho do inconsciente e do ideológico.

Nesse viés, é importante lembrarmos que a produção de sentidos acontece não só a partir do que é dito, mas também no que não é dito, no que é dito em outro lugar, no que é dito de uma forma e não outra, conforme Pêcheux (2014). O discurso é, portanto, sempre incompleto, assim como os sujeitos e os sentidos (Orlandi, 2012). É por essa incompletude que Pêcheux (2006, p. 53) afirma que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”.

Por conseguinte, compreendemos que *discurso* é, também, efeito e trabalho da/sobre a memória (Pêcheux, 2006). Desse modo, os sentidos só são possíveis por que as palavras já fazem sentido, uma vez que, são atravessadas pela memória, entendida esta como um espaço de deslocamentos e retomadas de conflitos, de regularização, de contradiscursos e polêmicas, como defende Pêcheux (2006).

Aquilo que não é dito, mas que se estabelece pelas relações entre o dizer e a memória discursiva, podemos definir como *silêncio*, consoante Orlandi (2007). Para a autora, o *silêncio* é “a respiração (o fôlego) da significação”, visto que, para que o sentido faça sentido, é necessário um recuo, a abertura para aquilo “que não é ‘um’, para o que permite o movimento do sujeito” (Orlandi, 2007, p. 13). O *silêncio* é, portanto, diferente do implícito, já que ele não possui uma dependência com o dizer, não se reduzindo, também, à ausência de palavras. As palavras são, assim, carregadas de *silêncio* (Orlandi, 2007). Esse *silêncio* só pode ser resgatado a partir das relações parafrásticas estabelecidas entre o dito e o não-dito e que significa a partir da memória.

Sobre o *silêncio*, Orlandi (2007) ainda demarca duas possibilidades: o *silêncio fundador*, aquele que é o fundamento de todo dizer, a própria incompletude constitutiva que instala as fronteiras dos sentidos; e o *silenciamento* ou *política do silêncio*, subdividido entre o *silêncio constitutivo*, que será nosso foco nesse trabalho, e o *silêncio local*, entendido como censura. A *política do silêncio* é explicada por Orlandi (2007, p. 73) pelo fato de que “ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada”. Esse *silenciamento* se diferencia do *silêncio fundador* por estabelecer uma divisão entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o *silêncio fundador* significa por si. Nossa pesquisa se concentra no *silêncio constitutivo* e seu modo de funcionamento no discurso sobre o feminicídio.

Definimos, então, o silêncio constitutivo como nos coloca Orlandi (2007):

Determinado pelo caráter fundador do silêncio, o silêncio constitutivo pertence à própria ordem de produção do sentido e preside qualquer produção de linguagem. Representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o antiimplícito: se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma outra formação discursiva, uma “outra” região de sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando consequentemente os limites do dizer. É nesse nível que funciona a ‘forclusão’ do sentido, o sentido constitutivo, ou seja, o mecanismo que põe em funcionamento o conjunto do que é preciso não dizer para poder dizer (Orlandi, 2007, p. 73-74).

Logo, o *silêncio constitutivo* se coloca como um mecanismo de funcionamento do dizer, já que toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis. Desse modo, os dizeres sobre o feminicídio e sobre as mulheres vítimas desse crime são produzidos a partir desse funcionamento em que, falar algo é deixar de lado outras possibilidades de dizer que são interditadas a partir do lugar discursivo e das formações discursivas em que se inscrevem o sujeito enunciador responsável pelos conteúdos jornalísticos na página de Facebook do G1 e os sujeitos-comentadores desses conteúdos.

Esse *lugar discursivo* é a materialização do lugar social ocupado pelo sujeito do discurso, através da relação entre forma-sujeito e posição sujeito de uma formação discursiva específica. Não se trata do lugar social, mas do espaço que se configura entre o discurso e o que o constitui, como nos afirma Grigoletto (2007):

Na passagem para o espaço teórico, no nosso caso, para o espaço discursivo, o lugar social que o sujeito ocupa em uma determinada formação social e

ideológica, que está afetada pelas relações de poder, vai determinar o seu lugar discursivo, através do movimento da forma-sujeito e da própria formação discursiva com a qual o sujeito se identifica” (Grigoletto, 2007, p.128).

Posto isso, partimos de dois lugares discursivos em nosso trabalho: o *lugar discursivo* de representante da Grande Mídia – GM, materializado na página de Facebook do G1, e o *lugar discursivo* de sujeito comentador – SC, assumido pelos sujeitos que comentam as postagens do perfil. Deste segundo lugar, os sujeitos comentadores podem constituir suas posições em plena identificação com a posição dos sujeitos enunciadore das postagens, em *contradentificação* ou em *desidentificação*, neste caso, assumindo uma posição distinta daquela assumida pela página.

A próxima seção do nosso trabalho mostrará como a relação entre o que é dito e o que não é produz efeitos sobre o modo de significar a mulher vítima de feminicídio. Nossa análise se encaminhará a partir dos efeitos de sentidos produzidos e os modos de enunciá-los pelo G1.

A VÍTIMA NO FUNCIONAMENTO DO DISCURSO SOBRE O FEMINICÍDIO

O crime de feminicídio passou a existir no Código Penal brasileiro a partir do ano de 2015, com o estabelecimento da Lei 13.104, que altera o Decreto-lei de nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e prevê o crime de assassinato de mulheres por razões da condição de sexo feminino como uma qualificadora do crime de homicídio, e o inclui na Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, dentre a lista de crime hediondos (BRASIL, 2015). Desse modo, o termo mais comumente usado pelos movimentos feministas passa a ser incorporado no cotidiano policial e midiático como forma de denominar mulheres assassinadas por sua condição de mulher, seja pelo companheiro ou não.

Tendo isso em vista, nossa pesquisa estabeleceu o ano de 2015 como o ponto inicial na coleta de dados sobre os casos de feminicídios divulgados na página do G1 no Facebook. Desse modo, procuramos, a partir do termo feminicídio, as postagens referentes ao período compreendido entre os anos de 2015 e 2023 e que retomassem casos brasileiros. Encontramos, assim, um total de 142 postagens acerca desse tipo de crime. A

partir dessas postagens, recortamos aquelas que representam o efeito de sentido que discutiremos em nosso trabalho.

Em nossa análise percebemos a produção do *efeito de sentido de desqualificação das mulheres vítimas de feminicídio*. Esse efeito se sustenta no silenciamento de outras formas de enunciar a vítima. Ao fazer uso de um termo ou de uma expressão, o sujeito do discurso assume uma posição diante da ideologia dominante, seja de reprodução ou de resistência a ela. Desse modo, ao utilizar determinadas palavras ou construções, o processo de desqualificação se apresenta pela rede de sentidos que constitui os lugares (im)possíveis de serem ocupados pelas mulheres vítimas.

A partir de nossa análise é possível compreender o efeito materializado a partir de três modos de enunciação: pela nomeação pejorativa, pela enunciação adversativa e pelo foco narrativo do crime na culpa da mulher.

A DESQUALIFICAÇÃO DAS MULHERES VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO

Na página de Facebook do G1 notamos que as mulheres vítimas de feminicídio são significadas, tanto no lugar discursivo da página (GM) quanto no lugar dos sujeitos que ali comentam (SC), sob um efeito de desqualificação. Esse funcionamento discursivo se estabelece pela retomada de sentidos estabilizados pela memória do patriarcalismo, ou seja, pela reprodução de sentidos acerca do ideal de mulher que merece ou não ser vista como vítima de feminicídio, uma vez que as circunstâncias que levaram ao crime são postas em destaque em detrimento da vítima ou da história de abusos que antecederam o crime.

Dessa forma, ao silenciar determinados termos e não outros e ao expor determinados aspectos em detrimento de outros, os sentidos se encaminham para uma rede específica dentro da memória do patriarcalismo, produzindo o efeito de desqualificação. Em nossa análise percebemos que esse efeito é materializado pelos dois lugares discursivos pesquisados através dos modos de enunciação *da nomeação pejorativa, pela enunciação adversativa e pelo foco narrativo do crime*.

Podemos perceber o primeiro modo (a nomeação pejorativa), nas construções discursivas que enquadram mulheres em determinados papéis, acionando sentidos de

inferioridade da vítima e, por consequência, amenizando ou inviabilizando as violências sofridas por elas. A SD 1 é composta por dizeres acerca de um caso de feminicídio que ficou conhecido pelo modo como a vítima foi nomeada pela mídia e suas consequências para além da língua.

Figura 1 – O efeito de desqualificação através do modo de nomeação pejorativa



Fonte: Publicadas pela página do G1 no ano de 2015 e recortadas em agosto de 2022.

Da figura 1 destacamos as seguintes formulações da SD1.

SD1:

- F1: *Dançarina de funk* é assassinada dentro de casa no RJ.
- F2: *Amanda Bueno* é ex-integrante da *Gaiola das Popozudas*.
- F3: VÍDEO mostra agressão que levou dançarina à morte no Rio de Janeiro.
- F4: Marido de *Amanda Bueno* foi preso suspeito de matar a ex-integrante da *Gaiola das Popozudas*.
- F5: Noivo admite que matou *dançarina do Gaiola das Popozudas* e diz que teve “surto”.
- F6: Polícia apura ligação de noivo de *dançarina* com milícia.
- F7: TJ-RJ aceita denúncia contra *Miltinho da Van* por morte de *dançarina do Gaiola das Popozudas*.
- F8: Briga teria acontecido após *dançarina* descobrir caso extraconjugal.

As quatro postagens que compõem a SD1 retomam o caso de Amanda Bueno, assassinada pelo então companheiro na época. O crime contra Amanda é bastante

discutido por teóricas feminista pelo modo como a mídia (re)trata os quadros de violência contra mulheres. Como podemos ver, Bueno, era denominada pelas postagens do G1, assim como de outras mídias, como “dançarina de funk” ou “dançarina do Gaiola das Popozudas”. Nas quatro postagens da figura 1, de fato, podemos notar que o nome da mulher assassinada não aparece com a mesma ênfase do que o termo “dançarina”. Como podemos ver nas formulações da SD1, o termo “dançarina” aparece como forma de nomear a vítima em todas as manchetes das notícias compartilhadas a partir do site do G1 (F1, F3, F5, F6, F7 e F8). Nas dez vezes em que a vítima é mencionada, apenas em duas delas temos o nome de Amanda (F2 e F4) sendo retomado como forma de nomeá-la.

Esse modo de nomear a vítima produziu uma forte depreciação sobre Amanda. Ao destacá-la pelos significantes supracitados, as postagens não só sinalizam uma profissão, mas ativam sentidos na memória sobre a relação entre mulheres e funk. Um não dito funciona aqui pelo que é dito. Ao dizer dançarina (de funk), a vítima passa a ser representada pelo estigma que a formação ideológica patriarcal estabelece para essa profissão. Dizer dançarina e silenciar Amanda é mobilizar sentidos de culpa para essa mulher, é destituí-la do seu lugar de vítima de crime de gênero.

O dossiê sobre feminicídio do Instituto Patrícia Galvão (2017) destaca que Amanda Bueno, frequentemente designada como “dançarina de funk” ou “ex-stripper”, foi apresentada alvo de deboche e merecedora da própria morte. Em duas das reportagens trazidas pela página do G1, podemos perceber que os termos dançarina e dançarina de funk são sempre retomados para representar Amanda Bueno, mesmo a vítima tendo deixado de ser dançarina anos antes de sua morte.

O Instituto Patrícia Galvão, em seu dossiê sobre o feminicídio e o papel da mídia (Prado; Sanematsu, 2017), defende que além da culpabilização, o direito de Amanda à memória e privacidade também foram violados com a divulgação de fotos e vídeos da vítima na internet. Nas reportagens do G1 que tratam do assassinato de Bueno, além de reiterarem sua antiga profissão ainda revitimizam-na pela divulgação de vídeos de segurança que mostram o crime, como podemos ver na figura 2. Logo, podemos destacar o efeito de sensacionalismo que permeia a divulgação do caso Amanda Bueno assim como de outras mulheres que o próprio dossiê destaca.

Figura 2 – Reportagem sobre a morte de Amanda Bueno no G1

Imagens fortes mostram agressão que levou à morte de dançarina no RJ

Vídeo mostra Amanda Bueno sendo espancada e baleada em casa. Noivo da vítima confessou o crime e disse ter tido um 'surto', diz advogado.

Cristina Boeckel, Henrique Coelho e Livia Torres
Do G1 Rio



Fonte: Elaborado e divulgado pelo site G1 em 17/04/2015.

Na reportagem acima, o vídeo de segurança é divulgado e, mesmo com a restrição feita pela edição do jornal aos momentos de maior violência, as atitudes do assassino são narradas através de dizeres que descrevem cada ação do feminicida.

Essa postura, tanto por parte da mídia quanto por seus leitores, como veremos mais à frente, faz com que as vítimas e seus familiares permaneçam no ciclo de violências e de sofrimento. O modo como a mídia abordou o caso também foi responsável por uma profusão de ataques a outra mulher ligada à vítima, sua filha, que passou a ser ameaçada nas redes sociais. A intimidação sofrida por ela, no entanto, não foi o suficiente para que o G1 substituísse os termos utilizados para se referir a Amanda.

A forma como a mídia re(a)presenta o caso engendra outras (novas) formas de violências e se estabelece, assim, com um dos modos de reprodução da memória do patriarcalismo. A nomeação pejorativa da vítima estabelece uma rede de formulações parafrásticas: aquela que não tem valor, aquela que merece morrer, aquela que não se respeitou(ava) e por isso foi morta.

Esse processo de desqualificação pelo modo de nomeação pejorativa e a rede parafrástica a partir dela é perceptível nos comentários dos internautas, como podemos ver na figura 3.

Figura 3 – O modo de nomeação pejorativa na posição de identificação dos sujeitos comentadores



Fonte: Publicadas no G1 no ano de 2015 e recortadas em agosto de 2022.

Retiramos da figura 3 as formulações que compõem a SD2.

SD2:

F1 : *funkeira, nunca foi coisa boa*, funkeira a convivência com esses bandidos é normal.

F2: *é isso que dar dançar funk*.

F3: *Mulheres como ela ...* gostam de luxo... e acabam de submetendo a ficar com caras desse tipo.

F4: *Juntar com bandido* geralmente tem 2 finais, *cadeia ou cemitério. Lamentável, porém* totalmente evitável.

F5: *Sou contra qualquer tipo de violência, mas*, como já dizia minha vó: “quem se mistura com porcos, farelo come”. *Aceitou ser mulher de bandido*, tava esperando o quê?

F6: *Não sou a favor da morte* e acho o cara um monstro, mas ela podia ter evitado né? Vai dizer que ela não sabia que o cara tinha 5 pistolas e uma escopeta em casa? Tenho medo de tubarão, mas vou mergulhar na Austrália onde a placa diz Shark.

F7: *Uma mulher linda que teve um fim trágico* ao se envolver com um bandido desses. *Ela sabia o que ele era capaz e mesmo assim pagou pra ver*. Que Deus conforte a sua família e *que sirva de lição para mulheres que focam na sua beleza para atrair ostentação* e se perder da pior forma.

A SD2 retoma dizeres presentes na maioria das postagens sobre o assassinato de Amanda Bueno. O significante “dançarina de funk” atravessa a maioria dos posicionamentos dos SC e refletem o preconceito estabelecido em nossa sociedade contra o estilo musical e contra aqueles que se identificam com ele. Nos comentários destacados

nessa SD2, o crime de gênero perde espaço para a discussão sobre o vínculo da vítima com o funk e com atitudes do companheiro que deveriam servir de alerta para ela.

Notamos, então, que o que é dito nas reportagens do caso vai significar, nos comentários, pelo não dito. Ao colocar Amanda Bueno como dançarina de Funk o que se marca não é o assassinato é sim seu direito ou não de ser vista como vítima. Nas formulações da SD2, a posição dos SC se concentra no significante “funk”, mobilizando dizeres da memória patriarcal que colocam mulheres “como ela”, que “gostam do luxo” (F3), que usam “a beleza para atrair ostentação” (F7), que têm “convivência com bandidos” (F1, F4, F5 e F7), em comparação com outras mulheres que, pela ideologia patriarcal, não seriam vistas como inferiores. Isso se dá através do processo parafrástico entre aquilo que é dito e o que não é dito. Desse modo, as mulheres que não gostam do luxo, que não utilizam a beleza para atrair ostentação, que não têm convivência com bandidos, não seriam vítimas de feminicídio, já que não dariam motivos para tal, ou, caso fossem, seriam vítimas “sem culpa”.

Essa desqualificação acarreta um efeito de responsabilização do sujeito mulher por sua morte, de tal forma que a violência sofrida é vista como consequência de suas atitudes e não do patriarcado enquanto forma de estruturação social que objetifica as mulheres e as coloca como responsáveis pelas frustrações amorosas de seus companheiros.

Outra forma de desqualificação do sujeito mulher vítima presente no espaço dos comentários de postagens do G1, também relativos ao caso de Amanda, é aquela que se estabelece pelo *modo de enunciação adversativo*. Essa modalidade de enunciação mobiliza dizeres que produzem um efeito de desidentificação com a FD patriarcal, pois faz uso de construções adversativas contrárias ao ato criminoso, mas retoma redes de sentido da memória do patriarcalismo que culpabilizam a vítima.

Esse modo de enunciação pode ser percebido nos vestígios textuais utilizados para demarcar um posicionamento de contraidentificação com a rede de sentidos que atribui a culpa à vítima e que são produzidas pelas postagens a partir do efeito de desqualificação. Esses vestígios são, por exemplo, as estruturas adversativas, cujas partes se articulam sintaticamente por conectivos do tipo “mas” e “porém”. Nessas estruturas, a primeira oração demarca uma posição alinhada com o discurso contra a violência e o assassinato de mulheres com o discurso contra a violência (F5 “Sou contra qualquer tipo de

violência...”, F6 “Não sou a favor da morte e acho o cara um monstro...”); na segunda oração (a adversativa), porém, os sentidos de culpabilização da mulher são reconvocados (F5 “... mas, como já dizia minha vó: ‘quem se mistura com porcos, farelo come’”; F6 “... mas ela podia ter evitado né?”).

Esse modo se textualiza, assim, através do que Courtine (2014) chamou de enunciado dividido entre duas posições-sujeito ideologicamente inscritas em FD antagonistas. Em um deles temos a posição-sujeito contraidentificado com a violência cometida contra a vítima, no outro a posição-sujeito identificada com as justificativas para o crime ocorrido com base nas atitudes dessas mulheres. Vejamos em detalhe esse funcionamento na F6 da SD 3.

F6: *Não sou a favor da morte e acho o cara um monstro, mas ela podia ter evitado né? Vai dizer que ela não sabia que o cara tinha 5 pistolas e uma escopeta em casa? Tenho medo de tubarão, mas vou mergulhar na Austrália onde a placa diz Shark*

O enunciado acima está dividido entre duas FD que se filiam ideologicamente a duas posições-sujeitos distintas.

PS1: Não sou a favor da morte e acho o cara um monstro.
PS2: Mas ela podia ter evitado né? Vai dizer que ela não sabia que o cara tinha 5 pistolas e uma escopeta em casa?

Essa divisão indica que o SC não se identifica com a Formação Ideológica que sustenta a FD da PS1 e, por isso, seu dizer se desloca para um outro lugar, em que o sujeito filia-se a uma outra FD produzindo divergências com a FD1. Podemos, então, dizer que, apesar de a PS1 filiar o sujeito a uma FD feminista, em que a vítima não é significada como culpada pela violência sofrida, na PS2 o que sobressai é a culpabilização dessa mulher, tendo em vista que esta deveria saber sobre a índole de seu companheiro.

Podemos ainda destacar que a passagem da PS1 a PS2 através do uso do conectivo “mas”, nos enunciados em questão, remete ao que Indursky (2010, p. 11) chama de “fronteira entre saberes ideologicamente antagônicos reunidos em enunciado dividido”. Dessa forma, se estabelece uma disputa de sentidos em que temos duas posições filiadas a FD antagônicas, nas quais, para criticar o sujeito mulher e suas atitudes, o sujeito se coloca, inicialmente, contra a violência sofrida por ela. No entanto, ao se colocar

contrariamente à violência, questiona as atitudes da mulher mostrando que para ele há uma parcela de responsabilidade dela.

O efeito de *desqualificação* da mulher também aparece nas postagens através do *foco narrativo* dados aos casos pelas reportagens ao pôr em evidência características ou comportamentos das mulheres antes de serem mortas, mobilizando sentidos de julgamento negativos para essas mulheres. Podemos observá-lo nas figuras 4 e 5.

Figura 4 – A desqualificação através do modo de enunciação do foco narrativo



Fonte: Publicadas no G1 entre os anos de 2015 e 2022 e recortadas em julho de 2023.

Figura 5 – A desqualificação através do modo de enunciação do foco narrativo



Fonte: Publicadas no G1 entre os anos de 2015 e 2022 e recortadas em julho de 2023.

Retiramos das figuras 4 e 5 as formulações que representam o modo de enunciação pelo foco narrativo e que compõem a SD 4.

SD4:

F1: Jovem é estuprada e morta *em bar* em SP.

F2: Detento mata companheira *durante visita íntima*.

F3: Mulher é morta *após olhar o celular do namorado*, diz delegado na PB.

F4: Homem mata mulher na frente da filha *após descobrir traição* pelo WhatsApp.

F5: Polícia diz que designer foi morta pelo amante *após se recusar a fazer um aborto*.

F6: Mulher é morta *após se recusar a fazer um aborto* em SP.

Na SD4, temos formulações que focalizam aspectos aparentemente circunstanciais do crime, fazendo referência a atitudes das mulheres (“após olhar o celular do namorado”, “após descobrir traição”, “após se recusar a fazer um aborto”) ou aos locais em que estavam quando sofreram as violências (“em bar”, “durante visita íntima”). A produção dos efeitos de desqualificação não está, no entanto, na superfície das formulações e de seus mecanismos sintáticos, mas no que elas ativam no interdiscurso sobre mulheres. Em todos os casos trazidos pelas postagens das figuras 4 e 5, notamos que o não dito funciona para demarcar essas mulheres como culpadas, uma vez que os sentidos se direcionam para como elas poderiam ter evitado os crimes de que foram vítimas, seja não frequentando determinados lugares seja não ocupando determinadas posições sociais.

Ao dizer onde elas estavam (F1: no bar, F2: na visita íntima [em um presídio]) ou o que fizeram antes de serem mortas (F3: olhar o celular do namorado; F4: após descobrir traição; F5: foi morta pelo amante após se recusar a fazer um aborto) se apaga o fato de que os culpados são apenas aqueles que as mataram e que fizeram isso por outras questões. Esse silenciamento da estrutura social que sustenta a violência contra mulheres atenua a culpa do homem, uma vez que, uma mulher idealizada pelo patriarcado como merecedora de sobreviver aos seus relacionamentos não pode ir ao bar, ao presídio, ou mesmo desafiar seus companheiros ao negar-lhes suas vontades ou desconfiar deles.

Logo, o modo de enunciação pelo foco narrativo relata como aconteceu ou quais atitudes da vítima levaram ao seu assassinato. Percebe-se a produção de um efeito de responsabilização da mulher por sua morte, tendo em vista que a focalização nesses aspectos não demonstra o ciclo de violências aos quais essas mulheres são submetidas, mas produzem um efeito de circunstancialidade, ou seja, destacando as circunstâncias anteriores ao crime.

Dessa forma, o que vemos na focalização narrativa dos fatos é uma reiteração dos sentidos da passionalidade, em que a plena consciência do criminoso estaria comprometida por uma suposta imprevisibilidade do desfecho, sendo, portanto, o resultado de um ato impensado diante de uma atitude iminente da vítima (Borelli, 2003).

Silencia-se o termo passionalidade, mas sentidos que nos remetem a ele permanecem pelo interdiscurso.

Uma das contribuições da implementação da Lei 13.104/2015 foi a desconstrução, no aparato jurídico, dos sentidos de passionalidade que eram reiterados nas notícias de casos de morte de mulheres. Esse argumento foi e ainda é utilizado por diversos acusados como forma de atenuar sua culpa, ou mesmo inocentar-se, uma vez que o acusado alegava agir sem premeditação, mas por uma suposta impulsividade resultante das atitudes da vítima.

As Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero - Feminicídio (Diretrizes, 2015) destaca a importância de não se colocar os crimes de feminicídio como passionais e sim como resultados das condições estruturais que caracterizam as relações entre homens e mulheres fomentadas pelas relações de desigualdade entre os gêneros.

As condições estruturais dessas mortes também enfatizam que são resultados da desigualdade de poder que caracteriza as relações entre homens e mulheres nas sociedades, contrapondo-se a explicações amplamente aceitas de que se tratam de crimes passionais, motivados por razões de foro íntimo ou numa abordagem patologizante, como resultado de distúrbios psíquicos (Diretrizes Nacionais, 2015).

Das postagens que compõem a SD4, destacamos os comentários daquelas que tiveram maior número de interações (F1, F2, F4 e F5). Nos comentários duas questões se sobressaem e são retomadas repetidamente em relação ao modo de significar a mulher vítima de feminicídio pela página do G1. A primeira está relacionada aos lugares frequentados por essas mulheres (bar e presídio) e a segunda são as atitudes de insubmissão as vontades dos companheiros (recusa ao aborto e a não permissão para olhar o celular). Essas duas questões serão analisadas a partir da SD 5 e 6.

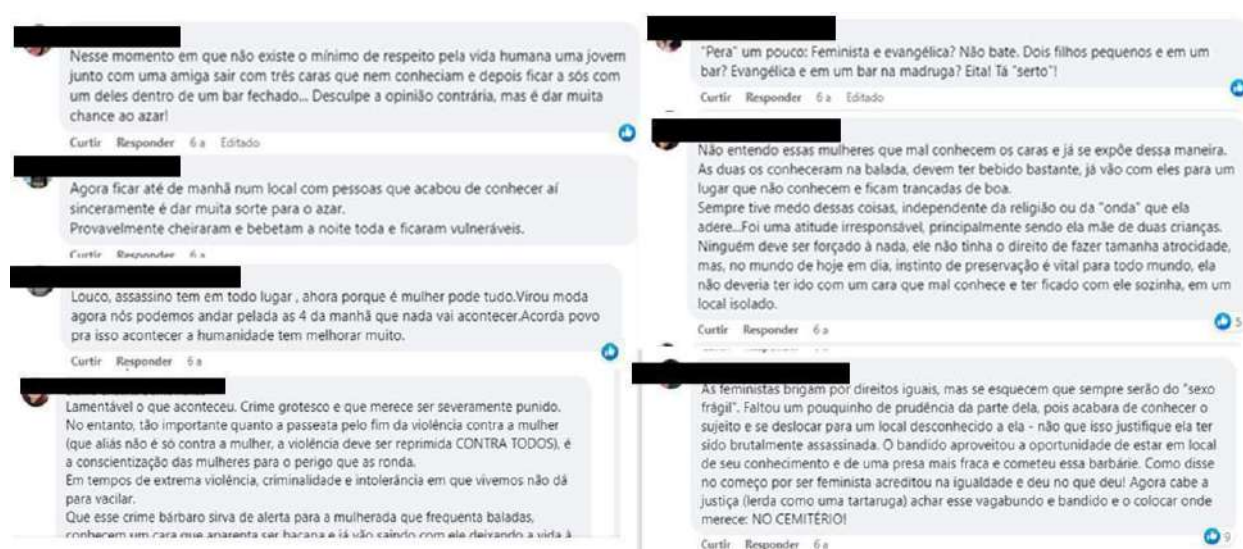
Esses lugares e atitudes são significados a partir da ideologia patriarcal como interditados para a categoria mulheres, representadas ideologicamente e moralmente como as que merecem respeito. Nesse viés, as mulheres que ocupam esses espaços ou que se comportam de maneira destoante daquela atribuída pelo patriarcalismo são colocadas como impertinentes e, por isso, mereceriam seus destinos trágicos.

Tedeschi (2012) retoma esse discurso moral a partir do interdiscurso da filosofia grega, que renegava o espaço público às mulheres, e também pelo interdiscurso da

religião judaico-cristã que propagava um ideal de mulher que separa aquelas que são inspiradas em Maria, mãe de Jesus, e que devem ser respeitadas, daquelas sustentadas pela representação de Eva e Maria Madalena, as que devem ser rechaçadas. Ao longo dos séculos, esses discursos de representação são retomados pelo viés da memória discursiva e acionados cada vez que os espaços, físicos ou sociais, ocupados por essas mulheres servem como justificação para casos de feminicídio.

Assim como nas postagens, os lugares atribuídos para as mulheres também serão retomados nos comentários de SC por meio do foco narrativo sobre como a morte aconteceu e as atitudes das vítimas que levaram até o desfecho, responsabilizando as mulheres por suas mortes.

Figura 6 – A desqualificação materializada pelo modo de enunciação foco narrativo do crime



Fonte: Publicadas no G1 no ano de 2016 e recortadas em agosto de 2022.

Os comentários da figura 6 foram feitos no ano de 2016 na postagem do caso de Débora Soriano e refletem a posição dos SC diante do que foi textualizado na primeira postagem, retomada pela figura 5 e na matéria no site do G1 sobre o caso. Percebemos que os leitores da postagem se posicionam acerca do caso pelas informações trazidas pela página, mas também às informações que constam na reportagem no site do G1

Nessa rede de comentários podemos destacar a desqualificação da mulher vítima através dos questionamentos acerca de porque uma mulher estaria na rua ou em um bar, em tal horário, como podemos ver nas formulações destacadas.

SD5:

F1: Nesse momento em que não existe o mínimo de respeito pela vida humana, *uma jovem junto com uma amiga sair com três caras que nem conhecem e depois ficar a sós com um deles dentro de um bar fechado...* Desculpe a opinião contrária, mas é *dar muita chance ao azar!*

F2: *Agora ficar até de manhã num local com pessoas que acabou de conhecer aí sinceramente é dar muita sorte para o azar.* Provavelmente *cheiraram e beberam* a noite toda e *ficaram vulneráveis*.

F3: Louco, assassino tem em todo lugar, agora *porque é mulher pode tudo*. Virou moda agora nós *podemos andar pelada as 4 da manhã que nada vai acontecer*. Acorda povo pra isso acontecer a humanidade tem que melhorar muito.

F4: “Pera” um pouco Feminista e evangélica? Não bate. *Dois filhos pequenos e em um bar? Evangélica e em um bar na madrugada?* Eita! Tá “serto”!

Percebemos pelos destaques na SD5 o apagamento, nos comentários, da responsabilidade do feminicida e o caráter de gênero do crime. Esse apagamento produz gestos de interpretação que atribuem a culpa da violência sofrida ao sujeito mulher vítima, legitimando, assim, o machismo do criminoso ao reproduzir dizeres da memória patriarcal.

O crime é silenciado pelos dizeres que colocam as atitudes das mulheres como central na discussão e não o contexto histórico e social de constituição dos crimes contra mulheres. Ao se destacar o comportamento da vítima em sair com “três caras que nem conhecem” (F1, F2) e ir para um “bar de madrugada” (F1 e F4) dando ênfase ao “azar” (F1 e F2), produz-se uma desqualificação da vítima, uma vez que se dá enfoque nas atitudes tidas como distorções dos comportamentos esperados socialmente para a mulher na sociedade patriarcal. Os sentidos são mobilizados para destacar que o erro está na vítima e não no feminicídio e sua estruturação social. Logo, tudo poderia ser evitado se a mulher tivesse se resguardado e cumprido, com base nos sentidos que constituem a memória patriarcal, o papel de mulher mãe e evangélica.

Na SD6 também temos alguns desses sentidos sendo reproduzidos, no entanto, através de uma estrutura que já mencionamos acima, que traz um efeito de crítica e indignação diante do crime, mas que, através de construções adversativas, retoma os dizeres do interdiscurso patriarcal.

SD6:

F1: *Lamentável o que aconteceu. Crime grotesco e que merece ser severamente punido. No entanto, tão importante quanto a passeata pelo fim da violência contra a mulher (que aliás não é só contra a mulher, a violência deve ser reprimida CONTRA TODOS), é a conscientização das mulheres para o perigo que as ronda. Em tempos de extrema violência, criminalidade e intolerância em que vivemos não dá para vacilar. Que esse crime bárbaro sirva de alerta para a mulherada que frequenta baladas.*

F2: *Não entendo essas mulheres que mal conhecem os caras e já se expõe dessa maneira. As duas os conheceram na balada, devem ter bebido bastante, já vão com eles para um lugar que não conhecem e ficam trancadas de boa. Sempre tive medo dessas coisas, independentemente de religião ou da “onda” que ela adere... Foi uma atitude irresponsável, principalmente sendo ela mãe de duas crianças. Ninguém deve ser forçado à nada, ele não tinha o direito de fazer tamanha atrocidade, mas, no mundo de hoje em dia, instinto de preservação é vital para todo mundo, ela não deveria ter ido com um cara que mal conhece e ter ficado com ele sozinha, em um local isolado.*

F3: *As feministas brigam por direitos iguais, mas se esquecem que sempre serão do “sexo frágil”. Faltou um pouquinho de prudência da parte dela, pois acabara de conhecer o sujeito e se deslocar para um local desconhecido a ela – não que isso justifique ela ter sido brutalmente assassinada. O bandido aproveitou a oportunidade de estar em local de seu conhecimento e de uma presa mais fraca e cometeu essa barbárie. Como disse no começo por ser feminista acreditou na igualdade e deu no que! Agora cabe a justiça (lerda como uma tartaruga) achar esse vagabundo e bandido e o colocar onde ele merece: NO CEMITÉRIO!*

Nas três formulações que compõem a SD6 se combinam os modos de enunciação adversativo e do foco narrativo na culpa da mulher. Nas formulações, percebemos que há uma crítica à brutalidade do crime cometido (F1 - “crime grotesco”, “crime bárbaro”; F2 - “Tamanha atrocidade”; F3 - a “brutalmente assassinada”) e a defesa de um suposto merecimento de tal violência por parte da vítima (F2 - “ninguém merece ser forçado a nada”; F3 - “não que isso justifique ela ter sido brutalmente assassinada”). Essa posição se contrai com os sentidos produzidos pelas postagens. No entanto, se constrói a partir de um jogo de forças e de tensão entre essa contraindificação e a própria identificação, percebida pela forma de questionar as atitudes da vítima como “vacilo” (F1), “irresponsabilidade” (F2) e “imprudência” (F3). Não são as atitudes do assassino, mas as “escolhas” ou “imprudência” da vítima que a levaram para o seu martírio.

O crime de gênero é, portanto, silenciado através do não dito, pela referência aos comportamentos da vítima e não ao que estrutura essa violência em nossa sociedade. Percebemos que é silenciada também nos comentários a responsabilidade do feminicida e o caráter de gênero do crime. Esse silenciamento aciona gestos de interpretação que

atribuem a culpa ao sujeito mulher vítima, legitimando, assim, ao reproduzir dizeres da memória patriarcal, o machismo do criminoso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa análise nos mostrou que as mulheres vítimas de feminicídio são significadas na página de Facebook do G1 por meio do *efeito de desqualificação das mulheres vítimas de feminicídio*. Esse funcionamento discursivo se constitui por aquilo que é silenciado, mas significa na rede de memória do patriarcalismo. Dessa forma se desqualifica para silenciar o lugar de vítima dessas mulheres. Essa desqualificação ocorre a partir de três modos de enunciação: *a nomeação pejorativa, a enunciação adversativa e o foco narrativo do crime na culpa da mulher*.

Esses três modos de enunciação mobilizam sentidos de desqualificação, pois frisam as atitudes das mulheres que destoam dos comportamentos estabelecidos como socialmente aceitos para a mulher na sociedade patriarcal, reiterando o argumento de que que o erro estaria na vítima e não em seu algoz. Dessa maneira, a culpa do crime recai sobre a mulher por meio do que não é dito, mas que faz sentido na formação ideológica patriarcal, que sustenta todas as violências cometidas contra mulheres e que permanece como dominante em nossa sociedade.

Afirmamos, dessa maneira, que os efeitos discutidos ao longo do nosso trabalho implicam um processo discursivo de silenciamento das condições estruturais do feminicídio e de revitimização das mulheres. A ação feminicida é atenuada pelos valores ideais atribuídos às mulheres pela ideologia patriarcal que demarca lugares que podem ou não ser frequentados, atitudes que devem ou não serem tomadas por mulheres. Temos, então, aquilo que Vèrges (2021) coloca como problema na judicialização das violências sofridas por mulheres, uma vez que, demarca o poder que determinados setores têm de atribuir o lugar de vítima ou não para determinadas camadas da população.

Conforme a autora citada, determinados espaços de poder, assim como o Estado que julga e condena, são responsáveis pela manutenção do sistema colonialista, racista e patriarcal. Podemos dizer que o G1 se configura como um desses espaços de poder, uma vez que, ao produzir modos de significação para o sujeito mulher vítima que a desqualificam, como no caso de Amanda, em que sempre é representada pela relação com

o funk; ou nos casos em que há uma despersonalização da vítima através do silenciamento de seus nomes, em que se apaga a mulher e se destacam os detalhes mórbidos, vai se produzindo uma normalização da violência contra essas mulheres, salientando questões que não seriam relevantes na resolução do problema social e apagando questões que caracterizam o crime como resultado das estruturas de gênero. Evidentemente, esse espaço também funciona pela contradição, contudo não foi nosso foco neste trabalho.

Logo, a ênfase dada aos aspectos circunstanciais e ou pessoais da vítima faz com que os sentidos produzidos sejam encaminhados para um julgamento moral sobre a conduta dessas mulheres, reproduzindo a violência patriarcal em outro nível. Desse modo, as vítimas passam a ser revitimizadas, prolongando-se o *continuum* de violências que, segundo Pasinato (2011), seria finalizado com o feminicídio. O que podemos notar é que o efeito de desqualificação produz a culpabilização das mulheres pelos crimes sofridos e a atenuação da culpa do feminicida, isso implica um silenciamento da estrutura social que assassina mulheres em razão de gênero.

Ao se destacar o papel da mulher na tragédia e não a do seu algoz, se estabelece uma relação entre aquilo que é dito e aquilo que não é dito, mas significado através da falta, do equívoco, do jogo entre aquilo que está dizendo e os efeitos de memória que atravessam o dizer. Afinal, como assevera Pêcheux (2006) todo enunciado pode se deslocar, tornar-se outro. O crime de gênero deixa de ser o foco e a discussão passa a ser a conduta da vítima, o lugar em que ela estava, com quem ela se relacionava, acionando espaços da memória do patriarcalismo que aponta comportamentos que são permitidos ou interditados para mulheres como forma de controle dos seus corpos e como punição para qualquer desvio de conduta do papel estipulado pela Formação Ideológica do patriarcalismo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 13.104*, de 09 de março de 2015. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. ONU - Mulheres. *Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres*. Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf. Acesso em agosto de 2023.

BORELLI, Andréa. A tese da passionalidade e os códigos penais de 1890 e 1940. In: Simpósio Nacional de História, 22., 2003, João Pessoa. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa*. João Pessoa: ANPUH, 2003. CD-ROM.

COURTINE, Jean Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

DELA-SILVA, Silmara Cristina. O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia. *TESE*. (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas: 2008.

DIAS, Cristiane. A análise do discurso digital: um campo de questões. *REDISCO*. Vitória da Conquista. v. 10, n. 2, p. 8-20, 2016.

GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: FERREIRA, M. C. INDURSKY, F. *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Por la vida y la libertad de las mujeres. Fin al feminicidio. *El Dia*, V. Febrero, 2004.

LUCENA, Mariana Barreto Nóbrega de. *Mortes violentas de mulheres no Brasil e novas vulnerabilidades: da violência do patriarcado privado à violência do patriarcado público*. Porto Alegre: Aspas, 2020.

ORLANDI, Eni. *As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos*. 6 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4. ed. Campina, SP: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: Princípios e Procedimentos*. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PASINATO, Wânia. Feminicídios e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 37, p. 219-246, dez. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-83332011000200008>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200008. Acesso em: 30 maio 2020.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4. ed. Campinas, São Paulo: Pontes editores, 2006.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. et. Al. *Papel da memória*. 4.ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2015.

PRADO, Débora. SANEMATSU, Marisa. *Feminicídio: #invisibilidadeMata*. Fundação Rosa Luxemburgo. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

SEGATO, Rita. *Contra-pedagogías de la crueldad*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

TEDESCHI, Losandro. A. *As mulheres e a história: uma introdução teórica metodológica*. Dourados, Ms: Ed. UFGD, 2012.

VERGÈS, Françoise. *Uma teoria feminista da violência*. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

Recebido em: 31/05/2024

Aceito em: 24/07/2024

Ariane Silva da Costa Sampaio: Graduada em Letras - Português pela Universidade Federal de Sergipe. Mestre e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino - PPGLE - da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Professora assistente do curso de Letras na Universidade Estadual do Ceará - UECE.

Washington Silva de Farias: Professor Associado do curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino (PPGLE) da Universidade Federal de Campina Grande -UFCG, Campina Grande, Paraíba. Doutorado em Linguística -UFPB. Atua nos seguintes temas: constituição e representação discursiva de sujeitos e sentidos; discurso, memória e identidades; discurso, educação e ensino.

Estratégias de implicatura em ameaças veladas: uma possível contribuição à determinação de significados em Linguística Forense

*Implicature strategies in veiled threats: a possible contribution to
the determination of meanings in Forensic Linguistics*

Welton Pereira e Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

weltonp.silva@hotmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-4693-3151>

RESUMO

Procuramos apresentar uma orientação metodológica para o trabalho do linguista forense em tarefas de determinação de significados implícitos. O *corpus* é composto por quinze cartas de ameaça escritas em português do Brasil, analisadas por meio de concepções da Pragmática (Grice, 1991), da Semântica (Ducrot, 1987; Lakoff; Johnson, 2003; Quadros-Gomes; Sanchez-Mendes, 2018) e de teorias do discurso (Charaudeau, 2008; 2015; Fiorin, 2016). As noções de implicatura conversacional e de máxima conversacional foram relacionadas à de sentidos de língua e sentidos de discurso, evidenciando que seis estratégias de implicatura orientam a organização discursiva das ameaças veladas: o emprego de (i) metáforas; (ii) eufemismos; (iii) disfemismos; (iv) elipses; (v) vagueza e (vi) pressuposição.

Palavras-chave: máximas conversacionais; implicatura; sentidos de língua; sentidos de discurso; cartas de ameaça.

ABSTRACT

This article aims to present a methodological orientation to tasks on implicit meaning detection in Forensics Linguistics. The *corpus* consists in sixteen threatening letters wrote in Brazilian Portuguese analyzed through theoretical bases from Pragmatics (Grice, 1991), Semantics (Ducrot, 1987; Lakoff; Johnson, 2003; Quadros-Gomes; Sanchez-Mendes, 2018) and discourse theories (Charaudeau, 2008; 2015; Fiorin, 2016). The notions of conversational implicatures and conversational maxims were related to the notions of language and discourse meanings, showing that five implicature strategies guide the discursive organization of the implicit threats: the use of (i) metaphors; (ii) euphemisms; (iii) dysphemisms; (iv) semantic and syntactic gaps; (v) vague words and (vi) presupposition.

Keywords: conversational maxims; implicature; language meanings; discourse meanings; threatening letters.

INTRODUÇÃO

A ameaça consiste em um ato de fala que procura levar o destinatário a experimentar um sentimento negativo em relação a alguma sanção que possa atingi-lo. Essa é uma das principais diferenças entre esse ato de fala e outros a ele relacionados, como a promessa e o aviso, em que a não realização do que é solicitado não implica danos negativos ao interlocutor (Salgueiro, 2010; Walton, 2014).

Mesmo o Código Penal Brasileiro, ao tipificar a ameaça no artigo 147, ressalta que se trata de um mal injusto ou grave que pode ser causado à possível vítima (Bitencourt, 2010). Assim, a ameaça é entendida como um crime de linguagem (Shuy, 2005), estando no rol do que chamamos de discursos criminalizáveis; vale saber: discursos passíveis de tipificação penal (Silva, 2021).

A ação linguística da ameaça pode se realizar de maneira direta, condicional ou velada (Gales, 2020). Em Silva (2020), observamos que a ameaça se concretiza de quatro formas distintas: direta explícita; direta implícita (velada); condicional explícita ou condicional implícita. Afinal, a ameaça velada pode ocorrer tanto na ameaça direta (Esse “safado mentiroso” vai pagar caro pelo que deve) quanto na ameaça condicional (Se entrar, estamos com 6 reféns). Os termos “ameaça implícita” e “ameaça velada” são aqui tomados como sinônimos, correspondendo a ameaças em que a sanção negativa que poderá acometer a vítima não é explicitada verbalmente.

Em ameaças veladas, por vezes, o sujeito comunicante pode afirmar que não teve a intenção de ameaçar, enquanto o interlocutor afirma ter se sentido ameaçado de alguma forma. Nesses casos, um linguista contratado ou intimado a fornecer um parecer sobre o possível crime pode lançar mão de aportes teóricos advindos da Semântica, da Pragmática e da Análise do Discurso, de modo a realizar a análise do enunciado, evidenciando a possibilidade de ter havido ou não a ameaça, ao tomar por base os diferentes efeitos de sentido passíveis de serem obtidos por meio do texto. Trata-se de uma análise embasada em perspectivas linguísticas, devendo, portanto, ser realizada por um profissional versado em Linguística Forense, que será legitimado para oferecer seu

parecer técnico acerca da possível transgressão, afinal, “somente um profissional especializado na área da linguagem é capaz de empregar o conhecimento necessário para análise e tratamento de indícios de evidências linguísticas” (Lenhardt, 2022, p. 103).

A tarefa de determinar os significados e sentidos para ajudar a elucidar um suposto crime – como a ameaça, o suborno, o assédio, a injúria, dentre outros – é conhecida como *determinação de significados*, sendo uma das áreas de atuação no escopo da Linguística Forense (Sousa-Silva; Coulthard, 2016).

Considerando que a ameaça será entendida como tal se levarmos em conta a situação de comunicação, este trabalho apresenta parte dos resultados de uma investigação que se propôs a analisar ameaças explícitas e implícitas produzidas em português do Brasil (PB). O *corpus* de análise original consistiu em cinquenta cartas de ameaça. Para este artigo, contudo, foram selecionadas as cartas que apresentavam apenas ameaças veladas, por meio das quais o sujeito comunicante pode tentar furtar-se da responsabilidade pelo teor ameaçador do texto, totalizando quinze cartas de ameaça. De acordo com Fiorin (2016), a compreensão do conteúdo implícito é da responsabilidade do interlocutor, que irá inferir, a partir de suas próprias vivências, o que o enunciador “quis dizer”. Em tarefas forenses, entretanto, faz-se necessário apresentar considerações embasadas cientificamente que contribuam para a decisão judicial acerca da natureza do enunciado supostamente ameaçador.

Neste artigo, pretendemos apresentar uma sugestão metodológica de determinação de significado em textos que apresentam ameaças veladas. Para cumprir nosso objetivo, na primeira seção deste artigo, trazemos considerações basilares acerca dos estudos semânticos e pragmáticos. Em seguida, discorremos sobre a área da determinação de significados em Linguística Forense. Na terceira seção, apresentamos a metodologia utilizada na coleta e análise do *corpus*. Por fim, trazemos nossas considerações sobre algumas ferramentas teóricas e metodológicas de análise do conteúdo implícito.

O SIGNIFICADO, O SENTIDO E OS IMPLÍCITOS

A noção de “significado” tem espaço nas reflexões filosóficas desde o período clássico, com Aristóteles e Platão, por exemplo, que questionavam sobre a capacidade de a língua representar o mundo. Foi somente na chamada Virada Linguística, entretanto, que a filosofia moderna trouxe à discussão considerações mais concretas acerca da compreensão do significado dos signos linguísticos. Para Gottlob Frege, que levava em consideração a língua em suas reflexões filosóficas, o *significado* seria objetivo e compartilhado pelos membros de uma comunidade, sendo associado a um referente. Por sua vez, o *sentido* seria a forma como expressamos determinado referente. O exemplo clássico trazido por ele são as duas formas para nos referirmos ao planeta Vênus: “estrela da manhã” e “estrela da tarde”, ou Estrela D’Alva e Estrela Vésper, respectivamente. Se o referente fosse relacionado ao seu nome de maneira inequívoca, em uma proporção de 1 para 1, não haveria como termos uma construção informativa do tipo “A Estrela D’Alva é a Estrela Vésper”, em que não temos uma relação de $A = A$, mas de $A = B$, embora sejam expressões que denotem o mesmo referente no mundo real (Quadros-Gomes; Sanchez-Mendes, 2018). Diferentes referentes podem apresentar, portanto, diferentes sentidos.

Ainda no plano da Filosofia da Linguagem, com Wittgenstein, em seu segundo momento, somos apresentados à noção de que o sentido de uma expressão é o seu uso (Mendonça, 2020). Com isso, entra em cena a finalidade da interação, que poderá fornecer novas pistas para a compreensão dos sentidos de uma palavra ou sentença. Assim, com Wittgenstein, “podemos concluir que o significado de uma expressão pode variar ou mesmo alterar-se completamente, de acordo com o jogo no qual ela é jogada” (Mendonça, 2020, p. 271). Essas reflexões, desenvolvidas posteriormente pelos filósofos da linguagem Austin, Searle e Grice, deram origem às considerações pragmáticas no âmbito dos estudos da linguagem.

No que concerne à Linguística, desde Saussure, o signo linguístico é entendido como a junção de um significante (imagem acústica) e um significado (conceito) (Saussure, 1975). O Estruturalismo, então, levou em consideração o significado dos termos, justamente por apresentar a noção de *valor*, em que um item lexical apresenta significado por se contrapor aos demais itens lexicais. De igual modo, de acordo com

Quadros-Gomes e Sanchez-Mendes (2018), a noção de fonema, em Fonologia, e de morfema, na Morfologia, também levam em conta o significado. Na Fonologia, o fonema é isolado pela comutação quando notamos distinção de significado entre duas palavras que formam um par mínimo; por sua vez, na Morfologia, é entendido que o morfema é a menor unidade linguística que comporta significado, como os sufixos, os prefixos, as desinências e o radical. Mesmo em Sintaxe, por vezes, os livros didáticos e gramáticas prescritivas apontam considerações semânticas e não puramente sintáticas na compreensão de dada função, a exemplo da definição de sujeito como “o ser sobre o qual se fala”.

Embora considerada, a Semântica não foi vista como um nível de análise durante as primeiras décadas de desenvolvimento da Linguística, o que foi alterado pelos estudos de Oswald Ducrot. Em seu fazer teórico, Ducrot (1987) compreende que o significado se situa no plano da língua, enquanto os sentidos são obtidos por meio da relação entre os elementos linguísticos e contextuais, ou extralinguísticos. *Significado* seria, portanto, o sentido literal, denotativo, descontextualizado do mundo, enquanto *sentido* seria o sentido figurado, conotativo, contextualizado. Com isso, Ducrot sistematiza a forma como podemos tecer inferências a partir de um dado linguístico. Ele separa, assim, o *pressuposto*, marcado na própria língua, do *subentendido*, que consiste em interpretações não permitidas imediatamente por um dado linguístico.

Na sentença “Carlos não dirige mais seu carro”, sabemos, através do *conteúdo posto*, que há um homem chamado Carlos que tem um carro, o qual não dirige mais. Além disso, somos levados ao *conteúdo pressuposto*, devido aos advérbios “não” e “mais”, de que Carlos, anteriormente, dirigia seu carro. “Não” e “mais” são, desta forma, marcadores de pressuposição. Entretanto, se supusermos que Carlos não dirige mais seu carro porque está idoso, ou adoentado, ou porque sofreu um acidente, todas são interpretações permitidas não pela língua em si, mas por conhecimentos externos à língua, tratando-se de *conteúdos subentendidos*.

Charaudeau (2008), por sua vez, em sua Teoria Semiolingüística do Discurso, prefere falar em *sentidos de língua* e *sentidos de discurso*. Os primeiros corresponderiam ao significado dos vocábulos e sentenças, aqueles compartilhados pelos membros de uma comunidade. Por sua vez, os segundos correspondem aos sentidos passíveis de serem compreendidos, levando-se em conta a situação de

comunicação, as identidades que emergem na troca comunicativa, as finalidades enunciativas, enfim, o contexto de uso.

Em nossas análises, mobilizaremos esses termos advindos da Semiologia, que compreende o discurso como a língua mobilizada em uma situação de comunicação da qual participam diferentes sujeitos. O *sujeito comunicante* é o ser social, empírico, que projeta no discurso um *sujeito enunciador* – ser de palavra. O sujeito comunicante procura influenciar o *sujeito destinatário*, sendo este a imagem que o comunicante tem de seu interlocutor. Por sua vez, o *sujeito interpretante* é também um ser empírico que entra em contato com o texto produzido pelo comunicante (Charaudeau, 2008). O autor efetivo da carta é o sujeito comunicante, que projeta a imagem de um sujeito enunciador ameaçador e disposto a cumprir suas ameaças. Seu discurso é endereçado ao sujeito destinatário, que corresponde à vítima da ameaça. Já o sujeito interpretante é todo indivíduo que entre em contato com o texto, desde o próprio destinatário, enquanto pessoa física, aos leitores deste artigo.

Mobilizando o aporte teórico da Semiologia, se o sentido de um termo ou sentença é dependente do contexto, da situação de comunicação, do contrato que rege a troca comunicativa e das identidades que emergem da troca, somos levados a concordar com Lenhardt (2020), para quem:

[...] o uso da língua não deve ser analisado de forma isolada, pois somente por meio do contexto pode-se atribuir significação aos itens léxico-gramaticais. Não há, na língua, palavras que possam ser definidas como ofensas, por exemplo, antes de uma devida análise envolvendo os atores (quem fala, de quem se fala e para quem se fala) e o contexto. Daí a importância da análise de um profissional especializado na área dos estudos da linguagem para a interpretação de indícios e evidências de natureza linguística (p. 112).

Desse modo, os interlocutores irão interpretar o texto a partir de suas próprias vivências, levando em consideração a situação de comunicação, as identidades que emergem da troca comunicativa, as finalidades da interação e seu universo de crença. É a partir desse jogo entre o dito e o não dito que é possível inferir efeitos de sentidos e intencionalidades a partir de determinados enunciados.

Esse ponto de vista foi trazido anteriormente por Grice (1991 [1968]) por meio da noção de implicatura conversacional, que também guiará nossas análises. Para esse filósofo da linguagem, os interlocutores seguem algumas máximas conversacionais que

apresentam as regras do bom funcionamento das interações. Quando uma máxima conversacional é quebrada, o interlocutor lançará mão do *princípio da cooperação*, através do qual realizará um esforço cognitivo para inferir os sentidos do enunciado, buscando restaurar o equilíbrio da interação.

Em seu texto “Lógica e Conversação”, Grice (1991 [1968]) elenca as seguintes quatro máximas: a Máxima da Quantidade – faça sua contribuição tão informativa quanto for requisitado –; a Máxima da Qualidade – não afirme o que você acredita ser falso –; a Máxima da Relação (Relevância) – seja relevante ao tópico da conversa –; e a Máxima do Modo – evite expressões obscuras, evite ambiguidades, seja breve e seja ordenado. O autor (1991 [1968]) apresenta um exemplo retomado recorrentemente de como funciona a quebra de uma das máximas, entrando em cena o princípio de cooperação:

Suponha que **A** e **B** estejam conversando acerca de um amigo mútuo, **C**, que agora está trabalhando em um banco. **A** pergunta a **B** como **C** está indo no trabalho, e **B** responde, *Ah, muito bem, eu acho; ele gosta de seus colegas e ainda não foi para a cadeia*. Neste ponto, **A** pode perguntar o que **B** estava implicando, o que ele estava sugerindo, ou mesmo o que ele quer dizer afirmando que **C** ainda não foi preso (Grice, 1991 [1968], p. 306. Tradução nossa¹).

Notamos que a resposta de B infringe a máxima da relevância, já que o fato de C ainda não ter sido preso não diz respeito diretamente à pergunta de A. Além disso, podemos entender também que houve a quebra da máxima da quantidade, já que foi dito além do solicitado na pergunta. Daí advém o fato de A se perguntar o que B quis realmente dizer com sua resposta. Grice (1991 [1968]) explica que, dessa resposta, pode ser inferido que os colegas de C são traiçoeiros, que C pode ser tentado a fazer algo ilegal dada sua atual ocupação etc.; ou seja, são informações inferidas por meio do contexto, não explicitadas, necessariamente, no enunciado.

Além das pistas contextuais, são também relevantes à inferência os saberes de conhecimento e de crença compartilhados pelos interlocutores. Os saberes de conhecimento seriam aqueles legitimados socialmente, como os científicos; por sua vez,

¹ “Suppose that A and B are talking about a mutual friend, C, who is now working in a bank. A asks B how C is getting on in his job, and B replies, Oh quite well, I think; he likes his colleagues, and he hasn’t been to prison yet. At this point, A might well inquire what B was implying, what he was suggesting, or even what he meant by saying that C had not yet been to prison” (Grice, 1991 [1968]: 306).

os saberes de crença são aqueles não legitimados por unanimidade, como os conhecimentos religiosos e tradicionais. Esses conhecimentos correspondem ao que Charaudeau (2015) entende como *imaginários sociodiscursivos*; vale saber: os imaginários compartilhados por uma mesma comunidade. Empregando, portanto, de seus imaginários sociodiscursivos, o interlocutor poderá realizar um esforço cognitivo que lhe permita inferir os sentidos “escondidos” no enunciado transgressor a uma das máximas conversacionais.

Consoante a esse pensamento, de acordo com Fiorin (2016), implicatura “se refere às inferências geradas por expressões linguísticas, pelo contexto, pela situação de comunicação, pelos conhecimentos prévios do falante” (p. 36). O que Fiorin chama de conhecimentos prévios, preferimos elencar como os imaginários sociodiscursivos compartilhados entre os interlocutores e os demais membros de sua comunidade. Ainda de acordo com Fiorin (2016), os conteúdos implícitos podem ser pressupostos e subentendidos, ou seja, entramos, novamente, no âmbito da Semântica Argumentativa, já que esses conceitos foram desenvolvidos por Ducrot, conforme visto anteriormente.

O subentendido “é uma informação cuja atualização depende da situação de comunicação” (Fiorin, 2016, p. 39), sendo de responsabilidade do sujeito interpretante, ou seja, é dependente daquilo que o sujeito que entra em contato com o texto infere do enunciado. É devido a isso que, para Fiorin (2016), “no caso do subentendido, o enunciador pode refugiar-se atrás do sentido literal das palavras, para negar que tenha dito o que disse” (p. 39). De acordo com Ducrot (1987, p. 19):

[...] existe sempre para um enunciado com subentendidos, um “sentido literal” do qual tais subentendidos estão excluídos. Eles parecem ter sido acrescentados. Se, após afirmar que Jacques não despreza vinho, sou acusado de maledicência, sempre poderei proteger-me por trás do sentido literal de minhas palavras e deixar a meu interlocutor a responsabilidade da interpretação que delas faz.

Como já mencionamos, essa característica do subentendido pode desencadear questões de natureza judicial, quando uma parte afirma que entendeu x, enquanto o produtor do texto assevera ter dito y. Nesses casos, um linguista pode ser contratado para atuar como perito judicial ou assistente técnico, encarregando-se de realizar uma análise linguística fundamentada, de modo a confirmar ou não se determinado texto apresenta a capacidade de veicular determinados efeitos de sentido – no caso, um efeito

de sentido ameaçador e intimidador. Sobre isso, falaremos mais detidamente na seção seguinte.

DETERMINAÇÃO DE SIGNIFICADOS EM LINGUÍSTICA FORENSE

Os linguistas forenses em geral têm a compreensão de que, por vezes, um mal-entendido semântico/discursivo pode desencadear um processo judicial. Em casos extremos, até mesmo a condenação pode se dar de maneira injusta, como em um caso emblemático ocorrido na Inglaterra, em 1952, apresentado por Coulthard e Johnson (2007), que envolveu os jovens Derek Bentley e Chris Crag. No caso em questão, o enunciado “let him get it”, dito por Bentley a Crag, que segurava uma arma de fogo, foi supostamente mal compreendido pelos policiais que os abordaram quando esses invadiram uma propriedade privada. Enquanto os agentes da lei afirmaram compreender que Bentley havia dito a Crag para atirar, o que ele efetivamente fez, a defesa alegou outra interpretação do enunciado:

Houve um longo debate no tribunal sobre a interpretação do enunciado ambíguo de Bentley, que foi solucionado em favor da interpretação incriminatória da acusação, “atira nele” em vez da atenuante da defesa “dê-lhe a arma”; esta sentença de fato fez com que Bentley fosse considerado um colaborador no assassinato e, por isto, foi condenado e mais tarde enforcado (Coulthard, 2008, p. 227).

Na medida em que o significado, os sentidos e sua devida interpretação podem ser alvos de uma demanda judicial, ajudando a inocentar ou culpar alguém, trata-se de um assunto bastante caro à Linguística Forense. Desta forma, dentre as possíveis tarefas atribuídas a um linguista forense, encontra-se a chamada *determinação de significados*. De acordo com Sousa-Silva e Coulthard (2016):

Os linguistas forenses também são frequentemente contratados para recolherem elementos de prova em casos de **Determinação de Significados**, habitualmente de determinada palavra ou expressões curtas. Nesta matéria, os linguistas já contribuíram para a clarificação de significados em contratos legais, bem como para ajudar os tribunais a decidir se determinadas expressões constituem calúnia, injúria ou difamação, ou mesmo se *determinados trechos constituem uma ameaça* ou são prova de crime de ódio (p. 142-143. Negrito no original. Itálico nosso).

Sobre esse tipo de tarefa, Coulthard (2008, p. 227) assevera que “não concerne ao linguista forense decifrar palavras, mas sim interpretá-las. O sentido das frases ou mesmo das palavras individuais pode ser de importância crucial em alguns julgamentos”. Portanto, faz-se necessário que o linguista lance mão de ferramentas teóricas e metodológicas advindas de diferentes áreas da Linguística, de modo a não apenas interpretar o conteúdo de maneira como os falantes de uma dada língua poderiam fazê-lo, mas lançando mão de sua expertise de modo a fundamentar suas análises e considerações/opiniões que serão apresentadas ao juízo. Ainda de acordo com Coulthard (2008):

Advogados e juízes em geral se consideram os guardiões do sentido dos textos legais – um juiz dos Estados Unidos, por exemplo, recusou-se a admitir a Linguista Ellen Prince como uma especialista, baseando-se no fato de que é a função do tribunal decidir sobre o sentido. Ocasionalmente, porém, permite-se aos linguistas expressar sua opinião profissional. Atualmente, há vários casos chegando aos tribunais sobre o sentido e clareza das advertências nos maços de cigarro [...] e sobre a explicitação e honestidade dos conselhos de cautela às mulheres acerca dos implantes de mama (p. 228).

Como visto, a literatura em Linguística Forense apresenta alguns casos reais nos quais a análise do significado ou sentido de um termo ou expressão foi fundamental para o andamento de um processo judicial. Outro caso apresentado por Coulthard (2008) acerca da tarefa de determinação de significados é concernente a um trabalho pericial realizado por Prince. Na ocasião, um senhor de 58 anos, trabalhador em uma indústria de cimento, processou uma companhia que havia se recusado a pagar sua pensão. A companhia de seguros alegou que o homem havia respondido de forma mentirosa a um questionário que perguntava se ele apresentava alguma deficiência. Como ele afirmara que não, a companhia alegou a mentira, pois o senhor estava acima do peso e apresentava alto índice de colesterol. Estava em jogo, portanto, os significados da palavra “deficiência”, em inglês. De acordo com Coulthard (2008), Prince alegou justamente a vagueza dessa palavra, afirmando que o leitor cooperativo inferiria que “deficiência” teria um sentido relativo a alguma incapacidade ou inaptidão física, defendendo, assim, que o indivíduo não havia agido de má fé. Prince, deste modo, mobilizou um conceito teórico da Pragmática de Grice, o *princípio da cooperação*, o qual também mobilizaremos em nossas análises.

Em ameaças veladas, embora o locutor possa afirmar que os sentidos permitidos por seus enunciados não eram concernentes à sua intenção, é o que o interlocutor compreende que será objeto de uma demanda judicial. Afinal, se a possível vítima, o interlocutor alvo da suposta ameaça, sentir-se ameaçada em algum grau, poderá acionar a Justiça. Entram em cena os saberes de língua e saberes de discurso apresentados pela Teoria Semiolinguística do Discurso (Charaudeau, 2008).

A seguir, descreveremos nosso passo-a-passo metodológico.

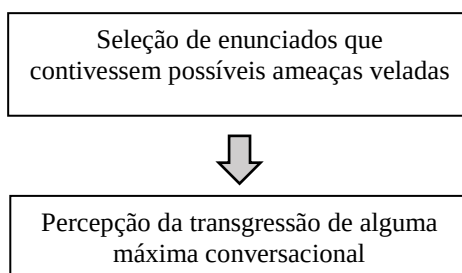
METODOLOGIA

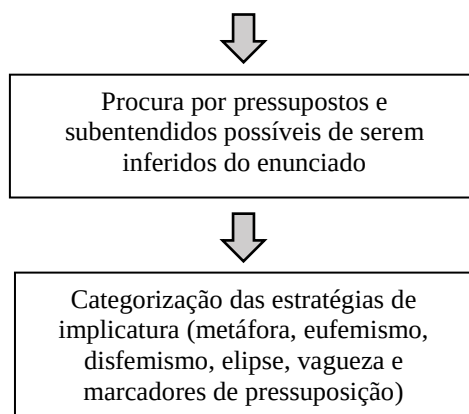
O *corpus* de pesquisa foi coletado da internet, tendo sido divulgado por mídias diversas. Procuramos por fotos das cartas de ameaça e não apenas a transcrição por parte da instância de produção dos veículos de comunicação, embora um dos textos tenha sido divulgado por meio da imagem do boletim de ocorrência e não da carta propriamente dita. Após a coleta, realizamos a transcrição do material para um documento editável, visando à otimização da análise, mas preservando as idiossincrasias ortográficas e gramaticais dos textos.

O *corpus* desta investigação é composto por quinze cartas que apresentam, ao total, vinte e sete ameaças. Apesar de empregarmos quantificações, a natureza desta análise é qualitativa e não exaustiva devido ao tamanho pequeno do *corpus*. O objetivo é tecer considerações sobre algumas ferramentas teóricas que podem embasar o trabalho de um linguista forense que se depare com a tarefa de verificar a possível ocorrência de alguma ameaça velada. O tamanho do *corpus* se justifica pela própria natureza do gênero textual *carta de ameaça*, que consiste em um gênero de difícil acesso para a pesquisa científica.

Com o *corpus* selecionado e transcrito, procedemos às seguintes etapas:

Imagem 1: processo metodológico





Fonte: dados da pesquisa

No próximo item, apresentaremos os resultados atingidos.

RESULTADOS: ESTRATÉGIAS DE IMPLICATURA NA ELABORAÇÃO DE AMEAÇAS VELADAS

Após a delimitação do *corpus* e seleção das ameaças veladas, no total de vinte e sete (27) (média de 1,7 ameaças por carta), primeiramente, verificamos qual máxima conversacional havia sido transgredida, de modo a ser preciso lançar mão das implicaturas para que o equilíbrio da interação fosse recuperado. Posteriormente, verificamos se havia marcadores de pressuposição, verificando também possíveis subentendidos. Em seguida, procuramos evidenciar as diferentes estratégias de implicatura que foram empregadas no *corpus* analisado.

A Máxima de Modo foi transgredida vinte e duas (22) vezes, quando o sujeito enunciador, procurando se furtar de produzir um enunciado explícito acerca da sanção negativa que poderia acometer o destinatário, fez uso de estratégias linguístico-discursivas que obscureceram o significado do enunciado. A Máxima da Quantidade, por sua vez, foi transgredida cinco (05) vezes, quando o sujeito enunciador forneceu menos informações que deveria para uma efetiva e não velada comunicação. Em seguida, procuramos pelos sentidos implícitos, notando a ocorrência de três (03) momentos em que marcas de pressuposição foram utilizadas e vinte e cinco (27) ocorrências de estratégias que elencamos sob o rótulo de “subentendido”. Vale lembrar que, para Ducrot (1987), retomado por Fiorin (2016), o pressuposto é marcado na

língua, enquanto o subentendido deve ser recuperado por meio de pistas contextuais, neste trabalho, relacionadas aos saberes de discurso descritos por Charaudeau (2008). O número menor de marcadores de pressuposição é explicado justamente por sua dependência em relação a itens lexicais, como certos verbos e advérbios. Como o subentendido é de responsabilidade do interlocutor (Fiorin, 2016), não dependendo diretamente de elementos linguísticos específicos, sua ocorrência é maior.

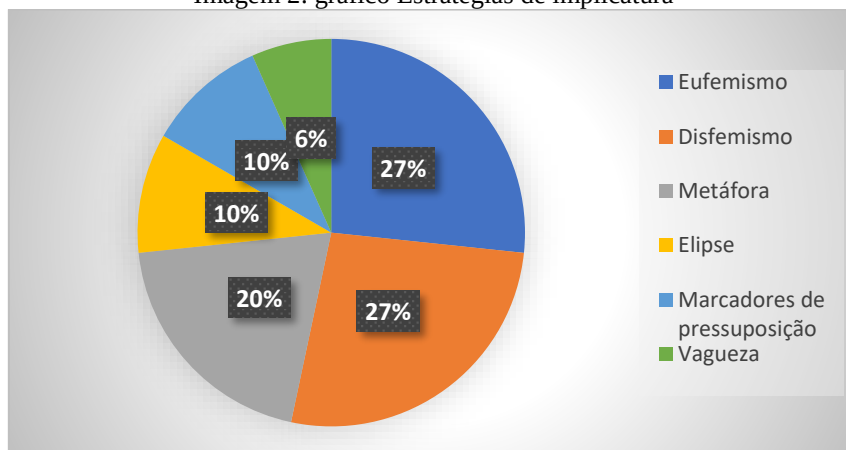
É importante mencionar que as marcas de pressuposição contribuíram para o conteúdo veiculado pelo enunciado em que apareceram, embora, em duas ocorrências, não tenham sido empregadas diretamente para camuflar as ameaças, com esse uso figurando em apenas uma ocorrência. Desta forma, ao lado dos marcadores de pressuposição, classificamos as estratégias de implicatura utilizadas com a finalidade de deixar subentendido os sentidos das ameaças, tornando-as veladas:

- a) **Metáfora** (06 ocorrências): o sujeito enunciador não lança mão de uma ameaça explícita, mas emprega a metáfora como recurso. A metáfora será aqui tratada como a compreensão de um domínio de experiência mais abstrato por meio de um domínio mais concreto (Lakoff; Johnson, 2003; Cançado, 2012). No exemplo a seguir, o mal [+ abstrato] é semiotizado como o gosto amargo [+ concreto]. Ex: “Você vai receber amargamente tudo qui vem fazendo comigo”.
- b) **Eufemismo** (08 ocorrências): o sujeito enunciador pode procurar amenizar a ameaça, empregando um termo ou expressão atenuante para substituir os termos de valor negativo ou depreciativo que poderiam ser selecionados. No exemplo a seguir, “lição bem dada” trabalha como atenuante para o que poderia, de fato, acometer o interlocutor. Ex.: “Você é um desgraçado que merece uma lição bem dada”.
- c) **Disfemismo** (08 ocorrências): ao contrário do eufemismo, que busca atenuar uma expressão de valor negativo, o disfemismo mantém o sentido negativo ou depreciativo (Pérez, 2012). A estratégia também pode auxiliar na elaboração de ameaças veladas, como no exemplo a seguir, em que a ideia de “morte” não foi suavizada, tornando o sentido negativo ainda mais explícito. Ex.: “A cada dia você tira uma pá de terra da sua cova”.

- d) Elipse (03 ocorrências): por meio da elipse, um recurso sintático e semântico de não preenchimento de um sintagma, o sujeito enunciador deixa a cargo do interlocutor completar os males que poderão ocorrer a partir da ameaça. No exemplo a seguir, não ocorre o sintagma preposicional que funciona como objeto indireto do verbo “prestar”. O símbolo de conjunto vazio Ø marca a elipse. Ex.: “Em sua casa nada vai acontecer, mas quando saírem na rua prestem atenção Ø”.
- e) Vagueza (02 ocorrências): de acordo com Cançado (2012, p. 68), “esse fenômeno semântico [a vagueza] está associado a expressões que fazem referências apenas de uma maneira aproximada, deixando o contexto acrescentar as informações não especificadas nas expressões vagas”. No exemplo a seguir, o termo “coisas”, no contexto empregado, é entendido como algo negativo, mas não sabemos exatamente do que se trata. Ex.: “coisas vão acontecer”.
- f) Marcadores de pressuposição (3 ocorrências): de acordo com Koch (2015), certos elementos linguísticos se prestam à introdução de um conteúdo pressuposto. Enquanto o pressuposto é marcado linguisticamente, o subentendido não depende exclusivamente de formas linguísticas. No exemplo a seguir, o advérbio “ainda” pressupõe que o interlocutor não pagou caro, mas pode vir a pagar. Ex.: “você seu maldito ainda vai pagar muito caro por isso”.

Para uma melhor visualização dos dados, observemos o gráfico a seguir:

Imagem 2: gráfico Estratégias de implicatura



Fonte: dados da pesquisa

No *corpus* analisado, 27% (8 oc.) das ameaças veladas foram realizadas por meio do emprego de *eufemismo*, em que o sujeito enunciador procura amenizar o mal que poderia acometer o interlocutor; 27% (8 oc.) foram realizadas por meio do *disfemismo*, assim, embora não houvesse explicitação do mal de maneira direta, não houve atenuação do valor negativo; 20% (6 oc.) foram realizadas com o emprego de *metáfora*, em que o sujeito enunciador semiotiza a sanção negativa através de uma noção mais concreta; 10% (3 oc.) foram realizadas por meio de *elipse*, em que o sujeito enunciador prefere não verbalizar a sanção negativa; e em 6% (2 oc.) houve o emprego da *vagueza*, em que são trazidas palavras cujo sentido é difícil de se determinar, mesmo levando em conta o contexto. Por sua vez, marcadores de pressuposição foram utilizados em 10% das vezes (3 oc.), embora apenas uma ocorrência tenha sido empregada para implicar a ameaça.

Desse modo, através de metáforas, eufemismos, disfemismos, elipses, vagueza e marcadores de pressuposição, o sujeito enunciador realiza sua ameaça, mas deixando a cargo do sujeito interpretante a compreensão do mal injusto ou grave que poderá cometê-lo. É possível inferir que uma sanção negativa irá recair sobre o interlocutor, mas o sujeito enunciador não deixa claro do que se trata, obscurecendo o significado ou deixando lacunas de sentido a serem preenchidas.

A classificação de cada estratégia em cada enunciado está contida no quadro a seguir:

Quadro 1: ameaças veladas e estratégias de implicatura

Texto	Enunciado contendo ameaça	Estratégia de implicatura
01	Esse “safado mentiroso” vai <u>pagar caro</u> pelo que deve, e pela boca suja que tem	metáfora – sanção negativa [+ abstrata] semiotizada como “pagar caro” [+ concreto]
02	Segue alguns nomes que podem <u>descer na enchente do rio</u>	disfemismo – embora não se explicita o mal vindouro, a ideia de “descer na enchente” também evoca valor negativo.
03	Venho parabenizar pelos milhares dias de vida até o momento, pois a partir de hoje <u>suas vidas estão contadas</u> .	eufemismo – “suas vidas estão contadas” atenua, em certa medida, a ideia de vida em risco.
04	Aviso: Você é um ser irracional trata seus cães como dejetos logo você <u>irá ser punido</u> .	disfemismo – embora o sujeito enunciador não empregue explicitamente a sanção negativa que poderá acometer o destinatário, o termo “punido” apresenta-se com sentido negativo.
	você seu maldito <i>ainda</i> vai <u>pagar muito caro</u> por isso.	metáfora – sanção negativa [+ abstrata] semiotizada como “pagar caro” [+ concreto] pressuposição – o advérbio “ainda” trabalha como um marcador de pressuposição, deixando entrever que o interlocutor não pagou, mas poderá

		pagar caro. Contudo, a pressuposição não trabalha como estratégia de implicatura para a ameaça em si.
	Você é um desgraçado que merece <u>uma lição bem dada</u> .	eufemismo – “lição bem dada” atenua o possível mal que pode recair sobre o destinatário. Não foi classificado como metáfora pelo fato de a sanção negativa poder ser entendida, de fato, como lição, a depender de sua natureza.
	Você vai <u>se ferrar</u> aguarde.	metáfora – a sanção negativa [+ abstrata] é semiotizada como o ato de “se ferrar” [+ concreto], expressão cristalizada que pode ter origem no ato de ferrar o gado, para marcar propriedade.
	Vai <u>se ferrar</u> desgraçado	metáfora – a sanção negativa [+ abstrata] é semiotizada como o ato de “se ferrar” [+ concreto], expressão cristalizada que pode ter origem no ato de ferrar o gado, para marcar propriedade.
	you não perde Ø por esperar Ø.	elipse – ocorre a omissão dos complementos dos verbos “perder” e “esperar”. Embora esta seja uma expressão cristalizada, evoca um implícito que necessita ser completado pelo destinatário.
05	Em sua casa nada vai acontecer, mas quando saírem na rua prestem atenção Ø.	elipse – o segundo complemento do verbo “prestar” foi omitido propositalmente, correspondendo, justamente, à sanção negativa.
	Sempre tem um primeiro aviso, depois <u>ação</u>	vagueza – o termo “ação” apresenta diversos sentidos, mas o contexto permite compreender que se trata de uma ação que ferirá o destinatário de algum modo. O sentido, contudo, é vago.
	<u>Coisas</u> vão acontecer	vagueza – o termo “coisas” apresenta diversos sentidos, mas o contexto permite compreender que se trata de uma sanção negativa que poderá acometer o interlocutor. O sentido, contudo, é vago, impreciso.
06	Todos os cachorros que latirem fora de hora [...] serão visitados pelo Entregador de lingüiça que as distribuirá gratuitamente, para que seus animais tenham um <u>sono profundo</u> , e <i>não mais</i> perturbem o silêncio alheio	eufemismo – “sono profundo” atenua a noção de “morte”. pressuposição – a marca de pressuposição “não mais” remete ao pressuposto de que os animais perturbam o silêncio alheio, sendo o motivo da ameaça.
	Quem avisa amigo é, tomem atitude, caso contrário a guapecada <u>vai aparecer com as quatro pernas pra cima com a boca cheia de formigas</u> .	disfemismo – o excerto “vai aparecer com as quatro pernas para cima com a boca cheia de formigas”, apesar de substituir “vai morrer”, não atenua, mas acentua a violência e negatividade da morte.
07	A cada dia você <u>tira uma pá de terra da sua cova</u> .	disfemismo – “tira uma pá de terra da sua cova” substitui em certa medida “procura sua morte”, embora não haja atenuação, mas reforço do sentido negativo.
	Você vai <u>receber amargamente</u> tudo qui vem fazendo comigo.	metáfora – sanção negativa [+ abstrata] semiotizada como gosto amargo [+ concreto]
	Mais em breve você terar uma grande surpresa.	eufemismo – “grande surpresa” atenua o mal que poderá acometer a destinatária.
08	A cada um desses que andam pelas ruas declarando seu “amor” bestial traremos o <u>fogo santo da purificação</u>	eufemismo – o sujeito enunciator procura atenuar a agressão ou morte, nomeando-a de “fogo santo da purificação”.
	Esse foi apenas o <i>primeiro</i> caso na	eufemismo – o sujeito enunciator procura atenuar

	cidade a passar pela <u>purificação</u>	a agressão ou morte, nomeando-a de “purificação”. pressuposição – o marcador de pressuposição “primeiro” deixa entrever que, minimamente, haverá um segundo caso. Essa foi a única ocorrência em que a pressuposição implícita uma possível ameaça.
09	Aliás, estamos pensando seriamente em mandar a (xxxxxxxxxx) (sem crase) São Paulo, uns quatro fuzileiros e trazer você ao Rio para <u>nadar um pouco no Rio Paquerer</u> , no qual muitos vagabundos que nem você, nadaram nos anos 60/70.	disfemismo – “nadar no Rio Paquerer” poderia ser entendido como um eufemismo para a morte; porém, o próprio sujeito enunciador deixa explícito o sentido negativo ao evocar o contexto da Ditadura Militar nos anos 60/70. Como o caráter negativo é acentuado, classificamos como disfemismo.
	Cuidado, você está na <u>marca do penalty</u> .	metáfora – a noção de “estar prestes a morrer” [+ abstrata] foi semiotizada por meio de uma noção futebolística [+ concreta].
10	Se entrar Ø, estamos com 6 refens, os passarinhos da diretora, estão todos amarados.	elipse – ocorre a omissão proposital da oração condicionada “Se entrar Ø”, deixando implícito o que acontecerá com os reféns.
11	Se não tivermos uma resposta a <u>cadeia vai pro chão</u> .	disfemismo – “a cadeia vai pro chão” salienta o caráter negativo da rebelião e demais atitudes que podem ser tomadas.
12	se ele voltar a acusar ele <u>pode sofrer</u> por isso.	eufemismo – embora o verbo “sofrer” tenha um sentido negativo, junto como o verbo modal “poder”, trabalha para atenuar os males que poderão acometer o alvo da ameaça.
13	queremos respeito de um com o outro que aquele que vier a passar por cima da nossa disciplina estaremos trocando um papo e pedindo <u>cobrança a altura</u> .	eufemismo – “cobrança a altura” atenua o possível mal que pode acometer “aquele que vier a passar por cima da nossa disciplina”. A menção ao diálogo, “trocando um papo”, corrobora essa interpretação atenuante.
14	Se o Uber entrar em Floripa tu <u>vai pra vala</u> seu plaiboi filho da puta	disfemismo – “vai pra vala” substitui “você vai morrer”, não atenuando, mas reforçando o caráter negativo.
15	AQUE E A G.D.E PORRA VOCES VEM COM OPRESSAO ENTAO NÓS VAI <u>TREMER O ESTADO</u> SE VOCES NAO NOS ATENDER.	disfemismo – “tremar o estado” não atenua o conjunto de ações negativas ameaçadas pela facção Guardiões do Estado, servindo para reforçar o caráter negativo das ações.

Fonte: dados da pesquisa.

A seguir, apresentamos alguns excertos que serão analisados de maneira qualitativa. Selecionamos apenas alguns dos que consideramos mais representativos das seis estratégias encontradas em nosso *corpus*, dado o tamanho de um artigo científico. Possivelmente, outros pesquisadores, analisando *corpora* mais extensos, poderiam descrever outras estratégias de implicatura em ameaças além das aqui trazidas:

a) A cada dia você tira uma pá de terra da sua cova. Você vai receber amargamente tudo qui vem fazendo comigo

A carta foi enviada por um homem a uma mulher, com quem era casado. Durante o percurso da carta, o sujeito enunciador afirma que se sente apartado da vida da companheira, que o decepcionou, de modo a ser levado a se vingar. Entretanto, ele não explicita o que poderá fazer, empregando subterfúgios linguísticos para camuflar suas ações futuras, o que é compreendido como uma transgressão à Máxima do Modo, que preconiza que devemos elaborar enunciados claros e acessíveis pelo bem da interação.

Contudo, no enunciado em apreço, o sujeito enunciador lança mão de um disfemismo por meio de uma construção cristalizada em língua portuguesa, relacionando a possível morte futura de sua esposa à “cova”, sendo que é a própria destinatária da carta, na visão do enunciador, que está se conduzindo à própria morte. Há, então, um posicionamento valorativo, em que o sujeito enunciador deixa claro que, em seu ponto de vista, a ex-companheira comete ações que podem levá-la à morte. Como houve a transgressão da Máxima de Modo, o sujeito interpretante – leitor empírico – precisa trazer à tona seus saberes de língua e saberes de discurso para compreender que a construção “tirar uma pá de terra da cova” pode corresponder ao sentido de “buscar a própria morte”. Trata-se, portanto, de uma ameaça de morte velada.

Nesse mesmo excerto, há ainda outra ameaça velada, empregada através da metáfora em “receber amargamente tudo qui vem fazendo comigo”. Há um mal injusto ou grave implícito, mas não sabemos do que se trata. Como visto, as metáforas, sob um ponto de vista cognitivo (cf. Lakoff; Johnson, 2003; Cançado, 2012), são usadas para que um tema de domínio mais abstrato seja apresentado por meio de um tema de domínio mais concreto. No caso, o mal (domínio [+ abstrato]) foi representado pelo gosto amargo (domínio [+ concreto]), relacionado a alimentos estragados ou exóticos, por exemplo, no percurso metafórico MAL > GOSTO AMARGO. Novamente, com a transgressão à Máxima de Modo, o sujeito interpretante precisa realizar um maior esforço cognitivo, mobilizando seus saberes de língua e de discurso, evocando imaginários sociodiscursivos, para perceber que o sintagma verbal “receber

amargamente” corresponde a uma sanção negativa que poderá acometer a ex-companheira do sujeito comunicante.

Outra metáfora empregada nas ameaças veladas em nosso *corpus* diz respeito à relação entre a sanção negativa e o ato de pagar (caro). O próximo excerto ilustra essa ocorrência:

b) você seu maldito ainda vai pagar muito caro por isso.

A carta foi endereçada ao tutor de alguns cães que, supostamente, sofreriam maus tratos. O sujeito enunciador afirma que, se os cães não fossem retirados do recinto em que eram tratados “como dejetos” – palavras do sujeito enunciador –, haveria uma sanção negativa devido a esse comportamento. A sanção negativa, entretanto, é categorizada apenas como “você vai ser punido”, novamente, um disfemismo, pois, embora haja a transgressão à Máxima de Quantidade, visto que a punição não é evidenciada, os saberes de língua denotam “punição” como pena, castigo, condenação, dentre outras possibilidades semânticas. Não ocorre, portanto, um eufemismo que visa a amenizar o sentido da sanção negativa que pode ser imposta ao tutor dos cães. Embora o disfemismo seja normalmente realizado em tom jocoso, substituindo um termo tabu (Pérez, 2012), compreendemos aqui que, quando não ocorre amenização dos sentidos negativos, ocorre o emprego do disfemismo.

No excerto em apreço, há também a transgressão à Máxima de Modo, pois a metáfora “pagar caro” é utilizada para se referir à suposta punição que acometeria o destinatário da carta, por meio do percurso metafórico PUNIÇÃO > PAGAR CARO. Essa expressão é relacionada às transações monetárias, estando no campo associativo do dinheiro. Novamente, um tema de sentido [+ abstrato] – a punição – foi semiotizado em um tema de sentido [+ concreto] – a transação monetária.

A seguir, apresentamos um exemplo de eufemismo:

c) A cada um desses que andam pelas ruas declarando seu “amor”
bestial traremos o fogo santo da purificação para que quando
fizemos nosso papel de apresentá-lo ao senhor Jesus Cristo eles
possam passar pela sua aprovação.

A carta da qual retiramos esse excerto foi encontrada ao lado de um rapaz homossexual agredido por um grupo homofóbico. A homofobia inerente ao grupo é perceptível pelas escolhas lexicais que o sujeito enunciador da carta faz ao qualificar o amor homossexual como “bestial”, inclusive, inserindo o núcleo do sintagma (amor) entre aspas, sendo essa uma evidente estratégia para se afastar da categorização do sentimento. Isto é, o sujeito enunciador não entende o amor homossexual como um sentimento válido, deslegitimando sua nomeação como amor (Silva, 2020).

O sujeito enunciador, que também se apresenta como um grupo plural por meio das formas linguísticas “traremos” e “nosso”, ainda se posiciona como cristão e servo de Jesus Cristo, supostamente tendo a intenção de “purificar” os homossexuais. O sintagma “fogo santo da purificação”, entretanto, foi empregado como um eufemismo para se referir à agressão sofrida pelo jovem, conforme pode ser atestado pelo contexto no qual a carta foi encontrada. Embora a agressão seja uma informação extratextual, levando em consideração apenas o texto da carta, é possível averiguar que se trata de uma ameaça velada, visto que os sujeitos enunciadores afirmam que farão “uma limpeza” na cidade, terminando a carta com os dizeres:

d) Que acabe a abominação da homossexualidade

Que acabe sua sujeira neste mundo

Amém

O sentimento homofóbico é, portanto, explicitado no desejo, que imita intertextualmente uma oração, de que a “abominação” e a “sujeira” da homossexualidade sejam extirpadas, o que permite a compreensão de que a “purificação” mencionada não se trata de uma conversão espiritual, mas uma agressão ou mesmo a morte. Como isso, pelo fato de a agressão ou a morte serem semiotizadas como “fogo santo da purificação”, consideramos se tratar de um eufemismo, uma tentativa de atenuação do conteúdo negativo, o que evidencia a intencionalidade de não explicitar que se tratava de uma ameaça. Ainda nessa carta, evidenciamos uma ameaça implícita a toda a comunidade LGBTQIA+ da cidade:

e) Esse foi apenas o *primeiro* caso na cidade a passar pela purificação

O uso do numeral ordinal “primeiro” serve como marcador da pressuposição de que, minimamente, haverá um segundo caso na cidade a receber a suposta “purificação” por parte do grupo que ameaça. Trata-se da única ocorrência no *corpus* de marcador de pressuposição que serve para tornar a ameaça implícita, afinal, o enunciador não diz claramente que outros serão acometidos, mas essa inferência é permitida por meio do numeral “primeiro”. Por seu turno, “purificação” também foi entendido como um emprego de eufemismo, visto que o sujeito enunciador procura atenuar a sanção negativa que acometeria as possíveis vítimas.

O próximo excerto também provém de uma carta de natureza homofóbica, pela qual um grupo de vizinhos ameaça um casal lésbico morador de um condomínio. Na carta, o sujeito enunciador afirma que a vizinhança é repleta de pessoas de bem, mas que o casal habita uma “pocilga” má frequentada em que ocorrem supostas brigas e orgias. Após solicitar que o casal se mude da vizinhança, há a enunciação da ameaça velada:

f) Em sua casa nada vai acontecer, mas quando saírem na rua prestem atenção Ø.

No enunciado em apreço, ocorre a transgressão da Máxima da Quantidade, pois o sujeito enunciador não afirma o que pode acontecer quando as destinatárias saírem à rua. Pelo operador argumentativo “mas”, somos orientados à conclusão de que o casal corre algum tipo de risco fora de sua casa. Com isso, é evidenciada a relação adversativa entre o espaço da casa, em que as vítimas da ameaça estarão seguras, e o espaço público da rua, em que podem sofrer algum tipo de mal. Há, entretanto, uma elipse que deve ser preenchida pelo sujeito interpretante por meio de um esforço cognitivo que procura restaurar o equilíbrio da interação, conforme Grice (1991). Afinal, o mal não é explicitado, havendo uma lacuna no enunciado. Nesse contexto, o verbo “prestar” funciona como bitransitivo, selecionando dois argumentos internos: um objeto direto (atenção) e um objeto indireto (não realizado). Com isso, ocorre a omissão justamente da informação relativa ao elemento a que se deveria prestar atenção. A elipse foi marcada na sentença em apreço com o símbolo de conjunto vazio, delimitando a posição em que haveria o sintagma preposicional [Ø].

A sanção não é proferida, posta em formas linguísticas, mas essa lacuna permite algumas inferências de ordem negativa. O que leva à compreensão de que se trata de uma sanção negativa é justamente o posicionamento do enunciador, que se mostra contrário ao fato de as mulheres supostamente desordeiras habitarem o bairro. O início da carta evidencia o posicionamento de caráter odioso:

g) MHJ – Movimento Homofobia Já: Primeiro aviso: nossa comunidade não admite mais estas atitudes imorais em nosso bairro. O Mollon, que sempre foi um bairro de família respeitado com seus idosos e crianças, hoje está habitado ou empestado por gays, lésbicas, sapatões, seja lá que merda for.

O caráter homofóbico da carta já é evidenciado na designação da instância enunciativa, pertencente ao suposto “MHJ – Movimento Homofobia Já”. Logo no início, já é possível, então, perceber a relação de antagonismo entre o sujeito enunciativo, que se vê como parte de um “bairro de família respeitado com seus idosos e crianças”, e o sujeito destinatário, pertencente ao grupo de “gays, lésbicas, sapatões, seja lá que merda for”. A oração “seja lá que merda for” evidencia, além da violência verbal trazida pelo vocábulo “merda”, o desinteresse do enunciador em nomear de maneira adequada os membros da comunidade LGBTQIA+.

Terminando a carta, os enunciadores afirmam:

h) Gays e negros são lixo. Coisas vão acontecer.

Além do discurso de ódio homofóbico e racista explícito, ocorre, no enunciado, a transgressão da Máxima de Modo, visto que o termo genérico “coisas” é selecionado de maneira a não ser possível se afirmar que o sujeito enunciativo efetivamente realizou uma ameaça. Trazendo novamente Cançado (2012, p. 66): “A ideia geral é que, em exemplos de vagueza, o contexto pode acrescentar informações que não estão especificadas no sentido; e, em exemplos de ambiguidade, o contexto especificará qual o sentido a ser selecionado”. Assim, levando em conta o conteúdo da carta, é possível inferir que as “coisas” que poderão acontecer fora de casa correspondem a sanções negativas, não sendo possível chegar a um sentido específico para o termo, o que nos

levou a descrevê-lo como um termo vago. Portanto, há a ocorrência do ato de fala da ameaça; porém, pelo fato de o termo “coisas” ser maleável, adquirindo diferentes sentidos a depender da situação de comunicação, seu emprego configura um uso da estratégia de implicatura por meio da vagueza.

O último excerto a ser analisado se trata de parte do conteúdo encontrado em uma carta que tinha como destinatário um vereador da cidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina – Brasil:

i) Se o Uber entrar em Floripa tu vai pra vala seu plaiboi filho
da puta

O uso da construção condicional *se x, y* é um recurso sintático bastante produtivo em ameaças (Autor, 2018). A oração condicionante é iniciada pelo operador argumentativo “se” e apresenta a condição que deve ser seguida pelo destinatário para evitar a sanção negativa, introduzida em seguida pela oração condicionada “tu vai pra vala”. Apesar de bastante transparente, demonstrando-se como uma ameaça de morte, o enunciado não foi construído de maneira explícita, mas o emprego do disfemismo “vai pra vala” corresponde a uma estratégia de implicatura. Houve, assim, a transgressão da Máxima de Modo, pois o enunciador lançou mão de um subterfúgio, no caso, uma expressão idiomática, para se referir ao possível assassinato.

Embora seja bastante provável a interpretação imediata dessa ameaça, visto que a construção idiomática evoca saberes de língua e de discurso compartilhados entre grande parte dos falantes de português, o excerto ainda corresponde a uma ameaça velada, realizada por meio de um disfemismo que substitui a oração “tu será morto” ou outra equivalente. Lembramos que, ao contrário do eufemismo, que atenua, o disfemismo mantém ou até reforça o valor negativo do elemento substituído. Um eufemismo para morte seria, por exemplo, “vai para o céu”, enquanto, nesse caso, o disfemismo usado foi “vai pra vala”.

Notamos, portanto, que diferentes estratégias de implicatura foram empregadas pelos enunciadores das ameaças veladas analisadas. Por vezes, metáforas, eufemismos, disfemismos, elipses, termos vagos e marcadores de pressuposição servem para dizer algo sem necessariamente dizê-lo, o que corresponde ao que Ducrot (1987) chama de

implícitos. Com base em Grice (1991), percebemos que, quando ocorre o uso dessas estratégias de implicatura, ocorre também a transgressão de uma Máxima Conversacional. Resta ao sujeito interpretante empreender um esforço cognitivo para perceber os sentidos implícitos, velados, e compreender os enunciados ameaçadores, tomando por base os saberes de língua e de discurso (Charaudeau, 2008) partilhados com sua comunidade.

Pelo fato de nos debruçarmos sobre o ato de fala da ameaça, contudo, que pode ser tipificado, sendo tido como um crime de linguagem (Shuy, 2005), a comprovação de que houve ou não a ameaça é fator crucial para a condenação ou absolvição do sujeito comunicante, bem como para a preservação da integridade física e psicológica da possível vítima. Nessa seara, um linguista forense é o profissional capacitado a analisar de maneira científica os dados linguísticos, de modo a apresentar sua opinião de especialista acerca da possível natureza ameaçadora de enunciados que se apresentem de maneira velada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em trabalhos periciais envolvendo tarefas de determinação de significados, o linguista forense irá se deparar com enunciados ambíguos e esvaziados de significação, justamente pelo fato de, por vezes, os sujeitos comunicantes empregarem estratégias linguístico-discursivas com o objetivo de camuflar suas ameaças. Conforme Fiorin (2016), o reconhecimento do sentido implícito é da responsabilidade do interlocutor; com isso, em casos envolvendo um suposto crime de ameaça, o sujeito comunicante pode se valer desse princípio, afirmando que não realizou uma ameaça, embora a possível vítima tenha assim compreendido.

O linguista forense deve, portanto, lançar mão não apenas do conhecimento jurídico acerca do que consiste uma ameaça tipificada no Código Penal, mas trazer às suas reflexões teóricas que o ajudem a perceber se de fato houve ou não uma ameaça. O que pretendemos apresentar neste texto é uma contribuição, mesmo pequena, a essa tarefa. Por meio da percepção de qual Máxima Conversacional (Grice, 1991) foi transgredida em uma ameaça que se supõe velada, é possível reconhecer a estratégia de implicatura utilizada, de modo que o linguista, embasado em teorias e metodologias

científicas, teça considerações interpretativas sobre os possíveis efeitos de sentido obtidos do enunciado ameaçador.

Pelo *corpus* analisado, foi possível descrever seis estratégias de implicatura, a saber: o emprego de (i) metáfora; (ii) eufemismo; (iii) disfemismo; (iv) elipse; (v) vagueza e (vi) marcadores de pressuposição. Entendemos que essa mesma metodologia de análise pode ser estendida a outros discursos criminalizáveis, como o discurso de ódio, o assédio, o suborno, dentre outros crimes de linguagem em que estratégias de implicatura sejam utilizadas, visando a camuflar as intencionalidades possivelmente criminosas do enunciador. Assim, novos estudos com outros *corpora* devem ser realizados.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, John L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Tradução: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal. Parte Geral 1*. 15ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010,

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2015.

COULTHARD, Malcolm; JOHNSON, Alisson. *An Introduction to Forensic Linguistics: Language in Evidence*. Londres e Nova York: Routledge, 2007.

COULTHARD, Malcolm. Algumas aplicações forenses à linguística descritiva. In: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa; SCLIAR-CABRAL, Leonor (Org). *Desvendando discursos: conceitos básicos*. Editora da UFSC: Florianópolis, 2008, p. 225-253.

DUCROT, Oswald. *O Dizer e o Dito*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2016.

GRICE, Paul. Logic and Conversation. Em Davis, S. *Pragmatics: a reader*. New York: Oxford University Press, 1991.

KOCH, Ingedor Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2015.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. The University of Chicago Press: Chicago and London, 2003.

LENHARDT, Jordana. *Quando o crime está no uso da língua*. Campinas: Pontes, 2022.

MENDONÇA, Josailton Fernandes de. Filosofia da Linguagem. In: Lima, Álisson Hudson Veras; Soares, Maria Elias; Cavalcanti, Sávio André de Souza. *Linguística Geral: os conceitos que todos precisam conhecer*. 3º volume. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

PÉREZ, Juan Carlos Días. *Pragmalingüística del disfemismo y la descortesía: Los actos de habla hostiles en los medios de comunicación virtual*. Tesis doctoral. Universidade Carlos III de Madrid, 2012.

QUADROS-GOMES, Ana Paula; SANCHEZ-MENDES, Luciana. *Para conhecer Semântica*. São Paulo: Contexto, 2018.

SALGUEIRO, Antonio Blanco. (2010). Promises, threats, and the foundations of speech act theory. *Pragmatics*, v. 20, n. 2, p. 213-228.

SAUSSURE, Ferdinand de. (1975). *Curso de Linguística Geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Bliksteins. 7ª ed. São Paulo: Cultrix.

SHUY, Roger W. *Creating Language Crimes: how law enforcement uses (and misuses) language*. New York: Oxford University Press, 2005.

SILVA, Welton Pereira e; GOUVEA, Lúcia Helena Martins. Argumentação patêmica por meio de períodos hipotéticos em cartas de ameaça de morte. In: GOUVÊA, Lúcia Helena Martins; PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino. (Org.). *Estudos do Discurso: 25 anos do CIAD-Rio*. 1ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018, v. 1, p. 438-465.

SILVA, Welton Pereira e. Argumentação e patemização em cartas de ameaça: uma análise semiolinguística como contribuição à Linguística Forense. 2020. 275f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SILVA, Welton Pereira e. Argumentação em discursos de ódio no Facebook: uma categorização contributiva à Linguística Forense e à Linguística Computacional. In: *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, v. 29, p. 2367-2395, 2021. Disponível em <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/18140>. Acesso em: 12 set. 2024.

SOUSA-SILVA, Rui; COULTHARD, Malcolm. Linguística Forense. Em RJ Dinis Oliveira e T Magalhães (Org.). *O que são as Ciências Forenses? Conceitos, Abrangência e Perspectivas Futuras*. 1 ed. Lisboa: Pactor, p. 137-144, 2016.

WALTON, Douglas. Speech Acts and Indirect Threats in Ad Baculum Arguments: A Reply to Budzynska and Witek. *Argumentation*, 28 (3), 317-324, 2014.

Recebido em: 11/05/2024

Aceito em: 24/08/2024

Welton Pereira e Silva: Professor Substituto de Língua Portuguesa na UFRJ. Doutorando em Letras Vernáculas: Língua Portuguesa na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Letras: Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Viçosa. Graduado em Letras: Português e Literatura pela Universidade Federal de Viçosa - MG. Licenciado em Português pela Universidade de Coimbra - Portugal.

Estudo do fluxo migratório no Brasil: a redução da desigualdade por meio dos termos

*Terminological analysis of the migration flows in Brazil: the
reduction of inequality through terms*

Flávia de Oliveira Maia Pires
Universidade de Brasília - (UnB)

fmaiap@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-7167-5214>

RESUMO

Este trabalho é de natureza qualitativa e se insere na área do Léxico e da Terminologia, em conjunto com a Linguística de *Corpus*, e está alinhado com uma das metas da Agenda 2030: ODS 10, meta 07. É fruto de um projeto relacionado ao estudo das unidades terminológicas que compõem as leis e as diretrizes sobre as políticas de migração, com ênfase nos que se encontram em situação de vulnerabilidade, como os refugiados. O estudo identificou uma lacuna quanto à sistematização da terminologia em uso com critérios científicos que abordem as atualidades conceituais e que visem à acessibilidade linguística por parte dos próprios migrantes internacionais. Apresentam-se os resultados da primeira fase da pesquisa, em que mais de 60 termos foram identificados e registrados em verbetes para o Glossário terminológico em elaboração.

Palavras-chave: terminologia; terminografia; legislação; refúgio; migração.

ABSTRACT

This work is of a qualitative nature and falls within the area of Lexicon and Terminology with the Corpus Linguistics, and it is aligned with one of the goals of the 2030 Agenda for Sustainable Development: the SDGs 10, goal 07. It is the result of a project related to the study of the terminological units that make up laws and guidance on migration policies, with an emphasis on those who are in vulnerable situations, such as refugees. The study identified a gap regarding the systematization of terminology in use with scientific criteria that address conceptual updates and aim at linguistic accessibility by international migrants themselves. The results of the first phase of the research are presented, in which more than 60 terms were identified and recorded in entries for the Terminological Glossary, the final product of the project.

Keywords: terminology; terminography; legislation; refuge; migration.

INTRODUÇÃO

A sociedade atual enfrenta grandes desafios para o desenvolvimento sustentável. A desigualdade social, a fome, a pobreza extrema e a violação dos direitos humanos são alguns dos fatores que intensificam esses desafios que, há muito, estão em escala global. Vários países reconhecem que há barreiras que impedem o avanço sustentável de maneira responsável e inclusiva dentro de seus territórios, o que torna cada vez mais difícil a difusão e o fortalecimento da paz universal; comprometendo, assim, a liberdade e os direitos essenciais à vida humana.

Nessa perspectiva, com vistas a promover a erradicação da pobreza e a proporcionar uma vida digna, representantes dos Estados-membros da ONU uniram-se para trabalhar em parceria no plano de ação desenvolvido em favor das pessoas, do planeta e da prosperidade. Esse plano é a Agenda 2030, que se refere a um conjunto de dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com 169 metas com as quais os países signatários comprometeram-se para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos anos até 2030. Os ODS são integralizados, indivisíveis e prosperam nas três esferas do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental.

Considerando esse contexto, este artigo apresenta resultados da primeira fase do projeto *Análise terminológica sobre o fluxo migratório no Brasil*: a redução da desigualdade por meio dos termos para colaborar para o objetivo 10 – Redução das Desigualdades: reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles –, que, dentre outros propósitos, apresenta como objetivo enfrentar os desafios das migrações. Mais especificamente, o estudo relaciona-se com a meta 7, que se propõe a “facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável de pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas”. O projeto faz parte das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa LEXIC: ciência, projetos e pesquisa sobre léxico, vinculados ao projeto “Estudos do léxico de língua comum e dos termos das linguagens de especialidade” do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UnB.

A identificação dos termos presentes nas políticas de migração e refúgio, bem como a organização dos conceitos, busca tornar a linguagem mais acessível para migrantes e não especialistas na área, colaborando assim com o ODS 10, meta 7. Desse modo, fornece subsídios linguísticos para uma migração segura e documentada, que

garanta os direitos das pessoas como o de locomover-se, residir, trabalhar de acordo com as leis e diretrizes do Brasil. Reconhece-se que a linguagem técnico-científica nos textos legislativos sobre as políticas de migração pode ser um óbice na efetividade da comunicação, o que permite também a desigualdade, pois, uma vez que não se compreendam os termos e as definições essenciais à segurança humana, o indivíduo fica alheio aos seus direitos e deveres e, assim, coloca sua liberdade e sua vida em risco. E a análise da terminologia relacionada ao fluxo imigratório no país, ao investigar os conceitos descritos pelos termos que pertencem às leis e às diretrizes sobre políticas de imigração, principalmente as que se referem aos imigrantes em situação de vulnerabilidade, como os refugiados, e a sistematização desses termos em um glossário terminológico de acesso gratuito e informatizado e, por isso, são objetivos do projeto.

Acrescenta-se ainda que este projeto pode contribuir com o processo da migração e da mobilidade segura, bem como o que diz respeito à implementação de políticas de migração planejadas, pois se entende que não apenas a criação de políticas é importante, mas também a promoção da acessibilidade linguística à comunidade que será favorecida por essas políticas. O ato de gerir políticas migratórias envolve ações que perpassam a criação e a divulgação de normas. Assim, é preciso ser acessível e se fazer compreensível em todos os níveis da sociedade.

Essa relevância se revela no produto final do projeto que está em elaboração: “O glossário terminológico das leis e diretrizes sobre as políticas brasileiras de migração e refúgio”, destinado aos migrantes internacionais, refugiados e não especialistas da área jurídica, incluindo os aspectos atuais das exigências históricas, sociais e terminológicas no decorrer do tempo.

O artigo está dividido em quatro seções. A primeira propõe-se a explicar, de maneira breve, questões relacionadas aos deslocamentos internacionais. Destaca-se que não se objetiva fazer apontamentos históricos ou estatísticos exaustivos quanto ao fluxo de pessoas em situação de migração e de refúgio. Propõe-se a apresentação de um panorama histórico considerado imprescindível para o projeto terminológico. A segunda seção aborda as áreas específicas do estudo, a Terminologia e a Terminografia, alinhadas à Linguística de *Corpus*. A terceira seção é dedicada aos percursos metodológicos seguidos para a elaboração do glossário terminológico. Na quarta e última seção, apresentam-se as discussões e as conclusões parciais do projeto de pesquisa.

OS DESLOCAMENTOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS

Sabe-se que os deslocamentos populacionais são práticas muito antigas, frequentes e comuns nas sociedades de todo o mundo. As mobilidades migratórias são eventos que têm suas raízes desde os primórdios da história da humanidade. Isso fez com que a composição social, cultural e racial das mais diversas civilizações se originasse em um contexto multicultural. Destaca-se que a ação de procurar moradia em outros países a fim de fugir de perseguições, de violações dos direitos e da miséria é um ato muito antigo. De acordo com pesquisas históricas, regras de refúgio já eram praticadas na Grécia Antiga, em Roma, no Egito e na Mesopotâmia (Barreto, 2010).

O ato de migrar ocorre por diversos motivos, seja para buscar melhores condições econômicas ou sociais, seja para fugir de perseguições e para garantir a liberdade e a sobrevivência, bem como para tentar recomeçar uma história e criar laços em outra nação. Não importam os motivos por trás dos movimentos migratórios; documentos internacionais registram que esse é um direito do ser humano e que deve ser respeitado e reconhecido como tema de relevância no âmbito das políticas públicas e de outras áreas.

No último Relatório de Tendências Globais, publicado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), dados de 2022, foi registrado que mais de 108,4 milhões de pessoas em todo o mundo foram forçadas a deixar suas casas. O número de refugiados no mundo subiu de 27,1 milhões, em 2021, para 35,3 milhões, no final de 2022. Segundo os dados de 2022 do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), na 8ª edição do relatório "Refúgio em números", no Brasil, entre 2011 e 2022, 348.067 imigrantes solicitaram refúgio no país. São refugiados de diversas nacionalidades e, em 2022, a maioria dos solicitantes de refúgio provém da Venezuela, cerca de 67,0%, seguida de Cuba, cerca de 10,9% e de Angola, cerca de 6,8%. Neste mesmo ano, houve um aumento de 21.248 solicitações se comparado ao ano de 2021.

Ao observar a história do país quanto às diretrizes que regulam a migração, percebe-se que inicialmente a implementação de leis não tinha necessariamente a intenção de ajudar a vida pessoal do migrante, mas de incentivar a vinda desse público para o Brasil. Ora o interesse fora sob o “incentivo à colonização e à mão de obra estrangeira, ora sob o manto da restrição de entrada ou da limitação de direitos à população imigrante no país” (Claro, 2020, p. 41).

As primeiras manifestações de uma política migratória brasileira remontam ao Império e ao início da República com a criação de leis e decretos que foram se modificando desde então. Neste percurso, as mais recentes são: a lei 9.474, de 22 de junho de 1997, que define a situação jurídica do estrangeiro, regendo a admissão, a entrada e a permanência de imigrantes em território brasileiro; a lei 13.445, de maio de 2017, que dispõe sobre os direitos e os deveres do imigrante e do visitante, regulando a sua entrada e estada no país de acordo com as políticas públicas do Brasil e a lei 13.684, de 21 de junho de 2018, que dispõe sobre as medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

Pela memória jurídica, é possível observar que a implementação de políticas públicas segue os marcos históricos e as influências sociais e políticas da época em que são debatidas e publicadas. Na década de 80, a Lei nº 6.815/80, denominada como Estatuto do Estrangeiro, reduzia a presença estrangeira a questões laborais, de forma que fossem úteis apenas ao desenvolvimento econômico do país (Mattos *et al*, 2015). No entanto, com a promulgação da Constituição Federal de 88, guiada pelos Direitos Humanos, a nova Lei de Migração passou a oferecer melhores condições e a reconhecer o migrante como detentor de direitos, e não apenas de deveres e limitações. O ato de migrar foi finalmente visto como inerente ao ser humano e, assim, um direito a ser preservado. Foi com esse debate que se criou, em 2017, de forma democrática, a Lei nº 13.445/17, o novo diploma legal sobre as migrações, juntamente com seu Decreto regulamentador nº 9.199/17. Com a nova percepção a respeito dos migrantes – e nessa nova perspectiva são incluídos o imigrante, o emigrante, o apátrida, o visitante e o residente fronteiriço –, passou-se a observar o caráter de acolhimento, destacando o aspecto humanitário.

Apesar de ser um comparativo muito interessante, esta pesquisa não se ocupa do estudo detalhado das mudanças no texto jurídico das leis mencionadas, no entanto, como a mudança de marco legal influencia diretamente, entre outras coisas, atualizações da terminologia utilizada, devido às novas exigências históricas, sociais e políticas, é nesse sentido que este trabalho é relevante para o processo de compreensão terminológica que envolve o domínio jurídico de migração e refúgio.

DA TEORIA PARA O PROJETO TERMINOLÓGICO: UMA CONVERGÊNCIA ENTRE A TERMINOLOGIA, A TERMINOGRAFIA E A LINGÜÍSTICA DE CORPUS

A pesquisa sustenta-se na base epistemológica da Terminologia e da Terminografia com base nos estudos de Bevilacqua e Finatto (2006), de Cabré (1993, 1995, 2005); Cruz, Maia-Pires e Vilarinho (2023); Faulstich (1990, 1993, 1998 e 2010); Tagnin e Bevilacqua (2013); Maia-Pires (2009 e 2018). Desse modo, define-se “termo” como o objeto de estudo da terminologia inerente às diversas áreas específicas que utilizam palavras especializadas em comunicação profissional. Faulstich (1998) afirma que há um caráter específico nos termos, delimitado pelo subcódigo do código maior; esse código maior é a palavra, e o subcódigo faz uso do código maior, mas também faz uso de si próprio. Sabe-se que termos são palavras, no sentido mais amplo, porém não são todas as palavras que são termos, segundo Ramos (1996). Desse modo, a terminologia deve ser estudada para contribuir para o registro histórico do léxico especializado relacionado às políticas migratórias, uma vez que dicionários e glossários “fornecem informações específicas das palavras contidas no corpo lexicográfico, assegurando, desse modo, a compreensão semântica, útil na ação comunicativa concreta” (Vilarinho e Maia-Pires, 2015, p. 2).

Os termos não são considerados como blocos artificiais isolados, mas, sim, como unidades terminológicas que fazem parte do sistema linguístico e que, dependendo da situação comunicativa, são realizadas vezes como termos, vezes como palavras. Além disso, as variedades foram encaradas como inevitáveis à linguagem, por isso foram consideradas e descritas no processo de coleta da terminologia da área. Também é característico da teoria de Cabré (1990) as influências socioculturais, linguísticas e comunicativas que os conceitos sofrem.

O termo “terminologia” remete, de modo geral, a três significados: à disciplina, sendo grafada com inicial maiúscula; à prática, que corresponde aos princípios seguidos para a compilação dos termos, e ao produto, que é resultado da prática; quer dizer, o conjunto de termos de uma área especializada que são descritos e sistematizados em obras terminográficas como glossários e dicionários. O projeto em que se enquadra este trabalho contempla esses significados, visto que se utilizou a base teórica referente à

disciplina, recorreu-se às práticas de seleção, coleta, análise e sistematização dos dados para chegar a candidatos a termos e identificá-los como terminologia de fato da área e, por fim, obter o produto, o *Glossário terminológico das leis e diretrizes sobre as políticas brasileiras de migração e refúgio*. A Terminologia, como disciplina científica, tem o objetivo de resolver problemas relacionados à comunicação entre especialistas, bem como de facilitar essa comunicação e de ser acessível aos leigos que porventura precisem se debruçar em determinada área. É uma disciplina que, ao longo dos anos, ganhou várias posições, como a de ser uma disciplina autônoma e autossuficiente, ou, em contraposição, a de ser uma disciplina que não tem nenhuma autonomia, sendo um anexo de outras disciplinas. No entanto, sustenta-se a última posição, posta por Cabré, de que a Terminologia é uma disciplina interdisciplinar, “que tem configurado sua própria especificidade ao selecionar elementos das disciplinas a que se vincula, construindo seu próprio campo científico”¹ (Cabré, 1995, p. 5, tradução própria).

A Terminologia tem funções, como analisar a língua de especialidade, identificar os termos da área em estudo, representar e transmitir o conhecimento especializado. Essas funções têm sido cada vez mais necessárias, o que torna a elaboração de um material terminográfico produto indispensável ao exercício da comunicação especializada. Os produtos terminográficos são os dicionários, os glossários, os tesouros, entre outros, que descrevem os termos para a consolidação do uso e a divulgação da terminologia aos novos especialistas ou a leigos na área.

Assim sendo, a *Terminografia* pode ser vista como a parte aplicada da *terminologia*, a disciplina que se ocupa da análise e da elaboração de dicionários e glossários. Um dos objetivos da Terminografia “é a denominação e a normalização dos termos de uma linguagem de especialidade” (Maia-Pires, 2009, p. 29). As maiores especificidades da Terminografia estão nos objetivos, nos métodos, no objeto de estudo e nos aspectos pragmáticos.

Termo é o objeto de estudo da Terminologia. Em geral, os termos são semelhantes às palavras, pois fazem parte da língua, mas são postos em contraste quando analisados em ambiente comunicativo, em que o traço pragmático diferencia palavra de termo, por causa do conceito relacionado. Desse modo, o termo revela-se quando usado na

¹No original: “La terminología es una materia autónoma de carácter interdisciplinar, que ha configurado su propia especificidad seleccionando elementos de las materias de las que es deudora y construyendo su propio ámbito científico”.

linguagem de especialidade, enquanto a palavra, quando usada no ambiente de língua comum. Para a Terminologia, não interessa analisar determinado item lexical em um ambiente genérico ou comum, mas, sim, dentro de um ambiente especializado, considerando a linguagem de especialidade.

O termo é o instrumento utilizado na comunicação entre especialistas para transmitir conceitos de uma determinada área. Para exemplificar essa noção, utiliza-se o item lexical *asilo*, que, no âmbito da linguagem comum, pode remeter a uma casa, um local de assistência social que recolhe pessoas necessitadas, mas na linguagem de especialidade jurídica, do subdomínio de migrações, pode remeter à proteção que um país oferece a uma pessoa que sofre perseguições por motivos políticos em seu país de origem. Logo, com a intenção comunicativa especializada, o termo *asilo*, quando consultado em obra de língua comum, não exprime o conceito de maneira satisfatória empregado nas leis e diretrizes que abordam o fluxo migratório.

Após a mudança de abordagem teórica, de TGT para TCT, e com a ascensão do *status* da Terminologia como disciplina científica, passou a ser impossível à pesquisa terminológica e ao fazer terminográfico a utilização de *corpora* textuais e de ferramentas computacionais de extração de informações linguísticas (Bevilacqua, 2013). Dessa forma, os caminhos da terminologia e os da Linguística de *Corpus* se estreitaram a tal ponto que hoje se torna inimaginável não utilizar os recursos metodológicos oferecidos pela LC na terminologia.

A nova perspectiva a respeito do tratamento dos termos, ou seja, analisá-los em seu uso real de comunicação, em textos especializados e em diferentes situações comunicativas, em que se consideram vários aspectos,

implica não só a proposição de novos princípios teóricos, mas também de novos procedimentos metodológicos terminográficos. Uma das primeiras mudanças que se observa é que, a partir do pressuposto de que é preciso identificar os termos *in vivo*, não se pode mais seguir o método onomasiológico, ou seja, não se pode ir mais do conceito (significado) ao termo (significante), conforme propunha a TGT. Parte-se da premissa de que o termo é um signo linguístico e que, portanto, não é possível separar significante e significado. Contudo, a partir dos textos, começa-se a identificação dos termos pelo significante e, após a investigação de seu uso em contexto, se estabelece o seu significado ou, mais ainda, seu valor especializado. Começa a predominar, então, o método semasiológico (Bevilacqua, 2013, p. 12-13).

Além dessa mudança, passou-se a observar os aspectos dos textos especializados, como menciona Bevilacqua (2013, p. 13): precisou-se “considerar os diferentes níveis de análise textual”, como o funcional e o situacional, de conteúdo semântico, e o linguístico. Esses critérios foram seguidos na metodologia para criação de *corpus* desta pesquisa e serão melhor explorados na próxima seção.

A LC facilitou a reunião de textos para a construção do *corpus*, a compilação, a manipulação e a análise dos dados. Entende-se a língua como “um sistema de probabilidades e desenvolve pesquisas quantitativas com programas da área, a partir dos quais se pode fazer análises qualitativas” (Marini, 2019, p. 64). Também torna possível a extração de termos de maneira prática e precisa, além de reunir contextos em condições reais de uso, que são imprescindíveis à elaboração de definição. Por fim, a Linguística de *Corpus*,

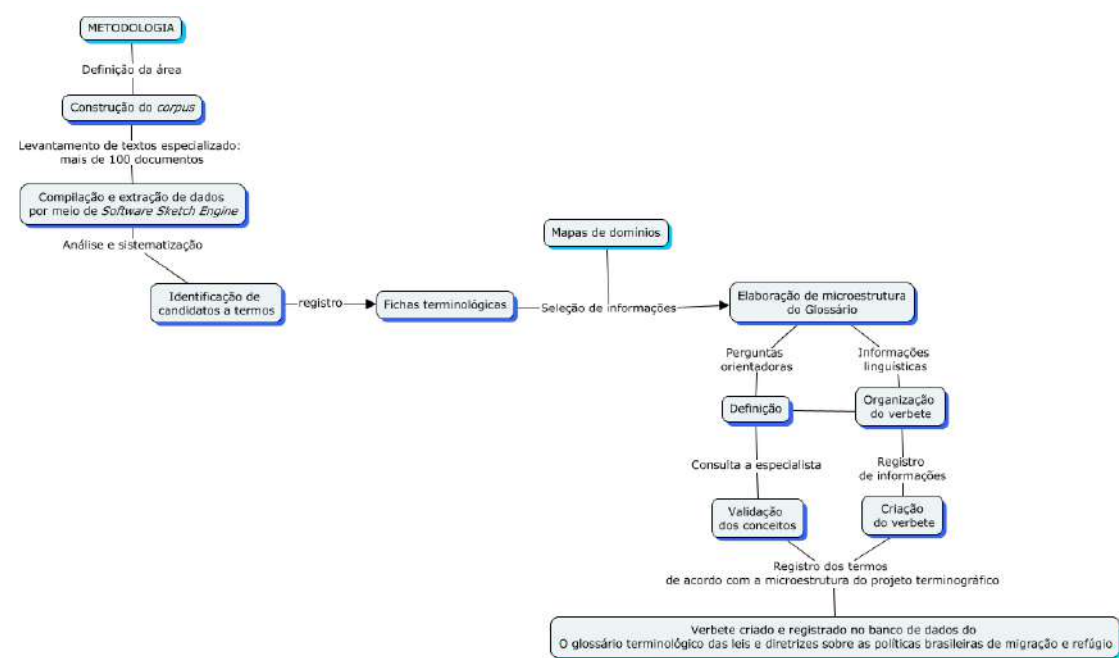
além de estabelecer os princípios e critérios para a compilação de corpora [...] também oferece recursos e ferramentas que auxiliam nas diferentes etapas metodológicas terminográficas: desde a própria compilação de corpora, passando pela identificação de candidatos a termos e fraseologias e chegando à identificação de elementos que permitem a elaboração de definição (Bevilacqua, 2013, p. 17).

Na próxima seção, será explicado o modo como os recursos da LC aplicaram-se na metodologia deste trabalho.

O PERCURSO METODOLÓGICO DO PROJETO

A partir do aparato teórico, apresenta-se a metodologia empregada nesta pesquisa, que concilia teoria e prática. O percurso metodológico que sustenta a elaboração do *Glossário terminológico das leis e diretrizes sobre as políticas brasileiras de migração e refúgio* foi esquematizado conforme demonstrado a seguir.

Figura 1: Síntese do percurso metodológico.



Fonte: Elaboração própria, 2023.

envolvem o tema, entre essas, outros documentos como: (i) formulários que fazem parte da documentação dos migrantes e dos refugiados; (ii) termos de consentimento; (iii) reportagens; (iv) materiais de cursos de apoio²; (v) *sites* governamentais; (vi) glossários e (vii) apostilas.

Seguiram-se os seguintes critérios para a seleção dos textos: funcionalidade, situação comunicativa, conteúdos na área do projeto, aspectos semânticos e linguísticos. Essa etapa foi muito importante, pois influenciou a qualidade dos resultados finais, uma vez que é preciso avaliar a relevância, a qualidade e a utilidade dos documentos selecionados para extrair termos significativos.

Dessa forma, o *corpus* da pesquisa foi criado e compilado em *software* e recebeu o nome de *Lexic.Legs.Imigração-UnB-BR*. Incluíram-se mais de 100 documentos. Aqui, faz-se necessário mencionar que, para realizar as etapas metodológicas desta pesquisa, utilizaram-se os recursos do *software Sketch Engine*, ferramenta paga, destinada a um público específico de profissionais para pesquisas terminológicas, terminográficas, de

² Cursos elaborados pela OIM e pela DPU: “Uma introdução às migrações internacionais no Brasil contemporâneo” e “O novo direito migratório”.

aprendizagem, entre outras; ferramenta essa que disponibiliza vários recursos que auxiliaram na criação, manipulação e análise de *corpora*.

Após a criação do corpus, foi iniciada a fase de pré-processamento utilizando o recurso *Keywords* do *software*, por meio do qual foram gerados os principais candidatos a termos que melhor representam a coleção de textos. Para isso, utilizou-se o critério probabilístico combinatório, observando também a relevância do termo. Para melhor detalhar, considerou-se o número de ocorrência dos termos, tanto dos simples quanto dos compostos, e examinaram-se as sentenças de concordância para avaliar a relevância e a representatividade da unidade terminológica no documento, e assim fossem extraídos os candidatos a termo que seriam descritos pelo glossário.

Utilizou-se a técnica de extração em oposição à de geração de termos. Estas técnicas se diferem, principalmente, no tratamento do termo no trabalho terminográfico. Como esclarece Conrado (2009), gerar um termo é retirá-lo de um *corpus* de modo que ele não seja modificado, sendo mantido exatamente da mesma forma que consta no documento. Já a extração é uma técnica de simplificação de termo que está relacionada “à criação de um novo conjunto de termos que possua significado importante para a coleção de textos de um determinado domínio, como termos radicalizados, lematizados ou substantivados” (Conrado, 2009, p. 16). No projeto, utiliza-se a lematização como técnica de simplificação dos candidatos a termo. A lematização é uma metodologia que tem o objetivo de reduzir a palavra, neste caso o termo, à forma canônica, ou seja, os verbos passam a sua forma no infinitivo, e os substantivos e os adjetivos passam para o masculino singular. Assim, um termo que apresenta uma variação em sua forma morfológica, é submetido ao processo de lematização, como, por exemplo, as ocorrências dos termos *refugiados* e *refugiadas*, que foram lematizados para *refugiado*.

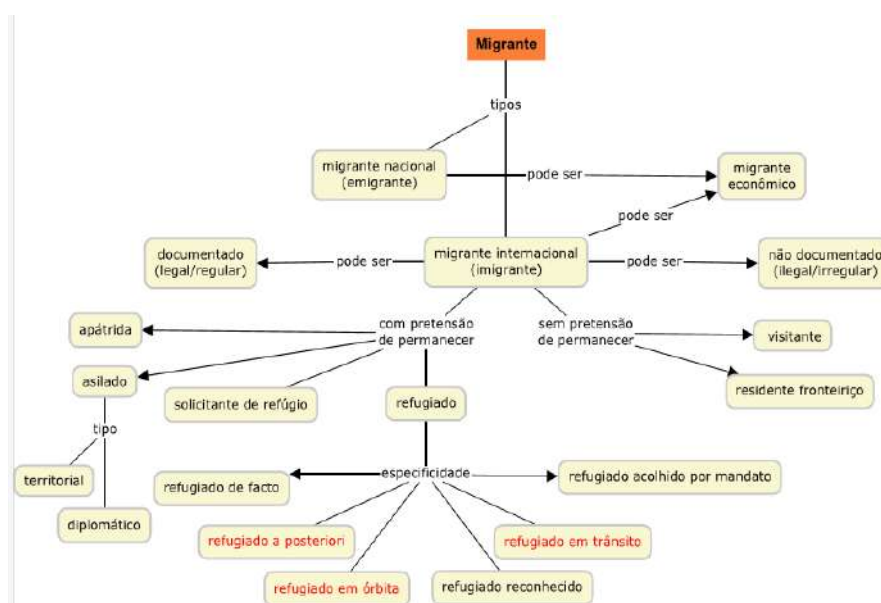
A fase de extração é importante para “reduzir o número de termos utilizados restringindo-os a um conjunto mais representativo da coleção, a fim de que o processamento desses dados seja uma tarefa computacionalmente mais simples e semanticamente adequada ao domínio de conhecimento” (Conrado, 2009, p. 15). Dessa forma, ocorreu a seleção dos campos associativos – os mais representativos do corpus – que foram organizados em mapas de domínio.

Os termos-base selecionados como centro de cada campo associativo foram: *migrante*, *visto*, *órgãos brasileiros envolvidos no tema migração*, *documentação*,

residência e naturalização. Restringir a análise dos elementos dentro de um sistema associativo foi crucial para delimitar as buscas terminológicas. As seis categorias centrais são, em certa medida, relacionáveis por questões extralinguísticas. Vejamos: há um agente envolvido no processo de migração que muitas vezes precisa de visto para entrar no país. Após a entrada, quaisquer que sejam as intenções de permanência, será preciso atuação de um órgão que emitirá documentos e fará com que a estada do migrante seja reconhecida em solo brasileiro. Após um tempo, se o sentimento de pertencimento aumentar, ou houver influência de qualquer outra razão, a pessoa pode tornar-se um brasileiro naturalizado.

Com a seleção das categorias principais, outros termos relacionados surgem, transformando-se em uma rede associativa. Para exemplificar: o termo “migrante” compreende os termos “migrante nacional”, “migrante internacional” e “migrante econômico”. Estes abrem as categorias documentado e não documentado, que abarcam aqueles que têm a pretensão de permanecer e de não permanecer. Nessas categorias, são abrangidos os termos “residente fronteiriço”, “apátrida”, “solicitante de refúgio”, “pessoa em situação de refúgio” e “asilado político”, que pode ser territorial ou diplomático, como demonstra o mapa a seguir:

Figura 2: Mapa de domínio.



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Dessa forma, cada categoria cria sua rede associativa, organizada em mapas de domínios, a fim de expandir a coleta terminológica de acordo com um conteúdo semântico.

Depois dessa fase, os candidatos a termo foram colocados em fichas terminográficas, elaboradas por Cruz e Maia-Pires (2021). As fichas são um dossiê do termo, onde são reunidas as informações que o pesquisador julgar pertinente. Os principais dados das fichas são: (I) definições já existentes no dicionário Aurélio V. 5.0, no *Dicionário Caldas Aulete Digital*, do *Glossário sobre Migração* (OIM, 2009), no *Glossário Manual de procedimentos e peças da coordenação de migrações e refúgio da DPU de São Paulo* (OIM; DPU, 2018), nas legislações do *corpus Lexic.Legis.Imigração-UnB-BR*; (II) dos contextos de uso, cuja fonte foi o *corpus*; (III) a proposta de definição; (IV) as remissivas, com hiperônimo, hipônimos e co-hipônimos; (V) as datas importantes e (VI) a frequência do termo no *corpus*.

Nesta fase, o termo é exaustivamente estudado e testado. É visto do ponto de vista da língua comum, com dicionários da língua portuguesa, e da linguagem de especialidade, com glossários e dicionários especializados. As redes de remissivas são reveladas durante o processo de análise; dessa forma, outros candidatos a termo surgem. São analisados dentro das ferramentas de LC, que trazem um panorama sobre os termos extraídos. É nesse passo que as hipóteses do pesquisador são concretizadas ou descartadas, e, ainda, é com a ficha terminográfica que o candidato a termo recebe o *status* de termo de fato.

A sistematização dos termos é feita em mapas de domínios. Esta fase foi cumprida posteriormente a do preenchimento das fichas, pois somente após a reunião dos dados acerca dos termos é que se pode encaixá-lo em determinada ramificação do mapa.

Para a elaboração deste, utilizou-se o *software* gratuito “IHMC CmapTools versão 6.04”, que é um programa que permite a elaboração e o compartilhamento de conhecimentos representados em mapas conceituais. É um passo necessário para compreensão das relações entre termos e, desse modo, organizar, visualmente, o conhecimento sobre cada campo associativo. Cognitivamente, como explana Almeida (2006, p. 87), baseada em Cabré (2003), as unidades terminológicas “estão subordinadas a um contexto temático”, “ocupam um lugar preciso num mapa conceitual”, além de o seu significado ser “determinado pelo lugar que ocupam nesse mapa”. Esses dados são claramente identificados nos procedimentos metodológicos.

Somente com a disposição dos termos em mapas e análise das fichas, passou-se à redação da proposta de definição. A redação dos conceitos foi feita após a análise dos dados apresentados nas fichas, como contextos retirados do próprio *corpus* e definições de glossários e de dicionários, somados aos dados dos mapas de domínio. Observaram-se os traços conceituais imprescindíveis dos campos associativos e formularam-se perguntas de modo a estabelecer a sistematização das características em que seriam apresentados os conceitos dos termos. Para exemplificar, as perguntas formuladas para a categoria de visto foram: 1) O que é? 2) Onde está localizado? Para que serve? A quem se destina? 3) Quem concede o visto?, além de informações adicionais que dependem do tipo de visto. Como resultado, obtivemos a seguinte definição:

Tabela 1: Síntese do percurso metodológico.

visto n. m. autorização governamental, unida ao passaporte, que concede ao migrante ou ao visitante a expectativa de entrada em outro país, podendo ser dispensado em alguns casos, em que se incluem o visto de visita, visto temporário, visto diplomático, visto oficial e o visto de cortesia.

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Com as definições propostas, seguindo as fases mencionadas, os termos foram organizados em formato de verbete, conforme a microestrutura do glossário adotada pelo projeto na primeira fase, para, enfim, passá-los para a validação do especialista da área jurídica de migração e refúgio. Faz-se imprescindível mencionar que os especialistas atuaram em reuniões mensais, no período de quatro meses, em 2021. Participaram esclarecendo dúvidas da área jurídica do tema, recomendaram materiais complementares.

A validação dos termos é etapa indispensável ao trabalho terminográfico, pois se trata de uma área interdisciplinar que precisa estabelecer interfaces com o domínio estudado e, como o terminólogo não possui o conhecimento especializado, nesta pesquisa é imprescindível o auxílio de um especialista da área jurídica, principalmente; daquele que trabalha diretamente com as questões de migração e refúgio.

Sabendo disso, consideramos a Defensoria Pública da União como o órgão mais indicado a colaborar com os objetivos do projeto, uma vez que o órgão domina os conceitos relacionados à área jurídica que envolve migrantes; presta assistência jurídica integral e gratuita ao público-alvo; atua conjuntamente com órgãos governamentais a fim de promover os direitos desse público; possui o Grupo de Trabalho Migrações, Apatridia

e Refúgio; firmou acordo de cooperação com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) em 2012 (renovado em 2019); trabalha em conjunto com a Organização Internacional para as Migrações; filiou-se à Rede de Apoio Legal para os Refugiados das Américas, entre outros.

Assim sendo, a pesquisa recebeu a colaboração voluntária do defensor público federal João Freitas de Castro Chaves, coordenador do Grupo de Trabalho Migrações, Apatridia e Refúgio da DPU, à época. Posteriormente, contou com a participação da advogada Isabella Louise Traub Soares de Souza, fundadora e presidente do Instituto de Políticas Públicas Migratórias (IPPMI). A contribuição dos especialistas foi crucial para o enriquecimento das discussões deste trabalho, além de trazer maior segurança e credibilidade às definições dos termos. Finalmente, o Glossário terminológico sobre a legislação de migração brasileira encontra-se em processo.

DISCUSSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos deste estudo, como já mencionado, é de comparar questões de mudanças terminológicas provenientes de questões sócio-históricas. As discussões que se seguem são oriundas das reuniões de trabalho e das análises dos dados. Os principais apontamentos giram em torno das mudanças e/ou dos refinamentos de termos, além de acréscimos de termos não sistematizados em outros documentos terminográficos até o momento, em linguagem acessível aos migrantes internacionais. Esse fenômeno acontece devido à mutabilidade histórica do direito, das palavras e, conseqüentemente, dos conceitos. Em cada contexto e por motivos sócio-históricos, os termos são repensados, por isso podemos sistematizar as principais mudanças terminológicas e os possíveis motivos.

Na primeira fase, foram identificados e registrados em formato de verbete mais de sessenta termos. Apresentam-se alguns termos que sofreram mudanças de registro e de conceito como:

- a) *Estatuto do estrangeiro*, que passa à *Lei de migração*, visto que o foco está no processo de deslocamento e as conseqüências deste;

- b) Estrangeiro, que passa a “migrante internacional”, visto que o foco está no indivíduo que faz o processo de deslocamento de outro país para o Brasil, o que extrapola a esfera nacional;
- c) “Imigrante ilegal” ou “Imigrante clandestino”, que passa a “Migrante não documentado”, visto que o foco das novas políticas está na condição humana e vulnerável do indivíduo que está em processo de deslocamento, segundo as leis e diretrizes que afirmam que o ato de se deslocar não se configura um delito;
- d) Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), que passa à Registro Nacional Migratório (RNM), visto que o foco está no processo migratório.

Atualmente, o número de termos em descrição está em crescente; houve a identificação de mais oitenta termos que farão parte do glossário. Esse glossário será disponibilizado gratuitamente na internet, de acordo com o projeto.

A microestrutura do *Glossário terminológico das leis e diretrizes sobre as políticas brasileiras de migração e refúgio* está organizada, até o momento, para oferecer informações ortográficas, gramaticais, semânticas, pragmáticas, além de algumas informações enciclopédicas, de acordo com a seguinte estrutura:

Tabela 2: Mapa de domínio.

+entrada; +categoria gramatical; +gênero; +definição; +fonte da definição; +exemplo de uso; +fonte do exemplo de uso; +nota; e +remissivas.

Fonte: Elaboração própria, 2023.

O projeto prevê que o conteúdo do glossário esteja disponível em língua espanhola e inglesa para que o conhecimento seja acessível em outras línguas conhecidas por grande parte dos migrantes internacionais que chegam ao Brasil, como demonstram os relatórios da ACNUR.

A definição, conforme Cruz; Maia-Pires (2021) orientam, é formulada com base em perguntas orientadoras que respondam às inquietações conceituais sobre os termos. Dito isso, a estrutura da definição baseou-se em indagações como: *O que é ou quem é X?*;

Onde reside X?; Qual ou quais são os direitos de X?; Qual ou quais são os deveres de X?; Onde trabalha X?; Qual atividade que X pode fazer?; Quem reconhece ou concede o direito de X?; Quem reconhece ou concede o status de X?; Qual é o prazo para o direito de X?; Qual é o vínculo de X com o Brasil?, em que X é o termo em descrição.

Apresentam-se a seguir quatro exemplos dos verbetes, produtos da pesquisa:

i) *apátrida n. 2g.* pessoa que não seja considerada nacional segundo a legislação de qualquer Estado conforme a Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, sendo-lhe possibilitado o direito de trabalhar e de residir no país de acolhimento. *O reconhecimento da condição de apátrida assegura os direitos e garantias previstos na Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto n. 4.246, de 22 de maio de 2002, bem como outros direitos e garantias reconhecidos pelo Brasil.* Lexic.Legs.Imigração-UnB-BR - apostila III do curso da Enap.

► migrante internacional.

* Os apátridas terão o mesmo tratamento concedido aos migrantes internacionais em geral.

ii) *asilado n. m* pessoa beneficiária de asilo diplomático ou de asilo territorial de acordo com a legislação brasileira. Lexic.Legs.Imigração-UnB-BR - Decreto 9.199/2017.

► migrante internacional.

para a concessão de asilo deve o estrangeiro penetrar no território no qual pede asilo, requerendo-o ao Ministério da Justiça, e, após a concessão do asilo, deve ser procedido o registro do refugiado na Polícia Federal e emitido documento de identidade para o refugiado. Insta salientar que o asilo possui prazo limitado de no máximo dois anos, renováveis enquanto subsistem as condições adversas (Silva, 2002, p. 216).

iii) *migrante internacional n. 2g.* pessoa que se desloca de um país para outro país com intenção de residir ou trabalhar definitivamente ou temporariamente, em que se incluem o imigrante, o refugiado, o apátrida, o asilado, o visitante e o migrante econômico. *Há migrantes internacionais exercendo atividades consideradas altamente qualificadas para empresas privadas ou para o setor público – em programas como o Mais Médicos –, assim como há migrantes em trabalhos mais duros e precarizados.* Lexic.Legs.Imigração-UnB-BR - apostila módulo I do curso da Enap

► refugiado; apátrida; asilado; solicitante de refúgio; migrante econômico.

iv) *refugiado n. m.* pessoa que se encontra fora do país do qual é nacional por razão fundamentada em temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou opiniões políticas, e não possa ou não queira pedir proteção daquele país e já tenha sido reconhecido como tal, com base na Convenção de 1951, no Protocolo de 67 e na Declaração de Cartagena. *Um refugiado está plenamente integrado quando tem a residência permanente ou a cidadania do país de refúgio, podendo acessar as políticas públicas disponíveis a todos os cidadãos deste país.* Lexic.Legs.Imigração-UnB-BR - Apostila ACNUR Protegendo refugiados no Brasil e no mundo 2019.

► migrante internacional; migrante documentado.

* O Conare é o órgão que reconhece a condição de refugiado; por graves e generalizadas violações de direitos humanos - Declaração de Cartagena: só se aplica aos países da América Latina.

Considerando o exposto neste artigo, destaca-se a importância do projeto e os resultados apresentados e os que hão de ser em trabalhos futuros. Observou-se que processo de deslocamento é uma prática comum, legítima e inerente aos seres humanos que estão sujeitos a migrar e, por isso, precisam de condições dignas para praticar esse direito. As informações terminológicas contidas nas políticas públicas devem ser acessíveis a todos, principalmente aos que se encontram em situação de vulnerabilidade e, assim, promover condições dignas para que a entrada e a estada de migrantes no país. Nesse contexto, confirma-se a necessidade de estudos terminológicos e terminográficos para a sociedade, afirmando o caráter interdisciplinar da Terminologia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. A teoria comunicativa da Terminologia e a sua prática. In: Alfa. Revista de Linguística, São José do Rio Preto, 2006.

ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. A teoria comunicativa da Terminologia e a sua prática. In: ALFA: Revista de Linguística, São Paulo, v. 50, n. 2, 2009, p. 85-101.

ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. O percurso da Terminologia: de atividade prática à consolidação de uma disciplina autônoma. *Tradterm*, 9, 2003, p. 211-222.

ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos; ALUÍSIO, Sandra Maria. O que é e como se constrói um corpus? Lições aprendidas na compilação de vários corpora para pesquisa linguística. In: *Calidoscópio*. Vol. 4, n. 3, p. 156-178, set/dez 2006.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira. *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. Brasília: Athalaia, 2010.

BEVILACQUA, Cleci Regina. Por que e para que a Linguística de *Corpus* na Terminologia. In: TAGNIN, Stella; BEVILACQUA, Cleci Regina. (Orgs.). *Corpora na Terminologia*. São Paulo: Hub Editorial. 2013, p. 11-27.

BEVILACQUA, Cleci Regina; FINATTO, Maria José Bocorny. *Lexicografia e Terminografia: alguns contrapontos fundamentais*. São Paulo: Alfa, 50, p. 43-54, 2006.

CABRÉ, Maria Teresa. *La terminologia. Teoria, metodología, aplicaciones*. Editora Antártida/Empúries. Barcelona, 1993.

CABRÉ, Maria Teresa. *La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones*. In: *Ciência da Informação* – Vol. 24, n.3, 1995.

CABRÉ, Maria Teresa. *La Terminología, una disciplina en evolución: pasado, presente y algunos elementos de futuro*. Espanha: Universitat Pompeu Fabra, 2005.

CLARO, Carolina de Abreu Batista. Do Estatuto do estrangeiro à Lei de migração: avanços e expectativas. In: *Boletim de Economia e Política Internacional - BEPI*. N. 26. Set. 2019/Abr., 2020.

CONRADO, Merley da Silva. *O efeito do uso de diferentes formas de extração de termos na compreensibilidade e representatividade dos termos em coleções textuais na língua portuguesa*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Computação e Matemática Computacional). São Paulo: USP - São Carlos. Jul., 2009.

FAULSTICH, Enilde. Para gostar de ler um dicionário. In: RAMOS, Conceição de Maria de Araujo *et al.* (Org.). *Pelos caminhos da Dialetoлогия e da Sociolinguística: entrelaçando saberes e vidas*. 1ª ed. São Luís: UFMA, 2010, v. 1, p. 166-185.

FAULSTICH, Enilde; PASSEGI, L A. A construção da definição: abordagem semântica. In: *II Simpósio Latino-Americano de Terminologia*. IBICT. Brasília, 1990.

FAULSTICH, Enilde. *Perspectivas da atividade terminológica no Brasil*. Terminologia: questões teóricas métodos e Projetos, Lisboa, 1998.

FAULSTICH, Enilde. Rede de remissivas em um glossário técnico. In: *Cadernos do IL (UFRGS)*, v. 10, p. 91-98, 1993.

FAULSTICH, Enilde. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. In: *Ciência da informação*, v. 24, n. 3, p. 14, 1995.

JUNGER, Gustavo *et al.* *Observatório das migrações internacionais*; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2023.

KILGARRIFF, Adam. *et al.* *The Sketch Engine: ten years on*. Lexicography, 2014.

MAIA-PIRES, Flávia de Oliveira; VILARINHO, Michelle de Oliveira Machado; CRUZ, Cleide Lemes da Silva. As escolhas metodológicas e a descrição dos termos na elaboração do glossário de Terminologias da Polícia Rodoviária Federal: Causa e efeito. In: DEFENDI, Cristina Lopomo; SANTOS, Mônica Maria Soares; VICENTE, Renata Barbosa. (Org.). *Estudos Descritivos da Língua Portuguesa*. 1ª ed. São Paulo: Estige Editorial, 2023, v. 8, p. 121-140.

MAIA-PIRES, Flávia de Oliveira. *Brasília em termos: um estudo lexical do Plano Piloto*. 2009. 138 f. IL, Dissertação (Mestrado em Linguística) Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MAIA-PIRES, Flávia de Oliveira. *Glossário do Plano Piloto de Brasília: entre siglas e conceitos*. 1a. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018, p. 116.

MAIA-PIRES, Flávia de Oliveira; CRUZ, Cleide Lemes da Silva. Mapeamento terminológico da COVID-19 e a obra terminográfica como contribuição ao combate da pandemia. In: *XVII SIMPÓSIO IBEROAMERICANO DE TERMINOLOGÍA* (RITerm, 2021).

MARINI, Sátia. *Terminologia da tradução no Brasil: estudo diacrônico de Cadernos da Tradução*. Tese (Doutorado em Linguística). Brasília-DF: UnB, 2019.

MATTOS, Alice Lopes. *et al.* Políticas Públicas de acolhida a imigrantes: discussões e experiências. In: RENDIN, Giuliana; MINCHOLA, Luís Augusto Bittencourt. (org.). *Imigrantes no Brasil: proteção dos direitos humanos e perspectivas político-jurídicas*. Curitiba: Juruá, 2015, p. 67-78.

OIM. *Direito Internacional da migração: Glossário sobre migração*, 2009.

OIM; DPU. *Manual de procedimentos e peças da coordenação de migrações e refúgio da DPU de São Paulo*, 2018.

RAMOS, Glória Guerreiro. *¿Que es y para qué sirve la Terminología?* In: REDONDO, José Andrés de Molina y DURAN, Juan de Dios Luque. (Eds). *Estudios de Linguística*. Universidad de Granada, 1996.

TAGNIN, Stella; BEVILACQUA, Cleci Regina. (Orgs.). *Corpora na Terminologia*. São Paulo: Hub Editorial, 2013, p. 235.

Recebido em: 29/08/2023

Aceito em: 20/02/2024

Flávia de Oliveira Maia Pires: Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília - PPGL/UnB. Mestre pela Universidade de Brasília. É Professora do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas - LIP- da Universidade de Brasília e pesquisadora do Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos (Centro LexTerm) da UnB. Atua na linha de pesquisa: Linguagem: Teoria e Descrição, Léxico e Terminologia, desenvolvendo projetos de glossários e de dicionários para a aprendizagem da língua portuguesa. Foi Coordenadora do Curso de Letras – Português do Brasil como Segunda Língua? UnB –, curso em que também se formou. Possui experiência no ensino de língua portuguesa como L2 e LE e em banca de avaliações de exame de proficiência da língua portuguesa para estrangeiro do programa de Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras). Atualmente faz Pós-doutorado na Università di Pisa - Itália.

Língua e sentido: uma perspectiva ecocognitiva

Language and meaning: an ecocognitive perspective

Paulo Henrique Duque

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

paulo.henrique.duque@ufrn.br

<https://orcid.org/0000-0002-7100-0556>

RESUMO

Este estudo investiga a interação entre linguagem e construção de sentidos a partir de uma perspectiva ecocognitiva, destacando como a linguagem transcende suas funções comunicativa e simbólica para influenciar a percepção e o comportamento humanos. Por meio de uma revisão bibliográfica e três estudos de caso, demonstramos como sentidos evocados por pistas linguísticas se adaptam e se modificam em variados contextos. Os resultados sugerem que o processo de construção de sentidos é intrinsecamente dinâmico e está profundamente enraizado nas interações entre o indivíduo e seu ambiente, desafiando modelos semânticos tradicionais e apontando para uma visão mais integrada da cognição humana.

Palavras-chave: ecocognição; cognição ecológica; psicologia ecológica; linguística cognitiva; percepção e ação humana.

ABSTRACT

This study explores the interaction between language and meaning construction from an ecocognitive perspective, highlighting how language transcends its communicative and symbolic functions, influencing human perception and behavior. Through a literature review and three case studies, the research demonstrates how meanings evoked by linguistic cues adapt and change across various contexts. These findings suggest that the process of meaning construction is intrinsically dynamic and deeply rooted in the interactions between individuals and their environment. This challenges traditional semantic models and points towards a more integrated understanding of human cognition.

Keywords: ecocognition; ecological cognition; ecological psychology; cognitive linguistics; human perception and action.

INTRODUÇÃO

Este artigo explora a interação dinâmica entre organismo e ambiente a partir de uma perspectiva ecocognitiva, propondo um entendimento ampliado de como a língua(gem)¹ pode moldar e ser moldada pelas condições ambientais e sociais. O objetivo central é elucidar as formas pelas quais as convenções linguísticas e os contextos ambientais interagem, influenciando mutuamente a percepção e a compreensão humanas. Integrando conceitos da psicologia ecológica, ciências cognitivas, linguística cognitiva e *insights* da filosofia da linguagem, buscamos fornecer uma visão mais integrada e flexível da cognição humana.

A metodologia empregada neste estudo combina revisões bibliográficas com estudos de caso selecionados, que servem para ilustrar e testar a aplicabilidade da abordagem ecocognitiva. Essa abordagem metodológica permite uma investigação profunda de como as interações linguísticas adaptam-se e influenciam as configurações ambientais e culturais, enfatizando a capacidade da linguagem de atuar como um facilitador nas interações entre o indivíduo e o seu entorno.

Ao propor um modelo de cognição que valoriza a interação contínua entre linguagem, pensamento e ambiente, este artigo contribui para uma compreensão mais holística das capacidades linguísticas humanas. Por meio deste estudo, esperamos incentivar um diálogo enriquecedor entre diferentes paradigmas em psicologia cognitiva e linguística, reconhecendo a importância de uma visão diversificada que considera tanto a variabilidade quanto a adaptabilidade da cognição linguística.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A teoria da percepção de Gibson, surgida na década de 1970, marcou um ponto de virada na psicologia ao desafiar as convenções estabelecidas e introduzir uma nova visão da interação entre organismo e ambiente. Central para essa teoria é o conceito de

¹ Aqui, estamos considerando língua como um conjunto específico de convenções e regularidades gramaticais utilizadas dentro de uma comunidade, constituindo uma forma de informação convencional que depende de acordos comunitários para seu uso e significado. Por outro lado, a linguagem é um conceito mais amplo que engloba a língua juntamente com outros elementos de construção de sentidos, como gestos e expressões faciais, e é vista como um meio que permite o enquadramento de propriedades do ambiente que não são diretamente percebíveis, expandindo assim as capacidades perceptuais humanas.

affordances, que são as possibilidades de ação oferecidas pelo ambiente a um organismo. Contrariando a visão tradicional de que a percepção é um processo passivo de decodificação de informações sensoriais, Gibson (1979) propõe que a percepção é um engajamento ativo com o mundo, no qual os organismos percebem diretamente as *affordances* sem necessidade de inferências cognitivas. Essa abordagem representou uma mudança paradigmática, postulando que a percepção é mais um processo de descoberta e exploração do que de construção interna. Tal perspectiva tem implicações relevantes para a relação entre linguagem e sentido, sugerindo que o sentido é descoberto, e não construído internamente.

Em sua crítica à teoria de Gibson, Lakoff (1987, p. 215-217) argumenta que a distinção entre percepção e cognição é crucial. Enquanto Gibson se concentra na interação entre percepção e ambiente, Lakoff aponta que essa abordagem não abrange adequadamente a cognição. Segundo o autor, a cognição envolveria variabilidade e categorias culturais e contextuais essenciais. Ele critica a visão de Gibson sobre as *affordances*, observando que invariantes ambientais não contemplam as categorias humanas variáveis e muitas vezes abstratas. Lakoff conclui que, embora valiosa para entender a interação constante com o ambiente, a abordagem ecológica de Gibson não explica completamente a complexidade da cognição humana. Essa crítica ressalta que as teorias, apesar de proporcionarem *insights* valiosos, possuem limitações que devem ser reconhecidas ao serem aplicadas em novos contextos de estudo, como na relação entre linguagem e sentido. Apesar de críticas como essa, é importante notar que as ideias de Gibson não foram descartadas, mas sim reinterpretadas e expandidas por pesquisadores subsequentes.

Varela, Rosch e Thompson (1991), por exemplo, ampliam a teoria das *affordances* ao proporem que a cognição é inseparável do corpo e do ambiente. Argumentam que ela é um produto dinâmico das interações únicas entre indivíduos e ambiente, incluindo aspectos culturais. Clancey (1997) também contribui para essa ampliação, enfatizando que a cognição é profundamente situada e moldada pelo contexto ambiental circundante; ele examina as limitações da inteligência artificial em replicar a cognição humana, destacando as implicações dessas limitações para a

construção de robôs “inteligentes”². Da mesma forma, Ballard *et al.* (1997) contribuem para essa perspectiva, reconhecendo que a cognição é um fenômeno que integra o pensamento humano com o ambiente. Juntas, essas abordagens sublinham a cognição situada como uma integração profunda entre o pensamento humano e seus contextos ambientais e sociais.

Mace (2005) explora como as *affordances* no *design* influenciam a percepção e a ação física, destacando que essas podem ser consideradas oportunidades de comportamento oferecidas por artefatos aos humanos, embora nem todas sejam desejáveis, como por exemplo bordas afiadas em objetos manipuláveis. Esse estudo aprofunda o entendimento de como as *affordances* afetam a percepção e a ação. Paralelamente, Yu *et al.* (2005) detalham essa concepção ao demonstrar o uso de *affordances* em tempo real durante interações ambientais por meio de um modelo computacional que associa palavras faladas a seus significados, baseando-se na percepção em ambientes complexos. Esse trabalho não apenas expande a aplicação das *affordances* além da percepção e da ação física, mas também ilustra como elas são empregadas dinamicamente durante a interação com o ambiente.

Clark e Chalmers (1998) introduzem a teoria da mente estendida, que representa um avanço significativo na compreensão da cognição humana. Eles propõem a ideia de externalismo ativo, na qual objetos dentro do ambiente funcionam como uma parte da mente. Essa teoria sugere que a mente não reside exclusivamente no cérebro ou no corpo, mas se estende ao mundo físico. Os autores argumentam que a separação entre a mente, o corpo e o ambiente é uma distinção sem princípios. Os objetos externos desempenham um papel significativo no auxílio aos processos cognitivos, fazendo com que a mente e o ambiente atuem como um "sistema acoplado"³ que constitui um sistema cognitivo completo. Eles defendem que a mente pode se estender para além do corpo em ambientes digitais, sugerindo que dispositivos tecnológicos podem funcionar como extensões do aparato cognitivo humano. Assim, a teoria da mente estendida ressignifica a compreensão da cognição humana ao sugerir que nossa mente não está

² É importante destacar que o termo "inteligente" é considerado dubio devido à sua ampla gama de interpretações e significados variados, dependendo do contexto em que é utilizado. Em contextos acadêmicos, por exemplo, pode referir-se à capacidade cognitiva medida por testes padronizados, enquanto no uso cotidiano, pode simplesmente indicar uma habilidade para resolver problemas práticos.

³ Tradução livre de *coupled system* (Clark; Chalmers, 1998, p. 8).

limitada ao nosso corpo, podendo estender-se ao ambiente, incluindo os ambientes digitais.

Tomasello (2003), por sua vez, aplica a cognição ecológica para explicar o desenvolvimento e a adaptação da linguagem, argumentando que a aquisição e o desenvolvimento simbólico dependem de uma cognição cultural exclusivamente humana, originada de adaptações biológicas da cognição primata. Ele ressalta que a linguagem facilita a cooperação e a compreensão mútua em contextos sociais e que as habilidades sociocognitivas humanas são produtos diretos da evolução biológica. Assim, Tomasello expande a teoria das *affordances* de Gibson para o desenvolvimento linguístico, destacando a linguagem como uma ferramenta essencial para a interação social.

Gabora, Rosch e Aerts (2008) propõem uma abordagem ecológica para o estudo de conceitos, destacando que a psicologia tradicional enfrenta dificuldades para explicar o uso criativo e contextual dos conceitos. Os autores sugerem que os conceitos não devem ser vistos apenas como identificadores, mas como pontes que conectam a mente ao mundo, participando ativamente na geração de significado. Os conceitos são definidos não só por suas características, mas também pelas suas estruturas relacionais e capacidade de adaptação a diferentes contextos. Esta visão sugere que a união da percepção e do ambiente direciona a conceptualização, criando uma "ecologia da mente"⁴. Assim, o trabalho de Aerts, Gabora e Rosch expande a teoria das *affordances* de Gibson para incluir o estudo de conceitos numa perspectiva ecológica, enfatizando seu papel na formação de significado.

Barsalou (2008) argumenta que a cognição se baseia não em computação de símbolos amodais num sistema modular, mas em simulações modais, estados corporais e ação situada, apoiando-se em evidências comportamentais e neurais para mostrar como as mentes criam significado. Bergen (2012) complementa essa ideia ao explorar a compreensão da linguagem como simulações mentais de experiências descritas, sugerindo que o entendimento linguístico envolve a criação de mundos mentais ricos. De forma semelhante, Chemero (2009) redefine a cognição como uma dinâmica entre o agente e o ambiente, em oposição a um processo isolado de computação e

⁴ Tradução livre de *ecology of mind* (Gabora; Rosch; Aerts, 1998, p. 2).

representação. Ele propõe uma "ciência cognitiva radicalmente corporificada"⁵, em que a cognição emerge da interação com o ambiente, destacando o papel fundamental do corpo e do ambiente nos processos cognitivos e desafiando as visões tradicionais que separam mente, corpo e ambiente.

Michaels e Palatinus (2014) delineiam os temas centrais da cognição corporificada, começando com um resumo dos compromissos teóricos e metodológicos da ciência cognitiva padrão, conhecidos como os "dez mandamentos da psicologia ecológica"⁶. Esses incluem a inseparabilidade do organismo e do ambiente, a percepção como detecção de informação, a integração de percepção e ação, e a adaptabilidade com a experiência. Os autores discutem como a cognição corporificada desafia a noção tradicional de que a cognição ocorre isoladamente no cérebro, argumentando que o corpo desempenha um papel constitutivo nos processos cognitivos.

Shapiro (2011) apresenta três temas principais: conceptualização, substituição e constituição. Na conceptualização, ele explora como os conceitos são influenciados pelas propriedades físicas do corpo. Na substituição, sugere que a interação dinâmica do corpo com o ambiente pode eliminar a necessidade de processamento representacional. Na constituição, debate a ideia de que os constituintes da cognição se estendem para além do cérebro, implicando que o corpo e o mundo têm um papel ativo e formador nos processos cognitivos.

O autor reforça esses conceitos com resultados de pesquisas que evidenciam o caráter corporificado da cognição, propondo um novo *framework* teórico que integra esses elementos para uma compreensão mais ampla dos processos cognitivos. Shapiro (2014) propõe que a cognição corporificada não substitui, mas expande a ciência cognitiva tradicional, revelando como o cérebro, o corpo e o mundo estão interconectados e indica que esta abordagem pode enriquecer nossa compreensão dos sistemas cognitivos e oferecer novas perspectivas para entender a mente e a cognição.

Golonka (2015) examina a interação entre a percepção direta e o impacto das convenções sociais na cognição linguística, argumentando que nem todos os comportamentos linguísticos derivam de leis físicas ou ecológicas, mas frequentemente de acordos socioculturais que variam entre grupos e contextos. Ela distingue entre

⁵ Tradução livre de *Radical Embodied Cognitive Science* (Chemero, 2009).

⁶ Tradução livre de *A ten commandments for ecological psychology* (Michaels; Palatinus, 2014, p. 19).

informação baseada em leis físicas, diretamente relacionada às *affordances* do ambiente, e informação convencional, derivada de práticas sociais que podem não ter ligação imediata com o ambiente físico. Golonka defende que essa distinção é essencial para entender como humanos usam a linguagem de formas que ultrapassam as capacidades de outros animais, e introduz o conceito de informação convencional na psicologia ecológica, abrindo novas perspectivas para a análise de comportamentos complexos.

Juntamente com Wilson, Golonka detalha como a informação ecológica ajuda os organismos a coordenarem e controlarem suas atividades, adaptando comportamentos às características ambientais por meio de dinâmicas específicas para a execução de tarefa. Eles expandem essa visão em trabalhos subsequentes (2015, 2019a, 2019b, 2020), discutindo como as informações ecológicas e as convenções culturais interagem para moldar a cognição humana. Eles propõem que a cognição é um processo dinâmico e interativo que envolve tanto o processamento de informações ambientais percebidas diretamente quanto a interação com as convenções culturais e sociais.

Assim, os trabalhos de Golonka e Wilson ampliam a compreensão da cognição, sublinhando a importância das interações entre o ambiente e os fatores sociais no desenvolvimento dos processos cognitivos. Eles desafiam visões tradicionais e sugerem que a cognição é um fenômeno mais distribuído e interativo, contribuindo significativamente para a evolução da psicologia ecológica ao integrar os aspectos sociais e culturais que influenciam o comportamento humano.

Esta breve revisão destaca a evolução da abordagem ecocognitiva na linguagem e construção de sentidos, desde a teoria das *affordances* de Gibson, que renovou o entendimento da interação organismo-ambiente, até as críticas de Lakoff, a obra de Varela, Rosch e Thompson, e as investigações mais recentes de Golonka e Wilson. A introdução por Golonka da distinção entre percepção direta e informação convencional ilustra como a linguagem e comportamentos sociais ultrapassam a percepção sensorial imediata, integrando convenções sociais e culturais complexas. Esse panorama é ampliado pelos estudos de Clark e Chalmers sobre a mente estendida e situada e a teoria da cognição corporificada de Shapiro, ressaltando que nossos processos cognitivos estão ancorados no mundo físico e imersos em contextos sociais e culturais.

Nesse contexto, a abordagem ecocognitiva propõe que cognição e construção de sentidos são fenômenos corporificados, enativos, situados e estendidos⁷ influenciados tanto pelas capacidades biológicas quanto pela dinâmica ambiental e estruturas sociais. Tal visão holística contesta as concepções tradicionais de cognição como um processo isolado, oferecendo um modelo mais integrativo para entender a interação entre linguagem, pensamento e mundo. Assim, a abordagem aqui defendida enfatiza que o sentido emerge da interação dinâmica com o ambiente físico e social, abrindo novas perspectivas para entender a complexidade da experiência humana.

LÍNGUA(GEM) COMO FENÔMENO ECOCOGNITIVO

Na abordagem ecocognitiva, a linguagem é percebida por meio de uma lente ecológica, realçando a conexão intrínseca entre nossas funções cognitivas e o ambiente ao nosso redor. Golonka e Wilson (2019a) destacam que essa perspectiva resolve de maneira eficaz problemas comuns nas teorias cognitivas tradicionais, especialmente os relacionados à ancoragem e detecção de erros. O “problema de ancoragem do símbolo”⁸ na ciência cognitiva trata da dificuldade em vincular conceitos, como CADEIRA, a experiências concretas e observáveis, como o objeto designado por “cadeira”. A questão central é: como podemos garantir que nossas representações mentais de objetos físicos como cadeiras sejam verificáveis e baseadas na realidade?

Por outro lado, o “problema de detecção de erros”⁹ envolve a capacidade do sistema cognitivo de identificar e corrigir suas próprias falhas operacionais. Esse desafio torna-se complexo quando as representações mentais não possuem conexões claras com o ambiente físico. Por exemplo, ao tentar recordar o caminho para a casa de um amigo, qualquer erro de memória sobre a rota exige mecanismos de correção que incluem tanto

⁷ Aqui, é importante notar que os fenômenos corporificados (*embodied*), enativos (*enactive*), situados (*situated*) e estendidos (*extended*) foram agrupados sob o mesmo rótulo de cognição 4E (4E *cognition*). Essa classificação reflete uma abordagem integrativa na ciência cognitiva que enfatiza como a cognição é moldada e dependente do corpo físico do agente, de suas interações dinâmicas com o ambiente, e da incorporação de ferramentas e outros artefatos no processo cognitivo. (para mais informações, veja Newen; Gallagher; Bruin, 2018).

⁸ Tradução livre de *Symbol Grounding Problem* (Harnad, 1990).

⁹ Tradução livre de *System-detectable Error Problem* (Bickard, 2009).

a observação direta do ambiente quanto auxílios externos, como um GPS, para realinhar a percepção mental com a realidade geográfica.

Em contraposição aos modelos que se apoiam em representações mentais desvinculadas da situacionalidade, a teoria ecológica propõe que a informação perceptual é derivada diretamente das características ambientais. Essa abordagem garante que tanto ações quanto percepções estejam constantemente alinhadas com o mundo físico observável.

Esse processo de ancoragem direta simplifica significativamente a compreensão de como interpretamos informações e interagimos com nosso entorno, além de aprimorar a habilidade de reconhecer e ajustar erros em tempo real. Quando uma ação guiada por essa percepção direta não produz o resultado antecipado, a resposta imediata do ambiente facilita ajustes precisos e imediatos. Assim, essa interação dinâmica e contínua com o ambiente real oferece uma perspectiva valiosa para a análise da construção de sentidos, promovendo um entendimento mais prático e adaptável dos processos cognitivos.

O papel do sistema nervoso na interação organismo-ambiente

A complexidade do sistema motor humano é em parte definida por múltiplos “graus de liberdade”¹⁰, um termo técnico em biomecânica e teoria do controle motor que se refere à quantidade de variáveis independentes que definem o estado ou movimento de um sistema. No contexto do corpo humano, cada articulação e cada músculo que pode mover-se independentemente dos outros contribui para um grau de liberdade. Por exemplo, o braço tem vários graus de liberdade: pode dobrar-se no cotovelo, girar no ombro, mover-se para frente e para trás, entre outros movimentos possíveis.

Teoricamente, essa multiplicidade de graus de liberdade poderia resultar em uma redundância incapacitante, porque oferece ao sistema motor um vasto conjunto de possibilidades de movimento. Em situações cotidianas, controlar conscientemente cada um desses movimentos independentes seria extremamente desafiador e ineficiente, já que decidir sobre o exato movimento de cada músculo e articulação em tempo real

¹⁰ Tradução livre de *Freedom Degrees* (Bernstein, 1967).

sobrecarregaria tanto os mecanismos de processamento cognitivo quanto perceptual. A complexidade surge do desafio de coordenar todos esses movimentos potenciais de uma maneira que atinja um objetivo funcional específico sem exigir um controle consciente e detalhado de cada ação individual.

Para lidar com esse desafio, os sistemas do corpo utilizam várias estratégias para simplificar a coordenação dos movimentos. Uma dessas estratégias é a formação de sinergias, que são agrupamentos de movimentos de músculos e articulações que agem como uma unidade para realizar uma ação específica, reduzindo efetivamente o número de decisões motoras que precisam ser feitas conscientemente.

A teoria de Bingham (1988) sobre os Dispositivos Específicos para Tarefas (DETs)¹¹ se aprofunda nesse conceito ao sugerir que configurações personalizadas do sistema motor (os DETs) são montadas suavemente¹² pelo cérebro para realizar tarefas específicas ao limitar os graus de liberdade ativados durante uma ação. Isso não apenas simplifica o controle motor, mas também ajuda a resolver o “gargalo perceptual”¹³ (Bingham, 1988), ao reduzir a quantidade de informações sensoriais que precisam ser processadas em qualquer momento durante a execução da tarefa. Com isso, estamos assumindo que o corpo humano é adaptado para realizar ações complexas de maneiras que maximizam a eficiência e minimizam o esforço cognitivo e perceptual.

Cumprе enfatizar, portanto, que as tarefas específicas que realizamos não aproveitam todo o conjunto de movimentos possíveis, mas apenas uma seleção deles que é funcional para a tarefa em questão. Os DETs, portanto, organizam os subsistemas do corpo (como o sistema musculoesquelético, o sistema nervoso, o sistema circulatório, o sistema respiratório, dentre outros) para realizar tarefas específicas de maneira eficiente.

De acordo com Bingham, cada DET é uma adaptação para reduzir a complexidade enfrentada pelo sistema de ação humano (SAH)¹⁴, permitindo que ele se concentre nos aspectos dinâmicos relevantes para a realização da tarefa, deixando de lado outros movimentos possíveis que não contribuem para o objetivo corrente. Ao

¹¹ Task-specific Devices (TSDs) (Bingham, 1988).

¹² Montagem suave refere-se à habilidade do sistema nervoso de organizar e coordenar os múltiplos graus de liberdade do sistema motor, facilitando movimentos eficientes e adaptativos sem o controle consciente detalhado de cada ação.

¹³ Tradução livre de *perceptual bottleneck* (Bingham, 1988).

¹⁴ Tradução livre de *human action system* (HAS) (Bernstein, 1967).

fazer isso, os DETs não apenas simplificam a execução das tarefas, mas também tornam o processo perceptual mais gerenciável, filtrando as informações sensoriais para que apenas as mais pertinentes ao contexto da tarefa em foco sejam processadas.

O cérebro, ao funcionar como um sistema de resposta rápida (Wilson; Golonka, 2013), pode rapidamente interpretar e responder às mudanças no ambiente, facilitando a transição entre diferentes dispositivos específicos de tarefa. Essa capacidade de resposta é crucial, especialmente em situações em que a percepção e a ação precisam ser excepcionalmente sincronizadas com as dinâmicas do ambiente externo. A informação perceptual, que é intrinsecamente designada pelo cérebro, permite uma seleção e uma manipulação eficaz dos dispositivos de tarefa que são configurados para resolver problemas específicos.

Esse mecanismo, focado no desempenho em espaços de tarefas bem definidos, revela como o sistema de percepção-ação, altamente dimensional, flexível e não linear, resolve problemas específicos. Ao invés de tentar controlar e entender todos os graus de liberdade disponíveis, o sistema, incluindo o cérebro, concentra-se em adaptar-se e responder às exigências imediatas impostas pelas tarefas em questão. Essa capacidade de resposta rápida é vital, dado que o ambiente e as exigências comportamentais estão em constante mudança.

A resolução de problemas, nesse contexto, não só requer um contato perceptual rico, mas também uma capacidade adaptativa para mudar de um dispositivo para outro, uma característica que é apoiada pela rapidez com que o sistema nervoso pode responder. A mudança de estado do dispositivo, que leva tempo devido à inércia de recursos dinâmicos como músculos e o sistema cardiovascular, é contrabalanceada pela habilidade do sistema nervoso de reagir quase instantaneamente às mudanças no fluxo de informações.

Essa abordagem tem implicações significativas para o estudo da percepção e da ação, pois sugere que a maneira como percebemos o mundo e agimos sobre ele não é generalizada, mas adaptada especificamente às tarefas que estamos realizando. Isso se alinha com a visão de que os humanos são adeptos em otimizar seu comportamento para economizar recursos cognitivos, concentrando-se nas variáveis ambientais e cinemáticas que são mais críticas para o sucesso da tarefa em mãos.

Portanto, a contribuição de Bingham não apenas fornece uma ponte entre o controle motor e a percepção, mas também oferece um quadro aplicável para estudar como os seres humanos interagem com seu ambiente de maneira eficaz, destacando a importância de entender os sistemas de ação em termos de suas funções específicas e não apenas como um conjunto de capacidades motoras genéricas.

Como os Sistemas de Ação Humana interagem com o ambiente?

Gibson (1979, p. 72) introduz o conceito de “matriz óptica ambiente”¹⁵, que se refere ao arranjo de luz disponível em um determinado ponto no ambiente. Essa matriz contém informações sobre o ambiente e seus objetos, que são acessíveis ao organismo a partir de qualquer ponto de observação. Portanto, quando um ser vivo percebe seu ambiente, ele está, na verdade, percebendo os padrões de luz na matriz óptica ambiente. Esses padrões de luz são estruturados de tal maneira que especificam as propriedades e relações no ambiente. Por exemplo, a luz refletida por um objeto pode fornecer informações sobre a forma, tamanho, cor e localização do objeto. Da mesma forma, a luz refletida por uma superfície pode fornecer informações sobre a textura, inclinação e orientação da superfície.

Nesse sentido, há um mapeamento um para um - um determinado padrão na matriz óptica vem de um e apenas um estado do mundo, isto é, uma configuração específica do ambiente, incluindo todas as propriedades e relações ambientais relevantes que podem ser percebidas e usadas por um ser vivo para guiar seu comportamento. Por exemplo, para um pedestre atravessando a rua, um estado do mundo poderia incluir a posição e velocidade dos carros próximos, a presença de outros pedestres, a distância entre as calçadas, entre outros fatores. O mapeamento um a um pode ocorrer, conforme explicado por Turvey *et al.* (1981), se (e somente se) a criação de informações sobre o mundo for um processo baseado em leis naturais, isto é, que segue princípios consistentes e previsíveis. Por exemplo, a lei da perspectiva linear sugere que objetos paralelos parecem convergir à medida que se afastam de nós. Isso é algo que vemos todos os dias, como quando olhamos para uma estrada reta e longa e vemos as bordas da

¹⁵ Tradução livre de *ambient optic array* (Gibson, 1979, p. 72).

estrada convergindo no horizonte. Assim, detectar a informação é perceber o mundo, sem a necessidade de qualquer trabalho de processamento adicional, ou seja, conclui-se que a percepção é direta.

Embora os exemplos apresentados sejam relacionados à visão, a informação perceptual é um tipo de informação ecológica que os organismos captam do ambiente por meio dos seus sentidos, como visão, audição, tato, olfato e paladar. A informação perceptual é essencial para a vida cotidiana porque permite ao organismo compreender o ambiente e responder adequadamente a ele. Por exemplo, a percepção de um predador se aproximando pode desencadear uma resposta de fuga, enquanto a percepção de alimento pode desencadear uma resposta de aproximação. Nesse sentido, a informação perceptual é a base para a interação do organismo com o ambiente, permitindo ao organismo responder de maneira adaptativa às mudanças no seu entorno.

A maneira como a luz reflete em um objeto, formando uma matriz de energia visual, pode revelar *affordances* sobre o formato, tamanho, distância e material do objeto (Gibson, 1979). Isso significa que o objeto pode ser percebido como sendo manipulável, alcançável, ou até mesmo identificável, dependendo de suas propriedades físicas. Da mesma forma, os sons produzidos por um animal, formando uma matriz de energia auditiva, podem revelar *affordances* sobre sua localização, tamanho e comportamento. Isso significa que o animal pode ser percebido como sendo localizável, identificável ou até mesmo evitável, dependendo de suas características sonoras.

Os organismos, sejam eles humanos ou não, utilizam a informação ecológica como uma ferramenta essencial para navegar e interagir com o mundo ao seu redor. Essa informação, que pode ser visual, auditiva ou de outra natureza sensorial, serve como um guia para a tomada de decisões e a execução de ações de maneira adaptativa.

Por exemplo, consideremos um predador. Esse predador pode usar as informações visuais e auditivas disponíveis em seu ambiente - a luz refletida de uma presa em potencial, o som de seus movimentos - para localizar e, finalmente, capturar essa presa. Da mesma forma, a presa pode usar essas mesmas informações para detectar a presença do predador e tomar medidas para evitar ser capturada.

A percepção, portanto, é um processo cognitivo que nos permite interpretar e entender o nosso ambiente. Ela envolve a detecção direta e imediata de padrões na matriz de energia do ambiente, como a luz refletida ou emitida pelos objetos em nosso

campo de visão. Esse processo permite que o organismo perceba o estado do mundo que corresponde a esse padrão. Por exemplo, quando um organismo vê um segmento saliente do ambiente, ele está, na verdade, percebendo a luz refletida por esse segmento e pode usar essa informação para controlar suas ações em relação a tal segmento.

Em contraste, um conceito é uma forma de conhecimento que é mais abstrata e geral. Ele não está vinculado a um estado específico do mundo ou a um padrão específico na matriz óptica do ambiente. Em vez disso, um conceito envolve a generalização e a abstração além das informações imediatamente disponíveis. Por exemplo, o conceito MAÇÃ não está vinculado a um padrão específico de luz refletida por um segmento saliente do ambiente. Em vez disso, é uma ideia geral que engloba todas as maçãs, independentemente de formas, tamanhos, cores ou localizações específicas. Assim, enquanto a percepção nos conecta diretamente com o mundo ao nosso redor, os conceitos nos permitem navegar em um mundo mais amplo de ideias e generalizações de modo a, por exemplo, categorizar um segmento saliente percebido no ambiente como sendo MAÇÃ.

A informação perceptual desempenha um papel duplo: designa o ambiente relevante para o comportamento do organismo e influencia a atividade neural do organismo de maneira a suportar a montagem e o funcionamento dos dispositivos específicos para tarefas. Nesse sentido, a detecção da informação perceptual pode desencadear uma atividade neural de montagem de um DET, como mover-se em direção ao objeto ou desviar-se dele. A visão de uma árvore frutífera, por exemplo, pode ativar áreas do cérebro envolvidas na tomada de decisão e planejamento motor, levando o organismo a decidir se mover em direção à árvore e comer uma fruta. Da mesma forma, o som de um predador se aproximando pode desencadear a atividade neural que leva uma presa a fugir ou se esconder.

Controle da ação e formação de esquemas cognitivos

O processo de percepção e ação é um fenômeno complexo que pode ser entendido por meio dos conceitos de controle de ação *online* e *offline*, conforme discutido por Golonka e Wilson (2019a).

O controle de ação *online* ocorre quando um organismo ajusta seu comportamento em tempo real em resposta à percepção contínua de informações ecológicas. Por exemplo, ao se deslocar pelo ambiente, um animal ajusta sua trajetória e velocidade, desvia-se de obstáculos e corrige possíveis desequilíbrios com base em mudanças na percepção visual.

Em contraste, o controle de ação *offline* é um processo que envolve o planejamento e a execução de ações com base na detecção prévia de informações ecológicas, sem a necessidade de ajustes em tempo real. Esse tipo de controle é particularmente relevante para situações em que as propriedades do mundo relevantes para o comportamento estão espacial ou temporalmente inacessíveis. Nesses casos, informação ecológica e atividade neural (responsável pela montagem de DETs) se integram para designar as propriedades espaciais e temporais indisponíveis. Por exemplo, um gato pode planejar um salto para uma prateleira alta baseando-se na distância até a prateleira, na altura da prateleira e em sua própria capacidade de pular. O gato, então, pode executar o salto conforme o planejado, eliminando a necessidade de grande quantidade de ajustes instantâneos guiados por percepção contínua da direção e velocidade do vento, da sua posição e da prateleira etc. Esse é um exemplo de controle de ação *offline*, em que o comportamento é planejado com antecedência e depois executado.

É importante ressaltar que, embora o controle de ação *offline* envolva o planejamento e a execução de ações com base na detecção prévia de informações ecológicas, isso não significa que a execução da ação seja inflexível. Pelo contrário, Golonka e Wilson (2019a) afirmam que a informação ecológica (isto é, a informação perceptual detectada no ambiente pelo organismo) e a atividade neural (o que ocorre no cérebro quando a informação é processada) são designações¹⁶, isto é, tanto a informação perceptual quanto a atividade neural estão fortemente ancoradas na experiência direta e contínua do organismo com o seu entorno físico.

Nesse contexto, é possível que o gato tenha evocado um esquema da ação específica de saltar para um local mais alto do ambiente, baseando-se em experiências

¹⁶ Golonka e Wilson (2019a) preferem “designação” a “representação” para enfatizar a conexão direta e específica entre a informação perceptual e as propriedades do mundo que são relevantes para o comportamento. A “designação” destaca uma relação mais imediata com o mundo, ao contrário das “representações”, que são frequentemente vistas como abstrações internas.

prévias. Embora esquemas de imagem e de ação estejam pré-formados no cérebro, o animal pode ajustar seu comportamento se necessário, com base em novas informações ou mudanças no ambiente. Por exemplo, se um objeto da prateleira se deslocar durante o salto, o gato precisará ajustar a força e o ângulo do seu salto para desviar do objeto e alcançar a prateleira. Portanto, é importante enfatizar que, mesmo no controle da ação *offline*, a informação perceptual continua desempenhando um papel crucial, influenciando não apenas a montagem de DETs em tempo real, mas também a ativação e a adaptação de esquemas de imagem e de ação.

É crucial esclarecer que o que estamos chamando de esquemas de imagem e de ação são, na verdade, encapsulamentos neuronais de Dispositivos Específicos de Tarefa (DETs) relevantes. Como estruturas cognitivas genéricas, os esquemas são influenciados e especificados pelo ambiente durante a percepção e a ação. Isso ilustra a adaptabilidade e flexibilidade do sistema cognitivo em resposta ao ambiente. Essa característica garante que, embora o sistema como um todo seja integrado e responsivo, esquemas e DETs mantêm certa autonomia operacional. Isso permite uma contínua flexibilidade e adaptação ao ambiente.

Nesse sentido, embora percepção e ação sejam componentes ecocognitivos intimamente vinculados, há um processo de desacoplamento que permite ao organismo responder não apenas às informações perceptuais imediatas, mas também a esquemas de imagem e de ação formados de experiências passadas e que podem ser evocados por informações perceptuais. Esse processo de desacoplamento proporciona ao organismo uma maior flexibilidade e adaptabilidade na ação, permitindo uma resposta mais eficaz e apropriada às demandas do ambiente.

Informação linguística

A linguagem também pode ser entendida em termos de Dispositivos Específicos para Tarefas e de controle de ação. Nesse sentido, tanto o controle da ação de saltar para uma prateleira mais alta quanto o de articular, sinalizar ou escrever palavras, envolve a montagem suave e a coordenação de DETs.

Durante um salto, a percepção visual do gato é crucial. Ele precisa avaliar constantemente a distância até a aterrissagem e ajustar continuamente sua trajetória.

Além disso, a informação cinemática, como a velocidade e a direção do salto, desempenha um papel importante. O gato precisa coordenar a força e a direção do salto para alcançar a prateleira com sucesso. De forma semelhante, quando uma pessoa está falando, uma série de movimentos físicos complexos e coordenados estão envolvidos. A articulação dos sons da fala (fones) envolve o uso preciso dos lábios, língua, mandíbula e palato. A respiração é cuidadosamente controlada para fornecer o fluxo de ar necessário para a produção de voz. A abertura da glote, o espaço entre as pregas vocais, é ajustada para modificar o tom e o volume da voz. Além disso, a informação cinemática, como a velocidade e o ritmo da fala, também é crucial. A pessoa precisa coordenar o ritmo e a cadência da fala para comunicar efetivamente suas ideias.

É essencial entender que a informação perceptual e a informação cinemática são geradas por diferentes aspectos da interação de um organismo com o ambiente (Golonka; Wilson, 2019b). A informação perceptual é derivada do segmento do ambiente que o organismo está observando. Por exemplo, ao olhar para uma árvore, os olhos do organismo captam uma matriz óptica formada pela incidência de luz sobre o objeto. Essa informação, que aponta diretamente para um segmento do ambiente, permite que o organismo interaja efetivamente com o objeto. A informação cinemática é gerada pela dinâmica de uma ação. Por exemplo, quando vemos um animal se movendo rapidamente em nosso campo de visão, a informação cinemática pode incluir aspectos como a velocidade da corrida e o ritmo dos passos do animal. Essa informação aponta diretamente para a dinâmica da ação do animal. Portanto, tanto a informação perceptual quanto a cinemática desempenham papéis cruciais na maneira como os organismos interagem com o mundo ao seu redor.

No entanto, embora falar, sinalizar (em línguas de sinais) e escrever envolvam Dispositivos Específicos para Tarefas contendo partes específicas do corpo (língua, lábios, dentes, palato, mãos etc.), processos neurais envolvidos na modelagem de circuitos neurais e recursos ambientais (ondas sonoras da voz, ondas eletromagnéticas, papel e tinta), esses elementos não representam o fim da história. A capacidade de usar convenções para designar entidades, eventos e relações que não estão presentes no ambiente imediato é o que torna as informações linguísticas verdadeiramente especiais. Tal capacidade possibilita aos humanos planejar o futuro, aprenderem com o passado e coordenarem ações com outros indivíduos.

A percepção é limitada pelo que os organismos podem ver, ouvir, tocar, cheirar ou provar em um determinado momento e lugar, mas a linguagem não tem essas limitações. Embora precisemos estar perto o suficiente para ouvir alguém falar, para ver o que alguém está sinalizando ou para ver o que alguém escreveu, o sentido da informação linguística pode ser qualquer coisa, independentemente do ambiente imediato do falante/sinalizante/escritor e do ouvinte/intérprete/leitor. Por exemplo, um falante/sinalizante/escritor pode relatar um evento que tenha ocorrido há milhares de anos e a quilômetros de distância e, mesmo sem poder experienciar diretamente o evento relatado, o ouvinte/intérprete/leitor pode aprender sobre ele.

O sentido para além da informação perceptual

No contexto deste artigo, o termo “sentido” se refere ao significado ou propósito de uma informação. É a interpretação ou a compreensão que atribuímos a uma informação específica. Dentro dessa perspectiva, cada tipo de informação - perceptual, cinemática e linguística - tem um sentido diferente porque cada uma é projetada por uma fonte diferente e serve a um propósito diferente. Sendo assim, o sentido é uma parte crucial de como processamos e interagimos com as informações em nosso ambiente.

Quando consideramos as informações perceptuais e cinemáticas, podemos dizer que o sentido se refere ao significado ou propósito inerente a uma informação. No caso da informação perceptual, o sentido está intrinsecamente ligado ao segmento ambiental que um organismo está percebendo. Por exemplo, quando um organismo percebe uma fonte de alimento, o sentido da informação perceptual é a própria fonte de alimento. O sentido da informação cinemática está diretamente relacionado à dinâmica da ação que a produz. Por exemplo, quando observamos um animal correndo, o sentido da informação cinemática é a própria dinâmica da ação de correr.

Em contraposição a isso, o sentido da informação linguística não corresponde à dinâmica da ação que a produz. Por exemplo, o sentido da palavra “gato” não é a dinâmica da articulação dos sons [ˈgatu] em si. Em vez disso, tal sentido é derivado de conceitos convencionalizados. Esses conceitos são evocados por pistas linguísticas usadas pelo falante/sinalizador/escritor.

Definimos conceito como uma unidade de conhecimento que faz parte de um sistema de conhecimento maior, chamado *frame* (cf.: Fillmore, 1975; 1976; 1985; Fillmore; Baker, 2001; Duque, 2015; 2017). Cada conceito dentro de um *frame* contribui para o entendimento geral de um tema ou de uma ideia. Portanto, a compreensão completa de um conceito requer a consideração do *frame* inteiro do qual ele faz parte. Isso reflete a maneira como nosso conhecimento é estruturado e interconectado. Por exemplo, para compreender o conceito GATO, é preciso entender a estrutura completa na qual o referido conceito se insere. Por exemplo, o conceito GATO pode fazer parte do *frame* ANIMAL DOMÉSTICO, e incluir outros conceitos relacionados como DONO, ALIMENTAÇÃO, CUIDADO e COMPORTAMENTO, ou do *frame* FÁBULA, em que gatos são retratados como personagens astutos e inteligentes. Nesse *frame*, GATO estaria associado aos conceitos HERÓI, ASTÚCIA e AVENTURA, por exemplo.

A informação linguística, isto é, a palavra ou o arranjo linguístico que usamos para evocar ou modelar um *frame*, é criada por convenções sociais. Isso significa que as regras e estruturas da linguagem são determinadas pela sociedade e pela cultura, e não por aspectos físicos ou naturais. Por exemplo, a maneira como articulamos e formamos sons ao falar, não determina o significado das palavras e frases que usamos. Da mesma forma, a cinemática dos movimentos visuoespaciais das línguas sinalizadas - ou seja, a maneira como os movimentos e gestos são feitos no espaço - também não determina o significado.

O significado das expressões linguísticas que usamos para designar conceitos é determinado por convenções sociais, que são intrinsecamente ligadas a formas de vida e a jogos de linguagem (Wittgenstein, 1953; Steels, 2012). Por exemplo, a razão pela qual a palavra “gato” evoca o *frame* ANIMAL DOMÉSTICO ou FÁBULA não é porque há algo inerentemente GATO na combinação dos fones [g], [a], [t] e [u]. Na verdade, é porque *frames* emergem de um conjunto de práticas e atividades compartilhadas por uma comunidade, que não incluem apenas comportamentos físicos, mas também formas de pensar e de se comunicar. Portanto, é dentro da forma de vida de uma comunidade que uma informação linguística é usada para evocar e construir sentidos.

Em termos mais específicos, o uso da informação linguística ocorre sempre em atividades específicas de interação licenciadas pela forma de vida da comunidade, isto é, em jogos de linguagem. Cada jogo de linguagem tem suas próprias regras e normas que

determinam como as informações linguísticas devem ser usadas e compreendidas. Por exemplo, o jogo de linguagem de uma conversa casual sobre o animal de estimação da família é diferente do jogo de linguagem de um debate filosófico associando o modo de vida dos gatos ao sentido da vida.

Assim, o sentido linguístico é constantemente modelado remodelado em função do papel que a coisa, a crença ou a ideia evocada linguisticamente desempenha em nosso sistema social e linguístico compartilhado. É isso que permite que a linguagem seja flexível e adaptável, capaz de designar e comunicar uma ampla variedade de entidades, eventos e relações, tanto presentes quanto ausentes no ambiente imediato. Com isso, os sentidos convencionalmente construídos pela linguagem podem mudar com o contexto, expandir-se de acordo com as necessidades em mudança e ser portátil, permitindo-nos inclusive acessar *frames* de coisas que não estão no ambiente imediato.

Embora a construção de sentidos seja extremamente dinâmica e flexível, é importante notar que existe uma certa restrição a essa liberdade: os esquemas de imagem e de ação que encapsulam os DETs. Por exemplo, quando usamos a palavra “gato”, não estamos apenas evocando um *frame*. Estamos também evocando um esquema de imagem de como um gato se parece e um esquema de ação de como gatos agem e de como interagimos com gatos. Esses esquemas fornecem uma espécie de base topológica para o *frame*.

Portanto, embora a linguagem seja flexível e adaptável, ela ainda está ancorada em nossas experiências sensoriais e motoras concretas. Isso garante que, mesmo quando o sentido linguístico muda e se expande, ele ainda permaneça conectado à nossa experiência direta do mundo. Isso mostra que a linguagem, embora livre para evoluir e se adaptar, ainda está fundamentada em nossas interações físicas e perceptuais com o nosso entorno.

Nesse sentido, a habilidade de lidar com informações linguísticas é fundamental na seleção de ação, um processo dinâmico e adaptativo pelo qual um organismo decide qual ação executar em um dado momento. Esse processo é influenciado por uma miríade de fatores, incluindo as informações perceptuais e linguísticas disponíveis, as necessidades e objetivos do organismo, e as restrições do ambiente físico e social.

No contexto do controle de ação *online* e *offline*, conforme discutido por Golonka e Wilson (2019a), a seleção de ação envolve a escolha entre diferentes

Dispositivos Específicos de Tarefas (DET) formados e refinados com base em experiências passadas e na percepção contínua de informações ecológicas. Independentemente de o objeto designado pela informação linguística estar presente ou ausente no ambiente imediato, a seleção de uma ação pressupõe a escolha entre diferentes *frames*, desde que se encaixem nas bases topológicas dos esquemas de imagem e de ação possíveis, de modo que o controle de ações *online* responda de maneira adaptativa às mudanças do ambiente.

Em um aviso de "cão bravo" no portão de uma casa, as palavras “cão” e “bravo” designam uma propriedade específica do entorno físico, mas ausente do ponto de vista da informação perceptual. A informação linguística, nesse caso, evoca o *frame* PERIGO e desencadeia uma atividade neural que leva à montagem de um DET *online* de se evitar entrar no terreno da casa.

No jogo de linguagem em que atribuímos nomes, como “manga”, experiências perceptuais e motoras socialmente relevantes envolvendo a fruta são associadas a informações perceptuais auditivas, visuais e táteis específicas. Esse conjunto de informações integra o *frame* em que se localiza o conceito MANGA. Sendo assim, quando sentimos o cheiro da manga, provamos seu sabor ou visualizamos a fruta, evocamos esse *frame*. Nesses casos, o controle da ação *online* (executar alguma tarefa com a manga, como pegar, cortar, comer etc.) e *offline* (basear-se em experiências passadas e conhecimento prévio sobre a fruta) atuam juntos.

Quando detectamos uma informação linguística, como perceber a combinação de fones [ˈmẽ.gə], também evocamos o *frame* MANGA. No entanto, nesse caso, não é necessário que, para o controle da ação *online*, existam mangas no ambiente imediato. Isso é um exemplo em que o controle de ação *offline* baseado em *frames* pode operar “desacoplado”¹⁷ do controle de ação *online*. Por exemplo, a ação *online* pode ser uma conversa sobre sobremesas, em que alguém evoca o conceito MANGA, por exemplo, para ensinar como se faz mousse de manga, sem que se esteja manipulando de fato a fruta.

De acordo com Vereza (2013), *frames* podem ser *offline* ou *online*. *Frames offline* referem-se às redes conceptuais formadas a partir de experiências passadas e conhecimento acumulado. Com base na autora, defendemos que esses *frames*

¹⁷ Tradução livre de *decoupled* (Golonka; Wilson, 2019, p. 14). Os autores usam o termo para se referir ao processo pelo qual a atividade neural pode se tornar relativamente independente das informações ecológicas imediatas que originalmente a provocaram.

correspondem às redes conceituais construídas sobre a base topológica de esquemas de imagem e de ação (isto é, sobre TEDs encapsulados). Por exemplo, o esquema ORIGEM-CAMINHO-META fornece a base topológica geral para o *frame* VIAGEM, incluindo um ponto de partida (*origem*), um percurso a ser seguido (*caminho*) e um destino (*meta*). O esquema TRAJETOR-MARCO fornece a base topológica para o viajante e seu meio de transporte (trajetor) e seu ponto de referência (*marco*). O esquema CONTÊINER fornece a base topológica para a conceptualização de espaços delimitados.

Frames online, por seu turno, seriam as redes conceituais sendo modeladas em tempo real dentro de um jogo de linguagem específico. Fundamentados em Vereza, defendemos que *frames online* são influenciados pelo ambiente imediato e podem ser ajustados e modificados à medida que a interação avança. Por exemplo, o conceito VIAGEM (do *frame offline*) pode ser evocado e ajustado no relato de uma experiência turística desagradável, numa conversa sobre os efeitos do uso de psicotrópicos ou num discurso fúnebre em um velório. Formações e ajustes de *frames online* podem ser incorporados aos *frames offline* repercutindo em mudanças de conceitos e, até mesmo, de visões de mundo.

ESTUDOS DE CASO

Nesta seção, exploramos três estudos de caso que demonstram de forma clara como o processo de construção de sentidos é dinâmico e profundamente enraizado nas interações entre o agente falante e seu ambiente. Essas investigações ilustram a aplicação prática de conceitos ecocognitivos na análise da linguagem, desafiando modelos tradicionais de cognição e sugerindo uma compreensão mais integrada e interativa da mente humana.

O estudo de Gadelha (2020) sobre o esquete "Jesus te ama", do Porta dos Fundos, revela como a linguagem pode reconfigurar a percepção e a interpretação cultural e social de forma inesperada. Ao contextualizar a figura de Jesus em um supermercado, a interação subverte expectativas e desafia os sentidos preestabelecidos. Esse exemplo mostra que a linguagem, mesmo em contextos humorísticos, carrega o poder de modificar significados e influenciar a cognição humana de maneira significativa. A frase "Jesus te ama", pronunciada em um ambiente banal, convoca uma

figura bíblica para a cena cotidiana, provocando uma quebra abrupta do script típico de compras e levando à reconfiguração de *frames* interacionais¹⁸ e, conseqüentemente, ao reequilíbrio dos jogos de linguagem envolvidos.

No contexto da aquisição da linguagem, o estudo de Batista (2023) analisa como crianças em ambientes naturais utilizam jogos de linguagem para desenvolver suas habilidades linguísticas e cognitivas. Observando interações espontâneas no canal "Gêmeos Alê Nanda", Batista destaca a natureza adaptativa e situada da linguagem, onde as crianças usam suas interações para negociar, categorizar e manipular seu ambiente físico e social. Esse estudo enfatiza que a linguagem vai além da simples transferência de informação, atuando como uma ferramenta central para a interação entre o organismo e seu ambiente. Aqui, a linguagem é vista como uma entidade viva que se adapta e é moldada pelas circunstâncias ambientais e sociais, refletindo a dinâmica e a complexidade do desenvolvimento humano.

Finalmente, o estudo de Rodrigues (2023) sobre as sessões de gravação dos Beatles exemplifica a construção de sentido em um ambiente colaborativo e criativo. Categorizando as interações como jogos de linguagem, Rodrigues mostra como os membros da banda usam a linguagem para moldar suas realidades percebidas e compartilhadas, negociando entendimentos e expressando identidades. Esse caso ilustra vividamente a interconexão entre linguagem, percepção e cognição, destacando como a linguagem atua não apenas como uma ferramenta de comunicação, mas como um participante ativo na formação da experiência humana e na interação com o ambiente.

Esses três estudos corroboram a visão ecocognitiva de que a construção de significados é um processo interativo, moldado pelas interações contínuas entre os falantes e seus ambientes. Refletindo sobre esses achados, torna-se evidente que os modelos tradicionais de cognição, que frequentemente isolam a mente de seu contexto operacional, são insuficientes para capturar a complexidade da cognição humana e, conseqüentemente, da construção de sentidos.

¹⁸ *Frames* interacionais, conforme definido por Duque, 2017, são estruturas de conhecimento que emergem da interação social e ajudam os indivíduos a entenderem e navegarem em jogos de linguagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem ecocognitiva, conforme explorada ao longo deste artigo, destaca a linguagem como um fenômeno dinâmico e interativo, profundamente entrelaçado com a cognição e o ambiente. Essa visão transcende concepções tradicionais que isolam a linguagem como mero veículo de comunicação e de representação simbólica, revelando-a como parte integrante da interação humana com o mundo.

Reconhecendo a linguagem como um elemento ativo, essa abordagem nos desafia a reconsiderar teorias linguísticas e cognitivas, enfatizando a necessidade de modelos que incorporem o dinamismo das interações entre o indivíduo, sua cultura e o ambiente físico. É essencial entender como as convenções linguísticas se adaptam e respondem a mudanças nos contextos sociais e ambientais, uma perspectiva que pode enriquecer significativamente nossa compreensão dos processos cognitivos e da formação de significado.

Embora a perspectiva ecocognitiva forneça uma base teórica robusta e *insights* práticos, ela também apresenta desafios significativos. A complexidade de modelar a interação entre linguagem e ambiente exige desenvolvimentos metodológicos que possam capturar essa dinâmica de forma mais precisa. Futuras pesquisas deverão expandir as abordagens empíricas, utilizando tecnologias avançadas e interdisciplinaridade para explorar como a linguagem funciona em diferentes contextos e culturas.

Este estudo sublinha a importância de continuar a explorar a linguagem não apenas como um sistema de símbolos, mas como uma prática viva que molda e é moldada pelas interações contínuas com o mundo. Ao fazê-lo, podemos começar a desvendar a complexidade das relações cognitivas que formam a base da experiência humana.

REFERÊNCIAS

BALLARD, Dana H.; HAYHOE, Mary M.; POOK, PollyK.; RAO, Rajesh P. N. Deictic codes for the embodiment of cognition. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 20, n. 4, p. 723-742, 1997.

BARSALOU, Lawrence W. Grounded Cognition. *Annual Review of Psychology*, v. 59, p. 617-645, 2008.

BATISTA, Túlio de Santana. *O desenvolvimento de jogos de linguagem em crianças pequenas: uma análise dos vlogs do canal Gêmeos Ale Nanda, no Youtube*. 2023. 120 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Natal, 2023.

BERGEN, Benjamin K. *Louder Than Words: The New Science of How the Mind Makes Meaning*. New York: Basic Books, 2012.

BERSNTEIN, N. *The co-ordination and regulation of movements*. London: Pergamon Press, 1967.

BICKHARD, Mark H. Interactivism: A manifesto. *New Ideas in Psychology*, v. 27, n. 1, p. 85-95, 2009.

BINGHAM, Geoffrey. Task-specific devices and the perceptual bottleneck. *Human Movement Science*, v. 7, n. 2-4, p. 225-264, 1988. DOI: 10.1016/0167-9457(88)90013-9.

CHEMERO, Anthony. *Radical embodied cognitive science*. Cambridge, MA: MIT Press, 2009.

CLANCEY, William J. *Situated Cognition: On Human Knowledge and Computer Representations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

CLARK, Andy; CHALMERS, David. The extended mind. *Analysis*, v. 58, n. 1, p. 7-19, 1998.

DUQUE, Paulo H. Discurso e cognição: uma abordagem baseada em frames. *Revista da ANPOLL*, 1(39), 2015, p. 25–48.

DUQUE, Paulo H. De perceptos a frames: cognição ecológica e linguagem. *SCRIPTA*, v. 21, n. 41, p. 21-45, 2017.

FILLMORE, Charles. J. An Alternative to Checklist Theories of Meaning. In: *Proceedings of the First Annual Meetings of the Berkeley Linguistics Society (BLS)*, Berkeley, California, p. 123-131, 1975.

FILLMORE, Charles. J. Frame semantics and the nature of language. *Annals of the New York Academy of Sciences*, v. 280, 1976.

FILLMORE, Charles J. Frames and the semantics of understanding. *Quaderni di Semantica*, v. 6, n. 2, p. 222-254, 1985.

FILLMORE, Charles J.; BAKER, Collin F. Frame semantics for text understanding. In *Proceedings of the NAACL-2001 Workshop on WordNet and Other Lexical Resources: Applications, Extensions and Customizations*, Pittsburgh, PA, 2001.

GADELHA, Ana Paula da Motta Botelho. *Porta dos Fundos: um estudo ecológico-cognitivo do humor à beira do caos*. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

GABORA, Liane; ROSCH, Eleanor; AERTS, Diederik. Toward an ecological theory of concepts. *Ecological Psychology*, v. 20, n. 1, p. 84-116, 2008.

GIBSON, James. J. *The Ecological Approach to Visual Perception*. Boston: Houghton Mifflin, 1979.

GOLONKA, Sabrina. Laws and Conventions in Language-Related Behaviors. *Ecological Psychology*, v. 27, n. 3, p. 236-250, 2015. ISSN 1040-7413

GOLONKA, Sabrina; WILSON, Andrew D. Ecological Representations. *Ecological Psychology*, v. 31, n. 3, pp. 235-253, 2019a.

GOLONKA, Sabrina; WILSON, Andrew D. Ecological mechanisms in cognitive science. *Theory and Psychology*, v. 29, n. 5, p. 676-696, 2019b.

GOLONKA, Sabrina; WILSON, Andrew D. Affordances and the ecological approach to throwing for long distances and accuracy. In: R. Withagen; G. J. P. Savelsbergh (Eds.). *Studies in perception and action XIV*. London: Routledge, 2020.

HARNAD, Stevan. The Symbol Grounding Problem. *Physica D*, v. 42, p. 335-346, 1990.

LAKOFF, George. *Women, Fire, and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

MACE, William. James J. Gibson's Ecological Approach: Perceiving What Exists. *Ethics and the Environment*, v. 10, n. 2, p. 195-216, 2005. Disponível em: https://commons.trincoll.edu/wmace/files/2016/07/Enviro_chapt.pdf. Acesso em: 5 abr. 2024.

MICHAELS, Claire. F., PALATINUS, Zsolt. A ten commandments for ecological psychology. In L. Shapiro (Ed.), *The Routledge handbook of embodied cognition*, 2014, pp. 19–28. Routledge/Taylor & Francis Group.

NEWEN, Albert; GALLAGHER, Shaun; DE BRUIN, Leon. *4E Cognition*. The Oxford Handbook of 4E Cognition. Oxford: Oxford University Press, 2018.

RODRIGUES, Marcos Victor Pires. *A construção de sentido em interações linguísticas: um estudo ecocognitivo*. 2023. 92 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

SHAPIRO, Lawrence. *Embodied cognition*. Routledge/Taylor & Francis Group, 2011.

STEELS, Luc. Grounding Language through Evolutionary Language Games. In: Steels, L.; Hild, M. (eds) *Language Grounding in Robots*. Boston, MA: Springer, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-1-4614-3064-3_1.

TOMASELLO, Michael. *Constructing a language: A usage-based theory of language acquisition*. Harvard: Harvard University Press, 2003.

TURVEY, Michael T.; SHAW, Robert E.; REED, Edward S.; MACE, William M. Ecological laws of perceiving and acting: In reply to Fodor and Pylyshyn (1981). *Cognition*, v. 9, n. 3, p. 237-304, 1981. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0010-0277\(81\)90002-0](https://doi.org/10.1016/0010-0277(81)90002-0).

VARELA, Francisco J.; THOMPSON, Evan; ROSCH, Eleanor. *The Embodied Mind: Cognitive Science and Human Experience*. Cambridge, MA: MIT Press, 1991.

VEREZA, Solange C. Entrelaçando frames: a construção do sentido metafórico na linguagem em uso. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 55, p. 109-124, 2013.

WILSON, Andrew D, GOLONKA, Sabrina. Embodied Cognition is Not What you Think it is. *Front Psychol*. 2013 Feb 12; 4:58. doi: 10.3389/fpsyg.2013.00058. PMID: 23408669; PMCID: PMC3569617.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical investigations*. Oxford: Blackwell, 1953.

YU, Chen; BALLARD, Dana H.; ASLIN, Richard N. The role of embodied intention in early lexical acquisition. *Cognitive Science*, v. 29, p. 961-1005, 2005.

Recebido em: 02/05/2024

Aceito em: 06/08/2024

Paulo Henrique Duque: Professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e atua no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFRN, ministrando cursos e orientando dissertações de mestrado e teses de doutorado. Realiza pesquisas e publicações em semântica de frames e discurso. É membro da Comissão de Linguística Cognitiva da ABRALIN, e líder do Grupo de Pesquisa ECOCOGNIÇÃO E LINGUAGEM, cadastrado no CNPq.

Lula ou Cachaça? A construção do sentido de cachaça como referência ao Lula na *Folha de São Paulo* e na rede social X

Lula or Cachaça? The construction of the meaning of cachaça as a reference to Lula in the Folha de São Paulo newspaper and on the social media X

Frederico Guimarães

Universidade Federal Fluminense (UFF)

fredericosidney@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5789-3717>

RESUMO

Este artigo propõe analisar, numa reflexão acerca da relação entre língua e sentido, a discursividade no termo ‘cachaça’ em referência a Lula em artigo do jornal *Folha de São Paulo* e em postagens na rede social X. A análise terá como base teórico-metodológica a Análise do Discurso, desenvolvida inicialmente por Michel Pêcheux. Sendo assim, o trabalho discorrerá sobre a constituição discursiva de sujeitos na circulação do sentido de ‘cachaça’ em referência a Lula e tem como justificativa a possível contribuição para que se possa refletir sobre a expansão e a sustentação ideológica da extrema direita no Brasil, que é a feição extremada dos grupos políticos que tomaram força a partir da metade da década de 2010 no mundo. Tem-se como resultado o mapeamento discursivo no posicionamento ideológico dos sujeitos que se referem a Lula pelo termo ‘cachaça’.

Palavras-chave: Análise do Discurso; ideologia; cachaça; Lula.

ABSTRACT

This paper aims to analyse how the term ‘cachaça’ has been used in relation to Lula in a *Folha de São Paulo* article and in discursive cuts of posts on the social network X, which was formerly known as Twitter. The analysis will be theoretically and methodologically based on Discourse Analysis, which was established by Michel Pêcheux. As a result, the analysis will discuss the discursive construction of Subjects in the circulation of the meaning of ‘cachaça’ in reference to Lula, and it is justified by the potential contribution to reflecting on the expansion and ideological support of the far-right in Brazil, which is the extreme form of political groups that gained strength after the mid-2010s around the world. The outcome is a discursive mapping of the ideological position of the Subjects who refer to Lula as ‘cachaça’.

Keywords: Discourse Analysis; ideology; cachaça; Lula.

INTRODUÇÃO

“Novamente o governo do Cachaça premia os criminosos”, diz uma postagem na rede social X, antiga *Twitter*, em 20 de março de 2024. Para um leitor afastado das discussões políticas dos últimos anos, seria difícil compreender o sentido de ‘cachaça’¹ na sentença acima. No entanto, não seria difícil a interpretação praticamente espontânea deste mesmo termo para quem tem mais contato com discussões sobre a política brasileira, compreendendo que é uma referência a Luís Inácio Lula da Silva (Lula), eleito pela terceira vez presidente do Brasil nas eleições de 2022.

A construção desse sentido do termo ‘cachaça’, então, torna-se proveitosa para reflexão sobre a relação língua-sentido. Esta reflexão será pautada na perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso, proposta por Michel Pêcheux (1997[1969]; 1995[1975]), e tem como objetivo principal analisar a circulação do sentido do termo ‘cachaça’ em referência a Lula no artigo da *Folha de São Paulo* (Rother, 2004) e em recortes de postagens na rede social X.

Como objetivos específicos, elencamos: 1 – contribuir para a compreensão do processo de constituição dos sujeitos no discurso que consolida e circula o sentido de ‘cachaça’ em referência a Lula de forma pejorativa; 2 – analisar como esse sentido se associa aos interesses políticos contrários à manutenção de políticas estatais por bem-estar social; e 3 – fomentar a reflexão acerca do papel das mídias sociais e das grandes mídias na consolidação de imaginários. Grandes mídias seriam “[...] a mídia que possui condições privilegiadas de circulação e, conseqüentemente, ampla representatividade em nossa formação social, por decorrência de seu poderio político-econômico” (Dela-Silva, 2018, p. 276).

O sentido de ‘cachaça’, então, será analisado a partir de posições ideológicas. Isso quer dizer que o tipo de ideologia a qual os sujeitos se identificam determina seus posicionamentos políticos. A referência conceitual sobre ideologia será aprofundada na discussão teórica. Porém, a princípio, trata-se de um conceito que auxilia o entendimento da divisão da sociedade em diferentes grupos e classes, de acordo com

¹ A palavra cachaça estará com aspas simples quando for mencionada para fins de análise, sem aspas quando for usada em exemplos gramaticais e aspas duplas nos casos de citação aos recortes do *corpus* analisado.

suas posições e opiniões políticas. Posto isso, partimos da divisão básica entre grupos políticos no espectro de esquerda e de direita.

Vasconcelos (2021), com sua tese premiada pela CAPES², ao discorrer sobre o papel dos meios de comunicação na expansão da extrema direita no Brasil, sintetiza o tipo de posicionamento ideológico próximo da direita:

Como parte integrante do projeto de acumulação capitalista, os donos da mídia são defensores ferrenhos do atual estágio do neoliberalismo - financeirização do capital, autorregulação do mercado e aprofundamento do Estado mínimo (Vasconcelos, 2021, p. 45).

Então, as referências à direita e à esquerda serão baseadas nos posicionamentos dos sujeitos sobre o quanto seriam favoráveis ou não ao uso de instrumentos estatais para resolver problemas sociais e econômicos. Desta forma, a proposta de análise discorrerá sobre a constituição discursiva de sujeitos na circulação do sentido de ‘cachaça’ em referência a Lula como forma de contribuir para a reflexão da expansão e da sustentação ideológica da extrema direita no Brasil, que é a feição extremada dos grupos políticos que tomaram força a partir da metade da década de 2010 no mundo (Vasconcelos, 2021). Além disso, serão feitas reflexões sobre o papel de perfis nas redes sociais *online*, com suas tecnologias digitais, conjugando-se ideologicamente com o papel das grandes mídias na oposição à implementação de políticas de bem-estar e justiça social por parte do Estado.

Essa divisão de posicionamentos ideológicos na dicotomia direita e esquerda não visa simplificar as relações sociais, pois não é intenção reduzir e homogeneizar a sociedade em lados opostos estanques. Trata-se de um recurso analítico para auxiliar na menção a atitudes de grupos de sujeitos e seus posicionamentos que se assemelham, sem desconsiderar o contraditório e o heterogêneo. Com base nessas observações, portanto, analisaremos como tais preceitos ideológicos, circulados na grande mídia e nas redes sociais *online*, sustentam certezas e convicções que constituem sujeitos em posicionamentos políticos contra políticas estatais por justiça social e seus representantes, como no caso da referência a Lula por seu suposto hábito de beber cachaça.

² Resultado da premiação em <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/premios/premio-capes-de-tese/teses-premiadas/teses-premiadas-em-2022>. Acesso em: 28 maio 2024.

O *corpus* de análise será composto por 3 (três) recortes de postagens na rede social *X*, que até o meio de ano de 2023 se chamava *Twitter* e se constitui como uma rede social *online*. Tais recortes serão apresentados em forma de figuras provenientes de fotos de celular (*print*), obtidas a partir do uso da ferramenta de busca desta rede social por palavras como “cachaça”, “lula”, “Bolsonaro”, “eleição 2021”. Os nomes dos perfis não serão ocultados por conta do caráter público das postagens.

Esses recortes vão compor as Sequências Discursivas (SD), representando o “retorno da memória (a repetibilidade que sustenta o interdiscurso)” (Mariani, 1996, p. 54). As SDs serão numeradas de acordo com a ordem em que são apresentadas neste artigo e será acrescentada uma nota de rodapé quando cada SD for apresentada contendo o endereço eletrônico de onde o recorte foi feito. Cada SD será analisada como estando em relação à circulação do sentido de ‘cachaça’ em artigo do jornal *Folha de São Paulo* (Rother, 2004), uma empresa de comunicação considerada, neste texto, como integrante da grande mídia.

Num primeiro momento, será feito um aprofundamento da base teórica conceitual da análise proposta. Em seguida, abordar-se-á a relação do sentido de ‘cachaça’ no artigo da *Folha de São Paulo* com o sentido de ‘cachaça’ circulado nas SDs, para, por fim, analisarmos os posicionamentos ideológicos na constituição de sujeitos.

LÍNGUA, FORMA-SUJEITO E O EFEITO DE SENTIDOS

A proposta de análise deste artigo se inscreve na linha teórica da Análise do Discurso com base em Pêcheux. Tendo em vista esse aporte teórico, o discurso é entendido como “efeito de sentidos” (Pêcheux, 1997[1969], p. 82) entre interlocutores. Os sentidos, por sua vez, tomam corpo a partir das formulações linguísticas, entendimento influenciado pela proposição de Orlandi: “Formular é dar corpo aos sentidos” (2012, p. 9).

Para este artigo, a conceituação de discurso explorada leva em consideração, no mínimo, três componentes para seu funcionamento: os interlocutores, a língua e os sentidos. A partir da complexidade de cada um desses componentes, são implementadas as reflexões acerca do sentido de ‘cachaça’ para criar um efeito de sentido sobre Lula.

Isso quer dizer que os interlocutores serão analisados pela noção de sujeito e a forma de sua constituição no discurso, fazendo remissão à noção de “forma-sujeito” explorada por Pêcheux (1995).

Por meio dessa noção, o discurso não é de um sujeito empírico, e sim de um processo de constituição que toma forma. Ou seja, para Pêcheux (1995), em suas reflexões sobre discurso científico, não haveria discurso de um sujeito ao passo que a produção de conhecimento se dá por tomadas de posições envolvendo processos discursivos no qual o sujeito em si é formado e não o agente em si da produção.

Nesses termos, a forma-sujeito é resultado do pré-construído que fundamenta a certeza do sujeito pensando como si mesmo, mas esquecido daquilo que o constitui. O sujeito então toma forma por meio de verdades e certezas que ele toma para si. Tais certezas são fornecidas pelo pré-construído, ou seja, os sentidos que são ditos e circulados antes da constituição do sujeito e que vão fundamentar os posicionamentos e opiniões desse sujeito quando toma sua forma no discurso.

Porém, é preciso ter claro: 1 - a língua não é transparente, ou seja, os sentidos são construídos não pela conexão entre a palavra e a coisa que se quer expressar, mas sim a partir da relação entre sujeitos no discurso; 2 – como não há transparência na língua e os sentidos estão em disputa, o desenrolar da história é movido pelas contradições, lutas e busca por consensos; 3 – tais consensos sustentam imaginários constituídos por um processo de significação através da insistência na circulação dos sentidos de uma determinada posição ideológica, pois “esses sentidos, ao serem falados, textualizados, vão se engendrando e constituindo um imaginário próprio a tal formação social” (Mariani, 1996, p. 133).

Isso quer dizer que, no entrelaçamento entre sujeito, língua e discurso, partimos do pressuposto de que a história se move em contradições nas quais o sujeito lida com os limites de suas verdades e certezas, pois o que está evidente para um sujeito não necessariamente é o que será entendido por outros sujeitos, e muito menos há uma conexão direta entre o dito e os fatos. Sendo assim, não necessariamente estamos tratando em si de um possível problema alcoólico do Lula, mas sim de como esse problema se constitui como tal e é significado por meio das disputas por sentidos.

Uma maneira de esclarecer melhor a relação entre língua e sujeito e como essa relação se estabelece na história por meio de processos discursivos é tomarmos a

discussão de sentido feita por Guimarães (1995). Em sua leitura de Frege, Guimarães explica a diferença entre sentido e referência ao tratar do “sentido no mundo”. A referência seria um objeto perceptível e o sentido é “o modo de apresentar um objeto enquanto a serviço, de igual modo, daqueles que falam uma língua” (Guimarães, 1995, p. 27). Então, podemos entender que o sentido, pela forma que apresenta os objetos a partir dos falantes de uma língua, afeta a forma na qual esses objetos são percebidos na referência linguística.

Essas considerações são frutos de longas reflexões filosóficas acerca da relação entre a língua e o mundo que não cabe aprofundamento neste artigo. Porém, a menção à diferença entre referência e sentido auxilia no entendimento do funcionamento da ideologia pelas leituras que Pêcheux fez de Althusser. A ideologia traz o aspecto histórico da luta de classes nessa disputa de sentidos e as percepções dos acontecimentos no mundo. Desta forma, o sentido de alguma coisa pode atender interesses de grupos político-econômicos, enfatizando o caráter político do processo discursivo que estamos querendo analisar sobre o uso da palavra ‘cachaça’ em referência a Lula.

É importante frisar que as menções à ideologia não a consideram um objeto abstrato pertencente a alguém (ideologia dominante, dominada, de classe etc.), mas sim tomadas de posições a partir de diferentes forças em confronto. Dentro de realidades múltiplas e heterogêneas, podemos remeter à noção de “formações ideológicas” (Pêcheux, 1997[1969]), que especifica o caráter da materialidade do efeito ideológico na tomada de posição do sujeito em um dado momento. Por isso são posições abertas ao contraditório e às desidentificações de acordo com a consolidação da (re)forma do sujeito.

Essas observações auxiliam na reflexão não só sobre a identificação de sujeitos desprivilegiados economicamente em posição contrária a projetos de justiça social implementadas pelo Estado, como também sobre as contradições dentro do próprio campo ideológico de apoio a tais projetos. Ou seja, um sujeito que apoia projetos de justiça social não necessariamente será constituído no discurso semelhante a outro sujeito com o posicionamento similar.

Considerando essa abordagem teórico-conceitual, passamos para a análise da relação da língua, a partir da autonomia relativa no processo discursivo, com a produção

do sentido (ideológico) do termo ‘cachaça’ em um artigo do jornal à *Folha de São Paulo*, para, em seguida, analisarmos a circulação desse sentido em perfis da rede social X.

CIRCULAÇÃO DISCURSIVA E A AUTONOMIA RELATIVA DA LÍNGUA

Em 09 de maio de 2004, o artigo de Rother (2004) “Hábito de bebericar do presidente vira preocupação nacional”, era publicado no jornal *Folha de São Paulo*. Podemos pensar que essa publicação alimentou o imaginário que associa Lula à imagem de uma pessoa frequentemente alcoolizada.

O agravante é que o artigo não só corroborou com a noção de que essas informações sobre este possível hábito alcóolico de Lula seriam verídicas, mas também associou essa noção com as questões políticas do Brasil em 2004. Em um dos trechos, Rother diz que o uso de assessores para defender o presidente das acusações de corrupção e dos fracassos dos programas sociais do governo, e não o próprio, seria parte do desengajamento e da passividade do presidente em razão do seu apetite por álcool.

Em uma análise sobre esta publicação, Paganotti (2012) diz:

[...] A argumentação, altamente especulativa, baseia-se no ponto fraco dessa reportagem: as declarações indiretas (em off). Sua apuração é construída em poucas fontes na mídia, como Diogo Mainardi, da Veja, o blogueiro Cláudio Humberto, relatos de gafes suspeitas, piadas populares e uma declaração de Leonel Brizola para embasar a visão de que a passividade de Lula e as crises que seu governo enfrentava podem “talvez ser relacionadas” ao álcool (Paganotti, 2012, p. 3).

Pela análise de Paganotti, podemos dizer que o artigo publicado no Jornal *Folha de São Paulo* foi baseado em comentários que circulam sentidos sobre o hábito alcóolico de Lula e que ganhou forma de texto informativo num jornal de grande circulação. Com tom de veracidade, o texto então relaciona o hábito de Lula a problemas políticos, reforçando a noção de corrupção e incompetência.

Um recorte do artigo, inclusive, chama atenção sobre a sua própria incerteza argumentativa: “Independentemente se Da Silva tem um problema com bebida ou não, o tema tem se infiltrado na consciência pública e se tornado alvo de piadas” (Rother,

2004). Até então, se tratava de um artigo que constata como o hábito de beber do presidente da república seria uma preocupação nacional. Portanto, neste recorte, o hábito em si não é tão o foco, mas sim a circulação da imagem de que o presidente teria problemas com o consumo de álcool, reforçando o trato com o imaginário sobre Lula e não com o fato em si.

Em termos discursivos, o texto de Rother fez circular o imaginário de que Lula é alcoólico, incompetente e corrupto. A mescla desses sentidos alimenta, por sua vez, os posicionamentos dos sujeitos identificados na ideologia contrária ao que Lula representa de forma mais geral, como a defesa do uso dos aparelhos de Estado por justiça social e trabalhista alinhados ao espectro do que seria uma esquerda política.

O impacto desse imaginário ainda se mostra presente em 2024. Como exemplo, colocamos uma publicação da rede social X de 20 de março de 2024:

Figura 1. SD1



Fonte: Publicação de @AndreGA_Pe³ em 20/03/2024

Nessa SD, o perfil ressalta o sentido de criminoso para o governo eleito em 2021. O nome de Lula não aparece inicialmente, mas sim o substantivo ‘Cachaça’ (com inicial maiúscula, como um nome próprio). Textualmente, pode-se concluir que está explícita a vinculação entre os substantivos ‘cachaça’ e ‘Lula’, pois há a substituição lexical que dá forma à textualidade da mensagem: governo do Cachaça / governo Lula.

Os movimentos de representação e de sentido expostos nessa SD remetem às conclusões de Pêcheux sobre o papel do significante na relação do sujeito com a língua por meio do discurso em seus posicionamentos discursivos. Segundo Pêcheux, o “não-dito precede e domina as asserções” (Pêcheux, 1995[1975], p. 261). Nesse caso, o imaginário de alcoolismo, corrupção e incompetência mobilizado pelo artigo de Rother sobre os hábitos de Lula estão em circulação no posicionamento do sujeito do perfil da

³ Disponível em: https://x.com/AndreGA_Pe/status/1770477591054451045?s=20. Acesso em: 24 abr. 2024.

SD1. Não se quer dizer, com isso, que o sujeito do perfil da rede social X se influenciou pelo texto de Rother, mas sim pelo imaginário discursivo circulado e que ainda está presente em 2024, 20 (vinte) anos depois da publicação do artigo no jornal *Folha de São Paulo*.

Para melhor andamento da análise, é proveitoso retomarmos a reflexão de Pêcheux sobre a “imposição de sentidos às representações” (Pêcheux, 1995[1975], p. 262). Em suas conclusões sobre o papel da semântica na disciplina linguística, Pêcheux faz um apanhado do que se discutiu sobre a relação entre língua, discurso e sentidos na constituição de sujeitos, marcando a posição de que entre a língua e o sentido está o discurso constituindo sujeitos a partir de uma relação ideológica de classe.

O sentido circulado sobre ‘cachaça’ em referência a Lula envolve não apenas o funcionamento semântico para que as sentenças sejam compreendidas, mas também faz valer o processo discursivo que mobiliza o posicionamento ideológico do sujeito que se determina num sentido já posto sobre o Lula a partir de interesses políticos específicos. O processo discursivo então não está isento do funcionamento linguístico, e ainda se faz necessário o posicionamento de quem vai falar/enunciar/postar.

Sobre esse funcionamento linguístico, Orlandi (1996) especifica que não se trata, para entender a relação entre língua e discurso, da atenção à organização da língua em suas regras gramaticais. É necessário pensar na ordem simbólica, que compõe o sentido e determina a ordem da língua, além da sua organização gramatical. Nesse caso, a constituição da linguagem precede a formulação em si da sentença em sua organização sintática, morfológica, fonológica. O sentido é anterior, está no trabalho das relações históricas em suas disputas políticas.

Em razão desses pressupostos, entende-se que a língua teria uma “autonomia relativa” (Pêcheux, 1995 [1975], p. 91) em concordância com as leituras de Henry (2013 [1977]). Fica enfatizado que a língua possui uma organização que faz funcionar um sistema linguístico com suas leis fonológicas, morfológicas e sintáticas. Porém, seria na produção do sentido que essa autonomia se mostra relativa, pois é na base das leis internas da língua que se desenvolve o processo discursivo necessariamente inscrito numa “relação ideológica de classe” (Pêcheux, 1995 [1975], p. 92). Essa autonomia está em relação ao posicionamento do sujeito, constituído no processo discursivo que tem o funcionamento da língua como pré-requisito indispensável para seu processamento.

Cabe ressaltar que Pêcheux, nessas reflexões, procura explicitar suas conclusões em relação ao fato de a língua não ser uma superestrutura da teoria marxista. Isso leva a entender, de forma mais resumida, que as infraestruturas seriam as lutas de classes em si nas relações de trabalho cujos trabalhadores não possuem as posses dos meios de produção. As superestruturas, por sua vez, dão lugar aos conceitos, às interpretações e ao funcionamento ideológico na manutenção dos sentidos convenientes à manutenção dessas relações de trabalho.

Para Pêcheux, a língua, a partir de sua organização gramatical, é indiferente à luta de classes, mas as classes não seriam indiferentes à língua. Citando Balibar (1966), Pêcheux reitera que as classes utilizam a língua de modo determinado e no campo do antagonismo da luta política. Sendo assim, a língua não necessariamente estaria na infraestrutura da teoria marxista, mas seria a base para a luta de classes que a utiliza para fins de posicionamento e contraposição ideológica. “Ao empregar o termo ‘base’ não estamos querendo sugerir que a língua faria parte da infraestrutura econômica, mas somente que ela é o pré-requisito indispensável de qualquer processo discursivo” (Pêcheux, 1995 [1975], p. 135).

Desta forma, a referência a Lula nas formulações linguísticas não está isenta da imposição do sentido pré-construído que se repete numa determinada forma de significação sobre Lula. Enfatiza-se o processo de substituição do nome próprio de Lula para o substantivo ‘cachaça’ na SD1. O nome próprio em si, para Pêcheux, designa sem representar, pois o nome próprio não possui as propriedades de significação que representariam o objeto a ser mencionado. Por outro lado, o termo ‘cachaça’ forneceria certas características ao que será representado, podendo ser o sentido associado ao alcoolismo, irresponsabilidade, e outros termos associados ao popular em oposição ao sofisticado.

Lula, nesse caso, não é um substantivo que por si seria capaz de singularizar a pessoa que ocupa o cargo de Presidente da República em 2024, pois o nome não é a propriedade do sujeito nomeado, considerando que há vários sujeitos com o mesmo nome. Por sua vez, o substantivo ‘cachaça’ já representa um objeto próprio dentro das conotações da língua portuguesa, principalmente aquelas relacionadas à bebida alcóolica, possibilitando os processos metonímicos que dão contiguidade conceitual às significações pejorativas sobre malandragem, incompetência e corrupção.

A efetivação desse processo metonímico só é possível dentro da discursividade em que o sujeito do perfil da SD1 está inserido. A possibilidade da mescla da noção de malandro, de incompetente e de corruptos associada à imagem do que poderia representar um cachaceiro se torna viável dentro do espectro ideológico da direita. Por isso enfatiza-se o funcionamento discursivo como um processo produtor de efeito de sentidos. Esse processo tem a língua portuguesa como algo em comum tanto para o leitor contrário como para o leitor identificado a esse sentido que tomou forma na SD1, mas com processos semânticos específicos atrelados aos antagonismos ideológicos.

O aspecto discursivo de tais antagonismos será aprofundado a seguir. Se nesse primeiro momento a análise se concentrou no funcionamento do discurso e da língua a partir do artigo da Folha de São Paulo e da SD1, a seguir a análise se concentra no aspecto específico do sentido ideológico dos posicionamentos dos sujeitos.

SENTIDO E POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO

Além das questões envolvendo o sentido político do suposto problema alcoólico de Lula, pode-se aprofundar a reflexão acerca do imaginário classista em si, ressaltando posicionamentos ideológicos mais específicos em relação à origem socioeconômica de quem teria mais o hábito de beber cachaça. Um sentido circulado por Rother (2004) remete à origem metalúrgica e ao apelo popular de Lula.

“Da Silva, um metalúrgico de 58 anos, mostrou ser um homem de apetites e impulsos fortes, o que contribuiu para seu apelo popular” (Rother, 2004). Neste recorte, são ressaltados aspectos que vão além da questão política governamental. O sentido de “homem de apetites” e “impulsos fortes” remete à noção rústica e emocional de Lula, marcando a oposição de um sentido mais contido e racional sobre a imagem de quem ocupa o cargo de liderança política executiva de um país.

Em outro trecho, o artigo especifica a origem de pobreza socioeconômica de Lula, mencionando aspectos familiares associados à agressividade do pai em razão do alcoolismo, além da menção do histórico sindical:

Da Silva nasceu em uma família pobre, num dos Estados mais pobres do país e passou anos liderando sindicatos de trabalhadores, um ambiente famoso pelo alto consumo de álcool. Relatos da imprensa brasileira têm repetidamente descrito o pai do presidente, Aristides - o qual ele pouco

conheceu e morreu em 1978 - como um alcoólatra que maltratava suas crianças (Rother, 2004).

Paganotti (2012) fez a seguinte observação acerca do sentido pejorativo sobre a origem sindical e socioeconômica do Lula:

[...] os hábitos alcoólicos de Lula seriam explicados – porém não justificados – pela sua origem humilde, que reflete, mais uma vez, o imaginário sobre o Brasil da ‘pobreza’. Como um reflexo hereditário do vício de seu pai abusivo, o determinismo do seu berço foi reforçado, posteriormente, pelo convívio sindical em um ‘ambiente famoso pelo abuso de bebidas’ (Paganotti, 2012, p. 6).

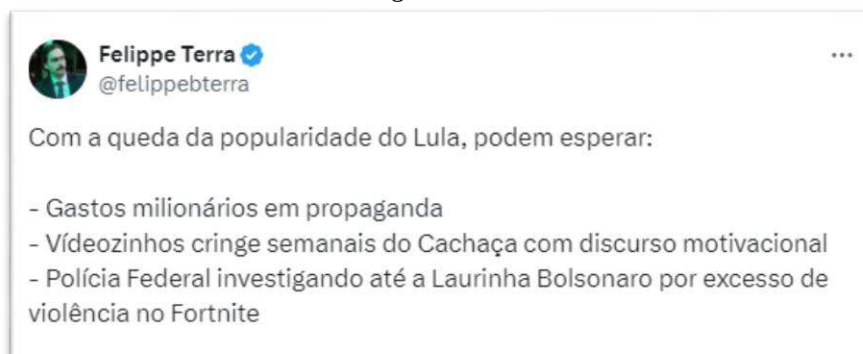
O interessante das observações de Paganotti são que os sentidos pejorativos da origem socioeconômica e sindical seriam uma base de veracidade das informações sobre o problema alcóolico de Lula, além dos comentários de outros políticos e jornalistas. Ou seja, o sentido inscrito no imaginário sobre pobreza e sindicalismo fez parte da sustentação da argumentação do artigo.

A circulação desse sentido pejorativo da origem socioeconômica de Lula no artigo de Rother fez parte de um editorial de 2019 da revista *Carta Capital*, mais próxima do espectro da esquerda política. Tal editorial menciona a resposta de Jair Bolsonaro, na época Presidente da República, sobre a crítica de Lula ao então governante do executivo. Em resposta a Lula, Bolsonaro rebate que o Brasil “pelo menos não é (governado) por um bando de cachaceiros” (Lula, 2019). O termo derivado do substantivo ‘cachaça’ serviu para reafirmar o suposto problema alcóolico de Lula. A questão a ser mencionada é que não se trataria só de um problema político, haveria também o peso do sentido pejorativo sobre a origem social de Lula.

O editorial é específico na formulação sobre a questão preconceituosa do sentido sobre quem bebe cachaça: “o problema não está no consumo exagerado de uísque, vodka ou cerveja. Está no de cachaça, que se tornou uma espécie de metonímia pejorativa quando se quer ofender alguém” (Lula, 2019).

Enfatiza-se a utilização desse recorte da revista *Carta Capital* não como uma validação do argumento sobre o sentido pejorativo de comportamentos que devem ser associados à pobreza, mas como ressaltar sobre a circulação de sentidos, sua discursivização e o tom crítico possível a essas circulações. Para tanto, analisemos as seguintes SDs:

Figura 2. SD2



Fonte: Publicação de @felippebterra⁴ em 22/03/2024

Na SD2, o substantivo ‘cachaça’, assim como na SD1, forma a locução adjetiva para marcar a propriedade dos vídeos que seriam produzidos segundo o que a proposição da postagem quer dizer: “vídeosinhos do Cachaça”. Além disso, a coesão textual se constrói pela contiguidade semântica em que o substantivo ‘cachaça’ na locução adjetiva retoma o emprego do substantivo Lula, que no início da postagem forma a locução adjetiva de “popularidade”, marcando o assunto no qual a postagem foca.

Vale ressaltar que a construção da coesão textual dessa mensagem depende da assimilação dos sentidos entre leitores. Ou seja, depende da evidência de que o sintagma “do Cachaça” faça uma continuidade temática e semântica com o que é dito no início da mensagem sobre a “popularidade do Lula”. Caso não tivesse essa contiguidade semântica, o sentido do texto seria afetado por problemas de coesão.

Essa textualidade que dá forma ao sentido pejorativo sobre a imagem de Lula está presente tanto na SD1 com na SD2. Na primeira, a postagem diz respeito à assimilação de Lula às práticas políticas do Movimento dos Sem Terra (MST). A marca ideológica de posicionamento contrário a Lula está na utilização de formas lexicais incisivas para o sentido negativo sobre a prática política de Lula: “invadiu”, “criminosas” como exemplo.

Por sua vez, na SD2, a postagem diz respeito ao resultado da pesquisa de popularidade do governo Lula em 2024. O tom pejorativo, expresso de forma mais

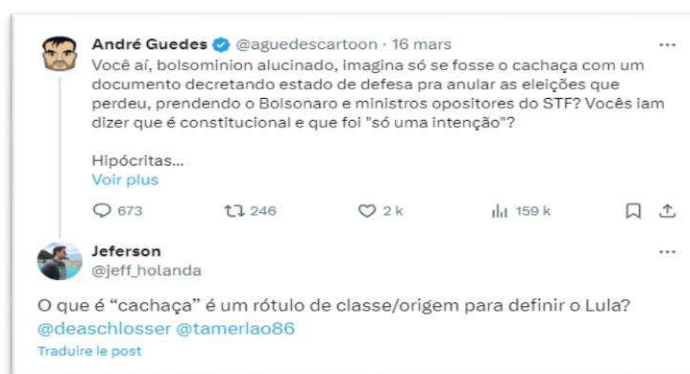
⁴ Disponível em: <https://x.com/felippebterra/status/1771164647548219746?s=20>. Acesso em: 24 abr. 2024.

indireta, está nos adjetivos mais neutros⁵ sobre a questão ideológica: “gastos milionários”, “cringe”, “motivacional”, etc. Apesar de o sentido negativo ser menos incisivo do que está formulado na SD2, o sentido amplo produzido pela postagem seria negativo na forma satírica em que a postagem se refere ao que seria uma artimanha política de Lula: aumentar gastos com propaganda, desqualificação dos tipos de vídeos produzidos pela equipe do Lula, e a utilização da Polícia Federal para perseguir opositores políticos.

Podemos concluir que o posicionamento dos sujeitos dos perfis das postagens identifica-se em posição política contrária a Lula, sendo, portanto, um posicionamento político-ideológico. Isso marcaria a semântica do substantivo ‘cachaça’ no processo discursivo de desqualificação da imagem política de Lula. Tal sentido é tratado neste artigo como marca ideológica, pois Lula, retratado no próprio artigo de Rother, se utiliza do sentido de cachaça para exatamente ressaltar sua origem humilde e sua proximidade com o cotidiano popular. Nesse caso, o popular pode ser entendido em dicotomia com o sentido de elitista.

Na SD3, a seguir, será analisada como a percepção da referência de ‘cachaça’ a partir da marca ideológica é questionada por apoiadores de Lula, reiterando como o sentido do termo tende a mudar de acordo com o posicionamento ideológico do sujeito:

Figura 3. SD3



Fonte: Comentário de @jeff_holanda⁶ em 16/03/2024

⁵ A neutralidade referida faz menção ao fato de os termos em destaque não conotarem diretamente algo específico de uma posição ideológica. Ou seja, gastos milionários, cringe e motivacional não marcam exatamente uma posição ideológica de esquerda ou direita, ao contrário da conotação de que as ações do MST são crimes de invasões de propriedades.

⁶ Disponível em: https://x.com/jeff_holanda/status/1769029636212576736?s=20. Acesso em: 24 abr. 2024.

Cabe, na análise de SD3, especificar o funcionamento da plataforma da rede social X. Este recorte é a reposta do perfil “Jeferson (@jeff_holanda)” à postagem do perfil “André Guedes (@aguedescartoon)”. A postagem usa o substantivo ‘cachaça’ não como locução adjetiva para modificar o significado dos substantivos “governo” e “videozinhos”, conforme formulado nas SD1 e SD2. Dessa vez, o ‘cachaça’ seria o substantivo em posição sintática de sujeito do verbo decretar na sentença parafraseada da SD4: o cachaça decreta estado de defesa. A conexão entre ‘Lula’ e ‘cachaça’, nesse caso, se deu por questões linguístico-pragmáticas que reiteram o interdiscurso sustentando a ideia do hábito de consumo alcóolico do presidente do Brasil eleito em 2022.

Não há na SD3 a ferramenta textual de substituição lexical como há nas outras SDs para poder dizer que há linguisticamente a referência a Lula. Nesse caso, são necessárias inferências pragmáticas para perceber a conexão dêitica no uso dos substantivos ‘Lula’ e ‘cachaça’ como referência a um mesmo objeto (o político Lula). Foi o que possivelmente fez o perfil de Jeferson ao questionar o perfil de André sobre o sentido do termo cachaça: “é um rótulo de classe/origem para definir o Lula?”.

A conclusão de Jefferson de que o termo ‘cachaça’ se tratava de Lula é uma demonstração de como tal sentido está difundido no discurso. Porém, o questionamento sobre o que seria “o cachaça” na postagem inicial faz mover o posicionamento do sujeito no discurso. Apesar de ter percebido o sentido de que cachaça seria uma forma de designar o Lula, a formulação de Jefferson desloca a evidência do sentido de cachaça usado por André.

Ou seja, se André facilmente substitui o nome próprio de Lula pelo substantivo ‘cachaça’, mostrando uma obviedade de que os termos ‘Lula’ e ‘cachaça’ são capazes de designar um mesmo objeto, para Jefferson essa evidência se quebra e é levantado o questionamento de quais mais sentidos essa substituição seria capaz de dizer. Nesse caso, cabe a reflexão do papel da ideologia de classe nos posicionamentos contrários ou favoráveis às pautas político-econômicas defendidas por Lula. O que se observa é que a diferença na forma com que o sentido de ‘cachaça’ toma corpo na SD3 também estaria associada à forma com a qual os perfis se posicionam politicamente em relação ao Lula.

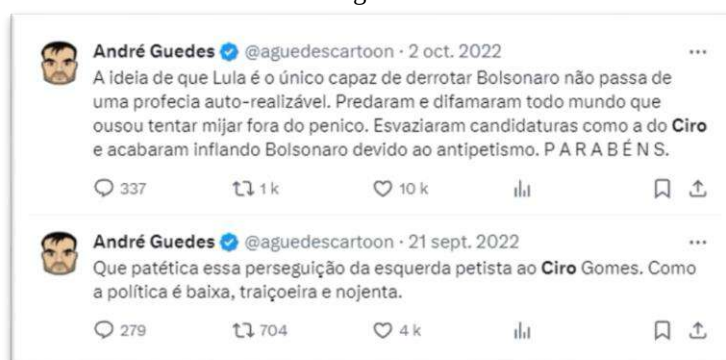
Vejamos outras postagens dos perfis da SD1, 2 e 3:

Figura 4



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Figura 5



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

A partir do uso da ferramenta de busca da rede social X em cada um dos perfis das SD1, 2 e 3, é observado que eles possuem em comum o posicionamento contra a eleição de Lula. Portanto, podemos entender que o sentido de ‘cachaça’, quando usado de forma pejorativa em substituição ao nome de Lula, tem relação com o fato de que tais sujeitos apoiam os opositores de Lula nos processos eleitorais para presidente. No caso da figura 4, referente aos perfis das SD1 e SD2, trata-se do apoio a Bolsonaro, presidente da extrema direita eleito em 2018. Por sua vez, na figura 5, referente ao perfil da postagem principal da SD3, o apoio foi ao candidato Ciro Gomes, que buscou representar a “terceira via”, termo que ficou conhecido em referência à opção de voto,

além da polaridade predominante entre Lula e Bolsonaro nas eleições de 2018⁷ e de 2022.

Quanto à questão ideológica, por um lado, o apoio a Bolsonaro permite uma compreensão mais direta de posicionamentos políticos opostos, pois o imaginário sobre Bolsonaro tende a contemplar eleitores que se posicionam por demandas mais à direita do espectro político (liberação das armas, conservadores, ideias de liberalismo econômico em detrimento de intervenção estatal para amenizar mazelas econômicas e sociais). Por outro lado, o apoio ao Lula não configura exatamente oposição ideológica, pois fica mobilizado um imaginário de uma opção à esquerda, como a defesa ao protecionismo estatal para empresas nacionais e o acerto de dívidas financeiras para os mais pobres, pautas mais próximas das propostas de Lula. No caso do apoio a Lula, a questão ideológica no posicionamento do sujeito fica mais contraditória.

Em razão disso, especifica-se que o entendimento de um processo discursivo precisa considerar o heterogêneo e o contraditório. As formas que os sentidos tomam e o movimento de identificação do sujeito inscrito nos sentidos analisados não são fechadas, delimitadas e padronizadas. Seria mais proveitoso fechar a análise das SDs na dicotomia entre Lula *versus* Bolsonaro, esquerda *versus* direita. Todavia, o contraditório faz parte da história, que foge das dicotomias que simplificam os sentidos e nos confortam numa suposta regularidade analisável.

Contudo, é pelo contraditório que se processam as lutas pelos sentidos. Por isso os posicionamentos não se encerram em dicotomias, abrindo espaço para o posicionamento ideológico numa terceira e mais opções políticas, nem tanto à direita com as controvérsias extremistas de Bolsonaro, mas também nem tanto à esquerda representada pela figura do Lula, desgastada por denúncias de corrupção e críticas à condução econômica (considerando a alegação de que não teriam sido tão à esquerda como esperado).

O trabalho do ideológico faz o sujeito crer que sua posição seja clara e evidente, como se não houvesse o contraditório. O sujeito acredita em si e em suas posições como filtradas exatamente das determinações discursivas/ideológicas. Discutindo sobre a relação entre discurso e ideologia, Pêcheux diz que:

⁷ A candidatura de Lula foi impedida de concorrer nas eleições, sendo substituída pela candidatura de Fernando Haddad, correligionário de Lula.

[...] não há, na luta ideológica (bem como nas outras formas de luta de classes), ‘posições de classe’ *que existam de modo abstrato e que sejam então aplicadas* aos diferentes ‘objetos’ ideológicos regionais das situações concretas, na Escola, na Família etc. É aí, na verdade, que o vínculo contraditório entre reprodução e transformação das relações de produção se liga ao nível ideológico [...] (Pêcheux, 1995[1975], p. 146).

Isso quer dizer que múltiplos processos de identificação afetam a forma na qual os sujeitos se posicionam no discurso. Além do aspecto ideológico que opõe o apoio ou não às lutas trabalhistas por justiça social a partir dos aparatos estatais, há nuances que ressaltam valores sociais, requinte, hombridade e diversas categorias que induzem os sujeitos a se diferenciar de um grupo com o qual não querem se identificar. As contradições no posicionamento político interessariam à Análise do Discurso por não existir um posicionamento sem contradição e pelo próprio caráter não transparente da língua na consolidação dos sentidos que, por sua vez, atuam no processo histórico.

Nesse caso, os defensores da política de bem-estar social que apoiam Lula implicam o contraditório em razão de Lula não necessariamente ser capaz de atender plenamente tais demandas; os desfavorecidos economicamente que apoiam Bolsonaro implicam o contraditório quando aceitam que o Estado não deve atuar na diminuição das desigualdades de renda; assim como os apoiadores de Ciro implicam o contraditório quando buscam um filtro capaz de se desvincularem dos sentidos pejorativos de Lula sobre o popular, o ineficiente, o corrupto etc.

Nesse caso, considerando que os resultados das pesquisas e eleições presidenciais de 2018 e 2022 evidenciaram que o apoio a Ciro não chegou a 15% dos eleitores, é circulado nos jornais o fato de que os apoiadores de Ciro seriam pessoas com mais poder aquisitivo e mais escolarizadas (Pesquisa, 2018; Barbon, 2022). Tem-se então um aspecto histórico eleitoral em que os perfis de apoio a Ciro não seriam, em sua maioria, oriundos das camadas mais populares, conforme se demonstram distribuídos os apoiadores de Lula e de Bolsonaro.

Não se pretende com tais argumentos desmerecer o posicionamento político favorável a Ciro. As análises foram feitas para compreender o processo de constituição dos sujeitos pela forma com que se inscrevem no discurso por meio do sentido de ‘cachaça’ em referência a Lula. Nesse caso, foi observada, nas SDs analisadas, a proximidade entre os apoiadores de Ciro e de Bolsonaro na forma pejorativa de associar

os termos ‘Lula’ e ‘cachaca’. Isso não quer dizer que todos os eleitores de Ciro empregam sempre este sentido de ‘cachaca’ ou que rechaçam a ideia do popular, mas que o tom pejorativo do emprego do termo ‘cachaca’ levanta a reflexão do processo de identificação do sujeito a este sentido pejorativo.

Podemos concluir que a facilidade de o sentido de ‘cachaca’ substituir o nome próprio de Lula para poder designar o presidente do Brasil não seria somente baseada na referência ao consumo de bebida alcoólica, mas também faria referência ao imaginário popular com o qual o próprio Lula procura se identificar. Isso nos auxilia na compreensão de como um imaginário pejorativo de popular, além das oposições ideológicas, unifica o efeito de sentido entre cachaca e Lula, tanto retratado no artigo de Rother, como também se encontra presente na forma como os perfis na rede social X usam o sentido de ‘cachaca’ para dar uma conotação negativa a Lula.

Isso quer dizer que, além do aspecto constitutivo do sujeito no discurso, é possível considerar uma afinidade ideológica entre a publicação da *Folha de São Paulo* com as forças que apoiaram a extrema direita nas eleições presidenciais de 2022, o que complementa a análise de Vasconcelos (2021) sobre o peso dos jornais da grande mídia na expansão da extrema direita brasileira. Em adição, Guimarães (2023) também ressalta a afinidade ideológica da grande mídia com as forças de extrema direita no processo de divulgação de informação, conectando inclusive a atuação da imprensa com as postagens nas redes sociais *online* na divulgação de *fake news* como parte do projeto político neoliberal.

Em suas palavras:

[...] frisou-se um sentido de continuidade e complementação entre as notícias circuladas nas grandes mídias com as notícias circuladas nas redes sociais *online*. Ambas as redes de distribuição de notícias consolidaram imaginários contrários aos sentidos ideológicos que defendem justiça social (Guimarães, 2023, p. 158-159).

Sendo assim, foi possível mapear, a partir dos conceitos teóricos da Análise do Discurso, nessa relação entre língua e sentido, o processo de constituição de sujeitos no discurso que circula o sentido de ‘cachaca’ como forma de se referir pejorativamente a Lula. Nessa construção do sentido pejorativo, constaria não apenas o papel semântico sobre alcoolismo, mas também um peso em relação ao popular como meio de

desprestigiar e deslegitimar um expoente líder político alinhado ao espectro político da esquerda.

PARA UM EFEITO DE ENCERRAMENTO...

A partir da reflexão da relação entre língua e sentido, foi analisada a discursividade no termo ‘cachaça’ em referência a Lula em artigo do jornal *Folha de São Paulo* e em postagens na rede social X. Para tanto, abordou-se a maneira na qual a língua, a partir de sua ordem simbólica, possui uma autonomia relativa em relação aos processos discursivos. Essa autonomia relativa foi entendida como estando em relação ao posicionamento do sujeito no processo discursivo.

Em razão disso, o sentido que os termos ganham não está ligado à língua, mas sim ao processo discursivo, que depende da língua para seu funcionamento. Nesse caso, o entendimento da relação entre língua e sentido tomou como modelo teórico-conceitual a Análise do Discurso, que pressupõe a existência da forma-sujeito na relação entre língua e sentido. Ou seja, o sentido funcionaria como um efeito produzido entre formas-sujeito no discurso. Por isso enfatizou-se o funcionamento discursivo como um processo produtor de efeito de sentidos.

No caso do uso do termo ‘cachaça’ para se referir a Lula, esse funcionamento discursivo tem a língua portuguesa como algo em comum tanto para o leitor contrário como para o leitor identificado aos sentidos pejorativos sobre o Lula. O sentido do termo ‘cachaça’, por sua vez, está atrelado aos posicionamentos ideológicos dos sujeitos em relação a Lula. Nesta reflexão, foi enfatizado que o sentido circulado sobre ‘cachaça’ em referência a Lula envolve não apenas o funcionamento semântico para que as sentenças sejam compreendidas, mas também faz valer o processo discursivo que mobiliza o posicionamento ideológico do sujeito que se determina num sentido já posto sobre o Lula a partir de interesses políticos específicos.

Isso contribuiu para a compreensão da constituição dos sujeitos, nas SDs analisadas, usando o termo ‘cachaça’ para se referir a Lula, e que essa constituição se efetiva de acordo com interesses políticos contrários à manutenção de políticas estatais por bem-estar social e/ou influenciados por um imaginário desprestigiante sobre aspectos populares. Por fim, considerando uma abordagem conjuntural, foi possível

analisar a afinidade ideológica entre a publicação da *Folha de São Paulo* com as forças que apoiaram a extrema direita nas eleições presidenciais de 2022.

REFERÊNCIAS

BALIBAR, Étienne. Marxisme et Linguistique. *Cahiers marxistes-leninistes*, n. 12-13, 1966.

BARBON, Júlia. Datafolha: Eleitor de Ciro é contra armas e se importa mais com economia ao votar. *Folha de São Paulo*. 1 jun. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/06/datafolha-eleitor-de-ciro-e-contra-armas-e-se-importa-mais-com-economia-ao-votar.shtml> Acesso em: 24 abr. 2024.

DELA-SILVA, Silmara. Da resistência aos discursos da/na mídia: sobre eventos e páginas no Facebook. In: SOUSA, L.M.A. et al. (org.). *Resistirmos, a que será que se destina?* São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p. 273-295.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, Pontes, 1995.

GUIMARÃES, Frederico Sidney. Fake news e ameaça comunista no Brasil: o discurso contra justiça social (1964-2018). *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 26, n. 52, p. 140–160, 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8673552> . Acesso em: 28 abr. 2024.

HENRY, Paul H. *A ferramenta imperfeita: Língua, sujeito e discurso*. Campinas: Unicamp, 2013[1977].

LULA, a cachaça e o preconceito de classe. *CartaCapital*. 29 abr. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/3a-turma/lula-a-cachaca-e-o-preconceito-de-classe/> Acesso em: 24 abr. 2024.

MARIANI, Bethania. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Tese de Doutorado, Linguística. Campinas: Unicamp, 1996.

ORLANDI, Eni. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Pontes Editores: Campinas, 2012.

ORLANDI, Eni. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Vozes: Petrópolis, 1996.

PAGANOTTI, Ivan. A gota d'água que irrompe da tensão entre público e privado: a ameaça de expulsão do correspondente Larry Rohter, do New York Times. *Culturas Midiáticas*, v. 5, n. 2, 2012.

PÊCHEUX, Michel. *Análise Automática do Discurso (AAD69)*. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma Análise Automática do Discurso*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 4ª. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1997[1969].

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Unicamp, 1995[1975].

PESQUISA Datafolha: veja perfil dos eleitores de cada candidato a presidente por sexo, idade, escolaridade, renda e região. G1. 03 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/03/pesquisa-datafolha-veja-perfil-dos-eleitores-de-cada-candidato-a-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-e-regiao.ghtml> Acesso em: 24 abr. 2024.

ROTHER, Larry. Hábito de bebericar do presidente vira preocupação nacional. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 9 maio 2004. Disponível em: <https://feeds.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0905200405.htm> Acesso em: 24 abr. 2024.

VASCONCELOS, Fabíola Mendonça de. *Mídia e conservadorismo: o globo, a folha de S. Paulo e a ascensão política de Bolsonaro e do bolsonarismo*. 2021. Tese de doutorado, Serviço Social. Recife, UFPE, 2021.

Recebido em: 28/05/2024

Aceito em: 30/07/2024

Frederico Guimarães: Doutor pelo Programa de Pós Graduação em Estudos da Linguagem da UFF, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO em 2008, possui graduação com licenciatura em História e em Língua Portuguesa. Experiência de pesquisa nas áreas de Análise do Discurso, História, Memória e Linguagem, com ênfase nas temáticas sobre: Movimentos e Práticas Sociais; discursos de gêneros e sexualidades; e direitos civis. Atualmente se dedica no desenvolvimento de projeto voltado sobre a reflexão discursiva das Fake News históricas e atuais.

“Medicina não é curso pra filho de doméstica não”: (im)pactos da/para branquitude

*“Medicine is not a course for the son of a housemaid”:
(im)pacts off/for whiteness*

Alécia Lucélia Gomes Pereira
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
alecia.lucelia@estudante.ufcg.edu.br
<https://orcid.org/0000-0003-4445-2036>

Melissa Raposo Costa
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
melissa.raposo@estudante.ufcg.edu.br
<https://orcid.org/0009-0001-5666-1284>

Maria Angélica Oliveira
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
maria.angelica@professor.ufcg.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-1284-4564>

RESUMO

Este artigo apresenta uma leitura discursiva de um relato retirado do livro “Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada doméstica” (2019), com o objetivo de analisar a relação entre a hegemonia da branquitude e a construção do racismo na definição dos lugares de privilégio na sociedade. Para tanto, baseia-se nos conceitos de pacto da branquitude (Bento, 2022), nas noções de discurso, poder e verdade (Foucault, 2012, 1979), e na colonialidade do poder (Quijano, 2010, 2005) e do ser (Maldonado Torres, 2007), além da perspectiva interseccional (Davis, 2016). A persistência de um padrão normativo branco define lugares sociais, refletindo os (im)pactos coloniais. Entretanto, a ironia (Brait, 2008) emerge como estratégia de resistência e reexistência (Souza, 2011).

Palavras-chave: (im)pactos da branquitude; poder-verdade; dispositivo de racialidade; colonialidade; resistência.

ABSTRACT

This article presents a discursive reading taken from the book *I, a housemaid: the modern slave quarters is the maid's room* (2019), with the aim of analyzing the relationship between the hegemony of whiteness and the construction of racism in defining places of privilege in society. To this end, it is based on the concepts of pact of whiteness (Bento, 2022), on the notions of discourse, power and truth (Foucault, 2012, 1979), and on the coloniality of power (Quijano, 2010, 2005) and being (Maldonado-Torres, 2007), in addition to the intersectional perspective (Davis, 2016). The persistence of a white normative standard defines social places, reflecting colonial (im)pacts. However, the irony (Brait, 2008) emerges as a strategy of resistance and re-existence (Souza, 2011).

Keywords: (im)pacts of whiteness; power-truth; raciality device; coloniality; resistance.

INTRODUÇÃO

Segundo Bento (2022), o pacto da branquitude, acordo tácito entre pessoas brancas, estabelece uma aliança entre sujeitos brancos para justificar e manter uma suposta supremacia destes que perpetuam opressões e restringem os espaços de privilégios para os sujeitos negros.

Partindo desse conceito, nosso objetivo geral neste artigo é analisar, a partir do relato do filho de uma empregada doméstica negra, como se estabelece a relação entre uma suposta hegemonia da branquitude e a construção do racismo na definição dos lugares de privilégio em nossa sociedade.

De forma específica, apresentamos, através de uma leitura discursiva de perspectiva foucaultiana, quais os lugares de (des)privilégios são atribuídos aos sujeitos quando inseridos em uma interação entre sujeitos brancos e negros. Buscamos responder à seguinte pergunta: como, através da relação entre uma suposta hegemonia branca e a construção do racismo, os lugares de privilégios são estabelecidos em nossa sociedade?

Para responder à indagação, utilizamos o relato do filho de uma mulher negra empregada doméstica presente no livro “Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada”, escrito por Preta-Rara e publicado em 2019, a partir do qual será(ão) analisado(s) qual(is) o(s) lugar(es) que o sujeito filho não deveria e/ou poderia ocupar considerando-se o seu lugar social e o de sua mãe. Para tanto, utilizamos três categorias de análise: raça, classe e gênero. Observamos que, a partir do depoimento do

filho da empregada doméstica, a junção de todas essas categorias vistas de forma interseccionada contribuem para a existência de opressão e subjetivação dos sujeitos.

Dessa forma, destacar a intersecção entre raça, gênero e classe nos leva ao reconhecimento de como a representação social da mulher negra e empregada doméstica, presente em nossa racistocracia, aponta para situações que possibilitam a existência de discursos que limitam lugares sociais, seja para esses sujeitos, seja para sujeitos próximos, a exemplo do filho da empregada doméstica, como será detalhado em nossa análise. O termo racistocracia, desenvolvido por Vida (2022), designa um sistema político cujo objetivo fundamental é o controle dos recursos materiais e símbolos e do Estado por uma minoria branca.

Inicialmente, como forma de entendermos a manutenção de uma estrutura racial que coloca a branquitude em lugares de privilégio, adotamos, a partir dos estudos de Bento (2022), o conceito do pacto narcísico da branquitude. Nas palavras da autora, esse pacto é compreendido como “um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas que visa manter seus privilégios” (Bento, 2022, p. 18).

Em termos de organização, nosso artigo está estruturado em duas seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira seção, apresentamos uma breve explanação do trabalho doméstico em comparação com a escravidão, trazendo também o conceito de pacto da branquitude e as concepções de colonialidade, com ênfase na colonialidade do poder (Quijano, 2010) e na colonialidade do ser (Maldonado-Torres, 2007). Na seção seguinte, focamos nos (im)pactos da raça, gênero e classe na construção dos lugares sociais, destacando a ironia como uma estratégia discursiva utilizada no processo enunciativo.

Realizamos uma leitura discursiva através de um estudo teórico-metodológico que articula gênero, raça e classe na definição de lugares para os sujeitos e, respectivamente, na configuração de opressões que demarcam desigualdades sociais e de oportunidades educacionais para os sujeitos a partir desta interseccionalidade, além da colonialidade.

Acreditamos na relevância do presente artigo para reafirmar a necessidade do combate ao racismo, assim como provocar a discussão acerca do pacto da branquitude, tendo em vista que persiste em nossa sociedade uma divisão racial e de gênero no trabalho que coloca a mulher negra em posições subalternas. Mesmo após mais de um século da abolição da escravatura, a associação desse sujeito com o trabalho doméstico persiste,

sustentada pelo pacto da branquitude e pela colonialidade do poder, do saber e do ser. Essa estratégia visa determinar as posições sociais que as mulheres negras podem ou não ocupar, como veremos em nossas análises.

Antes de iniciarmos as análises, é necessário explicitar as concepções de discurso e linguagem adotadas no presente trabalho.

LINGUAGEM, DISCURSO E IRONIA NA CONSTRUÇÃO DA REEXISTÊNCIA

A abordagem teórica e analítica que adotamos neste artigo nos encaminha à percepção do discurso enquanto elemento essencial para compreendermos como as sociedades funcionam e como as relações de poder são estabelecidas entre os sujeitos. Assim, assumimos uma perspectiva foucaultiana de discurso.

O discurso é responsável por formar os objetos de que falam, não se restringindo à combinação, dentro de um texto, entre coisas e palavras. Para Foucault (2012, p. 59),

Em todas essas pesquisas em que avancei ainda tão pouco, gostaria de mostrar que ‘os discursos’, tais como podemos ouvi-los, tais como podemos lê-los sob a forma de texto, não são, como se poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras: trama obscura das coisas, cadeia manifesta, visível e colorida das palavras; gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva.

No detalhamento do conceito, o autor afirma que o discurso é formado por um grupo de enunciados que estão interligados por meio de uma formação discursiva em comum. Isso significa que os enunciados, dentro de um determinado discurso, seguem regras e convenções que incluem elementos como contexto histórico, social, político e cultural, bem como normas linguísticas e modos de interpretação validados por uma determinada comunidade discursiva. Nesse sentido, discurso é compreendido como um produto histórico, fixado em contextos específicos, refletindo e influenciando o

funcionamento da própria história através da incorporação de elementos de continuidade e descontinuidade que são característicos de processos históricos. A perspectiva foucaultiana reforça a importância de situar o discurso dentro de contextos históricos e sociais específicos, reconhecendo assim sua complexidade e influência na construção e transformação de saberes, poderes e verdades ao longo do tempo.

No enfoque foucaultiano, a linguagem não pode ser compreendida como uma entidade independente, mas sim, como um elemento inserido em práticas discursivas que a estruturam. Portanto, a linguagem também está determinada por normas, valores, poderes, saberes e verdades que circulam em nossa sociedade e é preciso encontrar maneiras de burlar essas determinações quando se quer ou é necessário dizer o que não pode e/ou não deve ser dito. Para tanto, podemos fazer uso de alguns recursos linguísticos, dentre os quais destacamos a ironia. Em nossas análises, como será possível acompanhar mais adiante, foi fundamental aprofundarmos o conceito de ironia. Para tanto, nos dedicamos à leitura de Brait (2008)¹. De acordo com a autora, a ironia é definida como um

[...] jogo entre o que o enunciado diz e a enunciação faz dizer, com objetivos de desmascarar ou subverter valores, processo que necessariamente conta com formas de envolvimento do leitor, ouvinte ou espectador (Brait, 2008, p. 140).

Ou seja, a ironia deve ser interpretada como uma estratégia discursiva para expressar algo que é, ao mesmo tempo, literal e subentendido, com o objetivo de desmascarar ou subverter valores, criticando de forma sutil e indireta. Nessa perspectiva, para compreendermos a ironia, devemos fazer uma análise que leve em consideração o contexto mais amplo em que o discurso é produzido. Assim sendo, os aspectos sociais, históricos e culturais são imprescindíveis para compreendermos o sentido irônico de um enunciado.

Também observamos, a partir de nossas análises, que a ironia funciona como uma estratégia de resistência evidenciada através do que Souza (2011) denomina de letramento de reexistência. De acordo com Souza (2011, p. 37):

¹ Embora as pesquisas da autora Beth Brait sejam, predominantemente, de perspectiva bakhtiniana, consideramos relevante citar seus estudos acerca da ironia, tendo em vista a necessidade analítica deste artigo.

Letramentos de reexistência aqui será a reinvenção de práticas que os ativistas realizam, reportando-se às matrizes e aos rastros de uma história ainda pouco contada, nos quais os usos da linguagem comportam uma história de disputa pela educação escolarizada ou não. Para os rappers, a educação e a posse da palavra são marcadas pelo esforço de reconhecimento de si, desafiando, de diferentes maneiras e em diferentes formatos, a sujeição oficialmente imposta, ainda materializada no racismo, nos preconceitos e discriminações.

O letramento de reexistência, na perspectiva da autora, refere-se à reinvenção de práticas linguísticas e culturais nas quais o domínio da palavra torna-se uma ferramenta de autoconhecimento e resistência. Tal conceito reforça a importância da linguagem enquanto elemento de resistência e reexistência, permitindo que grupos marginalizados lutem contra opressões estruturais. Dessa forma, tanto a escrita do livro *Eu, empregada doméstica* quanto o relato específico que será aqui analisado, por refletirem e construírem novos valores e novas representações para mulheres negras empregadas domésticas, são considerados atos de resistência constituídos a partir do letramento de reexistência.

Na sequência, apresentamos algumas perspectivas teóricas que relacionam os aspectos de gênero, raça, classe e colonialidade na construção dos lugares sociais ocupados por mulheres negras em nossa sociedade.

OS SERVIÇOS DOMÉSTICOS COMO HERANÇA COLONIAL PARA MULHERES NEGRAS

De acordo com Davis (2016), desde os primeiros movimentos feministas pela conquista de direitos, é possível observar uma separação entre a relevância das lutas das mulheres brancas e a exclusão das mulheres negras, tendo em vista que estas não foram representadas pelos movimentos organizados por aquelas. Mesmo com a existência de diversas formas de discriminação enfrentadas por mulheres brancas de classe média e ricas, elas permanecem em situações privilegiadas, principalmente quando comparadas às mulheres negras e pobres. Nesse contexto, a perspectiva interseccional determina lugares e representações sociais, por isso são fundamentais para os estudos que buscam compreender quem é a mulher negra inserida em uma sociedade capitalista racista, opressora e segregacionista.

Há uma relação entre capitalismo, trabalho e raça, na qual está inserido o trabalho doméstico. Como uma herança da sociedade colonial, o trabalho doméstico, em uma porcentagem maior, ainda é destinado a mulheres negras, já que “durante o período do pós-escravidão, a maioria das mulheres negras trabalhadoras que não enfrentavam a dureza dos campos era obrigada a executar serviços domésticos” (Davis, 2016, p. 98). O fato de a mulher negra ser associada ao serviço doméstico está interligado diretamente ao longo tempo em que escravizadas tiveram que se submeter a esse serviço. Inclusive, no sul dos Estados Unidos, a escravidão foi sinônimo para o termo “instituição doméstica”, de acordo com Davis (2016). Conforme a autora, a escravidão era frequentemente disfarçada sob termos mais suaves, como “instituição doméstica”, e as mulheres escravizadas eram rotuladas como “serviçais domésticas”, uma maneira de minimizar as situações de opressões vivenciadas. Para os antigos donos de escravos, o trabalho doméstico era visto como algo degradante, quase tão ruim quanto a própria escravidão. Enquanto as mulheres negras desempenhavam uma variedade de funções domésticas, as mulheres brancas do Sul geralmente rejeitavam esse tipo de ocupação.

No Brasil, a segregação racial e de gênero no âmbito do trabalho doméstico evidencia que os sujeitos que desempenham esta profissão são majoritariamente mulheres negras, em decorrência de uma herança colonial que remonta às raízes escravistas, as quais exercem influência determinante nas dinâmicas sociais. De acordo com Gonzalez (2020), a presença de uma divisão racial e de gênero no trabalho não apenas evidencia a tripla discriminação sofrida pela mulher negra (baseada em raça, classe e gênero), mas também destaca sua posição no mercado de trabalho. Durante o período colonial, o trabalho doméstico tornou-se uma norma para as mulheres negras. Além de servirem em domicílios senhoriais, elas também podiam ser alugadas para outras famílias, aumentando a renda de seus senhores. Mesmo após mais de um século da abolição da escravatura, manter as mulheres negras neste papel tornou-se uma estratégia para mantê-las em uma posição social específica. Em nosso país, a associação entre mulheres negras e trabalho doméstico remonta à abolição da escravidão, quando essa era praticamente a única opção de emprego oferecida às antigas escravizadas. Para Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015), a profissão de doméstica no Brasil tem origem nesse período.

Segundo Carneiro (2002), após a abolição da escravatura, a população negra foi excluída da plena integração na sociedade. Especificamente, destaca-se o caso da mulher

negra, que continuou enfrentando restrições significativas no acesso ao mercado de trabalho, Carneiro (2002, p. 157) afirma que “as cartilhas infantis, até bem pouco tempo atrás, também reforçavam essa visão de negras somente como empregada doméstica”. Nas palavras de Bento (2022, p. 80),

o trabalho de doméstica remonta também a um espaço social que atravessa os séculos e bebe à fonte da escravidão. Mulheres negras responsáveis por cuidar, limpar e alimentar um lar. O universo das trabalhadoras domésticas é o que mais concentra mulheres negras no Brasil.

Este quadro comparativo entre o trabalho doméstico e a escravidão, que aponta para a determinação de lugares diferentes às mulheres brancas e às mulheres negras perdura até os dias atuais. Mesmo sendo inegável que as mulheres tenham enfrentado e ainda enfrentam a opressão de gênero, é igualmente verdade que as mulheres brancas se beneficiam das vantagens geradas pela estrutura colonial, o que justifica a relevância das pesquisas de Bento (2022) sobre a supremacia branca incrustada na sociedade. Para a autora, não há um problema negro, o que existe é um problema nas relações entre negros e brancos, nas quais evidencia-se a dominação de um grupo sobre outro “que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte, para o outro” (Bento, 2022, p. 15). Segundo Bento (2022), há um pacto, denominado de pacto da branquitude, que sustenta as desigualdades raciais e sociais no Brasil. Este pacto, descrito como uma cumplicidade não verbalizada (Bento, 2022), é uma aliança tácita entre pessoas brancas que contribui para a manutenção dos privilégios herdados pela população branca, ao mesmo tempo em que dificulta a ascensão e o trabalho da população negra. Através desse pacto, percebe-se como o racismo impacta as oportunidades profissionais e a ascensão da população negra, devido ao medo da perda de privilégios (Bento, 2022) por parte do povo branco, enraizado em uma herança histórica, cultural, discursiva e social de segregação.

O que fica em evidência é que existe um debate de natureza estrutural, responsável por levar certos grupos a ocuparem lugares determinados. Não é, desta forma, um apontamento para experiências individuais, como disse Ribeiro (2019, p. 60), através das seguintes palavras: “Seria, principalmente, um debate estrutural. Não se trata de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social ocupado por certos

grupos restringe oportunidades”. Restringe oportunidades e evidencia uma colonialidade do poder, a partir da raça.

O conceito de colonialidade fornece uma compreensão da manutenção de uma estrutura de poder que classifica a população global, europeus e não-europeus, com base na raça. Raça é um conceito idealizado culturalmente e discursivamente para naturalizar os colonizadores como superiores aos colonizados. A ideia de raça promove uma dualidade entre povos, determina uma classificação social da população, colocando uns em posição de superioridade e legitimando uma subordinação dos povos considerados inferiores, os dominados. Essa noção de raça, forjada durante o período colonial, pode ser compreendida, conforme Quijano (2005, p. 118), da seguinte forma:

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/ inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade.

Desde então, a partir dessa noção de raça e através do desenvolvimento da perspectiva eurocêntrica do conhecimento, surgem discursos e práticas racistas que resgatam as relações coloniais de dominação, tornando-as naturais e dividindo o mundo em dois, Europeus e não-europeus, a partir das diferenças entre as raças. A raça é central para o funcionamento da colonialidade do poder, agindo como uma definidora da hierarquização dos sujeitos e definindo os lugares inferiores para os sujeitos não-brancos. Para o peruano Quijano (2005), este conceito pode ser entendido a partir de um padrão global de poder criado pela relação entre modernidade, colonialismo e capitalismo mundial. Quijano argumenta que “os povos colonizados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais” (Quijano, 2005, p. 118).

A partir da colonialidade do poder, Maldonado-Torres (2007) apresentou a noção de colonialidade do ser. De acordo com o autor, a colonialidade do ser diz respeito à experiência pessoal da colonização e seu impacto na linguagem e na formação da subjetividade individual. Nesse sentido, o filósofo destaca que “a emergência do conceito de colonialidade do ser responde, portanto, à necessidade de esclarecer a questão sobre os efeitos da colonialidade na experiência vivida, e não apenas nas mentes dos sujeitos subalternos” (2007, p. 130, *tradução nossa*²). A colonialidade do ser diz respeito à forma como as hierarquias e padrões estabelecidos durante a colonização continuam a moldar a forma como as pessoas se percebem, se relacionam e se posicionam no mundo, através das experiências vividas.

Também advindo da colonialidade do poder, surge o conceito de colonialidade do saber que remete à construção do conhecimento dentro das relações de poder. Nessa perspectiva, Ferreira e Machado (2022) defendem que sofremos um processo de colonização cultural, motivado por interesses coloniais e, posteriormente, capitalistas, que determinam o Norte global como o centro criador e distribuidor de saberes instituídos como verdades absolutas ao longo da história, definindo assim, nossa forma de pensar e os processos educacionais de forma geral. Uma das principais consequências da colonialidade do saber é o epistemicídio, que, segundo Carneiro (2023), trata-se da negação da legitimidade dos saberes produzidos por grupos dominados e socialmente marginalizados. Os sujeitos desses grupos, por conseguinte, são desqualificados como indivíduos capazes de produzirem conhecimentos relevantes para a sociedade, gerando um processo contínuo de hierarquização dos saberes e dos seres.

Os conceitos de colonialidade do poder, do ser e do saber estão interconectados, oferecendo uma compreensão ampla da persistência dos legados coloniais na sociedade contemporânea. Vejamos, no quadro 1, criado com base em Castro-Gómez e Grosfogel (2007) e Matos e Landulfo (2022), um resumo com as características dos três tipos de colonialidades:

Quadro 1 - Características das colonialidades do poder, do saber e do ser

COLONIALIDADE DO PODER	COLONIALIDADE DO SABER	COLONIALIDADE DO SER

² “El surgimiento del concepto colonialidad del ser responde, pues, a la necesidad de aclarar la pregunta sobre los efectos de la colonialidad en la experiencia vivida, y no sólo en la mente de sujetos subalternos.” (Maldonado-Torres, 2007, p.130)

1. Padrões de poder que surgiram como consequência de processos de colonização dos países europeus a partir do século XVI e continuam a influenciar os aspectos econômicos, políticos e sociais na atualidade. 2. Utilização dos aspectos raciais e étnicos como elementos determinantes para o estabelecimento de hierarquias sociais, perpetuando o racismo e a discriminação de pessoas não-brancas. 3. As desigualdades econômicas entre os países e as disparidades entre as condições de trabalho na atualidade também são consideradas consequências dos séculos de colonização.	1. Controle do saber e do conhecimento, estabelecido durante o período colonial e que persiste nos dias atuais. 2. Privilégio dos saberes produzidos na Europa e no Norte Global, considerando-os universais. 3. Desvalorização de saberes produzidos por populações marginalizadas, resultando na hierarquização dos saberes. 4. Determinação dos sistemas educacionais durante o período de colonização e que se reflete até os dias atuais, reforçando os interesses dos países dominadores. 5. O epistemicídio - a destruição de saberes e práticas culturais das populações colonizadas.	1. Impactos causados pelo processo de colonização na subjetividade e identidade das pessoas. 2. Desumanização e inferiorização criadas e reforçadas através de discursos e práticas que constroem uma suposta inferioridade das populações colonizadas. 3. Imposição de uma hierarquização racial na qual pessoas brancas são superiores a pessoas não-brancas. 4. Controle e disciplinarização dos corpos através da imposição de normas e proibição de formas de expressão diversificadas. 5. Prejuízo para a construção de memórias coletivas e/ou identidades individuais devido à imposição dos padrões de vida dos dominadores.

Fonte: autoria própria.

De acordo com Quijano (2010), a colonialidade exerce influência e opera em todos os aspectos da vida social cotidiana, tanto em termos materiais quanto subjetivos. Por meio dos conceitos de colonialidade, essas interpretações históricas são possíveis e apontam para a existência de uma modernidade a partir do colonialismo. Essa concepção ressalta como as práticas coloniais persistem nos padrões de pensamento da sociedade, criando caminhos que tendem a excluir determinados grupos, a partir de regime de verdade.

De acordo com Foucault (1979), o regime de verdade instaura-se enquanto um campo estratégico que tem por função produzir verdades para fazer funcionar as relações de poder. Segundo o autor,

A verdade é deste mundo, ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 1979, p. 12).

Foucault (1979) sugere que a verdade não existe independentemente do poder, mas é moldada por ele. Ela é produzida dentro de um contexto específico, não é algo absoluto e imutável, mas sim uma construção social que varia de acordo com o contexto e as relações de poder em vigor.

Ao falar do racismo, Kilomba (2019) destaca também o poder que envolve aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos. Dessa forma, o poder, associado ao preconceito, configura o racismo. Na opinião de Kilomba,

o racismo, por sua vez, inclui a dimensão do poder e é revelado através de diferenças globais na partilha e no acesso a recursos valorizados, tais como representação política, ações políticas, mídia, emprego, educação, habitação, saúde, etc. [...]. Quem pode ver sua história incluída em programas educacionais? (Kilomba, 2019, p. 76).

A autora afirma que o racismo não está limitado à dimensão do preconceito individual; ele incorpora a dimensão do poder. O poder influencia, através do racismo, a exclusão de grupos racializados no acesso a recursos valorizados, como representação política, na profissão, mídia, educação, saúde, entre outros. De acordo com Foucault (1979, p. 180), “somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder”.

Na construção dos discursos há um dispositivo de poder, sustentado pela racialidade, que se impõe como estratégia para manter uma divisão de lugares para os povos brancos e os povos não brancos. Para Foucault, o dispositivo utiliza “estratégias de relações de força, sustentando tipos de saberes e sendo por eles sustentadas” (Foucault,

1979, p. 246). Carneiro (2023, p. 31), comungando com o pensamento de Foucault (1979), diz que a racialidade, defendida por ela enquanto dispositivo de poder, é uma dualidade que tem “na cor da pele o fator de identificação do normal, e a brancura será a sua representação”. A autora trata do caráter relacional do termo “racialidade”. Lê-se (Carneiro, 2023, p. 22):

Preliminarmente a racialidade é aqui compreendida como uma noção relacional que corresponde a uma dimensão social, que emerge da interação de grupos racialmente demarcados sob os quais pesam concepções histórica e culturalmente construídas acerca da diversidade humana. Disso decorre que ser branco e ser negro são consideradas polaridades que encerram, respectivamente, valores culturais, privilégios e prejuízos decorrentes do pertencimento a cada um dos polos das racialidades.

A racialidade, como um conceito relacional e social, está imbuída de concepções históricas e culturais que perpetuam desigualdades e privilégios distintos entre grupos. Sujeitos brancos frequentemente se beneficiam de privilégios e poder, enquanto os grupos racialmente marginalizados, em sua maioria não brancos, enfrentam discriminação, exclusão e acesso restrito a oportunidades.

Essa polaridade, evidenciada pela racialidade, também pode ser relacionada ao determinismo biológico, conforme será explorado em nossas análises. Ao longo da história, a noção de determinismo biológico, que sustenta que características como a raça determinam o comportamento e outras qualidades individuais, foi usada como uma “verdade” conveniente para justificar a discriminação e a opressão de grupos étnicos considerados “inferiores” com base em disparidades biológicas. O conceito de determinismo biológico foi especialmente explorado durante o colonialismo para justificar a escravidão através da utilização de teorias pseudocientíficas para legitimar a subjugação de povos indígenas e africanos, retratando-os como biologicamente inferiores aos europeus.

Essas ideias também foram reforçadas por teorias científicas como o poligenismo, que sugeriam que diferentes grupos raciais eram espécies biologicamente distintas, justificando assim uma hierarquia racial. Além disso, o eugenismo, que defendia a promoção da reprodução seletiva para “melhorar” a raça humana, também foi influenciado pelo determinismo biológico e contribuiu para políticas racistas e segregacionistas em várias nações.

Apesar do avanço das perspectivas científicas e da rejeição explícita do determinismo biológico em relação à raça, pela maioria dos cientistas contemporâneos, ainda persistem resquícios dessas ideias na sociedade, revelados através dos discursos e em práticas racistas. O racismo continua a prevalecer em diversas esferas, como na educação e no mercado de trabalho, refletindo convicções arraigadas sobre as supostas diferenças biológicas entre grupos raciais que favorecem a materialização de discursos de incapacidade a grupos não europeus, por serem considerados inferiores, devido a colonialidade do ser.

Em relação ao determinismo biológico e à prática do racismo, no artigo intitulado “Desvelando o racismo na escola médica: experiência e enfrentamento do racismo pelos estudantes negros na graduação em Medicina”, Fredrich, Coelho e Sanches (2022) apresentam uma análise abrangente sobre a experiência dos estudantes negros matriculados no curso de Medicina no Paraná em 2021. Os autores destacam que o racismo presente na escola médica está intrinsecamente ligado à aceitação do determinismo biológico pelo saber médico. Isso levou à atribuição de supostas diferenças cognitivas e culturais a fatores genéticos e fenotípicos, como cor da pele, tipo de cabelo, largura do nariz e formato do crânio, cujas consequências continuam evidenciadas até hoje em dados de saúde da população negra, entre outros marcadores sociais de desigualdade (Fredrich; Coelho; Sanches, 2022). Este discurso, oriundo do saber médico, estabeleceu-se como uma forma de poder e dentro de um regime de verdade que visa diminuir o sujeito negro em diversos aspectos, incluindo intelectuais, morais, culturais, políticos e sociais.

A ideia de uma inferioridade racial, por muito tempo, defendida pelas ciências, contribuiu, como um regime de verdade, para ocultar os verdadeiros objetivos econômicos e imperialistas por trás da empreitada colonial. Pelas relações de poder foram estabelecidas vontades de verdade, que atribuíam características físicas e morais inferiores aos negros, responsáveis por legitimar tanto a escravidão e a colonização. Para Munanga (2020, p. 30),

Com essas teorias sobre as características físicas e morais do negro patenteia-se a legitimação e a justificativa de duas instituições: a escravidão e a colonização. Numa época em que a ciência se tornava um verdadeiro objeto de culto, a teorização da inferioridade racial ajudou a esconder os objetivos econômicos e imperialistas da empresa colonial.

Embora, hoje, saibamos que tenha sido um saber produzido por uma pseudociência, infelizmente este saber estabeleceu-se como verdade que pode justificar a representação atual de uma imagem inferior do negro, através da circulação destes discursos e práticas racistas coloniais. A ciência, na imagem de sujeitos brancos, na medida em que propagava a inferioridade do negro, por meio de enunciados sob a forma de uma verdade, estabelecia a vontade de verdade de não mudança de lugares tanto para os povos brancos quanto para negros. Eles, os brancos, deveriam permanecer no lugar que estão, de privilégios, acesso aos estudos, já os negros no lugar que também se encontravam, servidão.

Para Fredrich, Coelho e Sanches (2022, p. 6),

representação de pessoas negras como passivas ao processo de escravização, intelectualmente inferiores e afeitas a trabalhos braçais cria as condições para a internalização desses valores por pessoas brancas e não brancas, naturalizando desigualdades historicamente e socialmente construídas.

Atualmente, existe, também, outra vontade de verdade que aponta para uma concepção de classe social elevada que associa a raça branca à riqueza e à prosperidade, enquanto relaciona a raça negra à pobreza e à servidão. Essa percepção tem suas origens em contextos econômicos escravistas e tem por base, também, o racismo científico. Como diz Friedrich, Coelho e Sanches (2022, p. 5):

A visão de ‘classe social elevada’ demonstra um marcador racial da condição socioeconômica, que associa livremente raça branca à riqueza e raça negra à pobreza e servidão. Cabe notar que esse pensamento não surge espontaneamente, mas advém de uma base material que, ao mesmo tempo que construiu essa realidade por meio da economia escravista, do imperialismo e do racismo científico, ainda fomenta uma ideia de naturalidade e, portanto, impossibilidade de mudança.

Para Gonzalez (*apud* Fredrich; Coelho; Sanches, 2022) após a abolição da escravatura, a falta de acesso à formação profissional contribuiu para uma divisão social do trabalho que acabou por gerar uma divisão racial. O racismo, como fenômeno global e fenotípico (Moore, 2007), sustenta e reforça as desigualdades materiais, resultando em empregos precários e condições de trabalho desfavoráveis para a maioria das pessoas negras, o que, por sua vez, impede seu acesso ao ensino superior e a perspectivas de vida

melhores. Essa realidade é ainda mais desafiadora para as mulheres negras, que muitas vezes se veem responsáveis não só por seu próprio sustento, mas também pelo cuidado doméstico e pelo sustento de toda a família, destacando as interseções entre gênero, raça e classe.

Nesse sentido, como consequência da colonialidade do poder, do saber e do ser, assim como da naturalização de uma herança histórica, cultural, discursiva e social dos séculos de escravização do povo negro, o trabalho doméstico, além de menosprezado, tornou-se um lugar atribuído à mulher negra, por meio de um regime de verdade, como o único possível, como veremos a seguir, em nossas análises.

(IM)PACTOS DE RAÇA, GÊNERO, CLASSE E COLONIALIDADE NA CONSTRUÇÃO DE LUGARES SOCIAIS

Em racistocracias (Vida, 2022) como a nossa, as desigualdades de raça, classe e gênero persistem como formas de desqualificar os sujeitos. Na relação de trabalho entre patrões e empregadas domésticas, esses desqualificadores tornam-se mais aparentes, destacando o dispositivo de racialidade através do privilégio decorrente da posição social e da branquitude. Assim, por uma vontade cultural, classista, histórica, social, os familiares das empregadas domésticas negras também são excluídos de determinados lugares, como é possível observar a partir do relato (R³), a seguir:

R: Sou L., de MG, filho de C., que trabalhou a vida toda como empregada doméstica e de quem tenho muito orgulho!

Em uma das casas que minha mãe trabalhou, há alguns anos atrás (sic), **a patroa fazia pães caseiros e, depois de prontos, contava-os para ter certeza de que minha mãe não os estava “roubando”**. Na época eu havia decidido que queria estudar medicina (curso que estudo hoje) e, ao contar à patroa, minha mãe ouviu algo como **“Medicina não é curso pra filho de doméstica não. Dê graças à Deus se seu menino se formar no Ensino Médio”**. Posteriormente, **minha mãe foi despedida desse emprego após negar ter “roubado” balas de coco de um pote de doces que pertencia ao neto da ‘sinhá’**”.

³ Os destaques, em negrito, presentes no relato, são nossos.

Gostaria, ainda, de parabenizar a quem teve a ideia de criar a página! É uma excelente forma de dar visibilidade a uma classe trabalhadora tão desfavorecida e mal tratada (sic) em nosso país! (Rara, 2019, p. 97).

No relato acima, embora não haja uma autodeclaração de raça explícita, a presença do termo “sinhá” sugere a identificação da raça negra, pois na história da colonização, eram as mulheres negras que estavam submetidas aos mandos e desmandos das “sinhás”, mulheres brancas e ricas. De acordo com o Dicionário Online de Português, sinhá é a “forma com a qual os escravos designavam a senhora, a patroa”. Assim, o termo “sinhá” tem origens históricas no período colonial brasileiro, especialmente durante a era escravista, sendo empregado pelos/as escravizados/das para se dirigirem às mulheres brancas, frequentemente suas senhoras ou mulheres da elite colonial. Essa expressão é uma manifestação de submissão, marcada pela hierarquia e, ao mesmo tempo, pelo respeito em relação à mulher branca da casa. Especificamente em relação ao relato, ao fazer menção à patroa utilizando a expressão *sinhá*, acreditamos existir, além de uma diferença de classe, uma diferença racial entre a mãe do enunciador do relato - a empregada doméstica - e a patroa, mulher (sinhá) branca.

O uso do termo “sinhá” reflete as relações sociais hierárquicas e desiguais desse contexto e que permanecem em nossa sociedade como uma herança que demarca uma colonialidade do poder e uma colonialidade do ser, na qual estamos inseridos. Desta forma, para além do conceito histórico acima mencionado, o termo ‘sinhá’, no presente relato, materializa-se como uma estratégia discursiva inscrita sob a forma irônica. A ironia, a partir do uso do termo sobredito presente no trecho: *minha mãe foi despedida desse emprego após negar ter 'roubado' balas de coco de um pote de doces que pertencia ao neto da 'sinhá'*, denuncia a heteroidentificação da mãe do relator, bem como revela a desigualdade presente na relação entre patroa e empregada doméstica. Neste sentido, o uso do termo “sinhá”, ao ser posto de forma irônica, revela a existência de relações dinâmicas e plurais entre o texto e o contexto que cercam a situação discursiva, evidenciando valores culturais que apontam para a desigualdade existente entre patroas e empregadas domésticas.

Sendo assim, em concordância com Brait (2008) e entendendo a ironia como algo que opera no nível da linguagem e funciona a partir de discursos, é possível dizer que a palavra “sinhá” está sendo usada de forma irônica no enunciado, porque evoca uma conotação histórica associada à época da escravidão no Brasil. Portanto, ao mencionar

“sinhá”, o enunciado, associado ao contexto colonial, sugere uma estrutura social antiga e desigual que persiste no presente reproduzindo discursos e práticas que refletem a colonialidade do poder e do ser no cotidiano e reforçam a existência do dispositivo da racialidade intermediando as relações entre pessoas brancas e não brancas, nas quais a empregada doméstica pode ser vista como uma figura subordinada ou marginalizada. A palavra “sinhá” utilizada de forma irônica pelo narrador reforça o reconhecimento da reprodução de discursos e práticas racistas e coloniais evidenciada a partir do comportamento da patroa. Utilizar essa expressão de forma irônica é uma estratégia de resistência do filho da empregada doméstica que reconhece uma relação de poder desigual entre sua mãe, mulher negra, empregada doméstica, e a patroa, mulher branca. A partir desse reconhecimento, ele ressignifica toda a situação ocorrida no contexto do trabalho, analisando-a de forma crítica revelando um ato de resistência. Portanto, o uso irônico da palavra “sinhá” demonstra um letramento crítico de reexistência, a partir do momento em que o narrador desconstrói, através da ironia, discursos e práticas racistas reproduzidos pela branquitude. Ainda é possível destacar que o termo “roubado” está entre aspas para indicar que a ação não foi realmente um roubo, mas sim uma acusação injusta. Desta forma, tanto o uso dos termos “sinhá” quanto “roubado” revela um enunciador crítico, que faz uma leitura pertinente dos processos de colonialidade do poder e do ser presentes em nossa sociedade.

Prosseguindo com a análise, observamos que o relato de L. evidencia situações de humilhação, como a contagem dos pães realizada com o objetivo de que a empregada doméstica negra não os roubasse, *a patroa fazia pães caseiros e, depois de prontos, contava-os para ter certeza de que minha mãe não os estava ‘roubando’*. A partir deste enunciado é possível observar a construção discursiva do indivíduo negro enquanto sujeito fora da lei, ladrão, como alvo de desconfiança. Essa desconfiança resgata uma memória histórica mais ampla que associa o sujeito negro à marginalidade e à suspeição. De acordo com informações da edição 2023/2024 do relatório “A Situação dos Direitos Humanos no Mundo”, publicado pela Anistia Internacional, existe um uso excessivo da força, por parte das autoridades estatais, especialmente contra pessoas não brancas. Entre julho e setembro de 2023, pelo menos 394 pessoas foram mortas em operações policiais nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. No geral, o relatório destaca a persistência da brutalidade policial, dos assassinatos ilegais e das prisões arbitrárias com

base em preconceitos racistas, não apenas no Brasil, mas também em outros países das Américas. Isso comprova como os corpos negros são lidos através da normalização da suspeita. Além disso, a Anistia Internacional destaca que o Brasil tem uma das maiores desigualdades do mundo, criando uma série de violações dos direitos humanos, especialmente para pessoas negras e mulheres. Com isso, a cena descrita no relato sugere a persistência desses estereótipos e da marginalização do sujeito negro na sociedade.

Além da representação das pessoas negras como marginalizadas, no relato, há o menosprezo em relação à aspiração educacional do filho da empregada doméstica, apontando uma colonialidade do poder e do ser, quando esta diz que ele quer cursar medicina e o comentário da patroa ressalta o discurso naturalizado e segregador em nossa sociedade que determina os lugares que podem e que não podem ser ocupados por pessoas pobres e negras. O curso de medicina, por exemplo, não seria apropriado para o filho de uma empregada doméstica (*medicina não é curso pra filho de doméstica não. Dê graças à Deus se seu menino se formar no Ensino Médio*), tendo em vista que a maioria dos médicos em nossa sociedade advém de famílias ricas e brancas que puderam garantir educação de qualidade aos seus filhos, fato determinante para conseguir alcançar um lugar concorrido nos cursos de medicina.

Na perspectiva do determinismo biológico, criou-se uma vontade de verdade que tem por base discursos advindos de antigos saberes médicos, os quais afirmavam que os aspectos físicos determinavam o caráter e os lugares sociais dos sujeitos. Tendo a pele escura, cabelos crespos ou prognatismo, o indivíduo deveria pertencer a uma classe inferior, caso possuísse características contrárias, pele clara, cabelos lisos e o rosto ortognato, estaria na classe elevada (Munanga, 2020).

Portanto, nessa perspectiva de inferioridade da negritude, a mobilidade vertical da mulher negra ou dos seus filhos, como no relato, é estagnada social, cultural, biológica e discursivamente. Nossa sociedade constrói e impõe vontades de verdade que médicos e médicas devem ter a pele clara e, ao mesmo tempo, comunga com outra vontade de verdade, a de impedir que o sujeito negro se iguale, dentro do mercado de trabalho, ao sujeito branco.

As condições de classe e raça precedem e determinam quem pode cursar Medicina, como observamos no enunciado *“Medicina não é curso pra filho de doméstica não. Dê graças a Deus se seu menino se formar no Ensino Médio”*. Uma visão sócio e

historicamente criada e reforçada pelos discursos, pela cultura e pela mídia, a exemplo das representações atribuídas aos negros e negras nas telenovelas, nas quais, geralmente, as mulheres negras interpretam a empregada doméstica e a imagem do médico é encenada por brancos.⁴ São representações que naturalizam desigualdades, muitas vezes, internamente aceitas, por brancos e não brancos.

O dispositivo de racialidade apresenta-se no relato a partir da existência de dois lados bem demarcados: de um lado devem ficar os incluídos socialmente, brancos e ricos, e do outro, devem estar os negros e negras, que nunca serão socialmente incluídos e aceitos por aqueles que fizeram o pacto da branquitude. Uma vontade de verdade que deixa em destaque a quem devem ser designados os saberes acadêmicos e não acadêmicos, demarcando uma colonialidade do ser e do saber. Partindo dessa compreensão, seria impensável que o filho de uma empregada doméstica negra se torne médico. Ser uma mulher negra empregada doméstica é inserir-se em uma narrativa discursiva racista, e, portanto, a ascensão do filho dessa mulher à profissão médica representa uma transgressão à vontade de verdade estabelecida por uma classe social dominante e predominantemente branca.

Como nos afirma Kilomba (2019), a norma branca foi definida como padrão em nossa sociedade. Dessa forma, a elaboração do sujeito negro como “o diferente” foi uma consequência dessa definição. No entanto, é importante destacarmos que a diferença foi estabelecida em relação a um grupo dominante que tem o poder de se definir como norma e excluir desta norma todos aqueles que não estão no padrão branco. A branquitude, portanto, tornou-se o ponto de referência, a partir do qual todas as outras identidades raciais são consideradas diferentes, gerando uma estrutura social racista e segregacionista. A construção dessa diferença, segundo Kilomba (2019), também posiciona o sujeito negro no lugar de inferioridade. Esses aspectos referenciados pela autora podem ser vistos no relato aqui analisado, em que o sujeito negro, o diferente do branco, é identificado como alguém inferior, fora do padrão, portanto, incapaz de cursar medicina. A combinação da diferenciação de cor com essa hierarquia constitui o processo discriminatório, conforme afirmado pela autora.

⁴ Embora estejamos vendo algumas mudanças nessas representações em muitos espaços midiáticos, a desconstrução desses estereótipos é um processo lento e difícil diante dos séculos de reprodução de discursos que ratificam esses lugares sociais sempre tão bem divididos entre pessoas negras e pessoas brancas em nossa sociedade.

O discurso de denúncia presente em R1 evidencia a vontade de verdade disseminada em nossa racistocracia (Vida, 2022) que defende que o lugar do povo negro é o lugar de servidão, e a depender do tom da pele, da textura do cabelo, das feições da face, esse lugar muda consideravelmente. Entretanto, também notamos uma quebra nessa ordem racista e determinista do relato a partir do momento em que o narrador utiliza a ironia como uma estratégia discursiva de resistência e reexistência (Souza, 2011).

Pelos discursos em análises constroem-se vontades de verdade, com efeitos específicos de poder, de que ocupar um lugar de prestígio em nossa formação social é um privilégio da branquitude, marcado pelo dispositivo de racialidade. No entanto, chegamos às considerações finais do artigo destacando que, apesar destes discursos, há movimentos de resistência que marcam lugares de reexistências que apontam para outras narrativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do Ocidente, marcada pelos processos de colonização europeia, contribuiu para a perpetuação do racismo. À medida que indivíduos brancos assumiram posições de poder e autoridade, consolidou-se a ideia de que apenas eles eram aptos para ocupar determinados espaços e posições de destaque. Esse fenômeno levou à criação e manutenção de um pacto social que protege os privilégios dos brancos, enquanto relega os negros a posições subalternas e desprivilegiadas. Pelas análises, percebemos que a estrutura racial de poder estabelecida durante a colonização continua a influenciar as dinâmicas sociais e de privilégio na atualidade.

A partir das leituras teóricas e análises realizadas, observamos que os privilégios resultam do racismo e que este manifesta-se através da imagem construída acerca do sujeito mulher negra empregada doméstica. Além das categorias de classe e raça, percebemos que há um debate de natureza estrutural que define lugares sociais a serem ocupados por sujeitos brancos, ao mesmo tempo que restringe oportunidades sociais consideradas privilegiadas para outros, os sujeitos negros. Assim, impõe-se uma vontade de verdade de que resta ao sujeito mulher negra lugares sociais restritos, dentre os quais, assumir a função profissional de empregada doméstica como se esse espaço já estivesse naturalmente destinado a essas mulheres (e só a elas). A construção histórica, social e discursiva do sujeito mulher negra como alguém que ocupa a base da pirâmide social

permanece tão arraigada em nossa sociedade que os discursos de exclusão foram e são naturalizados de forma quase inquestionável, principalmente pela parcela branca e rica da sociedade que sempre foi privilegiada por essa naturalização do lugar da mulher negra na nossa sociedade racista e segregacionista.

Concluímos, portanto, que em nossa sociedade a persistência do racismo permite (des)classificar, hierarquizar, inferiorizar e determinar os lugares dos indivíduos com base na raça, gênero e classe social. No entanto, existem resistências. O livro de Preta-Rara, ex-empregada doméstica, exemplifica essa resistência ao exteriorizar as experiências das empregadas domésticas, dando voz a essas mulheres. Essas vozes são atravessadas por discursos que se materializam através da ironia, utilizada como uma estratégia discursiva intencional para afirmar o oposto do que é dito. Como um dos relatos do livro afirma, há um “desejo que nossa voz ecoe, que os privilégios sejam rompidos e histórias como essas nunca mais sejam contadas” (Preta-Rara, 2019, p. 89). A partir de estratégias de resistência, povos negros e originários estão escrevendo uma nova história, demonstrando que sim, pessoas não brancas podem cursar medicina ou qualquer outro curso. As histórias dos sujeitos mulheres negras empregadas domésticas e de seus filhos, presentes no livro supracitado, testemunham essa realidade.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. 2 ed. Campinas, SP: Unicamp, 2008.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *Dispositivo de Racialidade: A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. Gênero e raça na sociedade brasileira. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34 [Fundação Carlos Chagas], 2002. p. 150-185.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOGEL, Ramón. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana - Instituto Pensar, Universidad Central - IESCO, Siglo del hombre, 2007.
- DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução: Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, Dina Maria Martins; MACHADO, Lucineudo Irineu. Colonialidade do saber. In: MATOS, Doris Cristina Vicente da Silva; SOUSA, Cristiane Maria Campelo Lopes Landulfo de (orgs.). *Suleando conceitos em linguagens: decolonialidades e epistemologias outras*. Campinas: Pontes Editores, 2022, 67 - 75.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. 8 ed. Tradução Luiz F.B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução: Roberto Machado. 29 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREDRICH, Vanessa C. R.; COELHO, Izabel C. M.; SANCHES, Leide C. Desvelando o racismo na escola médica: experiência e enfrentamento do racismo pelos estudantes negros na graduação em Medicina. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 20, p.1-14, abr. 2022.

GONZÁLEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.) *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.p.43-57

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano*. Trad. De Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (eds.). *El giro decolonial*. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. 1 ed. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 127-167.

MATOS, Doris; LANDULFO, Cristiane (orgs.). *Suleando conceitos em linguagens: decolonialidades e epistemologias outras*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 68-107.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. LANDER, Edgardo (orgs). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

QUIJANO, Aníbal. “Raza”, “etnia” y “nación” en Mariátegui. In: *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder - Eje 3*. Buenos Aires: CLACSO, 2014, p. 757-776. ISBN 978-987-722-018-6.

Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140507040653/eje3-7.pdf>. Acesso em: 10 Mar. 2024.

RARA, Preta. *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de Fala*. 1 ed. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

SINHÁ. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sinha/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. *Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: hip-hop*. São Paulo: Parábola, 2011.

TEIXEIRA, Juliana Cristina; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Os Lugares das Empregadas Domésticas. *Revistaoes*. Salvador, v. 22, n. 72, p. 161-178. Jan./Mar. 2015.

VIDA, Samuel. Racistocracia: o verdadeiro nome da democracia que se alimenta do racismo. In: SANTOS, Hélio (org.). *A resistência negra ao projeto de exclusão racial: Brasil 200 anos (1822>2022)*. São Paulo: Jandaíra, 2022.

Recebido em: 31/05/2024

Aceito em: 05/08/2024

Alécia Lucélia Gomes Pereira: Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Mestre pelo Programa da Pós-Graduação de Letras - PPGL/UFPB (2013). Especialista em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Materna pela Universidade Federal de Campina Grande (2011). Especialista em Ciências da Linguagem com ênfase no Ensino de Língua Portuguesa, pela Universidade Federal da Paraíba (2017). Graduada em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa, pela Universidade Estadual da Paraíba (2010). Foi professora contratada pela Universidade Estadual da Paraíba Possui experiência na área de Letras, Língua Portuguesa, leitura e produção textual, atuando, principalmente, nas áreas da Análise de Discurso Francesa e em estudos decoloniais.

Melissa Raposo Costa: Possui mestrado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (2007). Atualmente é professora de Língua Portuguesa e Literatura do Instituto Federal

de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte e faz doutorado em Linguagem e Ensino, na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Ensino e Aprendizagem de Língua Materna, atuando principalmente nos seguintes temas: leitura, formação de professores, relação teoria-prática. Atualmente tem interesse em análise do discurso e construção de discursos racistas.

Maria Angélica Oliveira: Possui graduação em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (1997), especialização em Leitura e Produção de Textos (1998); mestrado em Letras (2001); doutorado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (2005); pós-doutorado em Linguagem e Ensino pela Universidade Federal de Campina Grande (2021). Atualmente é professora titular da Universidade Federal de Campina Grande. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, em Língua Francesa, em Análise de Discurso e em Letramento Racial Crítico. Orienta pesquisas que se filiem ao campo dos Estudos Discursivos, dos Estudos Literários e dos Estudos decoloniais. Tem interesse na investigação de práticas de linguagem que busquem problematizar e combater a invisibilidade do lugar histórico dos sujeitos não-brancos e de seus respectivos saberes, no plano do real ou da ficcionalidade. Seu projeto atual desenvolvido no PPGLE/UFCG visa questionar as vontades de verdade da visão monocromática e ocidentocêntrica da racistocracia (VIDA, Samuel; 2022) em que vivemos que justifica e perpetua práticas intolerantes e violentas. Atualmente é pós-doutoranda do PÓSCRÍTICA/UNEB.

Mestiçagens do processo ibérico e brasileiro: Al-Andalus, (im)permeabilidade linguística como paradigma geopolítico e colonialidade

*Miscegenations of the Iberian and Brazilian process:
Al-Andalus, linguistic (im)permeability as a geopolitical
paradigm and coloniality*

Gabriel D. Gruber
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
gabriel.dgruber@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6487-4223>

RESUMO

O presente artigo propõe repensar a categoria da linguagem perante seu papel na geopolítica da formação dos Estados-nações Brasil e Portugal. Para isso, dissertamos a respeito das categorias de contatos linguísticos propostas por Zinkhahn Rhobodes (2015) em contraste com a perspectiva de DeGraff (2005) sobre a não excepcionalidade do processo de *crioulização*. Adotamos o giro decolonial como metodologia e imperativo ético de fugir do eurocentrismo científico-cultural, de modo que buscamos redimensionar a importância africana no processo da língua brasileira “cultura” e da língua portuguesa. Para tanto, a importância científico-cultural e o apagamento da ocupação muçulmana em Al-Andalus são tratados como paradigmas linguísticos.

Palavras-chave: permeabilidade linguística; Península Ibérica; geopolítica; lusofonia.

ABSTRACT

This article proposes to rethink the category of language within the geopolitics context of nation-states formation in Brazil and Portugal. To this end, the categories of linguistic contacts by Zinkhahn Rhobodes (2015) and its contrast with the perspective of DeGraff (2005) on the non-exceptionality of the creolization process will be analyzed. Employing the decolonial turn as both a methodological and ethical imperative to escape scientific-cultural Eurocentrism, we seek to resize the African importance in the process of the “educated” Brazilian and Portuguese language. Therefore, the scientific-cultural importance and the erasure of the Muslim occupation in Al-Andalus is treated as a linguistic paradigm.

Keywords: linguistic permeability; Iberian Peninsula; geopolitics; lusophony.

INTRODUÇÃO

A língua é compreendida, há muito, como algo além da estrutura. O fator identitário e ideológico dela está incrustado em suas formalizações científicas e, recentemente, novos desdobramentos têm sido requeridos ao verificarmos, de modo cada vez mais explícito em estudos, seu papel ontológico (Hauck, 2023; Severo; Buzato, 2023; Fanon, 2008; Mignolo, 2003) e epistêmico (Gonzales, 1988; hooks, 2007; Asante, 1988; Xakriabá, 2018).

Em busca de uma revisão decolonial de bibliografias, metodologias e conceitos do percurso da ciência linguística, dissertaremos, no primeiro tópico, sobre o papel geopolítico não somente da língua, mas do conceito de linguagem¹. Neste artigo, atravessaremos o período pré-colonial em disputas na Península Ibérica até o desenrolar das invasões e dos tráficos humanos, passando pela colonialidade remanescente e florescente na contemporaneidade. Para isso, lidaremos especialmente com a prefiguração identitária dos participantes em um processo misto de descrição (o que é), que se torna prescrição (o que deve/precisa ser), da competência gramatical. Por fim, analisaremos a ideologia embutida em tal articulação e suas consequências.

Na segunda etapa, serão destrinchadas as categorias de afetação² nos contatos linguísticos de acordo com Zinkhahn Rhobodes (2015). Elas serão colocadas em contraste com a perspectiva da natureza mestiça das línguas e a constante necessidade de contenção da exposição dessa característica por meio de agentes ideológicos. Com tal fim, abordagens de leituras históricas desses processos serão exploradas desde a *crioulização* quanto à contínua mudança do português europeu até a crítica a ambas pela reprodução de racismos epistêmicos.

Já no terceiro tópico, trabalharemos o apagamento epistêmico proposital da influência de Al-Andalus na formação cultural, científica e linguística da Península Ibérica e, em especial, da língua portuguesa arcaica. Nesse sentido, a influência moura e árabe comprimida em um reducionismo é vista como mais um fator da longa herança perniciosa das disputas de poder que usam a “linguagem” como instrumento.

¹ Aqui, é válido comentar as importantes relações glotopolíticas discutidas por Luís Kandjimbo (2022) e especialmente por Louis-Jean Calvet (1974).

² Leia-se, com isso, as categorizações dos tipos de resultados advindos de contatos gradativos, o quanto elas se afetam nesse processo.

Consequentemente, buscaremos questionar a natureza da percepção e da categorização da linguagem como signo de poder e disputa, para recondicionar a linguística em uma empreitada ética.

Como caminho metodológico, além de contar com as ferramentas críticas de uma análise teórica analítica e diacrônica sobre a linguagem lusófona e seus contatos, por se tratar de um texto dedicado à crítica decolonial, decidimos ter coerência em nossa forma de redação acadêmica:

Gostaria já agora de insistir na minha recusa a certo tipo de crítica de natureza cientificista que, no mínimo, sugere ausência de rigor na maneira como discuto os problemas e na linguagem ou na sintaxe “demasiado” afetiva que uso. A paixão com que conheço e com que falo ou escrevo não diminuem em nada o compromisso com que *denuncio* ou *anuncio*. Eu sou uma inteireza e não uma dicotomia. Não tenho uma parte de mim esquemática, meticulosa, racionalista, conhecendo os objetos e outra, desarticulada, impressa, querendo simplesmente bem ao mundo. Conheço com meu corpo todo, sentimentos, paixão. Razão também (Freire, 1995, p. 28).

A INVENÇÃO DA LINGUAGEM NA GEOPOLÍTICA E NA COLONIALIDADE DO PODER: O PORTUGUÊS (E O) BRASILEIRO

Onde, quando, como e por que a capacidade linguística de linguajar se metamorfoseou no que chamamos e entendemos por linguagem? Há um limite muito turvo na história da produção da ciência História sobre os limites da falácia universalista da colonialidade nas ciências e suas existências. Na histórica história colonial, o brilhantismo da bravura ibérica na intrépida tarefa de desvendar o coração místico do planeta que lhe pertencia é incutido como honra³. E o imperdoável fardo de não ter nascido branco, homem, hétero, cisgênero e europeu configura uma hamartia sem cura, apenas paliativos.

Assim como outros parâmetros questionados, levanta-se a seguinte pergunta: quais são os fatores que geram um “efeito de língua”, que traça a fronteira entre a língua(gem) e o que não é língua(gem) (Errington, 2001; Makoni; Pennycook, 2007)? Sabe-se que:

³ Neste artigo, assumiremos uma poética que denuncia a relação da produção intelectual da cisheteronormatividade, bem como da branquitude e da masculinidade.

Muitos críticos têm apontado como nossa linguística modernista da linguagem, do código e da competência defendem um mundo social unificado e homogêneo no qual a língua existe como um patrimônio compartilhado – como um artifício, precisamente, para imaginar comunidades (Pratt, 1987, p. 50).

Bagno (2011; 2013) defende que, no decorrer do tempo, há uma nítida estratégia geopolítica de “purificação” da língua portuguesa na maneira como sua história e documentação são registradas. Para o linguista, as constantes reafirmações das origens latinas do português são mais míticas e ideológicas do que genealógicas e estruturais. Para ele, a influência da Galiza na construção histórica, cultural e linguística (se há realmente divisões nítidas nessas áreas) foi conscientemente apagada:

A Galiza passou a formar parte da coroa de Castela e Leão em 1230 e a partir daí foi perdendo a sua autonomia política a favor de Castela. Esse quadro político apresenta, de um lado, a Galiza: um território sem governo próprio durante 750 anos, uma região que é em tudo tributária e dependente de um Estado central espanhol, marcado, ao longo de sua história, por uma forte política de silenciamento das identidades étnicas subestatais, de esmagamento das lutas em favor da autonomia dos povos submetidos à sua coroa e de substituição planejada das línguas locais pela língua oficial, castelhana, que deixa de ser um dialeto local, o dialeto de Castela, para receber o título nobiliárquico de “língua espanhola”. Do outro lado, literalmente do outro lado do rio Minho, fronteira natural que sempre demarcou os dois territórios, está Portugal: país independente, reino autônomo desde o século XII, Estado soberano, inimigo secular de Castela, sempre muito cioso de preservar sua liberdade política diante da vizinha Espanha, mais poderosa e maior. [...] Com isso, temos uma língua, o português, língua de um Estado soberano, e temos o galego, que sempre viveu no inferno do não-ser, porque lhe falta precisamente um Estado soberano (Bagno, 2011, p. 36).

Mignolo (2003) estabelece importante corroboração a essa tese. Ele afirma que o período em que as línguas europeias mais se propuseram a se “unificarem” ou, como Pinto (2013) sugere, se autodeclararem “unificadas/homogeneizadas” em prol de se tornarem heterogêneas entre si foi durante a colonização, em disputas territoriais do século XIII ao XX. O projeto de “inventar” sua língua, ou, pelo menos, o imaginário de que ela existe como arquétipo, amalgamou-se com a necessidade de delimitar o que uma língua devia ter para ser “mais língua” que a dos povos invadidos. Assim, mais organizada, refinada, sábia e previsível (Pinto, 2013, p. 125-126). Ainda conforme reitera Joana Pinto (2013):

[...] o discurso hegemônico que materializa o português finca raízes na invenção da nação portuguesa, e para isso esconde interações e conexões entre

falantes, homogeneizando práticas linguísticas diversificadas com o nome de “língua portuguesa” (Pinto, 2013, p. 126).

Tais discussões sobre o peso cultural da língua para a conceituação da linguagem estão sincronizadas com a formalização dos Estados-nações europeus (Mühlhäusler, 2000, p. 358). No entanto, faz-se necessário traçar a diferença entre pensar o peso linguístico da sociedade e pensar o peso social da linguística.

Para os antropólogos Bauman e Briggs (2003), a teorização da linguagem, com uma herança profundamente arraigada de três séculos de filosofia, teoria política, história, altamente europeizada, subjaz às grandes instituições de manutenção das desigualdades sociais.

O ideal forjado de uma língua “pura, neutra, autônoma, transparente e representacional” (Moita Lopes, 2013, p. 105) pressupõe a existência de seres que sintonizam tais características, tornando conceitos, como nações e Estados, com um “efeito de real” e capazes de “justificar relações de poder, possibilitando que os subalternos pareçam falar de modos que clamem pela subordinação deles próprios” (Bauman; Briggs, 2003, p. xiii). Quijano (2005) denomina colonialidade do poder tal movimento de capacidade ideológica de subjugação inerte.

Moita Lopes (2013) afirma que houve uma “purificação” da linguagem para longe de ideologias linguísticas, assim como as práticas sociais que moldaram-na. Em sua concepção, o tratamento da língua enquanto sistema autônomo só se dá “apagando o sujeito social, suas marcas sócio-históricas e ideológicas em seu corpo – e os sofrimentos ou vantagens que acarretam” (p. 105). Avancemos ainda mais ao questionarmos os parâmetros e os valores na linguística histórica a partir do pensamento sistemático linguístico.

Nesse sentido, para Deleuze e Guattari (1987, p. 8), a língua não seria sistema, mas rizoma, criando camadas altamente entrelaçadas em si. Assim, admite-se que na língua há uma “trama instável de fluxos que só ganha vida quando as pessoas e suas subjetividades e histórias são consideradas nas práticas sociais múltiplas e situadas de construção de significado em que atuam.” (Moita Lopes, 2013, p. 104).

Todavia, faz-se necessário, no revisionismo científico da extensão ilimitada da colonialidade (do poder, saber e ser), pensar os constantes perigos do antropocentrismo na criação da ética humanista:

O paradoxo é que esse humanismo emerge justamente na época de ascensão dos regimes escravocratas nas colônias europeias ao redor do planeta, com destaque nefasto para a escravização de grandes contingentes de povos africanos nas Américas. Se hoje o *establishment* jurídico internacional condena a escravidão humana – ainda não totalmente erradicada e nem resolvidas suas piores consequências como o racismo estrutural –, ainda está em disputa a condição de outros seres, animais, plantas ou mesmo fenômenos de status indefinido, como rios e montanhas (Amorim Filho, 2023, p. 108).

A economista egípcia Minouche Shafik (2021, p. 27), ao dissertar sobre os processos históricos dos contratos sociais do Norte Global ao longo da sequência da filosofia ética em Hobbes, Locke, Rousseau, afirma que “as expectativas do indivíduo e do Estado eram mínimas em comparação com as nossas: o contrato social era apenas a precondição para viver em uma sociedade livre da exploração”, o que constitui uma falácia, pois suas sociedades “tão humanistas” sacramentaram um sacrifício seletivo. Na gradação de humanos plenos (que precisam se livrar da exploração), quanto mais se afastam de tal arquétipo mais são sub-humanos (e mais passíveis de exploração), e o que ultrapassa o nível humano é mais condicionado à instrumentalização e ao sacrifício.

Krenak (2019) objetivamente declara que a denominada “humanidade” do humanismo não passa de um “clube” altamente restrito que insiste em um código de conduta que, “na maioria das vezes só limita a nossa capacidade de invenção, criação e liberdade”, e questiona: “Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados do mínimo exercício de ser?” (Krenak, 2019, p. 13-14).

O cientista linguístico Pennycook (2003) propõe abrir caminhos no pós-humanismo para expandir o que a linguagem pode ser além das restrições cognitivas e espaciais das discussões do que é humano. Severo e Buzato (2023) em *Cosmopolítica e Linguagem*, assim como Jan D. Hauck (2023), fazem uma curadoria de autores da antropologia linguística que buscam transcender as categorias eurocêntricas ao teorizar a linguagem. Alberto Acosta (2022) alerta para a imperiosa necessidade de avançar para longe do antropocentrismo que gerou as massivas extinções e os epistemicídios do Antropoceno para o sociobiocentrismo.

Localizando a colonialidade do poder na conceptualização linguística da divisão entre quem pode ter linguagem, nota-se o uso desse signo no poder de nomear, contar, analisar, medir, sentir, instrumentalizar e se deificar. Para justificar que a linguagem é sua, formalizou-se uma lista de características e qualificações de como a língua é (deveria

ser) e funciona (deveria funcionar), concomitantemente às normatizações do que o Estado é (deveria ser) e funciona (deveria funcionar).

Dentro da “língua brasileira”, se for possível pensar tal homogeneização, é muito discutido o papel das profundas raízes africanas que “crioulizaram” a língua portuguesa (Gonzalez, 1984, 1988; Bagno, 2016; Lucchesi, 2001). Enquanto isso, há ainda pouca discussão acerca da aparente estabilidade linguística purista em que a língua portuguesa se autoprotegeu em um longo apagamento do constante fluxo de mestiçagens múltiplas em sua invenção estatal, especialmente no impacto provocado pela massiva presença muçulmana no território ibérico entre os séculos VIII e XVI (Gonzalez, 1988). No próximo tópico deste artigo, discutiremos as prefigurações discursivo-ideológicas que norteiam a linguística nas “formações” imagéticas do brasileiro e do português.

PERMEABILIDADE LINGUÍSTICA NAS MISTIÇAGENS DA LINGUAGEM E A PREFIGURAÇÃO IDEOLÓGICA NOS DISCURSOS

Em sua tese, Zinkhahn Rhobodes (2015) estudou o contato linguístico entre a língua alemã e a polonesa em uma área de fronteira. Segundo sua proposta, haveria três graus de afetação em uma língua em contextos multilíngues: Durabilidade, Permeabilidade e Liminalidade (Zinkhahn Rhobodes, 2015, p. 233).

Para a linguista, no grau de *Durabilidade* “as barreiras são impermeáveis e não há, portanto, influência nos níveis fonéticos, morfológicos e sintáticos entre as línguas. A fronteira entre uma língua e outra é claramente observável” (Zinkhahn Rhobodes, 2015, p. 233-234). Sobre a categoria fronteira, a *Permeabilidade*, é dito que “se refere à porosidade observável na fronteira entre uma língua e outra”. Nessa classificação haveria nítida divisa entre as línguas, de modo que há permeabilidade, “o que permite a ultrapassagem de interferência nos níveis fonéticos, morfológicos e/ou sintáticos” (Zinkhahn Rhobodes, 2015, p. 234). Por fim, na *Liminalidade*, as barreiras entre uma língua e outra seriam claras, “a classificação e a atribuição de elementos linguísticos a uma língua ou à outra se torna difícil” (Zinkhahn Rhobodes, 2015, p. 236).

Sobre tais princípios, Mario Gaio (2017) constrói sua tese relacionando a etnicidade linguística nos processos de transculturalidade nos “brasileiritalianos” do eixo

Rio de Janeiro-Juiz de Fora. Para ele, tais gradações atingem “todos os planos da língua, desde os mais superficiais, como o lexical até os mais profundos, como as estruturas morfossintáticas” (p. 69), sendo fenômeno inerente a qualquer fronteira linguística. O linguista parte da intrínseca naturalidade entre os contatos culturais e os linguísticos em relação à religião, aos costumes, aos casamentos e aos demais contatos constantes que italianos tiveram nessa região brasileira (Gaio, 2017, p. 70).

Ainda conforme Gaio (2013; 2017), a massiva imigração de italianos poderia ser caracterizada como analfabeta/semianalfabeta e dialetófona, tendo um número irrisório de falantes da “língua oficial” da Itália. Nesse sentido, as mestiçagens linguísticas não se davam da língua italiana do século XIX com o português do século XIX, mas sim entre contatos linguísticos de uma gama de línguas do território italiano com o que podem ser definidas como “as línguas brasileiras”, sendo consideradas para a tese o brasileiro urbano, o rural e o estatal (Gaio, 2017, p. 88, 128).

Todavia, faz-se essencial analisar o discurso linguístico comum utilizado no contato linguístico entre as línguas africanas e indígenas e “a língua brasileira”. A linguista Joana Plaza Pinto (2013) aponta que há dois caminhos muito visados para interpretar esse complexo choque (quando não uma colisão) entre as línguas dos invasores e as outras. O primeiro seria a hipótese da *crioulização* que, segundo Lucchesi (2001, p. 98, 99), esse encontro teria catalisado tendências já prefiguradas no sistema linguístico do português, em que o foco da mudança seria sempre em “direção à língua-alvo: o português culto”. Já a outra hipótese seria a “mudança contínua do português europeu”, que partiria de uma maior negação de influências africanas e indígenas no português brasileiro culto (Lucchesi, 2001, p. 99).

Além de toda a problemática de pensar tais processos metodológicos, Pinto (2013) denuncia a tomada do português brasileiro culto como parâmetro e resultado. A linguista comenta que, em sua análise das ideias de Lucchesi, “as diferenças de tratamento do português do Brasil é um problema de natureza metodológica e não ideológica (ênfase no culto ou ênfase no popular)” (Pinto, 2013, p. 133).

Segundo ela, “Os limites entre descritivismo e prescritivismo são obscuros quando os discursos hegemônicos sobre a língua portuguesa ficam incólumes e as categorias sociais usadas para sustentar os alegados critérios de cientificidade não são submetidas à crítica” (Pinto, 2013, p. 129). Assim, dizer o que é o “português brasileiro” e reforçar o

que ele *deveria ser* costuma ser uma atitude altamente mesclada quando recortes não são tomados. Segundo Mariani (2004, p. 26), “as línguas são objeto de observações linguísticas e, simultaneamente, o processo de descrevê-las retifica certa imagem linguístico-cultural pré-construída”.

É só pela tomada da existência da pureza de uma “norma culta” que se pode mencionar que há uma forma dialetal, menos pura, de “norma popular”. Conforme Pinto (2013):

O plano linguístico admite metáfora hierárquica de primeira ordem: o contato entre línguas geraria **simplificação**, enquanto a deriva românica apresenta **forças**. Não precisa ir longe para perceber que essa metáfora da criouliização como simplificação das línguas está associada à metáfora de infantilização do negro. O crioulo como termo pejorativo para a população africana levada para as Américas é aplicado sem crítica às práticas linguísticas influenciadas por falantes africanos, para designar explicitamente práticas incompletas (Pinto, 2013, p. 133).

DeGraff (2005) aponta que, entre os diversos mitos sobre a linguagem, o mais perigoso é a excepcionalidade do crioulo. Segundo o autor, a ideia de uma transmissão irregular é a regra de como se dão as transmissões. Usando as categorias de Zinkhahn Rhobodes (2015), faz-se necessário questionar o parâmetro que molda a *Durabilidade*:

[...] tal atitude, que considera a diglossia como um fato realizado, uma situação estabilizada, apaga evidentemente as tensões que existem entre os funcionamentos linguísticos e a ideologia de seus funcionamentos, e mascaram os mecanismos que produziram e continuam a produzir os fenômenos tomados como objeto de estudo (Gardy; Lafont, 1981, p. 77).

As línguas e os dialetos crioulos só podem existir a partir de um oposto não crioulo. Tal plano de comparação só pode existir na dicotomia de um referencial que seja inventado enquanto puro e outros mestiços. Pinto (2013, p. 131) aponta que tais mestiçagens (ou hibridizações, como denomina) não são resultado dos processos, mas o princípio pleno da linguagem, que implica metodologias que visem a essa instabilidade natural e inventem, assim, homogeneizações que favorecem as ideologias dominantes.

A *Permeabilidade* não seria uma categoria gerada pelo contato, mas a natureza intrínseca ao processo linguístico. Assim, deve-se questionar o princípio da *Durabilidade* e sua “impermeabilidade” especialmente pensando este como um processo inventivo ideológico que busca mascarar a inerente mestiçagem de todos os fatores.

Em uma crítica a tal mito de “pureza” (antimestiça), DeGraff (2005) disserta:

Crioulos são, portanto, opostos às línguas “normais” e “regulares” (i.e., não crioulas) (ver, por exemplo, Valdman, 1978: 345; 1992: 81; McWhorter, 1998: 793, 798-99, 809-12), apenas línguas não crioulas são consideradas línguas maduras com *pedigrees* antigos, história filogenéticas profundas e estruturas linguísticas plenamente desenvolvidas” (DeGraff, 2005, p. 542-543).

A uniformidade preconizada ao teorizar sobre “língua brasileira”, “língua portuguesa” ou casos ainda mais drásticos, como “línguas africanas” e “línguas indígenas”, que “contaminam” tal constância inerte e apresentam ressonância na produção da história. Décadas atrás, Lélia Gonzalez (1988) já propalava a necessidade de pensar em uma categoria político-cultural da Amefricanidade que fizesse uma releitura dos processos históricos do passado e do presente:

A formação histórica de Espanha e Portugal se deu no decorrer de uma luta plurissecular (a Reconquista), contra a presença de invasores que se diferenciavam não só pela religião que professavam (Islã); afinal, as tropas que invadiram a Ibéria em 711 não só eram majoritariamente negras (6700 mouros para 300 árabes), como eram comandadas pelo negro general (“Gabel”) Tárik-bin-Ziad (a corruptela do termo Gabel Tárik resultou em Gibraltar, palavra que passou a nomear o estreito até então conhecido como Colunas de Hércules). Por outro lado, sabemos que não só os soldados como o ouro do reino negro de Ghana (África Ocidental) tiveram muito a ver com a conquista moura da Ibéria (ou Al-Andulus). Vale notar, ainda, que as duas últimas dinastias que governaram Al-Andulus procediam da África Ocidental: a dos Almorávidas e a dos Almôhadas. Foi sob o reinado destes últimos que nasceu, em Córdova (1126), o mais eminente filósofo do mundo islâmico, o aristotélico Averróes (Chandler, 1987). Desnecessário dizer que, tanto do ponto de vista racial quanto civilizacional, a presença moura deixou profundas marcas nas sociedades ibéricas (como, de resto, na França, Itália etc.). Por aí se entende por que o racismo por denegação tem, na América Latina, um lugar privilegiado de expressão, na medida em que Espanha e Portugal adquiriram uma sólida experiência quanto aos processos mais eficazes de articulação das relações raciais (Gonzalez, 1988b) (Gonzalez, 1988, p. 73).

Por meio da conciliação entre a citação anterior e os desdobramentos até aqui propostos, articulamos o terceiro tópico.

A articulação de Al-Andalus no processo da Ibérica

Como foi apontado por Gonzalez (1988), muito se escreve e teoriza sobre as relações raciais durante o processo da colonização e pós-invasões, mas a massiva influência ocultada pela presença negra na Península Ibérica em quase nada é relatada.

Suisse (2020) e Bezerra (2011), em materiais didáticos para graduandos em estudos linguísticos, apresentam que os séculos da ocupação árabe propagaram ciências medicinais, algébricas, físicas, culinárias, bélicas. Além disso, o moçárabe possui uma “infiltração” lexical nos desdobramentos do processo da “língua portuguesa” arcaica que permanecem até hoje.

É com pouca surpresa que reitera a origem árabe de termos como alface, alfazema, açafraão, açúcar, alecrim, algodão, alfândega, armazém, tarefa, arroba, quilate, quintal, alfaiate, almoxarife, alaúde, tambor, álgebra, algoritmo, cifra, álcool, alquimia, alambique, elixir, aljava; e regiões como Guadalajara, Guadalquivir, Medina, Almedina, Guadiana (Bezerra, 2011, p. 63-64). Isso sem mencionar sua profunda especialização em organizações filosófica e literária que floresciam amplamente, como se nota pelas interpretações que faz de Aristóteles, os escritos de Averróis, obras como *As mil e uma noites*, *Rubaiyat*, *As aventuras de Simbad*, *o marujo*, além do advento de tecnologias, como a bússola, o papel e a pólvora (Bezerra, 2011, p. 62).

Segundo as definições de Zinkhahn Rhobodes (2015), o que possuímos de descrições da influência árabe e moçárabe nas línguas ibéricas, como o castelhano, o espanhol e o português arcaico, se enquadrariam em *Permeabilidade* por conta da influência lexical. Nesse sentido, segundo Bezerra (2011), constariam mais de mil arabismos em plena circulação. O mesmo autor, citando Carolina Michaelis de Vasconcelos, escreve que “Os elementos árabes, não só numericamente, mas também quanto à sua importância, são os mais notáveis entre os não latinos da língua portuguesa” (Bezerra, 2011, p. 65). Todavia, é muito tenro pensar que em cerca de setecentos anos de intenso contato o nível da *Limialidade* não teria sido alcançado atingindo a morfossintaxe, a despeito de estratégias de *Durabilidade* do árabe e posteriormente das línguas “românicas”.

Se Bagno (2011, 2013, 2016) tem constantemente denunciado que a ligação latina é muito mais forjada do que genealógica no português e que Galiza teria uma centralidade muito maior que a história permitiu registrar, as influências na técnica e nos veículos ideológicos aderidos, como os citados, não teriam causado impacto mais profundo do que é tido? Seria possível transmitir cultura (enquanto superestrutura) sem transmitir a “lógica” ou o “pensamento” que a valida em um grau infraestrutural?

Sobre tal premissa das “profundas marcas” de Al-Andalus nas sociedades Ibéricas, como Gonzalez (1988, p. 73) menciona, faz-se necessário erigir marcos que o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel (2013) aponta às pesquisas em seu giro decolonial. Segundo seu texto, foram quatro os genocídios do século XVI que ocasionaram, concomitantemente, epistemicídios que sacramentaram o privilégio de determinar o modo certo de interpretar o mundo e o conhecimento dos homens ocidentais. O primeiro foi contra os povos muçulmanos e judeus na invasão de Al-Andalus em busca da “pureza do sangue”; o segundo, contra os povos indígenas de Abya Yala e os aborígenes asiáticos; o terceiro, contra as nações africanas traficadas e escravizadas pelo continente americano; e o quarto, contra as mulheres que difundiam o conhecimento tradicional indo-europeu na própria Europa (Grosfoguel, 2013, p. 52).

Enquanto a língua portuguesa passava por cristalização e dogmatização (em direção à *Durabilidade*), seu contato com as línguas quicongo/quimbundo (da matriz bantu) e yorubá (da matriz keto), as quais, segundo Oliveira (2011) e Da Silva (2018), tinham por natureza uma plasticidade de fruir e atualizar livremente muito maior, gerou uma experiência, ainda bastante vista, de *Permeabilidade*. Porém, segundo Bhabha (2007), a diáspora causou verdadeira mestiçagem e uma hibridização completa da língua hegemônica em expressa disrupção da construção sistêmica e sistemática de saberes, de modo que transformou o meio de autoridade colonial em algo irreconhecível. Tal aspecto se caracterizaria pela experiência de *Limialidade*, que precisava ser negada pelos agentes de patronagem ideológica da colonialidade do poder.

A filósofa bell hooks (2007) esmiúça essa temática na relação do inglês anglo-saxônico com o gullah e outras línguas, e afirma que “Mudar a maneira como nós pensamos sobre linguagem e como nós a usamos necessariamente altera a maneira como nós sabemos o que nós sabemos” (hooks, 2007, p. 862). Segundo ela, o real poder de se apropriar da mestiçagem das línguas se dá em “fabricar um espaço para produção cultural alternativa e epistemologias alternativas – diferentes maneiras de pensar e conhecer que foram cruciais para criar uma visão de mundo contra-hegemônica” (hooks, 2007, p. 860). Ainda de acordo com hooks (2007):

Nós procuramos construir um lugar para a intimidade. Incapazes de encontrar tal lugar no inglês padrão, nós criamos a fala rompida, imperfeita, desregrada do vernáculo. Quando eu preciso dizer palavras que fazem mais do que simplesmente refletir ou se dirigir à realidade dominante, eu falo o vernáculo

negro. Lá, nesse lugar, nós fazemos o inglês fazer o que nós queremos que ele faça. Nós tomamos a língua do opressor e a viramos contra ela mesma. Nós fazemos das nossas palavras uma fala contra-hegemônica, liberando-nos nós mesmos na linguagem (hooks, 2007, p. 863).

Em Al-Andalus, a experiência se deu por meio de outra natureza, pois essa estratégia não foi feita em diáspora nem para resistência de algo, mas sim no florescer orgânico da riqueza de uma cultura em movimento “estável” por séculos. Tal cenário não contradiz o fato de que em momentos de transição brusca das ocupações da península a estratégia descrita por hooks (2007) era presente em diversos graus e formas.

Segundo o professor Abdullah Al-Amar (2017), em *La presencia de Al-Kitâb de Sibawâyh en al-Ándalus y su papel en la evolución del pensamiento lingüístico andalusí*, os estudos sobre a competência e a utilização da língua árabe começaram muito antes da formalização das escolas linguísticas.

Foram quatro as clássicas escolas de estudo profundo da língua árabe: Basora, Kufa, Bagdá e a de Al-Andalus, tendo a última papel fundamental de fortalecê-la perante as influências da península (Al-Amar, 2017, p. 216-217). Nesta, houve uma fase de imitação das tendências orientais, dependendo completamente dos eruditos das outras regiões do Oriente e, posteriormente, uma fase de criação (Gogazeh, 2002, p. 43). Entretanto, a virada aconteceu quando a obra *Al-Kitâb*, de Sibawâyh, chegou a Al-Andalus, e existem várias versões sobre a maneira como essa introdução foi concebida (Al-Suyuti, 1979, p. 216; Shohaeddin, 2001, p. 298). O impacto e a influência que *Al-Kitâb* legou a todos os estudos sobre a língua árabe fez com que a escola de Al-Andalus tivesse um papel de autonomia e proeminência nas ciências linguísticas, e lhe permitiu ser chamado de o evangelho da língua árabe (Al-Amar, 2017, p. 218):

Al-Kitâb é um dos primeiros livros árabes que tratam a linguagem como um espelho no qual finalmente se refletem fenômenos, objetos e conceitos. Por isso, deve seguir as mesmas leis do pensamento e da natureza, nas quais não há exceção (Al-Amar, 2017, p. 219, tradução nossa).⁴

Alguns dos traços essenciais de seus desdobramentos linguísticos foi o método de Al-Qiyâs que consistiria “ao extrair de uma regra preexistente uma nova regra aplicável

⁴ No original: “Al-Kitâb es uno de los primeros libros árabes que tratan el lenguaje como un espejo en el que se reflejan finalmente los fenómenos, los objetos y los conceptos; por ello debe seguir las mismas leyes que el pensamiento y la naturaleza en las cuales no se puede encontrar excepción alguna”.

a um novo caso, análogo ou semelhante ao anterior”, o que “nos permite justificar a estrutura e a natureza da linguagem e provar sua conformidade com as exigências da razão”, assim o método “leva a buscar as causas de cada elemento do edifício linguístico e a demonstrar que os diversos dados estão totalmente de acordo com os princípios naturais que regem a língua” (Al-Amar, 2017, p. 218 n.t.⁵). Para tanto, a “gramática” era baseada na busca dos feitos primários e os secundários, consequências derivacionais dos primeiros (Serour, 2000, p. 90).

Outro importante efeito do *Al-Kitâb* continuou a tradição de levar a descrição exhaustiva e elemental dos fonemas e dos sons como parte fundamental daquilo que chamaríamos de “morfologia”. Para isso, Sibawâyh se deteve em um detalhamento meticuloso de forma anatômica dos pontos e modos de articulação, assim como as vibrações das cordas vocais, ou seja, categorias fora da metalinguagem europeia:

Em suma, al-Kitâb serviu de base para a construção da escola linguística andaluza, formando suas tendências, direcionando sua metodologia e provocando uma longa disputa e polêmica entre os linguistas andaluzes. Nenhum outro livro é conhecido por ter tido mais ressonância e deixado mais influência do que o livro de Sibawâyh (Al-Amar, 2017, p. 227, tradução nossa).⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma linha que precisa ser traçada entre a práxis de linguajar, isto é, a prática onto-epistêmica de pensar e ser no mundo, e a categoria teórica de “linguagem” que prefigura uma homogeneização e estabilização em um misto de prática “descritivista” e “prescritivista”. Nesse sentido, Makoni (2003) explica a criação da categoria linguagem e Quijano (2005) aponta como a criação desse signo se encaixa na colonialidade do poder, especialmente naquilo que diz respeito à criação de estratégias e métricas de justificativa de “superioridade” étnica (Pinto, 2013).

⁵ en extraer de una regla preexistente una nueva norma aplicable a un caso nuevo, análogo o similar al anterior, [...] permite justificar la estructura y la naturaleza de la lengua y probar su conformidad con las exigencias de la razón [...] lleva a buscar las causas de cada elemento del edificio lingüístico y a demostrar que los diversos datos están totalmente de acuerdo con los principios naturales que rigen la lengua

⁶ No original: “En suma, al-Kitâb ha servido como base para construir la escuela lingüística andalusí, formando sus tendencias, dirigiendo su metodología y provocando una larga disputa y polémica entre los lingüistas andalusís. No se conoce otro libro que haya tenido más resonancia y que haya dejado más influencia que el libro de Sibawâyh”.

Dessa forma, a língua brasileira culta é inventada para se autojustificar, assim como a ideologia de quem a descreve influi na descrição do processo de sua formação, pensando em uma distinção de língua pura que é mestiçada por dialetos e de dialetos que se purificam em prol de uma “organização”. Assim, cumpre a necessidade de desmentir a identidade naturalmente mestiça e híbrida que a práxis de linguajar revela constantemente.

Pode-se, então, concluir que as “influências” na di/poliglossia tem muitos de fatores que não apagam suas consequências, mas as mascaram sob um manto de reducionismo. Enquanto nas áreas fronteiriças Zinkhahn Rhobodes (2015) definia categorias de profundidade de intersecções e dinâmicas, os estudos levantados demonstram a necessidade de pensar tais categorias mais em níveis ideológicos-discursivos do que pragmáticos-fonológicos-morfossintáticos.

Sob tal ótica se questiona o “purismo” da língua portuguesa que invadiu o Brasil. Pensando a plasticidade linguística, com muitas ressalvas, podemos compará-la com o processo do cimento em uma betoneira ligada, que não se solidifica quando é colocada em movimento, mas se torna impermeável ao ser colocada de forma estática por um longo período. Aqui, reclamamos que essa betoneira está ao ar livre e aberta, o que faz toda forma de substância adentrar sua boca e se misturar à massa, pois o contexto e as condições externas são incessantemente dinâmicas até em graus microscópicos e invisíveis (como os efeitos atmosféricos e gasosos).

Reclamamos, conjuntamente, que o cimento não foi preparado com o propósito de ser usado em alguma construção, mas sua principal função e sentido de existência está nessa betoneira, a qual nunca desliga completamente, a não ser pela morte daquela prática de linguajar, único parâmetro em que a inércia da estática é possível. Pretendemos comprometer os princípios colonializantes do ponto neutro imóvel e desterritorializado que geraram a compreensão de cristalização linguística. Compromete-se também o princípio da substância “não mestiça” e de sua função para um ambiente desligado de sua dinâmica ontológica.

Explorando uma das dinâmicas de contato que passam por grande reducionismo, isto é, considerando elementos unicamente lexicais, foi dissertado sobre a potência que Al-Andalus e a presença africana e árabe tiveram por cerca de sete séculos na Península Ibérica. A proeminência científica-literária-filosófica dessa região foi obliterada em um

epistemicídio pensado, tal qual foi registrado a respeito dos saberes e dos modos de ser consubstanciais das línguas africanas em diáspora e indígenas em extermínio (Grosfoguel, 2013).

É válido mencionar que Al-Andalus foi também um polo de estudos linguísticos em profusão que organizava o que a linguagem deveria e poderia ser em modos fora de parâmetros e instrumentos europeizantes. Assim, tais estudos, métodos e conhecimentos podem ter atravessado as barreiras permeáveis por outros veículos culturais englobados, gerando uma mestiçagem e hibridização pouco visada em níveis mais infraestruturais do que aqueles denotados pelos filtros ideológicos que buscavam a sacramentoção de sua “pureza” lusa.

Em busca da reformulação de um humanismo em que caibam todos os humanos e as vidas que extrapolam tal categoria, a ciência se vê em uma encruzilhada: usar paliativos para suas diversas fissuras, fraturas e desmoronamentos por conta de uma infraestrutura comprometida ou abertamente se redimensionar perante o desafio do giro decolonial aliado no rizoma.

REFERÊNCIAS

AL-AMAR, Abdullah. La presencia de Al-Kitâb de Sibawâyh en al-Ándalus y su papel en la evolución del pensamiento lingüístico andalusí. *Jordan Journal of Modern Languages and Literature*, v. 9, n. 3, p. 215-232, 2017.

AMORIM FILHO, Pedro. Políticas polirrítmicas: o mundo é composto como música, mas não é uma sinfonia. In: BUZATO, M. E. K.; SEVERO, C. G. (Orgs.). São Paulo: Letraria, 2023. p. 96-114. Disponível em: <https://www.lettraria.net/wp-content/uploads/2023/07/Cosmopolitica-e-linguagem-Letraria.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

ASANTE, Molefi Kete. *Afrocentricity*. Trenton: Africa World Press, 1988.

BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico*. 56 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

BAGNO, Marcos. O português não procede do latim. Uma proposta de classificação das línguas derivadas do galego. *À busca do tesouro*, n. 191, p. 34-49, 2011.

BAGNO, Marcos. Do galego ao brasileiro, passando pelo português: criouliização e ideologias linguísticas. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). *O Português no Século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola, 2013, p. 319-338.

BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles L. *Voices of Modernity: Language Ideologies and the Politics of Inequality*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BEZERRA, Antônio Ponciano. A reconquista cristã da Península e a Constituição do reino português. In: *A História da Língua Portuguesa*. São Cristóvão: CESAD, 2011, p. 65-73.

CALVET, Jean-Louis. *Linguistique et Colonialisme, petit traité de glottophagie*. Paris: Payot, 1974.

DEGRAFF, Michel. Linguists' Most Dangerous Myth: The Fallacy of the Creole Exceptionalism. *Language in Society*, v. 34, n. 4, p. 533-591, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *A Thousand Plateaus: Capitalism and Schizophrenia*. Trad. B. Massumi. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1987.

ERRINGTON, Joseph. Colonial Linguistics. *Annual Review of Anthropology*, v. 30, p. 19-39, 2001.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. R. Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GAIO, Mario Luis Monachesi. *Etnicidade linguística em movimento: os processos de transculturalidade revelados nos brasileiro-italos do eixo Rio de Janeiro-Juiz De Fora*. 2017. 303 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Estudos Aplicados da Linguagem, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/3678/2017-04-03%20tese%20mario%20gaio%20-%20versao%20final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 jun. 2023.

GARDY; Phillipe; LAFONT, Robert. La diglossie comme conflit: l'exemple occitan. *Languages*, n. 61, p. 75-91, 1981.

GOGAZEH, Ziyad Mohammad. *Aspectos del pensamiento lingüístico árabe clásico según Ibn Djinnî*. PhD diss., Sevilla, 2002.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da Amefricanidade. 1988. In: *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Coletânea organizada e editada pela UCPA – União dos Coletivos Pan-Africanistas. São Paulo: Diáspora Africana, 2018, p. 321-334.

GROSFOGUEL, Ramon. Racismo/sexismo epistémico, universidades occidentalizadas y los cuatro genocidios/epistemicidios del largo siglo XVI. *Tábula Rasa*. Bogotá –

Colombia, n. 19, p. 31-58, jul.-dez., 2013. Disponível em: <http://www.revistatabularasa.org/numero-19/02grosfoguel.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2016.

HAUCK, Jan David. A linguagem de outro jeito: as naturezas linguísticas e o desafio ontológico. In: BUZATO, M. E. K.; SEVERO, C. G. (Org.). *Cosmopolítica e Linguagem*. São Paulo: Letraria, 2023, p. 41-76. Disponível em: <https://www.letraria.net/wp-content/uploads/2023/07/Cosmopolitica-e-linguagem-Letraria.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

hooks, bell. Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 3, p. 857-864, 2007.

KANDJIMBO, Luís. Das rivalidades linguísticas à geopolítica crítica. *Jornal de Angola*, Luanda, 10 de julho de 2022. Opinião. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/das-rivalidades-linguisticas-a-geopolitica-critica/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEVERO, Cristine; BUZATO, Marcelo El Khouri. In: BUZATO, M. E. K.; SEVERO, C. G. (Org.). *Cosmopolítica e Linguagem*. São Paulo: Letraria, 2023, p. 129-142. Disponível em: <https://www.letraria.net/wp-content/uploads/2023/07/Cosmopolitica-e-linguagem-Letraria.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil (1500-2000). *Delta*, São Paulo, v. 17, p. 97-130, 2001.

MAKONI, Sinfree. From Misinvention to Desinvention of Language: Multilingualism and the South African Constitution. *Black Linguistics: Language, Society and Politics in Africa and the Americas*. Org. MAKONI, Sinfree. et al. New York: Routledge, p. 132-151, 2003.

MAKONI, Sinfree; PENNYCOOK, Alastair. Disinventing and Reconstituting Languages. In: MAKONI, Sinfree; PENNYCOOK, Alastair. (Org.). *Disinventing and Reconstituting Languages*. Clevedon, UK: Multilingual Matters, p. 1-41, 2007.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar*. Trad. S. R. Oliveira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Como e por que teorizar o português: recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos e em tempos híbridos de globalização cultural. In: *O Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola Editora, 2013.

MÜHLHÄUSLER, Peter. Language Planning and Language Ecology. *Current Issues in Language Planning*, v. 1, n. 3, p. 306-367, 2000.

OLIVEIRA, Eduardo David. Epistemologia da ancestralidade. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação RESAFE*, n. 17, 2011. Disponível em: https://filosofiaafricana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/eduardo_oliveira__epistemologia_da_ancestralidade.pdf. Acesso em: 16 maio 2018.

PRATT, Mary Louise. Linguistic Utopias. In: FANN, N.; ATTRIDGE, D.; DURANTI, A.; MCCABE, C. (Org.). *The Linguistics of Writing*. Manchester: Manchester University Press, 1987.

PINTO, Joana Plaza. Prefiguração identitária e hierarquias linguísticas na invenção do português. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). *O Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola Editora, 2013, p. 120-143.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

SEROUR, Salah. Lingüística y literatura árabe. *Actas de las I Jornadas de lingüística y literatura árabes*, 29-30 noviembre, en Vitoria, España, 2000.

SHAFIK, Minouche. *Cuidar uns dos outros: um novo contrato social*. São Paulo: Intrínseca, 2021.

SHOHAEDDIN, Shojaeddin. *De Persia a la España Musulmana: la historia recuperada*. Huelva: Universidad de Huelva, 2001.

SUISSE, Abdelilah. Aspectos importantes do legado árabe na língua portuguesa. *Língua-lugar: Literatura, História, Estudos Culturais*, n. 2, p. 42-59, 2020.

XAKRIABÁ, Célia Nunes Corrêa. *O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada*. 2018. 218 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) – Universidade de Brasília, 2018.

ZINKHAN-RHOBODES, Dagna. Polônês e alemão em contato. Uma abordagem da aplicação do conceito de limite na análise linguística. *Cadernos de Letras da UFF*, n. 53, 2015.

Recebido em: 02/05/2024

Aceito em: 09/06/2024

Gabriel D. Gruber: Mestre em Linguística pelo IEL/UNICAMP (com ênfase em línguas indígenas brasileiras), é licenciado em Letras Português, Letras Inglês e é bacharel em

Teologia (com ênfase em tradução da literatura sacra do hebraico e grego antigo), e pós-graduando em Tradução. Atua como professor concursado da rede municipal de ensino de Monte Mor (SP).

Mudanças de enquadre e *footing* em respectivas falas-em-interação social de abusador e vítima

Changes of frame and footing in respective social talks-in-interaction of abuser and victim

Jean Ignacio Lima
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
prof.jeanignacio@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6365-8067>

RESUMO

A partir do aporte teórico-metodológico da Sociolinguística Interacional - SI (Ribeiro; Garcez, 2013) e (Gumperz, 2020), este escrito visa a investigar a organização da interação entrevistador-vítima e entrevistador-abusador quanto às denúncias e acusações de abusos sexuais cometidos por João de Deus. Mobilizando conceitos fundamentais da SI, como enquadre e *footing*, a investigação interacional é composta de dois trechos transcritos de duas reportagens distintas, reunidas em um mesmo vídeo¹ intitulado “Vídeos da Década de 2010”. Apoiando-se na análise das interações das quais médium e vítima participam em suas respectivas entrevistas, frente à dinâmica da coconstrução interacional, a autodefesa de João de Deus, na época da pré-condenação, já se punha à prova.

Palavras-chave: Sociolinguística interacional; Fala-em-interação; Entrevistas.

ABSTRACT

Based on the theoretical-methodological contribution of Interactional Sociolinguistics - SI (Ribeiro; Garcez, 2013) and (Gumperz, 2020), this paper aims to investigate the organization of the interviewer-victim and interviewer-abuser interaction regarding complaints and accusations of sexual abuse committed by João de Deus (John of God). Mobilizing fundamental concepts of IS, such as frame and footing, the interactional investigation consists of two excerpts transcribed from two different reports, found in the same video entitled “Videos of the 2010 Decade”. Based on the analysis of the interactions in which medium and victim participate in their respective interviews, due to the co-construction of the interactional event, João de Deus's self-defense, in the pre-conviction period, was already being put to the test.

Keywords: Interactional sociolinguistics; Talk-in-interaction; Interviews.

¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LXmAVkOMlic>>. Acesso em: 15 dez. 2023.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, objetiva-se mapear as pistas de contextualização da fala-em-interação de Camila – em entrevista concedida ao programa brasileiro de reportagem “Fantástico” – e de João de Deus – ao programa australiano “60 minutes”. A partir da análise das interações, pelo escopo da Sociolinguística Interacional (Ribeiro; Garcez, 2013) e (Gumperz, 2020), bem como pelos estudos de sistemáticas de tomada de turnos propostos por Sacks, Schegloff e Jefferson ([1974] 2003), observam-se a organização do relato de abuso sofrido por Camila e a réplica do abusador por meio da fala-em-interação em entrevistas de programas de televisão distintos.

São de conhecimento nacional e internacional, atualmente, os crimes cometidos pelo médium brasileiro João de Deus. Aqueles relacionados a abusos sexuais, especialmente, tiveram grandes repercussões pelas mídias afora. As denúncias começaram a ser formalizadas em 1973, porém o médium foi condenado pelos seus crimes somente em 2019.

Suas vítimas eram mulheres (de menor idade até 60+ anos²) que optaram pelo silêncio por autoproteção e, só a partir do encorajamento ao verem outras se manifestando publicamente, os números de denúncias formalizadas de abusos sexuais se apresentaram exponencialmente. Camila, na época, tinha 16 anos de idade e foi abusada na presença de Augustinho, seu pai, que não pôde fazer nada sob pressão da cura não se concretizar, caso ele observasse o procedimento. Então, durante o abuso, Augustinho permaneceu no local, mas de costas.

Esta investigação parte da hipótese de que, em relação ao alinhamento requerido pelo enquadre proposto de entrevista, há atravessamentos de diferentes alinhamentos (*footing*) por parte dos entrevistados. Contudo, somente em uma das interações, a ocorrência de traços de mais de um *footing* em interação implica a não concretização do evento de fala.

Frente a passagens consentidas de turno, um dos participantes o abandona e se alinha ao *footing* de “agressor”, atacando verbalmente seu interlocutor e rompendo com

² Reportagem acerca do caso João de Deus, com a descrição etária das vítimas, tipos de abusos e alguns breves relatos. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/especiais/abusos-da-fe-or-um-ano-do-caso-joao-de-deus>>. Acesso em: 01 set. 2024.

a coconstrução. Logo, o ato interacional não se conclui, pois essas transgressões violam a etiqueta interacional e o contrato demandados pelo evento de fala entrevista.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Nesta seção, objetiva-se abordar alguns conceitos basilares da SI (Sociolinguística Interacional) que dão subsídios ao tratamento das interações as quais se propõe esta investigação. Abordam-se, portanto, noções acerca de evento de fala, de organização da fala-em-interação institucional, de etiqueta interacional, de esquemas de conhecimento e de pistas de contextualização, assim como enquadre e *footing*.

Pode-se considerar que a SI (Sociolinguística Interacional) se inclina aos estudos da diversidade linguística pela perspectiva da competência comunicativa. Ela é relativa às questões interacionais da comunicação; enquanto a competência gramatical, às características estruturais da língua. Interessa à SI observar como as interações entre dois ou mais atores podem ser descritas e sistematizadas em análises que têm por objetivo:

(...) mostrar como os indivíduos que participam em tais interações usam a fala para alcançar seus objetivos comunicativos em situações de vida real, concentrando-se no processo de atribuir sentido e nas assunções tácitas que subjazem a negociação de interpretações compartilhadas (Gumperz, 2020, p. 81, grifos nossos).

Gumperz (2020) revalida a fala de Hymes (1974) sobre a competência gramatical enfocada nos estudos sociolinguísticos, no período após a II Guerra Mundial, quando este sustenta críticas sobre a incapacidade de oferta de testes empíricos, na época, sobre a hipótese de Sapir-Whorf quanto à relação entre linguística e variabilidade social, histórica e cultural. Segundo Hymes (1974), os estudos de interface língua-sociedade se enviesavam pela perspectiva estrutural, e não contemplavam a dimensão discursiva-interacional da comunicação.

Com a consolidação da Sociolinguística Variacionista questões acerca de variação e mudança tornam-se objetos de estudo, cujos esforços se direcionam para a observação de fenômenos sociais nos eixos estruturais da língua. Embora a perspectiva se proponha a considerar a influência de certas ocorrências de cunho social no sistema linguístico, são

privilegiados, ainda, os trabalhos descritivo e analítico direcionados pela competência gramatical, conforme aponta Hymes:

A principal issue is the relation seen between structure and freedom, or, from another point of view, between structure and human nature. To put it in grossly simplified form: in seeking structure, Saussure is concerned with the word, Chomsky with the sentence, the ethnography of speaking with the act of speech (Hymes, 2010 [1974], p. 90).

Pelas palavras de Gumperz (2020), Hymes

clamou por novas abordagens analíticas que respondessem tanto por funções quanto por estruturas. Para serem empiricamente replicáveis, argumentou ele, as pesquisas devem focar em situações específicas de fala, definidas como eventos de fala culturalmente estruturados e interacionalmente constituídos, em vez de procurar explicar a fala como diretamente refletindo as normas, as crenças e os valores das comunidades tratadas como conjuntos estruturais hipoteticamente homogêneos e descorporificados (Gumperz, 2020, p. 81, grifo nosso).

A partir dos parâmetros ressaltados acima, a SI molda suas perspectivas de pesquisa, situando suas investigações em interações heterogêneas e corporificadas em eventos reais de fala entre dois ou mais atores. Ressalta, portanto, seu real interesse pela sistematização e pela organização da fala-em-interação praticada em determinadas situações de comunicação.

Considera-se evento de fala tipos de interações mais ou menos cristalizadas das quais emergem traços socioculturais de práticas comunicativas de atores em determinadas situações de interlocução.

A noção de evento de fala de Roman Jakobson foi adotada como uma análise comparativa intermediária de nível mais empiricamente acessível para fazer a ponte entre o social e o local. Eventos, como salienta Hymes, constituem unidades de interação por meio das quais a fala pode ser examinada em relação aos significados linguísticos estabelecidos (Gumperz, 2020, p. 81-82).

O evento de fala, assim, constitui-se de pressões pragmático-discursivas que sobredeterminam os significados linguísticos provenientes de situações de comunicação específicas. Algumas dessas situações, em decorrência de repetições social e culturalmente marcadas, prototipificam etiquetas interacionais que orientam os eventos de fala.

A entrevista, evento com o qual este escrito trabalha, é, justamente, um modelo de fala institucional com um padrão organizacional e uma estrutura interacional relativamente estáveis.

A ORGANIZAÇÃO DA FALA-EM-INTERAÇÃO INSTITUCIONAL

A etiqueta interacional é compreendida pelo conjunto de normas com as quais os falantes lidam tacitamente na interação. Elas são de base linguístico-discursiva, estabelecidas por determinados falantes e em determinados contextos socio-históricos. Por meio delas, a interação é regida por informações culturais e sociocontratuais que “podem ser mais prontamente obtidas, em vez de serem construídas a partir de noções generalizadas que, em sua própria natureza, são noções deslocadas da fala” (Gumperz, 2020, p. 82). Portanto, diferentes tipos de evento de fala vão demandar diferentes padrões interativo-comportamentais.

Em se tratando do evento de fala entrevista, há diferentes mecanismos sociocontratuais intrínsecos que o configuram, desde a sua sistemática organizacional até seus constituintes interacionais. Esses aspectos, pelos quais os eventos se orientam, são mais/menos formal ou informal, monitorado ou não monitorado linguisticamente, assim como, em certos casos, roteirizados ou não roteirizados, tal como as entrevistas.

Os trechos transcritos³ são característicos da interação institucional, pois “a identidade institucional ou profissional dos participantes de alguma forma se faz relevante para as atividades de trabalho nas quais estão engajados” (Drew; Heritage, 1992, p. 4 *apud* Garcez, 2002, p. 57). Em ambos, na reportagem nacional do programa “Fantástico” e no registro internacional do programa “60 minutes”, os repórteres estão engajados em suas respectivas interações, com objetivos comunicativos específicos, entre os quais está o de fazer-saber, cujo propósito recobre a instância cidadã.

A entrevista também se apresenta como fala institucional, devido à sua composição interacional. Nesse evento, a fala é mais monitorada em relação ao nível linguístico (quanto aos programas mencionados, de modo mais formal) e à sua

³ Ressalta-se, em princípio, que a fala-em-interação de uma das entrevistas trabalhadas neste escrito (entrevista de João de Deus em programa de televisão australiano) – embora seja transcultural (repórter australiano – médium brasileiro) – não apresenta ruídos quanto à interpretação dos atos de comunicação.

distribuição de turnos, “fala-um-de-cada-vez” (Sacks, Schegloff e Jefferson, [1974] 2003). A partir, portanto, de esquemas de conhecimento (Tannen; Wallat, 2013) – que possibilitam que os falantes compartilhem expectativas quanto aos domínios informacionais e aos saberes metainteracionais –, os participantes realizam seus atos comunicativos.

Outro componente importante que integra a interação são as pistas de contextualização. Elas se definem por indícios que são monitorados simultaneamente:

Quando conversam com outras pessoas, os falantes sempre monitoram o relacionamento mútuo na interação, que envolve não só o uso de palavras em seus sentidos literais, mas a produção, a recepção e a interpretação de outros indícios identificáveis, que são sistematicamente utilizados para o preenchimento de concepções funcionais na interação. Estes indícios são as pistas de contextualização (Gumperz, [1982] 2002), que devem ser de conhecimento dos participantes para que se configurem como sinalizadores conjecturais (Souza; Bastos; Pereira, 2015, p. 495-496).

As pistas realizam-se, assim, por indícios que sinalizam aos participantes, de modo mútuo, como a mensagem deve ser interpretada. “Em outras palavras, o falante, ao realizar uma atividade de fala, sinaliza pistas contextuais a partir das quais ele pretende que o interlocutor interprete aquela atividade” (Souza; Bastos; Pereira, 2015, p. 496). As pistas sinalizam, na interação, o estabelecimento e a negociação de dois mecanismos interacionais relacionáveis. Eles dizem respeito à situação de comunicação e ao alinhamento dos falantes: o enquadre e o *footing* assumidos por eles na interação.

ENQUADRE E *FOOTING*

Quando se comunicam, os falantes produzem e recebem pistas de contextualização pelas quais as mensagens são interpretadas e consideradas. Nesse sentido, o enquadre interativo e o *footing* assumidos pelos falantes constituem-se como elementos interativo-comportamentais fundamentais exercidos em determinados eventos de fala.

A noção de enquadre formulada por Gregory Bateson, cujo desdobramento se estende ao desenvolvimento do conceito de *footing* (Goffman [1979], 2013), compreende uma metamensagem contida nos enunciados de interação face a face:

em outras palavras, o enquadre formula a metamsagem a partir da qual situamos o sentido implícito da mensagem enquanto ação. Goffman afirma que, em qualquer encontro face a face, os participantes estão permanentemente propondo ou mantendo enquadres que organizam o discurso e os orientam com relação à situação interacional (Goffman, 2013, p. 107).

A partir dos enquadres, os participantes guiam seus atos de comunicação de modo a: (i) manter a proposta interativa de seu interlocutor ou (ii) rejeitá-la, rompendo ou propondo um novo enquadre interativo. Em ambos os casos, os participantes se valem de produção e recepção de pistas de contextualização que constituem o enquadre aceito ou rejeitado na interação comunicativa. Por reforço de esquemas de conhecimento metainteracionais, os atores “Indagam sempre ‘onde, quando e como se situa esta interação?’, em outras palavras, ‘O que está acontecendo aqui agora?’ (Goffman, 2013, p. 107).

Desse modo, o jogo interativo que rege a troca face a face se estrutura de forma dinâmica, com propostas de enquadres interativos que se arranjam e desarranjam de acordo com os atos e objetivos comunicativos dos participantes. As metamsagens contidas nos enquadres balizam a interpretação das interações, levando os participantes a colocarem em ação esquemas de conhecimento metainteracionais e a questionarem “que jogo está sendo jogado aqui e agora?” (Tannen; Wallat, 2013).

Se por um lado pergunta-se, na dinâmica interacional dos enquadres, “que jogo está sendo jogado”; por outro, “como jogamos o jogo” orienta o conceito de *footing* que “representa o alinhamento, a postura, a posição, a projeção do ‘eu’ de um participante na sua relação com o outro, consigo próprio e com o discurso em construção” (Goffman, 2013, p. 107).

Os enquadres e os *footing* são relacionáveis, pois estes correspondem ao alinhamento dos participantes e aqueles, à adequação, à aderência ou à rejeição à interação em proposta. Quando um enquadre é proposto por um participante a outro, um alinhamento também o é. Ou seja, espera-se que o interlocutor assumo o *footing* solicitado para determinado enquadre em acontecimento interativo.

A não aderência ao alinhamento proposto pode ocasionar a mudança de enquadre interativo. Assim, é sustentado por Goffman (2013) que, quando o enquadre é rejeitado, o alinhamento requerido não foi aceito pelo interlocutor, pois

uma mudança de *footing* implica uma mudança no alinhamento que assumimos para nós e para os outros presentes, expressa na maneira como conduzimos a produção ou a recepção de uma elocução. Uma mudança de *footing* é um outro modo de falar de uma mudança em nosso enquadre dos eventos (Goffman, 2013, p. 113, grifo nosso).

Os enquadres são propostas interativas nas quais as metamensagens particularizam a interpretação das mensagens face a face. Se o *footing* de determinado falante se alinha ao enquadre proposto, a interação tende a ser bem sucedida em termos de continuidade do evento. Contudo, quando o alinhamento requerido é rejeitado, o resultado é a mudança no enquadre proposto.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa, de natureza qualitativa, tenciona examinar os efeitos de sentido da interação de sujeitos contextualizados em um acontecimento discursivo de grande escala social (nacional e internacional), cuja temática envolve crimes diversos, em especial, casos de abusos sexuais revestidos de práticas de cura pelo médium brasileiro João de Deus.

O *corpus* selecionado é composto de dois trechos transcritos de duas reportagens distintas, que foram reunidas em um mesmo vídeo do canal do *Youtube* intitulado “Vídeos da Década de 2010”. A (i) trata-se da interação em entrevista de uma das vítimas do médium no programa de televisão brasileiro “Fantástico”; e a (ii), da interação em entrevista de João de Deus no programa australiano “60 minutes”.

A partir do escopo da Sociolinguística Interacional, analisam-se trechos de fala-em-interação, observando como as mudanças de enquadre e *footing*, na coconstrução do evento, compõem a sistemática interacional das entrevistas sobre as acusações de abusos sexuais cometidos por João de Deus antes de sua efetiva condenação.

FALA-EM-INTERAÇÃO INSTITUCIONAL NAS ENTREVISTAS

Conforme dispostas acima, as características da fala institucional correspondem a maior grau de monitoramento e planejamento em relação à fala cotidiana. Os trechos propostos para análise interacional abaixo se orientam, de modo a investigar as mudanças

de enquadre e *footing*, a partir de duas entrevistas dos programas “Fantástico” e “60 minutes”.

O programa de reportagem “Fantástico” é transmitido pela Rede Globo no Brasil. No ar desde 1973, ele reúne jornalismo, denúncia, esporte, humor, música, dramaturgia e ciência. Em cada momento do programa, um enquadre é proposto – o que o torna bem variado quanto à sua programação.

O primeiro trecho proposto abaixo foi transmitido pelo programa em 2008. Trata-se de uma entrevista que ocorre durante a reportagem sobre os crimes de abusos sexuais cometidos por João de Deus. A fala descrita apresenta a interação da entrevistadora do programa, com uma das vítimas do médium (Camila, que foi abusada, na época, com 16 anos de idade), acompanhada de Augustinho (pai da vítima).

Tabela 1: Reportagem 1 (trecho: 1.09) – Uma das vítimas de João de Deus, em entrevista exibida no Brasil pelo programa Fantástico.

01	Camila	,falou comigo que eu ia ser curada,
02		,que era pra eu rezar,
03		,Eu fiz isso,
04		e ele ((João de Deus)) começou a passar a mão em mim.
05		passou a mão no meu pe:ito na minha vagina no meu bumbu:m.
06		eu nu/
07		,eu tava confusa sabe,
08		,eu num tava entendendo,
09		eu chorava mu:ito.
10		e ele ((João de Deus)) falou assim “calma isso faz parte do tratamento” “isso faz parte da cura”
11	Augustinho	nela chorar eu pensava que ela tava recebendo uma cu:ra
12		,eu nunca podia imaginar que tava na mão de um bandido,
13	Camila	quando ele pegou minha mão e colocou nele (0.4)
14		,eu vi que tinha alguma coisa errada,
15		por que que ele tava fazendo aquilo eu não sabia.
16	Entrevistadora	,ele pegou tua mão e colocou onde nele,
17	Camila	,no pênis dele no órgão dele,
18	Entrevistadora	,seu pai tava a quantos metros de distância,
19	Camila	>pouco< (INC) >tava perto muito perto.
20	Augustinho	,do meu lado e eu não pude fazer nada

Fonte: Autor

Camila Correia Ribeiro e seu pai foram à Casa (local onde se realizavam as curas), em busca de ajuda devido à síndrome do pânico que ela sofria. Na época, Camila tinha 16 anos de idade. Quanto à entrevista descrita acima, todos os participantes da interação apresentam conhecimento quanto à etiqueta interacional demandada pelo evento de fala. Isso pois, pela distribuição de turnos, os falantes aderem à organização “fala-um-de-cada-vez” (Sacks, Schegloff e Jefferson, [1974] 2003), resultando na ausência de falas sobrepostas.

O enquadre proposto é o de entrevista, portanto, os *footing* assumidos pelos participantes são de “entrevistador” e “entrevistado”. É possível observar que – embora o enquadre proposto demande um *footing* mais linear, racional e objetivo – o tema, por ser muito sensível, apresenta um duplo *footing* de Camila: o de “entrevistada” e o de “vítima” (por sua condição frente ao ocorrido). Em termos de alinhamento para “entrevistada”, a organização interacional e a obediência à etiqueta interativa demonstram a simetria entre enquadre proposto (entrevista) e o *footing*, conseqüentemente, requerido (entrevistada).

Contudo, é possível observar, por meio de algumas pistas interacionais – nas linhas (05) e (09), com os alongamentos de som; na linha (06), com a autointerrupção e na linha (13), com o tempo de silêncio – que o *footing* “vítima” é presente junto ao de “entrevistada” no enquadre entrevista proposto. O *footing* vítima pode ser vinculado a essas pistas, pois elas reforçam o efeito dano no significado metainteracional contido na interlocução entre Camila e entrevistadora.

Pela mesma perspectiva, a proposta que solicita a Augustinho o alinhamento de “entrevistado” é aceita. Ele também coopera, adequadamente, na construção da interação, projetando dois *footing* devido ao trauma vivido pela filha: o de “entrevistado” e o de “pai”. Ambos se atravessam na interação.

Ao mesmo tempo em que assume o *footing* de “entrevistado”, na linha (11), Augustinho relata, com certa ênfase pelo alongamento sonoro, que estava convencido de que o estado emocional de sua filha, no momento do abuso, justificava-se devido à cura que ela, supostamente, estava recebendo. Tal como na linha (20), ele transpõe a culpa de não ter conseguido proteger a filha dos abusos sofridos, projetando, em ambas as falas, traços do *footing* de “pai”.

Vale salientar que, embora Camila e Augustinho tenham apresentado projeções de “vítima” e “pai”, o *footing* proposto de ambos, o de “entrevistado” pelo enquadre proposto, não prejudicou a interação. O evento de fala se concretiza, cumprindo com a sua função social de informar à instância cidadã. Diferentemente da interação acima, a que se segue apresenta algumas transgressões devido à rejeição às pistas de contextualização propostas.

Este segundo trecho transcrito – da fala-em-interação entre João de Deus, entrevistador e tradutora – também segue as diretrizes da fala institucional, pois se trata do evento entrevista, exibido pelo programa australiano “60 minutes”. Portanto, a sistemática organizacional, como a distribuição de turnos, os enquadres e *footing* propostos, segue demandas semelhantes à entrevista do programa brasileiro “Fantástico”. “60 minutes” está no ar desde 1979, e é uma versão inspirada pelo programa de televisão dos Estados Unidos da América (EUA), cujo título é o mesmo.

Tabela 2: Reportagem 2 (trecho: 6.45) – João de Deus sendo confrontado sobre os abusos sexuais na Austrália, em entrevista exibida pelo programa “60 minutes” do país.

01	entrevistador	,isso é sobre dinheiro ou sobre milagre,
02	João de Deus	((silêncio))
03	entrevistador	,você já abusou sexualmente de alguma de suas seguidoras,
04	João de Deus	((aperta a mão do repórter e sai, abandonando o turno))
05	Tradutora	>já houve algum assédio sexual do senhor
06	João de Deus	DA SUA MÃE

Fonte: Autor

Ao iniciar a entrevista, o repórter australiano primeiro certifica-se se está frente a João de Deus ou a alguma entidade. O médium confirma que é ele mesmo quem está com a palavra. O momento interacional é breve, visto que as perguntas feitas a João de Deus são comprometedoras. O trecho, cuja interação se descreve acima, utiliza-se, durante a entrevista, de narração traduzida para o português nas falas do entrevistador australiano.

Quanto à sistemática organizacional, os participantes, assim como na entrevista da reportagem 1, seguem-na em certa medida. Não há falas sobrepostas ou assalto a turno. Contudo, algumas rejeições a pistas de contextualização acabam transgredindo a interação do evento de fala proposto.

Na entrevista acima, a não cooperação entre os participantes reflete na incompletude/não realização do evento de fala. Embora sejam percebidas passagens consentidas de turno, com a proposta do padrão organizacional “fala-um-de-cada-vez” (Sacks, Schegloff e Jefferson, [1974] 2003), a coconstrução é rejeitada por parte de um dos atores.

João de Deus não coopera quanto à aceitação das pistas, ferindo, portanto, os enquadres e *footing* propostos no evento de fala. Embora o entrevistador faça passagens consentidas a João de Deus, o esquema de conhecimento, eleito para pauta interacional por parte do repórter (a monetização das curas), gera silêncio interturnos linha (2). Essas rejeições causam ruído no desenvolvimento do ato interacional.

Em seguida, o repórter australiano menciona um relato de abuso sexual registrado por uma vítima em um centro de cura no Arizona (EUA). Uma mulher colombiana, não identificada na matéria da reportagem, relata que o médium, durante o ritual de cura, pegou as mãos dela e as passou em seu pênis. Em seguida, também tentou baixar sua saia. Então, mais uma pergunta, dessa vez acerca dos abusos sexuais, é feita. A partir desse momento, João de Deus rompe com o enquadre entrevista e com o *footing* “entrevistado” a ele proposto, levantando, cumprimentando o repórter e indo embora.

A tradutora de João de Deus se recusa a traduzir a pergunta, contudo o médium compreende e abandona o turno de fala, saindo do local para não responder. Nesse momento, a tradutora da equipe australiana vai atrás do médium e insiste na pergunta anterior, desta vez, feita diretamente em língua portuguesa: “>já houve algum assédio sexual do senhor” linha (5). Logo em seguida, o médium responde “DA SUA MÃE” linha (6), assumindo um *footing* de “agressor”, em transgressão ao enquadre de entrevista proposto.

Em ambos os trechos (reportagens 1 e 2), os eventos de fala, nos quais os participantes se inserem, é a entrevista – marcada pela sistemática da fala institucional. Contudo, é possível perceber que a cooperação entre os falantes é crucial para que o evento se realize. No trecho 1, as pistas de contextualização são mais bem aceitas em relação ao trecho 2 e, embora se atravessem *footing* diferentes em ambos os trechos, a rejeição implica ruído na interação somente no 2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste escrito, foi proposta a investigação da fala-em-interação da acusação da vítima e da réplica do abusador, a partir de dois trechos transcritos de duas entrevistas distintas: (i) interação em entrevista de uma das vítimas do médium no programa brasileiro “Fantástico” e (ii) interação em entrevista de João de Deus no programa australiano “60 minutes”.

De acordo com a descrição e a análise da administração da interação (sistema de ordenação de fala, distribuição de turno), pôde-se considerar que processos como enquadre e *footing* tornam-se indispensáveis na coconstrução do evento interacional que os participantes se propõem a realizar.

A partir da sistemática organizacional das entrevistas e das pistas de contextualização, a concomitância entre mais de um *footing* requerido pelo enquadre proposto produziu empecilho interativo apenas em um dos eventos de fala (entrevista da reportagem 2). A mudança de *footing* de João de Deus para um alinhamento de “agressor” linha (6) também propõe a mudança de enquadre para “briga/discussão”, porém a tradutora não se alinha ao novo enquadre proposto.

Enquadre e *footing*, portanto, são processos da interação que estão intimamente associados, de modo que (retomando a citação) “uma mudança em nosso *footing* é um outro modo de falar de uma mudança em nosso enquadre dos eventos” (Goffman, 2013, p.113). Contudo, tais mudanças precisam ser gerenciadas pela coconstrução, pois, quando não ocorre engajamento por parte dos atores na construção do evento – como na entrevista de João de Deus –, o ato interacional, orientado por determinada proposta de enquadre interativo, é impedido de ser efetivado.

REFERÊNCIAS

GOFFMAN, Erving. Footing. 1979. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. *Sociolinguística Interacional*. 2a ed. São Paulo: Loyola, 2013. p.107-148.

GUMPERZ, John J. Convenções de contextualização. Trad. José Luiz Meurer e Viviane Heberle. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. (Org.) *Sociolinguística Interacional*. 2.ed. São Paulo: Loyola. 2002. p.149-182.

GUMPERZ, John. Sobre o Método Sociolinguístico Interacional. In: FABRÍCIO, Branca Falabella. *Sociolinguística Interacional: perspectivas inspiradoras e desdobramentos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020. p. 79-104.

HYMES, Dell. Studying the interaction of language and social life. In: HYMES, Dell. *Foundations in Sociolinguistics: an ethnographic approach*. Oxon: Tavistock, 2010 [1974]. p. 29-66.

RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. 2013. *Sociolinguística Interacional*. 2a ed. São Paulo. Loyola.

SACKS, Harvey; SCHEGLOFF, Emanuel A.; JEFFERSON, Gail. “Sistemática Elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa”. *Veredas*, V. 7, N. 1-2, 2003. Trad. de SACKS, Harvey; SCHEGLOFF, Emanuel A.; JEFFERSON, Gail. A Simplest Systematics for the Organization of Turn-Taking for Conversation. *Language*, V. 50, 1974.

SOUZA, Marco Aurélio Silva, BASTOS, Liliana Cabral e PEREIRA, Maria das Graças. A fala-em-interação institucional de repórteres aéreos e locutores de rádio do Rio de Janeiro. *Revista Alpha*, 2015, p. 52-68.

TANNEN, Deborah. WALLAT, Cynthia. Enquadres interativos e esquemas de conhecimento em interação. In: RIBEIRO, Branca T. GARCEZ, Pedro M. (Orgs). *Sociolinguística Interacional*. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2013.

ANEXO

Convenções de transcrição

Processo/ fenômeno	Convenção adotada
Fala sobreposta	[colchete
Pausa em décimos de segundo	(0.5)
Micropausa de menos de 2 décimos de segundo	(.)
Contiguidade entre a fala de um mesmo falante ou de dois falantes distintos	=
Descida de entoação	.
Subida de entoação	?
Entoação contínua	,
Alongamento de som	:
Auto-interrupção	/
Acento ou ênfase de volume	MAIÚSCULA

Trecho falado mais baixo	°palavras
Fala comprimida ou acelerada	>palavras<
Desaceleração da fala	<palavras>
Início acelerado	>palavras
Início desacelerado	<palavras
Fala reportada	“palavras”
Aspirações audíveis	Hhh
Aspirações durante a fala	(h)
Comentários do analista	((comentário))
Transcrição duvidosa	{palavras}
Transcrição impossível	(INC) (=incompreensível)

Fonte: Autor

Recebido em: 12/03/2024

Aceito em: 24/08/2024

Jean Ignacio Lima: Doutorando em Língua Portuguesa pelo Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGLEV - UFRJ). Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGLIN - UFRJ). Graduado em Letras pela Universidade do Grande Rio, com especialização em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Tem experiência e interesse na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa e Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria semiolinguística do discurso, argumentação, enunciação, semântica e pragmática. Foi bolsista CNPq no mestrado e bolsista CAPES no doutorado. Atualmente, é pesquisador do Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas (PPGLEV - UFRJ), associado à linha de pesquisa: texto e discurso, pragmática e semântica do Português. É membro do Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso (CIAD-Rio - UFRJ) e é professor de Língua Portuguesa na SME de Rio Claro - RJ.

Os engajamentos discursivos desencadeados pela fotomontagem do jornal *Folha de São Paulo*

The discursive engagements triggered by the photomontage of the newspaper Folha de São Paulo

Bianca Dorothea Batista

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

biadbatista@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9476-2089>

RESUMO

Este artigo analisa o engajamento dos sujeitos nas redes sociais desencadeado pela fotografia que integrava a notícia do jornal *Folha de São Paulo*, publicada no meio impresso e digital no dia 19 de janeiro de 2023, em que há uma fotomontagem do presidente recém-eleito Luís Inácio Lula da Silva atrás de um vidro avariado dias após a depredação dos prédios do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal por grupos extremistas que não aceitavam a derrota eleitoral do candidato da oposição. A imagem mobiliza um arquétipo imaginário de violência e provoca uma afetividade negativa como ameaça e agressão nos sujeitos que compartilham de afinidades ideológicas e políticas com o presidente assim como de experiências vinculadas à tópica do discurso de ódio nas plataformas digitais.

Palavras-chave: argumentatividade; *pathos*; redes sociais; embates discursivos; discurso de ódio.

ABSTRACT

This article analyzes the subjects' engagement on social networks triggered by the photograph that was part of the news in the *Folha de São Paulo* newspaper, published in print and digital media on January 19, 2023, in which there is a photomontage of the recently elected president Luís Inácio Lula da Silva behind damaged glass days after the assault of the National Congress, Planalto Palace and Federal Supreme Court buildings by extremist groups who did not accept the electoral defeat of the opposition candidate. The image mobilizes a violent imaginary archetype that provokes negative affectivity such as threat and aggression in subjects who share ideological and political affinities with the president as well as experiences linked to the topic of hate speech on digital platforms.

Keywords: argumentativeness; *pathos*; social media; discursive struggles; hate speech.

INTRODUÇÃO

A notícia publicada pela *Folha de São Paulo* no dia 19 de janeiro de 2023 desencadeou várias postagens nas redes sociais devido à imagem do recém-eleito presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, atrás de um vidro avariado por apoiadores do ex-presidente, Jair Messias Bolsonaro, que depredaram os prédios do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal por não aceitaram a derrota eleitoral do candidato do Partido Liberal (PL).

A imagem apresentada no jornal como “foto feita com múltipla exposição”, duas ou mais fotos sobrepostas formando uma única, foi projetada por alguns leitores como “premissa para *fake news*” e “sugestão de um tiro no coração”. A forma como a invasão, “o acontecimento bruto”, foi apresentada pelo sujeito-instituição *Folha de São Paulo*, “acontecimento veiculado” (Charaudeau, 2006, p. 256), é criticada por estes sujeitos por não dialogar com a realidade e se configurar como uma incitação a novos atentados, à produção de informações falsas contra o presidente eleito e contra as instâncias democráticas.

Dentre os elementos envolvidos na “polêmica” da fotomontagem, pode-se trazer à questão os regimes de verdade que permeiam o gênero textual notícia, veracidade, confiabilidade e credibilidade, e condicionam a aceitabilidade deste gênero no contrato de comunicação. Como a imagem não “faz crer que o que é dito é verdadeiro” (Charaudeau, 2007, p. 90), ela não atende ao seu papel de “testemunho visual e material dos fatos aos espectadores ausentes da cena; fragmento congelado de uma realidade passada” (Kossoy, 2001, p. 36-37) por ser uma “montagem” ou fruto de uma “criatividade”. A atitude responsiva dos interlocutores diante desta quebra do contrato de comunicação se fez presente nas postagens que envolviam uma “relação de força ou de aliança, de exclusão ou de inclusão, de agressão ou de convivência com o interlocutor” (Charaudeau, 2007, p. 71).

Em conjunto a isso, a revolução midiática e tecnológica no âmbito das artes visuais e dos periódicos digitais fez com que a foto deixasse de se configurar como “um elemento relacionado com a página em que se publica por ser dotado de autonomia estrutural e semântica, constituindo uma unidade sintática que complementa [a reportagem] e constrói uma história ou narrativa” (López-del-Ramo, 2017, p. 66,

tradução nossa). O artístico passa a coexistir com o documental nos jornais reconfigurando e transformando as formas de representação dos sujeitos, dos objetos e dos eventos da materialidade histórica: “durante toda a época moderna, a prática da reportagem constituiu em alimentar a ficção da objetividade e da verdade das imagens até o mito da sua consubstancialidade com o real” (Rouillé, 2013, p. 22).

A hipótese desta pesquisa envolve as recepções da fotomontagem no seu período de publicação, visto que “toda imagem é polissêmica e pressupõe, subjacente a seus significantes, uma ‘cadeia flutuante’ de significados, podendo o leitor escolher alguns e ignorar outros” (Barthes, 1990, p. 92), o que implica que a fotografia pode configurar-se como fomento às *fake news*, promoção à violência, arte fotográfica, “espelho do olhar”¹ dentre outros significados, uma vez que a fotografia e os sujeitos são perpassados pelo contexto social, político, histórico e ideológico, e a intertextualidade entre estes fatores com os discursos anteriores, atuais e previstos sobre os ataques à sede dos três poderes e ao presidente fazem com que a atitude responsiva (Bakhtin, 2003) dos interlocutores não seja una e, conseqüentemente, a interpretação da fotografia não seja padronizada.

Com base neste conceito, faremos um percurso por teorias que auxiliem a compreender o contexto social e digital de embates políticos sustentados pelo discurso de intolerância que fizeram com que sujeitos interpretassem a imagem como uma ameaça, assim como a forma como estas imagens despertam emoções e sustentam a argumentatividade.

ARGUMENTATIVIDADE E *PATHOS*

Os estudos de Aristóteles (2011) sobre a Retórica iniciam, de certa forma, uma reflexão sobre a noção de argumentatividade ao trazer à luz as estratégias utilizadas na oratória para persuadir o auditório, a saber: *ethos*, *pathos* e *logos*. O primeiro refere-se à construção discursiva que o orador projeta sobre si para conferir credibilidade e autoridade a sua imagem e palavras; o segundo refere-se às emoções e às paixões que o

¹ “Minhas fotos são o espelho do meu olhar. Essa só é a forma como eu vejo o mundo. Você pode ter o seu olhar, discordar do meu, tudo bem, o mundo é plural. Sendo assim, vou ignorar absurdos como ‘apaga isso’, entre outros *hates*, especialmente depois do dia 08/01. Tweet de Gabriela Biló, fotógrafa do Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/internautas-criticam-folha-por-capa-com-foto-de-lula/>. Acesso em: 20 de fev. de 2023.

orador pretende despertar nos interlocutores com o intuito de promover adesão ao seu ponto de vista; e o último envolve as comprovações por meio de raciocínio lógico e proposicionais que conferem veracidade ao discurso apresentado, “o [ethos] depende do caráter pessoal do orador; o [pathos], de levar o auditório a uma certa disposição de espíritos; e o [logos], do próprio discurso no que diz respeito ao que demonstra ou parece demonstrar” (Aristóteles, 2011, p. 45).

Charaudeau (2007) pauta-se nas estratégias aristotélicas para desenvolver suas concepções acerca das manobras utilizadas pelos interactantes no ato de linguagem, que é comparado a uma peça teatral, *mise-en-scène*, em que os sujeitos atuam de acordo com o auditório projetado. Nessa encenação interativa, há o sujeito enunciador, eu enunciador (EUe), e o sujeito destinatário, tu destinatário (TUD), os protagonistas da cena interacional, que revezam os papéis de enunciador e destinatário ao longo da interação enquanto o sujeito comunicante, eu comunicante (EUC), e o sujeito interpretante, tu interpretante (TUI) são as construções discursivas historicamente compartilhadas sobre as situações comunicativas e os papéis sociais.

Este cenário envolve as identidades construídas e desconstruídas ao longo das encenações interacionais; os dispositivos, os elementos linguísticos e extralinguísticos estrategicamente evocados na interação; e a finalidade, a intencionalidade do ato comunicativo de convencer e atuar sobre o interlocutor. Estes elementos, em conjunto, contribuem para criar as estratégias de legitimidade, credibilidade e captação. O primeiro refere-se a uma posição de autoridade oriunda de uma experiência e de um papel social; o segundo envolve os elementos discursivos e extra-discursivos utilizados para conferir veracidade e autenticidade ao discurso; e o último envolve as estratégias linguísticas para sensibilizar o interlocutor por meio das emoções, crenças e paixões.

Com isso, a patemização, o *pathos* aristotélico, é utilizada por Charaudeau (2007), para abordar o uso das experiências sensoriais, religiosas, sociais, históricas e políticas, que integram um imaginário coletivo e são mobilizados por meio de imagens, palavras e sons para suscitar uma emoção no interlocutor, levando-o a concordar com o posicionamento do orador.

Palavras como ‘cólera’, ‘horror’, ‘angústia’, ‘indignação’ etc. designam estados emocionais, mas não provocam, necessariamente, emoção. Pode acontecer que seu emprego tenha um efeito contra produtivo: explicitar um estado emocional poderia ser interpretado como um faz de conta, porque,

como se diz em determinadas culturas, ‘a verdadeira emoção não é dita, é sentida. Outras palavras como ‘vítima’, ‘assassinato’, ‘crime’, ‘massacre’, imagens de sangue, de destruição, de inundação, de desmoronamentos que são em parte ligadas aos dramas do mundo, exclamações (Ah!, Oh! Nossa!) são suscetíveis de expressar ou engendrar medos, sofrimentos, horrores, mas são somente ‘suscetíveis’. O que se pode dizer é que estas palavras e estas imagens são, cada vez mais, ‘bons candidatos’ para o desencadeamento de emoções. Mas tudo depende do ambiente em que essas palavras estão, do contexto, da situação na qual se inscrevem, de quem as emprega e de quem as recebe (Charaudeau, 2007, p. 242-243).

Charaudeau (2007) afirma que as palavras e as imagens despertam emoções, patemização, por estarem vinculadas ao contexto em que se inserem, o que implica que os discursos acionam emoções de uma subjetividade partilhada, isto é, sentimentos que seriam esperados dos interlocutores devido às experiências prévias em determinados contextos interativos. Com isso, a foto de uma vidraça quebrada sobreposta à imagem do presidente ajeitando a gravata com a cabeça inclinada para baixo engendram sentimentos de ameaça e de morte pelo trincado do vidro estar próximo ao peito e em um formato que aparenta um projétil, onze dias após a invasão e a depredação da sede dos três poderes.

As imagens mentais, “resultado da percepção direta que um sujeito tem do mundo físico” (Charaudeau, 2013, p. 383), compõem o repertório imagético, discursivo e histórico de situações, sujeitos, objetos e fenômenos e determinam a construção de sentido da imagem visual (material), a cada interpretação, isto é, “reenquadramento do mundo físico” (Charaudeau, 2013, p. 385) pelos sujeitos. Isto implica que a representação do evento pela fotografia foi um reenquadramento dos ataques antidemocráticos a partir da materialidade histórica e de arquétipos ideológicos assim como a recepção desta pela audiência projetada e não projetada também envolveu um reenquadramento.

Assim como Orlandi (1995, p. 39) afirma que não “se é pintor, músico, literato indiferentemente”, também não se é fotógrafo indiferentemente, o que implica que a imagem não é apenas perpassada pela individualidade, “só é a forma como eu vejo o mundo”², mas pelas formações discursivas e ideológicas sobre si, o outro e o tópico em questão que permeiam a escolha de uma fotografia e não de outra assim como um

² Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2023/01/19/foto-de-lula-em-capda-folha-gera-polemica-nas-redes-sociais-entenda.html>. Acesso em: 26 de fev. de 2023.

repertório de outras possíveis que poderiam desempenhar a mesma função na notícia e na estrutura da narrativa digital.

A fotografia, com isso, não é a reprodução documental dos atentados do dia 8 de janeiro e nem uma percepção exclusivamente subjetiva da realidade, mas um texto visual que evoca e promove atitudes responsivas por ser um “acontecimento em um discurso” (Charaudeau, 2006, p. 131). A produção da notícia e sua organicidade, como a formatação, a fotografia, as seleções lexicais dentre outros elementos, não envolve uma lógica empírico-dedutiva, mas é determinada pelas “posições ideológicas” no contexto sócio-histórico em que é produzida e reproduzida e pela atividade de triagem que atenda ou não a determinadas condições de aparição e de aceitação (Pêcheux, 2009, p. 146).

Barthes (1990), em contrapartida, avalia a imagem por outro viés ao defender que a fotografia pode assumir duas características, a denotativa e a conotativa. A primeira refere-se ao vínculo do objeto com a paisagem, uma pretensão de representação da realidade, “em uma relação transparente com a literalidade do significante”, e a segunda, os efeitos, as técnicas e “uma retórica de esquemas, cores, grafismos, gestos e expressões” (Barthes, 1990, p. 13).

Por mais que as imagens e as técnicas sejam do âmbito conotativo, acionam conhecimentos prévios sobre a bipolaridade política na sociedade, os ataques às instâncias democráticas, as notícias e as postagens lidas sobre este episódio. Tais questões moldam a recepção da imagem e fazem com que se enquadre na dicotomia do *studium* e *punctum*. Estes dois termos latinos foram utilizados pelo filósofo para diferenciar dois tipos de fotografias: a primeira refere-se àquela que atende ao esteticamente belo, aprazível e aos padrões do “que se tem por uma foto” (Barthes, 1990, p. 42), enquanto a segunda refere-se àquela que sensibiliza, que fere, que alegra e que entristece por ser capaz de “prender, cativar [e] surpreender de maneira bastante enigmática” (Barthes, 1990, p. 42).

O que Barthes considera como sensibilização, *punctum*, reações emocionais acionadas na interação com a imagem, seria na concepção de Charaudeau, *patemização*, o engendramento de emoções positivas ou negativas diante de discursos com o intuito de promover a adesão ao posicionamento do enunciador. As emoções experienciadas, imaginadas e idealizadas pelos sujeitos contribuem para a construção de representações sociointerativas sobre si, o outro e as situações comunicativas de forma que “uma

informação pode produzir um efeito de banalização, de saturação, de amálgama ou, ao contrário, de dramatização” (Charaudeau, 2006, p. 159).

Aristóteles (2001, p. 49) afirma que “persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio” e, com base nestes conceitos, concebe-se que os recursos linguísticos e visuais empregados provocam sentimentos nos interlocutores, que os levam a sustentarem, mudarem, aderirem ou refutarem o conteúdo de uma narrativa visual e multimodal interpelado pela emoção, “a relação patêmica engaja o sujeito em um comportamento reacional segundo as normas sociais às quais ele está ligado, as que ele interiorizou ou as que permanecem nas suas representações” (Charaudeau, 2007, p. 32).

Uma representação pode ser chamada de patêmica quando ela descreve uma situação a propósito da qual um julgamento de valor coletivamente compartilhado – e, por conseguinte, instituído em norma social – questiona um actante que acredita ser beneficiário ou vítima, e ao qual o sujeito da representação se encontra ligado de uma maneira ou de outra (Charaudeau, 2007, p. 31).

Por mais que a patemização vise à adesão do interlocutor ao posicionamento do enunciador, não é possível garantir que isto, de fato, ocorra, porque os sujeitos são atores sociais que dialogam e agem sobre os textos que os antecedem e os circundam. Isto implica que o texto engloba “sentidos possíveis”, pois nem sempre há uma concordância entre os efeitos visados pelo enunciador e os efeitos produzidos pelos atores sociais, indicando, com isso, que “toda análise de texto nada mais é do que a análise dos ‘possíveis interpretativos’” (Charaudeau, 2006, p. 128).

Hans Jauss (1994, p. 28), por sua vez, afirma que os sujeitos criam um “horizonte de expectativa” sobre os textos com os quais interagem baseados nos conhecimentos prévios sobre o gênero textual, a temática e os indivíduos em conjunto com as questões políticas, sociais, literárias e históricas que atravessam o texto. Por mais que estes fatores permeiem a produção textual, a recepção não ocorre de forma idêntica entre os sujeitos, pois as “experiências pessoais” e a “postura emocional” influenciam a expectativa criada em relação ao texto e, consequentemente, a sua interpretação (Jauss, 1994, p. 28). As diferentes compreensões moldam o arcabouço

significativo do texto e tornam os leitores em coparticipantes da produção textual por lhe conferirem sentidos possíveis em uma dada temporalidade.

De forma a exemplificar esta assertiva, pode-se destacar o título da notícia do jornal *Folha de São Paulo*, “No foco de Lula, presença militar no Planalto é recorde”. O presidente eleito, Luís Inácio Lula da Silva, foi alvo de ataques antidemocráticos e alvo de rejeição de alguns integrantes das forças armadas visto que o ex-presidente, Jair Messias Bolsonaro, havia concedido cargos políticos relevantes a esta categoria, como a vice-presidência da república, os ministérios da Casa Civil, da Defesa, da Infraestrutura, da Saúde dentre outros cargos comissionados do executivo federal (Schmidt, 2022, p. 5) promovendo, com isso, uma militarização massiva dos cargos civis (Oliveira; Kalil; Tubino, 2023).

Como havia sido concedido um destaque político aos militares que não ocorria desde o fim da ditadura civil-militar (Campos, 2021, p. 304), o presidente eleito tinha como desafio lidar, no início do seu governo, com o favoritismo desta categoria pelo ex-presidente, descentralizar o poder concedido a eles e enfrentar a animosidade diplomática entre a esfera civil e militar devido ao apoio de alguns integrantes das forças armadas aos ataques antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023.

Por mais que a temática central da notícia envolvesse estas questões, alguns interlocutores, como o diretor de cinema Rodrigo França e a filósofa Márcia Tiburi, projetaram a fotomontagem como a notícia em si, tecendo críticas à proposta discursiva da fotomontagem e não aos embates políticos entre o presidente eleito e os militares.

No foco de Lula, presença militar no Planalto é recorde (*Folha de São Paulo*, 19 de janeiro de 2023).

Que capa é esta [@folha](#)? Fotomontagem é a premissa para uma *fake news*. Que péssimo momento para um jornal tentar ser “criativo” (França, 19 de janeiro 2023).

O que a [@folha](#) pretende com essa montagem? Incitar o ódio contra Lula? Sugerir que ele leve um tiro no coração? O responsável por essa montagem deve ser intimado a se explicar! Trata-se de uma montagem criminosa, pois sugere um tiro no coração (Tiburi, 19 de janeiro de 2023).

Notícia ³	Postagens desencadeadas pela fotomontagem da notícia	
		

Fonte: Elaboração da autora

Considerando que ‘cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros’” (Foucault, 2004, p. 12), os jornais e os telejornais são instâncias historicamente e socialmente projetadas como responsáveis por intermediar o contato do leitor com evento ocorrido mediante mecanismos de veracidade. Em virtude disso, estabeleceu-se “a ideia da notícia como fato puro, verdade ou espelho da realidade” (Alencar, 2010, p. 6) e de que o jornalismo se pauta na “deontologia da fidelidade aos fatos toda a sua legitimidade” (Gomes, 2009, p. 12).

Aletheia (noção grega) se refere ao que as coisas são (realidade); veritas (linguagem) se refere aos fatos que foram; emunah (confiança) se refere às ações e coisas que serão. A nossa concepção da verdade é uma síntese dessas três fontes e por isso se refere às coisas presentes (como na aletheia), aos fatos passados e à linguagem (como na veritas) e às coisas futuras (como na emunah). Também se refere à própria realidade (como aletheia), à linguagem (como na veritas) e à confiança (como na emunah). Palavras como “averiguar” e “verificar” indicam buscar a verdade; “veredito” é pronunciar um julgamento verdadeiro, dizer um juízo veraz; “verossímil” e “verossimilhante” significam: ser parecido com a verdade, ter traços semelhantes aos de algo verdadeiro (Chauí, 1999, p. 99).

³ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/internautas-criticam-folha-por-capa-com-foto-de-lula/>. Acesso em: 3 de fev. de 2023.

Disponível em: https://twitter.com/franca_rodrigo/status/1616060247990321153. Acesso em: 3 de fev. de 2023.

Disponível em: <https://twitter.com/marciatiburi/status/1616023811018878980>. Acesso em: 3 de fev. de 2023.

Os conceitos greco-latinos que nortearam a filosofia ocidental concebiam a “precisão, exatidão e fidelidade do relato” como verdade (*veritas*), criada discursivamente e promotora de confiança (*emunah*) diante da sociedade (*polis*). Na era da pós-verdade, as crenças e as emoções são suficientes para explicar o mundo e os fatos/eventos e, com isso, “o ponto de vista passa a figurar como verdade em absoluto, e a verdade torna-se somente a vontade triunfal de indivíduos com ideias inteiramente convergentes” (Quadros, 2018, p. 203). Isto implica que a comparação de vários conceitos e a investigação científica para se chegar a uma dada conclusão é minada, pois a verdade é criada a partir de emoções e de crenças para atuar sobre determinado grupo social que irá fomentá-lo e nutri-lo nas mais variadas esferas comunicativas, como as redes sociais, fazendo, com isso, que os fatos/eventos narrados nesta teia interacional circulem massivamente apenas entre eles e se sobreponham aos demais.

Charaudeau (2013), por sua vez, afirma que no contrato de comunicação midiática, há o propósito de fazer crer, promover a concepção de que o que é dito é verdadeiro; fazer saber, informar ao cidadão algo que ele não sabe; e fazer sentir, promover sentimentos nos interlocutores de forma a captarem sua atenção e audiência para sobreviverem à concorrência. A fotografia integra a organicidade do gênero textual notícia e apresenta a intencionalidade de fazer crer, saber e sentir, pois é perpassada pelo contrato de comunicação midiática; complementa a narrativa sobre os ataques às sedes dos três poderes; e engendra sentimentos compartilhados no campo imagético sobre a cena discursiva.

Nas postagens, a fotografia representa a notícia em si e mobiliza sentimentos de ameaça e de morte em relação ao presidente e aos seus partidários e de indignação e de revolta em relação à *Folha de São Paulo* e, com isso, os interlocutores aderem à tese de que a instância jornalística defende atos violentos contra o presidente eleito: “uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 50).

A identificação dos sujeitos com as emoções evocadas na imagem faz com que sejam convencidos acerca do posicionamento defendido e que haja a “adesão dos espíritos às teses” com curtidas, comentários e compartilhamentos das postagens

reforçando a crítica ao que consideram uma ode às notícias falsas e à violência em um cenário de embates políticos e discursivos entre os grupos pertencentes à dicotomia direita/esquerda. Também é possível a não adesão à tese no cenário interacional configurando, com isso, um “confronto entre sistemas de valores com os diferentes participantes da atividade discursiva” (Aquino, 1997, p. 144), visto que os sujeitos podem engajar-se em postagens de figuras públicas no Twitter sem que sejam, necessariamente, seus seguidores na rede social.

A fotografia e as atitudes responsivas (Bakhtin, 2003) a ela também são permeadas de argumentatividade com o intuito de persuadir o auditório projetado a aderir a um dado posicionamento e, para isso, os interlocutores fazem uso dos mais diversos recursos argumentativos e tecnolinguageiros para fazer saber, informar sobre a “real intenção” da notícia presumindo-se que tal informação é desconhecida pelos interlocutores; fazer crer, convencer o interlocutor de que a postagem é uma ode à violência; fazer sentir, mobilizar emoção de indignação e repulsa relacionadas à cena discursiva da fotografia; e fazer fazer, levar o interlocutor a assumir a mesma atitude do enunciador de questionar o sujeito-instituição *Folha de São Paulo* nas redes digitais.

O texto verbal (comentário) e a imagem (jornal) atuam em conjunto nas postagens para convencer o interlocutor de que fotografia não é uma montagem relacionada à inovação do campo visual, “correlação com que não estava correlacionado, ou de produção de rupturas no tecido sensível das percepções e na dinâmica dos afetos” (Rancière, 2009, p. 64), mas uma narrativa digital integrante da violência simbólica direcionada ao presidente e à organicidade política vinculada a ele. Esta violência ocorre no âmbito do discurso verbal e multimodal por meio de insultos, intimidações, assédio e ameaças⁴, que podem materializar-se em violência física; e por meio da *disinformation*, manipulação e propagação intencional de notícias falsas para prejudicar pessoas, grupos, Estados dentre outros (Wardle; Deraksham, 2017).

Segundo D’Ancona (2018), o fomento às informações falsas está vinculado à pós-verdade, em que o importante não é o fato/evento em si e as evidências para a sua comprovação, mas a criação discursiva sobre o fato/evento, que permita que o criado/imaginado consiga sobrepor-se à realidade e, com isso, uma hiper-realidade, uma

⁴ Moraes mantém prisão de homem que fez ameaças a Lula e ministros do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/02/16/moraes-mantem-prisao-de-homem-que-fez-ameacas-a-lula-e-ministros-do-stf.ghml>. Acesso: 3 de fev. de 2023.

nova concepção social sobre o que seja considerado verdadeiro reconfigura os regimes de verdade da sociedade. Isto faz com que as paixões pessoais, religiosas, políticas e ideológicas se configurem como os elementos norteadores da verdade e não mais as ações de examinar, demonstrar e justificar, pois “a epistemologia da pós-verdade incita que aceitemos que existem ‘realidades incomensuráveis’ e que a conduta prudente consiste em escolhermos lados, em vez de avaliarmos evidências” (D’Ancona, 2018, p. 90).

Como a “pós-verdade promove a recusa do outro” (Dunker, 2017, p. 28), este cenário também fomenta o discurso de ódio, que envolve a “estigmatização, escolha e marcação de um inimigo” (Schäfer; Leivas; Santos, 2015, p. 147). O diretor Rodrigo França e a filósofa Márcia Tiburi afirmam que o sujeito-instituição *Folha de São Paulo* projeta o presidente como um inimigo assim como aqueles que, em um primeiro momento, apenas insultavam e criticavam discursivamente o presidente nas redes sociais, mas, posteriormente, materializaram tais sentimentos ao acampar nas portas dos quartéis do país para exigir a anulação da decisão eleitoral⁵ para, por fim, corporificar a agressividade nos ataques às sedes dos três poderes no dia 8 de janeiro de 2023.

Os sentimentos de ameaça à família, à religião, à moralidade e à economia, suscitados por meio de comícios e de notícias falsas e fomentados por determinados agentes políticos e religiosos, tinha o intuito de criar a imagem discursiva de um “inimigo”, o presidente eleito, que precisava ser combatido. Para isso, os sujeitos precisavam engajar-se nas redes sociais para instigar “a cultura da indiferença que faz com que o sujeito em situação de ameaça reaja com ódio ou violência” (Dunker, 2017, p. 28). Como o inimigo é uma ameaça às ideologias dos membros de uma dada coletividade, estabelece-se um cenário de direito ao discurso de ódio e, conseqüentemente, um direito de insultar, intimidar e assediar àqueles que não pertencem à mesma teia interacional, o que faz com que as redes digitais sejam “um espaço frutuoso para a emergência de discursos agressivos e ofensivos e para propagação da violência” (Recuero, 2013, p. 9).

⁵ “É incabível que tais manifestações interfiram nos direitos fundamentais do restante de nossa população. É inaceitável também que tais protestos tenham por objetivo alterar a vontade popular apresentada pelas urnas em 30 de outubro. Uma democracia pressupõe o acolhimento da votação feita dentro de um processo legítimo, e o segundo turno de nossas eleições, confirmado nacional e internacionalmente, foi legítimo”. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/document%20-%202022-12-19T175018.788.pdf>. Ofício do Ministério Público do Distrito Federal. Acesso em: 3 de fev. de 2023.

Enquanto a cooperação é essencial para a criação e a manutenção da estrutura, o conflito contribui para o desequilíbrio. A competição, por outro lado, pode agir no sentido de fortalecer a estrutura social, gerando cooperação para atingir um fim comum, proporcionar bens coletivos de modo mais rápido, ou mesmo gerar conflito, desgaste e ruptura nas relações” (Recuero, 2009, p. 83).

Por mais que os sujeitos que sustentavam e difundiam notícias falsas não sejam, necessariamente, os mesmos que ficaram acampados nos entornos dos quartéis do país ou aqueles que invadiram o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, eles compartilham o sentimento de ódio ao presidente e ao seu partido por serem os “inimigos” dos valores morais, religiosos e políticos da nação idealizados por aqueles que se projetam como “vítimas” das ações reais e futuras dos “inimigos”. Os valores coletivamente compartilhados mantêm a unidade destes indivíduos que provavelmente não conhecem e nem conhecerão todos aqueles que integram esta unidade, mas estão vinculados pelos laços formados nas redes sociais fomentados por reciprocidade ideológica.

A rede é especialmente apropriada para a geração de laços fracos múltiplos. Os laços fracos são úteis no fortalecimento de informações e na abertura de novas oportunidades a baixo custo. A vantagem da rede é que ela permite a criação de laços fracos com desconhecidos, num modelo igualitário de interação, no qual as características sociais são menos influentes na estruturação, ou mesmo no bloqueio, da comunicação. De fato, tanto off-line, quanto online, os laços fracos facilitam a ligação de pessoas com diversas características sociais, expandindo assim a sociabilidade para além dos limites socialmente definidos do autoconhecimento (Castells, 2007, p. 445).

Os laços entre os sujeitos gerados pelo embate com o outro (*out-group*) nutrem a organicidade do grupo (*in-group*) (Amossy, 2019) e moldam a sua memória digital (Dias, 2016), isto é, a repetição, atualização e reatualização dos papéis projetados a si, ao outro; e aos valores sociais, ideológicos e políticos sustentados. As facetas identitárias de “beneficiário”, “vítima”, “direita”, “esquerda”, “honesto” e “desonesto” são socialmente compartilhadas, mas não necessariamente fixos indicando, com isso, que são permeados pelo já-dito, pela materialidade social, pelo acontecimento digital, pelas formações discursivas e pela resignificação dos sujeitos em “diferentes formas de memória” historicamente e socialmente construídas (Orlandi, 2006).

Como a violência discursiva fez parte da dinâmica digital durante todo o período eleitoral e ganhou projeções na materialidade social mediante os ataques realizados à sede dos três poderes, a fotomontagem foi projetada como um incentivo à ataques direcionados à integridade física do presidente (*tiro no coração*) e à promoção de notícias falsas relacionadas a um possível tiro que possa ter atingido o presidente durante as invasões de 8 de janeiro (*fake news*). A fotomontagem, com isso, foi projetada como uma demonstração de afinidade ideológica do sujeito-instituição *Folha de São Paulo* com aqueles que participaram ativamente dos ataques à sede dos três poderes.

Em virtude de a fotografia mobilizar o arquétipo imaginário sobre notícias falsas e arma de fogo, estas imagens mentais provocam uma afetividade negativa, violência, morte, ameaça, nos sujeitos que compartilham de afinidades ideológicas e políticas com o presidente e partidários assim como de experiências vinculadas à tópica de violências verbais⁶ nas plataformas digitais no tocante às assimetrias entre esquerda/direita e cristianismo/espiritismo.

Os sujeitos que compartilhavam de um mesmo vínculo ideológico utilizaram a ferramenta tecnolinguageira marcação de usuário, por meio o recurso arroba (@), com a intenção de que o interlocutor mencionado, sujeito-instituição *Folha de São Paulo*, soubesse das críticas dirigidas a ele, considerando que a rede social notifica o usuário quando outras pessoas marcam o seu perfil. Os atores sociais que aderem ao mesmo posicionamento engajam-se ao marcar o jornal nos comentários e nos compartilhamentos aumentando o quantitativo de marcações ao perfil e, consequentemente, de notificações ao jornal das várias críticas à fotomontagem e aos sentimentos de violência mobilizados pela imagem.

Com base nos conceitos de Recuero (2009) de que as interações nas plataformas digitais fortalecem laços e fomentam valores sociais, entendemos que a possibilidade de direcionamento explícito aos sujeitos no Twitter permitem que o interlocutor marcado assim como outros possam engajar-se em relação ao tópico em questão, apresentando

⁶ Família de Rodrigo entrará na Justiça após ataques racistas: "ele sofreu até ameaça de morte". Disponível em: <https://revistaquem.globo.com/TV-e-Novelas/BBB/noticia/2019/04/familia-de-rodrigo-entrara-na-justica-apos-ataques-racistas-ele-sofreu-ate-ameaca-de-morte.html>. Acesso em 6 de fev. de 2023.

Escritora Marcia Tiburi revela que deixou o país após ameaças de morte. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/03/11/interna_politica,742248/escritora-marcia-tiburi-revela-que-deixou-o-pais-apos-ameacas-de-morte.shtml. Acesso em 6 de fev. de 2023.

uma resposta/réplica direcionada ao diretor e à filósofa por intermédio da marcação direta dos seus perfis, elemento singularizador dos sujeitos neste cenário interacional; assim como por intermédio de curtidas, compartilhamentos e comentários ao “ampliar seu conteúdo, explorando as afordâncias técnicas das diferentes plataformas para produzir o acordo e o desacordo, o consenso e a polêmica, para trazer complementos e prolongamentos” (Paveau, 2021, p. 108).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do percurso pelas postagens desencadeadas pela fotomontagem integrante da notícia publicada pelo jornal *Folha de São Paulo* em 19 de janeiro de 2023, compreendemos que “as paixões constituem um teclado no qual o bom orador toca para convencer” (Meyer, 2000, p. XLI). A imagem do presidente recém-eleito com a cabeça abaixada ajeitando a gravata sobreposta a uma imagem de um vidro avariado por um projétil engendrou sentimento de ameaça e morte naqueles que experienciaram hostilidade e agressões em um cenário político e interacional marcado pelo discurso do ódio nas redes digitais e na materialidade social.

Considerando que “as emoções e os sentimentos estão vinculados às experiências que os sujeitos tiveram e aos valores que lhe são atribuídos” (Charaudeau, 2007, p. 241), compreende-se que as experiências prévias relacionadas aos embates políticos e ideológicos relacionados à dicotomia direita/esquerda moldaram a recepção da imagem e fizeram que um dado grupo interpretasse a imagem como uma ode à violência ao presidente e, conseqüentemente, àqueles que compartilham do mesmo pensamento político.

Considerando que “a pós-verdade é, acima de tudo, um fenômeno emocional e diz respeito à nossa atitude em relação à verdade, e não à própria verdade” (D’Ancona, 2018, p. 111), compreende-se que as “verdades” que circulam em determinados grupos sociais fomentam afinidades entre aqueles que apresentam as mesmas crenças, paixões e opiniões permitindo, com isso, a aceitação da violência, tanto no âmbito digital quanto material, contra àqueles que não fazem parte da mesma teia interativa.

Com base nisso, compreende-se que esta experiência com as violências e as notícias falsas deste período de pós-verdade influenciou a recepção da fotomontagem e

fez com que muitos interpretassem a imagem como ameaça e morte ao presidente e aos seus partidários. Estes, por sua vez, engajaram sujeitos nas redes digitais de forma que a construção e recepção da notícia envolveu exclusivamente a imagem e não o gênero textual notícia na sua integralidade.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Helena. Quando a Suíte Vira Novela: uso de estratégias narrativas ficcionais no telejornalismo. *Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, n. 33, p.1-13, 2010.

AMOSSY, Ruth. *Présentation de soi (La): Ethos et identité verbale*. Paris: Presses Universitaires de France 2019.

AQUINO, Zilda. *Conversação e conflito: um estudo das estratégias discursivas em interações polêmicas*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.

BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

CAMPOS, Tales. Do Haiti ao Planalto: os militares e a relação com a ONU no primeiro ano do governo Bolsonaro. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, v.10, n. 2, p. 295-312, 2021.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília; MACHADO Ida Lúcia. (org.). *As emoções no discurso*. Mercado Letras: Campinas, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. Imagem, mídia e política: construção, efeitos de sentido, dramatização, ética. In: MENDES, Emília (coord.); MACHADO, Ida Lúcia; LYSARDO-DIAS, Dyllia (orgs.). *Imagem e discurso*. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. Pathos e discurso político. In: MACHADO, Ida; MENEZES, William; MENDES, Emília. (org.). *As Emoções no Discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Convite à filosofia*. 12ª ed. São Paulo: Ática, 1999

D'ANCONA, Matthew. *Pós-Verdade: A nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. 1ª ed. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DUNKER, Christian *et al.* *Ética e Pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 23ª ed. São Paulo: Graal, 2004.

GOMES, Wilson. Jornalismo, fato e interesse: o fato como problema. In: *Jornalismo fatos e interesses: ensaios de teorias do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2009.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & história*. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LÓPEZ-DEL-RAMO, Joaquín.; RECIO, Marcos. Análisis descriptivo del fotoperiodismo narrativo en los diarios digitales Folha de São Paulo y The Guardian. *Revista Española de Documentación Científica*, v. 40, n. 2, p. 173-187, 2017.

MEYER, Michel. Prefácio. In: ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. Tradução de Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. XVII-LI.

OLIVEIRA, Ana; KALIL, Suzeley; TABINO, Nilton. A (re)militarização do Ministério da Defesa no Brasil (2016-2021). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.38, n.111, p.1-17, 2023.

ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4ª ed. Campinas: Pontes, 2006.

ORLANDI, Eni. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. *Revista Rua*, v.1, n.1, p. 35-47, 1995.

PÊCHEUX, Michael. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2009.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

QUADROS, Paulo. Dissimulacro-Ressimulação: Ensejos da cultura do ódio na era do Brasil pós-verdade. *Media & Jornalismo*, v. 18, n. 32, p. 201 - 218, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível. Estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2009.

RECUERO, Raquel. Atos de Ameaça a Face e a Conversação em Redes Sociais na Internet. In: PRIMO, Alex. (Org.). *Interações em Rede*. v. 1, 1. ed. Porto Alegre: Sulina, p. 51-7, 2013.

RECUERO, Raquel. *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROUILLÉ, André. A fotografia na tormenta das imagens. In: DOBAL, Susana; GONÇALVES, Osmar (Org.). *Fotografia Contemporânea: fronteiras e transgressões*. Brasília: Casa das Musas, 2013.

SCHÄFER, Gilberto; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo; SANTOS, Rodrigo Hamilton dos. Discurso de ódio: da abordagem conceitual ao discurso parlamentar. *RIL Brasília*, v. 52, n. 207, p. 143-158, 2015.

SCHMIDT, Flávia. *Presença de militares em cargos e funções comissionados do executivo federal*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2022.

WARDLE, Claire; DERA KHSHAN, Hossein. Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making. *Council of Europe*, n.27, p.1-107, 2017.

Recebido em: 04/11/2023

Aceito em: 11/04/2024

Bianca Dorothea Batista: Professora de Estudos Linguísticos da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA. Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2019) com período de estágio de pesquisa na Europa- Universität Viadrina Frankfurt (Oder), Alemanha (2017). Atualmente é membra do grupo de Estudos Literários e Linguísticos da Amazônia (GELLA) e do Grupo de Estudos Bakhtinianos (GEBAX).

Os engajamentos discursivos desencadeados pela fotomontagem do jornal *Folha de São Paulo*

The discursive engagements triggered by the photomontage of the newspaper Folha de São Paulo

Bianca Dorothea Batista

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

biadbatista@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9476-2089>

RESUMO

Este artigo analisa o engajamento dos sujeitos nas redes sociais desencadeado pela fotografia que integrava a notícia do jornal *Folha de São Paulo*, publicada no meio impresso e digital no dia 19 de janeiro de 2023, em que há uma fotomontagem do presidente recém-eleito Luís Inácio Lula da Silva atrás de um vidro avariado dias após a depredação dos prédios do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal por grupos extremistas que não aceitavam a derrota eleitoral do candidato da oposição. A imagem mobiliza um arquétipo imaginário de violência e provoca uma afetividade negativa como ameaça e agressão nos sujeitos que compartilham de afinidades ideológicas e políticas com o presidente assim como de experiências vinculadas à tópica do discurso de ódio nas plataformas digitais.

Palavras-chave: argumentatividade; *pathos*; redes sociais; embates discursivos; discurso de ódio.

ABSTRACT

This article analyzes the subjects' engagement on social networks triggered by the photograph that was part of the news in the *Folha de São Paulo* newspaper, published in print and digital media on January 19, 2023, in which there is a photomontage of the recently elected president Luís Inácio Lula da Silva behind damaged glass days after the assault of the National Congress, Planalto Palace and Federal Supreme Court buildings by extremist groups who did not accept the electoral defeat of the opposition candidate. The image mobilizes a violent imaginary archetype that provokes negative affectivity such as threat and aggression in subjects who share ideological and political affinities with the president as well as experiences linked to the topic of hate speech on digital platforms.

Keywords: argumentativeness; *pathos*; social media; discursive struggles; hate speech.

INTRODUÇÃO

A notícia publicada pela *Folha de São Paulo* no dia 19 de janeiro de 2023 desencadeou várias postagens nas redes sociais devido à imagem do recém-eleito presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, atrás de um vidro avariado por apoiadores do ex-presidente, Jair Messias Bolsonaro, que depredaram os prédios do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal por não aceitaram a derrota eleitoral do candidato do Partido Liberal (PL).

A imagem apresentada no jornal como “foto feita com múltipla exposição”, duas ou mais fotos sobrepostas formando uma única, foi projetada por alguns leitores como “premissa para *fake news*” e “sugestão de um tiro no coração”. A forma como a invasão, “o acontecimento bruto”, foi apresentada pelo sujeito-instituição *Folha de São Paulo*, “acontecimento veiculado” (Charaudeau, 2006, p. 256), é criticada por estes sujeitos por não dialogar com a realidade e se configurar como uma incitação a novos atentados, à produção de informações falsas contra o presidente eleito e contra as instâncias democráticas.

Dentre os elementos envolvidos na “polêmica” da fotomontagem, pode-se trazer à questão os regimes de verdade que permeiam o gênero textual notícia, veracidade, confiabilidade e credibilidade, e condicionam a aceitabilidade deste gênero no contrato de comunicação. Como a imagem não “faz crer que o que é dito é verdadeiro” (Charaudeau, 2007, p. 90), ela não atende ao seu papel de “testemunho visual e material dos fatos aos espectadores ausentes da cena; fragmento congelado de uma realidade passada” (Kossoy, 2001, p. 36-37) por ser uma “montagem” ou fruto de uma “criatividade”. A atitude responsiva dos interlocutores diante desta quebra do contrato de comunicação se fez presente nas postagens que envolviam uma “relação de força ou de aliança, de exclusão ou de inclusão, de agressão ou de convivência com o interlocutor” (Charaudeau, 2007, p. 71).

Em conjunto a isso, a revolução midiática e tecnológica no âmbito das artes visuais e dos periódicos digitais fez com que a foto deixasse de se configurar como “um elemento relacionado com a página em que se publica por ser dotado de autonomia estrutural e semântica, constituindo uma unidade sintática que complementa [a reportagem] e constrói uma história ou narrativa” (López-del-Ramo, 2017, p. 66,

tradução nossa). O artístico passa a coexistir com o documental nos jornais reconfigurando e transformando as formas de representação dos sujeitos, dos objetos e dos eventos da materialidade histórica: “durante toda a época moderna, a prática da reportagem constituiu em alimentar a ficção da objetividade e da verdade das imagens até o mito da sua consubstancialidade com o real” (Rouillé, 2013, p. 22).

A hipótese desta pesquisa envolve as recepções da fotomontagem no seu período de publicação, visto que “toda imagem é polissêmica e pressupõe, subjacente a seus significantes, uma ‘cadeia flutuante’ de significados, podendo o leitor escolher alguns e ignorar outros” (Barthes, 1990, p. 92), o que implica que a fotografia pode configurar-se como fomento às *fake news*, promoção à violência, arte fotográfica, “espelho do olhar”¹ dentre outros significados, uma vez que a fotografia e os sujeitos são perpassados pelo contexto social, político, histórico e ideológico, e a intertextualidade entre estes fatores com os discursos anteriores, atuais e previstos sobre os ataques à sede dos três poderes e ao presidente fazem com que a atitude responsiva (Bakhtin, 2003) dos interlocutores não seja una e, conseqüentemente, a interpretação da fotografia não seja padronizada.

Com base neste conceito, faremos um percurso por teorias que auxiliem a compreender o contexto social e digital de embates políticos sustentados pelo discurso de intolerância que fizeram com que sujeitos interpretassem a imagem como uma ameaça, assim como a forma como estas imagens despertam emoções e sustentam a argumentatividade.

ARGUMENTATIVIDADE E *PATHOS*

Os estudos de Aristóteles (2011) sobre a Retórica iniciam, de certa forma, uma reflexão sobre a noção de argumentatividade ao trazer à luz as estratégias utilizadas na oratória para persuadir o auditório, a saber: *ethos*, *pathos* e *logos*. O primeiro refere-se à construção discursiva que o orador projeta sobre si para conferir credibilidade e autoridade a sua imagem e palavras; o segundo refere-se às emoções e às paixões que o

¹ “Minhas fotos são o espelho do meu olhar. Essa só é a forma como eu vejo o mundo. Você pode ter o seu olhar, discordar do meu, tudo bem, o mundo é plural. Sendo assim, vou ignorar absurdos como ‘apaga isso’, entre outros *hates*, especialmente depois do dia 08/01. Tweet de Gabriela Biló, fotógrafa do Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/internautas-criticam-folha-por-capa-com-foto-de-lula/>. Acesso em: 20 de fev. de 2023.

orador pretende despertar nos interlocutores com o intuito de promover adesão ao seu ponto de vista; e o último envolve as comprovações por meio de raciocínio lógico e proposicionais que conferem veracidade ao discurso apresentado, “o [ethos] depende do caráter pessoal do orador; o [pathos], de levar o auditório a uma certa disposição de espíritos; e o [logos], do próprio discurso no que diz respeito ao que demonstra ou parece demonstrar” (Aristóteles, 2011, p. 45).

Charaudeau (2007) pauta-se nas estratégias aristotélicas para desenvolver suas concepções acerca das manobras utilizadas pelos interactantes no ato de linguagem, que é comparado a uma peça teatral, *mise-en-scène*, em que os sujeitos atuam de acordo com o auditório projetado. Nessa encenação interativa, há o sujeito enunciador, eu enunciador (EUe), e o sujeito destinatário, tu destinatário (TUD), os protagonistas da cena interacional, que revezam os papéis de enunciador e destinatário ao longo da interação enquanto o sujeito comunicante, eu comunicante (EUC), e o sujeito interpretante, tu interpretante (TUI) são as construções discursivas historicamente compartilhadas sobre as situações comunicativas e os papéis sociais.

Este cenário envolve as identidades construídas e desconstruídas ao longo das encenações interacionais; os dispositivos, os elementos linguísticos e extralinguísticos estrategicamente evocados na interação; e a finalidade, a intencionalidade do ato comunicativo de convencer e atuar sobre o interlocutor. Estes elementos, em conjunto, contribuem para criar as estratégias de legitimidade, credibilidade e captação. O primeiro refere-se a uma posição de autoridade oriunda de uma experiência e de um papel social; o segundo envolve os elementos discursivos e extra-discursivos utilizados para conferir veracidade e autenticidade ao discurso; e o último envolve as estratégias linguísticas para sensibilizar o interlocutor por meio das emoções, crenças e paixões.

Com isso, a patemização, o *pathos* aristotélico, é utilizada por Charaudeau (2007), para abordar o uso das experiências sensoriais, religiosas, sociais, históricas e políticas, que integram um imaginário coletivo e são mobilizados por meio de imagens, palavras e sons para suscitar uma emoção no interlocutor, levando-o a concordar com o posicionamento do orador.

Palavras como ‘cólera’, ‘horror’, ‘angústia’, ‘indignação’ etc. designam estados emocionais, mas não provocam, necessariamente, emoção. Pode acontecer que seu emprego tenha um efeito contra produtivo: explicitar um estado emocional poderia ser interpretado como um faz de conta, porque,

como se diz em determinadas culturas, ‘a verdadeira emoção não é dita, é sentida. Outras palavras como ‘vítima’, ‘assassinato’, ‘crime’, ‘massacre’, imagens de sangue, de destruição, de inundação, de desmoronamentos que são em parte ligadas aos dramas do mundo, exclamações (Ah!, Oh! Nossa!) são suscetíveis de expressar ou engendrar medos, sofrimentos, horrores, mas são somente ‘suscetíveis’. O que se pode dizer é que estas palavras e estas imagens são, cada vez mais, ‘bons candidatos’ para o desencadeamento de emoções. Mas tudo depende do ambiente em que essas palavras estão, do contexto, da situação na qual se inscrevem, de quem as emprega e de quem as recebe (Charaudeau, 2007, p. 242-243).

Charaudeau (2007) afirma que as palavras e as imagens despertam emoções, patemização, por estarem vinculadas ao contexto em que se inserem, o que implica que os discursos acionam emoções de uma subjetividade partilhada, isto é, sentimentos que seriam esperados dos interlocutores devido às experiências prévias em determinados contextos interativos. Com isso, a foto de uma vidraça quebrada sobreposta à imagem do presidente ajeitando a gravata com a cabeça inclinada para baixo engendram sentimentos de ameaça e de morte pelo trincado do vidro estar próximo ao peito e em um formato que aparenta um projétil, onze dias após a invasão e a depredação da sede dos três poderes.

As imagens mentais, “resultado da percepção direta que um sujeito tem do mundo físico” (Charaudeau, 2013, p. 383), compõem o repertório imagético, discursivo e histórico de situações, sujeitos, objetos e fenômenos e determinam a construção de sentido da imagem visual (material), a cada interpretação, isto é, “reenquadramento do mundo físico” (Charaudeau, 2013, p. 385) pelos sujeitos. Isto implica que a representação do evento pela fotografia foi um reenquadramento dos ataques antidemocráticos a partir da materialidade histórica e de arquétipos ideológicos assim como a recepção desta pela audiência projetada e não projetada também envolveu um reenquadramento.

Assim como Orlandi (1995, p. 39) afirma que não “se é pintor, músico, literato indiferentemente”, também não se é fotógrafo indiferentemente, o que implica que a imagem não é apenas perpassada pela individualidade, “só é a forma como eu vejo o mundo”², mas pelas formações discursivas e ideológicas sobre si, o outro e o tópico em questão que permeiam a escolha de uma fotografia e não de outra assim como um

² Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2023/01/19/foto-de-lula-em-capda-folha-gera-polemica-nas-redes-sociais-entenda.html>. Acesso em: 26 de fev. de 2023.

repertório de outras possíveis que poderiam desempenhar a mesma função na notícia e na estrutura da narrativa digital.

A fotografia, com isso, não é a reprodução documental dos atentados do dia 8 de janeiro e nem uma percepção exclusivamente subjetiva da realidade, mas um texto visual que evoca e promove atitudes responsivas por ser um “acontecimento em um discurso” (Charaudeau, 2006, p. 131). A produção da notícia e sua organicidade, como a formatação, a fotografia, as seleções lexicais dentre outros elementos, não envolve uma lógica empírico-dedutiva, mas é determinada pelas “posições ideológicas” no contexto sócio-histórico em que é produzida e reproduzida e pela atividade de triagem que atenda ou não a determinadas condições de aparição e de aceitação (Pêcheux, 2009, p. 146).

Barthes (1990), em contrapartida, avalia a imagem por outro viés ao defender que a fotografia pode assumir duas características, a denotativa e a conotativa. A primeira refere-se ao vínculo do objeto com a paisagem, uma pretensão de representação da realidade, “em uma relação transparente com a literalidade do significante”, e a segunda, os efeitos, as técnicas e “uma retórica de esquemas, cores, grafismos, gestos e expressões” (Barthes, 1990, p. 13).

Por mais que as imagens e as técnicas sejam do âmbito conotativo, acionam conhecimentos prévios sobre a bipolaridade política na sociedade, os ataques às instâncias democráticas, as notícias e as postagens lidas sobre este episódio. Tais questões moldam a recepção da imagem e fazem com que se enquadre na dicotomia do *studium* e *punctum*. Estes dois termos latinos foram utilizados pelo filósofo para diferenciar dois tipos de fotografias: a primeira refere-se àquela que atende ao esteticamente belo, aprazível e aos padrões do “que se tem por uma foto” (Barthes, 1990, p. 42), enquanto a segunda refere-se àquela que sensibiliza, que fere, que alegra e que entristece por ser capaz de “prender, cativar [e] surpreender de maneira bastante enigmática” (Barthes, 1990, p. 42).

O que Barthes considera como sensibilização, *punctum*, reações emocionais acionadas na interação com a imagem, seria na concepção de Charaudeau, *patemização*, o engendramento de emoções positivas ou negativas diante de discursos com o intuito de promover a adesão ao posicionamento do enunciador. As emoções experienciadas, imaginadas e idealizadas pelos sujeitos contribuem para a construção de representações sociointerativas sobre si, o outro e as situações comunicativas de forma que “uma

informação pode produzir um efeito de banalização, de saturação, de amálgama ou, ao contrário, de dramatização” (Charaudeau, 2006, p. 159).

Aristóteles (2001, p. 49) afirma que “persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio” e, com base nestes conceitos, concebe-se que os recursos linguísticos e visuais empregados provocam sentimentos nos interlocutores, que os levam a sustentarem, mudarem, aderirem ou refutarem o conteúdo de uma narrativa visual e multimodal interpelado pela emoção, “a relação patêmica engaja o sujeito em um comportamento reacional segundo as normas sociais às quais ele está ligado, as que ele interiorizou ou as que permanecem nas suas representações” (Charaudeau, 2007, p. 32).

Uma representação pode ser chamada de patêmica quando ela descreve uma situação a propósito da qual um julgamento de valor coletivamente compartilhado – e, por conseguinte, instituído em norma social – questiona um actante que acredita ser beneficiário ou vítima, e ao qual o sujeito da representação se encontra ligado de uma maneira ou de outra (Charaudeau, 2007, p. 31).

Por mais que a patemização vise à adesão do interlocutor ao posicionamento do enunciador, não é possível garantir que isto, de fato, ocorra, porque os sujeitos são atores sociais que dialogam e agem sobre os textos que os antecedem e os circundam. Isto implica que o texto engloba “sentidos possíveis”, pois nem sempre há uma concordância entre os efeitos visados pelo enunciador e os efeitos produzidos pelos atores sociais, indicando, com isso, que “toda análise de texto nada mais é do que a análise dos ‘possíveis interpretativos’” (Charaudeau, 2006, p. 128).

Hans Jauss (1994, p. 28), por sua vez, afirma que os sujeitos criam um “horizonte de expectativa” sobre os textos com os quais interagem baseados nos conhecimentos prévios sobre o gênero textual, a temática e os indivíduos em conjunto com as questões políticas, sociais, literárias e históricas que atravessam o texto. Por mais que estes fatores permeiem a produção textual, a recepção não ocorre de forma idêntica entre os sujeitos, pois as “experiências pessoais” e a “postura emocional” influenciam a expectativa criada em relação ao texto e, consequentemente, a sua interpretação (Jauss, 1994, p. 28). As diferentes compreensões moldam o arcabouço

significativo do texto e tornam os leitores em coparticipantes da produção textual por lhe conferirem sentidos possíveis em uma dada temporalidade.

De forma a exemplificar esta assertiva, pode-se destacar o título da notícia do jornal *Folha de São Paulo*, “No foco de Lula, presença militar no Planalto é recorde”. O presidente eleito, Luís Inácio Lula da Silva, foi alvo de ataques antidemocráticos e alvo de rejeição de alguns integrantes das forças armadas visto que o ex-presidente, Jair Messias Bolsonaro, havia concedido cargos políticos relevantes a esta categoria, como a vice-presidência da república, os ministérios da Casa Civil, da Defesa, da Infraestrutura, da Saúde dentre outros cargos comissionados do executivo federal (Schmidt, 2022, p. 5) promovendo, com isso, uma militarização massiva dos cargos civis (Oliveira; Kalil; Tubino, 2023).

Como havia sido concedido um destaque político aos militares que não ocorria desde o fim da ditadura civil-militar (Campos, 2021, p. 304), o presidente eleito tinha como desafio lidar, no início do seu governo, com o favoritismo desta categoria pelo ex-presidente, descentralizar o poder concedido a eles e enfrentar a animosidade diplomática entre a esfera civil e militar devido ao apoio de alguns integrantes das forças armadas aos ataques antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023.

Por mais que a temática central da notícia envolvesse estas questões, alguns interlocutores, como o diretor de cinema Rodrigo França e a filósofa Márcia Tiburi, projetaram a fotomontagem como a notícia em si, tecendo críticas à proposta discursiva da fotomontagem e não aos embates políticos entre o presidente eleito e os militares.

No foco de Lula, presença militar no Planalto é recorde (*Folha de São Paulo*, 19 de janeiro de 2023).

Que capa é esta [@folha](#)? Fotomontagem é a premissa para uma *fake news*. Que péssimo momento para um jornal tentar ser “criativo” (França, 19 de janeiro 2023).

O que a [@folha](#) pretende com essa montagem? Incitar o ódio contra Lula? Sugerir que ele leve um tiro no coração? O responsável por essa montagem deve ser intimado a se explicar! Trata-se de uma montagem criminosa, pois sugere um tiro no coração (Tiburi, 19 de janeiro de 2023).



Fonte: Elaboração da autora

Considerando que ‘cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros’” (Foucault, 2004, p. 12), os jornais e os telejornais são instâncias historicamente e socialmente projetadas como responsáveis por intermediar o contato do leitor com evento ocorrido mediante mecanismos de veracidade. Em virtude disso, estabeleceu-se “a ideia da notícia como fato puro, verdade ou espelho da realidade” (Alencar, 2010, p. 6) e de que o jornalismo se pauta na “deontologia da fidelidade aos fatos toda a sua legitimidade” (Gomes, 2009, p. 12).

Aletheia (noção grega) se refere ao que as coisas são (realidade); veritas (linguagem) se refere aos fatos que foram; emunah (confiança) se refere às ações e coisas que serão. A nossa concepção da verdade é uma síntese dessas três fontes e por isso se refere às coisas presentes (como na aletheia), aos fatos passados e à linguagem (como na veritas) e às coisas futuras (como na emunah). Também se refere à própria realidade (como aletheia), à linguagem (como na veritas) e à confiança (como na emunah). Palavras como “averiguar” e “verificar” indicam buscar a verdade; “veredito” é pronunciar um julgamento verdadeiro, dizer um juízo veraz; “verossímil” e “verossimilhante” significam: ser parecido com a verdade, ter traços semelhantes aos de algo verdadeiro (Chauí, 1999, p. 99).

³ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/internautas-criticam-folha-por-capa-com-foto-de-lula/>. Acesso em: 3 de fev. de 2023.

Disponível em: https://twitter.com/franca_rodrigo/status/1616060247990321153. Acesso em: 3 de fev. de 2023.

Disponível em: <https://twitter.com/marciatiburi/status/1616023811018878980>. Acesso em: 3 de fev. de 2023.

Os conceitos greco-latinos que nortearam a filosofia ocidental concebiam a “precisão, exatidão e fidelidade do relato” como verdade (*veritas*), criada discursivamente e promotora de confiança (*emunah*) diante da sociedade (*polis*). Na era da pós-verdade, as crenças e as emoções são suficientes para explicar o mundo e os fatos/eventos e, com isso, “o ponto de vista passa a figurar como verdade em absoluto, e a verdade torna-se somente a vontade triunfal de indivíduos com ideias inteiramente convergentes” (Quadros, 2018, p. 203). Isto implica que a comparação de vários conceitos e a investigação científica para se chegar a uma dada conclusão é minada, pois a verdade é criada a partir de emoções e de crenças para atuar sobre determinado grupo social que irá fomentá-lo e nutri-lo nas mais variadas esferas comunicativas, como as redes sociais, fazendo, com isso, que os fatos/eventos narrados nesta teia interacional circulem massivamente apenas entre eles e se sobreponham aos demais.

Charaudeau (2013), por sua vez, afirma que no contrato de comunicação midiática, há o propósito de fazer crer, promover a concepção de que o que é dito é verdadeiro; fazer saber, informar ao cidadão algo que ele não sabe; e fazer sentir, promover sentimentos nos interlocutores de forma a captarem sua atenção e audiência para sobreviverem à concorrência. A fotografia integra a organicidade do gênero textual notícia e apresenta a intencionalidade de fazer crer, saber e sentir, pois é perpassada pelo contrato de comunicação midiática; complementa a narrativa sobre os ataques às sedes dos três poderes; e engendra sentimentos compartilhados no campo imagético sobre a cena discursiva.

Nas postagens, a fotografia representa a notícia em si e mobiliza sentimentos de ameaça e de morte em relação ao presidente e aos seus partidários e de indignação e de revolta em relação à *Folha de São Paulo* e, com isso, os interlocutores aderem à tese de que a instância jornalística defende atos violentos contra o presidente eleito: “uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 50).

A identificação dos sujeitos com as emoções evocadas na imagem faz com que sejam convencidos acerca do posicionamento defendido e que haja a “adesão dos espíritos às teses” com curtidas, comentários e compartilhamentos das postagens

reforçando a crítica ao que consideram uma ode às notícias falsas e à violência em um cenário de embates políticos e discursivos entre os grupos pertencentes à dicotomia direita/esquerda. Também é possível a não adesão à tese no cenário interacional configurando, com isso, um “confronto entre sistemas de valores com os diferentes participantes da atividade discursiva” (Aquino, 1997, p. 144), visto que os sujeitos podem engajar-se em postagens de figuras públicas no Twitter sem que sejam, necessariamente, seus seguidores na rede social.

A fotografia e as atitudes responsivas (Bakhtin, 2003) a ela também são permeadas de argumentatividade com o intuito de persuadir o auditório projetado a aderir a um dado posicionamento e, para isso, os interlocutores fazem uso dos mais diversos recursos argumentativos e tecnolinguageiros para fazer saber, informar sobre a “real intenção” da notícia presumindo-se que tal informação é desconhecida pelos interlocutores; fazer crer, convencer o interlocutor de que a postagem é uma ode à violência; fazer sentir, mobilizar emoção de indignação e repulsa relacionadas à cena discursiva da fotografia; e fazer fazer, levar o interlocutor a assumir a mesma atitude do enunciador de questionar o sujeito-instituição *Folha de São Paulo* nas redes digitais.

O texto verbal (comentário) e a imagem (jornal) atuam em conjunto nas postagens para convencer o interlocutor de que fotografia não é uma montagem relacionada à inovação do campo visual, “correlação com que não estava correlacionado, ou de produção de rupturas no tecido sensível das percepções e na dinâmica dos afetos” (Rancière, 2009, p. 64), mas uma narrativa digital integrante da violência simbólica direcionada ao presidente e à organicidade política vinculada a ele. Esta violência ocorre no âmbito do discurso verbal e multimodal por meio de insultos, intimidações, assédio e ameaças⁴, que podem materializar-se em violência física; e por meio da *disinformation*, manipulação e propagação intencional de notícias falsas para prejudicar pessoas, grupos, Estados dentre outros (Wardle; Deraksham, 2017).

Segundo D’Ancona (2018), o fomento às informações falsas está vinculado à pós-verdade, em que o importante não é o fato/evento em si e as evidências para a sua comprovação, mas a criação discursiva sobre o fato/evento, que permita que o criado/imaginado consiga sobrepor-se à realidade e, com isso, uma hiper-realidade, uma

⁴ Moraes mantém prisão de homem que fez ameaças a Lula e ministros do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/02/16/moraes-mantem-prisao-de-homem-que-fez-ameacas-a-lula-e-ministros-do-stf.ghml>. Acesso: 3 de fev. de 2023.

nova concepção social sobre o que seja considerado verdadeiro reconfigura os regimes de verdade da sociedade. Isto faz com que as paixões pessoais, religiosas, políticas e ideológicas se configurem como os elementos norteadores da verdade e não mais as ações de examinar, demonstrar e justificar, pois “a epistemologia da pós-verdade incita que aceitemos que existem ‘realidades incomensuráveis’ e que a conduta prudente consiste em escolhermos lados, em vez de avaliarmos evidências” (D’Ancona, 2018, p. 90).

Como a “pós-verdade promove a recusa do outro” (Dunker, 2017, p. 28), este cenário também fomenta o discurso de ódio, que envolve a “estigmatização, escolha e marcação de um inimigo” (Schäfer; Leivas; Santos, 2015, p. 147). O diretor Rodrigo França e a filósofa Márcia Tiburi afirmam que o sujeito-instituição *Folha de São Paulo* projeta o presidente como um inimigo assim como aqueles que, em um primeiro momento, apenas insultavam e criticavam discursivamente o presidente nas redes sociais, mas, posteriormente, materializaram tais sentimentos ao acampar nas portas dos quartéis do país para exigir a anulação da decisão eleitoral⁵ para, por fim, corporificar a agressividade nos ataques às sedes dos três poderes no dia 8 de janeiro de 2023.

Os sentimentos de ameaça à família, à religião, à moralidade e à economia, suscitados por meio de comícios e de notícias falsas e fomentados por determinados agentes políticos e religiosos, tinha o intuito de criar a imagem discursiva de um “inimigo”, o presidente eleito, que precisava ser combatido. Para isso, os sujeitos precisavam engajar-se nas redes sociais para instigar “a cultura da indiferença que faz com que o sujeito em situação de ameaça reaja com ódio ou violência” (Dunker, 2017, p. 28). Como o inimigo é uma ameaça às ideologias dos membros de uma dada coletividade, estabelece-se um cenário de direito ao discurso de ódio e, conseqüentemente, um direito de insultar, intimidar e assediar àqueles que não pertencem à mesma teia interacional, o que faz com que as redes digitais sejam “um espaço frutuoso para a emergência de discursos agressivos e ofensivos e para propagação da violência” (Recuero, 2013, p. 9).

⁵ “É incabível que tais manifestações interfiram nos direitos fundamentais do restante de nossa população. É inaceitável também que tais protestos tenham por objetivo alterar a vontade popular apresentada pelas urnas em 30 de outubro. Uma democracia pressupõe o acolhimento da votação feita dentro de um processo legítimo, e o segundo turno de nossas eleições, confirmado nacional e internacionalmente, foi legítimo”. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/document%20-%202022-12-19T175018.788.pdf>. Ofício do Ministério Público do Distrito Federal. Acesso em: 3 de fev. de 2023.

Enquanto a cooperação é essencial para a criação e a manutenção da estrutura, o conflito contribui para o desequilíbrio. A competição, por outro lado, pode agir no sentido de fortalecer a estrutura social, gerando cooperação para atingir um fim comum, proporcionar bens coletivos de modo mais rápido, ou mesmo gerar conflito, desgaste e ruptura nas relações” (Recuero, 2009, p. 83).

Por mais que os sujeitos que sustentavam e difundiam notícias falsas não sejam, necessariamente, os mesmos que ficaram acampados nos entornos dos quartéis do país ou aqueles que invadiram o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, eles compartilham o sentimento de ódio ao presidente e ao seu partido por serem os “inimigos” dos valores morais, religiosos e políticos da nação idealizados por aqueles que se projetam como “vítimas” das ações reais e futuras dos “inimigos”. Os valores coletivamente compartilhados mantêm a unidade destes indivíduos que provavelmente não conhecem e nem conhecerão todos aqueles que integram esta unidade, mas estão vinculados pelos laços formados nas redes sociais fomentados por reciprocidade ideológica.

A rede é especialmente apropriada para a geração de laços fracos múltiplos. Os laços fracos são úteis no fortalecimento de informações e na abertura de novas oportunidades a baixo custo. A vantagem da rede é que ela permite a criação de laços fracos com desconhecidos, num modelo igualitário de interação, no qual as características sociais são menos influentes na estruturação, ou mesmo no bloqueio, da comunicação. De fato, tanto off-line, quanto online, os laços fracos facilitam a ligação de pessoas com diversas características sociais, expandindo assim a sociabilidade para além dos limites socialmente definidos do autoconhecimento (Castells, 2007, p. 445).

Os laços entre os sujeitos gerados pelo embate com o outro (*out-group*) nutrem a organicidade do grupo (*in-group*) (Amossy, 2019) e moldam a sua memória digital (Dias, 2016), isto é, a repetição, atualização e reatualização dos papéis projetados a si, ao outro; e aos valores sociais, ideológicos e políticos sustentados. As facetas identitárias de “beneficiário”, “vítima”, “direita”, “esquerda”, “honesto” e “desonesto” são socialmente compartilhadas, mas não necessariamente fixos indicando, com isso, que são permeados pelo já-dito, pela materialidade social, pelo acontecimento digital, pelas formações discursivas e pela resignificação dos sujeitos em “diferentes formas de memória” historicamente e socialmente construídas (Orlandi, 2006).

Como a violência discursiva fez parte da dinâmica digital durante todo o período eleitoral e ganhou projeções na materialidade social mediante os ataques realizados à sede dos três poderes, a fotomontagem foi projetada como um incentivo à ataques direcionados à integridade física do presidente (*tiro no coração*) e à promoção de notícias falsas relacionadas a um possível tiro que possa ter atingido o presidente durante as invasões de 8 de janeiro (*fake news*). A fotomontagem, com isso, foi projetada como uma demonstração de afinidade ideológica do sujeito-instituição *Folha de São Paulo* com aqueles que participaram ativamente dos ataques à sede dos três poderes.

Em virtude de a fotografia mobilizar o arquétipo imaginário sobre notícias falsas e arma de fogo, estas imagens mentais provocam uma afetividade negativa, violência, morte, ameaça, nos sujeitos que compartilham de afinidades ideológicas e políticas com o presidente e partidários assim como de experiências vinculadas à tópica de violências verbais⁶ nas plataformas digitais no tocante às assimetrias entre esquerda/direita e cristianismo/espiritismo.

Os sujeitos que compartilhavam de um mesmo vínculo ideológico utilizaram a ferramenta tecnolinguageira marcação de usuário, por meio o recurso arroba (@), com a intenção de que o interlocutor mencionado, sujeito-instituição *Folha de São Paulo*, soubesse das críticas dirigidas a ele, considerando que a rede social notifica o usuário quando outras pessoas marcam o seu perfil. Os atores sociais que aderem ao mesmo posicionamento engajam-se ao marcar o jornal nos comentários e nos compartilhamentos aumentando o quantitativo de marcações ao perfil e, consequentemente, de notificações ao jornal das várias críticas à fotomontagem e aos sentimentos de violência mobilizados pela imagem.

Com base nos conceitos de Recuero (2009) de que as interações nas plataformas digitais fortalecem laços e fomentam valores sociais, entendemos que a possibilidade de direcionamento explícito aos sujeitos no Twitter permitem que o interlocutor marcado assim como outros possam engajar-se em relação ao tópico em questão, apresentando

⁶ Família de Rodrigo entrará na Justiça após ataques racistas: "ele sofreu até ameaça de morte". Disponível em: <https://revistaquem.globo.com/TV-e-Novelas/BBB/noticia/2019/04/familia-de-rodrigo-entrara-na-justica-apos-ataques-racistas-ele-sofreu-ate-ameaca-de-morte.html>. Acesso em 6 de fev. de 2023.

Escritora Marcia Tiburi revela que deixou o país após ameaças de morte. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/03/11/interna_politica,742248/escritora-marcia-tiburi-revela-que-deixou-o-pais-apos-ameacas-de-morte.shtml. Acesso em 6 de fev. de 2023.

uma resposta/réplica direcionada ao diretor e à filósofa por intermédio da marcação direta dos seus perfis, elemento singularizador dos sujeitos neste cenário interacional; assim como por intermédio de curtidas, compartilhamentos e comentários ao “ampliar seu conteúdo, explorando as afordâncias técnicas das diferentes plataformas para produzir o acordo e o desacordo, o consenso e a polêmica, para trazer complementos e prolongamentos” (Paveau, 2021, p. 108).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do percurso pelas postagens desencadeadas pela fotomontagem integrante da notícia publicada pelo jornal *Folha de São Paulo* em 19 de janeiro de 2023, compreendemos que “as paixões constituem um teclado no qual o bom orador toca para convencer” (Meyer, 2000, p. XLI). A imagem do presidente recém-eleito com a cabeça abaixada ajeitando a gravata sobreposta a uma imagem de um vidro avariado por um projétil engendrou sentimento de ameaça e morte naqueles que experienciaram hostilidade e agressões em um cenário político e interacional marcado pelo discurso do ódio nas redes digitais e na materialidade social.

Considerando que “as emoções e os sentimentos estão vinculados às experiências que os sujeitos tiveram e aos valores que lhe são atribuídos” (Charaudeau, 2007, p. 241), compreende-se que as experiências prévias relacionadas aos embates políticos e ideológicos relacionados à dicotomia direita/esquerda moldaram a recepção da imagem e fizeram que um dado grupo interpretasse a imagem como uma ode à violência ao presidente e, conseqüentemente, àqueles que compartilham do mesmo pensamento político.

Considerando que “a pós-verdade é, acima de tudo, um fenômeno emocional e diz respeito à nossa atitude em relação à verdade, e não à própria verdade” (D’Ancona, 2018, p. 111), compreende-se que as “verdades” que circulam em determinados grupos sociais fomentam afinidades entre aqueles que apresentam as mesmas crenças, paixões e opiniões permitindo, com isso, a aceitação da violência, tanto no âmbito digital quanto material, contra àqueles que não fazem parte da mesma teia interativa.

Com base nisso, compreende-se que esta experiência com as violências e as notícias falsas deste período de pós-verdade influenciou a recepção da fotomontagem e

fez com que muitos interpretassem a imagem como ameaça e morte ao presidente e aos seus partidários. Estes, por sua vez, engajaram sujeitos nas redes digitais de forma que a construção e recepção da notícia envolveu exclusivamente a imagem e não o gênero textual notícia na sua integralidade.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Helena. Quando a Suíte Vira Novela: uso de estratégias narrativas ficcionais no telejornalismo. *Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, n. 33, p.1-13, 2010.

AMOSSY, Ruth. *Présentation de soi (La): Ethos et identité verbale*. Paris: Presses Universitaires de France 2019.

AQUINO, Zilda. *Conversação e conflito: um estudo das estratégias discursivas em interações polêmicas*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.

BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

CAMPOS, Tales. Do Haiti ao Planalto: os militares e a relação com a ONU no primeiro ano do governo Bolsonaro. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, v.10, n. 2, p. 295-312, 2021.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília; MACHADO Ida Lúcia. (org.). *As emoções no discurso*. Mercado Letras: Campinas, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. Imagem, mídia e política: construção, efeitos de sentido, dramatização, ética. In: MENDES, Emília (coord.); MACHADO, Ida Lúcia; LYSARDO-DIAS, Dyllia (orgs.). *Imagem e discurso*. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. Pathos e discurso político. In: MACHADO, Ida; MENEZES, William; MENDES, Emília. (org.). *As Emoções no Discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Convite à filosofia*. 12ª ed. São Paulo: Ática, 1999

D'ANCONA, Matthew. *Pós-Verdade: A nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. 1ª ed. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DUNKER, Christian *et al.* *Ética e Pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 23ª ed. São Paulo: Graal, 2004.

GOMES, Wilson. Jornalismo, fato e interesse: o fato como problema. In: *Jornalismo fatos e interesses: ensaios de teorias do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2009.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & história*. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LÓPEZ-DEL-RAMO, Joaquín.; RECIO, Marcos. Análisis descriptivo del fotoperiodismo narrativo en los diarios digitales Folha de São Paulo y The Guardian. *Revista Española de Documentación Científica*, v. 40, n. 2, p. 173-187, 2017.

MEYER, Michel. Prefácio. In: ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. Tradução de Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. XVII-LI.

OLIVEIRA, Ana; KALIL, Suzeley; TABINO, Nilton. A (re)militarização do Ministério da Defesa no Brasil (2016-2021). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.38, n.111, p.1-17, 2023.

ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4ª ed. Campinas: Pontes, 2006.

ORLANDI, Eni. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. *Revista Rua*, v.1, n.1, p. 35-47, 1995.

PÊCHEUX, Michael. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2009.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

QUADROS, Paulo. Dissimulacro-Ressimulação: Ensejos da cultura do ódio na era do Brasil pós-verdade. *Media & Jornalismo*, v. 18, n. 32, p. 201 - 218, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível. Estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2009.

RECUERO, Raquel. Atos de Ameaça a Face e a Conversação em Redes Sociais na Internet. In: PRIMO, Alex. (Org.). *Interações em Rede*. v. 1, 1. ed. Porto Alegre: Sulina, p. 51-7, 2013.

RECUERO, Raquel. *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROUILLÉ, André. A fotografia na tormenta das imagens. In: DOBAL, Susana; GONÇALVES, Osmar (Org.). *Fotografia Contemporânea: fronteiras e transgressões*. Brasília: Casa das Musas, 2013.

SCHÄFER, Gilberto; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo; SANTOS, Rodrigo Hamilton dos. Discurso de ódio: da abordagem conceitual ao discurso parlamentar. *RIL Brasília*, v. 52, n. 207, p. 143-158, 2015.

SCHMIDT, Flávia. *Presença de militares em cargos e funções comissionados do executivo federal*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2022.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making. *Council of Europe*, n.27, p.1-107, 2017.

Recebido em: 04/11/2023

Aceito em: 11/04/2024

Bianca Dorothea Batista: Professora de Estudos Linguísticos da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA. Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2019) com período de estágio de pesquisa na Europa-Universität Viadrina Frankfurt (Oder), Alemanha (2017). Atualmente é membra do grupo de Estudos Literários e Linguísticos da Amazônia (GELLA) e do Grupo de Estudos Bakhtinianos (GEBAX).

Os significados submersos das orcas residentes: revisitando o conceito sistêmico-funcional de protolíngua na relação língua e sentido

*The submerged meanings of resident killer whales: revisiting the
systemic-functional concept of protolanguage in the language and
meaning relationship*

Gabriel Gomes Botelho Freitas
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
gabriel.botelho@aluno.ufop.edu.br
<https://orcid.org/0000-0001-9501-0671>

RESUMO

A literatura sistêmico-funcional afirma que animais além dos humanos possuem uma “protolíngua” (Halliday, 1978; Martin, 2013). Por sua vez, o sistema humano adulto seria o único que teria evoluído o estrato do contexto; contudo, uma leitura dos trabalhos sobre orcas contesta tal conclusão (Whitehead; Rendell, 2014). Para avaliar a hipótese de que a língua humana é única na característica de ser o único sistema semiótico denotativo (Martin, 1992), faz-se importante que sejam apresentadas evidências. Para isso, este trabalho se debruça sobre pesquisas recentes acerca da complexidade sociosemiótica das orcas, focando em conceituar o sistema linguístico na relação língua e sentido. Por fim, busca motivar pesquisas teóricas e empíricas introduzindo os conceitos teóricos de criptossemeiose e tradução interespecífica.

Palavras-chave: teoria sistêmico-funcional; protolíngua; estudos da tradução.

ABSTRACT

The systemic functional literature asserts that animals other than humans have a “protolanguage” (Halliday, 1978; Martin, 2013). Conversely, the adult human system is claimed to be the only one in nature to have evolved the context stratum. However, a review of works on orcas challenges this conclusion (Whitehead, Rendell, 2014). To scientifically evaluate the hypothesis that human language is unique in being the only denotative semiotic system (Martin, 1992) that has evolved, it is important to present evidence. Thus, this paper delves into recent research on the sociosemiotic complexity of orcas, focusing on the conceptualization of the linguistic system in the language and meaning relationship. Finally, it seeks to motivate theoretical and empirical research by introducing the theoretical concepts of *cryptosemiosis* and *interspecific translation*.

Keywords: systemic functional linguistics; protolanguage; translation studies.

INTRODUÇÃO

Há muito se questiona sobre a capacidade de outros animais exibirem algo análogo à língua humana. As discussões vão desde trabalhos científicos de natureza comparativa acerca de disparidades cognitivas a debates filosóficos sobre a distinção humana em relação ao resto da natureza. Por exemplo, há a hipótese de que os outros animais são movidos por puro instinto, pré-programados pela natureza e pelos seus genes.

No campo da filosofia, os primeiros questionamentos acerca das capacidades linguísticas fora da espécie humana remontam à Grécia Antiga e, por boa parte dos séculos doravante, nomes da filosofia ocidental adotaram posições semelhantes às dos pensadores gregos. Aristóteles acreditava que o domínio da língua era necessário para um indivíduo ser capaz de distinguir entre uma ação moralmente boa ou não, determinando assim quem poderia ou não pertencer à comunidade política (Aristóteles, 2019). Já Descartes afirmava que, uma vez que outros animais além dos humanos não falam, logo não pensam (Descartes, 1991). Por sua vez, Kant e Heidegger seguiam posições semelhantes: para o primeiro, outros animais não possuem logos e, portanto, não fazem parte da comunidade moral (Kant, 2009); para o último, aqueles que não possuem língua não morrem, simplesmente desaparecem e apenas os animais humanos seriam dotados de tal capacidade (Heidegger, 2001).

Por outro lado, na Linguística, pouco ainda se discute sobre o assunto, muito embora o número de pesquisas seja pequeno e, por conseguinte, as conclusões sejam insuficientes (Haentjens, 2018). Quando Saussure fala da matéria e tarefa da linguística, para o autor ela se debruça sobre todas as manifestações da “língua humana” (Saussure, 2011).

Por sua vez, Sapir afirma que a língua é um método de comunicação de ideias “puramente humano” e que todas as manifestações da língua são “criações da mente humana”; o linguista alemão inclusive se detém brevemente sobre as habilidades semióticas de outros animais, sobre as quais ele declara serem involuntárias, instintivas e, por isso, longe de poderem ser consideradas línguas (Sapir, 2008): seria uma característica de todos os grupos de seres humanos e somente deles. Já Whorf, em seu capítulo sobre linguística como uma ciência exata, diz que a fala, ou língua, é “a ação mais humana de todas” (Whorf, 2012).

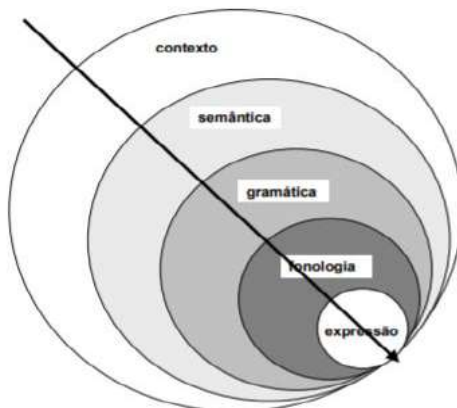
Mais especificamente, na perspectiva sistêmico-funcional, pesquisas sobre desenvolvimento linguístico em crianças levantaram a concepção de um sistema biestratal durante o período da primeira infância, uma protolíngua (Halliday, 1975; Painter, 1984; Martin, 1992, 2013), com apenas os estratos do conteúdo e da expressão. De acordo com os mesmos trabalhos, o sistema semiótico de espécies fora a nossa seria da mesma natureza, porém o assunto não foi elaborado de forma aprofundada.

Figura 1: Organização biestratal que supostamente subjaz à organização semiótica dos sistemas de crianças em primeira infância e todos os outros animais dotados de cérebros grandes e sangue quente.



Fonte: Figueredo (2011, p. 74).

Figura 2: Estratificação e realização do sistema humano adulto, em que, além dos planos do conteúdo (este subestratificado em semântica e [léxico]gramática) e expressão, há também a presença do plano do contexto, formando um sistema triestratal. A relação de realização entre contexto e língua estabelece a natureza conotativa e denotativa¹ entre, respectivamente, contexto e língua.



Fonte: Figueredo (2011, p. 76).

¹ Com base na articulação hjelmsleviana (Hjelmslev, 1961) entre conotação e denotação, o contexto dentro da Linguística Sistêmico-Funcional pode ser conceituado como um sistema semiótico (ou sistemas) em si, porém de um tipo específico: um sistema semiótico conotativo (que precisa de outro sistema semiótico para sua realização), sendo realizado de forma simbólica pela língua, um sistema semiótico denotativo (i.e., que funciona como o plano de expressão de um sistema semiótico conotativo) (Martin, 1992), reforçando a noção hallidayana da relação natural entre contexto e língua (Halliday, 1978).

Em uma breve releitura da literatura sistêmica, podemos perceber que a teoria esteve sempre e somente preocupada com a produção de significados humanos. Halliday, em mais de uma ocasião, disse que a Linguística Sistêmico-Funcional (doravante LSF) se debruça sobre “língua verbal, natural, humana e adulta” (2004, p. 20) e que a “língua realmente [...] constrói experiência humana” (2004, p. 29).

À vista disso, no âmbito deste trabalho, a investigação sobre o potencial semiótico de outros animais além dos humanos será analisada a partir da comparação da trajetória e da dinâmica evolutiva humana em cotejo com outras espécies, sobretudo as orcas residentes, de forma a contribuir com o conceito de protolíngua. Assim como na língua humana adulta, em que, acima do plano do conteúdo, há um sistema semiótico conotativo que condiciona a organização e realização do sistema denotativo linguístico, em uma relação natural entre contexto e língua (Martin, 1992), neste texto será levantada a possibilidade de o sistema semiótico de outras espécies poder apresentar na sua estratificação (Matthiessen, 2007) também o plano do contexto, estabelecendo uma arquitetura mais complexa do que a implicada pelo conceito até então de protolíngua, cuja organização se limita aos estratos do conteúdo e da expressão.

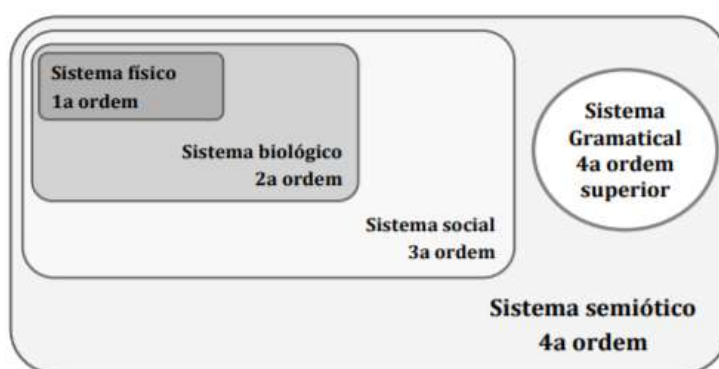
A EVOLUÇÃO DA LÍNGUA SEGUNDO A LSF

Esta seção se debruçará brevemente sobre a forma como a LSF tem estudado o fenômeno de evolução linguística filogenética. Esse passo se faz necessário para que possamos introduzir o conceito de protolíngua, que será mais bem detalhado na seção seguinte. Ademais, também servirá para que possamos cotejar as pressões seletivas que existiram para que o sistema linguístico humano evoluísse da forma como evoluiu com os dados de que dispomos, bem como aqueles que existem sobre outras espécies, de forma a problematizar a generalização que afirma que todos os mamíferos de sangue quente possuem apenas uma protolíngua (Fase 1, como logo veremos) (Matthiessen, 2004).

A partir de uma perspectiva que analisa a língua em relação a outros sistemas ontológicos de distintas ordens de complexidade, teóricos da LSF propuseram interpretações sobre a forma como as línguas modernas surgiram e evoluíram na espécie humana (Halliday, 2005, Halliday; Matthiessen, 2006, Matthiessen, 2007). Nesses trabalhos, introduziu-se uma tipologia de sistemas, a partir da qual se busca esclarecer a

natureza do objeto principal da LSF: a língua humana na qualidade de um sistema semiótico de quarta ordem superior. Dentro dessa tipologia ordenada, a língua umbilicalmente se relaciona e herda características de sistemas ontológicos de ordens distintas: físicos, biológicos e sociais. Dentro desse paradigma de pesquisa, busca-se compreender o que a língua herdou desses sistemas, o que esses diferentes sistemas compartilham entre si e como a complexidade emerge em sistemas de ordens distintas (Boeriis *et al.*, 2015).

Figura 3: Ordens de sistemas.



Fonte: Figueredo (2011, p. 71).

Na investigação do processo evolutivo da língua, as pesquisas se debruçam sobre três tipos distintos de complexificação do potencial de significado: desenvolvimento linguístico com relação ao tempo evolutivo (filogênese), com relação ao período de vida de um indivíduo (ontogênese) e com relação ao período de instanciação de um texto durante o seu desenrolar (logogênese). No que diz respeito à filogênese e ontogênese, embora sejam fenômenos de naturezas diferentes, argumenta-se que eles se relacionam de maneiras importantes (Lukin, Williams, 2004).

Dessa forma, a evolução filogenética da língua é estudada a partir de uma perspectiva cosmogenética, a qual compreende a língua como um sistema complexo em relação de hierarquia com outros sistemas complexos, quais sejam, sistemas físicos, biológicos, sociais e semióticos. A partir dessa perspectiva, adota-se e adapta-se o modelo de ontogênese à filogênese (Halliday, Matthiessen, 1999). Essa relação que espelha ontogenia e filogenia não ignora as diferenças temporais entre esses dois fenômenos; ao passo em que o tempo ontogenético de uma criança em processo de desenvolvimento linguístico é muito mais reduzido, uma vez que a criança desenvolve o seu potencial de

significado em interação com outros indivíduos que já possuem um sistema modelo a partir do qual a criança pode se basear, em termos filogenéticos o processo de desenvolvimento necessariamente se estendeu por um período muito mais longo, tendo em vista a ausência de modelos do que viriam a ser as línguas modernas encontradas hoje (Lukin, Williams, 2004).

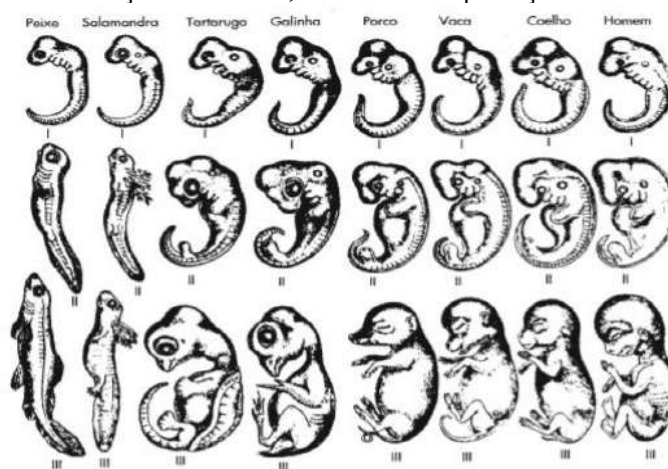
Apesar dessas diferenças, os trabalhos que adotam a perspectiva cosmogenética mostram como, sob pressão de expandir o seu potencial de significado, os ancestrais dos humanos modernos passaram por um processo de desenvolvimento cujo paralelo, em certa medida, pode ser encontrado no fenômeno da ontogenia. Nesse sentido, a língua teria evoluído a partir de um processo gradual de complexificação, em que em seu estágio inicial tinha a qualidade de um sistema semiótico primário e, com o tempo, evoluiu para tornar-se um sistema semiótico de ordem superior, dentro de uma hierarquia de sistemas cada vez mais complexos (Halliday, Matthiessen, 1999).

Uma das principais razões que motivaram a decisão de buscar subsídios teóricos na ontogenia para explicar a filogenia baseou-se na relação entre ontogenia e filogenia há muito observada nos estudos da embriologia a partir do estudo do fenômeno de recapitulação (Mayr, 2009). A teoria da recapitulação refere-se ao aparecimento e à subsequente perda, durante a ontogenia, de estruturas que, em outras espécies, são mantidas nos adultos (Mayr, 2009). Um exemplo da recapitulação pode ser verificado na presença, em embriões de aves e mamíferos, de fendas branquiais — estruturas encontradas em embriões de espécies de peixes e posteriormente mantidas nos animais adultos. A partir da teoria da evolução e, conseqüentemente, da teoria da origem comum (Darwin, 2014), essas fendas branquiais embrionárias são vistas como, durante o processo de ontogenia, uma recapitulação da filogenia (Haeckel, 1866).

Cabe destacar que essa recapitulação não é completa nem espelha completamente a filogenia, de forma que em momento algum do desenvolvimento, por exemplo, um embrião de mamífero se assemelha a um peixe adulto. Contudo, em algumas características, como a das fendas branquiais, a ontogenia de fato recapitula a filogenia. A explicação para o fenômeno de recapitulação baseia-se no entendimento de estudos da embriologia experimental, que descobriram que estruturas ancestrais atuam como “organizadores” embrionários dos passos seguintes do desenvolvimento (Mayr, 2009). Sendo assim, é por esse motivo que mamíferos desenvolvem estruturas branquiais em

determinados estágios de sua ontogenia: em vez de serem usadas para respiração, como é no caso dos peixes, tais estruturas são reestruturadas em estágios posteriores da ontogenia e dão origem a muitas estruturas na região do pescoço (Mayr, 2009). Isto posto, a adoção do conceito de ontogenia linguística para uma possível explicação do fenômeno da filogenia linguística baseou-se nessas concepções. O fenômeno da recapitulação pode ser observado na figura abaixo:

Figura 4: A semelhança entre embriões de humanos e de outras sete espécies de vertebrados em três estágios distintos de desenvolvimento ontogênico. Desenho preparado por Haeckel em 1870. Cabe destacar que, de forma fraudulenta, Haeckel substituiu embriões humanos por caninos, mas, devido à semelhança entre os dois, a teoria da recapitulação se sustenta.



Fonte: Mayr (2009, p. 50).

Com relação próxima ao raciocínio desenvolvido neste ensaio, uma das consequências que mais se destacam a partir da modelagem da evolução linguística como um processo gradual de complexificação do potencial de significado advém do fato de não se estabelecer uma separação radical e de descontinuidade (De Waal, 2016) entre humanos e outras espécies animais (Matthiessen, 2004). Dessa forma, a perspectiva cosmogenética se debruça sobre a evolução linguística a partir da observação de outros primatas e mamíferos, de forma a compreender que a evolução linguística humana se deu a partir de capacidades compartilhadas com esses outros animais (Matthiessen, 2004), em um processo de coevolução entre sistemas biológicos (bipedalismo, estrutura cerebral e aparato vocal, por exemplo) (Bickerton, 1995; Deacon, 1992; Edelman, 1992; Halliday, 1995) e sociais (formas de organização de social, divisão de trabalho, hierarquia social) (Johnson; Earle, 2000).

Para além disso, o modelo de ontogenia da LSF (Halliday, 1975; Painter, 1985, 1989) auxilia na exploração da filogenia pelo fato de representar um modelo explícito e detalhado de como um potencial de significado se torna cada vez mais complexo e pode se desenvolver a partir de um sistema semiótico primário até um sistema semiótico de ordem superior. Ainda, é um modelo que apresenta propriedades essenciais para estudos evolutivos, quais sejam, a descrição funcional de cada estágio no desenvolvimento, a descrição de como padrões semióticos complexos se desenvolvem a partir de padrões já existentes e a descrição de como o potencial de significado linguístico aumenta no curso do desenvolvimento, tanto quantitativamente quanto qualitativamente (Matthiessen, 2004).

Segundo o modelo consagrado de Halliday (1975), pode-se identificar três fases claras no desenvolvimento do potencial de significado de uma criança:

Quadro 1: As três fases do desenvolvimento linguístico ontogênico.

AS 3 FASES DO DESENVOLVIMENTO LINGÜÍSTICO ONTOGÊNICO		
FASE 1: PROTOLÍNGUA	FASE 2: TRANSIÇÃO	FASE 3: LÍNGUA
Sistema semiótico primário		
Biestratil: conteúdo/expressão	De biestratal para triestratal: o surgimento da lexicogramática como um novo estrato de conteúdo e de um sistema fonológico	Completamente triestratal
Microfunções: (função = uso): reguladora, interacional, instrumental e pessoal	De um sistema eixo-estratal para um com eixo e estratificação separados.	Evolução da grafologia e de metáforas gramaticais na relação entre semântica e lexicogramática
	Macrofunções: matética e pragmática	Metafunções: ideacional, interpessoal e textual como formas simultâneas de significados

Fonte: Adaptada de Matthiessen (2004, p. 48).

No Quadro 1, podemos observar as fases de desenvolvimento do potencial de significado de uma criança, com cada fase representando um aumento significativo desse potencial. A partir da Fase 2, podemos observar a introdução de estruturas sintagmáticas a partir de pressões seletivas para o aumento do potencial de significado dos recursos disponíveis. Contudo, cabe destacar que a introdução dessas estruturas, que mais tarde se desenvolveriam para tornar-se a léxico-gramática que as línguas modernas apresentam

hoje, é, apesar da sua importância, apenas uma expansão do potencial para produção de significados, não o princípio central organizador da língua (Matthiessen, 2004). Nos debruçaremos sobre esse tema com mais detalhes adiante.

Outro passo importante da ontogenia que nos ajuda a compreender a filogenia advém das relações entre as três fases dispostas acima e os desenvolvimentos sociais e biológicos de uma criança. Por exemplo, enquanto a protolíngua estaria relacionada ao ato de engatinhar, a língua teria relação com o de aprender a andar (Halliday, 1998). Da mesma forma, com relação a implicações socioculturais, cada fase representaria uma relação mais complexa entre língua e contexto, em que, na Fase 1, existiria uma relação de 1-para-1 entre esses dois e, por sua vez, na Fase 3, uma relação complexa e aberta entre língua e contexto (Lemke, 1995). É com base nesses conceitos que se busca adaptar os conhecimentos sobre ontogenia e aplicá-los sobre a filogenia. Nesse sentido, a descoberta das relações entre língua e as variações nos ambientes sociais e biológicos poderia contribuir para a exploração da forma como os sistemas semióticos dos ancestrais dos humanos modernos foram evoluindo (Matthiessen, 2004).

Com base nesses e em dados histórico-arqueológicos (Beaken, 1996; Dunbar, 1996; Corballis, 2002), chegou-se às seguintes propriedades das três fases da evolução filogenética da língua humana:

Quadro 2: As três fases do desenvolvimento linguístico filogenético.

AS 3 FASES DO DESENVOLVIMENTO LINGÜÍSTICO FILOGÊNICO		
FASE 1: PROTOLÍNGUA	FASE 2: TRANSIÇÃO	FASE 3: LÍNGUA
Funcionalidade: microfunções reguladora, interacional, instrumental e pessoal Relação com o contexto: fixa Eixo: Ø Estratificação: biestratal Mercadoria: apenas bens-e-serviços	Funcionalidade: macrofunções pragmática e matética Relação com o contexto: começando a se dissociar Eixo: fissão entre eixo e estratificação Estratificação: fissão do polo do conteúdo com a introdução da lexicogramática Mercadoria: inicialmente apenas bens-e-serviços e troca de informações posteriormente	Funcionalidade: metafunções Relação com o contexto: variável Estratificação: triestratal Eixo: bi-estratal, com separação entre paradigma e sintagma Mercadoria: bens-e-serviços e informação (agora predominante)

Fonte: Adaptada de Matthiessen (2004, p. 51).

A partir do delineamento dessas três fases, elas são relacionadas aos desenvolvimentos biológicos e sociais da evolução humana de forma análoga ao procedimento realizado no estudo da ontogenia. No que tange à evolução do gênero *Homo*, a divisão de fases ocorreria da seguinte maneira:

Quadro 3: Os desenvolvimentos biológicos e sociais da evolução humana.

DESENVOLVIMENTOS BIOLÓGICOS E SOCIAIS DA EVOLUÇÃO HUMANA		
FASE 1	FASE 2	FASE 3
Anterior ao surgimento do <i>Homo</i> até o surgimento do <i>Homo habilis</i>	Durante a Fase 2 com o <i>Homo habilis</i> e posterior desenvolvimento da Fase 2 até o surgimento do <i>Homo erectus</i> e o <i>Homo sapiens arcaico</i>	Início da Fase 3 até o fim do <i>Homo sapiens arcaico</i> e posterior desenvolvimento do <i>Homo sapiens sapiens</i>

Fonte: Adaptada de Matthiessen (2004, p. 52).

Segundo essa interpretação, a Fase 2 marcaria o início do gênero *Homo*, ao passo que a Fase 3 marcaria o início dos humanos modernos. A Fase 2 coincidiria com o período que compreende o início e o fim do período da evolução humana em que há dois crescimentos exponenciais do cérebro (Mithen, 1996), justamente o período em que parece haver uma mudança do desenvolvimento infantil após o nascimento: ao passo que o período anterior se caracterizava por um período pré-natal prolongado, passa a existir um prolongado desenvolvimento pós-natal, com o surgimento do *Homo erectus*. Dessa forma, os bebês nasceriam menos maduros do que antes, de maneira a necessitar de um período de maturação pós-natal mais longo, resultando em um possível período de aprendizado e desenvolvimento social e semiótico. Seguindo esse ritmo, a Fase 3 surge

em um período em que a evolução humana passa a ser predominantemente guiada por aspectos sociossemióticos, assumindo a primazia evolutiva sobre a ordem biológica e aumentando o potencial para uma evolução mais rápida (Matthiessen, 2004).

Ademais, o início da Fase 2 pode ter sido o início dos agrupamentos sociais no nível da família como forma de organização social (Johnson; Earle, 2000). Foley (1997, p. 191) destaca que “cérebros grandes são uma resposta a uma maior complexidade social; esses mesmos cérebros, com seus altos custos de energia, alteraram reciprocamente a natureza das relações sociais”.² Dessa forma, o surgimento do nível da família como organização social, em conjunto com um período pós-natal mais longo, teria colocado pressão para uma maior complexificação sociossemiótica, em consonância com a evolução cerebral.

Com foco nesse período pós-natal mais prolongado, Potts (1992, p. 328) destaca:

Os humanos nascem em um estado imaturo e passam por um período de maturação relativamente mais longo do que os macacos e outros primatas. Essa mudança no tempo de desenvolvimento durante a evolução dos homínídeos foi acompanhada por um complexo de padrões de comportamento distintamente humanos, como o aumento da dependência do aprendizado, o cuidado parental aprimorado e a defesa de bases. Em geral, presumia-se que essa mudança no tempo de desenvolvimento havia ocorrido muito no início da evolução dos homínídeos, uma visão originalmente apoiada por estudos do padrão de erupção dos dentes australopithecinos. No entanto, refinamentos recentes na análise do desenvolvimento dentário indicam que as dentições dos homínídeos anteriores ao *Homo erectus* têm taxas de desenvolvimento características de macacos, e não de humanos. Um longo período de maturação infantil, com todas as suas implicações para o comportamento social, pode, portanto, ter evoluído mais tarde do que se acreditava anteriormente.³

Assim sendo, deve-se considerar, com o início da Fase 2, o surgimento de uma dependência maior de aprendizado social e semiótico (Matthiessen, 2004). A partir de uma articulação entre nascimentos mais imaturos e consequentes períodos de maturação

² *Large brains are a response to greater social complexity, whilst those large brains, with their high energy costs, will reciprocally alter the nature of social relationships.*

³ *Humans are born in an immature state and undergo a relatively longer maturation period than do apes and other primates. This change in developmental timing during hominid evolution was accompanied by a complex of distinctively human behaviour patterns, such as increased dependence on learning, enhanced parental care and the defence of the home base. Such a shift in developmental timing has usually been assumed to occur very early in hominid evolution, a view originally supported by studies of the eruption pattern of australopithecine teeth. However, recent refinements in analysing tooth development indicate that the dentitions of hominids earlier than *Homo erectus* have developmental rates characteristic of apes rather than humans. An extended period of infant maturation with all its implications for social behaviour may hence have evolved later than was previously believed.*

mais prolongados, deu-se uma complexificação do sistema a partir de mediações semióticas (Hasan, 2004) com um número cada vez maior de interações com adultos. Sendo assim, observa-se uma correlação entre crescentes pressões sociossemióticas e ecológicas para a complexificação do sistema semiótico. É durante a Fase 2 que o cérebro humano começa a crescer de forma destacada, bem como o período em que se identifica o início de períodos mais prolongados de cuidado parental e aprendizado social, dando origem a formas mais complexas de organização social e migrações a partir da África de membros do *Homo erectus* (Beaken, 1996; Matthiessen, 2004). Com a migração de grupos, o sistema semiótico do período seria potente o bastante para trocar significado em relações intra e intergrupo, com agrupamentos que não compartilhavam o mesmo sistema e trajetória.

Quadro 4: As três fases linguísticas em relação aos desenvolvimentos biológicos e sociais.

AS TRÊS FASES LINGÜÍSTICAS EM RELAÇÃO AOS DESENVOLVIMENTOS BIOLÓGICOS E SOCIAIS		
FASE 1	FASE 2	FASE 3
Período (anos AP): 5 milhões	Período (anos AP): 2.5-2 milhões	Período (anos AP): 100-200 mil
Desenvolvimentos biológicos: bipedalismo	Desenvolvimentos biológicos: início da expansão cerebral	Desenvolvimentos biológicos: fim da expansão cerebral
Desenvolvimentos sociais: Ø	Desenvolvimentos sociais: agrupamentos familiares (25 membros). Aumento de aprendizado social.	Desenvolvimentos sociais: grupo local (100-500 membros)

Fonte: Adaptada de Matthiessen (2004, p. 54).

Isso posto, cabe destacar que os pontos citados, característicos das Fases 2 e 3, também são encontrados em parte da evolução e organização sociossemiótica das orcas, de tal forma a questionar a exclusividade humana que essas leituras evolutivas parecem indicar. Quanto à sua organização social, as orcas se assemelham a muitos cetáceos (i.e.,

baleias e golfinhos), embora tenham as suas particularidades. Os cetáceos podem ser divididos em duas categorias de mamíferos marinhos (Jones, 1994): os cetáceos sem dentes (os *mysticeti*) e com dentes (os *odontoceti*). As orcas pertencem aos odontocetos, e são eles que compõem as sociedades mais complexas dos oceanos (Marino *et al.*, 2007).

Praticamente de forma unânime, as sociedades dos odontocetos giram em torno da mãe, em uma constituição chamada de “matrilinear” (Filatova *et al.*, 2007; Rendell, 2019), e as orcas não são exceção. Nas unidades matrilineares das orcas residentes, vivem mães com seus filhos e netos, com até quatro ou cinco gerações coexistindo (Bigg *et al.*, 1990). Com destaque às orcas residentes, podemos encontrar um sistema social organizado hierarquicamente e o mais rígido dentre todas as espécies matrilineares. Tanto os machos quanto as fêmeas passam a vida em sua unidade social natal, sendo, portanto, completamente matrilineares em estrutura (Bigg *et al.*, 1990; Ford *et al.*, 2000). Elas, assim, se deslocam, socializam e caçam juntas com as mesmas orcas durante toda a vida, orcas que são, na unidade mais básica da estrutura social, a família.

Para além disso, há outras camadas na organização social das orcas residentes: as unidades matrilineares que passam mais da metade do tempo juntas e compartilham um certo nível de ancestralidade fazem parte do mesmo grupo (Parsons *et al.*, 2009). Grupos consistem de uma a três unidades matrilineares observadas juntas em 50% ou mais dos dias de observação (Whitehead; Rendell, 2014). Grupos têm repertórios vocais únicos e pesquisas já documentaram diversos níveis de compartilhamento de tipos de vocalizações, ou dialetos, entre eles: certos grupos compartilham várias vocalizações, enquanto outros apresentam repertórios totalmente diferentes (Ford, 1991; Yurk *et al.*, 2002). Cada conjunto de grupos que compartilha pelo menos um tipo de vocalização é denominado um clã, sendo, portanto, sobretudo definido em termos das tradições acústicas. Por fim, clãs que interagem de forma relativamente frequente constituem uma comunidade, interagindo sobretudo por meio do repertório de assobios que compartilham, como veremos adiante. Comunidades com repertórios completamente diferentes, mesmo habitando a mesma região geográfica, não interagem (Ford *et al.*, 2000).

Acredita-se que os cetáceos se tornaram muito sociais, marcadamente entre os animais marinhos com os maiores grupos, à medida que vivem expostos nas águas em que vivem. Richard Connor (2000, p. 218), biólogo que estuda golfinhos há décadas, afirma:

Talvez nenhum outro grupo de mamíferos tenha evoluído em um ambiente tão desprovido de refúgios de predadores. Muitos cetáceos, sobretudo espécies menores que vivem em oceanos abertos, não têm nada para se esconder atrás, exceto uns aos outros.

A reprodução nos cetáceos também se destaca dentro dos oceanos. Uma fêmea dá à luz um filhote a cada um a cinco anos, enquanto alguns de seus peixes competidores desovam milhões de ovos por ano (Gero; Engelhaupt; Whitehead, 2008, Gero; Gordon; Whitehead, 2013). Além disso, comparativamente levam muito mais tempo para amadurecer sexualmente, com as orcas entrando no seu período reprodutivo apenas a partir dos 7 anos, podendo amadurecer completamente apenas a partir dos 16 (Ford; Ellis; Balcomb, 1994). Portanto, os jovens cetáceos são preciosos e, por isso, são vigiados de perto, tanto pelas suas mães como por outros membros de seus grupos sociais, e constantemente alimentados, principalmente por meio da amamentação (Whitehead; Rendell, 2014).

Consequentemente, um jovem cetáceo torna-se parte da rede social de sua comunidade, fundamentalmente uma parte central dela e, nesse período, tem várias oportunidades para aprender socialmente o que é ser o indivíduo de uma determinada comunidade — aprende dentro do seu grupo como deve se comportar, do que deve se alimentar e até como deve se comunicar (Bowles; Young; Asper, 1988, Weiss *et al.*, 2006). Ademais, assim como em humanos, o conhecimento adquirido dos pais (no caso das orcas, das mães) e membros do grupo em que um animal vive são vitais para superar cenários imprevisíveis. Portanto, o aprendizado social pode ser essencial quando um animal é confrontado com variações no ambiente social, destacando-se o caso de animais cuja vida social é intensa e complexa, como humanos, elefantes e orcas (Whitehead; Rendell, 2014).

Ainda, os cetáceos, sobretudo os odontocetos, também possuem cérebros grandes e complexos, que podem ter evoluído para lidar de forma satisfatória com as muitas informações aprendidas socialmente (Allman, 2000; Marino, 2006). De forma específica, o cérebro de uma orca adulta é o cérebro que apresenta maior revestimento convoluto ou dobramento cortical, o que indica alto nível cognitivo. Além disso, o prosencéfalo, área responsável por controlar, por exemplo, as emoções, compreende uma proporção maior do volume total do cérebro de uma orca em comparação ao prosencéfalo humano. O

neocórtex é também altamente desenvolvido e de tamanho relativo superior, com funções relacionadas ao controle dos movimentos voluntários e funções sensoriais, sobretudo em áreas de processamento de emoções e cognição social (Marino *et al.*, 2004).

Podemos destacar três áreas do cérebro das orcas que, tanto em tamanho absoluto como relativo, são maiores do que na constituição do cérebro humano: o opérculo que envolve o lobo da ínsula, o próprio lobo da ínsula e, por fim, o lobo límbico. O opérculo tem relação com a fala em humanos, enquanto a ínsula está associada com a capacidade de ouvir e processar sons (Marino *et al.*, 2004). Há a possibilidade de que parte do opérculo nas orcas inerve o trato respiratório nasal, origem da vocalização desses animais, uma vez que vários sons são modificados por estruturas associadas ao controle do fluxo de ar através da região nasal.

Dessa forma, acredita-se que esse componente desempenhe uma função semelhante à do opérculo na fala humana. As evidências apontam para essa semelhança, dada a complexidade e variação acústica dentro do ecótipo residente (Marino *et al.*, 2004). Por sua vez, o lobo límbico, que, em humanos, está associado, entre outras coisas, ao processamento emocional e à formação de memórias, é extremamente evoluído nas orcas, muito maior e complexo do que no cérebro humano (Marino *et al.*, 2004). Além de um ampliamiento no sistema límbico das orcas, a arquitetura celular em seu cérebro também aponta para uma vida emocional complexa. Em números relativos, as células fusiformes, associadas ao processamento da organização social e empatia, são encontradas em maior quantidade nas orcas do que em humanos (Ellis, 2007).

O CONCEITO DE LÍNGUA: SINTAXE VS. SEMIOSE

Ao longo da História, de forma geral, têm existido dois critérios conflitantes na determinação do que essencialmente constitui uma língua: a presença de sintaxe ou de semiose (i.e., produção de significado/sentido). Ao passo que alguns partem do pressuposto de que não há língua sem sintaxe, apenas uma protolíngua desprovida de estruturas (Calvin; Bickerton, 2000), a outra parte do espectro destaca que uma habilidade-chave para a existência de uma língua é a habilidade de simbolizar (Deacon, 1997). Dependendo do prisma a partir do qual a pesquisa observa o fenômeno, conclusões diametralmente opostas podem ser alcançadas (Benson; Greaves, 2005).

Cabe destacar que, sob uma perspectiva simbólica, a língua não se limita às palavras de um determinado sistema, como já foi assumido anteriormente (Calvin; Bickerton, 2000). Nesse sentido, para além da léxico-gramática, o fator determinante advém da possibilidade de fazer escolhas sistêmicas e sistemáticas, de forma a dar origem ao significado simbólico — sendo essas escolhas realizadas no estrato léxico-gramatical ou não. Muito embora o estrato supracitado seja uma das formas pelas quais escolhas sistêmicas se manifestam em estruturas reconhecíveis, é apenas um dos recursos disponíveis para a criação simbólica de significado a partir de escolhas sistêmicas (Benson; Greaves, 2005).

Além do estrato léxico-gramatical, podemos também observar estruturas nos estratos da expressão, bem como configurações estruturais na semântica discursiva, uma vez que o próprio discurso é estruturado (Eggins; Slade, 1997) e a cultura se organiza como um sistema de gêneros, que por sua vez são realizados por configurações de registro (Martin; Rose, 2008), de forma que a língua, na sua qualidade de sistema estratificado, possui diferentes níveis em que a criação e expressão de significado simbólico são possíveis (Benson; Greaves, 2005).

Como vimos anteriormente, as fases da evolução filogenética da língua foram resultado da necessidade de produzir significado, de forma que a língua evoluiu e expandiu o seu potencial como forma de adaptação a novas pressões que surgiram ao longo da história. Características específicas da língua, como o seu estrato léxico-gramatical, portanto, evoluíram dentro de uma lógica evolutiva da língua como um potencial de significado cada vez mais complexo. Dessa forma, a léxico-gramática não seria o fator decisivo para determinar a produção de significado, mas apenas mais um recurso que evoluiu ao longo do período filogenético do sistema para organizar e realizar significado (Matthiessen, 2004).

A partir dessa concepção, entende-se que a evolução da léxico-gramática foi resultado da trajetória evolutiva que levou à complexidade semiótica que encontramos hoje na língua humana (Matthiessen, 2004). Da mesma forma, desde a década de 1970, defende-se, na LSF, que a léxico-gramática, por mais importante que tenha sido e ainda é para a compreensão do sistema, é apenas uma parte do sistema linguístico (Halliday, 1975, p. 3). Essa concepção distingue a LSF de outras perspectivas, em que a emergência da sintaxe é o que define a fronteira. Butt (2004, p. 219) destaca:

Podemos nos perguntar: quão diferentes os debates evolutivos seriam se o *input* linguístico estivesse preocupado sobretudo com o significado e com as formas cada vez mais complexas de nossa construção de significado? Quais teriam sido os fenômenos com os quais tal linguística estaria mais preocupada? E seriam esses fenômenos, os “objetos” de estudo, estudados nos contextos sociais que os próprios significados estão continuamente construindo? Ou o estudo levaria à “objetificação” e à descontextualização, acusações que muitas vezes são dirigidas aos métodos linguísticos?⁴

O CONCEITO DE PROTOLÍNGUA

Nessa leitura, protolíngua seria um sistema multifuncional, mas não plurifuncional, no sentido de que os seus recursos teriam evoluído para produzir significados distintos para serem usados em situações específicas e fixas, de forma a se constituir como um sistema monofuncional com um potencial de significado girando em torno de microfunções não simultâneas. Em outras palavras, ao passo que a língua humana adulta apresenta, em todo texto produzido, três significados simultâneos, protolínguas seriam capazes de semioticamente fornecer como recursos apenas modos alternativos de significados, de forma que os usuários de sistemas dessa natureza poderiam significar apenas uma microfunção por vez. Segundo essa perspectiva, a capacidade de significar mais de um tipo de significado ao mesmo tempo surgiria apenas a partir da Fase 3, após o período de Transição (Matthiessen, 2004).

⁴ We can ask ourselves how different might the evolutionary debates appear had the linguistic input been centrally concerned with meaning and with the increasingly complex forms of our meaning making? What, we might ask, would have been the phenomena with which such a linguistics would be most concerned? And would such phenomena, the ‘objects’ of study, be studied in the social contexts which meanings are themselves continuously constructing? Or would study lead to ‘objectification’ and decontextualization, charges that are often levelled at linguistic methods?

Figura 5: Sistema protolinguístico em estágio inicial de uma criança.

Função em contexto	Significados		Realização
Instrumental	dar	geral	iniciar responder
		específico "Eu quero X"	
Reguladora	fazer	geral	iniciar responder
		específico "Faça X"	
Interacional	estar junto	cumprimentar	geral personalizado
		engajar	iniciar responder
Pessoal	ver/gostar	observar, específico	alvoroco (identificado) objeto (identificado)
		sentir, geral	interesse prazer surpresa animação, etc.

Fonte: Traduzida e adaptada de Matthiessen (2004, p. 60).

Por sua vez, a partir da Fase 2, um novo tipo de sistema semiótico teria surgido. Embora a organização funcional do potencial de significado permanecesse a mesma, as microfunções foram generalizadas em duas macrofunções: matética e pragmática (Halliday, 1975). Assim sendo, apesar de a evolução das macrofunções propiciar uma relação mais flexível entre contexto e língua, de forma a aumentar o potencial de significado, o sistema continuou a ser monofuncional, no sentido de que as macrofunções seriam alternativas umas às outras, não simultâneas (Matthiessen, 2004).

No que tange à expansão do potencial de significado a partir da Fase 2, destaca-se a possibilidade de negociar informação além de bens e serviços. Durante a Fase 1, bens e serviços constituíam a única mercadoria negociável, mas a partir da Fase seguinte um novo tipo de mercadoria passa a ser trocado: informação. Esse passo evolucionário aumentou o poder do sistema de forma considerável, uma vez que informação não é um conceito trocado apenas através da língua, mas é constituído por língua. Em outras palavras, passa a ser possível a troca de mercadorias não apenas materiais ou sociais, mas também semióticas. Durante o processo de desenvolvimento em crianças, a troca de informação leva consideravelmente mais tempo do que a troca de bens e serviços (Halliday, 1984), de forma que é apenas através de experiência compartilhada que o

potencial se expande para ser capaz de negociar os dois tipos de mercadoria (Matthiessen, 2004).

Por fim, outro aspecto importante, relacionado à organização social, é o tamanho dos grupos sociais. Pesquisas sobre o tamanho de grupos sociais (Aiello, 1996) sugerem que, com o crescimento dos agrupamentos, houve uma pressão seletiva para que o sistema se complexificasse. Essas investigações se baseiam nas correlações entre o tamanho cerebral e o tamanho do grupo, uma vez que a necessidade de interação social em um grupo social grande seria beneficiada sobremaneira com a evolução da língua. Dunbar destaca (1996, p. 112-113):

Nesse ponto, um novo gênero aparece no registro fóssil, o gênero *Homo*, ao qual nós, humanos modernos, pertencemos. Agora, pela primeira vez, o tamanho do grupo começa a ultrapassar os limites vistos nos primatas modernos. A partir daí, o tamanho do grupo aumenta exponencialmente, chegando aos 150 que encontramos no homem moderno [...] há aproximadamente 100 mil anos.

A questão principal é: quando o tamanho do grupo ultrapassou o limite crítico em que a língua se tornaria necessária? [...] Os primeiros membros de nossa espécie aparecem cerca de 500 mil anos atrás, e as equações predizem grupos de 115 a 120 para eles, com tempos de catação de cerca de 30 a 33%. A conclusão parece inevitável: o surgimento de nossa própria espécie, *Homo sapiens*, foi marcado pelo surgimento da língua.⁵

Diante dessas questões, pode-se questionar em que estágio análogo o sistema das orcas se encontraria atualmente. Uma vez que as orcas residentes evoluíram a partir de pressões evolutivas semelhantes às que propiciaram a complexificação da protolíngua durante as Fases 2 e 3⁶, uma investigação sobre as capacidades semióticas dessa espécie poderia fornecer dados para contribuir com o conceito de protolíngua, atualmente

⁵ At this point, a new genus appears in the fossil record, the genus *Homo* to which we modern humans belong. Now, for the first time, group size begins to edge above the upper limits seen in modern primates. From this point on, group size rises exponentially, reaching the 150 that we found in modern humans [...] some time around 100,000 years ago. The burning issue is: when did group size pass through the critical threshold where language would have become necessary? [...] The earliest members of our species appear around 500,000 years ago, and the equations would predict group sizes of 115 to 120 for them, with grooming times of around 30 to 33 per cent. The conclusion seems inescapable: the appearance of our own species, *Homo sapiens*, was marked by the appearance of language.

⁶ Sistemas sociais complexos, bem como habilidades cognitivas sofisticadas, são fortes indicadores do surgimento de cultura em espécies animais, como a humana (Sewall, 2015). A *orcinus orca* é uma espécie altamente social, gregária e com cérebros grandes tanto em tamanhos absolutos como relativos (Marino *et al.*, 2004). Ademais, outros fatores que parecem ser requisitos para a evolução de capacidades socialmente aprendidas (Roper, 1986), como a língua, estão presentes nesses animais: expectativa de vida longa e cuidado parental prolongado (Herman *et al.*, 1994, Marten; Psarakos, 1995, Tyack, 1986a). Ou seja, cultura e língua parecem ter maior chance de evoluir em espécies que apresentam os atributos citados acima (Griffin, 1976), todos presentes nas orcas residentes.

considerado a regra em todas as outras espécies de animais mamíferos de sangue quente fora os humanos (Halliday, 2004).

LÍNGUA COMO RECURSO CRIADOR DE SIGNIFICADO SIMBÓLICO

Dessa forma, além das ferramentas teórico-metodológicas advindas da LSF, para a discussão sobre o conceito de língua, também lançaremos mão de algumas ideias específicas de Lemke (1995) e Deacon (1997), finalizando com concepções de Eggins, Slade (1997) e Halliday (1978), de forma a estabelecer uma conexão entre Deacon e Lemke com a LSF. Iniciaremos por Deacon, representante dos estudiosos das neurociências que passaram a abordar os problemas de estudar a língua, sobretudo a léxico-gramática (sob o nome de sintaxe), não mais a partir de uma abordagem descontextualizada, separada da sua relação simbiótica com a semântica discursiva e contexto. Dessa forma, Deacon parte de uma perspectiva de língua em termos de um processo simbólico altamente contextualizado (Deacon, 1997).

Em uma interpretação da semiótica peirceana (Peirce, 2010), Deacon discorre sobre uma hierarquia referencial de ícones, índices e símbolos, na qual índices são correlações de ícones reconhecíveis, ao passo que símbolos são relações entre índices. Junto da LSF, a partir da sua perspectiva de um sistema linguístico altamente semantizado e de sua orientação contextual (Halliday; Matthiessen, 2014), abordaremos o conceito de interpretação simbólica, a que subjaz o fenômeno linguístico (Deacon, 1997), de forma a reinterpretar o possível sistema semiótico em contexto disponível na literatura sobre orcas residentes.

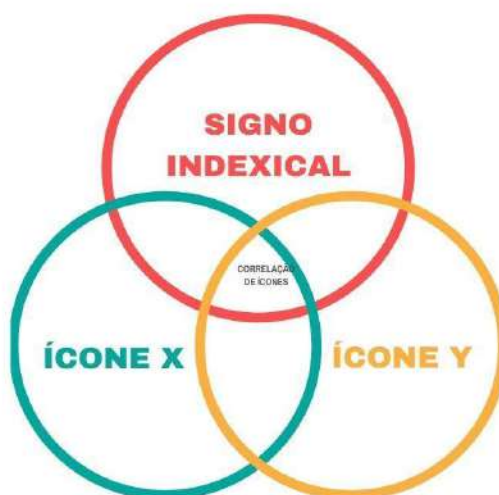
Para Deacon, ícones, índices e símbolos são o resultado de três processos interpretativos distintos gerados pelas redes neurais de um animal. Primeiramente, os ícones são reconhecimentos, os quais ocorrem quando um dado processo interpretativo cessa qualquer distinção. Seguindo o exemplo dado pelo próprio autor (Deacon, 1997, p. 75-76), um pássaro em busca de alimento não consegue diferenciar entre a casca de uma árvore e uma mariposa camuflada sobre a própria casca. Sendo assim, o pássaro conseguiria distinguir entre objetos comestíveis e não comestíveis, mas não conseguiria interpretar uma diferença entre a casca da árvore e a mariposa camuflada.

Por sua vez, um índice envolve um outro processo interpretativo, o qual se constitui pela correlação de ícones, como no caso da fumaça como um índice de fogo (Deacon, 1997). Por fim, símbolos envolvem a descoberta de relações entre índices, em correlações *token-token*, ao passo que na relação entre índices nós temos *token-objeto*. Um exemplo seria a aliança como símbolo de uma relação matrimonial (Deacon, 1997)

Dessa forma, a interpretação icônica é a base da interpretação de índices, sendo as duas a base da interpretação simbólica, de tal forma que a interpretação simbólica, diferente da interpretação de índices, requer a capacidade de reconhecer relações combinatórias entre índices. Sendo assim, a língua não seria um modo de comunicação, mas a expressão simbólica do mundo (Deacon, 1997).

Tendo isso estabelecido, a partir da atual concepção de protolíngua, a qual considera que nenhuma espécie animal fora a humana possui o polo do contexto nos seus sistemas semióticos, de forma a não possuir os estratos do gênero e do registro — cujas configurações e combinações geram significado simbólico —, os sistemas de outros animais seriam compostos por índices, podendo ser representados da seguinte forma, seguindo os termos de Deacon (1997):

Figura 6: Signos indexicais como a correlação de ícones.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Segundo Deacon, os signos indexicais são completamente distintos daqueles de natureza simbólica, que são o resultado de relações combinatórias entre índices. Nessa

lógica, para ser considerado como tal, um sistema linguístico teria de ter recursos que surgem a partir de uma relação combinatória na qual elementos distinguíveis são capazes de recorrer em combinações diferentes, em que, embora o sistema apresente um alto grau de variedade nas combinações possíveis de elementos, a maioria das possibilidades combinatórias seria sistematicamente excluída. Dessa maneira, teríamos língua onde seria possível observar as correlações entre signos e eventos contextuais, de forma que as correlações entre os elementos do sistema, objetos e eventos que formam o contexto de sua produção diferissem radicalmente (Deacon, 1997). Sendo assim, a léxico-gramática, a produção articulada de sons e um grande vocabulário não necessariamente constituiriam língua. No âmbito deste trabalho, esse tipo de produção de significado simbólico seria possível, por exemplo, na articulação hjelmsleviana de contexto e língua nas suas relações, respectivamente, de sistemas conotativos e denotativos (Martin, 1992).

Essa relação entre os sistemas conotativos e denotativos destaca a natureza de um signo simbólico, para Deacon: a arbitrariedade e convencionalidade entre significado e significante (Deacon, 1997). Símbolos seriam então uma convenção social, um acordo ou código explícito que estabelece a relação que conecta uma coisa na outra (Deacon, 1997), o que pode ser observado, por exemplo, no dialeto das orcas residentes (Deecke; Ford; Spong, 2000, Filatova; Burdin; Hoyt, 2011, 2013). Língua, como tal, seria então um sistema de recursos dessa natureza.

Figura 7: Relações hierárquicas entre ícone, índice e símbolo.



Fonte: Elaborada pelo autor, adaptada de Deacon (1997, p. 75).

Nesse sentido, para Deacon a base simbólica do significado estaria umbilicalmente relacionada a relações de oposição entre itens do mesmo sistema, de

forma coerente com a concepção de produção de significado da LSF. Deacon (1997, p. 64, 82, e 99, respectivamente) discorre sobre essa concepção em alguns pontos de seu livro, com foco sobretudo nos significados criados por palavras:

A base simbólica do significado da palavra é mediada, adicionalmente, pela evocação de outras palavras (em vários níveis de consciência). Mesmo que não experimentemos conscientemente a evocação de outras palavras, a evidência de que elas são ativadas vem dos efeitos [...] que aparecem nos testes de associação de palavras.⁷

Em resumo, então, os símbolos não podem ser entendidos como uma coleção não estruturada de *tokens* que mapeiam uma coleção de referentes porque os símbolos não representam apenas coisas no mundo, eles também representam uns aos outros. Como os símbolos não se referem diretamente a coisas no mundo, mas indiretamente se referem a eles mesmos em virtude de se referir a outros símbolos, os símbolos são entidades combinatórias implícitas, cujos poderes referenciais são derivados pela ocupação de posições determinadas em um sistema organizado de outros símbolos.⁸

Isso posto, cabe reforçar a forma como a produção de significado é entendida pela LSF, tão em consonância com as citações destacadas acima. Para a LSF, a relação entre dois signos em um sistema semiótico é o que produz significado, e essa relação é denominada *valeur* (Saussure, 1966). Seguindo essa perspectiva, modela-se a língua como uma grande rede de sistemas (Martin, 2013), cuja produção de significado de uma opção, representada pelo conceito de *valeur*, envolve dois fatores: agnação (Gleason, 1965) e delicadeza (Halliday *et al.*, 1964).

A agnação é o fator que opera o contraste entre as opções; por sua vez, a delicadeza opera o detalhamento de uma opção para um determinado sistema (Figueredo; Figueredo, 2019). É justamente essa noção de agnação que Deacon (1997) destaca e, a partir das ferramentas teórico-metodológicas, conjuntamente às noções complementares de delicadeza e *valeur*, entende-se que língua é qualquer sistema semiótico capaz de criar significados simbólicos, possuindo em sua estratificação léxico-gramática ou não, uma vez que é possível identificar escolhas sistêmicas em outros pontos da arquitetura do sistema (Matthiessen, 2007).

⁷ The symbolic basis of word meaning is mediated, additionally, by the elicitation of other words (at various levels of awareness). Even if we do not consciously experience the elicitation of other words, evidence that they are activated comes [...] effects that show up in word association tests.

⁸ In summary, then, symbols cannot be understood as an unstructured collection of tokens that map to a collection of referents because symbols don't just represent things in the world, they also represent each other. Because symbols do not directly refer to things in the world, but indirectly refer to them by virtue of referring to other symbols, they are implicitly combinatorial entities whose referential powers are derived by virtue of occupying determinate positions in an organized system of other symbols.

Cabe destacar que a capacidade de simbolizar precedeu a léxico-gramática (Deacon, 1997): a complexidade da língua humana na sua forma atual é um desenvolvimento secundário com respeito a uma adaptação cognitiva mais primária (a capacidade de simbolizar), de forma que a maioria das teorias teria invertido as relações evolutivas de causa e efeito que impulsionaram a evolução cognitiva humana para desenvolver léxico-gramática e outros aspectos que parecem distinguir a língua humana de outros sistemas semióticos na natureza. Sendo assim, uma maior cognição, habilidades articulatórias complexas ou predisposições gramaticais presentes nas crianças não foram as chaves para a evolução de um sistema semiótico simbólico; nesse sentido, a evolução desses suportes para a complexificação da língua deve ter sido consequência, ao invés de causas ou pré-requisitos, para o surgimento da língua na nossa espécie (Deacon, 1997).

Nessa perspectiva, a língua seria o motor principal para a evolução dessas características específicas. A língua seria a responsável por um complexo coevolutivo de adaptações dispostas em torno de uma inovação semiótica. Isso, por sua vez, teria aberto a possibilidade para a evolução de uma complexidade semiótica cada vez maior. As línguas humanas atuais, com suas léxico-gramáticas complexas (Caffarel, 2004), bem como suas demandas sensório-motoras também complexas (Deacon, 1997; Lemke, 1998), evoluíram gradativamente a partir de origens mais simples. Embora línguas simples não existam em nenhuma sociedade encontrada hoje, é bem possível que tenham existido em algum ponto da evolução filogenética do sistema (Halliday, 2004).

Por sua vez, Lemke (1997) reforça que a criação de significado se dá pela relação sistemática entre opções em sistemas e o seu contraste. Além disso, o autor destaca como a produção de significado acontece para além do estrato léxico-gramatical, discorrendo sobre a forma como a relação sistemática entre o contexto e o sistema semiótico que o realiza é capaz de produzir significado simbólico. Para essa produção, é necessário que haja uma variação funcional na língua a partir de pressões culturais, a partir de configurações de padrões específicos, previsíveis e passíveis de descrição — articulação cultura-língua, sem a qual não há produção de significado. Sem essa articulação ou, em outras palavras, sem a relação de realização e metaestabilidade entre sistemas de gêneros, registros e linguísticos, de forma a haver uma predição, ativação e simbolização entre as partes (Lemke, 1984, Martin; Eggins, 1997), não há cultura e, conseqüentemente, língua. Igualmente, não há produção de significado simbólico.

O autor afirma (Lemke, 1997, p. 108):

Os sistemas de significado de uma cultura permitem a criação de significados e a realização de atividades sociais significativas, mas também impõem a criação de outros significados, outras ações. Onde todas as ações possíveis são igualmente prováveis em todas as situações ou contextos, não há significado. Assim, onde há significados ativados, necessariamente também há significados desativados (cf. Lemke 1984).⁹

Para finalizar esta seção, estabelecemos uma ponte entre as concepções de Deacon e Lemke com a LSF, a partir de uma citação de Eggins e Slade (1997, p. 57-58), em que também citam Halliday e esclarecem a visão sociossemiótica da teoria sobre o conceito de língua, complementando o que foi dito até então e permitindo-nos problematizar se um sistema dessa natureza seria apenas humano:

[O foco da linguística-sistêmico-funcional] na estrutura e função da língua (por exemplo, na análise de gênero) é complementado por uma interpretação da língua como um recurso sociossemiótico: um sistema para produzir significados através do qual os usuários da língua refletem e se constituem como agentes sociais. Esta abordagem semiótica é expressa por Halliday em seu reconhecimento da relação entre os mundos micro e macrosociais: “Por seus atos cotidianos de significado, as pessoas representam a estrutura social, afirmando seus próprios *status* e papéis, e estabelecendo e transmitindo os sistemas compartilhados de valor e de conhecimento” (1978, p. 2).¹⁰

CRITOSSEMIOSE E TRADUÇÃO INTERESPECÍFICA: HIPÓTESES E SUGESTÕES PARA UMA AGENDA DE PESQUISAS

A partir dessas concepções, o sistema das orcas e de outros animais com trajetórias e dinâmicas evolutivas semelhantes pode ser semioticamente mais complexo do que a

⁹ The meaning systems of a culture enable meanings to be made, and meaningful social activities to be enacted, but they also enjoin the making of other meanings, other actions. Where every possible action is equally likely in every situation or context, there is no meaning. So, where there are meanings enabled, there are necessarily also meanings disabled (cf. Lemke 1984).

¹⁰ Its focus on structure and function in language (e.g. in the analysis of genre) is complemented by an interpretation of language as a social semiotic resource: a system for making meanings through which language users both reflect and constitute themselves as social agents. This semiotic approach is expressed by Halliday in his recognition of the relationship between the micro- and the macro-social worlds: “By their everyday acts of meaning, people act out the social structure, affirming their own statuses and roles, and establishing and transmitting the shared systems of value and of knowledge (1978:2).

Figura 5 acima, baseada no conceito de protolíngua (Halliday, 2004), sugere. Dessa forma, pode-se contribuir com o aprofundamento do conceito de protolíngua.

Sendo assim, pesquisas futuras podem investigar, bem como no caso dos humanos e da língua humana, se as orcas residentes e outras espécies, como produtoras de significado, possuem um sistema semiótico conotativo (cultura) que é realizado por outro sistema semiótico, por sua vez denotativo (língua) (Martin, 1992).

Contudo, uma vez que o contexto de cultura condiciona a natureza do sistema semiótico e o sistema realiza a cultura (Halliday, 1994), tendo em vista que aqui as pesquisas investigarão uma possível cultura e o sistema semiótico que a realiza sobre os quais temos limitações para interpretar por diferenças entre espécies e, portanto, entre sistemas semióticos de naturezas diversas, sugerimos inspiração no conceito de criptótipos (Whorf, 2012), de forma a definir que podemos nos debruçar sobre uma possível criptossemiose. Uma classe linguística criptotípica realiza um significado “submerso”, mas, a partir de uma análise linguística baseada em preceitos sociossemióticos, apresenta-se como funcionalmente importante no sistema (Whorf, 2012).

Em outras palavras, uma classe criptotípica apresenta uma natureza “coberta”, que não pode ser interpretada à primeira vista. Ela facilmente passa despercebida e pode ser difícil de ser definida, mas tem influência no comportamento linguístico (Whorf, 2012). Nesse sentido, tendo o português brasileiro como exemplo, a realização gramatical das funções pode acontecer com realização aparente, na qual um elemento das ordens inferiores na escala de ordens gramatical ou uma configuração estrutural constitui a realização (Figueredo, 2011), ou com realização criptotípica, em que acontece uma “síndrome” de recursos de áreas aparentemente não relacionadas na gramática (Whorf, 1987). Um exemplo disso é o Processo: Mental: Cognitivo: Pensar. Este tende a ser realizado por Experienciador: Ente: Consciente & Fenômeno: Ente: Abstrato & Evento: Superior & morfologia verbal indicativa & oração hipotática ‘que’ & presente-no-presente para o ‘agora’ & desdobramento simultâneo & [em alguns casos] bidirecional (Figueredo, 2011).

Sendo assim, pode-se contribuir com as discussões acerca do conceito de protolíngua como forma de explicar como outros animais produzem significados, uma vez que, ao interpretarmos um sistema semiótico que dispõe de uma organização e

recursos tão diversos dos observados nas línguas humanas — o que é de se esperar, uma vez que a organização funcional do sistema semiótico humano evoluiu em resposta às necessidades da nossa espécie (Painter, 1984) e, por exemplo, as orcas sofreram pressões seletivas diferentes (Whitehead; Rendell, 2001) —, é necessária uma abordagem que parta de pressupostos que não se atenham à forma como os recursos são distribuídos nos sistemas semióticos humanos.

De tal forma, deixa-se de assumir uma isomorfia entre os sistemas dos humanos e de outras espécies, uma vez que é de se esperar que o mesmo *valeur* não seja encontrado em sistemas semióticos distintos (Boeriis, 2015). No caso das orcas, pode-se, assim, investigar, a partir dos dados coletados, se elas não se enquadram na atual concepção de protolíngua e, em caso positivo, se o processo de produção de significado acontece a partir de uma realização entre sistemas conotativos e denotativos (Halliday; Matthiessen, 1999), constituindo uma criptossemiose.

Caso essa possibilidade se confirme, sugerimos a introdução do conceito de tradução interespecífica. Uma vez que os tipos de tradução desenvolvidos por Jakobson (1959), quais sejam, tradução intralingual, interlingual e intersemiótica, não se encaixam para os propósitos aqui apresentados, tendo em vista que podemos não estar lidando com um processo de tradução dentro de uma mesma língua (intralingual), nem entre línguas humanas diferentes (interlingual) e, possivelmente, nem com tradução entre um sistema semiótico denotativo e um sistema semiótico não denotativo (intersemiótica), mas entre dois sistemas semióticos denotativos que evoluíram em espécies diferentes, faz-se necessário o desenvolvimento de um novo tipo de tradução, denominado tradução interespecífica: entre um sistema semiótico denotativo humano e um sistema semiótico denotativo de uma espécie diferente, uma criptossemiose.

Ademais, é possível conectar essas reflexões sobre criptossemiose e tradução interespecífica com esforços científicos como o Project CETI, organização científica que atualmente utiliza tecnologias avançadas para decifrar a comunicação das baleias cachalotes, aprofundando não apenas nossa compreensão das complexidades das línguas e linguagens de um outro animal, mas também destacando a importância de desenvolver métodos de tradução que transcendam as barreiras interespecíficas, emergindo como um exemplo prático da busca por compreender e interpretar formas de semiose não humanas. Por fim, é crucial ressaltar que, apesar da importância inegável dos esforços empíricos na

medição e identificação de padrões e regularidades, não podemos negligenciar a teoria, especialmente proveniente dos campos da linguística e semiótica. Conforme destacado por Halliday, a “descrição precede a tradução” (Halliday, 2005, p. 32), uma vez que “se você não conhece o sistema, você não consegue entender o texto” (Halliday, 2002, p. 10).

REFERÊNCIAS

- AIELLO, Leslie. Terrestriality, bipedalism and the origin of language. In Aiello Leslie. (ed.), *Evolution of Social Behaviour Patterns in Primates and Man*. p. 269-289, 1996.
- ALLMAN, John Morgan. *Evolving brains*. New York: Scientific American Library, 2000.
- ARISTÓTELES. *Categorias*. Tradução de José Veríssimo Teixeira da Mata. Prefácio de Francis Wolff. São Paulo: Editora UNESP, 2019.
- BEAKEN, Mike. *The making of language*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1996.
- BENSON, James; GREAVES, William. *Functional dimensions of ape-human discourse*. London: Equinox Publishing, 2005.
- BICKERTON, Derek. *Language and human behavior*. Seattle: University of Washington Press, 1995.
- BIGG, Michael; OLESIUUK, Peter; ELLIS, Graeme; FORD, John; BALCOMB, Kenneth. Social organization and genealogy of resident killer whales (*Orcinus orca*) in the coastal waters of British Columbia and Washington State. *RepInt Whal Comm Spec*: 383-405, 1990.
- BOERIIS, Morten; ANDERSEN, Thomas Hestbaek; MAAGERØ, Eva; TONNESSEN, Elise Seip. *Social semiotics: key figures, new directions*. London: Routledge, 2015.
- BUTT, David. How our meanings change: school contexts and semantic evolution. In: WILLIAMS, Geoff; LUKIN, Annabelle (Eds.). *The development of language: functional perspectives on species and individuals*. London: Continuum, 2004.
- CALVIN, William H.; BICKERTON, Derek. *Lingua ex machina: reconciling Darwin and Chomsky with the human brain*. Cambridge: The MIT Press, 2000.
- CAFFAREL, Alice. *Metafunctional profile of the grammar of french*. In CAFFAREL, Alice; MARTIN, James Robert; MATTHIESSEN, Christian. (Eds.) *Language typology: a functional perspective*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2004.

CONNOR, Richard C. Group living in whales and dolphins. In: MANN, Jennifer; CONNOR, Richard C.; TYACK, Peter L.; WHITEHEAD, Hal (Eds.). *Cetacean societies*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

CORBALLIS, Michael C. *From hand to mouth: the origins of language*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2002.

DARWIN, Charles. *A origem das espécies: A origem das espécies por meio da seleção natural ou a preservação das raças favorecidas na luta pela vida*. Tradução de Carlos Duarte. São Paulo: Martin Claret, 2014.

DEACON, Terrence. Cortical connections of the inferior arcuate sulcus cortex in the macaque brain. *Brain Research*, v. 573, 1992.

DEACON, Terrence. *The symbolic species: the co-evolution of language and the human brain*. London: Allen Lane, The Penguin Press, 1997.

DESCARTES, René. *The philosophical writings of Descartes*. Volume 3. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

DEECKE, Volker Bernt; FORD, John; SPONG, Paul. *Dialect change in resident killer whales: Implications for vocal learning and cultural transmission*. *Animal Behaviour*, 60(5), 629–638, 2000.

DE WAAL, Frans. *Somos inteligentes o bastante para saber quão inteligentes são os animais?* 1. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2016.

DUNBAR, Richard. *Grooming, Gossip and the Evolution of Language*. Londo Faber and Faber, 1996.

EDELMAN, Gerald. *Bright air, brilliant fire: on the matter of the mind*. New York: Basic Books; London: Allen Lane, 1992.

EGGINS, Suzanne.; SLADE, Diana. *Analysing casual conversation*. London: Cassell, 1997.

ELLIS, Graeme; FORD, John; TOWERS, Jared. Northern resident killer whales in British Columbia: photo-identification catalogue 2007. *Pacific Biological Station, Fisheries and Oceans Canada*, 2007.

FIGUEREDO, Giacomo. *Introdução ao perfil metafuncional do português brasileiro: contribuições para os estudos multilíngues*. 2011. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

FIGUEREDO, GIACOMO; FIGUEREDO, GRAZZIELA. A Systemic Dynamics Model of Text Production. *Journal of Quantitative Linguistics* , v. 1, 2019.

FILATOVA, Olga; FEDUTIN, Ivan; BURDIN, Alexandr; HOYT, Erich. The structure of the discrete call repertoire of killer whales *Orcinus orca* from Southeast Kamchatka. *Bioacoustics*, 2007.

FOLEY, William. *Anthropological Linguistics: An Introduction*. Oxford: Blackwell, 1997.

FORD, John. Vocal traditions among resident killer whales (*Orcinus orca*) in coastal waters of British Columbia. *Can. J. Zool.*, 1991.

FORD, John K. B.; ELLIS, Graeme M.; BALCOMB, Kenneth C. *Killer whales: the natural history and genealogy of Orcinus orca in British Columbia and Washington State*. Vancouver: UBC Press, 1994.

FORD, John; ELLIS Graeme; BALCOMB, Kenneth. *Killer whales: the natural history and genealogy of Orcinus orca in the waters of British Columbia and Washington*, 2nd ed. Vancouver: UBC Press, 2000.

GERO, Shane; ENGELHAUPT, Dan; WHITEHEAD, Hal. Heterogeneous social associations within a sperm whale (*Physeter macrocephalus*) unit reflect pairwise relatedness. *Behavioral Ecology and Sociobiology*, v. 63, p. 143–151, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00265-008-0645-x>.

GERO, Shane; GORDON, Jonathan; WHITEHEAD, Hal. Calves as social hubs: dynamics of the social network within sperm whale units. *Proc R Soc Lond B* 280(1763):20131113. <https://doi.org/10.1098/rspb.2013.1113>, 2013.

GLEASON, Henry Allan. *Linguistics and English grammar*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1965.

GRIFFIN, Donald. *The Question of Animal Awareness: Evolutionary Continuity of Mental Experience*. Rockefeller University Press, 1976.

GUYERO, Paul. *Kant*. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2009.

HAECKEL, Ernst. *Generelle Morphologie der Organismen [Morfologia Geral dos Organismos]*. Vols. I e II. Berlin: Georg Reimer, 1866.

HAENTJENS, Niels. *Systemic functional linguistic (SFL) approach to animal communication*. 2018. Dissertação (Mestrado em Linguística e Literatura) – Ghent University, Bélgica, 2018.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. Syntax and the consumer. Reprinted in HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *On language and linguistics*. Volume 3 of Collected Works of M. A. K. Halliday. London & New York: Jonathan Webster, 1964.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *Language as social semiotics: the social interpretation of language and meaning*. London & Baltimore: Edward Arnold & University Park Press, 1978.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *On grammar*. (The collected works of M. A. K. Halliday, v. 1), London: Continuum, 2002.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *Computational and quantitative studies*. London: Continuum, 2005.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; MATTHIESSEN, Christian. *Construing experience as meaning: a language based approach to cognition*. London: Cassell, 1999.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; MATTHIESSEN, Christian. M. I. M. *An introduction to functional grammar*. 4th ed. London: Routledge, 2014.

HASAN, Ruqaiya. *The nursery tale as a genre*. Nottingham Linguistic Circular, 13, 71-102. (Special Issue on Systemic Linguistics), 1984.

HASAN, Ruqaiya. *Ways of Meaning, Ways of Learning: Code as an Explanatory Concept*. British Journal of Sociology of Education, 23(4), 2002.

HERMAN, Louise; ABICHANDANI, Sheila; ELHAJJ, Ali; HERMAN, Elia; SANCHEZ, Juliana; PACK, Adam. Dolphins (*Tursiops truncatus*) comprehend the referential character of the human pointing gesture. *Journal of Comparative Psychology*, v. 113, 1999.

HJELMSLEV, Louis. *Prolegomena to a theory of language*. Madison, Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1961.

JAKOBSON, Roman. *On Linguistic Aspects of Translation*. In *On Translation*, R. Brower (ed.), 232–239. Cambridge, Mass, 1959.

JOHNSON, Allen W.; EARLE, Timothy. *The evolution of human societies: from foraging group to agrarian state*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2000.

LEMKE, Jay. *Semiotics and education*. Toronto: Toronto Semiotic Circle, 1984.

LEMKE, Jay. Text Production and Dynamic Text Semantics. In Ventola, E. (Ed). *Functional and Systemic Linguistics: Approaches and Uses*. 23-38. Berlin: Mouton/de Gruyter, 1991.

LEMKE, Jay. New challenges for systemic-functional linguistics: dialect diversity and language change. *Network*, 18, 1992.

LEMKE, Jay. Discourse, Dynamics, and Social Change. *Cultural Dynamics*, v.6, n. 1, 1993.

LUKIN, Annabelle; WILLIAMS, Geoff. *The development of language: functional perspectives on species and individuals*. London: Continuum, 2004.

MARINO, Lori; SHERWOOD, Chet; DELMAN, Bradley; TANG, Cheuk; NAIDICH, Thomas; HOF, Patrick. Neuroanatomy of the killer whale (*Orcinus orca*) from magnetic resonance imaging. *The Anatomical Record*, 2004.

MARINO, Lori; CONNOR, Richard; FORDYCE, Ewan; HERMAN, Louis; HOF, Patrick; LEFEBVRE, Louis; LUSSEAU, David; MCCOWAN, Brenda; NIMCHINSKY, Esther; PACK, Adam; RENDELL, Luke; REIDENBERG, Joy; REISS, Diana; UHEN, Mark; VAN DER GUCHT, Estel; WHITEHEAD, Hal. Cetaceans have complex brains for complex cognition. *PLoS Biol*, 2007.

MARTEN, Ken; PSARAKOS, Suchi. Using self-view television to distinguish between self-examination and social behavior in the bottlenose dolphin (*Tursiops truncatus*). *Consciousness and Cognition* 4:205–24. [aLR], 1995.

MARTIN, James Robert. *English text: system and structure*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1992.

MARTIN, James Robert. Realisation, instantiation and individuation: some thoughts on identity in youth justice conferencing. *DELTA - Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, 25: 549-583, 2009.

MARTIN, James Robert. *Systemic functional grammar: a next step into the theory – axial relations*. Beijing: Higher Education Press, 2013.

MARTIN, James Robert; ROSE, Dadiv. *Genre relations: mapping culture*. London: Equinox Publishing, 2008.

MATTHIESSEN, Christian. The evolution of language: a systemic functional exploration of phylogenetic phases. In: G. WILLIAMS; A. LUKIN (eds.). *The development of language: functional perspectives on species and individuals*. Continuum, 2004, p. 45-90.

MATTHIESSEN, Christian. The “architecture” of language according to systemic functional theory: developments since the 1970s. In: R. HASAN, C. M. I. M. MATTHIESSEN, & J. WEBSTER (eds.), *Continuing discourse on language* (vol. 2, p. 505-561). London: Equinox Publishing, 2007.

MAYR, Ersnt. *O que é a evolução*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MITHEN, Steven. *The prehistory of mind: a search for the origins of art, religion and science*. London: Thames and Hudson, 1996.

PAINTER, Clare. *Into the mother tongue: a case study in early language development*. London: Pinter Publishers, 1984.

PAINTER, Clare. *Learning through language in early childhood*. London: Cassell, 1999.

PARSONS, Kim; BALCOMB, Kenneth; FORD, John; DURBAN, John. The social dynamic of Southern resident killer whales and conservation implications for this endangered population. *Anim. Behav.*, 77, 963-971. doi: 10.1016/j.anbehav, 2009.

PEIRCE, Charles. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2020.

PÖGGELER, Otto. *A via do pensamento de Martin Heidegger*. São Paulo: Instituto Piaget, 2001.

POTTS, Richard. The hominid way of life, in *The Cambridge Encyclopedia Human Evolution*, Ed: JONES, Stephen; MARTIN, Robert; PILBEAM, David; BUNNEY, Sarah; DAWKINS, Richard. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

RENDALL, Luke; CANTOR, Mauricio; GERO, Shane; WHITEHEAD, Hal; MANN, Janet. Causes and consequences of female centrality in cetacean societies. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, v. 374, 2019.

ROPER, Timothy. Cultural evolution of feeding behaviour in animals. *Science Progress* 70:571–83. [aLR, SMR, 1986.

SAPIR, Edward. *The collected works of Edward Sapir*. 1. General linguistics. Edit. por Pierre Swiggers. Berlin: Walter de Gruyter, 2008.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2015.

SEWALL, Kendra. Social Complexity as a Driver of Communication and Cognition, *Integrative and Comparative Biology*, Volume 55, Issue 3, <https://doi.org/10.1093/icb/icv064>, 2015.

TAGLIALATELA, Jared; SAVAGE-RUMBAUGH, Sue; RUMBAUGH, Duane; BENSON, James; GREAVES, William. Language, apes and meaning-making. *The development of language: functional perspectives on species and individuals*. Continuum, 2004.

TYACK, Peter. Population biology, social behavior, and communication in whales and dolphins. *Trends in Ecology and Evolution*, v. 1, 1986.

WEISS, Brigitte; LADICH, Friedrich; SPONG, Paul; SYMONDS, Helena. *Vocal behavior of resident killer whale matriline with newborn calves: the role of family signatures*. *J Acoust Soc Am Jan*;119(1):627-35. doi: 10.1121/1.2130934. PMID: 16454316, 2006.

WHITEHEAD, Hal; RENDELL, Luke. Culture in whales and dolphins. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 24, n. 2, 2001. doi: 10.1017/S0140525X0100396X.

WHITEHEAD, Hal; RENDELL, Luke. *The cultural lives of whales and dolphins*. The University of Chicago Press, 2014.

WHORF, Benjamin. Lee. *Language, thought, and reality*. Cambridge: MIT, 1987.

WHORF, Benjamin Lee. *Language, thought, and reality: selected writings of Benjamin Lee Whorf*. 2. ed. Editado por John B. Carroll, Stephen C. Levinson e Penny Lee. Cambridge: The MIT Press, 2012.

Recebido em: 01/03/2024

Aceito em: 19/06/2024

Gabriel Gomes Botelho Freitas: Bacharel em Letras (Tradução) pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mestrando pela mesma instituição, dedica-se à área de Linguística, pesquisando principalmente os seguintes temas: Teoria Sistêmico-Funcional, Descrição Linguística, Modelagem de Textos, Linguística Animal, Ontogenia Linguística e Evolução Linguística.

Perdoo, mas nunca esqueço: os efeitos de memória na música Latinoamerica

*I forgive, but I never forget:
the effects of memory in Latin American music*

Geicilayne Tavares Pelayes
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
geicilayne.pelayes@fale.ufal.br
<https://orcid.org/0000-0002-2121-4070>

Kelly Christhyne Lins Tavares
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
christhynelins@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0005-8003-0617>

Sheyla Jayane Tavares Lins
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
jayanesheyla@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0006-3238-4485>

RESUMO

O antagonismo da luta de classes é pressuposto fundamental desta análise que aborda os efeitos de memória materializados no discurso. Partindo do pressuposto de que há uma relação inseparável entre língua, história e ideologia, uma vez que o sujeito é atravessado pela ideologia e só existe como resultado de processos de interpelação ideológica, as materialidades discursivas analisadas aqui remetem ao antagonismo de classes e foram retiradas da música Latinoamerica da dupla Calle 13. Definimos como campo referencial a luta de classes a partir dos efeitos de memória do que nomeamos por formação discursiva (FD) da resistência. Com base nesse pressuposto, buscamos compreender como os processos discursivos que se repetem nos países que formam a América Latina fundem-se por meio de distintas formações ideológicas.

Palavras-chave: discurso; memória; resistência; América Latina; luta de classes.

ABSTRACT

The antagonism of the class struggle is a fundamental assumption of this analysis that addresses the effects of memory materialized in the discourse. Assuming that there is an inseparable relationship between language, history and ideology, since the subject is crossed by ideology and only exists as a result of processes of ideological interpellation, the discursive materialities analyzed here refer to class antagonism and were removed from Latinoamerica music by the duo Calle 13. We define the class struggle as a referential field based on the memory effects of what we call the discursive formation (DF) of resistance. Based on this assumption, we seek to understand how the discursive

processes that are repeated in the countries that make up Latin America merge through different ideological formations.

Keywords: discourse; memory; resistance; Latin America; class struggle.

INTRODUÇÃO

No trabalho de escuta, são tomados como objetos de investigação a estrutura discursiva, a posição ocupada pelo sujeito, as cenas que descreve e constrói. Com base nesses pressupostos e atento às construções discursivas, o analista do discurso ocupa uma posição sujeito. Nesse sentido, o trabalho de interpretação do analista não é neutro, mas ponderado e relativo, não havendo, portanto, um posicionamento absolutista, pois ele “se coloca em uma posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições” (Orlandi, 2015, p. 61).

Para fundamentar teoricamente a análise, apoiamo-nos em dois campos do saber. O primeiro é o materialismo histórico e dialético (marxismo), que aborda as formações sociais e a teoria das ideologias. O segundo é a teoria do discurso, que se ocupa da determinação histórica, relacionada aos processos semânticos.

De acordo com Marx e Engels (2001, p. 49), “de todas as classes que se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária”. Definimos como campo referencial a luta de classes a partir dos efeitos de memória do que nomeamos por formação discursiva (FD) da resistência. Com base nesse pressuposto, buscamos compreender como os processos discursivos que se repetem nos países que formam a América Latina se fundem a partir de distintas formações ideológicas, bem como, através do antagonismo opressor x oprimido, verificar como se dá a relação de poder até os dias de hoje. Por meio das análises, tentamos responder às perguntas “Como o sujeito resiste?” e “Gritamos para quem escutar?”.

Para Courtine (2016), a relação entre a materialidade linguística de uma sequência discursiva e as condições históricas que determinam sua produção é regulada pelas condições de produção do discurso, que funda, assim, os procedimentos de constituição de *corpora* discursivos. Partindo do pressuposto de que há uma relação inseparável entre língua, história e ideologia, uma vez que o sujeito é atravessado pela ideologia e só existe como resultado de processos de interpelação ideológica, as materialidades discursivas analisadas aqui remetem ao antagonismo de classes e foram retiradas da música *Latinoamerica* da dupla Calle 13.

Latinoamerica é uma canção da dupla porto-riquenha Calle 13, lançada em 2011. Conta com a participação das cantoras Susana Baca, Totó la Momposina e Maria Rita (do Peru, Colômbia e Brasil, respectivamente). O vídeo da música traz imagens gravadas em 2011 no Peru, além de gravações não utilizadas no documentário *Sin Mapa*, que o grupo fez durante uma viagem pela América Latina. Essas imagens são intercaladas com cenas da dupla tocando no estúdio de uma rádio das montanhas peruanas, cujo locutor fala Quíchua¹. Sua letra trata de temas históricos e socioculturais do continente latino-americano. Vale ressaltar que a intérprete brasileira canta em português a fim de demonstrar não só a variedade linguística do povo latino-americano, mas também ressaltar a questão da distinção entre os processos de colonização e os colonizadores destas localidades.

De igual forma, chama a atenção, nas condições de produção da referida canção, a escolha dos indivíduos para interpretá-la, pois a música é cantada por um homem e três mulheres. Pensamos que tal representatividade não é à toa, senão para demonstrar a supremacia numérica do sexo feminino em relação ao sexo masculino.

É importante ressaltar que a memória discursiva é irrepresentável. Assim, a música, quando recorta, sem o saber, essa memória em algum ponto, produzindo um acontecimento, não “representa”, produz um efeito, inserindo por seu gesto a memória em uma atualidade. Para isso, ela joga com a relação entre a memória, estruturada pelo esquecimento, que é o interdiscurso e o que Orlandi chama de memória institucional, “a que não se esquece” (Orlandi, 2017).

LUGAR DE ENUNCIÇÃO: LUTA PELO RECONHECIMENTO NA RESISTÊNCIA

Os lugares de enunciação, por presença ou ausência, constituem um modo de dizer, imbricados na sua circulação, sua legitimidade, sua organização enunciativa, sendo afetados diretamente pelos processos históricos de silenciamento. De acordo com Zoppi-

¹ A língua Quíchua tem suas raízes na antiga civilização Inca, que floresceu nos Andes entre os séculos XV e XVI, amplamente falada pelo Império Inca e considerada a língua franca da região. Com a chegada dos colonizadores espanhóis, a língua foi oprimida e marginalizada, mas nunca desapareceu completamente, pois desempenha um papel fundamental na preservação da cultura e identidade das comunidades indígenas andinas.

Fontana (2017, p. 66), tais modos de dizer “mobilizam as formas discursivas de um *eu* ou um *nós*, de cuja representação imaginária a enunciação retira sua legitimidade e força performativa”. Tal lugar é, portanto, considerado como uma dimensão que instaura as demandas políticas por reconhecimento e as práticas discursivas de resistência.

Sobre a noção de lugar de enunciação Zoppi-Fontana, afirma:

Trata-se de pensar a articulação entre os processos de subjetivação e as formas históricas de enunciação política, para melhor compreender a relação entre o discurso, a prática política e a constituição de novos sujeitos/movimentos sociais. [...] trazem na sua materialidade linguística as marcas de uma contradição que afeta a (im)possibilidade de uma enunciação política que não esteja ancorada nas determinações subjetivas que constituem um eu/nós que forneceria o fundamento último da legitimidade ética e epistemológica de um dizer (Zoppi-Fontana, 2017, p. 66).

Do ponto de vista teórico, trata-se da relação entre acontecimento discursivo, memória discursiva e enunciação na sua reflexividade performativa. Dessa forma, se é a posição-sujeito que determina os sentidos dos enunciados por meio da memória discursiva, a enunciação é o lugar em que os dizeres do sujeito poderão ser reconhecidos como legítimos relativamente a um determinado lugar enunciativo.

Assim, apoiados em Magalhães e Mariani (2010, p. 397), entendemos que tomar a palavra é uma forma de inscrição em uma rede de diferenças, de produção de sentidos, entrar no simbólico e tornar-se responsável – na sociedade, na cultura – por seu próprio dizer, um dizer marcado pelo *eu devo* e também pela falta.

Para desenvolver a reflexão, tomamos inicialmente como recorte da materialidade discursiva um agrupamento de estrofes retiradas da música *Latinoamerica* de Calle 13, em que os intérpretes assumem o lugar de enunciação na tentativa de representar o povo latino-americano no processo de enunciação. Nesse sentido, podemos observar nas construções que formam a sequência discursiva, SD1, o verbo ‘ser’ flexionado na primeira pessoa do singular, indicando o lugar de representação do intérprete da música.

SD1 – *Soy lo que dejaron. Soy todas las sobras de lo que te robaron [...] Soy una fabrica de humo, mano de obra campesina para tu consumo[...] Soy el el desarrollo en carne viva. Un discurso político sin saliva [...] Soy un pedazo de tierra que vale la pena[...] Soy América Latina. Un pueblo sin piernas, pero que camina.*

Temos na SD1, um discurso sustentado na performatividade que confronta por meio de uma enunciação que demanda reconhecimento ético e moral de seu lugar na sociedade, como parte de um povo. Esta demanda de reconhecimento permite um

movimento de subjetivação necessário na luta contra a objetivação desses sujeitos na história, possibilitando a constituição de uma posição discursiva não subalterna que possa denunciar a opressão. Entendemos tratar-se de um movimento que se constitui no domínio de antecipação, considerado dentro do funcionamento discursivo com prática social, haja vista o sujeito do discurso antecipar-se ao seu interlocutor, no que diz respeito ao sentido que suas palavras nele produzem, ou seja, dir-se-á algo, a partir do efeito que se pensa poder produzir em seu ouvinte (Orlandi, 2015).

Segundo Ericson (2020, p. 423), “o sentido de pertencimento de um povo, sob um contexto histórico particular, sustentado por línguas nacionais, faladas ou escritas, forma a nação [...] é a partir do efeito de memória que se requisita a identificação nacional como um fazer político”.

Já nos primeiros dizeres “*Soy lo que dejaron. Soy todas las sobras de lo que te robaron*” podemos perceber, de forma mais explícita, os domínios de memória coletiva² funcionando, ou seja, o papel da memória com um estabilizador de sentido entre os demais enunciados, também possíveis em uma dada conjuntura histórica latina. Assim, tal domínio reserva um espaço para a organização entre passado, presente e futuro, contribuindo para a manutenção da diacronia interna de uma formação social (Mariani, 2001).

Em seu famoso Discurso de Angostura, Simón Bolívar aponta:

Nosotros ni aun conservamos vestigios de lo que fue en otro tiempo: no somos europeos, no somos indios, sino una especie media entre los aborígenes y los españoles. Americanos por nacimiento y europeos por derechos, nos hallamos en el conflicto de disputar a los naturales los títulos de posesión y de mantenernos en el país que nos vio nacer, contra la posición de los invasores; así nuestro caso es el más extraordinario y complicado (Bolívar, 1978, p. 8).

A indignação de Bolívar ressoa até os dias atuais, como podemos ver nos trechos analisados aqui. Nesse viés, em cada uma das nacionalidades formadas, sua própria substância nacional tem muito mais singularidade e vigor que o denominador comum que as formou. Tais diferenças são tão relevantes quanto as que distinguem Portugal e

² De acordo com Halbwachs (1990), o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência, ou seja, um grupo do qual o indivíduo já fez parte e com o qual estabeleceu uma comunidade de pensamentos. A vitalidade das relações sociais do grupo dá vitalidade a imagens, que constituem lembranças. Portanto, a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo e está sempre inserida num contexto social preciso. Tal conceituação nos traz claramente a questão da relação entre o simbólico e a ideologia, se a pensarmos em termos discursivos.

Espanha. Segundo Ribeiro (1978, p. 11), “*Todos son neoamericanos cuya visión del mundo, cuyos modos de vida, cuyas aspiraciones - esencialmente idénticas - hacen de ellos uno de los rostros del fenómeno humano*”.

O silenciamento³ é observável nos dizeres “*Soy el desarrollo en carne viva. Un discurso politico sin saliva [...] Un pueblo sin piernas, pero que camina*”, no momento em que, por meio da memória, acessamos uma história de subserviência vivida pelo povo latino-americano em relação aos seus colonizadores europeus. Nesse sentido, Bolívar (1978, p. 8) agrega, “*nuestra suerte ha sido siempre puramente pasiva, nuestra existencia política ha sido siempre nula y nos hallamos en tanta más dificultad para alcanzar la Libertad cuanto que estábamos colocados en un grado inferior al de la servidumbre*”. Algo que chama a atenção no referido dizer é o “antagonismo entre classes opressoras e classes oprimidas. Mas para oprimir uma classe é preciso garantir condições tais que lhe permitam pelo menos uma existência servil” (Marx; Engels, 2010, p. 63), pensando na construção histórica da dominação das classes dominantes e na divisão internacional do trabalho, Galeano (2010, p. 10) aponta que

A divisão internacional do trabalho significa que alguns países se especializam em ganhar e outros em perder. Nossa comarca no mundo, que hoje chamamos América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se aventuraram pelos mares e lhe cravaram os dentes na garganta. Passaram-se os séculos e a América Latina aprimorou suas funções.

Desta forma, o autor reitera os efeitos do processo de colonização no desenvolvimento econômico da América Latina, apontando seu subdesenvolvimento como pedra angular do desenvolvimento do capitalismo mundial.

A forma de dizer “*Soy América Latina*” põe em xeque não apenas as diferenças culturais entre anglo-americanos e latino-americanos, mas também contrasta fortemente no que diz respeito ao antagonismo socioeconômico, dividindo-se, assim, em América Rica x América Pobre, com posições e relações assimétricas de poder em um polo e dependência em outro. Por esse motivo, o sentimento de não pertencimento em relação à

³ O conceito de silenciamento aqui utilizado parte do debate de Michel-Rolph Trouillot, que aponta que “qualquer narrativa histórica é um conjunto específico de silêncios, o resultado de um processo singular” (2016, p. 59) e que esses silêncios se relacionam diretamente com o processo de construção dos processos discursivos baseados na história, demonstrando que esse silêncio é fruto das individualidades da história e da sua parcialidade, sendo proposital e um indício da posição social/econômica de quem escreve e que grupo representa.

“América Rica” é que faz os latino-americanos se juntarem abaixo de uma mesma rubrica, questão de pertencimento e identidade intrínsecos à historicidade desses povos e à memória, como pontua Jélin (2002, p.9) *“La memoria tiene entonces un papel altamente significativo, como mecanismo cultural para fortalecer el sentido de pertenencia a grupos o comunidad”*.

Galeano (2010) problematiza a ideia de que a América Latina é tida como uma sub-américa, já que, na concepção dos dominantes, os Estados Unidos da América, são detentores da identidade do ser “americano”, ou seja, os latino-americanos pertencem a uma América de segunda categoria. Dessa forma, observa-se que a dimensão continental da América Latina não corresponde a uma estrutura sociopolítica que a unifique. Ao contrário, sobre tal base física localizam-se dezenas de povos organizados como nacionalidades emaranhadas por singularidades. A partir das revoluções tecnológicas pelas quais passamos, é possível pensar na reaglutinação dos povos no intuito de expressar uma nova civilização que possa engendrar uma entidade política supranacional que no futuro possa ser o lugar onde os latino-americanos viverão seu destino.

O DISCURSO QUE GRITA PARA QUEM PRECISA ESCUTAR

O processo de colonização conseguiu, acima de tudo, subjugar a sociedade, promover a aculturação forçada e converter a população em uma força de trabalho escravizada, útil aos interesses coloniais. Contribuiu também para a homogeneização da prosperidade do empreendimento colonial, seja na etapa de saques de riquezas acumuladas, seja nas variadas formas posteriores de apropriação da produção mercantil. Toda essa organização girava em torno de um objetivo em comum: defender e fazer prosperar a colônia para usufruto da metrópole (Ribeiro, 1978, p. 14). Dessa forma, os colonizadores sobreviveram e prosperaram às custas de combustível humano em forma de energia muscular destinado a ser consumido para gerar produtos mercantis exportáveis.

Aos poucos *“va surgiendo una contradicción irreductible entre el proyecto del colonizador y los intereses de la comunidad naciente”* (Ribeiro, 1978, p. 15). Ou seja, entre os propósitos e os procedimentos da classe dominante-subordinada e a maioria da população que era tomada como objeto do empreendimento colonialista. Tal sentimento é posto na SD2 no intuito de não só resistir, mas também agir contra a subserviência

imposta ao povo latino-americano, e quebrar a construção ideária histórica da América Latina como um local de pessoas que aguentam em silêncio.

SD 2 – *El jugo de mi lucha no es artificial porque el abono de mi tierra es natural [...] Aquí se respira lucha [...] Yo canto porque se escucha [...] Vozes de um só coração. Aquí estamos de pié.*

A partir dos dizeres da SD2, “*El jugo de mi lucha no es artificial porque el abono de mi tierra es natural*” observa-se o intento de conquistar metas através da luta contra os grupos dominantes gestores da ordenação social diferenciadora. Esta luta se inicia na tensão entre a minoria dominante e as classes subalternas e oprimidas que explodem em convulsões sociais generalizadas, de escravizados, de camponeses, de obreiros etc.; todas elas silenciadas pela repressão e pela História. Nesse sentido, Che Guevara (1979, p. 6) acrescenta, “*Aquí la intelectualidad era esclava a secas, no disfrazada de inteligente; era una esclavitud sencilla puesta al servicio de una causa de oprobio, sin complicaciones; vociferaban, simplemente*”.

O dizer “*Aquí se respira lucha*” faz emergir a necessidade de resistência, a partir da interpelação ideológica, pondo a luta como única maneira de sobrevivência, ou seja, impõe a responsabilidade de lutar àqueles que se consideram latino-americanos, juntando-os como um único povo “*Vozes de um só coração. Aquí estamos de pié*”. Segundo Che Guevara (1979, p. 3) “*La Revolución en América es más que un proyecto, es una necesidad ineludible*”.

Nesse sentido, Che Guevara (1979, p. 8), afirma:

Lo que sí puedo asegurarle es que este pueblo es fuerte, porque ha luchado y ha vencido y sabe el valor de la victoria, conoce el sabor de las balas y de las bombas y también el sabor de la opresión. Sabrá luchar con una entereza ejemplar (Che Guevara, 1979, p. 8).

Na SD em análise, o dizer “*Yo canto porque se escucha*” constrói o acontecimento de que fala. E o que fala é um efeito de presentificação (atualidade) produzido pelo jogo do interdiscurso (memória discursiva) e pela memória institucional (a de arquivo) postas em contradição. E por este mesmo gesto, ela produz um passado (Orlandi, 2017, p. 59). Vale ressaltar a flexão verbal no presente com o intuito de salientar que “a hora de resistir é agora” e que o interlocutor possa reconhecer-se por meio do discurso, destacando a inviabilidade da força de um sem a força dos outros, um chamado para deixar de ser um

instrumento do meio e tornar-se arquiteto do próprio destino, ao passo que indica um direcionamento do discurso em uma relação opressor x oprimido.

Tem-se uma produção de sentidos que prevalece na vontade de deixar de ser humilhado, ou seja, numa distinção central entre duas espécies humanas: os senhores e os servos, os colonizadores e os colonizados, a fim de tirar o indivíduo de uma posição em que progressivamente ele perde sua identidade, sua estima e o respeito de si (Orlandi, 2017, p. 224). Nesse sentido, passamos à próxima SD.

SD 3 – Tampoco pestañeo cuando te miro para que te recuerde de mi apellido. La operación Condor invadiendo mi nido. Perdono, pero nunca olvido [...] Tu no puedes comprar mi alegría. Tu no puedes comprar mis dolores [...] No puedes comprar mi vida.

Percebe-se nos dizeres da SD3 que o sujeito orienta sua ação por um “querer” transformar a realidade, ou seja, a realidade é o motor da possibilidade de exercício da liberdade. Assim, podemos dizer que a liberdade está sempre sujeita à determinação histórica. Liberdade será entendida, então, como “aquele ato de consciência que dá origem ao novo ser posto por ele (ato). Liberdade, como momento da realidade, seu funcionamento está, em primeiro lugar, numa decisão concreta entre diversas possibilidades concretas” (Lukács, 1997, p. 74).

A partir da ideologia é que são conduzidas as práticas humanas. Nesse sentido, a ideologia percorre todas as ações humanas, ou seja, não está presente apenas em momentos pontuais ou de crise. Além disso, tem como pressuposto a resolução de problemas: “a ideologia é acima de tudo aquela forma de elaboração da realidade que serve para tornar a prática social dos homens consciente e operativa” (Lukács, 1997, p. II). Dessa forma, o caráter histórico/ social da ideologia se mostra, pois na medida em que se transformam as sociedades também se transformam as formas de atuação das subjetividades entre si.

Na SD em análise, identificamos o movimento de enfrentamento marcado na língua pelo pronome em segunda pessoa “tu”. A partir daí, vemos que há um sujeito explícito ao qual o discurso é dirigido. Afinal, gritamos para alguém escutar. No que diz respeito às condições de produção da música, algo é bastante chamativo. Como já foi dito anteriormente, Maria Rita, intérprete brasileira, canta uma parte da música em português: “Não se pode comprar minha alegria, não se pode comprar minhas dores[...]”, deixando escapar no movimento de tradução a determinação de sujeito imposta na letra em

espanhol. Demonstra-se, assim, uma omissão do sujeito a quem se dedica o discurso, ou seja, há um apagamento não só do sujeito, mas também da culpa e uma submissão que ressurgue por meio da indiretividade.

Nos dizeres “*Tampoco pestaño cuando te miro para que te recuerde de mi apellido. La operación Condor invadiendo mi nido. Perdono, pero nunca olvido*”, os efeitos de memória funcionam no intuito de acessar a história de opressão sofrida pelo povo latino-americano ao mesmo tempo que agem como lembrete para impulsionar o movimento de resistência. A partir da leitura discursiva de Orlandi (2017, p. 60), destacamos que entre o registro da realidade – a música analisada – e a memória coletiva, ou seja, “entre um acontecimento e a função social de instituição-reinstituição do tecido social atribuída à memória, há toda a distância que separa a ‘realidade’ do ‘fato de significação’”.

Na referida SD, o dizer “perdoo, mas nunca esqueço” emerge da relação de dependência econômica que a América Latina apresenta em relação aos Estados Unidos da América, ou seja, tal aliança ainda é necessária nos dias atuais para fins políticos e econômicos, mas não anula o sofrimento causado a esse povo e as interferências históricas que essa aproximação trouxe.

O país norte-americano se configura então, como uma nova Europa para a América Latina, na medida em que a explora, e influencia suas tomadas de poder e soberania com mais força a partir da doutrina Monroe no século XIX, e ganha ainda mais impacto com o imperialismo norte-americano e com a sua presença já mencionada anteriormente, no desenvolvimento e na manutenção das ditaduras.

CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS

Ao longo das sequências discursivas analisadas, observamos que a liberdade não se trata de um sonho de independência dos liames naturais e sociais, mas está diretamente associada ao conhecimento das leis dessas instâncias e na possibilidade de controlá-las, ou seja, toda a subserviência a qual o povo latino-americano foi submetido é conhecida por ele, constituindo-se, a partir desse conhecimento, o início da sua luta e dos caminhos traçados para a resistência. Para o materialismo histórico-dialético, no qual nos apoiamos aqui, a única forma de se ter um critério sobre a verdade do conhecimento é buscá-lo na própria realidade histórica.

A posição-sujeito ocupada nos versos da música *Latinoamerica* não se trata simplesmente de um sujeito idealista que pode tudo e comanda o mundo apenas através de seus desejos e vontades. Trata-se, no entanto, de um sujeito determinado por uma subjetividade, que introduz as marcas das relações sociais através da ideologia que, por sua vez, desencadeia, por meio da interpelação, a inculcação inconsciente em cada sujeito. Desse modo, há um chamado através da história a todos os que se sentem parte deste todo territorial, a América Latina. Juntemo-nos, pois, à essa resistência necessária que não se trata de opressão passada, mas que pode ser vista a olho nu nos dias atuais. Lembremo-nos do recado deixado por Pedro Albizu na tentativa de independizar Porto Rico “*cuando la tiranía es ley, la revolución es orden!*”.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL), pelo financiamento da pesquisa de Geicilayne Tavares Pelayes sob o processo: E:600.30.0000001355/2023 e da pesquisa de Sheyla Jayane Tavares Lins sob o processo: E:60030.0000000625/2023.

REFERÊNCIAS

BOLÍVAR, Simón. *Discurso de Angostura*. In: *Latinoamerica: cuadernos de cultura latinoamericana*. UNAM, 1978.

CHE GUEVARA, Ernesto. *Latinoamerica: la revolución necesaria*. In: *Latinoamerica: cuadernos de cultura latinoamericana*. UNAM, 1979.

COURTINE, Jean-Jacques. “Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso”. *Policromias*, Nova Zelândia, v.1 n. 1, p. 14-35, jun. 2016.

ERICSON, Sóstenes; TENÓRIO NETO, João Francisco. “‘Uma ponte para o futuro’: efeitos de sentido no discurso neoliberal no Brasil”. *Revista da Abralin*, [S. 1], v. 19, n. 3, 409-428, 2020.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América latina*. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2010.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

JÉLIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2002.

LUKÁCS, György. *O trabalho*. Tradução de Ivo Tonet. Maceió: Mimeo, 1997.

MAGALHÃES, Belmira; MARIANI, Bethânia. “Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente”. *Linguagem em (Dis)curso*. Palhoça, SC, v. 10, n. 2. 391-408, maio/ago. 2010.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói a memória). In: ORLANDI, E. P. (org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 12 ed. Campinas: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2017.

RIBEIRO, Darcy. *La cultura Latinoamericana*. In: *Latinoamerica: cuadernos de cultura latinoamericana*. UNAM, 1978.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Curitiba: huya, 2016.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Zoppi. “‘Lugar de fala’: enunciação, subjetivação, resistência”. *Conexão Letras*. Porto Alegre, RS, v. 12, n. 18, 63-71, 2017.

Recebido em: 14/05/2024

Aceito em: 18/07/2024

Geicilayne Tavares Pelayes: Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestra em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduada em Letras pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Kelly Christyne Lins Tavares: Mestranda em Filosofia do Programa pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduada em Filosofia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Sheyla Jayane Tavares Lins: Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Graduada em História pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Semântica Formal e Semântica Cognitiva: uma proposta de interface com a Psicolinguística Experimental

Formal Semantics and Cognitive Semantics: an interface proposal with Experimental Psycholinguistics

Gitanna Bezerra

Universidade de Pernambuco (UPE)

gitannabezerra@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5433-387X>

Andressa D'Ávila

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

davilandressa@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0009-1516-1628>

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir sobre a construção do sentido das perspectivas da Semântica Formal e da Semântica Cognitiva – escolhemos particularmente a questão da interpretação de verbos leves a partir de cada teoria – e propor a interface dessas teorias com a Psicolinguística Experimental. Depois da apresentação teórica, situamos a Psicolinguística Experimental no âmbito geral dos estudos linguísticos e apresentamos algumas questões sobre processamento on-line composicional de sentenças. Concluímos com uma proposta de testagem sobre processamento semântico a partir das previsões de cada concepção de sentido apresentada. Nossa intenção é possibilitar uma discussão que pode se voltar para possíveis revisões no âmbito teórico e também fornecer dados para pensar questões associadas à interpretação de sentenças em tempo real.

Palavras-chave: Semântica Formal; Semântica Cognitiva; Psicolinguística Experimental; processamento semântico; verbos leves.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the process of meaning construction from the perspective of Formal Semantics and Cognitive Semantics – with a particular focus on the interpretation of light verbs according to each perspective –, and to propose an interface between these theories and Experimental Psycholinguistics. After presenting the theoretical discussion on meaning, we situate Experimental Psycholinguistics within the general scope of linguistic studies and pose some questions concerning the online processing of sentence composition. We conclude with a proposal for testing the predictions that the discussed theoretical perspectives would make regarding semantic

processing. Our goal is to stimulate discussions that could lead to theoretical revisions and also provide data to address questions about sentence interpretation in real time.

Keywords: Formal Semantics; Cognitive Semantics; Experimental Psycholinguistics; semantic processing; light verbs.

INTRODUÇÃO

A descrição das línguas naturais, no âmbito da Linguística moderna, se dá em múltiplos níveis de análise. Isso significa dizer que, quando nos debruçamos sobre qualquer língua, podemos estudar o seu componente sonoro – isto é, a sua realização fonética –; a maneira como as unidades desse componente se organizam para formar palavras, explorando a sua dimensão morfológica; as regras de combinação de palavras que resultam em sentenças, ou seja, sua estruturação sintática; e a relação entre cada uma dessas formas linguísticas – morfemas, palavras, sentenças – e os significados associados a elas.

Tradicionalmente, nessa divisão de tarefas, o estudo do significado cabe ao campo da Semântica. Essa afirmação nos oferece um recorte que caracteriza linhas de investigação específicas que, a partir de postulados e metodologias específicas, se dedicam ao estudo da língua e a sua expressão de sentidos. Nessa visão mais canônica, ficam excluídas da investigação semântica as demais dimensões que podem operar sobre a construção do sentido, como a investigação histórica e geográfica, os aspectos sociais e culturais relacionados aos usos da língua e as particularidades políticas e institucionais implicadas nesses usos. Essa concepção de análise semântica não ignora que essas dimensões existam, nem que elas impactem no significado geral das construções linguísticas. Porém, fundamentalmente, assume-se uma separação categórica entre o domínio da Semântica e o domínio da Pragmática – essa última fica a cargo da significação que extrapola o sentido literal e decorre do uso das expressões linguísticas, envolvendo intenções dos falantes, contextos de enunciação, inferências conversacionais por parte dos interlocutores etc. Esse entendimento é compatível com os modelos teóricos da Semântica Formal, ou abordagem referencial, que entende o significado como uma relação entre expressões linguísticas e o mundo – entidades extralinguísticas. Falaremos mais dessa perspectiva adiante.

Há, porém, modelos de análise do sentido que questionam a separação entre Semântica e Pragmática; esse é o caso da Semântica Cognitiva, que, no campo da Linguística Cognitiva, investiga a relação entre a linguagem e os construtos cognitivos mais gerais e considera a significação como a instanciação de representações mentais e não como um objeto linguístico à parte de outros domínios da cognição. Essa concepção não autônoma da linguagem vai colocar em xeque qualquer entendimento do significado que se fundamente na diferenciação entre conhecimento linguístico e conhecimento extralinguístico na construção do sentido¹.

A fim de encaminhar uma discussão a respeito do processamento semântico de sentenças, começaremos, na seção “Pressupostos Teóricos Básicos”, apresentando mais detalhadamente conceitos fundamentais para cada perspectiva e, na sequência, discutiremos a significação dos verbos leves em Português Brasileiro (PB) na seção “Verbos leves”. Na seção “Psicolinguística Experimental, Processamento e Significação”, situaremos a Psicolinguística Experimental no âmbito geral dos estudos linguísticos e apresentaremos o que já se sabe sobre processamento on-line de sentenças. Concluímos, na seção “Proposta de testagem”, com uma proposta de testagem experimental sobre processamento semântico de sentenças com verbos leves a partir das previsões de cada concepção de sentido apresentada.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS BÁSICOS

Semântica de base formal

A teoria referencial ou Semântica Formal (SF) se desenvolve, no âmbito da Linguística, a partir de uma tradição vinda da Filosofia do final do século XIX – momento no qual essa área estava preocupada em buscar na Matemática um formalismo capaz de construir uma linguagem exata apropriada para o estudo da Lógica. Aqui nos interessa, particularmente, apontar a contribuição do filósofo e matemático Gottlob Frege (1848-1925) para o entendimento da significação nas abordagens referenciais, uma vez que é de Frege os conceitos fundamentais de sentido e referência e também a

¹ No contexto da pesquisa realizada no Brasil, para saber mais sobre a diversidade teórica no campo dos estudos sobre a significação, podemos consultar o livro organizado por Celso Ferrarezi Junior e Renato Basso, intitulado “Semântica, Semânticas”, uma apresentação de várias das vertentes empreendidas no país.

noção de interpretação composicional. Basso (2013, p. 136) sumariza essa perspectiva da seguinte forma:

[...] há três ideias principais por trás das reflexões em Semântica Formal: (a) a língua é um sistema regrado; (b) a interpretação das mensagens linguísticas é referencial; (c) o sistema linguístico é composicional. Essas ideias estão no centro da teoria justamente porque ela assume, ancorada em razões empíricas, que nosso conhecimento semântico é assim estruturado.

Vamos começar demonstrando a ideia de referencialidade. Do ponto de vista de uma teoria de base referencial, as línguas podem ser consideradas como sistemas que utilizamos para descrever estados de coisas (*states of affairs*), ou seja, uma expressão linguística designa um objeto extralinguístico e esse objeto pode ter características diversas, como são diversas as realidades a partir das quais nos comunicamos. Nas palavras de Ferreira (2022, p. 32):

[...] há uma relação entre expressões linguísticas (morfemas, palavras, sintagmas e sentenças) de um lado e o mundo de outro. O papel do significado é ser o veículo que conecta as expressões linguísticas com as coisas do mundo, incluindo pessoas, objetos, lugares, intervalos de tempo, acontecimentos e o que mais achamos que existe *lá fora*.

Considere o caso clássico das expressões definidas como, por exemplo, “a pessoa com o cabelo mais curto” – exemplo adaptado de Ferreira (2022). Se estivermos em uma sala com cinco pessoas, podemos inspecionar visualmente cada uma delas e indicar quem das cinco satisfaz a descrição apresentada pelo sintagma, isto é, a pessoa que, em relação às demais, tem os cabelos de menor comprimento. Ou seja, a partir do nosso conhecimento da realidade e do nosso conhecimento em relação às expressões linguísticas, somos capazes de chegar até a pessoa relevante. Para colocar em termos fregeanos, é a partir do sentido de uma expressão linguística, somado ao nosso conhecimento de como as coisas são no mundo, que somos capazes de chegar à referência da expressão em questão – conforme aponta Ferreira (2022, p. 35), “fornecer um critério para se chegar à referência é o papel do sentido fregeano”. Disso decorre que entidades que “não existem no mundo” podem ser vinculadas a expressões linguísticas que, embora não tenham referência, são dotadas de sentido – isto é, dado o nosso conhecimento extralinguístico, sabemos o critério para que uma entidade seja o

seu referente, como é o caso de “o oceano que banha o Paraguai” ou “o unicórnio com vestido de Barbie”.

Além disso, expressões linguísticas fazem referência não apenas a pessoas, mas a classes com um número variado de membros (“ser brasileiro/a”, “carro azul de quatro portas” etc.), ou ainda a eventualidades como é o caso, por exemplo, dos verbos plenos (“correr”, “escrever”, “dormir” etc.) (Parsons, 1994). A partir disso, podemos passar para mais um conceito fundamental para a abordagem referencial devido a Frege, a saber, o princípio da composicionalidade. Segundo esse princípio, o significado do todo é uma função do significado das suas partes e da maneira como elas estão sintaticamente combinadas (Partee, 1995). Nesse sentido, podemos combinar o sintagma nominal discutido acima, “a pessoa com o cabelo mais curto”, com uma propriedade do tipo “ser brasileira” e teremos “a pessoa com o cabelo mais curto é brasileira”. Note que temos mais elementos a considerar na construção do sentido dessa nova expressão linguística, que agora é uma sentença completa. Já temos o critério, isto é, o sentido que identifica a referência do sintagma nominal e, em função do nosso conhecimento de mundo, sabemos que “ser brasileiro/a” se refere ao conjunto de indivíduos que nasceram no Brasil. Sendo assim, precisamos saber se é o caso que a pessoa com o cabelo mais curto nasceu no Brasil, isto é, se a pessoa que é a referência do sintagma nominal pertence a esse conjunto específico de indivíduos. Em caso positivo, diremos que essa sentença é verdadeira, e em caso negativo, diremos que essa sentença é falsa; ou seja, a referência de uma sentença é o seu *valor de verdade*. Sabendo o sentido do sintagma nominal definido e da propriedade “ser brasileiro/a”, podemos combiná-los e chegar às características que o mundo precisa apresentar para que a sentença resultante dessa composição seja verdadeira – é importante reforçar que, nesse caso, para interpretar essa sentença não é preciso que saibamos, necessariamente, se a sentença é verdadeira ou falsa, mas *em que condições* ela é verdadeira.

Ainda precisamos compreender melhor a visão de que as línguas são sistemas regrados, uma das características atribuída por Basso (2013) à SF. Essa concepção, tal como pretendida pelo autor, tem ligação direta com a visão chomskyana da linguagem, que se fundamenta na ideia de que a mente humana se organiza de maneira modular de forma que cada módulo cognitivo é especializado em apenas um domínio específico de informação e funciona independentemente dos demais (Fodor, Je., 1983) – nesse

sentido, o módulo cognitivo da linguagem seria independente de outras capacidades cognitivas como a percepção, a orientação etc. Desse modo, a linguagem é concebida como uma faculdade cognitiva autônoma e, assim, deve-se considerar que “a língua tem uma estrutura própria, inclusive uma estrutura semântica, que deve ser investigada” (Basso, 2013, p. 137).

Cumprir destacar que, conforme mencionamos inicialmente, a SF se origina de uma perspectiva não psicologizante do significado; Barbara Hall Partee, em diversos trabalhos ao longo de sua vasta produção na área, destacou o fato de que, nessa tradição lógico-filosófica, havia clara distinção entre semântica e conhecimento semântico. No entanto, a partir da consolidação do empreendimento gerativo, nomes importantes no campo de investigação da SF fizeram uma aproximação entre aspectos da interpretação semântica – como, por exemplo, composicionalidade e referencialidade – e o estudo da maneira como esses aspectos estão ligados ao âmbito cognitivo. Chierchia e McConnell-Ginet (1990, p. 5, tradução nossa), por exemplo, afirmam que:

Como consequência da nossa escolha pelo paradigma gerativo, nós assumimos que a linguística não inclui apenas o estudo das línguas e suas interpretações como sistemas abstratos, mas também o estudo de como esses sistemas são representados na mente humana e usados por agentes humanos para expressar pensamentos e se comunicar entre si.

Os autores, portanto, adotam a posição de que há aspectos do sentido que dependem unicamente do sistema linguístico – entendido, nesse caso, como a competência linguística dos falantes. Dessa forma, de uma parte significativa dos trabalhos em SF, podemos derivar hipóteses de processamento linguístico em linha com princípios básicos da concepção de linguagem gerativista. Veremos essa questão na seção “Psicolinguística Experimental, Processamento e Significação”.

Ainda é importante apontar que a semântica referencial *não* entende a língua como uma relação de um para um entre sentido e referência. Embora seja caudatária de uma reflexão que se dedica a sistemas formais de expressão lógica – e, portanto, de caráter biunívoco entre o pensamento a ser expresso e a forma escolhida para fazê-lo –, as abordagens formais do significado linguístico precisam lidar com o fato de que as línguas naturais, enquanto instituições humanas, não se prestam a uma lógica fixa e linear. Além disso, ainda que se dediquem mais comumente à investigação do

significado das sentenças das línguas naturais, essas abordagens também oferecem explicações, por exemplo, para a multiplicidade de sentidos associada ao léxico, isto é, para o que chamamos de palavras polissêmicas. Falaremos mais sobre isso na apresentação da questão do significado de sentenças com verbos leves.

A Semântica Cognitiva e sua abordagem corporificada

Diferentemente do paradigma referencial que vimos até aqui, a abordagem da Semântica Cognitiva (SC), desenvolvida no âmbito da Linguística Cognitiva, não localiza a relação entre as expressões linguísticas e os seus significados na associação entre língua e mundo, mas na atuação de princípios cognitivos gerais que não se restringem à estrutura linguística – isto é, a relação entre a palavra e o mundo é mediada pela cognição. Jackendoff (2019, p. 86) afirma que, de uma perspectiva cognitivista, “o significado das palavras e sentenças são estruturas na mente dos usuários da língua e (as) frases referem não ao mundo em si, mas ao mundo conforme conceptualizado pelos falantes de uma determinada língua”. Para entender essa relação, é preciso destacar que, além desse deslocamento em relação à semântica referencial, a abordagem da SC se desenvolve, na década de 1980, a partir da ruptura com o modelo proposto pela Gramática Gerativa. Como vimos anteriormente, a perspectiva gerativa da linguagem se fundamenta na ideia de que a mente humana se organiza de maneira modular e que o módulo cognitivo da linguagem é independente do funcionamento ou da estruturação de outros módulos. A perspectiva cognitiva, ao contrário, entende que a linguagem é um aspecto *não autônomo* da cognição humana, compartilhando com outros domínios elementos fundamentais de organização e que as expressões linguísticas são pontos de acesso para estruturas conceituais. Ferrari (2011, p. 21) aponta que a SC se alinha:

[...] a tradições psicológicas e filosóficas que enfatizam a experiência humana e a centralidade do corpo humano nessa experiência. Dentro dessa perspectiva, a investigação da mente humana não pode ser separada do corpo de modo que a experiência, a cognição e a realidade são concebidas a partir de uma ancoragem corporal.

Ou seja, os conceitos a partir dos quais operamos no uso da língua estão intimamente ligados à maneira como experienciamos e apreendemos o mundo do ponto

de vista corporal e sensório-motor. Crucialmente, aqueles conceitos que não são ancorados diretamente nessa experiência, ou seja, as noções mais abstratas, são processados, por exemplo, via *extensões metafóricas* – ficando estabelecida, portanto, a centralidade do significado na concepção de linguagem proposta por essa abordagem, em oposição à primazia da sintaxe do modelo gerativo. A título de ilustração, observando o nosso comportamento linguístico, é possível perceber que tendemos a expressar conceitos abstratos como *tempo*, por exemplo, por meio de conceitos mais concretos como *espaço* ou de movimento através do espaço: “Estamos *perto* do final do ano”, “A semana *passou* voando”; ou, ainda, o conceito de *afeto* como *temperatura*: “Ana foi muito *calorosa* comigo”, “A diretora é uma *pessoa fria*”. Observemos que a metáfora, nessa abordagem, não é uma figura de linguagem ou aspecto da estilística textual, mas um mecanismo cognitivo que envolve a conceitualização de um domínio da experiência em termos de outro, ou, ainda, é um processo no qual os falantes recorrem à sua base experiencial relativa a espaço e temperatura e a projetam para o domínio do tempo e do afeto. A metáfora é, para essa vertente, pervasiva na construção do nosso sistema conceitual, isto é, da nossa representação mental da realidade – Lakoff e Johnson, no seminal *Metaphors We Live By* (1980, p. 12), defendem que “nosso sistema conceitual, em termos daquilo que pensamos e de como agimos, tem natureza fundamentalmente metafórica”.

Apresentamos até aqui as linhas gerais que caracterizam o paradigma de pesquisa proposto pela Linguística Cognitiva de um ponto de vista mais abrangente. Há, no entanto, especificidades próprias das diversas teorias que se desenvolvem no interior desse paradigma – como, por exemplo: a Teoria de *Frames* (Fillmore, 1985 e seguintes), a Gramática Cognitiva (Langacker, 1987; 1999; Talmy, 2000a; 2000b), a Teoria da Mesclagem Conceitual (Fauconnier; Turner, 2002), entre outros modelos. Para os propósitos deste texto, falaremos mais detidamente da proposta de Adele Goldberg em sua Gramática das Construções (GxC), desenvolvida desde o início dos anos 1990.

A noção de construção tem a ver com a ideia de que as expressões linguísticas, independentemente de sua complexidade, constituem unidades simbólicas; o que significa dizer que, nesse enquadramento teórico, léxico e sintaxe não são concebidos como módulos independentes, ao contrário:

[...] formam um *continuum* de construções, partindo de elementos muito específicos, como o item lexical “janela” ou a expressão idiomática “esquentar a cabeça”, até padrões mais abstratos, como a categoria “adjetivo” ou a “Construção Transitiva”. A *continuidade léxico-sintaxe está ancorada na hipótese de pareamento entre forma e significado nos níveis lexical, morfológico e sintático*. Esse pareamento pode ocorrer de acordo com padrões gerais (ou esquemas), que captam as características compartilhadas por várias instanciações específicas (Ferrari, 2011, p. 129, grifo nosso).

Uma das contribuições de Goldberg (1995) para o desenvolvimento dessa premissa está ligada ao que a autora chama de *construções de estrutura argumental*. Considere, por exemplo, as sentenças abaixo:

- (1) Maria mandou uma carta para João.
- (2) Maria prometeu um carro para João.
- (3) Maria negou um aumento para João.

De acordo com a GxC, os exemplos (1), (2) e (3) são instâncias de uma mesma construção, a saber, a *construção bitransitiva* que “tipicamente implica que o argumento agente age na direção de causar a transferência de um objeto para um recipiente” (Goldberg, 1995, p. 32, tradução nossa). Segundo Goldberg, portanto, essa construção é caracterizada pelo pareamento da sua forma (à esquerda) e seu significado (à direita), conforme o esquema abaixo:

- (4) [SUJ[V OBJ OBJ₂]] > X CAUSA Y RECEBER Z.

Fundamentalmente, Goldberg atribui a projeção de argumentos à construção e não ao verbo, como costuma ser o caso de grande parte das teorias sintáticas e semânticas. O elemento verbal, de acordo com essa proposta, contribui com *papéis participantes* que podem ou não coincidir com os argumentos associados à construção da qual ele participa². Outro ponto central para a proposta de Goldberg é a ideia de que o sentido inicial de uma construção se estabelece na base da experiência gestáltica, ou

² Ferrari (2011, p. 134) ilustra a diferença entre papel participante e papel argumental com o seguinte exemplo: “O auxiliar quebrou todas as nozes para o cozinheiro”. De acordo com a autora, os papéis participantes exigidos pelo verbo são apenas agente e paciente; já a posição argumental ocupada por “para o cozinheiro” é uma contribuição da construção.

seja, os padrões mais básicos da experiência são instanciados em padrões básicos da linguagem. Isso significa dizer que o sentido mais geral, mais básico, que está subjacente às sentenças de (1) a (3) é aquele atribuído à construção bitransitiva – tal como representado em (4). Em (1), temos a construção expressa em sua forma mais concreta (mais básica), ou seja, um agente deliberada e efetivamente envia um objeto físico à outra pessoa. Já os exemplos (2) e (3), seriam casos de *polissemia construcional*, isto é, essas sentenças estão ligadas a sentidos *relacionados* àquele atribuído à construção bitransitiva. Em (2), “a transferência está implicada pelas ‘condições de satisfação’ associadas à ação denotada pelo predicado [‘prometer’]” (Goldberg, 1995, p. 32, tradução nossa); em (3), “a transferência é relevante na medida em que a possibilidade de uma transferência bem-sucedida foi levantada, mas o agente é entendido como se recusando a agir para causá-la” (Goldberg, 1995, p. 33, tradução nossa).

Além de laços polissêmicos, a abordagem da GxC oferece explicação para o que é interpretado como *laços metafóricos*. Considere os exemplos abaixo:

(5) Maria deu livros para o João.

(6) Maria deu ordens para o João.

Em (5), de acordo com a proposta construcional de Goldberg (1995), temos uma construção bitransitiva cujo polo semântico está associado à estrutura geral X CAUSA Y RECEBER Z – mais uma vez, podemos identificar o sentido básico mais concreto dessa construção. Já em (6), temos uma relação metafórica na interpretação dos argumentos da construção, isto é, a comunicação verbal está sendo mapeada no domínio da transferência física.

Em resumo, o que nos interessa salientar da proposta representada pela GxC é: i) o cerne da análise baseada em construções está na estruturação sintática como um todo e não apenas no verbo ou quaisquer itens lexicais particulares; ii) essa estruturação tem seu próprio significado esquemático e convencional – crucialmente, esse significado não está associado aos itens lexicais específicos que a compõem (Ahrens, 2003; Ferrari, 2011); iii) a polissemia de verbos, como vimos nos exemplos (5) e (6), é explicada no

âmbito das construções a partir da noção de *laços metafóricos* e não de propriedades projetadas pelo predicado.

Discutiremos a seguir outras questões envolvidas na interpretação de sentenças formadas por verbos leves (“ter”, “dar”, “tomar” etc.) em Português Brasileiro e a análise oferecida para essas sentenças no escopo da SF, a partir da análise de Viotti (2003) que, como veremos, contrasta fortemente com a explicação oferecida pela GxC.

VERBOS LEVES

A fim de ilustrar mais explicitamente cada uma das maneiras de relacionar língua e sentido – e para podermos isolar um fenômeno particular sobre o qual falaremos do ponto de vista da Psicolinguística mais adiante –, optamos por nos concentrar em uma estrutura específica para a qual SF e SC (mais particularmente, a GxC) irão oferecer análises bastante distintas; a saber, as sentenças com verbos leves – que, como vimos anteriormente, são, de alguma maneira, semanticamente vagos³ e, de acordo com uma análise referencial, as sentenças das quais participam têm seu sentido mais claramente determinado pelo complemento nominal que o acompanha. A título de ilustração, vamos retomar aqui os exemplos (5) e (6):

(5) Maria deu livros para o João.

(6) Maria deu ordens para o João.

Note que a ação específica descrita por essas sentenças parece depender muito mais dos complementos nominais “livros” e “ordens” do que, propriamente, do núcleo verbal “dar” – esse mesmo verbo, a propósito, pode compor outras sentenças que compartilham essa propriedade de ser vago do ponto de vista da sua contribuição semântica, como se vê em (7) e, além disso, outros verbos no PB também se encaixam nessa categoria, como ilustrado em (8) e (9)⁴:

³ Como veremos adiante, a explicação para essa intuição de sentido vago atribuída aos verbos leves vai variar de acordo com o enquadramento teórico adotado.

⁴ Vale observar também que, em alguns casos, as estruturas com verbos leves podem ter equivalentes com verbos simples que correspondem ao nome complemento como, por exemplo, “Maria deu banho/banhou João” ou “Maria deu abraços/abraçou João” (Scher, 2003).

- (7) a. Maria deu banho no João.
b. Maria deu abraços no João.
c. Maria deu uma olhada no João.
- (8) a. Maria tem muitas joias.
b. Maria tem dores de cabeça.
c. Maria tem três irmãs.
- (9) a. Maria tomou um copo de suco.
b. Maria tomou um banho.
c. Maria tomou um susto.

A questão aqui é saber como cada perspectiva semântica enxerga os contrastes apresentados acima. Vimos que, para a GxC, esses contrastes se concentram no pareamento forma-significado e os múltiplos sentidos, como esses ligados aos verbos leves, podem ser explicados via extensão metafórica em relação ao sentido mais básico de uma construção. A SF, por outro lado, conforme já mencionamos anteriormente, se ocupa, entre outros aspectos, da atribuição de referência às expressões linguísticas a fim de determinar quais critérios, em termos do nosso conhecimento de mundo, são estabelecidos para que possamos chegar ao sentido dessas expressões.

Também vimos que a referência de uma sentença declarativa é o seu valor de verdade, o que vai ser determinado a partir das condições (ou critérios) que dizem como o mundo deve ser para que ela seja verdadeira. Desse ponto de vista, podemos dizer que, no caso de sentenças com verbos leves, a denotação de eventualidade⁵ expressa pela sentença é determinada pelo seu complemento nominal. Vamos observar os exemplos (10) e (11):

(10) Maria beijou João.

(11) Maria deu um beijo no João.

⁵ De acordo com Parsons (1994), “há coisas não linguísticas no mundo que correspondem a itens linguísticos: existem, no mundo, eventos, processos e estados. É conveniente ter um termo genérico para abranger todos eles; eu, seguindo Bach (1986), me refiro a eles como ‘eventualidades’” (Parsons, 1994, p. 20 – tradução nossa).

Perceba que as relações temáticas são estabelecidas diferentemente em cada sentença: em (10), é o verbo pleno “beijar” o responsável por projetar papéis temáticos exigidos por ele para que possamos avaliar em que condições é o caso que Maria beijou João – isto é, “beijar” exige dois sintagmas nominais que estarão associados à função semântica de agente (“Maria”) e à função semântica de paciente (“João”). Em (11), porém, não parece ser o núcleo verbal o responsável por essas relações semânticas⁶. O responsável pela associação temática aos sintagmas nominais, em uma sentença como (11), é o elemento nominal “um beijo” acompanhado pelo verbo leve “dar”, compondo, assim, predicados complexos (Scher, 2003)⁷.

Como já é possível perceber, esse entendimento sobre o sentido dos verbos leves também leva em conta outro princípio central para a SF: a noção de composicionalidade, discutida na seção “Pressupostos Teóricos Básicos”. Ao propor uma análise para sentenças com o verbo leve “ter” – exemplificadas em (8) –, Viotti (2003) afirma que o predicado em questão é polissêmico como consequência do fato de que a significação das sentenças das quais ele participa se estabelece na relação composicional com outros elementos da sentença. Mais do que isso, a autora afirma que, em termos de representação no léxico, verbos leves como “ter” são subespecificados em relação ao seu sentido, ou seja:

[O verbo “ter”] mantém apenas o esqueleto de uma representação lexical. De uma certa maneira, é como se, no processo de esvaziamento semântico pela qual passou ao longo de sua história, “ter” tivesse perdido sua substância de verbo transitivo-ativo, mas tivesse mantido sua forma. Isso significa que os sentidos assumidos pelas sentenças de cuja construção ele participa vão ser resultados da especificação do esqueleto estrutural de “ter” a ser feita por composicionalidade com outros itens lexicais presentes na sentença (Viotti, 2003, p. 235).

A autora demonstra que mesmo as categorias de sentido relativamente estáveis associadas ao verbo “ter” – como, por exemplo, a noção de posse ilustrada em (8a) –

⁶ Estamos assumindo aqui que (10) e (11) têm as mesmas condições de verdade.

⁷ Cumpre dizer que os verbos leves também podem receber interpretação de verbo pleno, isto é, em uma sentença como “Maria deu livros para João”, quem determina os papéis temáticos aos sintagmas nominais “Maria”, “livros” e “João” – respectivamente, fonte, tema e alvo – é, de fato, o verbo “dar”. Mas há uma clara diferença entre esse caso e aquele apresentado em (11).

não se configuram como classes definidas rigidamente em função da atuação da composicionalidade na construção da significação. Vamos retomar o exemplo em (8a):

(8) a. Maria tem muitas joias.

Segundo Viotti (2003), uma sentença como (8a) expressa um estado e tem as principais características para a derivação de posse alienável, isto é, “um sujeito volitivo que tem controle sobre o estado, e um complemento independente, no sentido de que ele não depende do sujeito ou de qualquer outro elemento para ser interpretado” (Viotti, 2003, p. 226). Porém, a autora argumenta que, se adicionarmos um adjunto à mesma sentença – isto é, mantidas as características do sujeito e do complemento –, teremos uma interpretação locativa, ou seja, o sentido de posse já não é mais obrigatório e as joias não necessariamente pertencem à Maria:

(12) A Maria tem muitas joias guardadas debaixo do colchão.

Exemplos como esse demonstram que o princípio da composicionalidade demanda que o léxico seja representado de maneira que o significado de cada palavra não esteja sob restrições demasiadamente rígidas. A proposta oferecida por Viotti (2003) para as sentenças com o verbo leve “ter” segue o modelo de *léxico gerativo* desenvolvido por Pustejovsky (1995). Não entraremos nos detalhes desse sistema, mas, para os fins desta exposição, é importante apontar algumas de suas particularidades⁸.

Viotti (2003, p. 232) observa que, “para que a composicionalidade possa funcionar plenamente, é necessário enriquecer-se a semântica das expressões que entram em composição”. É precisamente isso que Pustejovsky propõe em relação à estruturação do léxico: a ideia é de um sistema de representação em níveis para cada item lexical e mecanismos gerativos que atuam nesses níveis. Em outras palavras, no léxico gerativo, as palavras não estão associadas a primitivos fixos ou redes de significado, mas são decompostas em formas estruturadas divididas da seguinte maneira:

⁸ Para uma apresentação, em português, mais detida do modelo de Pustejovsky (1995) ver Chishman (2000), que discute inclusive as críticas feitas ao modelo, e Foltran e Wachowicz (2000), que apresentam esquematicamente a formalização implicada na teoria.

- **Estrutura argumental:** especifica quantas e quais características devem ter os argumentos de que um determinado item lexical precisa; por exemplo, o verbo “construir” tem em sua estrutura argumental as especificações para dois argumentos obrigatórios, dos tipos INDIVÍDUO.ANIMADO, no argumento 1, e ARTEFATO, no argumento 2. Há ainda as posições de argumentos opcionais, no caso de “construir” MATERIAL (“João construiu uma casa de madeira”). Abaixo, temos o diagrama da representação proposta para o verbo em questão:

Figura 1: Estrutura argumental do verbo *build* (“construir”)

$$\left[\begin{array}{l} \text{build} \\ \text{ARGSTR} = \left[\begin{array}{l} \text{ARG}_1 = \text{animate\_individual} \\ \text{ARG}_2 = \text{artifact} \\ \text{D-ARG}_1 = \text{material} \end{array} \right] \\ \dots \end{array} \right]$$

Fonte: Pustejovsky (1995, p. 67).

- **Estrutura de evento:** caracteriza o tipo básico de evento expresso por um item lexical. Tomando ainda o verbo “construir” como exemplo, teríamos nesse nível a especificação de, pelo menos, PROCESSO (evento 1) e ESTADO (evento 2) – como podemos ver no diagrama abaixo⁹:

Figura 2: Estrutura de evento do verbo *build* (“construir”)

$$\left[\begin{array}{l} \text{build} \\ \text{EVENTSTR} = \left[\begin{array}{l} \text{E}_1 = \text{process} \\ \text{E}_2 = \text{state} \\ \text{RESTR} = <_{\alpha} \end{array} \right] \\ \dots \end{array} \right]$$

Fonte: Pustejovsky (1995, p. 67).

- **Estrutura *qualia*:** especifica os modos de predicação possíveis a partir de uma determinada palavra.

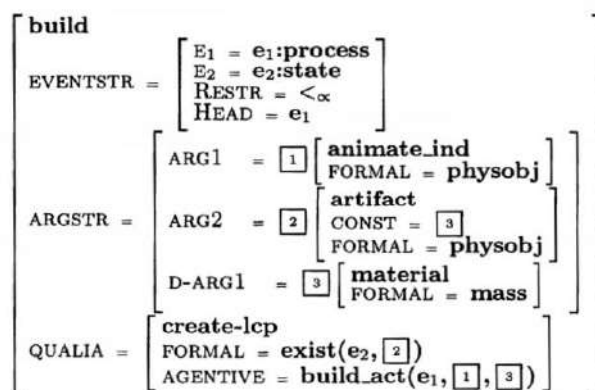
⁹ A informação expressa em RESTR diz respeito ao ordenamento dos eventos; nesse caso, indicando a precedência de PROCESSO sobre ESTADO, uma vez que a ação de construir envolve o desenvolvimento de um processo e um posterior estado resultante (cf. Pustejovsky, 1995, p. 71).

Antes de falarmos da estrutura *qualia*, que é o nível de representação que mais diretamente nos interessa, vamos ilustrar rapidamente a instanciação das estruturas argumental e de evento em uma sentença simples como “João construiu a casa”. Como vimos acima, o verbo “construir” projeta duas posições argumentais que devem ser preenchidas por itens lexicais com as propriedades INDIVÍDUO.ANIMADO para o sujeito e ARTEFATO para objeto – nesse caso, temos, respectivamente, “João” e “a casa” ocupando essas posições. Em relação à estrutura de evento desse predicado, podemos observar como é possível derivar uma sentença perfectiva (“João construiu a casa”, na qual o evento principal é o evento 2, ou seja, o estado de casa construída), quanto uma sentença imperfectiva (“João está construindo a casa”, em que o evento principal é o evento 1 que indica o processo de construção da casa).

A estrutura *qualia* é aquela que assegura ao modelo de Pustejovsky o seu caráter mais rico em termos de composicionalidade. Essa estrutura oferece quatro informações semânticas essenciais para o significado da palavra; a saber, os *qualias* i) constitutivo (a relação entre o objeto e suas partes), ii) formal (distingue o objeto em domínio mais amplo no qual está inserido), iii) télico (responsável pelo estabelecimento da função a que um objeto se destina), iv) agentivo (estabelece os fatores envolvidos na origem de um objeto)¹⁰.

Para ilustrar o funcionamento de alguns desses papéis, vamos retomar o exemplo do verbo “construir”. De acordo com a análise de Pustejovsky, o *qualia* formal de “construir” informa uma relação em que o argumento 2 (ou seja, o item que tenha a propriedade ARTEFATO) existe no evento 2 (o evento caracterizado como ESTADO); o *qualia* agentivo desse mesmo verbo indica uma relação segundo a qual o argumento 1 (a ser preenchido por um item compatível com INDIVÍDUO.ANIMADO) age construindo no evento 1 (caracterizado como PROCESSO). Veja abaixo a representação completa do item lexical “construir” de acordo com esse sistema:

¹⁰ No léxico proposto por Pustejovsky, todo item tem alguma informação na estrutura *qualia*, mas não necessariamente todos os quatro tipos. Outra observação importante é que a noção de objeto que aparece nas definições dos tipos de *qualia* se referem a objetos linguísticos e não a posição na sentença em termos sintáticos.

Figura 3: Representação completa do verbo *build* (“construir”)

Fonte: Pustejovsky (1995, p. 82).

Agora podemos visualizar melhor as relações em questão no contraste “João construiu a casa” e “João está construindo a casa” – na composição da primeira sentença, os *qualia* formal e agentivo do verbo são projetados pela estrutura da sentença; já na composição do progressivo, apenas o *qualia* agentivo é projetado e a interpretação se restringe ao evento 1.

O que é crucial no sistema de Pustejovsky para a nossa discussão sobre os verbos leves é um dos mecanismos propostos pelo autor que opera diretamente sobre a estrutura *qualia* das palavras; a saber, o *processo de co-composição*. Essa operação é caracterizada pela aplicação da função do argumento sobre o verbo no processo de composição e interpretação da sentença. Considere, primeiramente, o exemplo do próprio autor para ilustrar esse mecanismo:

(13) *John baked a potato.*

(14) *John baked a cake*¹¹.

Pustejovsky (1995) aponta, em (13) e (14), a diferença entre os sentidos de mudança de estado – no primeiro caso, a batata passa de crua para cozida – e de criação – no segundo exemplo, o bolo não existia previamente à ação de John. Observe o diagrama abaixo com a representação lexical assumida para *bake*:

¹¹ Estamos optando por manter o exemplo em inglês para reportar o mais fielmente possível a argumentação do autor. Em PB, em nossa avaliação, “assar” ou “cozinhar” não expressam o mesmo contraste pretendido por Pustejovsky para ilustrar o processo de co-composição.

Figura 4: Representação do verbo *bake*

$$\left[\begin{array}{l} \mathbf{bake} \\ \text{EVENTSTR} = \left[\begin{array}{l} E_1 = e_1:\text{process} \\ \text{HEAD} = e_1 \end{array} \right] \\ \text{ARGSTR} = \left[\begin{array}{l} \text{ARG1} = \boxed{1} \left[\begin{array}{l} \mathbf{animate\_ind} \\ \text{FORMAL} = \mathbf{physobj} \end{array} \right] \\ \text{ARG2} = \boxed{2} \left[\begin{array}{l} \mathbf{mass} \\ \text{FORMAL} = \mathbf{physobj} \end{array} \right] \end{array} \right] \\ \text{QUALIA} = \left[\begin{array}{l} \mathbf{state\_change\_lcp} \\ \text{AGENTIVE} = \mathbf{bake\_act}(e_1, \boxed{1}, \boxed{2}) \end{array} \right] \end{array} \right]$$

Fonte: Pustejovsky (1995, p. 123).

Na construção do significado de um sintagma verbal do tipo “*bake a cake*”, o nominal *cake* co-especifica a estrutura *qualia* do verbo. Considere o diagrama abaixo:

Figura 5: Representação do nominal *cake*

$$\left[\begin{array}{l} \mathbf{cake} \\ \text{ARGSTR} = \left[\begin{array}{l} \text{ARG1} = \mathbf{x:food\_ind} \\ \text{D-ARG1} = \mathbf{y:mass} \end{array} \right] \\ \text{QUALIA} = \left[\begin{array}{l} \text{CONST} = \mathbf{y} \\ \text{FORMAL} = \mathbf{x} \\ \text{TELIC} = \mathbf{eat}(e_2, z, x) \\ \text{AGENTIVE} = \mathbf{bake\_act}(e_1, w, y) \end{array} \right] \end{array} \right]$$

Fonte: Pustejovsky (1995, p. 123).

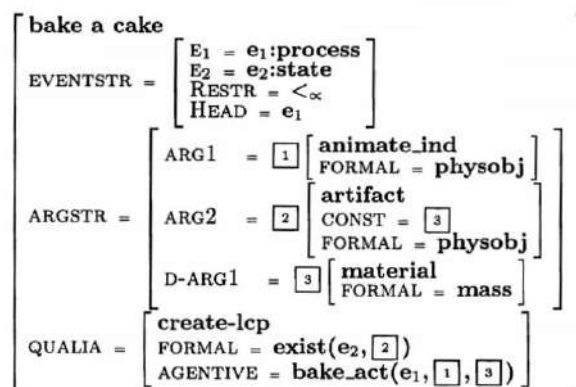
De acordo com Pustejovsky, a construção do sintagma verbal se dá, em primeiro lugar, a partir do processo de composição padrão que liga o objeto à estrutura argumental do verbo e, na sequência, uma operação de unificação de características é licenciada porque os papéis agentivos do verbo e do complemento se identificam e o *qualia* formal do complemento co-especifica o verbo (que não tem ele próprio a especificação de *qualia* formal, como se vê na representação de *bake*). Nas palavras de Pustejovsky:

[...] nesse caso, o verbo em si não é polissêmico. Ao contrário, o sentido de criação de *bake* é uma contribuição do significado de *cake*, em função de essa palavra ser um artefato. O verbo parece ser polissêmico porque certos

complementos (i.e., aqueles que co-especificam o verbo) se somam ao sentido básico por co-composição (Pustejovsky, 1995, p. 124)¹².

O resultado da operação da qual resulta o sintagma verbal “*bake a cake*” é representado pelo diagrama (Figura 6):

Figura 6: Representação do sintagma verbal “*bake a cake*”



Fonte: Pustejovsky (1995, p. 125).

O mecanismo de co-composição é fundamental para a composição do significado de verbos leves. Pustejovsky (1998) faz menção a esse tipo de predicado e à sua relação com a co-composicionalidade afirmando que esses itens lexicais são subespecificados, isto é, a combinação com as estruturas *qualia* de seus sintagmas nominais complementos são responsáveis pela derivação de um significado.

A ideia de subespecificação prevista no modelo de Pustejovsky se alinha com a ideia de Viotti (2003) de que o verbo “ter” é apenas um “esqueleto estrutural”. A autora propõe que não só a estrutura *qualia* de um verbo leve como “ter” seja subespecificada como também as suas estruturas argumental e de evento. Assim, a estrutura argumental de “ter” deve representar a possibilidade de dois argumentos semanticamente subespecificados; e, em função de sua herança como verbo transitivo, a sua estrutura de evento mantém o padrão transitivo e prevê dois subeventos. Note crucialmente que o caso dos verbos leves é um pouco diferente do que vimos para “*bake a cake*”, ou seja, o verbo “*bake*” não é subespecificado para as características particulares de suas

¹² No capítulo sobre a semântica dos nominais de Pustejovsky (1995), é descrito com detalhes os mecanismos que permitem que a especificação de objeto físico (*physobj*), exigida na estrutura argumental do verbo, inclua a característica de artefato – que, por definição, é algo que é criado, feito ou manufaturado por alguma ação humana.

estruturas, mas sua representação *interage* com a estrutura de “*cake*”, que causa a alteração de sentido via co-composição. No caso dos verbos leves, por hipótese, a co-composição determina a estruturação do verbo – e, portanto, seu sentido – adotando as especificações das estruturas que estão em composição com o predicado.

O sistema que rege o léxico gerativo de Pustejovsky é objeto de debate e críticas (Fodor, Je.; Lepore, 1998; Verspoor, 1997; entre outros), nosso objetivo, porém, foi ilustrar um tipo de análise composicional e de representação linguística que contrasta diretamente com a GxC e que, naturalmente, deriva diferentes hipóteses em relação ao processamento de sentenças, como veremos na “Proposta de testagem”.

PSICOLINGUÍSTICA EXPERIMENTAL, PROCESSAMENTO E SIGNIFICAÇÃO

A Psicolinguística é uma área interdisciplinar de estudo que, emergindo do diálogo entre a Psicologia e a Linguística, investiga os processos de aquisição, produção e compreensão da linguagem. A Psicolinguística Experimental, em particular, promove uma investigação desses processos através do uso de técnicas experimentais que permitem, ainda que indiretamente, testar hipóteses acerca das operações mentais envolvidas no uso da linguagem (Leitão, 2008; Fernández; Cairns, 2010). O caráter interdisciplinar dessa área evidencia-se não somente pelo seu nascimento de uma interface, mas também pelo diálogo produtivo que ela estabelece com outras áreas de investigação, sobretudo aquelas que, juntamente com ela, integram o universo das Ciências Cognitivas (Gardner, 1995), tal como a Linguística Gerativa (Chomsky, 1965, 1995, 2006, 2009).

O diálogo da Psicolinguística Experimental com a Linguística pode ocorrer em pelo menos dois termos: i) linguistas fazendo uso de métodos experimentais da Psicolinguística a fim de testar hipóteses teóricas sobre um dado fenômeno linguístico – o qual, na maioria dos casos, é alvo de muita controvérsia na literatura –, sem estar, necessariamente, preocupados em explicar as operações cognitivas que compõem o processamento em tempo real de estruturas envolvendo o fenômeno em discussão; e ii) psicolinguistas assumindo um dado modelo linguístico a fim de lançar hipóteses sobre a natureza do processador da linguagem e o tipo de representação que ele desenvolve no curso da compreensão linguística. No primeiro caso, estamos diante da área conhecida

como Linguística Experimental (Domingos, 2021), a qual, englobando, por exemplo, a Sintaxe Experimental (Cowart, 1997; Kenedy, 2009; Maia, 2012, 2015) e a Semântica Experimental (Beviláqua, 2019; Beviláqua; Pires de Oliveira, 2021), tem se fortalecido nos últimos anos em virtude da busca crescente por uma caracterização teórica empiricamente embasada dos fenômenos linguísticos. No segundo caso, estamos diante de modelos que tratam o processamento da linguagem como sendo guiado linguisticamente ou gramaticalmente, tal como a proposta de Lyn Frazier e colegas para o processamento de sentenças (Frazier; Fodor, Ja., 1978; Frazier, 1979, 1987, 1988, 1990, 1999, 2013; Frazier; Rayner, 1982; Frazier; Clifton, 1996). Falaremos a seguir de cada uma dessas possibilidades de diálogo entre Psicolinguística Experimental e Linguística Teórica.

Linguística Experimental e a testagem de hipóteses teóricas

A Linguística Experimental emergiu como uma forma mais sistemática de testagem empírica das hipóteses teóricas dos linguistas. Esse movimento pode ser claramente observado no âmbito da Linguística Gerativa: desde o seu surgimento na década de 1950, uma das principais ferramentas utilizadas para avaliar a boa formação de uma sentença sempre foi (e, em certa medida, ainda é) o método de julgamento intuitivo de gramaticalidade, que consiste, grosso modo, em questionar a um falante quão boa (no sentido de bem formada) uma dada sentença em sua língua nativa lhe parece. A lógica é a de que a resposta seria dada com base no conhecimento tácito que o falante tem de sua língua – um objeto internamente representado em sua mente/cérebro, nessa perspectiva gerativa – e poderia contribuir, ao deixar mais explícito o que seria passível ou não de ser gerado pela gramática de uma língua particular, para a apreensão de regras e princípios que caracterizariam a sintaxe tanto em sua dimensão particular (a gramática de uma língua particular) quanto em sua dimensão universal (a gramática universal/faculdade da linguagem). Embora esse tipo de julgamento introspectivo informal tenha contribuído para o avanço do campo, e embora a intuição seja, de modo geral, um ponto de partida inquestionável para um tratamento formal (no sentido de

científico¹³ de um dado fenômeno linguístico), é evidente que o desenvolvimento de hipóteses e teorias linguísticas deve se embasar em dados mais sistemáticos, e, portanto, mais confiáveis como sendo informativos de uma população mais geral e não de um, dois ou três falantes específicos, os quais, vale salientar, não raro, discordam entre si (Maia, 2012, 2015). Nesse contexto, a Sintaxe Experimental aparece como uma área cujos pesquisadores fazem uso de técnicas amplamente utilizadas no âmbito da Psicolinguística Experimental com o intuito de testar, através de uma metodologia mais precisa (científica mesmo), as hipóteses e teorias que estão desenvolvendo (em competição com outras ou não) para explicar um dado fenômeno linguístico.

É preciso enfatizar, no entanto, que o entendimento do que seria a Linguística Experimental e de quais seriam os seus limites em relação à Psicolinguística Experimental ainda não estão claros na literatura linguística/psicolinguística. Domingos (2021) promove uma discussão detalhada a este respeito e explicita que a Linguística Experimental teria como objetivo principal a testagem ou avaliação empírica de hipóteses e teorias sobre fenômenos linguísticos (em seus diversos níveis: fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático) e a comparação de hipóteses e teorias concorrentes sobre um dado fenômeno linguístico, não objetivando, *a priori*, a explicação de quais são os processos mentais envolvidos no processamento em tempo real de uma estrutura que instancia o fenômeno linguístico em investigação. Nesse sentido, o linguista experimental não teria o compromisso de adotar um dado modelo de processamento e de explicar de que modo o processador linguístico agiria (quais princípios o norteariam) quando do encontro do fenômeno em investigação no *input* linguístico. Essa seria uma preocupação do psicolinguista experimental. No entanto, é muito fácil se deparar com trabalhos que são do âmbito da Psicolinguística Experimental, mas que, por promoverem um diálogo mais próximo com a Linguística Teórica, são associados à Linguística Experimental, mesmo quando não partem de uma problemática originária da Linguística Teórica e os resultados não informam especificamente as discussões linguísticas em si (Bezerra; Leitão; Medeiros, 2017)¹⁴.

¹³ Cf. Pires de Oliveira (2004) para uma discussão detalhada sobre as três acepções que o termo “formal” pode adquirir no âmbito da Linguística: formal como científico, formal como autônomo e formal como cálculo.

¹⁴ Este artigo faz parte de um número da Revista de Estudos da Linguagem intitulado “*Experimental Linguistics*”, o qual apresenta um panorama das pesquisas em Linguística Experimental no Brasil (Maia, 2017). Tendo em vista a posição de Domingos (2021), o termo “Linguística Experimental”, neste caso,

Sendo importante deixar claro que estudos psicolinguísticos *per se* podem ser informativos para a Linguística Teórica (Fodor, Ja., 1991), não se tornando, por isso, “linguístico-experimentais”. Do mesmo modo, é fácil encontrar trabalhos que são da Linguística Teórica (em suas diversas vertentes), mas que, por discutirem teoricamente um fenômeno cuja natureza seria, por hipótese, cognitiva, fazem propostas de processamento sem o devido compromisso com o curso temporal dos processos mentais e sem a devida investigação experimental do que está sendo proposto (Batoréo, 2000; Slobin, 2003; Oliveira, 2016, entre outros).

No âmbito dessa discussão, Kush e Dillon (2023) adicionam um fator que faria com que os linguistas experimentais tivessem que considerar, necessariamente, o processamento dos fenômenos linguísticos que estão investigando: o uso de técnicas experimentais *on-line* ¹⁵. Discutindo, mais especificamente, o caso da Sintaxe Experimental, os autores enfatizam que a ideia de usar um design experimental formal e uma análise quantitativa dos dados tem se revelado muito produtiva e tem motivado o desejo, entre os sintaticistas (aqui ampliamos para linguistas teóricos), de fazer uso não só de julgamentos de aceitabilidade e gramaticalidade formalmente estruturados (em oposição aos informalmente conduzidos, que já mencionamos), mas também de técnicas empregadas pelos psicolinguistas para investigar o processamento em tempo real em si, tal como o rastreamento ocular. Esse movimento é, naturalmente, muito salutar, uma vez que técnicas *on-line* podem fornecer *insights* importantes sobre a natureza das representações gramaticais e ajudar, assim, a testar hipóteses teóricas formuladas por linguistas. Kush e Dillon (2023) ressaltam, no entanto, que a entrada no universo das técnicas *on-line* só se faz verdadeiramente produtiva se os linguistas entrarem, também, no universo do processamento linguístico em si, fazendo hipóteses de ligação (*linking hypothesis*) muito claras entre as operações do processador e a proposta teórica

parece ter uma maior abrangência, incluindo tanto trabalhos psicolinguísticos em si quanto trabalhos linguístico-experimentais.

¹⁵ Na metodologia experimental em Psicolinguística, as técnicas enquadram-se, de modo geral, em duas categorias: *off-line* e *on-line*. O primeiro tipo engloba aquelas que acessam processos mais interpretativos e reflexivos (conscientes, portanto) da compreensão linguística, fazendo aferições após a leitura/audição de um dado estímulo. Neste tipo, enquadram-se, por exemplo, os questionários e as tarefas de julgamento de aceitabilidade e julgamento de valor de verdade. O segundo tipo, por sua vez, engloba as técnicas que acessam processos mais automáticos e reflexos (inconscientes, portanto) da compreensão linguística, fazendo aferições (em milissegundos) durante a leitura/audição de um dado estímulo - captura-se o processamento em tempo real. Neste tipo, enquadram-se, por exemplo, a leitura automonitorada e o rastreamento ocular. Para uma revisão ampla destas técnicas, ver Oliveira e Sá (2022).

(linguística) que está sendo feita e entre as operações do processador e o comportamento capturado pela técnica (tempo de leitura e tempo de fixação, por exemplo). Nesse sentido, o linguista experimental só poderia tirar conclusões teóricas informativas ao alinhar a sua pesquisa teórica a um modelo de processamento particular (o modelo de Frazier e colegas ou os modelos conexionistas, por exemplo), comprometendo-se, dessa forma, não apenas com a natureza da representação linguística em si, mas também com os mecanismos de processamento que desenvolveriam tais representações em tempo real. Esse duplo comprometimento precisa ser enfatizado a fim de evitar situações em que linguistas experimentais se dispõem a utilizar técnicas on-line e fazem previsões muito gerais, tais como “tempo de leitura maior na sentença X em comparação com a sentença Y”, sem refletir, mais detidamente (ou mesmo superficialmente), sobre as operações mentais (a atuação do processador dado o modelo de processamento Z) que estariam por trás de um maior ou menor custo da leitura de uma sentença, por vezes, ainda situando trabalhos dessa natureza no âmbito da Psicolinguística Experimental apenas em virtude da utilização de uma técnica experimental on-line.

Psicolinguística Experimental e o curso temporal do processamento de sentenças

A nossa proposta neste artigo é fazer uma articulação entre a Psicolinguística Experimental e as duas abordagens teóricas do significado que discutimos anteriormente neste texto, a saber: a SF e a SC. A SF já estabelece um diálogo com a Psicolinguística Experimental de forma recorrente e consistente, havendo um número crescente de trabalhos tanto no âmbito da Semântica Experimental (Beviláqua, 2019; Beviláqua; Pires de Oliveira, 2021) quanto no âmbito do Processamento de sentenças guiado linguisticamente, tendo em vista a proposta de uma construção composicional do significado em tempo real. Não há, no entanto, um diálogo sistemático dessa natureza entre a SC e a Psicolinguística Experimental, tendo sido possível observar apenas recentemente um direcionamento de testagem experimental de hipóteses teóricas pelos linguistas cognitivos (Gibbs, 2007; Luodonpää-Manni; Penttilä; Viimaranta, 2017). Porém, ainda não é possível observar uma articulação explícita de modelos teóricos da

SC com modelos de processamento com o intuito de desenvolver hipóteses sobre o processamento semântico em tempo real¹⁶.

Em razão do já consolidado diálogo entre a SF e a abordagem de Lyn Frazier e colegas para o processamento de sentenças, discutiremos nesta seção esse modelo em particular, o qual se caracteriza pela hipótese de que a projeção de uma estrutura sintática para o *input* linguístico corresponde a uma etapa inicial automática e mandatória da compreensão linguística, embasando (ou viabilizando) o processo de interpretação de uma sentença. A Teoria do *Garden-Path* (Frazier; Fodor, Ja., 1978; Frazier, 1979, 1987; Frazier; Rayner, 1982) propõe que a tarefa de atribuir um esqueleto sintático ao *input* linguístico é de responsabilidade do *parser* – o mecanismo humano de processamento de frases –, o qual seria encapsulado sintaticamente, isto é, operaria apenas com o vocabulário sintático e não teria acesso direto a informações de outras naturezas (semânticas e pragmáticas, por exemplo) e atuaria de forma incremental, atribuindo uma estrutura sintática para cada nova palavra encontrada no *input* linguístico (estruturação palavra por palavra), inserindo-a, imediata e determinadamente, na representação estrutural em construção para a sentença, e de forma serial, seguindo, em casos de ambiguidade sintática, apenas uma das análises possíveis, nomeadamente, a que ele enxergar primeiro. Dois princípios capturariam o que seria a primeira análise visível para o *parser* nesses casos: o princípio da Aposição Mínima e o princípio da Aposição Local, ambos postulados por Frazier (1979). O primeiro princípio prediz que o *parser* deve estruturar o *input* linguístico usando o menor número de nós sintáticos possível – a primeira análise disponível seria, portanto, a mais simples em termos estruturais. O segundo princípio prediz que o *parser* deve apor o material linguístico novo ao sintagma ou oração correntemente sendo processado, ou seja, à porção mais local da representação estrutural construída até então. As sentenças a seguir ajudam a visualizar estas predições:

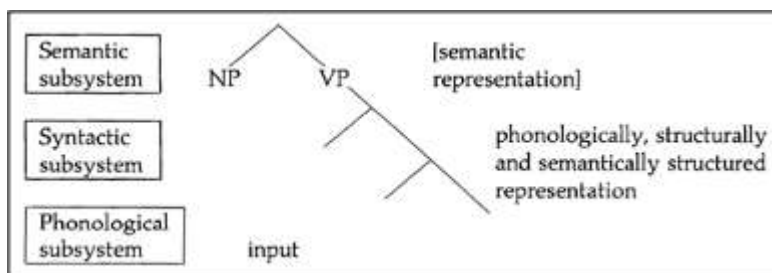
(15) Mãe suspeita do assassinato do filho foge (Maia *et al*, 2003).

¹⁶ Neste sentido, é pertinente reforçar que há trabalhos experimentais em SC no âmbito do que estamos concebendo como Linguística Experimental, isto é, trabalhos que lançam mão de técnicas experimentais caras à Psicolinguística Experimental (inclusive técnicas *on-line*) para investigar hipóteses teóricas. No entanto, não observamos a formulação de hipóteses de ligação (articulação entre um construto teórico e um dado comportamental) no sentido de explicar como ocorre o processamento semântico em tempo real (Ver, por exemplo, Kyröläinen, Porretta e Järviö (2017)).

(16) João disse que ele foi para Porto Alegre ontem.

A sentença (15) apresenta uma ambiguidade quanto à análise do verbo “suspeita”, o qual pode ser visto como um verbo principal ou como um particípio de uma oração relativa reduzida. A Aposição Mínima prevê uma preferência pela análise como verbo principal, pois essa corresponderia à estruturação sintática mais simples, o que parece ser uma predição acurada tendo em vista o estranhamento sentido diante do encontro do verbo “foge” – elemento sinalizador de que a análise não-mínima (particípio da oração relativa) seria a apropriada para o verbo “suspeita” na sentença em questão. A sentença (16), por sua vez, apresenta uma ambiguidade quanto à análise do advérbio “ontem”, o qual poderia ser aposto ao sintagma verbal nucleado pelo verbo “disse” ou ao sintagma verbal nucleado pelo verbo “foi”. A Aposição Local seria apropriada para este caso – as duas alternativas de análise possuem a mesma complexidade estrutural –, prevendo uma preferência pela aposição ao verbo “foi”, mais local e, portanto, mais prontamente disponível na memória, o que também parece ser uma predição coerente considerando o estranhamento que seria gerado se trocássemos, em (16), o verbo “foi” pelo verbo “vai”, por exemplo. Preferências de análise como essas, que forneceriam evidências favoráveis para a hipótese de que o *parser* estrutura sintaticamente o *input* linguístico de forma imediata e automática, seriam decorrentes da dificuldade de manter material não-estruturado na memória e das limitações de espaço da memória de trabalho, as quais colocariam o *parser* sob a pressão de estruturar o material do *input* linguístico o mais rápido possível (Frazier, 1979).

Frazier e colegas propõem que o *parser* acessa a gramática mental a fim de atribuir ou projetar uma estrutura sintática para as sentenças que ouvimos/lemos e que essa etapa inicial de estruturação sintática tem uma finalidade última (não é apenas um *hobby* do *parser*): a atribuição de um significado para as sentenças. Nessa proposta, os processadores responsáveis por estruturar (sintaticamente) e interpretar as sentenças corresponderiam a subsistemas distintos de um processador linguístico modular, cuja arquitetura, conforme Frazier (1987), poderia ser pensada tal como representado na Figura 7.

Figura 7: Hipótese de um processador linguístico modular

Fonte: Frazier (1987, p. 305).

O subsistema sintático corresponderia ao *parser* e ele começaria a estruturar a sentença-*input* tão logo a categoria sintática de uma palavra recebida se tornar disponível, procedendo, como vimos, com a construção incremental da representação sintática da sentença. O subsistema semântico (ou processador semântico) atuaria concomitantemente ao *parser*, interpretando a estrutura sintática que se encontra em construção para a sentença. Assim, ao encontrar a palavra “João” na sentença (16), por exemplo, o *parser* projetaria um Sintagma Determinante (DP) e o processador semântico, atuando em paralelo, interpretaria essa porção inicial da representação sintática especificando que “João” denota um indivíduo, com essa interpretação se combinando com a interpretação que será atribuída para as porções posteriores da sentença à medida que elas são recebidas e estruturadas. O significado de uma sentença, nesse sentido, seria construído de forma composicional, com base no significado dos elementos lexicais que compõem as sentenças e na forma pela qual tais elementos se encontram sintaticamente combinados.

Frazier (1999) ressalta que o processamento semântico impõe para o psicolinguista desafios mais específicos quando comparado ao processamento sintático, o que tornaria mais complexa a sua investigação e o seu entendimento. Um desses desafios seria a ausência de pontos de escolha (ou *choice points*) bem definidos. Por exemplo, na sentença (15) fica claro que “suspeita” impõe a necessidade de uma decisão de análise pelo *parser*: a estruturação do material que será recebido em seguida muda totalmente a depender da análise atribuída ao verbo. Pontos de escolha claros assim, porém, não apareceriam de forma sistemática no universo dos fenômenos semânticos. Vejamos o exemplo a seguir, de Frazier (1999, p. 7):

- (17) a. *I hate this book.*
 b. *It's too heavy.*
 c. *It depresses me to read it.*
 c'. *It hurts my back to carry it around.*

A autora questiona, nesse caso, qual seria a interpretação atribuída ao nome “book” (“livro”) no processamento da sentença (17a). A questão seria, especificamente, se o processador semântico teria alguma pressão ou obrigatoriedade de determinar o sentido abstrato ou concreto de “book” (“livro”) de imediato, isto é, tão logo encontrar esse nome no *input* linguístico, ou se ele poderia deixar a interpretação de tal nome de forma subespecificada, com sentenças subsequentes podendo direcionar para um sentido específico – como o fazem as sentenças (17c) e (17c’), que determinam o sentido abstrato e o sentido concreto, respectivamente. Com base em investigações experimentais prévias (Frazier; Rayner, 1990), a autora propõe que não seria indispensável atribuir, de imediato, uma interpretação detalhada para “book”, pois compromissos semânticos prematuros (ou seja, antes ou na ausência de evidência relevante) seriam feitos apenas quando as análises alternativas forem incompatíveis com relação às suas representações gramaticais (como o caso de “suspeita”) e quando a outra opção de procedimento for não atribuir interpretação nenhuma (prejudicando a interpretação da sentença como um todo). Assim, como a palavra “book” é polissêmica, o processador semântico poderia especificar apenas a sua família de sentidos, uma interpretação subespecificada que seria compartilhada pelas duas análises possíveis. O desafio que se coloca para os psicolinguistas, nesse caso, é determinar quais fenômenos semânticos estariam sujeitos à subespecificação e quais corresponderiam a verdadeiros pontos de escolha.

Essa discussão faz parte da reflexão maior da área de processamento semântico sobre a natureza do processador semântico, a imediatez da interpretação de sentenças, os princípios subjacentes a possíveis preferências de interpretação, a porção da sentença que constituiria um domínio de interpretação e o processo de checagem do contexto (Frazier, 1999). Estas são questões ainda em aberto para os psicolinguistas, mas a perspectiva gramatical de Frazier e colegas tem possibilitado um diálogo muito produtivo com a Semântica Formal e promovido um progresso real na área (Frazier,

2012), tornando possível a investigação da construção composicional do significado de uma sentença em tempo real e a criação de hipóteses claras considerando o tipo de representação que o processador semântico desenvolveria tendo em vista os mais diversos fenômenos semânticos.

As duas perspectivas discutidas anteriormente – Linguística Experimental e Processamento sentencial guiado linguisticamente – evidenciam que o diálogo da Psicolinguística Experimental com a Linguística Teórica pode ser bastante produtivo. Com o intuito de contribuir para o diálogo existente entre a SF e a Psicolinguística Experimental e de, sobretudo, estabelecer uma aproximação entre a Semântica Cognitiva e a Psicolinguística Experimental – que, conforme apontamos, ainda não foi feita¹⁷ – apresentaremos, na próxima seção, uma proposta de testagem experimental que tem o potencial de contribuir em duas frentes: tanto para a Semântica Teórica quanto para o Processamento Semântico com base no fenômeno dos verbos leves.

PROPOSTA DE TESTAGEM

A nossa proposta de testagem tem como base o trabalho de Piñango *et al* (2006), que investigou, em inglês, o processamento em tempo real de sentenças com verbos leves. Os autores consideram duas possíveis abordagens teóricas para os verbos leves: uma abordagem lexical, que propõe que estruturas de verbo leve estariam listadas no léxico, com a sua interpretação envolvendo a ativação de estruturas previamente armazenadas; e uma abordagem composicional, que propõe que estruturas de verbo leve seriam de natureza composicional, resultando da combinação da estrutura argumental do verbo com a estrutura argumental do complemento e da consequente especificação da estrutura de evento do verbo, em um processo que os autores denominam de “*argument sharing*”. Piñango *et al* (2006) formulam, então, hipóteses de processamento

¹⁷ Uma possível articulação com o processamento de sentenças poderia ser feita com base nos modelos de satisfação de restrições, os quais assumem que não há um processador da linguagem modular – não haveria um processador sintático, por exemplo, muito menos um processador sintático encapsulado – e que a estruturação sintática do *input* linguístico consiste na ativação de projeções sintáticas armazenadas na entrada lexical das palavras: a arena do processamento sintático seria, portanto, o léxico (Trueswell; Tanenhaus; Kello, 1993; MacDonald; Pearlmutter; Seidenberg, 1994). Nesta perspectiva, a frequência teria um papel crucial no processamento sentencial, determinando a maior ou menor ativação de uma dada construção linguística. Embora vejamos uma possibilidade de articulação destes modelos com a SC, não iremos aprofundar esta possibilidade de diálogo, tendo em vista não haver, até onde sabemos, um movimento neste sentido pelos próprios semanticistas cognitivos.

de estruturas com verbos leves com base nessas duas abordagens. Para a abordagem lexical, a interpretação em tempo real de estruturas com verbo leve envolveria um rearranjo completamente lexicalizado da estrutura argumental do conjunto “verbo + complemento”, não sendo previsto um custo de processamento adicional para esse processo de acesso a uma estrutura disponível no léxico. Já para a abordagem composicional, o “*argument sharing*” em tempo real seria tratado com um processo eminentemente composicional de combinação das estruturas argumentais do verbo e do complemento, sendo previsto um custo de processamento adicional nesse caso em correspondência a esse processo adicional de determinação de uma interpretação quanto a uma estrutura de evento não inicialmente especificada ou direcionada pelo verbo em si. Os autores testaram essas hipóteses através de um experimento com o Paradigma de Dupla Tarefa (*dual task interference paradigm*) considerando as seguintes condições experimentais:

- (18) a. Verbo leve: *Mr. Olson gave an order last night to the produce guy.*
- b. Verbo pleno (mesmo verbo): *Mr. Olson gave an orange last night to the produce guy.*
- c. Verbo pleno (mesmo nome): *Mr. Olson typed an order last night to the produce guy.*

Os resultados do experimento de Piñango *et al* (2006) evidenciaram que o tempo de decisão lexical diante de uma palavra sonda apresentada visualmente 300 milissegundos após a audição do complemento do verbo (“*order*” e “*orange*”) mudou de forma sistemática para os verbos leves e os verbos plenos: os tempos foram maiores na condição (a) em comparação com as demais condições, sobretudo em comparação com a condição (c). Os autores propuseram, então, que o processamento de verbos leves envolveria, tal como previsto pela abordagem composicional, um processo on-line de “*argument sharing*”, o qual corresponderia a uma etapa a mais no processamento em comparação com os verbos plenos e se refletiria em maiores tempos de decisão lexical, nesse caso. Achados nessa mesma linha foram reportados por Wittenberg e Piñango (2011), fortalecendo a proposta de que a interpretação dos verbos leves envolveria uma combinação da estrutura argumental do verbo e do complemento nominal em tempo real.

Considerando essa evidência de um custo adicional no processamento de estruturas com verbos leves e as propostas teóricas da Semântica Formal e da Semântica Cognitiva e os seus tratamentos para essas estruturas – Viotti (2003)/Pustejovsky (1995) e Goldberg (1995), respectivamente –, propomos a realização de um experimento de leitura automonitorada com falantes nativos de PB que envolverá a manipulação do tipo de complemento nominal, contando com duas condições experimentais:

- a) Verbo pleno: João / deu / livros / para Maria / na festa / de / aniversário.
- b) Verbo leve: João / deu / ordens / para Maria / na festa / de / aniversário.

As sentenças serão segmentadas tal como apresentado acima e o nosso segmento de interesse (o segmento crítico) será o terceiro, que contém o complemento do verbo, com o segmento seguinte (o segmento pós-crítico) podendo também ser informativo, já que ele pode apresentar resquícios do processamento do segmento anterior. As nossas hipóteses e predições são as seguintes:

- SF: tendo em vista um processamento de sentenças composicional, tal como proposto por Frazier e colegas, podemos considerar um processador semântico que, tendo acesso às informações lexicais dos verbos, ao encontrar o verbo “deu”, especificaria uma estrutura de evento de estado e deixaria de forma subespecificada tanto a sua estrutura argumental (mais especificamente, a natureza do argumento inteiro) quanto a sua estrutura *qualia*, o que postulamos com base no que é proposto por Viotti (2003) e Pustejovsky (1995). Continuando com o processamento incremental da sentença, ao encontrar o complemento “livros”, em (a), o processador vai, através de seu procedimento rotineiro de composição, processar a sua informação lexical e associá-la à informação do verbo, especificando a semântica do verbo e do sintagma verbal em si. Já ao encontrar o complemento “ordens”, em (b), o processador, ao acessar as suas informações lexicais, irá computar a sua especificação de estrutura de evento como um processo, bem como as suas especificações de estrutura argumental e de estrutura *qualia*, efetuando, através de um processo de co-composição (Pustejovsky, 1995), uma alteração nas estruturas de evento, de argumento e de *qualia* do verbo “deu”, no sentido de

especificar a interpretação de processo conferida pelo complemento “ordens”. Hipotetizamos que a co-composição em (b) será mais custosa do que a composição em (a) em virtude da alteração motivada pelo complemento. Assim, os tempos de leitura do segmento crítico e do pós-crítico seriam maiores na condição (b) do que na condição (a).

- SC: tendo em vista uma implementação da não-composicionalidade no processamento de sentenças, hipotetizamos, com base na proposta da GxC (Goldberg, 1995), que o processador linguístico (não parece haver a necessidade de um processador semântico específico, tendo em vista a não modularidade assumida, de modo geral, no âmbito da Linguística Cognitiva), ao encontrar o verbo “deu”, acessará a construção bitransitiva correspondente já disponível no léxico – X CAUSA Y RECEBER Z. Em (a), o processador associará, via pareamento, o complemento “livros” à posição Z da representação semântica, alcançando-se, assim, a interpretação mais concreta – e básica – da construção em questão. Em (b), o processador também associará o complemento à posição Y, mas a interpretação, nesse caso, ocorrerá através de um processo de extensão metafórica a fim de alcançar a leitura abstrata veiculada. Considerando as evidências psicolinguísticas de que o processo de extensão metafórica não apresenta um custo adicional no processamento (cf. Ricci, 2022)¹⁸, esperamos que os tempos de leitura do segmento crítico e do segmento pós-crítico da condição (b) não sejam maiores do que os da condição (a).

A SF e a SC, portanto, permitem levantar hipóteses e previsões distintas em termos de processamento quanto às estruturas com verbos leves, com os futuros resultados do experimento proposto tendo o potencial científico de contribuir em duas

¹⁸ Um(a) dos(as) pareceristas indicou não estar completamente convencida com a hipótese de que a SC não prevê um custo adicional de processamento para o processo de extensão metafórica. Reconhecemos que o processamento metafórico e os fatores que o influenciam são alvo de discussão constante nos estudos dedicados à significação. Ricci (2022), por exemplo, investigou a influência de fatores como *aptness*, familiaridade e convencionalidade no processamento metafórico e encontrou diferenças em termos de custo de processamento em função da variável *aptness*. No entanto, os resultados demonstraram que “expressões metafóricas bem construídas e bem encaixadas em contextos comunicativos adequados, familiares ou não, convencionalizadas ou não, e mesmo metáforas novas, desde que *high-aptness*, serão, provavelmente, processadas de maneira similar àqueles equivalentes literais” (p. 91). Reforçamos, portanto, que não houve diferença entre o processamento de expressões metafóricas e as equivalentes literais.

frentes: tanto para refletir criticamente sobre os modelos teóricos apresentados quanto para aprofundar as reflexões sobre o processamento semântico em si¹⁹. Unimos assim, nesta proposta de testagem, o pensar linguístico-experimental e o pensar psicolinguístico, enfatizando ainda, de forma mais específica, que os semanticistas cognitivos “*should care more about empirical methods*” (Gibbs, 2007, p. 2), preocupando-se em formular hipóteses passíveis de serem testadas e falseadas experimentalmente (Popper, 2005).

CONCLUSÃO

Concluimos nossa discussão reafirmando que a interface entre propostas teóricas da significação e a Psicolinguística Experimental tem grande potencial para informar ambos os campos de investigação. Nosso objetivo, do ponto de vista da Linguística Teórica, foi contrastar alguns postulados da Semântica Formal – representada pela análise composicional dos verbos leves de Viotti (2003), que se ancora na teoria do Léxico Gerativo de Pustejovsky (1995) – e da Semântica Cognitiva – a partir do enquadramento teórico oferecido pela Gramática das Construções de Goldberg (1995). Procuramos evidenciar diferenças epistemológicas cruciais entre essas perspectivas, sobretudo no que diz respeito à concepção de linguagem subjacente a cada uma delas; ou seja, enquanto a SF se alinha a uma concepção modular da mente humana – na qual a linguagem é regida por um módulo independente no âmbito da cognição –, a Semântica Cognitiva se ancora na ideia de que a linguagem humana não é um sistema autônomo, mas sim um domínio que se constitui a partir da capacidade cognitiva geral do ser humano. Ainda no contexto da discussão teórica, nos concentramos especificamente na discussão motivada pela interpretação de sentenças com verbos leves (“ter”, “dar”, “tomar” etc.) e partimos dessa estrutura linguística e das teorias semânticas apresentadas para pensar o processamento on-line dessas estruturas.

¹⁹ Um(a) dos(as) pareceristas questionou a proposta de investigação em um único experimento de abordagens teóricas tão distintas quanto as da SC e da SF, apontando a possibilidade de elaborar um experimento exclusivo para a testagem das hipóteses da Linguística Cognitiva. No entanto, como esperamos ter demonstrado ao longo do texto, a nossa proposta de testagem se limita a um modelo específico da Linguística Cognitiva – a saber, a GxC –, derivando hipóteses comportamentais compatíveis com esse modelo no que diz respeito, especificamente, aos verbos leves. Nossa proposta é justamente fazer um recorte específico para viabilizar a comparação das perspectivas semânticas em discussão.

Nosso segundo objetivo nesta exposição foi apresentar o campo da Psicolinguística Experimental a fim de demonstrar as possibilidades de diálogo com a Linguística Teórica em geral e com a discussão sobre o processamento semântico de sentenças, em particular. Em especial, além de pontuar os limites entre Linguística Experimental e Psicolinguística Experimental, nos detivemos em detalhar a abordagem de Lyn Frazier e colegas (Frazier; Fodor, Ja., 1978; Frazier, 1979, 1987, 1988, 1990, 1999, 2013; Frazier; Rayner, 1982; Frazier; Clifton, 1996) para o processamento de sentenças, em função da sua já consolidada aproximação com um modelo composicional de determinação do significado. Em vista da inexpressiva discussão sobre a construção do significado do ponto de vista da concepção de linguagem da SC – e, particularmente, da GxC –, nos propusemos a delinear uma investigação experimental que possa não apenas informar as teorias em relação às suas predições, mas também fornecer evidências para avançar na investigação sobre o processamento semântico de sentenças.

REFERÊNCIAS

- AHRENS, Kathleen. *Verbal Integration: The Interaction of Participant Roles and Sentential Argument Structure*. Journal of Psycholinguistic Research, v. 32, n. 5, p. 497–516, 2003.
- BASSO, Renato Miguel. Semântica Formal. In: FERRAREZI, Celso; BASSO, Renato. (Orgs). *Semântica, Semânticas*. Uma introdução. São Paulo: Contexto, 2013, p. 135-151.
- BATORÉO, Hanna. *Expressão do espaço no português europeu*. Contributo psicolinguístico para o estudo da linguagem e cognição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- BEVILÁQUA, Kayron. *A semântica dos sintagmas nominais através das línguas: estudos experimentais sobre a distinção massivo-contável*. 2019. 283f. Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019.
- BEVILÁQUA, Kayron; PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. Bare Nouns and the Count–Mass Distinction: A Pilot Study Across Languages. In: KISS, Tibor; PELLETIER, Francis Jeffry; HUSIC, Halima. (Orgs.). *Things and Stuff: The Semantics of the Count–Mass Distinction*. Cambridge: Cambridge UP, 2021, p. 193-212.

BEZERRA, Gitanna; LEITÃO, Márcio; MEDEIROS, Lorrane. A influência da referencialidade no processamento de orações relativas em português brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 25, n. 3, p. 1397-1431, 2017.

CHIERCHIA, Gennaro; MCCONNELL-GINET, Sally. *Meaning and Grammar: An Introduction to Semantics*. 2. ed. Cambridge: MIT Press, 1990.

CHISHMAN, Rove. O léxico gerativo de James Pustejovsky e seus críticos. *Letras de Hoje*, v. 35, n. 3, p. 119-138, 2000.

CHOMSKY, Noam. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: MIT Press, 1965.

CHOMSKY, Noam. *The Minimalist Program*. Cambridge: MIT Press, 1995.

CHOMSKY, Noam. *Sobre Natureza e Linguagem*. Trad. Marylene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CHOMSKY, Noam. *Linguagem e mente*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

COWART, Wayne. *Experimental syntax: Applying objective methods to sentence judgments*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1997.

DOMINGOS, Paula Regina Scoz. *Linguística experimental: contornos de uma reflexão meta-teórica*. 2021. 162f. Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2021.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. *The Way We Think*. Conceptual blending and the mind's hidden complexities. New York: Basic Books, 2002.

FERNÁNDEZ, Eva M.; CAIRNS, Helen. S. *Fundamentals of Psycholinguistics*. Sussex: Wiley-Blackwell, 2010.

FERRARI, Lilian. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

FERREIRA, Marcelo. *Semântica – uma introdução ao estudo formal do significado*. São Paulo: Contexto, 2022.

FILLMORE, Charles. Frames and the semantics of understanding. *Quaderni di semantica*, v. VI, n. 2, p. 222-255, 1985.

FODOR, Janet D. Sentence Processing and the Mental Grammar. In: SELLS, Peter; SHIEBER, Stuart M.; WASOW, Thomas. (Eds.). *Foundational issues in natural language processing*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1991, p. 83-113.

FODOR, Jerry. *The Modularity of Mind: An Essay on Faculty Psychology*. MIT press, 1983.

FODOR, Jerry; LEPORE, Ernest. The emptiness of the Lexicon: Critical Reflection on J. Pustejovsky's The Generative Lexicon. *Linguistic Inquiry*, 1998.

FOLTRAN, Maria José; WACHOWICZ, Teresa Cristina. Resenha de "The Generative Lexicon" de James Pustejovsky. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 39, p. 151–162, 2000.

FRAZIER, Lyn. *On comprehending sentences*: Syntactic parsing strategies. 1979. 88p. Tese de doutoramento não publicada. University of Connecticut. Connecticut, 1979.

FRAZIER, Lyn. Grammar and Language Processing. In: NEWMYER, Frederick J. (Ed.) *Linguistics: The Cambridge Survey. Volume II: Linguistic Theory: Extensions and Implications*. p. 15-34, Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

FRAZIER, Lyn. Theories of Sentence Processing. In: GARFIELD, Jay (Org.). *Modularity in Knowledge Representation and Natural-language Understanding*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1987, p. 291-307.

FRAZIER, Lyn. Exploring the architecture of the language-processing system. In: ALTMANN, Gerry. (Ed.) *Cognitive Models of Speech Processing: Psycholinguistic and Computational Perspectives*. p. 409-433, Cambridge, MA: MIT Press, 1990.

FRAZIER, Lyn. Syntax in sentence processing. In: van GOMPEL, Roger P. G. (Ed.) *Sentence Processing*. p. 21-50, London: Psychology Press, 2013.

FRAZIER, Lyn. *On Sentence Interpretation*. AH Dordrecht, The Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1999.

FRAZIER, Lyn. Meaning in Psycholinguistics. In: MAEINBORN, Claudia; von HEUSINGER, Klaus; PORTNER, Paul. (Orgs.). *Semantics: An International Handbook of Natural Language Meaning. Volume 3*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2012, p. 2703-2724.

FRAZIER, Lyn; CLIFTON, Charles Jr. *Construal*. MIT Press Cambridge, 1996.

FRAZIER, Lyn; FODOR, Janet D. The sausage machine: a new two-stage parsing model. *Cognition*, v. 6, 1978, p. 291-325.

FRAZIER, Lyn; RAYNER, Keith. Making and Correcting Errors during Sentence Comprehension: Eye Movements in the Analysis of Structurally Ambiguous Sentences. *Cognitive Psychology*, v. 14, p. 178-210, 1982.

FRAZIER, Lyn; RAYNER, Keith. Taking on Semantic Commitments: Processing Multiple Meanings vs. Multiple Senses. *Journal of Memory and Language*, v. 29, p. 181-200, 1990.

GARDNER, Howard. *A Nova Ciência da Mente: uma história da revolução cognitiva*. Trad. Cláudia de Oliveira: São Paulo: Edusp, 1995.

GIBBS, Raymond. Why cognitive linguists should care more about empirical methods. In: GONZALEZ-MARQUEZ, Monica; MITTELBERG, Irene; COULSON, Seana; SPIVEY, Michael (Orgs.). *Methods in Cognitive Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing: 2007, p. 2–18.

GOLDBERG, Adele. *Constructions: a construction Grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

JACKENDOFF, Ray. Conceptual Semantics. In: Claudia MAIENBORN; Klaus VON HEUSINGER; Paul PORTNER (Orgs.); *Semantics - Theories*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2019, p.86-113.

KENEDY, Eduardo. Análise de corpus, a intuição do linguista e metodologia experimental na pesquisa sobre as orações relativas do PB e do PE. *Linguística*, v. 4, p. 30-51, 2009.

KUSH, Dave; DILLON, Brian. Eye-Tracking and Experimental Syntax. In: SPROUSE, Jon. (Org.). *The Oxford Handbook of Experimental Syntax*. Oxford: Oxford University Press, 2023, p. 333-362.

KYRÖLÄINEN, A.J.; PORRETTA, V.; JÄRVIKIVI, J. The Role of Morphological Verb Constructions in Processing Russian Reflexive Verbs. In: LUODONPÄÄ-MANNI, Milla; PENTTILÄ, Esa; VIIMARANTA, Johanna (Orgs.). *Empirical Approaches to Cognitive Linguistics: Analyzing Real-Life Data*. Cambridge, MA: Cambridge Scholars Publishing, 2017, p. 261-290.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. London: University of Chicago Press, 1980.

LANGACKER, Ronald. *Foundations of cognitive grammar: Theoretical prerequisites*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

LANGACKER, Ronald. *Grammar and Conceptualization*. Berlin/New York: De Gruyter, 1999.

LEITÃO, Márcio. Psicolinguística Experimental: focalizando o processamento da linguagem. In: MARTELOTA, Mário Eduardo (Org.). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 217-234.

LUODONPÄÄ-MANNI, Milla; PENTTILÄ, Esa; VIIMARANTA, Johanna. *Empirical approaches to cognitive linguistics: analyzing real-life data*. Cambridge, MA: Cambridge Scholars Publishing, 2017.

MACDONALD, M. C.; PEARLMUTTER, N. J. & SEIDENBERG, M. S. The Lexical nature of syntactic ambiguity resolution. *Psychological Review*, v. 101, p. 676-703, 1994.

MAIA, Marcus, ALCÂNTARA, Shelen, BUARQUE, Simone; FARIA, Fernanda. O Processamento de concatenações sintáticas em três tipos de estruturas frasais ambíguas em português. *Fórum Linguístico*, v. 4, n. 1, p. 13-53, 2003.

MAIA, Marcus. Sintaxe Experimental: uma entrevista com Marcus Maia. *ReVEL*, v. 10, n. 18, p. 184-193, 2012.

MAIA, Marcus. Sintaxe Experimental. In: OTHERO, Gabriel De Ávila; KENEDY, Eduardo (Orgs.). *Sintaxe, sintaxes: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 51-72.

MAIA, Marcus. Panorama da Linguística Experimental no Brasil. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 25, n. 3, p. 951-969, 2017.

OLIVEIRA, Cândido Samuel Fonseca de; SÁ, Thaís Maíra Machado. (Orgs.). *Métodos experimentais em psicolinguística*. 1. ed. São Paulo: Pá de Palavra, 2022.

OLIVEIRA, Giezi Alves de. *A narrativa que nos guia, o discurso que emerge: um estudo cognitivo acerca do processamento semântico em fábulas*. 2016. 208 f. Tese de Doutorado - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

PARSONS, Terence. *Events in the semantics of English: A study in subatomic semantics*. Cambridge, MA: MIT Press, 1994.

PARTEE, Barbara. Lexical semantics and compositionality. In: GLEITMAN, Lila; LIBERMAN, Mark. (Orgs.). *An invitation to cognitive science: Language*. v. 1. Massachusetts: MIT Press, 1995, p.311-360.

PIÑANGO, Maria M.; MACK, Jennifer; JACKENDOFF, Raymond. Semantic Combinatorial Processes. *Berkeley Linguistics Society*, v. 32, n. 1, p. 573-283, 2006.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. Formalismos na linguística: uma reflexão crítica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (Orgs.); *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*, Vol. III. São Paulo: Cortez, 2004, p. 219-250.

POPPER, Karl. *The Logic of Scientific Discovery*. London and New York: Routledge Classics, 2005.

PUSTEJOVSKY, James. *The Generative Lexicon*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1995.

PUSTEJOVSKY, James. Generativity and Explanation in Semantics: A Reply to Fodor and Lepore. *Linguistic Inquiry*, v. 29, n. 2, p. 289–311, 1998.

RICCI, Adiel. *A metáfora sob um olhar psicolinguístico: estudos experimentais em português brasileiro*. 2023. 106f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

SCHER, Ana Paula. Quais são as propriedades lexicais de uma construção com verbo leve? In: MULLER, Ana Lúcia; NEGRÃO, Esmeralda; FOLTRAN, Maria José (Orgs.) *Semântica Formal*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 205–219.

SLOBIN, Dan I. Language and thought online: cognitive consequences of language relativity. In: GENTNER, D.; GOLDIN-MEADOW, S. (ed.). *Language in mind: Advances in the study of language and thought*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2003. p. 157–192.

TALMY, Leonard. *Toward a cognitive semantics*. Vol. I: Concept structuring systems. Massachusetts: The MIT Press, 2000a.

TALMY, Leonard. *Toward a cognitive semantics*. Vol. II: Typology and process in concept structuring. Massachusetts: The MIT Press, 2000b.

TRUESWELL, John C.; TANENHAUS, Michael K.; KELLO, Christopher. Verb-Specific Constraints in Sentence Processing: Separating Effects of Lexical Preference from Garden-Paths. *Journal of Experimental Psychology*, v. 19, p. 528-553, 1993.

VIOTTI, Evani. A composicionalidade nas sentenças com o verbo “ter”. In: A. MULLER; E. NEGRÃO; M. J. FOLTRAN (Orgs.). *Semântica Formal*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 221-241.

VERSPoor, Cornelia. *Contextually Dependent Lexical Semantics*. 1997. Tese (Doutorado em Filosofia) Doctor of Philosophy). College of Science and Engineering, University of Edinburgh, Edinburgh.

WITTENBERG, Eva; PIÑANGO, Maria M. Processing light verb constructions. In: JAREMA, Gonia; LIBBEN, Gary. (Eds.). *The Mental lexicon*, Volume 6, Issue 3. John Benjamins Publishing Company. 2011. p. 393-413.

Recebido em: 10/01/2023

Aceito em: 20/05/2023

Gitanna Bezerra: Possui Graduação em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba (2010), Mestrado em Linguística/Psicolinguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING)/Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (2013), Doutorado em Linguística/Psicolinguística pelo PROLING/UFPB (2017), com realização de Doutorado Sanduíche na University of Massachusetts Amherst (2015-2016), Pós-Doutorado em Processamento Sentencial pela University of Toronto (2018-2019) e Pós-Doutorado em Processamento Sintático-Semântico pela Universidade Federal de Santa

Catarina (2021-2022). É professora adjunta da Universidade de Pernambuco/Campus Garanhuns, atuando no Curso de Letras e no PROFLETRAS. Fundou e coordena o Laboratório de Processamento de Sentenças (LAPS), vinculado à Universidade de Pernambuco/Campus Garanhuns. É membro da Comissão de Psicolinguística e Neurolinguística da ABRALIN. Tem interesse particular pela pesquisa em Processamento Sentencial (com ênfase no processamento sintático e no processamento semântico), pela pesquisa teórico-experimental na interface sintaxe-semântica, e pela pesquisa teórica em Sintaxe Gerativa e em Semântica Formal.

Andressa D'Ávila: Recebeu, em 2011, o título de Bacharel em Letras - com ênfase em Estudos Linguísticos -, na Universidade Federal do Paraná. É Mestre em Letras - área de concentração Estudos Linguísticos -, pela mesma instituição (2014); atualmente, é pesquisadora nas áreas de Semântica e Pragmática Formais e Psicolinguística Experimental. Entre 2015 e 2017, atuou como professora substituta do curso de graduação em Letras da UFPR; e entre, 2019 e 2021, foi colaboradora no curso de graduação em Letras da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Conclui, em 2023, o doutorado pelo programa de pós-graduação em Letras - área de concentração Estudos Linguísticos - da Universidade Federal do Paraná, na linha de Estudos gramaticais: descrição, análise, teoria, meta-teoria e historiografia.

Os caminhos sócio-históricos da comunidade quilombola Mussuca (Laranjeiras/Sergipe)

*The socio-historical paths of the Mussuca
quilombola community (Laranjeiras/Sergipe)*

Jacson Baldoino Silva

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

jacsonsilva@outlook.com

<https://orcid.org/0000-0003-0106-6389>

Norma Lucia Fernandes Almeida

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

norma.uefs@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-3369-4251>

Silvana Silva de Farias Araújo

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

silvana.uefs.2014@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5561-3179>

RESUMO

Este artigo, por meio de uma revisão bibliográfica, objetiva *apresentar um perfil (socio)linguístico da comunidade de Mussuca (Laranjeiras/SE)*. A apresentação dessa comunidade do ponto de vista sócio-histórico é importante por considerar que a compreensão da história (socio)linguística de comunidades quilombolas é fundamental para o entendimento da formação do português brasileiro, tendo em vista o grande quantitativo de africanos traficados para o Brasil. Por fim, os dados evidenciam a alegada origem afrodescendente da Mussuca, mas também demonstra a necessidade de se considerar a manutenção da *afrodescendência* através das práticas culturais africanizadas existentes nessas comunidades quilombolas, sendo esse um fator fundamental para a caracterização de uma variedade linguística como afro-brasileira.

Palavras-chave: sócio-história; comunidade quilombola; Sergipe; Mussuca.

ABSTRACT

This article, through a literature review, aims to present a (socio)linguistic profile of the Mussuca community (Laranjeiras/SE). Presenting this community from a socio-historical perspective is important as it considers the understanding of the (socio)linguistic history of quilombola communities to be fundamental for comprehending the formation of Brazilian Portuguese, given the large number of

Africans trafficked to Brazil. Finally, the data highlights the claimed African descent of Mussuca but also demonstrates the need to consider the preservation of African descent through the Africanized cultural practices existing in these quilombola communities, which is a crucial factor in characterizing a linguistic variety as Afro-Brazilian.

Keywords: socio-history; quilombo community; Sergipe; Mussuca.

INTRODUÇÃO

As questões em torno da formação sócio-histórica do Brasil evidenciam a participação do elemento africano na sua história social e apontam para o fato de que a heterogeneidade linguística e cultural dos negros são parte constitutiva do que denominamos “Brasil”. A heterogeneidade linguística dos povos africanos e seu aprendizado irregular do português (Lucchesi, 2009a; Silva; Araújo, 2023; Silva; Almeida, 2023) são mais percebidas nas variedades que se encontram dentro do polo *afro-brasileiro* no *continuum da norma popular brasileira* apresentado por Lucchesi (2015). No entanto, em relação à heterogeneidade dos povos africanos que foram traficados para o Brasil, é preciso ponderar que o termo “africano” é algo muito genérico, pois “os indivíduos que foram deportados para o Brasil provinham de áreas muito diversas, falavam línguas também diversas” (Petter, 2020, p. 128).

Em razão desse aprendizado irregular, o português afro-brasileiro é caracterizado como uma das variedades populares do português falado no Brasil, mas com uma maior variação no uso de alguns mecanismos gramaticais se comparado às outras variedades desse mesmo *continuum*¹ (Lucchesi, 2009a; 2015). Dessa forma, o português afro-brasileiro deve ser entendido como uma variedade do português popular que foi mais influenciada por questões sociais e linguísticas dos grupos africanos, e que, de certa forma, conserva-as, o que provocou uma profunda reestruturação linguística, mas que não gerou necessariamente uma criouliização (Couto, 1996; Holm, 2004; Lucchesi, 2009b, 2019; Tarallo, 2018[1993]; Petter, 2020; Silva, 2023; Silva; Araújo, 2023; Silva; Almeida, 2023).

¹ O *continuum* apresentado por Lucchesi (2015) busca apresentar eixos de normas para a variedade popular brasileira, subdividindo-se em 6 eixos: português afro-brasileiro > português popular brasileiro > português popular rurbano do interior > português popular urbano do interior > português popular rurbano das grandes cidades > português popular urbano das grandes cidades. No primeiro eixo, as marcas dos contatos entre línguas, como maior índice de ausência de concordância verbal padrão, são mais presentes.

Assim, de forma geral, o português brasileiro (PB) compreende uma *norma culta*² e uma *norma popular* (Lucchesi, 2015), sendo que “essa divisão assenta menos nas diferenças entre o comportamento linguístico dos grupos sociais do que na forma como seus membros veem essas diferenças” (Lucchesi, 2015, p. 21). A norma popular, conforme apresentada por Lucchesi (2015), apresenta um *continuum* no qual, de um lado, está a *norma popular rural* e, do outro, a *norma popular urbana*, sendo o português afro-brasileiro a variedade que mais possui marcas dos contatos linguísticos do PB, enquanto o português popular urbano das grandes cidades o que menos apresenta traços desses contatos em razão da convivência dos seus falantes com os usuários de uma norma urbana culta. Contudo, o isolamento dessas comunidades (Lucchesi, 2009b) tem se tornado uma questão-problema, pois, com o advento da internet e o surgimento frenético das Tecnologias da Informação e Comunicação, fica a pergunta: *como se delimitar o que é ou não isolado?* Inclusive, Bortoni-Ricardo (2021) pontua a necessidade do acréscimo de mais um *continuum* nas descrições do português falado no Brasil: o acesso à internet e o uso de suas ferramentas precisam ser considerados no estudo das variedades do português.

Este trabalho assume que, do ponto de vista sociolinguístico, a situação do Brasil assemelha-se ao que Couto (1996) definiu como situações crioulizantes. Nessas circunstâncias, as variedades linguísticas apresentam muitas das características sociais e estruturais de um crioulo, podendo até ser relativamente estáveis “pelo fato de a língua em questão ser a língua materna da comunidade” (Couto, 1996, p. 53); no entanto, falta algum elemento externo ou interno fundamental para o enquadramento nas línguas crioulas (Couto, 1996). No Brasil, a porcentagem de falantes da língua do superestrato e a constante relação dos africanos escravizados com esse grupo, foi o elemento externo que inibiu a crioulização do português, ficando apenas vestígios de uma situação crioulizante (Couto, 1996; Lucchesi, 2019).

Dessa forma, o português afro-brasileiro deve ser entendido não como um crioulo afro-brasileiro ou afro-português, mas como uma variedade do português popular com significativas alterações decorrentes de *situações crioulizantes* (Couto, 1996). Para que se tivesse um processo de crioulização no Brasil, como aconteceu em outros países, seria necessário, dentre outras questões, que a população escravizada

² Reconhecemos as acepções políticas e ideológicas do termo culto (Bagno, 2003; Faraco, 2008), contudo, será mantido tendo em vista a terminologia utilizada por Lucchesi (2015).

fosse apartada de maneira brusca e consistente do convívio social da classe dominante – característica sócio-histórica conhecida como *ilhas/regiões isoladas* ou *insularidade* (Couto, 1996). Esse isolamento geraria “uma ruptura radical na transmissão linguística do grupo dominante para o grupo dominado, dentro da estrutura da sociedade colonial” (Lucchesi, 2019, p. 229), fazendo com que os escravizados tivessem necessidade de criar uma língua própria de comunicação, que seria um crioulo.

Contudo, no Brasil, as diversas condições vividas pela população afro-brasileira não permitiram que ela “ficasse apartada em guetos sociais de um mundo cultural à parte, do qual a formação de uma língua crioula claramente diferenciada da língua dominante seria a contraparte [socio]linguística esperada” (Lucchesi, 2015, p. 106). Outro argumento utilizado para a hipótese da não criouliização do PB é a de que um crioulo só pode emergir em sociedades nas quais o grupo dominante não ultrapassasse o total de 20% da população (Bickerton, 1981; Lucchesi, 2019). Segundo Lucchesi (2019), no Brasil, existia “um percentual do grupo de falantes da língua de superstrato (30%) maior do que concebido como o máximo para que ocorra criouliização (20%)” (Lucchesi, 2019, p. 241).

Assim, observando-se a norma dita culta ou urbana, responde-se negativamente à pergunta de Tarallo (2018b[1993]) – “deveria, então, a questão crioula da suposta origem crioula do PB continuar na nossa agenda por mais de cem anos?” (Tarallo, 2018b[1993], p. 51) –, pois entende-se que os processos de variação e de mudança linguística na variedade do português falado no Brasil, em razão da participação inferiorizada de africanos na estrutura social do Brasil Colônia, não conservou diretamente as marcas dos contatos com as línguas africanas e indígenas, o que não gerou um crioulo afro-brasileiro. Entretanto, observando-se a norma popular brasileira, assume-se, apoiando-se em Lucchesi (2019), a possibilidade de terem existido algumas variedades pidginizadas e crioulizadas, principalmente no Nordeste brasileiro, em razão das grandes plantações de cana-de-açúcar e também do isolamento dos quilombos.

Porém, essas variedades “não se expandiram ou desenvolveram, de forma representativa, dentro do mosaico linguístico do Brasil colonial” (Lucchesi, 2019, p. 230). Em outras palavras, partimos, neste trabalho, da perspectiva de que, no Brasil, ocorreram situações crioulizantes, que geraram variedades alteradas, mas não um crioulo (Couto, 1996; Holm, 2004) – como as das comunidades quilombolas que se

localizaram em zonas rurais, afastadas de centros urbanos, a exemplo, Helvécia, no interior da Bahia (Ferreira, 1984; Lucchesi; Baxter; Ribeiro, 2009); Cafundó, em São Paulo (Vogt; Fry, 1996); Tabatinga, em Minas Gerais (Queiroz, 1998).

Desse jeito, o estudo de mudanças linguísticas, no quadro da sociolinguística variacionista (Weinreich; Labov; Herzog, 2006[1968]; Labov, 2008[1972]) deve ter como primeira questão a reconstrução da sócio-história da comunidade de fala, pois “sabemos a importância de estabelecer uma relação entre essa mudança linguística à formação sócio-história de cada comunidade de fala, pois somente assim poderemos compreender melhor todos os aspectos sociais envolvidos no processo [de mudança]” (Callou; Lucchesi, 2020, p. 260). Para isso, é fundamental também que se desenvolvam estudos multidisciplinares como os de Anjos (1997, 1998, 1999, 2004) que, a partir da relação entre História e espaço geográfico, buscam entender as influências africanas na constituição da sociedade brasileira, entendendo que “a situação das comunidades descendentes de quilombos no Brasil [...] tem mais componentes políticos e sociais que antropológicos” (Anjos, 1999, p. 10). Essa multidisciplinaridade é uma das bases desta pesquisa, pois entende-se que a variabilidade do sistema linguístico é diretamente influenciada por questões externas a ele, como o “isolamento” social, histórico, geográfico e/ou ideológico, a partir de uma interseccionalidade. Nas palavras de Lucchesi:

A maleabilidade do sistema linguístico produzida pelo mecanismo da variação linguística permite que a língua capture em sua configuração estrutural as diversas nuances das diferenças sociais, de modo que dialeticamente não é possível compreender a configuração estrutural de uma língua como fenômeno sócio-histórico sem compreender a história e a configuração da sociedade [comunidade de fala] em que essa língua é falada (Lucchesi, 2015, p. 34).

Entende-se, dessa forma, que a multidisciplinaridade entre História, Sociologia, Antropologia e Geografia permite à Sociolinguística – que em si é uma disciplina fundamentalmente multidisciplinar (Bortoni-Ricardo, 2021) – compreender questões fundamentais na formação da comunidade de fala, deixando de lado interpretações mecanicistas, como *os participantes do sexo feminino tendem a conservar mais as estruturas padrão*; é necessário que se mergulhe nas questões sociais da comunidade para se entender as construções sociais dos papéis femininos e masculinos e, a partir

dessa compreensão, perceber como o sexo – e outros fatores – influencia ou não o processo de implementação de determinada variação/mudança.

Para Petter (2020), a relação dos estudos linguísticos com outras áreas, particularmente com a História e a Geografia, é imperiosa, mesmo que essas não se interessem especificamente por questões linguísticas. As diversas áreas oferecem alicerces para os estudos linguísticos, pois permitem entender a origem dos indivíduos, bem como os processos de formação de uma comunidade linguística – questões que podem explicar alguns processos de mudança ou pelo menos permitir que se gere hipóteses para serem verificadas. Considerando isso, as pesquisas que buscam entender o PB devem partir da *história social* para a *história linguística* (Lucchesi, 2015; Callou; Lobo, 2020; Petter, 2020; Silva, 2023; Silva; Araújo, 2023) – entendendo-se história social como “a história externa das línguas, de seus usos e funções, como também de sua expansão, permanência ou mudança. É a história de seus falantes, das suas imigrações e dos contatos estabelecidos nas regiões onde passaram a habitar” (Petter, 2020, p. 128) –, pois os condicionamentos sócio-históricos estão diretamente ligados aos processos de variação e mudança, principalmente em *situações pidginizantes e/ou crioulistantes* (Couto, 1996), como é o caso da formação do PB.

Assim, é extremamente importante que se continue colocando em pauta, na agenda de pesquisa dos estudos linguísticos brasileiros, questões em torno das variedades populares do português, principalmente as oriundas de contatos com povos africanos e indígenas, com a finalidade de traçar um panorama que passe da história social para a história (socio)linguística do PB (Lucchesi, 2015; Callou; Lobo, 2020; Petter, 2020; Silva, 2023; Silva; Araújo, 2023). E, nessa linha, como apontam Santana, Araújo e Freitag (2018a, 2018b), há uma necessidade urgente de descrições das variedades afro-brasileiras sergipanas em razão da carência de estudos dessas variedades no Estado de Sergipe (Santana; Araújo; Freitag, 2018a, 2018b). Sobre os estudos linguísticos na Mussuca, tem-se conhecimento de um trabalho de mestrado de Silva (2023), orientado pela Profa. Dra. Norma Lucia Fernandes de Almeida, e dois trabalhos sob a orientação da Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo (PPGEL/UEFS), sendo a dissertação de mestrado de Macêdo (2022) e a tese de doutorado de Silva (em andamento). Silva e Araújo (2021) apresentaram alguns resultados parciais da pesquisa demonstrando a existência de um léxico de origem banta

na comunidade: *berimbau, mangar, magunzá, cachaça, canjica, quilombo, caruru, forró, samba, senzala, ganzá, iaiá*; além de formações brasileiras decorrentes de hibridismo, decalques e/ou derivação: fumo-de-rolo, roça.

É com o objetivo de *apresentar um perfil linguístico e sociolinguístico da comunidade Mussuca (Laranjeiras/SE)* que se apresentam alguns dados da história social dessa comunidade quilombola, por se considerar que a compreensão da história (socio)linguística dela é fundamental para o entendimento da formação do PB, principalmente das variedades linguísticas do Estado de Sergipe. Dessa forma, é essencial a apresentação de evidências sobre a sua remanescente de um antigo quilombo, pois um dos traços de origem quilombola, na comunidade, é a manutenção das tradições africanas como agricultura, religião, instrumentos musicais e dança – como o samba de roda, que, na Mussuca, é chamado de *Samba de Pareia*, ou seja, samba de pessoas que estão à margem (França, 2021).

OS CAMINHOS DA SÓCIO-HISTÓRIA DA MUSSUCA

Existem diversas versões sobre a formação da comunidade quilombola Mussuca, inclusive, não há uma data precisa sobre o seu surgimento. Nas entrevistas utilizadas como por Silva (2023), a participante 7³ narra a história que é predominante:

Aí depois que apareceu o...a...os escravos. Uma mulher chamada Maria Banguela [...] que veio da escravidão né, que veio... fugiu da escravidão né. Aí foi na época da escravidão e aqui não tinha nome. [...] Aí foi na época que essa Maria Banguela, que ela veio da África. Era é... é... era como é... escrava. Aí se a... se arranchou-se numa fazenda Baleia, que fica próximo da Ponte da Imbura pra cá, pelo lado de lá. E aí o pessoal na época né, aí...um dizia esse... é... essa comunidade não tem nome. Aí fizeram aquela reunião, sabe? Com os moradores. Aí um dizia “bote Mussuca” ou “o nome... bote Mussum, mó do peixe”, ôto disse “bote Mutuca”. Aí foi ca... quando a Maria Banguela disse “não, é melhor bota Mussuca” e o pessoal non r... não reconhecia que aqui era... é um quilombo na época, sabe? Aí ficou Mussuca até hoje (Participante 7).

³ Os *participantes* se referem aos 13 moradores da comunidade quilombola Mussuca que foram entrevistados pela Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araujo durante seu estágio de pós-doutoramento na Universidade Federal de Sergipe; a pesquisa foi aprovada pela Comitê de Ética em Pesquisa, Processo nº 154982/2018:0. As entrevistas foram utilizadas na pesquisa sociolinguística de Macêdo (2022) e Silva (2023), cedidas pela professora responsável pela amostra, e aqui são usadas como dados de fonte oral.

Sobre o nome da comunidade, o participante 1 apresenta outro relato, que, de certa forma, complementa o anterior:

Assim como o senhor está aqui agora, chegava outros entre as data e levava pra ele mostrava como é que fazia a roça. Ele fazia... acho que era covinha junto pra botar maniba pra a mandioca crescer. Eles aí começaram a se engraçar, perguntava como era o nome daquelas covinha, aí algum deles dizia eh a gente vai a mussucazinha... uma mussuquinha pra... pra plantar essa mandioca. Aí ele começaram a ((RUÍDO)) botar esse nome de Mussuca e ficou aqui como Mussuca, através esse desse nome dessa planta de mandioca que fazia... fazia aquela covinha eh... untava né a terra e aqui plantava ((RUÍDO)) uma maniba, ali plantava outro ((RUÍDO)). Então ele perguntava aqui co... como era o nome daquele... daquele negócio. Aí um dizia que é um... naquele tempo era eh... uma mussuquinha que a gente faz aqui pra botar uma maniba, pra tirar mandioca. Aí ficou o nome Mussuca até hoje. Aí um dele di... di... di... interpretaram essa palavra como Mussuca, que ali embaixo tem uma fonte [ininteligível], que é o terreno da mãe de Nadir... da vó, que tinha uma fon... um... um.. um poço grande, uma fonte né, a gente chamava fonte e lá tinha muito mussu, na lama, e daí o pessoal começaram a chamar mussu também e aí juntou essa palavra, ficou chamando Mussuca. Agora aqui nunca vi outro nome a não ser Mussuca mesmo só é esse desde quando eu existo (Participante 1).

As narrativas dos participantes, como fonte oral, apresentam versões complementares sobre a nomeação da comunidade, sendo que o participante 1, diferente da participante 7, faz menção à plantação de maniba (mandioca) na região. Essas diversas narrativas sobre a origem da localidade são comuns em comunidades quilombolas, mas indicam também que a falta de informação documentada – leia-se *escrita*, pois há material oral – sobre as comunidades quilombolas pode ser consequência das ações esporádicas e fragmentárias do Estado em relação aos remanescentes de antigos quilombos (Anjos, 1999). Portanto, nessas localidades, é a tradição oral que continua sendo a maior fonte de informações da história/presença africana no Brasil (Munanga, 1996; Santana, 2008).

Segundo Anjos (1999), a certificação de comunidades remanescentes de quilombos no Brasil é uma “problemática que tem mais componentes políticos e sociais do que antropológicos” (Anjos, 1999, p. 10), uma vez que, geralmente, não se tem informações consistentes sobre a origem dessas comunidades, tanto do ponto de vista geográfico como socioantropológico. Essa problemática também é consequência de desdobramentos do Artigo 68 da Constituição Federal de 1988, que determina a propriedade definitiva das terras ocupadas por essas comunidades, que teve um impacto direto no sistema econômico capitalista, principalmente nos setores agropecuários.

Entre seus desdobramentos está o Decreto nº 4.887/2003, que prevê a autodeclaração das comunidades remanescentes de quilombos, ou seja, a partir dele, as comunidades têm uma autonomia para se autodeclararem como quilombolas. A certificação da Fundação Palmares (2021), portanto, se baseia atualmente em uma autodeclaração de comunidade quilombola, sem uma necessária reconstrução histórica dessas comunidades. Contudo, segundo Santos (2019), essa autodeclaração está relacionada a outros fatores, uma vez que:

Os remanescentes de quilombos constituem-se [de] grupos étnico-raciais definidos pelo requisito da declaração dos próprios sujeitos e estabelecem relações territoriais próprias, associadas à ancestralidade negra e à resistência histórica contra a opressão sofrida, em decorrência do modelo escravagista instaurado no Brasil Colônia, mas que permanece recorrente na trajetória da formação territorial brasileira (Santos, 2019, p. 13).

Assim, a não reconstrução sócio-histórica pode ser considerada uma agrura. No entanto, foi uma alternativa encontrada ante a luta contra o movimento capitalista de deslegitimação das comunidades remanescentes de quilombos, pois aquele ia de encontro a elas “a fim de inferir [...] e obter vantagens quanto ao processo de demarcação [de terra]” (Costa, 2020, p. 91). Um exemplo disso, mas com os povos indígenas, é o que aconteceu em 2022, durante o mês de agosto, com o povo *Xokleng*, que foi até Brasília lutar contra revogação do marco temporal que lhe deu direito à Terra Indígena Raposa-Terra do Sol, uma ação de reintegração solicitada pelo Governo de Santa Catarina (Oliveira, 2021). Ou seja, a reintegração de posse visava deslegitimar os povos indígenas visando questões capitalistas.

Na história das comunidades remanescentes de quilombos, também houve um marco temporal – Decreto nº 3.912, de 10 de setembro de 2001 – que paralisou, durante sua vigência, os processos de titulação das terras quilombolas. Para Santos (2019), a morosidade no processo de titulação das terras dos povos quilombolas é consequência, muitas vezes, das intervenções dos “donos” das terras. Segundo o autor, esses têm representantes em todos “os três poderes constituídos, espaços em que eles têm aliados e até parentes que tem [sic] utilizado o poder para defender os seus interesses particulares” (Santos, 2019, p. 62) – chegando a formar uma *bancada ruralista* no legislativo.

O conflito sobre as razões do reconhecimento quilombola atinge até mesmo os mussuquenses – adjetivo toponímico, utilizado para se referir aos moradores (Rangel, 2021) –, uma vez que, para alguns, a origem quilombola é apenas uma falácia com o objetivo de “recebimento destas benesses oriundas de políticas públicas quilombolas” (Participante *apud* Costa, 2020, p. 96). E essa questão identitária quilombola se manifesta geograficamente na Mussuca, uma vez que, conforme Costa (2020), a comunidade é dividida quanto à sua origem quilombola: os moradores da *Mussuca de Cima*⁴ – local onde se iniciou a comunidade – defendem essa origem e tentam conservar as tradições africanas, enquanto os moradores da *Mussuca de Baixo* negam a origem quilombola; os participantes da amostra utilizada aqui pertencem à *Mussuca de Cima*. Desse modo, essas divisões territoriais se referem à disposição regional e simbólica do povoado (Costa, 2020; França, 2021; Rangel, 2021; Silva, 2023); há ainda outras divisões – Cedro, Balde e Bumburum – que são citadas raramente pelos moradores da Mussuca (França, 2021).

Contudo, essa “negação” pode ser indicação de que a “criatividade comunitária [da Mussuca] padece de um certo atrofiamento” (Rangel, 2021, p. 13), ou seja, os moradores da *Mussuca de Baixo* tentam se firmar identitariamente em relação à *Mussuca de Cima*, não permitindo que as práticas africanizadas sejam compartilhadas por todos os moradores da localidade. A negação da origem quilombola pode apontar para o fato de que os moradores da *Mussuca de Baixo* absorveram, ao longo de sua vida, uma carga ideológica que nega a identidade negra, bem como seus direitos e elementos culturais (Santos, 2019). Todavia, segundo França (2021), a *Mussuca de Cima* e a *Mussuca de baixo* “são as regiões comumente identificadas com o Quilombo” (França, 2021, p. 108).

Tendo em vista essas questões identitárias, Santana, Araujo e Freitag (2018a, 2018b) ampliam os critérios estabelecidos por Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009) para a definição de uma comunidade como afro-brasileira. Os autores, a partir de uma tipologia de parâmetros sócio-históricos, estendem os critérios de [+isoladas] e [+afrodescendentes] apresentados por Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009), tendo em vista

⁴ Essa divisão diz respeito a um pequeno monte que há no espaço geográfico da comunidade. Local que, por ser elevado, foi utilizado como um ponto de vigilância pelos moradores fundadores da comunidade. Em torno dessa pequena elevação foram construídas casas, sendo denominadas como *Mussuca de Baixo*. Daí surgem as denominações, na própria comunidade, de *Mussuca de Cima* e *Mussuca de Baixo*.

principalmente a documentação linguística das comunidades quilombolas do Estado de Sergipe, para: [±isoladas], [±afrodescendentes], [±africanizadas] e [±escravocratas]⁵ (Santana; Araújo; Freitag, 2018a, 2018b).

Tendo em vista essa tipologia, argumenta-se que os moradores da *Mussuca de Baixo* são [+afrodescendentes], mas [-africanizados], pois não reconhecem/praticam manifestações oriundas da tradição africana, presentes na parte de cima da localidade. Por outro lado, os moradores da *Mussuca de Cima* – região foco deste trabalho, pois os participantes residem nessa parte do quilombo – enquadram-se nos traços da tipologia proposta pelos autores da seguinte forma: a região é [-isolada], pois está situada a cerca de 10 km do Município de Laranjeiras (SE) e de 27 km da cidade de Aracaju (SE); [+afrodescendente], uma vez que descendem de pessoas escravizadas; [+africanizada], por preservar elementos culturais africanos, como o Samba de Pareia e o São Gonçalo; e [+escravocrata], porque está localizada em um município (micro) e estado/região (macro) que tiveram, nos períodos colonial e imperial, grande presença de africanos escravizados.

Dessa maneira, é fundamental que se resgatem questões geográficas, históricas, sociais e culturais que ofereçam uma melhor compreensão sobre a distribuição das terras aos remanescentes de antigos quilombos (Anjos, 1999), bem como permitam uma melhor compreensão sobre a sua origem afro-brasileira, observando-se principalmente a conservação das tradições que os negros trouxeram da África (Anjos, 1999; Santana; Araújo; Freitag, 2018a, 2018b). Para isso, no caso da Mussuca, é fundamental que se entenda o surgimento do Estado de Sergipe, quando esse ainda era a Capitania de Sergipe Del Rey e contou com os primeiros escravizados que chegaram à região.

Santos (2019), discutindo questões em torno do colonialismo e escravismo, apresenta a informação de que a efetiva colonização do Brasil se deu a partir de 1534 – a carta de doação das Capitanias é de 10 de março de 1534, quando Martim Afonso de Souza começou a dividir as terras “brasileiras” em Capitanias Hereditárias, com o objetivo de terceirizar a administração da colônia, uma vez que os donatários eram os

⁵ Esse parâmetro se refere à presença de instituições escravocratas na região, indicando, portanto, que a população negra da localidade, durante o período colonial e imperial do Brasil, sofreu com o processo de escravização.

que deveriam “investir nas terras doadas a partir de recursos próprios” (Santos, 2019, p. 23).

Nesse contexto, o início oficial da história de Sergipe Del Rey, enquanto capitania, é situado por volta de 1590, quando Cristóvão de Barros, acompanhado de cerca de três mil homens, “dizimou” os povos nativos da região, que eram da família Tupi (França, 2021), e se fixou, com diversos colonos, às margens do rio Cotinguiba (Santana, 2008; Costa, 2020; França, 2021; Miranda; Barbosa, 2021). Conforme França (2021), a invasão das terras não foi nada fácil, nem muito menos rápida, uma vez “que as empreitadas voltadas para a aquisição da região foram iniciadas 15 anos antes, em 1575, pelo governador do norte do Brasil, Luís de Brito. Esse governador buscava dar forma à ganância do governo português [...]” (França, 2021, p. 73).

Na região do porto Cotinguiba, a mais ou menos uma légua da Freguesia do Socorro – sede da província à época, um porto e algumas casas foram construídos ainda no século XVII (França, 2021). Em 1832, Laranjeiras, região pertencente à Capitania de Sergipe, foi elevada à categoria de vila (França, 2021) e, em 1835, com o processo de desmembramento da Freguesia do Socorro, passou a ser a Freguesia do Sagrado Coração de Jesus das Laranjeiras, sendo, ainda naquele ano, transformada em Distrito de Paz e, em 1841, sede da comarca (Miranda; Barbosa, 2021).

Segundo Malaquias e Santos (2020), a agromanufatura açucareira de Sergipe floresceu no final do século XVIII e início do XIX. É nesse período (séc. XIX), conforme Miranda e Barbosa (2021), que Laranjeiras se desenvolveu mais em razão do progresso do açúcar, chegando a ser a povoação mais rica de Sergipe Del Rey; até recebeu o título de *Atenas Sergipana* (França, 2021). E “por trás da história próspera de Laranjeiras, motivo de orgulho para os ascendentes da elite e entusiastas dos belos monumentos edificadas, está a história dos africanos e negros escravizados” (Miranda; Barbosa, 2021, p. 5). E os colonos que povoaram a região do rio Cotinguiba receberam pequenos lotes para pecuária e trabalho agrícola (Costa, 2020; Miranda; Barbosa, 2021).

Sendo assim, Laranjeiras surge no Brasil Colônia, período no qual as principais capitanias, como a de Sergipe Del Rey, tinham uma expressa produção açucareira e pecuária. Todavia, o interesse primeiro dos colonos foi na pecuária, pois, segundo Malaquias e Santos (2020), poucas concessões foram autorizadas no início da Capitania de Sergipe para o cultivo de cana-de-açúcar – possivelmente Laranjeiras estava nessas

concessões. Junto com os primeiros colonos, chegaram também os primeiros africanos escravizados, e “assim a mão-de-obra negra escravizada passa a ser incorporada às atividades dos engenhos” (Costa, 2020, p. 92). Os cativos que chegaram à província eram de origem *bantu*, sendo a presença desse povo marcada pela “existência dos candomblés angola [sic], de instrumentos musicais (como a cuíca, o berimbau, o agogô), da capoeira e da forma samba [...]: Samba de Coco, Samba de Pareia – este último presente no Brasil, exclusivamente na Comunidade Quilombola Mussuca” (França, 2021, p. 80). Segundo Rangel (2021), o Samba de Coco também está presente na Mussuca, surgido “a partir de uma dissidência do Samba de Pareia [...] [e] praticado também sob liderança feminina [como o Samba de Pareia]” (Rangel, 2021, p. 10). A Mussuca também se utiliza de um tipo específico de cuíca denominada *porca*, o que indica também a sua origem bantu, segundo França (2021).

As tensões econômicas decorrentes da invasão e do domínio dos holandeses fizeram Laranjeiras passar por uma fase de destruição, mas, em razão do ponto estratégico, o porto foi mantido visando o escoamento marítimo (Santana, 2008; Costa, 2020; Miranda; Barbosa, 2021). É nesse período, por volta de 1637 e 1645, que se têm relato dos primeiros combates e fugas de negros organizados em mocambos, que inclusive foram denunciados às autoridades baianas pelos próprios proprietários (Costa, 2020; Miranda; Barbosa, 2021) – Sergipe Del Rey só se emancipou da Província da Bahia em 1820.

Durante a segunda metade do século XIX, a Província de Sergipe Del Rey apresentava os seguintes números de cativos e livres:

Quadro 1: Números de pessoas escravizadas entre 1850-1888 na Província de Sergipe Del Rey.

Ano	Livres ⁶	Escravizados	Total	% Escravizados
1850	163.696	55.924	219.620	25,5%
1851	166.426	56.564	222.990	25,4%
1854	100.192	32.448	132.640	24,5%
1856	101.383	32.741	134.124	24,5%
1869	230.000	50.000	280.00	17,9%
1872	153.620	22.623	176.243	12,8%
1888	283.112	16.888	300.000	5,6%

Fonte: Mott (1986 *apud* Almeida, 2017, p. 6).

⁶ A autora não deixa claro quem compõe a categoria *livres*. Entretanto, a partir do seu texto e de outros autores, essa categoria parece se referir aos trabalhadores livres, que desempenhavam algumas funções, sendo que o grosso do trabalho era reservado aos negros escravizados.

Segundo Almeida (2017) – baseando-se nos dados de Mott (1986 *apud* Almeida, 2017), os números de escravizados na Província de Sergipe Del Rey sempre foram elevados, considerando-se que era pequena do ponto de vista geográfico. À época da abolição, em decorrência talvez de uma transição lenta do processo escravocrata brasileiro (Costa, 2020), os números atingiram os menores percentuais, sendo 22.623 (12,8%) e 16.888 (5,6%) escravizados em 1872 e 1888 (Almeida, 2017). Segundos os dados de Amaral (2012), das sete localidades que compunham a capitania em 1858/1859, Laranjeiras era a que continha mais engenhos e mais cativos mesmo não sendo a maior em produção; Laranjeiras chegou a concentrar, durante o século XIX, cerca de 50% dos engenhos de açúcar da Província de Sergipe Del Rey (Miranda; Barbosa, 2021).

Não obstante, um problema talvez seja a diferença entre as informações apresentadas entre alguns autores em relação à quantidade de engenhos na cidade de Laranjeiras no século XIX em razão das fontes utilizadas, uma vez que os complementos *novo*, *de cima*, *de baixo* e o sufixo *-inho* se referiam à mesma propriedade – como *Brejo* e *Novo Brejo* –, mas que muitas vezes eram tratadas como engenhos diferentes (Amaral, 2012). Ou seja, era comum, nesse período, que propriedades fossem divididas entre herdeiros e/ou proprietários, recebendo um desses complementos, mas muitas vezes os cativos dessas propriedades não eram divididos também, inflando, falsamente, o número de escravizados. Por exemplo, se o “*Engenho*” tinha 40 africanos e era dividido, muitas vezes a divisão desses não era feita, fazendo com que o “*Engenho*” tivesse 40 escravizados e o “*Engenho de Cima*” também 40 escravizados – o que daria um número falso de 80 africanos em situação de escravidão.

Como consequência da fragmentação fundiária, alguns engenhos passaram a ser administrados por outros membros da parentela, ou por outras famílias (Amaral, 2012) ou ocupados por ex-escravizados que receberam “terras devolutas, doadas, herdadas ou produtos de luta” (Santos, 2019, p. 47-48). Para França (2021), a doação de terras para a formação de quilombos ocorreu como consequência da crise econômica vivida na região de Laranjeiras, que desmontou diversos engenhos; e foi nesse período que Maria Banguela, ex-escravizada, ganhou as terras da Mussuca:

Apesar de estar produzida na oralidade da comunidade, ela⁷ não reflete o início do povoado. [...] o quilombo hoje denominado Mussuca, teve início ainda nos tempos áureos da cana-de-açúcar e localizava-se entre as fazendas Pilar, Fonte Grande e Engenho Ilha. A história de maior recorrência dá conta de que Maria Banguela teria recebido as terras como doação de um senhor de engenho que a estimava. Ela, por sua vez, teria doado partes das terras a seus pares. Não há consenso na comunidade quanto a data da adoção das terras para Maria Banguela (Miranda; Barbosa, 2021, p. 7).

O nome da mulher que recebeu as terras aparece nas narrativas dos moradores ora como *Benguela* ora como *Banguela*. França (2021) comenta que essa alternância vocálica (*e/a*) pode se dar em razão de uma “defasagem fônica” que atinge as comunidades marginalizadas, como os quilombos, ou da ausente ou precária “assistência médico-odontológica que leva as pessoas a perderem parte da dentição” (França, 2021, p. 103). Contudo, o autor não trabalha com teoria linguística, sendo sua pesquisa no âmbito da educação, e por isso pode se dar essa má compreensão do fenômeno em questão. O fenômeno de alternância vocálica é muito comum em comunidades marginalizadas ou em pessoas com baixa ou nenhum grau de escolaridade.

O fenômeno em questão, na comunidade, pode se dar pela origem do termo, que se refere ao povo *Benguela*, da Angola, e que por alguma razão sócio-histórica que não aparece nos relatos dos moradores – no geral, são analfabetos –, passou a ser realizada também como *Banguela*. A concepção de “pessoa banguela” pode não ser verídica, principalmente porque a fundadora da comunidade à qual o termo se refere não tinha idade para ter perdido a dentição. Essa explicação, em França (2021), pode ter se originado do significado dicionarizado do termo.

Com as informações historiográficas de Mott (1986 *apud* Almeida, 2017) e as decorrentes de fontes orais coletadas por Miranda e Barbosa (2021), bem como as demais que já foram citadas, demonstra-se a presença de negros escravizados na região de Laranjeiras, particularmente na comunidade Mussuca. E, como afirma Mattos e Silva (2004, p. 17), “não se pode negar que a história das línguas passa necessariamente pela história demográfica de seus falantes”. Em outras palavras, o português falado na Mussuca carrega marcas da predominância de escravizados africanos na região durante os séculos de colonização; por isso a sua classificação como um português afro-

⁷ Os autores referem-se à história do assassinato do Senhor da Fazenda Ilha, a grande figura do senhor do engenho da população laranjeirense. Essa é reproduzida em versões diferentes pelos moradores e causou a revolta de pretos cativos e forros na região.

brasileiro – nos termos de Lucchesi (2009a, 2015). E a cultura é um elemento visível dessa presença africana na formação da comunidade, pois, como afirma França (2021):

A Mussuca insere-se com fluidez nesses marcos que definem o território negro, ou seja, as Comunidades Remanescentes de Quilombo: a) os seus moradores, ainda que, por via de matrimônio, possa haver exceções, descendem dos povos escravizados no Brasil; b) o lugar onde hoje se situa a Mussuca é ocupado por descendentes de escravizados/as desde, pelo menos, o século XIX; c) os modos de existência da comunidade em questão são singulares, encontrando-se nela práticas culturais exclusivas, como é o caso do Samba de Pareia. São essas práticas, costuradas pelos indivíduos a partir das condições que lhes foram/são apresentadas pelo entorno, que constituem os sujeitos e o território (França, 2021, p. 96).

O autor, comentando ainda alguns aspectos culturais da Mussuca, afirma que as práticas mantidas pelos mussuquenses são “necessariamente afrodiaspóricas” (França, 2021, p. 102). O afrodiaspórico diz respeito ao fato de que, mesmo distante temporal e geograficamente, as experiências dos mussuquenses não anulam os elementos de base africana. Assim, a conservação de tradições culturais como o *Samba de Pareia*, o *São Gonçalo* e o *Samba de Coco* – como dissidência do primeiro –, bem como a presença de três casas de cultos afro-brasileiros (Costa, 2020; Rangel, 2021) e o conhecimento do uso de plantas como algo medicinal e ritualístico, honrando seus antepassados (Miranda; Barbosa, 2021), são indicadores de uma comunidade remanescente de quilombo, ou de um *quilombo contemporâneo* (Anjos, 1999). Dessa forma, ainda que os moradores da Mussuca de Baixo questionem a origem quilombola da comunidade (Costa 2020), as práticas culturais são dados empíricos dessa origem e também indicam o caráter [+africanizado] da comunidade quilombola – nos termos de Santana, Araujo Freitag (2018a, 2018b).

As fotos abaixo são exemplos dessas manifestações culturais. Na imagem 1, o grupo de Samba de Pareia da comunidade é representado e as próprias vestimentas retratam o caráter africanizado da comunidade em razão da presença de cores fortes e vivas. Observa-se que o grupo é composto predominantemente por mulheres, sendo admitido homens apenas para o toque de instrumentos, pois, com comenta Rangel (2021), esse samba é praticado sob a liderança feminina. Na figura 2, homens e mulheres se misturam no samba de São Gonçalo, sendo a Mussuca o único local do qual se tem notícia no Estado de Sergipe que conserva essa prática. Da mesma forma, as

vestimentas remetem as celebrações das religiões de matriz africana, demonstrando a origem africanizada da prática.

Imagem 1: Grupo de Samba de Pareia da Mussuca.



Fonte: Sesc (2021, s.p.).

Imagem 2: Homem e mulher no São Gonçalo.



Fonte: Reinaldo Maneguim (*apud* Santana, 2008, p. 145).

Conforme reportagem do Sesc (2021), baseada em relatos orais, o Samba de Pareia “surgiu há mais de 300 anos entre os escravizados que trabalhavam nos canaviais. Hoje, ele é dançado por mulheres e conta com a presença de homens apenas como tocadores que sustentam o ritmo com dois tambores médio-graves e uma porca (cuíca)” (SESC, 2021, s.p.). Essa origem do Samba de Pareia faz dele uma prática [+afrodescendentes], [+africanizadas] e [+escravocratas] (Santana; Araujo; Freitag, 2018a, 2018b), e o protagonismo das mulheres nas rodas de Samba de Pareia pode ser um indicativo do que apontaram Torales *et al.* (2015) em sua pesquisa na comunidade: “destaca-se uma maior participação de indivíduos do sexo feminino, entre 18 e 79 anos de idade, com escolaridade de até o ensino fundamental e baixo nível de renda” (Torales

et al., 2015, p. 108). A maior participação do sexo feminino pode ser consequência também do fato da atividade de trabalho dos adultos e jovens do sexo masculino ser em “indústrias em cidades vizinhas ou em outros estados” (Torales *et al.*, 2015, p. 103) ou até pela origem da Mussuca, uma vez que foi fundada por Maria Banguela que “o liderou até a morte imprimindo respeito, autoridade, bravura, astúcia e resistência feminina” (Conceição, 2014, p. 2).

Torales *et al.* (2015) fizeram um trabalho que buscava discutir a qualidade de vida e a autoestima dos moradores das comunidades Patioba e Mussuca, em Sergipe. Para isso, aplicaram questionários com algumas famílias, tendo como critérios: ter mais de 18 anos, ser descendente de quilombolas e residir na comunidade. Conforme os dados de Torales *et al.* (2015), as famílias dessa região “fazem uso da agricultura de subsistência por meio de plantações de mandioca, milho, banana, goiaba. O excedente é comercializado nas feiras livres ou no próprio domicílio” (Torales *et al.*, 2015, p. 103), como apontam os participantes:

Part.: O povo aqui gosta [ininteligível] tem aquelas barras lá embaixo, um monte de mulher vendendo milho [...].

Doc.: De roça pequena mesmo...roça assim de...

Part.: É. [...]. Plantaram amendoim lá. O pessoal pediu pra plantar, aí eles liberaram, aí deram agora. Próximo ano quem vai botar é eu. [...]

Doc.: E esse pessoal planta pra vender ou planta pra consumir?

Part.: Alguns planta milho pra vender assim né? Agora outros plantam pra consumo (Participante 4).

Oxente me viro... pego carrinho de mão, compro... compro as macaxeira na... na caixa.... tava vendendo a do meu pai, que ele... tem uma roça aí. Como tá doente né? meio mundo de problema não se levanta mais... aí eu peguei vendi... saio, se viro. Boto aí no carrinho de mão e saio vendendo. E assim vô... já tenho meus cliente certo.... tô doente porque... num tem mais, acabou (Participante 3).

Além disso, trabalham também com atividades não agrícolas como a pesca de mariscos (Torales *et al.*, 2015; França, 2021), que, durante muito tempo, foi a atividade predominante na região:

Doc.: E você acha ((PIGARRO)) que as vida das mulheres aqui... a... a vida é difícil? pras mulheres?

Part.: Ah, minha fia, é.

Doc.: Mais do que pros homens?

Part.: Porque a gente aqui é tudo de pesca [ininteligível].

Circ.⁸: Os homem nem trabalha.
Part.: Os homem num trabalha não aqui?
Circ.: Nem trabalho pros homem.
Part.: A maioria (Participante 9).

A participante 9 faz referência à subsistência da comunidade oriunda da pesca de frutos do mar e à ausência de trabalho na comunidade para os homens, o que faz com que muitos saiam da Mussuca para trabalhar em outras localidades. De forma geral, percebe, então, que a estrutura social da comunidade é organizada da seguinte forma: os homens vão para o mercado de trabalho industrial e as mulheres se dividem nas tarefas do lar e nas atividades de plantação e de pesca de frutos do mar; sendo essa a razão das bases da comunidade serem comandadas por mulheres (Torales *et al.*, 2015).

Durante os anos de 2011 e 2012, as famílias que participaram da pesquisa como representantes da comunidade tinham a seguinte composição:

Quadro 2: Composição dos arranjos familiares da comunidade Mussuca.

Variáveis	n.	%
Composição Familiar		
Unifamiliar	156	69,0
Multifamiliar	70	31,0
Número de Residentes		
≤ 3 pessoas	103	45,6
4 pessoas	64	28,3
≥ 5 pessoas	59	26,1
Número de Filhos		
≤ 1 filho	80	35,4
2 filhos	51	22,6
3 filhos	35	15,5
≥ 4 filhos	60	26,5
Número de Filhos Residentes		
1 filho residente	119	52,7
2 filhos residentes	61	27,0
≥ 3 filhos residentes	46	20,4
Número de filhos menores		
1 filho menor	157	69,5
2 filhos menores	48	21,2
≥ 3 filhos menores	21	9,3

Fonte: Adaptado de Torales *et al.* (2015, p. 105).

⁸ Ao longo das entrevistas, há outras pessoas que participam das conversas, que serão nomeadas como “circundantes (Circ.)”.

Esses dados indicam que a comunidade quilombola Mussuca é, em sua maioria, composta por famílias unifamiliares, com menos de 4 pessoas e 2 filhos, sendo que algumas têm entre 1 ou 2 filhos que ainda residem com elas, sendo que a maioria possui 1 filho menor de idade (menos de 18 anos). Esse caráter unifamiliar da Mussuca ficou demonstrado também por Miranda e Barbosa (2021), uma vez que os autores detectaram que o conhecimento sobre os usos das plantas era passado de geração em geração, geralmente entre os membros das famílias: “o conhecimento sobre as plantas, Silvio [morador da Mussuca] adquiriu de sua mãe, desde a infância. Silvio repassa seus conhecimentos sobre plantas aos filhos e amigos” (Miranda; Barbosa, 2021, p. 16).

A estrutura unifamiliar do quilombo é percebida até mesmo do alto, pois, se olhado de cima, há, ao longo de todo o quilombo, pequenos “caminhos de formigas” (Santana, 2008) que indicam trilhas que interligam as casas e terrenos de parentes do mesmo núcleo familiar. Os *caminhos de formiga* são pequenas trilhas nas roças pelas quais transitam pessoas, sendo muito comuns nas zonas rurais, pois os próprios moradores fazem suas trilhas ao caminharem pelas roças. Essas pequenas veredas são “resultantes de formas alternativas de circulação pelo território, que remetem à Mussuca dos séculos anteriores, quando os caminhos não podiam nem deviam ser percebidos pelos de fora, reduzindo-se a trilhas muito estreitas” (Santana, 2008, p. 99). Sobre isso, o participante 1 faz um relato: “Não tinha estrada nem pra pedestre não tinha e... era dentro dos mato. A gente passava [ininteligível] que nem formiga ne roça e os mato cobrindo por cima, espinho, galho de pau” (Participante 1).

Baseando-se no modelo de *redes sociais*, que foi desenvolvido inicialmente por Milroy (1980), tendo como base o conceito de rede social da Antropologia, Bortoni-Ricardo (2005, 2021) pontua que, na análise do PB falado, o que mais importa são as relações sociais dos indivíduos – mesmo em comparação com o isolamento social ou geográfico (do *continuum* rural-urbano). Assim, a estrutura unifamiliar (Torales *et al.* 2015) e a intensa familiaridade dos moradores entre si (França, 2021) podem indicar uma rede social densa e multiplex, na qual os indivíduos se relacionam entre si de várias maneiras, o que pode fazer com que a comunidade seja mais refratária à normatização institucional (Bortoni-Ricardo, 2005, 2021; Lucchesi, 2015). No entanto, considerando que a avaliação da própria variedade linguística pelos falantes faz parte também da norma da comunidade (Labov, 2008; Lucchesi, 2015), pode-se perceber que, em razão

da saída da localidade por causa das apresentações do Samba de Pareia, os moradores mais velhos são influenciados pela avaliação negativa da concordância verbal, pois apresentaram altos índices desse tipo de concordância no estudo de Macêdo (2022).

França (2021) comenta que a Mussuca parece ser uma grande família, pois as relações entrelaçam os membros entre si, como indica também o participante 5:

Part.: Ih.... é um lugar que... todo mundo aqui é família.

Doc.: Já observei isso.

Part.: É tudo família. Em termo de parente, primo terceiro, segundo grau, quarto grau... quarto grau... São tudo parente. Inclusive até a maioria... não toda, mas são casado com primo aqui, entendeu? Inclusive eu casado a minha esposa é minha prima

Doc.: Sua prima? É mesmo? Prima, prima mesmo?

Part.: É, ela é prima... segunda. Através da vó dela, a vó dela me contava, aí chegou no parentesco. Ela ainda... faz eh... minha prima ainda.

Doc.: É, porque a comunidade é pequena, aí todo mundo...

Part.: É pequena, é (Participante 5).

Essa relação de uma “grande família” pode ser percebida também “nos modos como as crianças são cuidadas pela Comunidade, independentemente de serem filhas ou filhos de quem cuida delas; na permanência de brinquedos e brincadeiras mais tradicionais; nas forças dos seus grupos culturais e dos/as moradoras/es” (França, 2021, p. 101). Segundo o autor, é muito comum se ouvir na Mussuca que todos são parentes.

Sendo as *redes sociais* definidas como os diversos vínculos estabelecidos pelos indivíduos entre si, podem ser compreendidas de duas formas: i) *redes esparsas e uniplex*, na qual os indivíduos tendem a se orientar pela norma de prestígios institucional, com hipercorreção e uma intensa alternância de código, decorrente da baixa estima da cultural vernacular; ii) *redes densas e multiplex*: o indivíduo resiste aos valores dominantes, uma vez que há uma emergência de etnicidade e distinção de outros povos, ou seja, uma orientação para a identidade (Bortoni-Ricardo, 2005, 2011, 2021).

Tendo-se em vista as informações do quadro 2, apresentadas por Torales *et al.* (2015), bem como as de Miranda e Barbosa (2021), trabalhamos com a hipótese de que a comunidade quilombola Mussuca possui redes sociais densas e multiplex, uma vez que a maioria dos moradores nasceram e residem no quilombo; e mesmo aqueles que trabalham em algumas indústrias da região sempre retornam à comunidade. Torales *et al.* (2015) trabalham com duas comunidades quilombolas, Patioba e Mussuca, e não deixam claro se o trabalho nas indústrias se refere às duas. O participante 1 faz menção

a uma empresa que tinha sede na região e na qual trabalhou, e com base nisso, assumimos a presença de indústrias na Mussuca:

Part: Graças a Deus, o serviço todo foi lá [Trabalho no mesmo lugar até se aposentar].

Doc: Ah, então o senhor foi trabalhar na Leste.

Part: Na Leste, trabalhei. Logo, logo, o pessoal lá viu minha inteligência. Fiquei trabalhando de fiscal, fiscalizando o serviço da rede.

Doc: Hum...

Part.: Tinha firma que vinha, eu ia pa... pum... como fiscal. Fui aprovado na fiscalização (Participante 1).

Há alguns moradores que não nasceram na Mussuca, como Maria dos Santos (*apud* Miranda; Barbosa, 2021) que se mudou após o casamento; no entanto, esses moradores “de fora” abraçaram a cultura e a identidade da comunidade ao chegarem, podendo ser classificados como [+africanizados], ainda que sejam [-afrodescendentes] em sua maioria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de traçar um perfil (socio)linguístico da comunidade quilombola proporcionou a compreensão da formação do português brasileiro, em geral, e da variedade sergipana em questão, uma vez que é fundamental que se parta da história social de comunidades quilombolas para, partir daí, se propor descrições (Lucchesi, 2015; Callou; Lobo, 2020; Petter, 2020; Silva, 2023; Silva; Araújo, 2023). O artigo apresenta elementos que evidenciam a alegada origem afrodescendente da comunidade quilombola Mussuca (Laranjeiras/Sergipe), uma vez que a região recebeu muitos africanos e que a terra quilombola onde a comunidade está localizada foi doada a uma ex-escravizada; além de estar em uma micro e macrorregião que, desde o início do Brasil, recebeu africanos para trabalharem como escravizados.

O traço de afrodescendência é mantido pelos moradores da Mussuca de Cima através de práticas culturais deixadas pelos seus descendentes, colocando a comunidade dentro dos parâmetros de [-isolada], [+afrodescendente], [+africanizadas] e [+escravocrata], como postulados por Santana, Araújo, Freitag (2018a, 2018b). A preservação de práticas culturais africanizadas na Mussuca, como o Samba de Pareia e de São Gonçalo, não apenas sublinha a origem afrodescendente da comunidade, mas

também evidencia a influência contínua das tradições africanas na constituição de variedades linguísticas afro-brasileiras (Santana; Araujo; Freitag, 2018a, 2018b). Portanto, o presente trabalho, seguindo trabalhos anteriores (Lucchesi, 2015; Callou; Lobo, 2020; Petter, 2020; Silva, 2023; Silva; Araujo, 2023), reforça a importância da compreensão história da formação das regiões, principalmente quando se estuda comunidades quilombolas e/ou variedades formadas a partir de contatos linguísticos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Denilza Viana de. *Aspectos da escravidão urbana no Sergipe oitocentista: mercado, conflitos e poder local. (1850-1870)*. 2017. 33f. Artigo (Graduação em História). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe – Continguiaba, 1860-1900*. Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Projeto mapeamento dos remanescentes de quilombos no Brasil: sistematização dos dados e mapeamento (Versão Preliminar) – Relatório Técnico (mimeografado)*. Fundação Cultural Palmares – Minc. Brasília, 1997.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *A geografia, os negros e a diversidade cultural*. Florianópolis: Série O Pensamento Negro em Educação/Núcleo de Estudos Negros, 1998.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil: Primeira Configuração Espacial*. Brasília: Edição do Autor, 1999.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Cartografia e cultura - territórios dos remanescentes de quilombos no Brasil. *Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, p. 1-22, set. 2004.

BAGNO, Marcos. *A Norma Oculta: Língua & Poder na Sociedade Brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BICKERTON, Derek. *Roots of language*. Ann Arbor: Karoma, 1981.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemu na escola, e agora?* Sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola, 2005.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Português Brasileiro: a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2021.

CALLOU, Dinah; LUCCHESI, Dante. Panorama sociolinguístico do Brasil no século XIX. In: LOBO, Tânia; CALLOU, Dinah. (coord.). *História do Português Brasileiro: história social do português brasileiro: da história social à história linguística*. São Paulo: Contexto, 2020, p. 258-277.

CALLOU, Dinah; LOBO, Tânia (org.). *História do Português Brasileiro: História Social do Português Brasileiro: da História Social à História Linguística*. vol. 9. São Paulo: Contexto, 2020.

CONCEIÇÃO, Osvaldice de Jesus. *A polifonia na memória como potência da oralidade: o canto de D. Nadir, o relato de uma trajetória*. 2014. 105f. Dissertação (Mestrado em Artes da Cena). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

COSTA, Ramon Diego Fonseca. *Ensino religioso e cultura afro-brasileira: estudo de caso na comunidade quilombola Mussuca/Laranjeiras-Sergipe*. 2020. 163f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

COUTO, Hildo Honório do. *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FERREIRA, Carlota. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro. In: FERREIRA, Carlota et al. *Diversidade do português do Brasil*. Salvador: EDUFBA, 1984. p.21-32.

FRANÇA, Evanilson Tavares de. *O “Jeito que o Corpo Dá”*: práticas culturais e práticas curriculares numa roda de samba de pareia. 2021. 346f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

FUNDAÇÃO PALMARES. *Certidões Expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) publicada no DOU de 15/06/2021*. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/tabela-crq-completa-certificadas-15-06-2021.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2021.

HOLM, John. *Languages in contact: the partial restructuring of vernaculars*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008 [1972]

LUCCHESI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009^a, p. 44-73.

LUCCHESI, Dante. Introdução. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009b, p. 27-37.

LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedades partidas: a polarização sociolinguística no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, Dante. Por que a crioulação aconteceu no Caribe e não no Brasil? Condicionamentos sócio-históricos. *Revista Gragoatá*, Niterói, v. 24, n. 48, p. 227-255, jan.-abr. 2019.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

MACÊDO, Juliete Bastos. *Variação na concordância verbal de primeira e terceira pessoa do plural na comunidade rural afro-brasileira Mussuca – Laranjeiras/Sergipe: uma análise sociolinguística*. 2022. 176f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2022.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; *Ensaio para uma Sócio-História do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

MIRANDA, Fernando Goncalves; BARBOSA, Márcia Guimarães. *Memórias das Árvores: um estudo etnoarqueológico na Mussuca (Laranjeiras/SE)*. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/8021/2/Fernando_Gon%C3%A7alves_Miranda.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. *Revista USP*, São Paulo, n. 28, p. 56-63, fev. 1996. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28364>. Acesso em: 30 ago. 2021.

OLIVEIRA, Tânia Maria Saraiva de. O “marco temporal” da usurpação dos direitos indígenas. *Brasil de Fato*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/25/o-marco-temporal-da-usurpacao-dos-direitos-indigenas>. Acesso em: 30 ago. 2021.

PETTER, Margarida. Para uma história social das línguas africanas no Brasil. In: CALLOU, Dinah; LOBO, Tânia (org.). *História do Português Brasileiro: História Social do Português Brasileiro: da História Social à História Linguística*. vol. 9. São Paulo: Contexto, 2020, p. 126-155.

QUEIROZ, Sônia. *Pé Preto no Barro Branco: a língua dos negros da Tabatinga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

RANGEL, Marcelo. Resistência cultural, criatividade e desenvolvimento na comunidade quilombola Mussuca. *Anais do XVII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, Salvador, 27-30 jul. 2021. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/131920.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2021.

SANTANA, Regina Norma de Azevedo. *Mussuca: por uma arqueologia de um território negro em Sergipe D'El Rey*. 2008. 196f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SANTANA, José Humberto dos Santos; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; FREITAG, Raquel Meister Ko. Documentação do Português Falado em Comunidades Rurais Afro-Brasileiras de Sergipe: Patrimônio e Memória. *Palimpsesto*, Rio de Janeiro, nº 28, ano 17, p. 121-138, 2018a.

SANTANA, José Humberto dos Santos; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; FREITAG, Raquel Meister Ko. Documentação do Português Falado em Comunidades Rurais Afro-Brasileiras de Sergipe: procedimentos metodológicos. *Papia*, São Paulo, nº 28(2), p. 219-237, jul.-dez. 2018b.

SANTOS, José Augusto Menezes dos. *A luta do povo quilombola, Mussuca: organização política e resistência em Sergipe*. 2019. 128f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

SESC. *Líder e mestra do Samba de Pareia da Mussuca é destaque da 5ª Mostra Sonora Brasil Sesc*. Disponível em: <https://www.sesc-rs.com.br/noticias/lider-e-mestra-do-samba-de-pareia-da-mussuca-e-destaque-da-5a-mostra-sonora-brasil-sesc/>. Acesso em: 29 ago. 2021.

SILVA, Jacson Balduino. *Efeitos da mudança sintática na realização do sujeito pronominal no português da comunidade quilombola Mussuca*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2023.

SILVA, Jacson Balduino; ARAUJO, Silvana Silva de Farias. Aquisição de linguagem, contatos linguísticos e remarcação paramétrica no português do Brasil. *Organon*, Porto Alegre, v. 38, n. 76, jul./dez. 2023.

SILVA, Jacson Balduino; ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de. A transmissão linguística irregular como elemento da remarcação paramétrica do sujeito nulo. *Missangas: estudos em literatura e linguística*, Teixeira de Freitas, a. 4, n. 7, p. 51-72, jan./jun. 2023.

SILVA, Josimar Santana. *Participação Africana na Formação do Léxico do Português Angolano e Brasileiro*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, em andamento.

SILVA, Josimar Santana; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. Léxico de Línguas Autóctones Africanas Presente no Português Falado na Comunidade de Mussuca, no Estado de Sergipe. *XI Encontro de Sociolinguística: A Sociolinguística no Nordeste*, Online [Transmissão via Doity Play], UNEB/UEFS/UFS/IFBAIANO, 01 a 03 dez. 2021. (Comunicação oral).

TARALLO, Fernando. Sobre a alegada origem crioula do Português Brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. São Paulo: Contexto, 2018, p. 29-54.

TORALES, Andréia Poschi Barbosa *et al.* Características Familiares de Quilombolas no Nordeste Brasileiro. *Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde*, Campo Grande, v. 19, n. 3, pp. 101-109, 2015.

VOGT, Carlos; FRY, Peter. *Cafundó: A África no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006[1968].

Recebido em: 26/03/2024

Aceito em: 29/07/2024

Jacson Baldoino Silva: Doutorando, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), e Mestre em Estudos Linguísticos (PPGEL/UEFS). Graduado em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e respectivas literaturas (UNEB). Tem interesse nos estudos de sintaxe do Português, particularmente do Português Popular do Brasil, nas propostas de ensino de Língua Portuguesa e na análise de discurso de linha foucaultiana.

Norma Lucia Fernandes de Almeida: Doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2005) e professora titular da Universidade Estadual de Feira de Santana. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística, Linguística Histórica e Dialetoлогия, atuando principalmente nos seguintes temas: variação linguística, semiário - língua portuguesa - português brasileiro e mudança linguística.

Silvana Silva de Farias Araújo: Professora Titular-Plena na Área de Língua Portuguesa/Linguística do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), atuando em cursos de Graduação e de Pós-Graduação. É Doutora em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Tem experiência na área de Sociolinguística, investigando, principalmente, os seguintes temas: contatos linguísticos, fenômenos morfossintáticos, variedades linguísticas quilombolas e africanas do português.

Tradução do artigo “O mito urbano: um questionamento crítico do imaginário sociolinguístico das cidades como espaços de diversidade”

The translation of “The Urban Myth: A critical interrogation of the sociolinguistic imagining of cities as spaces of diversity”

Anderson Lucas da Silva Macedo
Universidade Federal Fluminense (UFF)
andersonlucasm@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6552-2200>

TRADUÇÃO

SCHNEIDER, Britta. The Urban Myth: A critical interrogation of the sociolinguistic imagining of cities as spaces of diversity. *Working Papers in Urban Language & Literacies*, n. 267, 2020. Disponível em: <https://www.kcl.ac.uk/working-papers-in-urban-language-literacies>.

APRESENTAÇÃO

O artigo original, intitulado "The Urban Myth: A critical interrogation of the sociolinguistic imagining of cities as spaces of diversity", de Britta Schneider (professora da Universidade Viadrina, Alemanha) é uma investigação detalhada sobre a dinâmica das línguas e variedades linguísticas em diferentes contextos geográficos e sociais. Schneider explora como os fatores históricos, sociais, financeiros e políticos influenciam a homogeneidade e heterogeneidade linguística nas cidades e zonas rurais. Sua pesquisa desafia percepções comuns e tradicionais e oferece uma nova perspectiva sobre a interação entre língua e espaço, contribuindo significativamente para o campo da sociolinguística.

A tradução deste artigo para o português (que foi bastante desafiadora) teve como objetivo tornar acessíveis as importantes reflexões de Schneider para a comunidade científica brasileira. Durante o processo de tradução, foi necessário um cuidado especial

para manter a precisão dos conceitos e a clareza da argumentação original. Esta tradução visa não apenas disseminar o conhecimento, mas também fomentar novas discussões e pesquisas no Brasil sobre a relação entre língua, sociedade e espaço geográfico. Acreditamos que a tradução deste trabalho enriquecerá o debate acadêmico e incentivará os linguistas brasileiros a (re)considerarem suas percepções sobre a heterogeneidade linguística em diferentes contextos.

O mito urbano: um questionamento crítico do imaginário sociolinguístico das cidades como espaços de diversidade

Britta Schneider
(Universidade Viadrina)

RESUMO

Este artigo questiona criticamente o foco em "cidade" que tem caracterizado grande parte da pesquisa sociolinguística vigente. Além da incerteza sobre como definir "cidade", a suposição de que a densidade demográfica e a proximidade territorial dos usuários de diferentes recursos linguísticos (como é típico das cidades) necessitem de padrões linguísticos baseados no contato, nem sempre é plausível. O artigo apresenta teorias da antropologia linguística a respeito da relação entre língua, espaço social e criação de lugares. Essas teorias indicam que são as economias políticas particulares e as práticas institucionais relacionadas que causam as redes de interação e, portanto, contato - ou não contato - entre falantes de línguas diferentes, e não a proximidade territorial. Na terceira seção, apresentamos dados empíricos de diferentes contextos sociogeográficos que demonstram que os locais rurais podem ser bem diversificados, enquanto os contextos urbanos, apesar de apresentarem diversidade estatística, têm potencial para reproduzir padrões de homogeneidade em contextos específicos (o que implica que o termo "diversidade" deve ser especificado em relação a diferentes escalas sociais, como espaços sociais concebidos territorialmente, redes sociais ou práticas individuais). De modo geral, enfatizamos que (a) "a cidade" é um conceito nebuloso, cujos efeitos sobre a prática linguística precisam ser verificados empiricamente; (b) se entendemos por cidade ambientes densamente povoados que são discursivamente construídos como centros culturais da atividade econômica globalmente conectada (e que, nesta função, atuam como modelo cultural), podemos mostrar que tais lugares não só têm potencial para diversidade cultural e linguística, mas também podem fomentar padrões de segregação social e linguística; (c) uma construção acrítica das cidades como lugares onde a mistura linguística e o contato cultural ocorrem "por natureza" está epistemologicamente relacionada às ideologias linguísticas modernistas. Aqui, a pertença territorial é

normalmente concebida como definidora do uso da língua. Assim, além da atrativa "aura" (Spitzmüller, 2019) que conceitos como urbanidade e cidade implicam para os pesquisadores que os estudam, a celebração da "cidade" corre o risco de reproduzir paradigmas modernistas e essencialistas em menor escala, podendo apagar reproduções de homogeneidade - com as quais os acadêmicos podem estar cúmplices.

1- A Cidade como centro de diversidade sociolinguística: Problemas conceituais e apagamentos empíricos

A sociolinguística como disciplina, desde o seu início, tem uma inclinação particular para o estudo das línguas em ambientes urbanos. Do famoso estudo de Labov em uma loja de departamentos (Labov, 1972) aos trabalhos atuais sobre bairros superdiversos (por exemplo, Blommaert, 2013), o interesse pela diversidade linguística e sua relação com a estrutura social frequentemente se entrelaça com a ideia de que as cidades, com sua complexa estrutura populacional e potencial específico para contato linguístico, são lugares ideais para estudar as línguas em uma sociedade diversificada. Nas últimas décadas, o entusiasmo pela "língua na cidade" gerou um grande número de conferências, livros e artigos que, de uma forma ou de outra, tácita ou abertamente, focam os contextos urbanos como chave para a realização de pesquisas de ponta (Smakman e Heinrich, 2018b) e para o desenvolvimento de modelos inovadores de variação e mudança linguística, mistura e reconfigurações linguísticas como metalinguismo ou translíngua (ver, por exemplo, Canagarajah, 2013; Creese e Blackledge, 2010; García e Wei, 2014; Jørgensen *et al.*, 2011; Pennycook e Otsuji, 2015). No entanto, como argumentarei neste artigo, permanece notoriamente vago o que realmente constitui "uma cidade" e, em segundo lugar, não está claro como o espaço urbano está relacionado aos padrões de contato linguístico. Ao mesmo tempo, a celebração da diversidade urbana corre o risco de apagar o fato de que esta demografia tem o potencial não apenas de possibilitar o contato linguístico, mas também pode, ao mesmo tempo, implicar segregação social e, portanto, isolamento linguístico e reprodução de formas linguísticas homogêneas. Ambos os padrões de diversidade e segregação fazem parte da composição sociolinguística urbana e sua existência está relacionada às estruturas da economia política, ou seja, práticas econômicas, discursos sociopolíticos relacionados e respostas institucionais, que é a afirmação central deste artigo.

Primeiramente, farei uma breve introdução ao discurso sociolinguístico atualmente popular sobre "línguas na cidade". Em seguida, apresentarei alguns trabalhos de geografia humana que demonstram porque o conceito espacial de "cidade" não é fácil de definir e oferecerei "insights" de teorias antropológicas linguísticas sobre a relação entre língua, espaços sociais e construção de lugares. Essas teorias argumentam que não é o espaço que impacta a língua, mas sim que as ideologias linguísticas atuam como mediação entre espaços sociais (imaginados como ligados ao lugar em uma era nacional), redes interacionais reais e práticas¹ linguísticas. Na terceira parte do artigo, apresentarei diferentes conjuntos de dados empíricos que ilustram como ambientes menores podem ser muito diversos, enquanto contextos urbanos têm potencial para práticas de segregação e homogeneidade (e talvez até mais do que os contextos rurais).

Tanto a presença de recursos linguísticos diversos em um lugar quanto o uso de formas homogêneas estão relacionados a histórias político-econômicas específicas, pois tanto o contato quanto o isolamento linguístico dependem de redes interacionais reais e da vida real. Essas redes estão interligadas com histórias político-econômicas e mediadas por ideologias linguísticas. Com base nisso, argumento, na quarta seção, que, para entender os padrões de contato linguístico ou de manutenção da língua (dentro ou fora das cidades), devemos evitar o argumento simplista de que "a cidade é diversa". Em vez disso, devemos estudar discursos sociopolíticos, incluindo aqueles que co-constroem "a cidade", as ideologias linguísticas associadas (que nós, enquanto linguistas, co-produzimos) e as redes interacionais reais que emergem em relação a elas. O entusiasmo pela "cidade" na sociolinguística é parcialmente explicável em termos da "aura" (Spitzmüller, 2019) que esse construto socioeconômico, como centro cultural, político e econômico, carrega.

2- Questionando a cidade como conceito e uma visão linguístico-antropológica da língua e da criação de lugares

¹ Uso o conceito de rede para me referir aos laços sociais dos indivíduos, que entendo estar intimamente associado ao conceito de comunidades de prática (veja, por exemplo, Holmes e Meyerhoff 1999). Quero focar conceitualmente os eventos de interação reais em que os falantes estão envolvidos, que considero como ocorrendo em redes interacionais e, portanto, prefiro aqui o termo rede ao termo comunidade de prática.

Atualmente, em muitos discursos sociais, é comum encontrar citações que afirmam que "vivemos agora em uma 'era urbana' porque, pela primeira vez na História, mais da metade da população mundial supostamente vive em cidades" (Brenner; Schmid 2014b, p. 731). Em grande parte das pesquisas sociolinguísticas recentes, os efeitos do desenvolvimento urbano são recebidos com entusiasmo, pois as cidades são celebradas como centros de diversidade linguística e contato linguístico-criativo: "Sociolinguisticamente, as cidades sempre foram lugares extraordinários. As pessoas da cidade entram em contato diário com estranhos que têm diferentes sistemas de crenças, normas de comportamento, rituais cotidianos e práticas linguísticas" (Smakman; Heinrich 2018a, p. 4). Também se argumenta, por exemplo, que o multilinguismo urbano é "um espaço criativo de criação linguística onde as regras e os limites são ultrapassados e alterados" (Pennycook; Otsuji 2015, p. 16) e, de modo mais geral, que "o crescimento da cidade tem sido fundamental para o desenvolvimento dos seres humanos" (ibid.: 141). Além das posições muitas vezes acríticas em relação ao papel dos centros urbanos na exploração capitalista mundial, nos danos ambientais e nas histórias de opressão colonial em muitos desses textos, como sociolinguistas, queremos entender como as construções sociais - entre elas, a cidade - e o uso linguístico se relacionam. Portanto, devemos considerar que há também outras tradições de estudo da língua na cidade, por exemplo, na dialetologia urbana. Nesse caso, foi sugerido que os falantes das cidades podem ser mais orientados para os padrões normativos do que os das áreas rurais (por exemplo, Kallmeyer 1987). Isso ilustra o papel das cidades no estabelecimento ou na reprodução da homogeneidade, que ficou um pouco fora de foco no atual louvor à diversidade multilíngue. Para compreender melhor a relação entre os lugares urbanos e a diversidade linguística, precisamos perguntar se a cidade é o que faz com que as pessoas interajam umas com as outras e se essas interações estão intrinsecamente ligadas à geração de mudanças nas regras e nos limites ou ao surgimento de formas fluidas.

Para entender o conceito socioespacial da cidade, é interessante considerar a disciplina da geografia humana, que se preocupa essencialmente com o estudo da construção de lugares humanos, tanto em termos discursivos quanto práticos. A geografia humana contemporânea está intimamente relacionada com a antropologia cultural e tem uma sólida tradição de estudar construções espaciais como vilas, cidades ou nações (para uma introdução, veja, por exemplo, Jonas, McCann e Thomas, 2015). Nestes estudos

socialmente orientados da construção de lugares humanos, o espaço é descrito como “a matéria-prima para a construção, pelas sociedades humanas, da paisagem ou, mais abstratamente, do lugar” (Johnstone 2009, p. 8) e “é através de modos de falar que surgem e evocam conjuntos particulares de ideias que as pessoas passam a compartilhar ou tentar impor ideias sobre o que os lugares significam e como se comportar neles.” (ibid. 11)². Esses ‘conjuntos de ideias’ sobre o lugar estão relacionados a discursos sociopolíticos sobre a ordem social que, se se tornarem dominantes, são materializados em instituições (por exemplo, fronteiras, passaportes, políticas linguísticas, currículos escolares, etc.). Acadêmicos preocupados com o estudo de culturas espaciais, portanto, argumentam que o espaço geográfico é “mediado por práticas políticas” (Gal 2009, p. 33).

O discurso sobre o urbano na geografia humana é complexo e contestado, e este artigo não é o lugar para apresentar todas as diferentes posições nesses debates disciplinares. Todavia, é seguro dizer que não há uma definição consensual sobre o que constitui, de fato, 'uma cidade'. Na realidade empírica, as definições governamentais de cidades divergem fortemente. Assim, segundo Brenner e Schmid (2014), 109 estados membros da ONU aplicam apenas critérios administrativos (por exemplo, a presença de instituições particulares), mas o tamanho da população é irrelevante. Em contrapartida, em 98 estados membros da ONU, o tamanho da população é o único critério, sendo que os números reais para definir 'urbanidade' diferem. Neste caso, o número de habitantes varia de 100 (Uganda) ou 200 (Islândia, Suécia) a 10.000 em Benim e Itália (veja ibid.: 741). Isto posto, é interessante observar que, no discurso sociológico, as cidades têm sido definidas com base em sua posição nas redes econômicas globais, como locais centrais no desenvolvimento de mercados e comércio (Sassen, 1994)³, mas não em termos de suas características geográficas, arquitetônicas ou demográficas.

Além dessas diferentes abordagens para definir a urbanidade, a questão que distingue os lugares rurais e urbanos não está resolvida. Porém, é certo que "as formas como conceituamos 'urbano' e 'rural' são fortemente condicionadas por uma série de discursos (institucionais, públicos, da mídia)" e que esses discursos são "profundamente

² Observe que alguns estudiosos conceituam a relação entre esses dois termos de forma inversa, de modo que o espaço é descrito como o elemento socialmente construído e o lugar como concreto e material (Smith; Low, 2006).

³ Consulte <https://worldmap.harvard.edu/maps/europeoutlinemap> sobre a ligação das rotas comerciais e cidades do Império Romano à Idade Média na Europa, que ilustra as inter-relações das redes de comércio e o desenvolvimento da urbanidade na história europeia.

ideológicos" (Britain 2017, p. 171). Há uma teoria da geografia humana que problematiza a dificuldade conceitual de distinguir urbanidade e ruralidade, trata-se do conceito de "urbanização planetária" (ver, por exemplo, Brenner e Schmid 2014a, Derickson 2015, Merrifield 2012). Aqui, a urbanização é equiparada ao desenvolvimento capitalista e às redes econômicas resultantes. Argumenta-se que todos os lugares (tanto urbanos quanto rurais) são nós em um processo de urbanização hiper-redeado e abrangente. O que antes era conceituado como "rural" é aqui descrito como o "backoffice" da sociedade urbana que fornece, por exemplo, comida ou relaxamento para a clientela urbana (Derickson 2015, p. 648).

Essa situação de urbanização planetária significa, paradoxalmente, que até mesmo os espaços que estão muito além dos núcleos urbanos tradicionais e das periferias suburbanas - desde as rotas marítimas transoceânicas, as redes rodoviárias e ferroviárias transcontinentais e as infraestruturas de comunicações mundiais até os enclaves turísticos alpinos e costeiros, os parques "naturais", os centros financeiros offshore, as zonas de captação agroindustrial e os antigos espaços "naturais", como os oceanos, os desertos, as selvas, as cadeias de montanhas, a tundra e a atmosfera do mundo - tornaram-se partes integrantes do tecido urbano mundial (Brenner; Schmid, 2011, p. 13).

Sem nos aprofundarmos nas vantagens e desvantagens conceituais dessa ideia (e aqui ignorando o problema do que distingue a urbanização planetária da boa e velha globalização⁴), podemos argumentar que a fronteira entre urbano e rural é instável. Além disso, uma visão crítica sobre a relação entre ambientes mais e menos densamente povoados, entendendo que essas relações constituem uma rede, abre nosso olhar para o fato de que pequenas moradias raramente são autossuficientes e isoladas, mas estão profundamente integradas às economias políticas globais. Muitas vezes, essa integração de ambientes não urbanos implica mobilidade, diversidade e contato (mostrado, por exemplo, no trabalho de Britain sobre padrões linguísticos em ambientes rurais, como exemplificado abaixo e apresentado em Britain, 2019), de modo que a dicotomia urbano-rural é conceitualmente importante, mas não necessariamente indicativa do comportamento linguístico. Como Britain argumenta, embora possa haver tendências diferentes em áreas urbanas e rurais, não devemos superestimá-las.

⁴ Agradeço a David Britain por apontar esse problema com a noção de "planetarização urbana".

[...] poderíamos encontrar tendências fortes com bastante razoabilidade (por exemplo, a difusão de inovações linguísticas se originando em áreas urbanas; redes mais fracas encontradas em metrópoles heterogêneas e móveis; forças linguísticas conservadoras sendo mais evidentes em áreas rurais). No entanto, precisamos simplesmente reconhecer que essas são apenas tendências. Os tipos de redes sociais fortes que muitas vezes são usados para justificar o conservadorismo linguístico rural podem estar presentes em áreas urbanas. Afinal, os modelos de rede social em sociolinguística, e especialmente o papel das redes fortes na manutenção da língua e do dialeto, basearam-se em grande parte em pesquisas em grandes centros urbanos, muitas vezes partindo do conceito da "aldeia urbana" (Milroys) (Britain, 2009, p. 232).

Para entender as práticas linguísticas atuais, no entanto, não basta dizer que também podemos encontrar diversidade nas aldeias. Como a antropologia linguística demonstrou de forma convincente, a coabitação territorial não é necessariamente um fator que explica fenômenos de interação ou contato. Um observador pioneiro do fato de que, mesmo onde há interação de pessoas que vivem "lado a lado", a segregação social pode levar à evitação de adaptações linguísticas, é Gumperz, que argumenta que...

Em sociedades altamente estratificadas, falantes de línguas minoritárias ou dialetos tipicamente vivem lado a lado, comerciando, trocando serviços e muitas vezes mantendo contato social regular como empregador e empregado ou patrão e servo. No entanto, apesar desse contato, eles tendem a preservar suas próprias línguas, sugerindo a existência de normas sociais que limitam a liberdade de comunicação. A compartimentalização reflete essas normas sociais (Gumperz, 2001 (1968), p. 72).

Para aprofundar ainda mais a compreensão de como as economias políticas, os conceitos sociais e a prática linguística interagem e impactam na 'compartimentalização' ou no contato, recorro ao trabalho da antropologia linguística sobre ideologias linguísticas. Aqui, foram desenvolvidas teorias sobre a relação entre língua, espaço social e criação de lugar que argumentam que as ideologias linguísticas mediam entre construções sociais mais amplas, imaginações de lugar e a interação e uso linguístico reais (Gal, 2009; Gal; Woolard 2001; Irvine; Gal, 2009). Isso implica que economias políticas específicas e as práticas institucionais relacionadas interagem com o surgimento de ideologias linguísticas. Juntas, essas ideologias influenciam a formação de redes de interação e, conseqüentemente, o contato (ou a falta de contato) entre falantes com

diferentes recursos linguísticos. Semelhante às afirmações de Gumperz mencionadas anteriormente, nessas teorias, a proximidade territorial não é vista como o fator principal para o contato linguístico e mudança, nem para a formação de comunidades e homogeneidade linguística. Ao contrário, as construções sociopolíticas moldam as comunidades sociais, e estas têm uma relação dialética com as ideologias linguísticas (que, por sua vez, influenciam o comportamento linguístico). As construções sociopolíticas/ideológicas e linguísticas da comunidade implicam relações específicas com o espaço geográfico real. Por exemplo, nas epistemologias nacionais, as comunidades são consideradas linguisticamente homogêneas e residindo em um único território. A ideia de que territórios abrigam usuários dos mesmos recursos linguísticos e que a compartimentalização linguística se baseia na compartimentalização territorial (e não, por exemplo, na desigualdade social) é, portanto, um conceito ideológico linguístico específico, entrelaçado com os conceitos de comunidade da era do Estado-nação.

No contexto ocidental, a construção sociopolítica do Estado-nação como unidade étnica, política e territorial é crucial para compreender as ideologias linguísticas dominantes, e frequentemente naturalizadas, nos discursos sociais hegemônicos da atualidade. Esses discursos, tipicamente, não questionam a imaginação dos Estados-nação como entidades monolíngues. Mesmo no discurso acadêmico, é comum encontrar a suposição acrítica de que o mundo está "naturalmente" dividido em nações, sendo estas conceitualizadas como residentes em territórios claramente demarcados e como possuidoras de cultura e idioma claramente identificáveis. Essa falácia epistemológica é hoje referida como nacionalismo metodológico (Wimmer; Schiller, 2002). Em muitas abordagens das ciências sociais e linguísticas, o desenvolvimento histórico da suposta homogeneidade das nações não é explicado de forma detalhada, e pressupõe-se que a diversidade, mas não a homogeneidade, requer explicação (o que é questionado criticamente, por exemplo, por Pennycook 2010). A ideia de que o mundo consiste em categorias socioespaciais delimitadas e inequívocas faz parte das epistemologias modernas ocidentais, que, mesmo diante de realidades sociais complexas, têm a tendência de construir categorias discursivas sólidas e inequívocas, minando a processualidade, as relações transterritoriais, a ambivalência e a mudança ao longo do tempo (sobre epistemologias da modernidade e da modernidade tardia, ver, por exemplo, Bauman, 2012, Beck, Bonss e Lau, 2003, Schneider, 2017a).

Na construção socioespacial modernista da nação, as ideologias linguísticas do monolingüismo são um elemento intrínseco. Assim, o nexos “one nation-one territory-one language” constrói uma relação particular entre língua, grupalidade e território, que é um discurso que tem sido extraordinariamente bem-sucedido tanto nas esferas sociais quanto acadêmicas (para perspectivas desconstrutivistas sobre isso, veja, por exemplo, Heller e Duchêne, 2012, Irvine e Gal, 2009, Makoni e Pennycook, 2007). Em outras palavras, na era do nacionalismo, encontramos uma ideologia de grupalidade que está vinculada a uma construção de lugar territorial, onde esse lugar é entendido como ligado a um tipo particular de prática linguística. Essa ideologia linguística faz a mediação entre a construção sociopolítica da nação e a prática linguística real (veja Gal, 2009, para uma análise muito mais elaborada dessas relações, metáforas conceituais e formas alternativas de imaginar relações entre laços sociais e territórios geográficos).

Considerando tais perspectivas, fica claro que não há uma conexão direta entre espaço territorial e língua. No estudo de língua e sociedade, lidamos com a relação entre construtos sociopolíticos, potencialmente espaciais, e atividades, ideologias e práticas de língua. E, particularmente em contextos culturais contemporâneos, tardios e pós-nacionais, é bastante óbvio que o acesso aos recursos linguísticos não seja explicável apenas pelo local de residência. Portanto, mesmo que eu more na mesma rua, ou, no caso de um prédio, no mesmo edifício que indivíduos que usam recursos linguísticos diferentes dos meus, isso não significa que eu interaja regularmente com eles, a menos que nos encontremos em contextos institucionais (por exemplo, escola) ou por motivação particular (por exemplo, comunidades de prática específicas) (veja Stevenson 2017 para um estudo sobre a diversidade linguística na escala de um prédio de apartamentos em Berlim⁵). As práticas individuais de interação dependem das redes sociais das quais os falantes participam, não do ambiente territorial em que vivem. Curiosamente, se assumirmos que as redes sociais (no entendimento tradicional do termo segundo Milroy, 1987) definem o uso individual da língua, localidades geográficas com densidade

⁵ Outro nível que talvez precise ser considerado são os conceitos culturais sobre o comportamento linguístico em ambientes públicos entre estranhos. As expectativas sobre como os vizinhos conversam entre si diferem de acordo com o contexto (e podem ser diferentes em diferentes ambientes culturais, bairros ou casas) - minhas observações podem ser influenciadas por viver em um ambiente em que a comunicação entre vizinhos é normalmente limitada a uma palavra de saudação ou a um aceno com a cabeça. Foi sugerido que esse comportamento é típico da vida na cidade (Simmel 1903), mas seria necessário um estudo empírico para confirmar isso.

demográfica elevada podem ter ainda mais potencial para compartimentalização e segregação social do que moradias menores. Há um maior potencial para redes segregadas e socialmente especializadas onde há mais pessoas, mais locais de encontro (por exemplo, bares ou restaurantes que representam estilos de vida específicos) e mais instituições como escolas (por exemplo, com conceitos educacionais específicos) ou clubes comunitários.

Embora possa haver apenas uma escola, um “pub” e uma igreja em um vilarejo, em um contexto urbano um indivíduo pode escolher entre diferentes instituições desse tipo. Dessa forma, em ambientes urbanos, um indivíduo pode ter acesso a redes mais numerosas, mas também mais especializadas. Ainda que isso aumente a diversidade em termos de quantidade de redes diferentes e a probabilidade de indivíduos participarem de redes distintas, cada rede possui maior potencial de uniformidade. Para ilustrar isso com um exemplo, podemos pensar em um “pub” em um vilarejo, onde todos os moradores se encontram. Já os pubs nas cidades costumam ser diferenciados de acordo com a idade, classe social e estilo de vida da clientela. Portanto, faz sentido distinguir cuidadosamente as observações sobre diversidade em relação às perspectivas territoriais, práticas individuais, formação de rede e convenções de rede.

No geral, isso demonstra que, embora o espaço físico, concreto não defina a afiliação e prática linguística, as construções discursivas de lugar são fundamentais para a compreensão das ideologias linguísticas. Além das construções de urbanidade e ruralidade, o conceito territorial do Estado-nação desempenha um papel particularmente relevante. Em muitos contextos discursivos e práticos, concepções nacionais de grupo e práticas linguísticas tradicionais orientadas para a nação são centrais para o surgimento ou a reprodução de laços de rede. Isso é válido mesmo quando os grupos nacionais não residem no território nacional “original”. Foi demonstrado, por exemplo, que a origem nacional comum é frequentemente central para o estabelecimento de redes de migrantes (veja, por exemplo, Bauer e Zimmermann, 1997). Em relação à língua, essas redes de migrantes podem ter atitudes nacionalistas e conservadoras, avaliando negativamente suas próprias práticas, frequentemente afetadas pelo contato linguístico, e de acordo com os padrões nacionais tradicionais existentes no país de origem (para um exemplo de falantes de turco na Holanda, veja Doğruöz e Gries, 2014). De modo geral, as construções de lugar continuam sendo centrais nos discursos de pertencimento, e os indivíduos muitas

vezes se sentem emocionalmente ligados a lugares específicos (ver, por exemplo, Scannell e Gifford 2010). No entanto, em uma era de mobilidade e práticas comunicativas transnacionais, as redes territorialmente fundamentadas e as construções sociopolíticas de pertencimento nacional ou étnico interagem cada vez mais com outros tipos de construções sociais, como, por exemplo, práticas relacionadas ao trabalho, interesses de estilo de vida (o que Blommaert, 2018, chama de 'comunidades de conhecimento'), religião ou comércio, mas também laços familiares transnacionais e multiétnicos. Normalmente, isso resulta em policentricidade, ou seja, múltiplos pontos de orientação de prestígio (ver, por exemplo, Blommaert, 2010), onde não apenas a fala das elites nacionais é considerada como modelo. Isso não significa, entretanto, que os discursos tradicionais de pertencimento se dissolvam e, em alguns casos, podem se tornar ainda mais fortes, como reação aos padrões de globalização ou por causa de seu emaranhado com outras construções de hierarquia social, como ordens sociais racistas ou baseadas em classes (ver, por exemplo, o aumento do sentimento nacionalista na maioria das sociedades europeias globalizadas).

Em vez de uma projeção simplista da cidade como um espaço de diversidade, a consideração dos laços de rede, locais e não locais, seu fundamento político-econômico e as ideologias linguísticas associadas permitem uma compreensão mais complexa da diversidade linguística (por exemplo, em um lugar, em uma rede e nas práticas de falantes individuais). A seguir, apresento quatro exemplos que ilustram que, em primeiro lugar, a interação nas redes e as ideologias linguísticas explicam padrões de contato linguístico (independentemente do tamanho da moradia) e que, em segundo lugar, essas redes interacionais e ideologias linguísticas estão relacionadas à economia política. Os exemplos vêm de um ambiente rural (uma vila em Belize, América Central), dois considerados urbanos (Berlim e Colônia, Alemanha) e um exemplo de uma comunidade transnacional e desterritorializada. Vemos aqui que a diversidade é bem possível em moradias pequenas, enquanto a demografia urbana, além dos padrões de diversidade e fenômenos de contato linguístico realmente existentes, pode ter um potencial particular para segregação social e forma homogênea. Os exemplos servem como ilustrações e não devem ser entendidos como estudos completos (embora o exemplo 1 e 3 sejam baseados em projetos maiores, aos quais se faz referência nas respectivas seções).

3. Estudos intersetoriais de língua, lugar e economia política

3.1 Heterogeneidade em um povoado: Efeitos da urbanização planetária

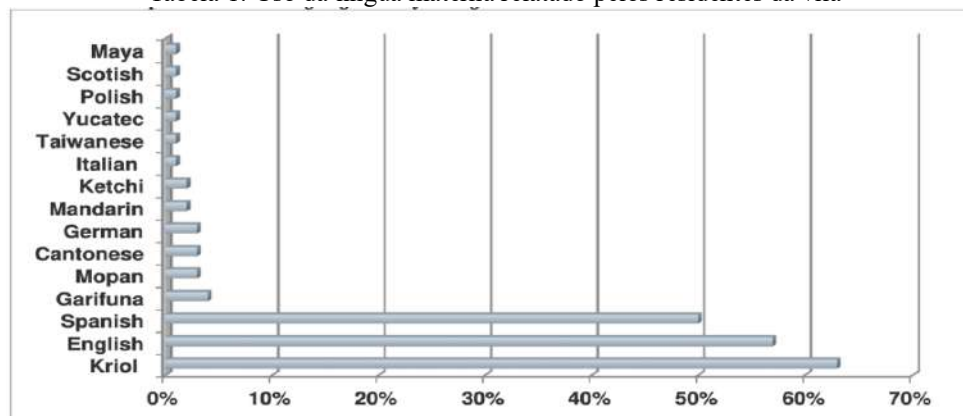
O primeiro exemplo para ilustrar as inter-relações entre economias políticas, ideologias linguísticas e lugar é baseado em um estudo etnográfico conduzido em Belize, América Central. A pesquisa de campo foi realizada principalmente em uma vila situada em uma pequena ilha com 1.500 a 2.000 habitantes, dependendo da estação (é um ambiente turístico com trabalhadores sazonais) e ocorreu por três meses em 2015 e duas semanas em 2017. Foi acompanhado por observações em ambientes online de Belize (mídia tradicional (TV, rádio) e mídia social) de 2012 a 2019. Belize é um ambiente altamente multilíngue onde o uso de línguas e o pertencimento étnico não são congruentes, pois a maioria das famílias é transculturalmente heterogênea. Isso faz com que muitos indivíduos não possam ser claramente identificados - ou se identifiquem - como pertencentes a um determinado grupo étnico. É comum que os indivíduos usem recursos linguísticos que os linguistas classificariam como pertencentes a três ou quatro idiomas diferentes diariamente. O objetivo do estudo geral era entender os padrões de uso da língua e as ideologias linguísticas onde as línguas⁶ e a pertença étnica não se relacionam de maneira direta. Isso é concebido como acessar a construção da ligação entre o linguístico e o social e para entender como as línguas são discursivamente construídas onde conceitos nacionais de ordem social e linguística não são hegemônicos (Schneider, 2017b, c e Schneider, 2019, para detalhes sobre o embasamento metodológico e teórico).

Do ponto de vista linguístico, a vila é altamente diversificada. Com base em questionários aplicados aleatoriamente a 10% da população nas ruas, que solicitavam o uso de línguas em diferentes domínios (família, amigos, trabalho) e incluindo apenas

⁶ Observe que o termo língua é usado aqui para se referir a construções discursivas que evoluem em processos históricos de discurso; consulte também, por exemplo, Le Page & Tabouret-Keller 1985, Makoni & Pennycook 2007 (sobre a noção relacionada de translíngua, consulte, por exemplo, Canagarajah 2013, García e Wei 2014; para uma discussão crítica, consulte Jaspers 2017).

peessoas que vivem permanentemente na ilha, pode-se afirmar que a maioria dos residentes usa recursos linguísticos classificados como provenientes de mais de uma língua.

Tabela 1: Uso da língua materna relatado pelos residentes da vila



Como podemos explicar esse grau de diversidade em uma pequena aldeia? É evidente que a diversidade linguística não é algo particular das cidades. A formação particular da presença de recursos linguísticos neste local é explicável em relação à macroestrutura político-econômica. Apresentarei brevemente alguns dos eventos e processos políticos e econômicos relacionados à presença de recursos linguísticos diversos neste contexto, o que também explica por que existe intenso contato linguístico entre vários grupos de falantes (para detalhes, veja Schneider “em preparação”: Cap. 3).

1) *Colonialismo* - Belize é um lugar onde piratas britânicos encontraram populações maias e colonizadores da Espanha antes da época da colonização oficial (veja Shoman 2011 para uma excelente visão da história política de Belize). A luta pelo território de Belize entre europeus de ascendência britânica e espanhola começou antes de Belize se tornar uma colônia da coroa britânica (em 1862) e as animosidades discursivas entre falantes de inglês e espanhol continuam até os dias de hoje, pois os belizenses hoje não lutam contra os espanhóis, mas temem ser anexados pela Guatemala (ver *ibid.*). Juntamente com o fato de Belize ter sido uma colônia britânica, essas lutas reforçam o papel do inglês como língua oficial em Belize, que, em termos demográficos, é dominada pelo espanhol (veja também Weston 2015 sobre outros contextos onde a língua do antigo colonizador é elogiada em face de um terceiro oponente político).

Outro impacto muito relevante no discurso linguístico belizense foi o desenvolvimento do kriol, uma língua crioula com léxico inglês que chegou a Belize por meio de escravos vindos de portos jamaicanos. O kriol belizense e o patois jamaicano são semelhantes, e os belizenses relatam que o patois jamaicano é inteligível para eles (sobre o kriol, veja também Decker, 2013, Escure, 2013). O kriol é hoje considerado o amado índice da identidade belizense e é uma língua franca oral altamente popular, embora não seja a primeira língua para a maioria dos belizenses. De acordo com o mito nacional, as relações entre senhores de escravos e escravos em Belize não eram tão cruéis como em outros lugares, o que pode ter algum fundamento empírico potencial, pois a economia belizense nunca foi baseada em plantações, mas no comércio de mogno. Para cortar mogno com eficiência, os escravos precisavam estar equipados com ferramentas pesadas. Segundo as narrativas nacionais (veja, por exemplo, Edgell, 2007 para uma representação literária), escravos e senhores tinham que trabalhar lado a lado, e os senhores precisavam se certificar de não serem atacados por seus escravos. Hoje, os belizenses se orgulham de uma relação menos hierárquica entre ‘negros’ e ‘brancos’, o brasão nacional retrata um trabalhador de pele clara e outro de pele escura, e há relatos históricos de que a mistura de famílias – e com ela, a ascensão de pessoas com tons de pele escura a posições sociais de liderança – se tornou uma norma já no século XIX (WILK, 2006). Pode-se supor que as fronteiras indefinidas entre o inglês e o kriol, que apresento com mais detalhes abaixo, estejam relacionadas a essa situação particular de formação paralela de prestígio de falantes de inglês e de kriol no cenário nacional de Belize.

2) *Laços transnacionais, baseados em guerra, comércio regional e economia dos EUA* - Outro aspecto político-econômico que contribuiu para a diversidade linguística em Belize é a Guerra das Castas do México, ocorrida em meados do século XIX. Lutas brutais entre colonos espanhóis e populações mestiças e maias levaram à chegada de muitos imigrantes a Belize e presume-se que, desde então, a maioria demográfica das pessoas que residem em Belize fala espanhol (entre outras línguas maias, principalmente o iucateque) (ver, por exemplo, Bulmer-Thomas 2012, Wilk 2006, p. 73). Os falantes de espanhol, no entanto, não moravam no centro político de Belize (o distrito de Belize com a antiga capital, Belize City) e continuam a ser discursivamente construídos como "estrangeiros", mesmo onde são numericamente dominantes. O mesmo também se aplica

à aldeia em que me concentro neste estudo, na qual os refugiados da Guerra das Castas do México foram os primeiros residentes permanentes e ainda são importantes no conselho local da aldeia e formam uma espécie de elite⁷ social local.

Outros laços transnacionais de Belize baseiam-se no fato de Belize, devido à sua história colonial britânica, ser membro da Commonwealth e ser considerada parte do espaço cultural caribenho. O sistema educacional é regido pelo Conselho de Exames do Caribe. Isso implica que os belizenses sentem que Belize faz parte de um espaço crioulo transnacional. Além disso, Belize tem laços econômicos muito fortes com os EUA - há tradições de importação e exportação muito ativas, o sistema bancário de Belize faz parte do sistema americano (o dólar de Belize está diretamente atrelado ao dólar americano, de modo que efetivamente Belize não tem sua própria moeda), estima-se que um terço da população belizense tenha deixado Belize nas décadas de 1970 e 1980 para morar nos EUA e houve até mesmo movimentos políticos (de curta duração) que visavam tornar Belize um estado dos EUA (ver Wilk, 2006). O papel dominante do inglês em domínios oficiais como educação, comércio e mídia é reforçado por tais relações.

3) *Padrões de comércio internacional na economia local* - Também no nível da aldeia local, as atividades econômicas são claramente responsáveis pela diversidade linguística. A elite social mencionada acima era formada por famílias que compraram a ilha quando chegaram como refugiados mexicanos. Tais famílias eram originalmente falantes de espanhol e iucateque. Na década de 1960, os moradores da ilha começaram a profissionalizar suas atividades de pesca e passaram a vender seus peixes e lagostas diretamente para os Estados Unidos e fundaram uma cooperativa (ver também Gomoll, 2003). Para fins administrativos de organização da exportação, tiveram que lidar com a administração nacional de Belize e, portanto, tiveram que interagir com falantes de kriol e inglês. O status do kriol como 'língua de Belize' já havia sido estabelecido na década de 1970 (veja o estudo seminal de Le Page e Tabouret-Keller, 1985) de modo que se

⁷ Isso não significa que não existam outras elites ao mesmo tempo, como os norte-americanos ricos, por exemplo, que compraram casas de frente para a praia. Há diferentes tipos de "elitismo", relacionados a escalas locais, nacionais ou transnacionais, que podem se cruzar no terreno local das relações sociais na aldeia. Como a situação do vilarejo implica que as pessoas se encontram e interagem com frequência, os diferentes "grupos" não são bem definidos nem autônomos uns dos outros. Além disso, também pode haver laços familiares transnacionais envolvidos, o que complica ainda mais essas relações (por exemplo, americanos dos EUA cujos pais são de Belize e que têm acesso a discursos locais e transnacionais de produção de status).

confrontaram com uma hierarquia simbólica com o espanhol na extremidade inferior do estrato. Quando cada vez mais pescadores falantes de kriol chegaram à ilha para se beneficiar do crescente mercado de exportação de pescado, os padrões de prestígio nacional levaram a elite falante de espanhol/iucateque a mudar parcialmente para o inglês e o kriol (ver também Schneider, 2017d) – o que não significa que o espanhol não seja mais falado, pois muitos moradores da vila ainda se consideram membros de uma ‘comunidade espanhola’.

Nas décadas de 1970 e início de 1980, os turistas começaram a chegar à ilha e, hoje, a ilha é bem conhecida no turismo internacional e é particularmente popular entre os mergulhadores. A indústria do turismo trouxe cada vez mais pessoas de outros lugares, tanto turistas quanto aqueles que atendem às necessidades dos turistas. Isso implica um aumento de falantes de formas de inglês reconhecidas internacionalmente (por exemplo, do Reino Unido, EUA ou Canadá) e de falantes de outras línguas de prestígio – entre elas línguas padronizadas internacionais, faladas por migrantes de ‘lazer’ (por exemplo, proprietários de hotéis da Itália, Alemanha, França, Argentina ou Polônia) e as línguas de trabalhadores sazonais precários e pobres (por exemplo, línguas padronizadas internacionais como o espanhol, mas também outras línguas crioulas ou línguas minoritárias da Guatemala, El Salvador ou Honduras). Como trabalhadores de origens linguísticas diferentes precisam interagir uns com os outros, por exemplo, na hotelaria, os padrões de contato linguístico são frequentes.

Outras fontes de diversidade são o mercado supermercadista, predominantemente nas mãos de chineses, que parecem estar menos envolvidos na mistura familiar transcultural local (veja também abaixo, nota de rodapé 4), e, mais recentemente, o tráfico internacional de drogas. Considerando que as formas de interação informais e não escritas estão associadas ao tráfico de drogas, e que a educação formal não é necessária para uma "carreira" neste negócio lucrativo, os professores relatam que essa rede econômica trouxe um aumento do valor do kriol e um menor interesse na aquisição do inglês formal (ver Schneider, 2017). Ao mesmo tempo, algumas dessas redes funcionam em espanhol, o que também pode levar a um aumento do prestígio⁸ dessa língua.

⁸ Observe que o exemplo do kriol e do espanhol nas redes de tráfico de drogas ilustra bem que um conceito binário de prestígio "encoberto" e "aberto" não é adequado quando os centros nacionais de administração estatal não são a única fonte de poder.

No geral, a presença de recursos linguísticos diversos nesta pequena ilha se baseia em estruturas político-econômicas onde a ilha funciona como um "nó" em diferentes formas de hierarquias de poder. Portanto, não é apenas a elite nacional que é um centro cultural hegemônico, mas existem relações de poder "policêntricas" (Blommaert, 2010). A policentricidade também impacta no uso simultâneo de vários recursos linguísticos entre falantes individuais. A observação do discurso policêntrico já se encontra nas observações de Le Page e Tabouret-Keller sobre Belize (1985), que argumentavam que a situação complexa de Belize implica múltiplos pontos de "foco". A noção de "foco" aqui se relaciona com o desenvolvimento de uma compreensão compartilhada de formas "corretas" ou "apropriadas" de língua por meio da projeção de grupo (ver, por exemplo, *ibid.* 181 ff.), e já no relato de Le Page e Tabouret-Keller, os múltiplos tipos de orientação, baseados na presença simultânea de diferentes discursos de grupo, explicam o uso de múltiplos recursos - o que pode impactar na falta de "foco" (ou seja, "difusão", na terminologia dos autores).

Como pode ser inferido da Tabela 1, a maioria das pessoas indica que usa pelo menos três línguas, que são espanhol, kriol e inglês. Aqui é preciso notar que o inglês continua sendo a língua oficial de Belize e, portanto, é usado na educação e na mídia formal (por exemplo, noticiários). O kriol, no entanto, é considerado a língua dos belizenses e um marcador indicial de distinção em toda a região da América Central (ver também Le Page e Tabouret-Keller, 1985). Tanto o inglês quanto o kriol são importantes para marcar a autenticidade nacional e local, e os dois grupos de recursos linguísticos são estruturalmente muito semelhantes, já que o léxico do kriol deriva predominantemente do inglês (por exemplo, Escure, 2013). Dado que nem as fronteiras sociais nem as fronteiras linguísticas são muito claras no cenário geral, e dado que tanto o inglês quanto o kriol têm um prestígio considerável (ver também Schneider, 2021) e são usados frequentemente pela maioria dos residentes, não é surpreendente que a distinção entre ambas as categorias de recursos linguísticos seja turva (como mencionado acima, o espanhol, em contraste, é estigmatizado no discurso nacional e, portanto, tem um papel diferente e muito mais marginal, Schneider, 2021). Os recursos do que é entendido como kriol e do que é entendido como inglês são, portanto, muito próximos e, muitas vezes, a fronteira não é relevante para fins comunicativos nem para fins de indexação de prestígio.

De modo contrário às percepções ocidentais das fronteiras linguísticas, aqui não se pressupõe que as crianças cheguem à escola com a capacidade de usar recursos de uma língua e depois tenham que adquirir outros recursos (normalmente mais formais), mas sim a capacidade de manter os recursos linguísticos separados é descrita como algo que precisa ser adquirido em ambientes escolares formais e sancionados oficialmente. Curiosamente, o termo linguístico "code-switching" (alternância de código) aparece como um termo registrado localmente para se referir a essa habilidade específica, como podemos inferir nesta citação de uma entrevista com um professor local de inglês do ensino médio:

Porque [kriol] é como a nossa base comum (pausa de 2 segundos).
Mas devíamos ser capazes (.) de
Devíamos ser capazes de fazer a troca de códigos (code-switching)
Devíamos ser capazes, você sabe (2)
Na medida em que podemos fazer isso (.)
Então se torna um reflexo de (3)
Sua classe, a sua (haha) o nível, você sabe
Onde você está, como você é visto e esse tipo de coisa.

Kriol é descrito aqui como uma "base comum", o que implica que essa língua, até agora usada quase exclusivamente de forma oral e não padronizada, funciona como um indicador de pertencimento nacional em Belize. O pronome "nossa" se refere à comunidade nacional projetada dos belizenses (observe que nem todos os belizenses concordariam com essa afirmação, já que parte da elite econômica nacional se orgulha de não usar kriol). No entanto, como o inglês e o kriol estão tão interligados, a habilidade de "misturar códigos" (code-switching) - aqui usada com o significado específico de ser capaz de produzir formas reconhecidamente diferentes do kriol ou do inglês⁹ - é descrita como prestígio social. As ideologias linguísticas que pressupõem que a comunicação verbal deva ocorrer por meio de formas claramente distinguíveis (ou seja, ideologias de purismo) orientam aqui as práticas de educação formal e impactam as práticas simbólicas que indicam hierarquias sociais. O desejo de criar distinção clara se relaciona com a noção de "focar" de Le Page e Tabouret-Keller (1985) e com o trabalho ideológico linguístico

⁹ Observe que o trabalho dos sociolinguistas Robert B. Le Page e Andrée Tabouret-Keller, e do aluno de Le Page, Colville Young, que mais tarde se tornou o primeiro-ministro de Belize, é proeminente no discurso educacional de Belize (Young, 1995). Provavelmente, foi por meio desses caminhos que o termo foi registrado no discurso cotidiano (ele também aparece em outras entrevistas em que, por exemplo, as pessoas relatam com orgulho a capacidade de seus filhos de fazer codeswitch).

geral de diferenciação (como discutido em Irvine, 2001, e Gal e Irvine, 2019, cap. 3). O informante se refere explicitamente à noção de "classe", "nível em que você está, como é percebido" e, portanto, constrói uma imagem do social como hierarquicamente ordenado, onde a ideologia linguística desempenha um papel importante. Nesse contexto, é interessante mencionar que também entrevistei dois pescadores idosos que nunca frequentaram a educação formal e que não conseguiram (ou não quiseram) dizer qual língua usam em casa. Simplesmente responderam à pergunta sobre como falam em casa dizendo que usam "mistura". As ideologias de foco e diferenciação podem, portanto, depender de ideais modernistas gerais de formação de categorias claras (discutido em mais detalhes em Schneider 2017a).

Voltando ao argumento geral deste artigo, as observações acima mostram que são as relações históricas e contemporâneas, e não os territórios, que propiciam interação e contato. Perspectivas de urbanização planetária parecem adequadas se considerarmos os múltiplos laços econômicos que esta vila tem com outros lugares (por exemplo, venda de peixes e lagostas para os EUA, turismo internacional, laços familiares com EUA, México ou Guatemala, histórias coloniais...). A interação real nesses laços é o que produz o contato linguístico. No caso da vila belizense apresentada, o contato linguístico é particularmente marcado, o que se relaciona com a história socioeconômica, com práticas de trabalho, atividades comerciais e discursos políticos que produziram mercados sociolinguísticos de policentricidade. Isso resulta em formas acentuadas de alternância translinguística (sancionadas por ideologias linguísticas no sistema educacional). Finalmente, os padrões de contato e "mixing" também podem estar relacionados à situação demográfica da vila, já que as pessoas entram em contato com mais facilidade do que em uma cidade - frequentam a mesma escola primária, vão à mesma igreja, passam o tempo livre juntas em bares ou na rua e, portanto, se veem regularmente¹⁰. Além disso, o fato de alguns falantes não se referirem às suas práticas linguísticas por um nome formal e dizerem que usam "mixing" sugere que seria importante entender melhor como as categorias linguísticas se constituem discursivamente, como a homogeneidade surge, em vez de supor que é a diversidade que requer explicação (como já implícito nos conceitos

¹⁰ É preciso observar que há, no entanto, falantes que não participam da mesma forma das redes de interação locais, que eram, na época da minha estadia em campo, principalmente os proprietários de supermercados chineses. Isso está relacionado aos padrões locais de discriminação social, mas também ao fato de que os indivíduos chineses geralmente pertencem a redes econômicas transnacionais e não necessariamente planejam ficar para sempre (sobre redes chinesas transnacionais, consulte, por exemplo, Ong 1999).

de foco e difusão de Le Page e Tabouret-Keller e discutido em, por exemplo, Pennycook, 2010, veja Schneider em preparação para uma sugestão provisória de como os discursos construíram línguas em ambientes modernistas europeus).

Para melhor compreender os padrões de homogeneidade, a próxima seção se volta para um contexto europeu e urbano, no qual as condições político-econômicas são cruciais para a compreensão do contato, mas também da segregação.

3.2 Homogeneidade na cidade: Padrões de segregação em relação ao Muro de Berlim e ao mercado imobiliário

A seção a seguir fornece “insights” sobre a diversidade linguística na capital alemã, Berlim, com base em dados estatísticos. Embora essa visão macro da língua não substitua um estudo do comportamento linguístico real em redes interacionais (e mesmo que tenhamos que supor que os números estatísticos sejam fortemente influenciados pelo discurso ideológico da língua), os padrões de diversidade da cidade de Berlim são particularmente interessantes por mostrarem como os sistemas político-ideológicos influenciam a presença de recursos linguísticos específicos em um determinado lugar. O Muro de Berlim, que dividiu a cidade até 1989, ainda mostra efeitos consideráveis na composição linguística da população, o que permite ilustrar como os sistemas políticos e os discursos, com suas particularidades conceituais de território, influenciam os padrões de diversidade. Além disso, mostro que a diversidade estatística na escala de “uma cidade” não implica necessariamente diversidade no âmbito local, o ambiente empírico real é que propicia a interação face a face. Nesse contexto, argumento que o mercado imobiliário é outro fator político-econômico que contribui para a composição da diversidade ou homogeneidade local, ou seja, nos processos de difusão e foco.

Observe a imagem 1 abaixo, que mostra o número de residentes em diferentes distritos de Berlim que não possuem passaporte alemão. Como não há pergunta sobre o uso da língua no censo oficial alemão, não posso mostrar aqui números de afiliações linguísticas, mas, pressuponho que o número de residentes não naturalizados de Berlim aponta para o impacto contínuo do Muro de Berlim.

Imagem 1: Números de residentes de Berlim sem passaporte alemão de acordo com o distrito (composição do autor, números baseados em <https://www.statistik-berlin-brandenburg.de>)



É particularmente revelador considerar o número diferente de pessoas com passaporte turco em diferentes distritos. Os distritos de Berlim são entidades administrativas maiores, cada uma contendo vários subdistritos que eram autônomos administrativamente até 2001. Por exemplo, o distrito de Pankow compreende os antigos distritos de Pankow, Prenzlauer Berg e Weißensee; Mitte é formado pelo antigo Mitte (que pertencia ao leste), Wedding e Tiergarten (anteriormente oeste). Observe que os distritos representados em azul estavam sob domínio capitalista da Alemanha Ocidental e aqueles representados em vermelho sob domínio socialista da Alemanha Oriental. Os representados em duas cores são distritos recém-formados pela união em 2001. A linha vermelha mostra onde ficava o muro antes da reunificação em 1990. Os turcos são o grupo de imigrantes mais dominante em Berlim e chegaram à cidade durante o programa de trabalhadores convidados da Alemanha Ocidental, iniciado na década de 1950 (Terkessidis, 2000). Os números acima são de 2016, mas ainda podemos ver efeitos bem óbvios desse programa. Assim, o maior número de indivíduos com passaporte turco é encontrado nos distritos ocidentais, em Neukölln (20.960) e nas partes ocidentais de Mitte (22.034). No caso de Mitte, apenas menos de um terço da população reside no que antes pertencia ao leste, que é o subdistrito que tradicionalmente leva o nome de Mitte, hoje uma área gentrificada e turística onde poucas pessoas de origem turca vivem, contrastando com os subdistritos ocidentais de Wedding e Tiergarten. No distrito oriental geral de Treptow-Köpenick, são apenas 976 pessoas que possuem passaporte turco (mas observe que menos habitantes vivem em Treptow-Köpenick do que em Mitte). Como só

foi possível para os migrantes turcos se mudarem para os distritos orientais depois de 1990, e como as redes interacionais locais com usuários de recursos linguísticos turcos já haviam sido formadas, o número de pessoas de descendência turca permanece pequeno nesses distritos. Além disso, existe um discurso público que concebe os distritos orientais como tendo formas mais fortes de racismo contra pessoas de ascendência não alemã¹¹. Se esses discursos e as práticas relacionadas de violência verbal e corporal têm impacto sobre os padrões demográficos é especulativo, mas bem possível.

O Leste também tem seu histórico de imigração, sendo que os vietnamitas são encontrados em números consideráveis nos distritos orientais de Lichtenberg e Marzahn-Hellersdorf, já que a RDA (República Democrática Alemã) também tinha programas de trabalho temporário, chamados de “Vertragsarbeiter”. No entanto, o número total de cidadãos estrangeiros permanece notavelmente baixo nos distritos orientais, em comparação com os distritos ocidentais. O mapa e os números, portanto, ilustram que a diversidade não está simplesmente “na cidade”, mas que os padrões particulares de diversidade estão ligados às histórias político-econômicas e às redes translocais-transnacionais resultantes, e muito provavelmente, também às condições discursivas relacionadas que constroem o pertencimento local e, infelizmente, também a exclusão local. Essas condições gerais interagem com o mercado imobiliário e têm o potencial de criar moradias homogêneas mesmo em partes centrais da cidade. Assim, se reduzirmos nossa perspectiva e olharmos os dados de instituições educacionais, podemos ver que os padrões demográficos dos centros urbanos não apenas apresentam diversidade de acordo com a história política, mas também implicam formas de homogeneidade local. A tabela a seguir mostra o número de alunos cujos pais indicam que falam outra língua além do alemão. A secretaria da administração escolar de Berlim não coleta dados sobre recursos linguísticos dos alunos, mas, em vez disso, pergunta aos pais na entrada da escola se alguma outra língua além do alemão é falada na família. Em caso afirmativo, a criança é classificada como ndH (“nicht-deutsche Herkunftssprache”, língua materna não alemã). Sendo assim, é óbvio que esses números não apenas produzem uma visão tendenciosa e deficiente da diversidade, mas também são pouco confiáveis (por várias razões

¹¹ Sobre as histórias de racismo, consulte <https://www.tagesspiegel.de/berlin/woher-die-baseballschlaeger-kamen-ist-rechte-gewalt-im-osten-ein-erbe-der-ddr/25182938.html> ou, para um relato pessoal sobre o sentimento de insegurança em Berlim Oriental em 2019 (em inglês): <https://www.thelocal.de/20191015/who-knew-you-could-feel-so-uncomfortable-in-your-own-sk>.

ideológicas relacionadas à língua, que não detalho aqui, mas também por razões financeiras, já que escolas com números “ndH” mais altos recebem mais dinheiro). Entretanto, no momento da redação deste texto, esses números são o único registro estatístico disponível onde os residentes de Berlim são explicitamente questionados sobre recursos linguísticos.

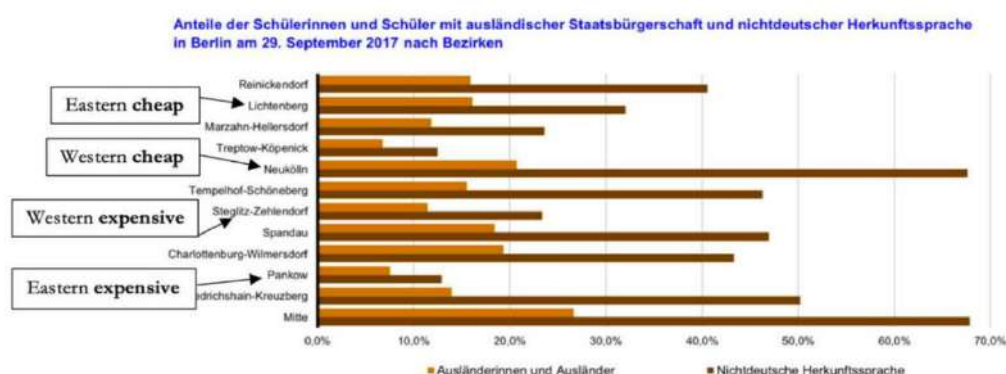
Na Tabela 2 abaixo, vemos, em primeiro lugar, uma imagem semelhante à da imagem anterior (Imagem 1). A diversidade em Berlim não é distribuída uniformemente em todos os distritos, mas pode ser notavelmente diferente em termos de números. Observe que, por exemplo, o maior contraste de porcentagens de alunos classificados como ndH é encontrado entre Mitte, onde no total (Insgesamt) 73,9% dos alunos estão registrados como falantes de língua materna não alemã, e o distrito sudeste de Treptow-Köpenick, onde apenas 8,9% estão registrados como tal (observe que discursos de racismo podem entrar em jogo aqui, pois nem pais nem funcionários da escola podem estar interessados em ter um número alto do que ainda é descrito como “Ausländerkinder” (crianças estrangeiras) no discurso educacional). Além disso, os números interagem com padrões no mercado imobiliário. Sem entrar em detalhes em distritos específicos e sem discutir razões, é um fato bem conhecido que os preços dos aluguéis variam de acordo com os distritos¹². É interessante observar que os números de ndH interagem não apenas com a demografia anteriormente muito mais homogênea das partes orientais da cidade, mas também com os preços dos aluguéis. Padrões de discriminação étnica no mercado imobiliário, diferentes padrões de participação no mercado de trabalho e, no caso de cidadãos imigrados mais recentemente, possivelmente trajetórias de socialização educacional diferentes ou não reconhecidas, levam a diferentes números de alunos de língua materna não alemã no setor educacional de acordo com os preços dos aluguéis.

Como podemos ver na Tabela 2 abaixo, no distrito oriental de Pankow, menos de 15% parecem ter o status de ndH (observe que o gráfico é de 2017 e os números podem estar mais altos hoje). O distrito de Pankow, no leste de Berlim, é um ambiente de classe média bastante burguês. Houve um número muito alto de imigrantes da Alemanha Ocidental e seu subdistrito de Prenzlauer Berg é particularmente conhecido por formas

¹² Para obter uma visão geral dos preços dos aluguéis em diferentes distritos de Berlim, consulte, por exemplo, <https://archiv.berliner-kurier.de/berlin/kiez---stadt/die-aktuellen-mietstandsmeldungen--es-bleibt-ungemuetlich-32111256> - observe que a legislação atual pode alterar alguns dos padrões, pois o governo local de esquerda implementou o chamado Mietpreisbremse em 2020 (quebra do preço do aluguel), consulte https://www.stadtentwicklung.berlin.de/wohnen/mieterfibel/de/m_mietel.shtml.

extremas de gentrificação. Antigamente, o bairro oriental era associado à resistência ao regime da RDA e, em seguida, à cultura punk e de festa dos anos 1990. Hoje, é conhecido por ser bonito e caro, mas também chato, limpo e "spießig" (um termo alemão para ser convencional, amante de regras e quieto)¹³. Isso contrasta, por exemplo, com o distrito de Lichtenberg, no leste de Berlim. Esta parte da cidade fica inteiramente fora do que é conhecido localmente como S-Bahn-Ring (o S-Bahn é um trem elevado de transporte público, e uma de suas linhas corre em círculo). Esse "ring" é percebido como um marcador da fronteira entre distritos populares do centro da cidade e distritos suburbanos menos populares. Lichtenberg está associado a uma história da classe trabalhadora e contém vários bairros com grandes "Plattenbauten" (edifícios pré-fabricados altos e amplos). É, portanto, um distrito menos popular com aluguéis mais baratos. Embora tenha, como Pankow, uma história da RDA, o número de alunos listados como "ndH" é consideravelmente maior, ultrapassando 30%.

Tabela 2: Alunos classificados como estrangeiros (marrom claro) ou como tendo uma língua familiar diferente de alemão (ndH) (marrom escuro), segundo o distrito (https://www.statistik-berlin-brandenburg.de/publikationen/stat_berichte/2019/SB_B01-01-00_2017j01_BE.pdf)



Ao projetar o mesmo olhar para os distritos ocidentais, podemos ver um padrão semelhante com um número total maior de crianças classificadas como "falantes de herança não alemã". O distrito sudoeste burguês e caro de Steglitz-Zehlendorf abriga muitas belas vilas, ruas arborizadas e vários lagos a uma curta distância de áreas residenciais, além de possuir um pouco mais de 20% de ndH. Já o distrito central sul de Neukölln, por outro lado, mostra um padrão muito mais diversificado, pois mais de dois terços das crianças em idade escolar declaram falar outra língua além do alemão em casa

¹³ <https://www.zeit.de/wissen/geschichte/2018-02/prenzlauer-berg-historie-ddr-opposition-gentrifizierung-berlin-revolte>.

(quase 70%). O norte de Neukölln agora faz parte do discurso público sobre gentrificação, pois muitos jovens estudantes, artistas e 'hipsters' falantes de inglês se mudaram para a área norte de Neukölln, perto de Kreuzberg¹⁴. Contudo, há uma década, essa parte mais central de Neukölln era conhecida pelo que o resto do distrito ainda está associado no discurso público: um ambiente pobre da classe trabalhadora com aluguéis baratos e um grande número de imigrantes e descendentes da Turquia e outros países árabes¹⁵.

É importante observar os níveis de irregularidade ao estudarmos padrões de diversidade. O exemplo abaixo mostra que, mesmo onde os números estatísticos sugerem diversidade, podemos encontrar homogeneidade linguística local. Reduzindo a escala para o nível de distritos escolares individuais, darei um exemplo final de uma escola específica no subdistrito oriental de Friedrichshain-Kreuzberg¹⁶, Friedrichshain. O exemplo indica que o antigo sistema socialista, em combinação com padrões de gentrificação, potenciais impactos do discurso racista e aumento dos preços do mercado imobiliário, pode levar à homogeneidade em partes centrais de Berlim. A seguir, estão os números oficiais de alunos registrados como "ndH" em uma escola primária específica (onde o distrito geral tem uma porcentagem oficial de "ndH" de cerca de 50%, veja Tabela 2).

Tabela 3: Homogeneidade étnica em uma escola primária no distrito central de Friedrichshain, em Berlim (<https://www.berlin.de/sen/bildung/schule/berliner-schulen/schulverzeichnis/schuelerschaft.aspx?view=ndh>)

Pettenkofer-Grundschule - 02G04

Schülerinnen und Schüler

Nichtdeutsche Herkunftssprache 2019/20

Schülerinnen und Schüler	Schülerinnen und Schüler nichtdeutscher Herkunftssprache			
Insgesamt	Schülerinnen	Schüler	Insgesamt	Insg. in %
596	28	33	61	10,2

¹⁴ Há também um debate público sobre o uso crescente do inglês nessa parte de Neukölln; consulte: <https://www.zeit.de/2017/50/berlin-neukoelln-englisch-hipster-cafe-praxistest>.

¹⁵ Estatísticas recentes mostram que Neukölln continua sendo um distrito com renda particularmente baixa. https://www.berliner-woche.de/pankow/c-soziales/armutsgefahr-in-neukoelln-am-hoechsten_a199123.

¹⁶ Há também um discurso público sobre o uso crescente do inglês nessa parte de Neukölln; consulte: <https://www.zeit.de/2017/50/berlin-neukoelln-englisch-hipster-cafe-praxistest>.

Como mostra a Tabela 3, no ano letivo de 2019/2020, havia apenas 61 crianças (10,2%) do total de quase 600 que declararam usar outra língua além do alemão em casa. O distrito escolar específico é um bairro do leste de Berlim, Samariterkiez, que abrigava muitos edifícios vazios após a reunificação alemã e, devido aos bombardeios da Segunda Guerra Mundial, ainda havia vários espaços vazios maiores entre os edifícios até o início de 2010. A área atraiu um movimento de ocupação de esquerda étnica alemã, orientada pela resistência, na década de 1990, que se mudou para alguns dos edifícios vazios e aproveitou a relativa liberdade e espaço. Com o aumento dos preços do mercado imobiliário, muitos apartamentos novos (e caros) foram construídos rapidamente após 2010¹⁷. As condições e os valores dos novos edifícios aparentemente continuam a reproduzir interseções alemãs de etnia e classe, onde o discurso público alemão normalmente constrói a origem não-alemã como ligada à precariedade social (ver Koopmanns, 2001 e Tanager, 2019). Isso pode ter efeitos materiais, pois os números de “ndH” nesta escola específica sugerem que cerca de 90% das famílias com crianças neste bairro (agora caro) afirmam que o alemão é sua única língua familiar. Além disso, é preciso mencionar que a escola primária pública retratada acima possui um programa escolar alternativo Montessorri, o que provavelmente reforça a divisão étnica, pois é particularmente popular entre famílias de classe média alemãs matricularem seus filhos em escolas com estilos de ensino alternativos¹⁸.

Voltando ao argumento geral deste artigo, ao contrário da afirmação frequentemente ouvida de que as cidades são diversas e envolvem práticas de contato linguístico, mistura de línguas e criatividade linguística, vemos aqui que algumas partes das cidades têm um potencial de segregação social que está, em seus fundamentos, relacionado a condições político-econômicas. No caso da escola primária apresentada acima, sistemas políticos, mercado imobiliário, históricos de assentamento local,

¹⁷ O choque entre a cultura de esquerda estabelecida e os investidores imobiliários gerou vários conflitos, discussões e manifestações. <https://www.tagesspiegel.de/berlin/mai-demonstration-in-berlin-polizei-fuerchtet-ausschreitungen-in-der-rigaer-strasse/24253138.html>.

¹⁸ É difícil provar essa afirmação estatisticamente, pois não apenas as escolas particulares, mas também as estaduais, utilizam métodos de ensino alternativos, de modo que não há números sobre quantas crianças nas escolas alemãs experimentam tais métodos. A alegação se baseia em experiências pessoais e na observação de que, entre 1992 e 2018, houve um aumento de 81% nas escolas particulares, que geralmente têm abordagens alternativas (consulte <https://www.spiegel.de/lebenundlernen/schule/privatschueler-zahl-der-privatschulen-steigt-weiter-a-1246918.html>) e a frequência está claramente relacionada à renda e à formação educacional dos pais, consulte, por exemplo, https://www.diw.de/documents/publikationen/73/diw_01.c.610567.de/18-51-1.pdf.

discursos de racismo e aspirações educacionais de famílias de classe média interagem para produzir um espaço monolíngue no qual crescem crianças que têm poucas oportunidades de experimentar a diversidade linguística.

Se falarmos de “língua na cidade”, temos que reconhecer que existem formas desigualmente divididas de diversidade estatística na cidade que estão interrelacionadas com histórias político-econômicas locais. É importante prestar atenção aos diferentes graus de irregularidade¹⁹ e olhar para distritos da cidade, bairros ou distritos escolares, pois essas diferentes escalas são relevantes para compreender a demografia da diversidade referente à segregação social ou desigualdade econômica. Também é relevante observar que a homogeneidade linguística, pelo menos no caso de Berlim, parece estar associada ao privilégio social.

E ainda assim, considerando o argumento feito anteriormente de que o contato linguístico acontece em redes interacionais, não em lugares, ainda sabemos pouco sobre o comportamento linguístico real das pessoas que vivem em bairros ou ruas específicas. A fim de entender melhor os padrões de interação, faz sentido abordar as redes interacionais dos falantes e não apenas os lugares onde moram (nos quais os indivíduos geralmente desenvolvem redes interacionais principalmente por meio de instituições). Na próxima seção, escolhi uma comunidade de prática local específica (Eckert e McConnell-Ginet, 1998) que, apesar de sua orientação urbana, inserção transnacional e visão cosmopolita, mostra fortes tendências a produzir padrões de homogeneidade.

3.3 Monolinguismo em inglês na Cultura do Café de Terceira Onda: Vínculos comunitários transnacionais através do comércio

A comunidade de prática que enfoco nesta seção é constituída como parte da chamada Cultura do Café de Terceira Onda, uma tendência contemporânea em locais ao redor do mundo, ligada a um estilo de vida urbano e associada a outras práticas elitistas de consumo de alimentos (Heyd e Schneider, 2019; Saraceni, Schneider e Bélanger, 2021, Schneider, 2021). O tipo específico de café consumido aqui é chamado de café especial, e as orientações culturais desse ambiente têm sido descritas como elitistas e excludentes, ao mesmo tempo em que produzem discursos que se conformam às exigências de valores

¹⁹ Agradeço a Lars Bülow por ter me indicado esse fato.

igualitários e democráticos, enfatizando, por exemplo, condições ecológica e socialmente justas de produção do café (Cotter e Valentinsson, 2018). Os vínculos transnacionais entre comunidades locais de prática podem ser descritos como constituindo uma "comunidade de conhecimento" (Blommaert 2018, p. 73), pois há um conhecimento compartilhado de códigos de conduta, simbolismo cultural e uso linguístico entre as comunidades locais. A distribuição desse conhecimento se explica por meio de práticas linguísticas digitais, redes comerciais transnacionais e eventos (por exemplo, campeonatos de barista, "festivals de café", etc.). Existe uma surpreendente similaridade translocal nas cafeterias de Terceira Onda em termos de mobiliário, design e produtos vendidos. A produção de homogeneidade cultural aqui não se baseia em etnia compartilhada e nem é co-construída por instituições governamentais, mas em atividades econômicas (produção, distribuição, venda e consumo de café) e em uma compreensão compartilhada de valores culturais relacionados. Os atores aqui se engajam em práticas de iteração (Pennycook, 2010; Wirth, 2002) e, portanto, produzem homogeneidade cultural, onde o prestígio não depende de instituições administrativas oficiais, mas está relacionado aos discursos neoliberais globais de sucesso econômico (que hoje normalmente envolvem discursos de empreendedorismo social e/ou consciência ecológica – o foco da Terceira Onda recai sobre as demandas ecológicas e apoio social para, por exemplo, os cafeicultores desfavorecidos).

Em termos de língua, o uso do inglês desempenha um papel proeminente nesta comunidade de conhecimento. O inglês é utilizado não apenas como uma língua franca transnacional para comunicação além das fronteiras nacionais, mas também localmente, pelo menos na comunidade de prática de Berlim. O ponto de partida para este projeto de pesquisa foi a observação de que determinados cafés e torrefações no centro de Berlim têm uma forte tendência a possuir nomes em inglês (por exemplo, Coffee Circle, The Barn ou Five Elephants), vender produtos com nomes em inglês (ou ítalo-inglês) (por exemplo, Flat White, Iced Latte) e que, em muitos desses cafés, os funcionários preferem usar inglês em vez de alemão ou não são competentes no uso desta língua. Não é incomum que os clientes tenham que pedir seu café em inglês (como documentado em várias localidades através de observação participante). No verão de 2017, a predominância do inglês nesses ambientes gastronômicos de Berlim provocou um debate público ideológico sobre línguas. Jornais locais (Kräge, 2017; Schlagenwerth, 2015), mas também nacionais

(Spahn 2017) e até internacionais (Oltermann, 2017; Rose, 2017), relataram a insatisfação de (alguns) consumidores alemães com a suposição de que a competência para pedir em inglês é necessária nesses contextos, levando a manchetes como “Hilfe, mein Kellner versteht mich nicht mehr!” (Socorro! Meu garçom não me entende mais) (Thalmann, 2017).

Existem várias razões para a inscrição particularmente robusta do inglês na cena cafeeira de Berlim. Como elaborei com mais detalhes em outros lugares (Heyd e Schneider, 2019), existem fatores históricos: informantes relatam que a cultura do café da Terceira Onda foi primeiramente instaurada na Austrália e na costa oeste dos EUA. O inglês pode ser considerado a língua da população “fundadora” (Mufwene, 1996) desse fenômeno cultural. Além disso, nas redes econômicas interacionais responsáveis pela existência e venda de café especial, o inglês tem sido usado como língua franca desde os anos 1980. Ademais, festivais internacionais de café (como o Berlin Coffee Festival) ou campeonatos de baristas (por exemplo, <https://worldbaristachampionship.org>) tipicamente ocorrem em inglês. Além disso, pode-se supor que o discurso sobre o inglês como uma língua associada ao neoliberalismo e ao sucesso econômico (Warriner, 2016) motiva consumidores e funcionários a usar recursos do inglês para desempenhar um tipo particular de identidade cosmopolita, educada e economicamente bem-sucedida.

Um dos eventos centrais para a cena local é o Berlin Coffee Festival (<https://berlincoffeesfestival.de/en/>). A citação a seguir é de uma entrevista com um membro da equipe de uma das torrefações de café da Terceira Onda mais bem-sucedidas e prestigiadas de Berlim. Na época da entrevista, ele era responsável por organizar os eventos da empresa durante o Coffee Festival. Como pode ser inferido da citação, esses eventos – degustações de café (cuppings), discussões e palestras – ocorriam em inglês. O ponto interessante na citação abaixo é que o informante precisa de vários segundos para pensar se os eventos ocorrem ou não em inglês, hesitação esta que revela sua falta de consciência sobre dominância do inglês neste cenário berlinense (veja Schneider, 2021, para a citação original em alemão):

Britta: Os eventos são todos em inglês?

Entrevistado: (3)

Britta: Bem

Entrevistado: Estou tentando (.) tenho que pensar se (pausa de 1 segundo) Também temos (pausa de 2 segundos). Algum que não seja em inglês (pausa de 2 segundos). Acabei de passar pela lista com os

eventos que planejamos para o Berlin Coffee Festival. Não há nenhum evento que podemos dizer que será em alemão.

Os valores específicos da comunidade e a inserção internacional dessa rede interacional produzem um contexto relativamente homogêneo em termos de uso linguístico. Esse tipo de homogeneidade linguística também está ligado ao privilégio social, similar às observações feitas na seção anterior, já que os participantes desse meio social não só possuem acesso aos recursos linguísticos para atender à exigência do inglês, mas também são economicamente privilegiados, pois gastam tempo e dinheiro em cafeterias ou trabalham como funcionários com a competência cultural e linguística adequada. Dessa forma, pode-se questionar de maneira mais geral se o desenvolvimento de ambientes linguística e culturalmente homogêneos está entrelaçado com o acesso a recursos educacionais e econômicos, em outras palavras, com o poder.

No contexto do argumento que quero apresentar neste artigo, são novamente as condições político-econômicas que impactam o surgimento desse espaço social monolíngue (que está inserido em um contexto territorial transnacional e complexo). É por causa das relações comerciais internacionais que surge uma comunidade transnacional de “amantes do café” com ideais específicos, mas aparentemente compartilhados globalmente, relacionados ao consumo da bebida (que muitas vezes está ligada a outras práticas culturais homogêneas associadas, como roupas, consumo de alimentos ou uso de marcas específicas de dispositivos eletrônicos). A interação digital certamente é relevante para que essa homogeneidade emergja em diferentes configurações geográficas, pois somente através da comunicação digital se explica a transmissão dessas práticas. A necessidade de uma língua franca transnacional é relevante aqui, assim como ideologias linguísticas particulares que produzem uma imagem dos recursos linguísticos do inglês como ligados ao sucesso econômico e avanço cultural. Apesar da cultura do café de terceira onda ser um fenômeno urbano, não é um ambiente que possa ser descrito como linguisticamente diverso ou que faça uso proeminente de fenômenos translíngues (com exceções, veja por exemplo Schneider, 2021, para um exemplo de “mixing” de inglês e alemão no menu de uma cafeteria). Ao contrário, o fato de a comunidade de conhecimento ter se tornado uma prática não étnica, econômica e transnacional, gerou comunidades locais de prática com forte tendência monolíngue. O território da cidade, devido à sua densidade demográfica e complexidade cultural, tem potencial para

especialização e, portanto, para segregação social e homogeneidade – mesmo em populações que não fazem parte de redes tradicionais, densas e territorialmente baseadas, mas que são móveis em linhas internacionais e se entendem como cosmopolitas e culturalmente flexíveis (sobre tipos monolíngues de ideologia cosmopolita, veja Schneider, 2017a).

3.4 Kölsch: rituais de construção de lugar local, resistência política e comercialização em Colônia

Como exemplo final, volto-me para a cidade de Colônia, no oeste da Alemanha, que possui pouco mais de um milhão de habitantes. É lar de práticas linguístico-culturais particulares que demonstram que as cidades não apenas têm potencial para bairros monolíngues (ver 3.2) ou para localizações de comunidades monolíngues transnacionais de consumo (ver 3.3), mas que o status discursivamente construído das cidades como "centrais" pode gerar uma maior estabilidade da forma da língua e padrões mais lentos de mudança linguística. Isso é particularmente evidente se, como no caso de Colônia, houver um metadiscorso sobre a importância da língua local - o Kölsch - que aqui faz parte de um ritual cultural específico que está indexicamente entrelaçado com a construção do pertencimento local (sobre a indexação linguística do pertencimento local, ver, Johnstone e Kiesling 2008).

Para entender as práticas linguísticas urbanas de Colônia, é importante considerar as festividades específicas do carnaval da cidade. O carnaval é um elemento crucial nos discursos locais de pertencimento. Durante uma semana em fevereiro ou março, todo o centro da cidade fica repleto de moradores e turistas celebrando o evento, que não se limita a desfiles, mas também contém o importante elemento de "Kneipenkarneval" (carnaval de bar). Durante o "Kneipenkarneval", os bares locais se transformam em locais de celebração e os participantes se fantasiam para cantar e dançar juntos. Tradicionalmente, grande parte das músicas tocadas nos bares são de bandas locais que se expressam no dialeto da região. Não são apenas canções antigas e tradicionais, mas a cada ano surgem novas canções que se alinham com as formas contemporâneas de música popular e comercial. As bandas que criam essas músicas não são compostas por cantores idosos, mas há aparições regulares de novas bandas, que lembram mais bandas pop do

que músicos folclóricos tradicionais (embora principalmente dominadas por homens). O quadro seguinte é um trecho da música “Kölsche Jung” (menino de Colônia) da banda “Brings”, composta em 2013. Desde a sua primeira publicação, a música é uma das canções de carnaval locais muito populares, tocada regularmente durante o “Kneipenkarneval” anual. O videoclipe oficial oferece uma visão relevante do estilo musical e de roupa, indexando a identidade local, mas não tradicional, e uma orientação para a cultura pop (ver https://m.youtube.com/watch?v=DcNPqsWPbD8([https://m.youtube.com/watch?v=DcNPqsWPbD8])).

Kölsch	(original)	German	(padrão)	Português
Deutsch Unterricht, dat wor nix för mich Denn ming Sprooch die jof et do nit „Sprech ödentlich“ hät de Mam jesaht Di Zeuchniss dat weed keene Hit Ich sprech doch nur ming ejene Sproch Wuss nit, wat se vun mir will Ejhal wat ich saachen dät, et wor verkeht Denn ich ben nur ne Kölsche Jung Un mie Hätz, dat litt mer op d'r Zung Op d'r Stross han ich ming Sprooch jeliert Und jedes Wort wie tätowiert op minger Zung Ich ben ne Kölsche Jung ... Hück ben ich jlöcklich, dat ich et kann Uns Sprooch, die mäht uns doch us Mor hürt schon von Wiggem Wenn eener Kölsch schwaad Do föhl ich mich direkt zu Hus Wemmer se spreche, dann läävt se noch lang Dann jeht se och niemals kapott Uns Sprooch iss en Jeschenk Vom leeve Jott		Deutsch Unterricht, das war nichts für mich Denn meine Sprache die gab es dort nicht „Sprech ordentlich“ hat die Mutter gesagt Das Zeugnis, das wird kein Hit Ich sprech doch nur meine eigene Sprache Wusste nicht was sie von mir will Egal was ich sagte, es war verkehrt Denn ich bin nur ein Kölner Junge Und mein Herz, das liegt mir auf der Zunge Auf der Straße habe ich meine Sprache gelernt Und jedes Wort wie tätowiert auf meiner Zung Ich bin ein Kölner Junge ... Heute bin ich glücklich, dass ich es kann Unsere Sprache, die macht uns doch aus Man hört schon von Weitem Wenn einer Kölsch redet Da föhl ich mich direkt zu Haus Wenn wir sie sprechen, dann lebt sie noch lang Dann geht sie niemals kaputt Unsere Sprache ist ein Geschenk Vom lieben Gott		Lição de Alemão, não era pra mim Porque a minha língua não estava lá "Fale direito" disse a minha mãe As notas não vão ser boas Eu só falo a minha própria língua Não sabia o que ela queria de mim, não importava o que eu disse, estava errado Porque sou apenas um menino de Colônia E meu coração está na minha língua É nas ruas que aprendi a minha língua E cada palavra tatuada na minha língua Sou um menino de Colônia ... Hoje estou feliz por poder falá-la A nossa língua é o que nos faz Dá para ouvir de longe Se alguém fala Kölsch Eu me sinto em casa imediatamente Se a falarmos, ela viverá por muito tempo Então, ela nunca se separará A nossa língua é um presente Do bom Deus

A letra da música é interessante tanto pela forma quanto pelo conteúdo. Alguns dos aspectos linguísticos diferem do alemão padrão e, ainda assim, para evitar o nacionalismo metodológico, não devemos considerar apenas a língua padrão nacional como ponto de referência²⁰. Seria interessante comparar as características dessa letra com o alemão, o holandês e com formas mais antigas do baixo alemão ou do médio alemão. Como o alemão padrão é a língua usada em contextos públicos, mídia e educação em Colônia (para uma visão geral do desenvolvimento histórico das variedades do alemão, veja, König, ElspAß e Möller, 2015), ainda faz sentido examinar as diferenças entre o alemão padrão e o Kölsch. Existe um sistema vocálico distinto do Kölsch que as letras representam, o que implica vogais mais fechadas do que o alemão padrão - o /a/ padrão é realizado como /ɔ/ e /y/ como /œ/. Existem monotongos em vez dos ditongos padrão (alemão padrão auf como op); também há diferenças no uso de consoantes (oclusivas realizadas como fricativas - alemão padrão lieb como leeve ou como glides - alemão padrão glücklich como jlöcklich) e encontramos lexemas diferentes (por exemplo, schwaden para sprechen). Mesmo sem uma análise linguística mais detalhada, podemos argumentar que a letra dessa música se diferencia do alemão padrão e apresenta características do baixo alemão. Pessoas acostumadas aos recursos linguísticos do alemão padrão não necessariamente conseguirão decodificar seu conteúdo²¹.

Considerando que Colônia não é um destino rural, mas urbano, essas características parecem incomuns como formas não padronizadas tão marcantes (embora estejam presentes em ambientes mais periféricos como, por exemplo, na zona rural do norte da Alemanha, no Sudoeste ou na Baviera. Para uma breve análise dos dialetos alemães, consulte, Göttert, 2011). Pode-se supor que os rituais anuais de carnaval de Colônia são fundamentais para entender essas práticas públicas e urbanas de manutenção da língua, onde as formas são reproduzidas em eventos sociais de dança e canto e em apresentações musicais populares e contemporâneas. Além dessas práticas linguísticas, as performances das bandas não estão associadas às tradições locais, mas parecem mais alinhadas, por exemplo, ao rock, ska ou pop, de forma que o uso do Kölsch tradicional aqui não faz parte de um campo indicial (cf. Eckert, 2008) de tradições históricas,

²⁰ Agradeço a Ferdinand von Mengden por esse importante comentário.

²¹ A capacidade de decodificar essas formas depende da trajetória individual de aquisição de língua. A propósito, é interessante mencionar que a autora deste artigo cresceu em um local a cerca de 160 km de Colônia e não conseguiu entender a letra da música quando a ouviu pela primeira vez. A distribuição dessas formas do dialeto é territorialmente limitada.

aparentemente imutáveis, mas apropriado em um discurso contemporâneo de festas, cultura musical comercial do dia a dia, "descolados" e diversão.

No nível do conteúdo, o idioma é o tópico principal da canção acima (e, de modo mais geral, o Kölsch também é mencionado com frequência em outras canções de carnaval de Colônia, como, por exemplo, canções das bandas "Querbeat", "Cat Ballou", "Kasalla" e "Höhner". A música cria uma estreita relação indexical de pertencimento local e uso da língua - "se alguém fala Kölsch, eu me sinto em casa" - mas também, em uma associação estereotipada, de orientação social. A língua não é usada na escola, mas é aprendida "op dr Stroß", "nas ruas". As conexões entre as emoções pessoais e esses recursos linguísticos são expressas metaforicamente: "meu coração está na minha língua". Encontramos a imagem ilustrativa de palavras que são "tatuadas" na língua, reforçando o conceito de uma relação intensa entre o falante e o uso de itens lexicais específicos ao evocar uma imagem háptica e corporificada. Os discursos de ameaça à língua são indiretamente mencionados - "se a falarmos isso, ela viverá", mostrando o status potencialmente precário dessa variedade local, apesar de sua popularidade na cultura do carnaval e na música popular. Isso pode ser uma indicação de que devemos interpretar as formas linguísticas acima como um tipo de estilização (Coupland, 2001), usada na apresentação de uma música, mas não necessariamente na interação cotidiana. No entanto, há falantes (aparentemente mais idosos e não acadêmicos) que usam essas formas em conversas cotidianas (comunicação pessoal e Sommerhage, 2019). Pode-se presumir que a reprodução dessas formas na conversação cotidiana é influenciada pela preservação e pela reencenação de recursos linguísticos nas músicas e nos rituais de carnaval que as acompanham (especialmente o canto conjunto em eventos).

No contexto do argumento de que as práticas linguísticas nas cidades, no nível de redes específicas, podem exibir padrões de homogeneidade e estabilidade, o exemplo demonstra que a reprodução de formas vernáculas e locais não é, mais uma vez, estranha às economias sociolinguísticas das cidades (o que, é claro, foi demonstrado em pesquisas dialetais anteriores; veja, por exemplo, Kallmeyer 1987 para uma visão geral). A popularidade das características dialetais tradicionais do Kölsch pode ser um exemplo inspirador para práticas eficazes no apoio a outras línguas minoritárias, onde vemos uma reformulação bem-sucedida do discurso em que a forma local e não-padrão do idioma não está associada à cultura "tradicional" (antimoderna, pré-industrial ou agrícola). O

exemplo também mostra que o uso linguístico deve ser estudado em relação às práticas culturais, pois o ritual do carnaval é claramente corresponsável pela manutenção dessas formas.

Como nos outros exemplos apresentados, o discurso político-econômico interage com os aspectos culturais e sociais que entram em jogo nos rituais de carnaval em Colônia. Há vários fatores político-econômicos que (a) explicam o desenvolvimento histórico e a existência do carnaval no contexto local e que (b) reforçam o uso contínuo da variedade local nele. Em primeiro lugar, há o desenvolvimento do carnaval como tal. As celebrações de carnaval têm uma longa história nas culturas europeias (consulte, por exemplo, Matheus, 1999) e têm a função tradicional de colocar as ordens sociais de cabeça para baixo por um período específico (para uma consideração semiótica do carnaval e do carnavalesco em relação ao pensamento bakhtiniano, consulte, por exemplo, Lachmann, 1988). No caso de Colônia, muitas das práticas locais estão ligadas a lutas políticas e históricas com as potências militares francesas e prussianas, que, como atores em transformação na supressão das elites locais, tornaram-se objeto de ridicularização (Rundfunk Berlin-Brandenburg, 2020). Assim, o disfarce tradicional de Colônia para os participantes masculinos do carnaval é um uniforme falso, imitando os soldados franceses (para ver imagens, pesquise na Internet, Kölner Karneval Uniform) e há rituais de dança que tiram sarro dos desfiles militares (por exemplo, o Stipperföttche, em que as apresentações militares prussianas são ironicamente imitadas; veja, por exemplo, <https://www.koelner-karneval.info/stippefoettche> ou YouTube para ver exemplos). Mesmo que hoje em dia nem todos os participantes estejam cientes dessas histórias, a função tradicional do carnaval de questionar a ordem social continua em vigor. A tradição de resistência política por meio da prática do carnaval continua fazendo parte de algumas das músicas de carnaval (há mensagens políticas em muitas músicas relacionadas a uma crítica dos sistemas capitalistas ou declarações antirracistas explícitas).

No entanto, e esse é o segundo aspecto econômico político relacionado a esses rituais culturais, é claro que o carnaval também é relevante nas economias financeiras reais e, nesse sentido, talvez reforce mais do que questione a ordem social local. No ano

de 2019, a economia local faturou cerca de 631 milhões de euros com as celebrações²² de carnaval. A produção de músicas de carnaval e, com isso, a reprodução de formas linguísticas vernáculas, está ligada a motivações econômicas muito concretas. De modo concomitante, a economia local não relacionada ao carnaval também está ligada às tradições carnavalescas. A associação a uma das prestigiadas sociedades carnavalescas de Colônia foi descrita como crucial para fazer parte da elite política e empresarial local e, portanto, para a realização de projetos econômicos ou políticos em Colônia. As redes semipúblicas que aqui se desenvolveram são chamadas de “Kölner Klüngel” (consulte Überall, 2007) e foram discutidas como estando em risco de praticar formas de corrupção (para uma análise sociológica, consulte também Scheuch e Scheuch, 1992). Embora não se possa presumir que as apresentações musicais e as práticas de canto e dança nos eventos carnavalescos estejam envolvidas nessas “Klüngel”, a existência dessas redes, juntamente com seu interesse político e econômico, pode ser interpretada como corresponsável pela estabilidade da prática cultural do “Kölner Karneval” e, portanto, indiretamente, também pela popularidade contínua das formas de discurso vernacular local. Devido à sua centralidade percebida, mas provavelmente também devido às suas capacidades financeiras reais e à sua relativa institucionalização nas sociedades, o poder político e econômico dessas redes pode implicar um alto potencial de estabilidade e reprodução (mais do que redes menores em vilarejos mais periféricos). Novamente, isso desafia a suposição popular de que o contato e a mudança é o que geralmente domina a vida linguística na cidade.

4. Discussão: Apagamentos sociolinguísticos urbanos e urbanidade como um campo aurático

Depois de apresentar quatro exemplos diferentes que fornecem uma base empírica para um questionamento crítico de perspectivas monolíticas e pouco teorizadas sobre a diversidade linguística urbana, resumo as consequências teóricas e metodológicas gerais dessas observações e discuto algumas razões epistemológicas e afetivas para a popularidade da língua e da imaginação da cidade na sociolinguística atual.

²² <https://www.sueddeutsche.de/wirtschaft/wirtschaft-koeln-karneval-wird-als-wirtschaftsfaktor-wichtiger-dpa.urn-newsml-dpa-com-20090101-191110-99-664784>

Um questionamento crítico do "urbano" como algo que necessariamente implica em experiências de diversidade formou o ponto de partida para as análises acima. Argumentei que precisamos questionar o que realmente constitui o urbano e que a interação acontece em redes que, devido às produções de diferença social, não estão necessariamente disponíveis ou acessíveis de maneira uniforme em um único lugar. Isso é ainda menos verdadeiro se considerarmos as práticas de comunicação digital. Além disso, as perspectivas que encontramos em conceitos como urbanização planetária dificultam o estabelecimento de uma linha divisória rígida entre demografia, economia e práticas linguísticas nas cidades e nas áreas rurais. Ao mesmo tempo, os discursos sobre urbanidade podem ter impacto sobre as práticas linguísticas e sua percepção. Esses discursos de formação de prestígio estão fundamentalmente ligados à economia política. O que é percebido como modelo ideal em diversas formas de práticas culturais (por exemplo, idioma, vestuário, práticas de lazer, padrões de consumo...) geralmente deriva de centros urbanos, que são centros de elites políticas e econômicas. E, como alguns dos exemplos acima indicaram, parece que o acesso ao poder político e econômico está inter-relacionado com as práticas de homogeneidade e a capacidade de manter a forma do idioma. Assim, além dos contextos de fato existentes de diversidade, contato e mistura (muitas vezes ilustrados com referência a ambientes de classe baixa, como mercados de alimentos, canteiros de obras ou cozinhas de restaurantes, consulte, por exemplo, Pennycook e Otsuji 2015), as práticas linguísticas em redes que se localizam em ambientes urbanos claramente também reproduzem a homogeneidade, a normatividade e a padronização. Os exemplos acima de homogeneidade em um distrito escolar central de Berlim, do uso do inglês e das práticas de consumo na cultura transnacional do café da Terceira Onda e nas práticas de carnaval de Colônia ilustraram esses potenciais urbanos. O uso de um inglês bastante padronizado no texto que você está lendo neste exato momento pode ser considerado outro exemplo da interação entre privilégio social, homogeneidade linguística e estilo de vida urbano, já que a academia está localizada em lugares que percebemos como cidades. Um enfoque limitado no espaço urbano como diverso apaga essas inter-relações. Também apaga o fato de que precisamos diferenciar as escalas quando estudamos a diversidade linguística - embora haja claramente diversidade na escala de uma cidade, isso precisa ser diferenciado das práticas linguísticas individuais e das práticas dentro ou entre redes específicas. Moradores urbanos com

formação acadêmica, por exemplo, podem não ser muito criativos e experimentais em sua fala, em contraste com muitos falantes multilíngues e mais precários, e há redes sociais muito distintas nas cidades com diferentes inclinações para a diversidade, a mistura e a mudança. As conceitualizações de lugar podem ter relevância diferente em redes distintas, o que será um campo de pesquisa interessante no crescente número de redes transnacionais.

O exemplo de uma aldeia bastante heterogênea mostrou que a diversidade, o translinguismo e a dinâmica de contato são bem possíveis em redes não urbanas. É a história econômica política que explica por que as hegemonias políticas, juntamente com suas relações de signos hegemônicos, são registradas ou reproduzidas - ou não, como no caso dessa aldeia de Belize, onde um complexo de diferentes relações de poder não levou ao surgimento de estruturas hegemônicas. Assim, de modo geral, as redes interacionais aparecem sob condições sociopolíticas específicas e em relação a motivações econômicas particulares (e a mídia interage com essas condições e motivações) (por exemplo, considere que a existência do estado-nação está ligada à cultura de impressão, veja, por exemplo, Anderson 1985). Uma suposição a priori de que territórios específicos são diversos ou não é enganosa e esconde que as formações político-econômicas subjacentes são corresponsáveis pelo desenvolvimento da prática e da forma linguística em redes interacionais. Se estivermos interessados em padrões de contato ou estabilidade, a proximidade territorial é apenas um aspecto (e não necessariamente o mais central) na interação entre os seres humanos, embora os conceitos discursivos de lugar continuem sendo altamente relevantes em muitas ideologias e práticas linguísticas.

Nesse contexto, as abordagens sociolinguísticas que simplesmente afirmam que a “diversidade” é encontrada “na cidade²³” correm o risco de reproduzir tacitamente as epistemologias modernistas da língua e do espaço social. Nessas epistemologias, e relacionadas aos discursos de nacionalismo, os grupos que usam determinados recursos

²³ Às vezes, a suposição de que as cidades implicam em experiências de diversidade não é explicitada nos títulos, mas parece estar tacitamente implícita. Os títulos que enfocam a cidade como linguisticamente diversa são, por exemplo: o Sociolinguistic Symposium 19 em Berlim em 2012 sobre Language and the City, Block 2006 (Multilingualism in a global city: London stories), Extra e Yağmur 2001 (Urban multilingualism in Europe: Mapping linguistic diversity in multicultural cities), Kraus 2011 (The multilingual city. The cases of Helsinki and Barcelona), Pennycook e Otsuji 2015 (Metrolinguism. Language in the city), Siemund et. al 2013 (Multilingualism and language contact in urban areas), Siemund e Leimgruber 2020 (Multilingual global cities: Singapore, Hong Kong, and Dubai), Smakman e Heinrich 2018 (Urban sociolinguistics. The city as process and experience), Stevenson 2017 (Language and migration in a multilingual metropolis).

linguísticos são construídos como residentes em determinados territórios (veja, por exemplo, Blommaert e Verschueren 1998). Em tais ideologias linguísticas nacionais, esses grupos são conceituados como monolíngues (sobre o monolinguismo como ideologia, consulte, por exemplo, Gramling 2016). Nos discursos mais recentes sobre a diversidade linguística na cidade, não se presume mais que existam territórios monolíngues - e, no entanto, a ideia subjacente de que são os territórios que abrigam recursos linguísticos específicos (nesse caso, uma diversidade de recursos em um território) continua em vigor. No entanto, como vimos nos exemplos acima, espaços tão pequenos como "uma cidade", "um bairro" ou até mesmo um prédio de apartamentos podem abrigar diferentes práticas linguísticas, algumas delas implicam heterogeneidade e mudança, outras não. Não é o espaço em si que tem impacto sobre essas práticas. A "cidade" geralmente é diversificada em termos estatísticos na escala da entidade administrativa, mas isso não implica necessariamente em experiências de língua. Isso não implica necessariamente em experiências de diversidade para todos que vivem na cidade. São os vínculos sociais que as pessoas constroem que são relevantes para entender os padrões de contato ou os padrões de segregação, em que os discursos sobre o lugar geralmente, mas nem sempre, desempenham um papel importante. Portanto, temos que levar em conta as redes sociais reais dos falantes (muitas vezes envolvendo laços não locais), temos que levar em conta o papel das instituições sociopolíticas que contribuem para a criação de lugares e normas linguísticas, e temos que levar em conta as práticas econômicas, as histórias sociais, os discursos e as tecnologias (que estão embutidos em motivações econômicas - veja Anderson 1985), como impacto nas redes interacionais e nas escolhas linguísticas.

Para estudar a prática real do idioma na vida real, os meios etnográficos que consideram os processos de formação de rede são uma abordagem metodológica central (veja também Blommaert e Rampton 2011, veja, por exemplo, Pennycook e Otsuji 2015: Cap. 2 para uma visão empírica de como as redes podem surgir em relação às práticas econômicas). Sem pretender que a lista a seguir seja exaustiva, os fatores empíricos que afetam os padrões diferenciais de contato linguístico em ambientes locais (que hoje em dia são frequentemente translocais) são a incorporação institucional, especialmente por meio de instituições educacionais, atividades de trabalho e outras práticas econômicas, atividades de lazer, práticas de mídia, ideologias linguísticas e valores comunitários, e

práticas de gênero para formar relacionamentos sociais, que interagem com ideologias sociais ou religiosas. Todas essas atividades e discursos criam laços sociais específicos, locais, nacionais e transnacionais. Se estudarmos as práticas linguísticas que surgem com base nesses vínculos, devemos considerar, conforme explicado acima, que particularmente as redes com acesso a recursos simbólicos ou econômicos podem incluir potenciais específicos para construções de estabilidade, pureza e normatividade. Ao mesmo tempo, podemos nos perguntar se a construção social de "viver na cidade" implica inclinações específicas para ideologias que incluem maior abertura para a mudança cultural e a diversidade (consulte também Britain, 2017) e, portanto, impacto no comportamento linguístico dentro de um discurso de modernidade "urbana".

Em uma reflexão metadisciplinar de nosso campo, o discurso social sobre a vida urbana como colorida e animada, como promotora e celebradora da diversidade, também pode ser relevante para entender a popularidade do tópico dentro da sociolinguística. Nas palavras de Jürgen Spitzmüller, nos discursos acadêmicos, conceitos ou contextos específicos podem desenvolver uma "aura" (Spitzmüller, 2019) que "brilha" sobre aqueles que os usam ou estudam. Spitzmüller discute isso em relação à concepção geral do espaço público e argumenta que construções particulares do público "não só têm valor social, mas também exalam valor social e, portanto, contextualizam a personalidade acadêmica e suas identidades disciplinares". (ibid.: 506). Ele chama essas produções de valor social de "campos auráticos" e argumenta que "essas construções estão intimamente relacionadas a ideologias disciplinares, como ideologias de criatividade (Wilf 2014) ou autenticidade (Bucholtz 2003: 404-407), e conceitos prestigiosos da disciplina, como diversidade e variabilidade". (ibid.). O estudo da língua na cidade e da cidade como um espaço diversificado e criativo pode ser facilmente interpretado de acordo com essas linhas. Portanto, embora seja claramente relevante estudar a vida urbana, não devemos nos esquecer de refletir sobre os valores sociais e as ideologias que têm impacto em nossos próprios caminhos de estudo. Os possíveis pontos cegos que podem surgir da reprodução acrítica do campo aurático de uma sociolinguística da diversidade urbana são, por exemplo, o apagamento da diversidade não urbana, o apagamento da homogeneidade urbana ou o apagamento das reproduções acadêmicas de discursos nos quais os ambientes rurais são imaginados como periféricos, como pertencentes ao "passado", em contraste com as cidades como vanguarda (ignorando também que as elites urbanas desempenham

um papel central nos padrões de exploração capitalista, colonização ou danos ambientais). Quando não somos críticos em relação às nossas escolhas de sujeitos de pesquisa, também podemos perder o ponto de vista de que os padrões de homogeneidade podem estar ligados a práticas específicas de exclusão dos socialmente privilegiados (pelo menos em ambientes ocidentais com um histórico de conceitos modernistas nos quais a homogeneidade/pureza foi construída como ideal). E, por fim, também podemos perder de vista como nós, como pesquisadores, reproduzimos o privilégio social ao celebrar a figura aurática do "outro" urbano diverso, não apenas reforçando hegemonias urbanas neoliberais, mas também apagando nossas próprias práticas linguísticas que, em sua maioria, são constantes reencenações da normatividade linguística e textual.

5. Conclusão

O conceito de "cidade" é um tema altamente popular nas pesquisas recentes. Embora seja difícil definir o que realmente a constitui e como pode ser distinguida do espaço não urbano, atualmente costuma ser conceituada como um centro de multilinguismo, superdiversidade, contato linguístico, mistura de línguas e prática translinguística. Uma reflexão crítica sobre a relação entre a prática do idioma, o espaço (como território concreto) e o lugar (como discurso que constrói a afiliação social) mostrou que não é o espaço territorial concreto que afeta o uso linguístico, mas os laços sociais que os falantes desenvolvem - onde os discursos de lugar podem ter uma relevância diferente. No desenvolvimento de redes sociais, a economia política desempenha um papel primordial.

Os quatro estudos de caso empíricos apresentados acima ilustraram que a homogeneidade e a reprodução de padrões tradicionais de normatividade podem ser encontradas em locais urbanos. Tanto o contato/diversidade quanto a homogeneidade/estabilidade se inter-relacionam com práticas político-econômicas e histórias translocais dessas práticas. Vale acrescentar que as elites sociais parecem ter uma chance maior de reproduzir formas que são percebidas como normativas e homogêneas, e, como essas elites sociais são frequentemente associadas à urbanidade, o potencial para

homogeneidade pode ser ainda maior em locais urbanos do que em rurais.²⁴ Para entender esses padrões e relações, é importante diferenciar conceitos como diversidade e também multilinguismo de acordo com a escala, na qual a irregularidade (por exemplo, espaço nacional ou urbano, redes sociais, práticas individuais) da nossa perspectiva traz diferentes significados para esses termos.

O espaço territorial e o "estar na cidade" desempenham apenas um papel indireto e discursivamente mediado, pois são relevantes para a prática linguística somente por meio de discursos institucionais, culturais, sociais e econômicos. E, como foi elaborado na seção de discussão, a popularidade do tema da urbanidade na sociolinguística pode ser interpretada como epistemologicamente relacionada a conceitos territoriais de língua que derivam do discurso nacional. Em vez de pressupor um território nacional monolíngue, imagina-se um território urbano multilíngue. Por fim, é provavelmente o apelo do urbano e sua "aura" que brilha sobre nós como pesquisadores que contribui para a reprodução dessa figura mítica.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Imagined communities*. London: Verso, 1985.
- BAUER, Thomas; ZIMMERMANN, Klaus F. *Network migration of ethnic Germans*. *International Migration Review*, v. 31, p. 143-149, 1997.
- BAUMAN, Zygmunt. *Liquid modernity*. Cambridge: Polity Press, 2012.
- BECK, Ulrich; BONSS, Wolfgang; LAU, Christoph. *The theory of reflexive modernization: problematic hypotheses and research programme*. *Theory, Culture & Society*, v. 20, p. 1-33, 2003.
- BLOCK, David. *Multilingual identities in a global city: London stories*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2006.
- BLOMMAERT, Jan. *The sociolinguistics of globalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BLOMMAERT, Jan. *Ethnography, superdiversity and linguistic landscapes: chronicles of complexity*. Bristol: Multilingual Matters, 2013.

²⁴ Isso também se reflete no fato de que as línguas padrão nacionais geralmente se baseiam em variedades urbanas.

BLOMMAERT, Jan. *Chronotopes, scales and complexity in the study of language in society*. Tilburg Papers in Culture Studies, n. 121, 2015.

BLOMMAERT, Jan. *Durkheim and the Internet: sociolinguistics and the sociological imagination*. London: Bloomsbury, 2018.

BLOMMAERT, Jan; RAMPTON, Ben. *Language and superdiversity*. *Diversities*, n. 13, p. 1-21, 2011.

BLOMMAERT, Jan; VERSCHUEREN, Jef. *The role of language in European nationalist ideologies*. In: SCHIEFFELIN, Bambi B.; WOOLARD, Kathryn A.; KROSKRITY, Paul V. (Eds.). *Language ideologies: practice and theory*. Oxford: Oxford University Press, 1998, p. 189-210.

BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. *Planetary urbanisation*. In: GANDY, Matthew (Ed.). *Urban constellations*. Berlin: Jovis, 2011. Disponível em: <http://www.urbantheorylab.net/publications/planetary-urbanization/>. Acesso em: 03 jul. 2024.

BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. *Planetary urbanization*. In: BRENNER, Neil (Ed.). *Implosions/explosions: towards a study of planetary urbanization*. Berlin: Jovis, 2014a, p. 160-165.

BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. *The 'Urban Age' in question*. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 38, p. 731-755, 2014b.

BRITAIN, David. *'Big bright lights' versus 'green and pleasant land'?: The unhelpful dichotomy of 'urban' versus 'rural' in dialectology*. In: AL-WER, Enam; DE JONG, Rudolf (Eds.). *Arabic dialectology*. Leiden: Brill, 2009, p. 223-247.

BRITAIN, David. *Which way to look? Perspectives on urban and rural in dialectology*. In: MONTGOMERY, Chris; MOORE, Emma (Eds.). *Language and a sense of place: studies in language and region*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017, p. 171-187.

BRITAIN, David. *Counterurbanisation and its consequences for traditional dialect*. Languages in Urban Spaces Presentation held at CSLS Workshop December 11 to 13, 2019 (University of Bern), 2019.

BUCHOLTZ, Mary. 2003. "Sociolinguistic nostalgia and the authentication of identity". *Journal of Sociolinguistics*, v. 7, p. 398-416.

BULMER-THOMAS, Victor. 2012. *The economic history of the Caribbean since the Napoleonic Wars*. Cambridge: Cambridge University Press.

CANAGARAJAH, Suresh. *Translingual practice: global Englishes and cosmopolitan relations*. London: Routledge, 2013.

CHO, Jinhyun. Neoliberalism and the global spread of English: a Korean case. In: SCHNEIDER, Britta; HEYD, Theresa (Eds.). *Bloomsbury World Englishes: Paradigms*. London: Bloomsbury, to appear.

COTTER, William; VALENTINSSON, Mary-Caitlyn. Bivalent class indexing in the sociolinguistics of specialty coffee talk. *Journal of Sociolinguistics*, v. 22, p. 1-27, 2018.

COUPLAND, Nikolas. Dialect stylization in radio talk. *Language in Society*, v. 30, p. 345-375, 2001.

CREESE, Angela; BLACKLEDGE, Adrian. Translanguaging in the bilingual classroom: a pedagogy for learning and teaching? *The Modern Language Journal*, v. 94, p. 103-115, 2010.

DECKER, Ken. *The song of Kriol: a grammar of the Kriol language of Belize*. Belize City: Belize Kriol Projekt, 2013. Disponível em: http://www.sil.org/system/files/reapdata/20/99/21/20992139271472124394945438780794345365/The_Song_of_Kriol_UnicodeElectronic2013.pdf. Acesso em: 12 set. 2016.

DERICKSON, Kate D. Urban geography I: locating urban theory in the 'urban age'. *Progress in Human Geography*, v. 39, n. 5, p. 647-657, 2015.

DOĞRUÖZ, A. Seza; GRIES, Stefan Th. Spread of on-going changes in an immigrant language: Turkish in the Netherlands. In: PÜTZ, Martin; ROBINSON, Justyna A.; REIF, Monika (Eds.). *Cognitive sociolinguistics: social and cultural variation in cognition and language use*. Amsterdam: Benjamins, 2014, p. 161-185.

ECKERT, Penelope. Variation and the indexical field. *Journal of Sociolinguistics*, v. 12, n. 4, p. 453-476, 2008.

ECKERT, Penelope; MCCONNELL-GINET, Sally. Communities of Practice: where language, gender and power all live? In: COATES, Jennifer (Ed.). *Language and gender: a reader*. Oxford: Blackwell, 1998, p. 484-494.

EDGEELL, Zee. *Time and the river*. London: Heinemann, 2007.

ESCURE, Geneviève. Belizean Creole structure dataset. In: MICHAELIS, Susanne Maria et al. (Eds.). *Atlas of Pidgin and Creole Language structures online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013. Disponível em: <http://apics-online.info/contributions/9>. Acesso em: 19 out. 2016.

EXTRA, Guus; YAĞMUR, Kutlay. Urban multilingualism in Europe: mapping linguistic diversity in multicultural cities. *Journal of Pragmatics*, v. 43, p. 1173-1184, 2011.

GAL, Susan. Language and political spaces. In: AUER, Peter; SCHMIDT, Jürgen Erich (Eds.). *Language and space: an international handbook of linguistic variation*. Berlin: de Gruyter, 2009, p. 33-50.

GAL, Susan; IRVINE, Judith T. *Signs of difference: language and ideology in social life*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

GAL, Susan; WOOLARD, Kathryn A. *Languages and publics: the making of authority*. Manchester: St.Jerome, 2001.

GARCÍA, Ofelia; WEI, Li. *Translanguaging: language, bilingualism and education*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014.

GOMOLL, Mati. *Caye to success: a biography of Antonio Lorenzo Vega, Sr*. Xlibris, 2003.

GÖTERT, Karl-Heinz. *Alles außer Hochdeutsch: ein Streifzug durch unsere Dialekte*. Berlin: Ullstein, 2011.

GRAMLING, David. *The invention of monolingualism*. New York: Bloomsbury, 2016.
GUMPERZ, John. The speech community. In: DURANTI, Alessandro (Ed.). *Linguistic anthropology: a reader*. Oxford: Blackwell, 2001, p. 43-52.

HELLER, Monica; DUCHÊNE, Alexandre. Pride and profit: changing discourses of language, capital and nation-state. In: HELLER, Monica; DUCHÊNE, Alexandre (Eds.). *Language and late capitalism: pride and profit*. New York: Routledge, 2012, p. 1-20.

HEYD, Theresa; SCHNEIDER, Britta. *Postcolonial English: varieties around the world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

HOLMES, Janet; MEYERHOFF, Miriam. The community of practice: Theories and methodologies in language and gender research. *Language in Society*, v. 28, p. 173-183, 1999.

IRVINE, Judith T. "Style" as distinctiveness: the culture and ideology of linguistic differentiation. In: ECKERT, Penelope; RICKFORD, John R. (Eds.). *Style and sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 21-43.

IRVINE, Judith T.; GAL, Susan. Language ideology and linguistic differentiation. In: DURANTI, Alessandro (Ed.). *Linguistic anthropology: a reader*. Oxford: Wiley Blackwell, 2009. p. 402-434.

JASPERS, Jürgen. The transformative limits of translanguaging. *Working Papers in Urban Language & Literacies*, n. 226, p. 1-17, 2017.

JOHNSTONE, Barbara. Language and geographical space. In: AUER, Peter; SCHMIDT, Jürgen Erich (Eds.). *Language and space: an international handbook of linguistic variation*. Berlin: de Gruyter, 2009. p. 1-18. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/9783110220278>.

- JOHNSTONE, Barbara; KIESLING, Scott F. Indexicality and experience: Exploring the meanings of /aw/-monophthongization in Pittsburgh. *Journal of Sociolinguistics*, v. 12, p. 5-33, 2008.
- JONAS, Andrew E.G.; McCANN, Eugene; THOMAS, Mary. *Urban geography: a critical introduction*. Oxford: Wiley, 2015.
- JØRGENSEN, J. Normann et al. Polylinguaging in Superdiversity. *Diversities*, p. 23-38, 2011.
- KALLMEYER, Werner. Stadtsprache als ein Schwerpunkt soziolinguistischer Forschung in Europa. In: AMMON, Ulrich; MATTHEIER, Klaus J.; NELDE, Peter H. (Eds.). *Brennpunkte der Soziolinguistik*. Tübingen: Niemeyer, 1987. p. 80-99.
- KÖNIG, Werner; ELSPAß, Stephan; MÖLLER, Robert. *dtv-Atlas Deutsche Sprache*. München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 2015.
- KOOPMANS, Ruud. Deutschland und seine Einwanderer: ein gespaltenes Verhältnis. *Blätter für deutsche und internationale Politik*, v. 2, p. 1-28, 2001.
- KRÄGE, Sophia. Spricht Ihre Kneipe noch deutsch? *Berliner Kurier*, 13 ago. 2017. Disponível em: <http://www.berliner-kurier.de/28161546>. Acesso em: 08 jul. 2024.
- KRAUS, Peter A. The multilingual city. The cases of Helsinki and Barcelona. *Nordic Journal of Migration Research*, v. 1, p. 25-36, 2011.
- LABOV, William. The social stratification of (r) in New York City department stores. In: LABOV, William (Ed.). *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972. p. 43-69.
- LACHMANN, Renate. Bakhtin and carnival: culture as counter-culture. *Cultural Critique*, n. 11, p. 115-152, 1988.
- LE PAGE, R. B.; TABOURET-KELLER, Andrée. *Acts of identity. Creole-based approaches to language and ethnicity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- MAKONI, Sifree; PENNYCOOK, Alastair. Disinventing and reconstituting languages. In: MAKONI, Sifree; PENNYCOOK, Alastair (Eds.). *Disinventing and reconstituting Languages*. Clevedon: Multilingual Matters, 2007. p. 1-41.
- MATHEUS, Michael. *Fastnacht – Karneval im europäischen Vergleich*. Stuttgart: Steiner, 1999.
- MERRIFIELD, Andy. The urban question under planetary urbanization. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 37, p. 909-922, 2012.
- MILROY, Lesley. *Language and social networks*. 2nd ed. Oxford: Blackwell, 1987.

MUFWENE, Salikoko S. The Founder Principle in creole genesis. *Diachronica*, v. 13, p. 83-134, 1996.

OLTERMANN, Philip. Berliners frustrated over restaurants where no German is spoken. German MPs say some waiters only speak English and that it ostracises native population from life in the capital. *The Guardian*, 14.08.2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2017/aug/14/berlin-restaurants-german-english>. Acesso em: 09 mar. 2020.

ONG, Aihwa. *Flexible citizenship. The cultural logics of transnationality*. Durham: Duke University Press, 1999.

PENNYCOOK, Alastair. *Language as a local practice*. London: Routledge, 2010.

PENNYCOOK, Alastair; OTSUJI, Emi. *Metrolingualism. Language in the city*. London: Routledge, 2015.

ROSE, Eleanor. Berliners frustrated over restaurants where no German is spoken. *Evening Standard*, 15.08.2017. Disponível em: <https://www.standard.co.uk/news/world/berliners-frustrated-over-restaurants-where-no-german-is-spoken-a3612426.html>. Acesso em: 09 mar. 2020.

RUNDFUNK BERLIN-BRANDENBURG. *Kölner Karneval. Preußen – Chronik eines deutschen Staates*. RUNDFUNK BERLIN-BRANDENBURG, 2020. Disponível em: https://www.preussenchronik.de/begriff_jsp/key=begriff_k%25f6lner+karneval.html. Acesso em: 09 mar. 2020.

SARACENI, Mario; SCHNEIDER, Britta; BÉLANGER, Christine. to appear. "'Brexit' and the postnational dimension of English in Europe." In: KIRKPATRICK, Andy (Ed.). *Routledge Handbook in World Englishes*. London: Routledge.

SASSEN, Saskia. *Cities in a world economy*. Thousand Oaks, Calif.: Pine Forge Press, 1994.

SCANNELL, Leila; GIFFORD, Robert. Defining place attachment: a tripartite organizing framework. *Journal of Environmental Psychology*, v. 30, p. 1-10, 2010.

SCHEUCH, Erwin K.; SCHEUCH, Ute. *Cliquen, Klüngel und Karrieren*. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt, 1992.

SCHLAGENWERTH, Michaela. Sprachalarm in Berlin. Kreuzkölln spricht Englisch. *Berliner Zeitung*, 02.01.2015. Disponível em: <http://www.berliner-zeitung.de/kultur/sprachalarm-in-berlin-kreuzkoelln-spricht-englisch-3420132>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SCHNEIDER, Britta. First and second modern language ideologies, cosmopolitan discourses of English and the emergence of new social hierarchies in transnational contexts. *Multilingua*, v. 6, p. 679-702, 2017a.

SCHNEIDER, Britta. It's Kriol they're speaking!' – Constructing language boundaries in multilingual and ethnically complex communities. *Bulletin VALS-ASLA: Bulletin suisse de linguistique appliquée*, p. 63-73, 2017b.

SCHNEIDER, Britta. Kaleidoscopes of indexicality – multiplex symbolic functions of language and unfocused social categories. *Journal of the Anthropological Society of Oxford*, v. 9, p. 8-24, 2017c.

SCHNEIDER, Britta. Lobster, tourism and other kinds of business. Economic opportunity and language choice in a multilingual village in Belize. *Journal of Language and Intercultural Communication* (Special Issue 'Language, Mobility and Work', ed. by Melissa Moyer), p. 390-407, 2017d.

SCHNEIDER, Britta. *Liquid languages. Polymorphous acts of identity and the fluidity of language categories in linguistically complex Belize*. Em preparação.

SCHNEIDER, Britta. Language in transnational communities of consumption – indexical functions of English in Third Wave Coffee Culture. In: MÜHLEISEN, Susanne; RÜDIGER, Sofia (Eds.). *Talking about food: the local and the global in eating communities*. Amsterdam: Benjamins, 2020.

SCHNEIDER, Britta. Spanish in the face of Kriol prestige – language ideological observations on the role of Spanish in Belize. In: LEUNG, Glenda-Alicia; LOSCHKY, Miki; LEUSMANN, Harald (Eds.). *When Creole and Spanish collide: language and cultural contact in the Caribbean*. Leiden/Boston: Brill, a aparecer.

SCHNEIDER, Britta. Creole prestige beyond modernism and methodological nationalism – multiplex patterns, simultaneity and non-closure in the sociolinguistic economy of Belize. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, 2021.

SHOMAN, Assad. *A history of Belize in 13 chapters*. Belize City: Angelus Press, 2011.

SIEMUND, Peter; GOGOLIN, Ingrid; SCHULZ, Monika; DAVYDOVA, Julia (Eds.). *Multilingualism and language contact in urban areas. Acquisition – identities – space – education*. Amsterdam: Benjamins, 2013.

SIEMUND, Peter; LEIMGRUBER, Jakob. *Multilingual global cities: Singapore, Hong Kong, and Dubai*. Singapore: Routledge, 2020. Multilingual Asia series.

SIMMEL, Georg. 1903. "Die Grosstädte und das Geistesleben." In: PETERMANN, Th. (Ed.). *Die Grossstadt. Vorträge und Aufsätze zur Städteausstellung*. Dresden: Jahrbuch der Gehe-Stiftung Dresden. Disponível em: <https://www.gsz.hu-berlin.de/de/gsz/zentrum/georg-simmel/die-grossstaedte-und-das-geistesleben>.

SMAKMAN, Dick; HEINRICH, Patrick (Eds.). *Urban Sociolinguistics. The city as a linguistic process and experience*. Milton Park: Routledge, 2018a.

SMAKMAN, Dick; HEINRICH, Patrick. *Urban sociolinguistics. The city as a linguistic process and experience*. Milton Park: Routledge, 2018b.

SMITH, Neil; LOW, Setha (Eds.). *The politics of public space*. London: Routledge, 2006.

SOMMERHAGE, Marie. 2019. "„Sprache und Identität“ in Hinblick auf den Kölschen Dialekt." Trabalho de conclusão de curso não publicado, Europa Universität Viadrina.

SPAHN, Jens. 2017. "Sprechen Sie doch deutsch!" *DIE ZEIT*, 24.08.2017.

SPITZMÜLLER, Jürgen. 2019. Sociolinguistics going 'wild': the construction of an auratic field. *Journal of Sociolinguistics* (Special Issue: The Sociolinguistics of Public Dominance, ed. by Theresa Heyd and Britta Schneider), v. 23, p. 502-520.

STEVENSON, Patrick. 2017. *Language and migration in a multilingual metropolis. Berlin lives*. Basingstoke: Palgrave.

TANAGER. 2019. "Learning to be German. Immigration and language in Berlin." In: HEYD, Theresa; MENGDEN, Ferdinand von; SCHNEIDER, Britta (Eds.). *The Sociolinguistic Economy of Berlin*, p. 73-93.

TERKESSIDIS, Mark. *Migranten*. Hamburg: Rotbuch Verlag, 2000.

THALMANN, Rüdiger. 2017. "Hilfe, mein Kellner versteht mich nicht mehr!" *Berliner Kurier*, 13.08.2017. Disponível em: <http://www.berliner-kurier.de/28157934>.

ÜBERALL, Frank. *Der Klüngel in der politischen Kultur Kölns*. Bonn: Bouvier, 2007.

WARRINER, Doris S. 2016. "'Here, without English, you are dead': ideologies of language and discourses of neoliberalism in adult English language learning." *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, v. 37, p. 495-508.

WESTON, Daniel. 2015. "The lesser of two evils: Atypical trajectories in English dialect evolution." *Journal of Sociolinguistics*, v. 19, p. 671-687.

WILF, Eitan Y. 2014. "Semiotic dimensions of creativity." *Annual Review of Anthropology*, v. 43, p. 397-412.

WILK, Richard. *Home cooking in the global village*. Oxford: Berg, 2006.

WIMMER, Andreas; GLICK SCHILLER, Nina. 2002. "Methodological nationalism and beyond: Nation-state building, migration and the social sciences." *Global Networks*, v. 2, n. 4, p. 301-334.

WIRTH, Uwe. 2002. "Der Performanzbegriff im Spannungsfeld von Illokution, Iteration und Indexikalität." In: WIRTH, Uwe (Ed.). *Performanz. Zwischen Sprachphilosophie und Kulturwissenschaften*, p. 9-60. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

YOUNG, Colville. *Language and education in Belize*. Belize City: C.N. Young, 1995.

SOBRE O TRADUTOR

Anderson Lucas da Silva Macedo: Linguista com doutorado cotutela em Estudos de Linguagem (UFF e Universität Viadrina), especializado no estudo das variedades linguísticas e identidades culturais. Sua pesquisa de doutorado focou no Kaaps, uma variedade do Afrikaans falada pela comunidade Coloured da Cidade do Cabo, explorando as ideologias linguísticas e a valorização das diferentes variedades de Afrikaans. Atualmente, realiza um pós-doutorado sobre a representatividade linguística e cultural dos descendentes de imigrantes germânicos de Niterói, com um enfoque nas atitudes linguísticas e nos fatores geracionais. É bolsista nota 10 da FAPERJ e segue na Universidade Federal Fluminense.